



Universitat Autònoma de Barcelona

**ADVERTIMENT.** L'accés als continguts d'aquesta tesi queda condicionat a l'acceptació de les condicions d'ús establertes per la següent llicència Creative Commons:  [http://cat.creativecommons.org/?page\\_id=184](http://cat.creativecommons.org/?page_id=184)

**ADVERTENCIA.** El acceso a los contenidos de esta tesis queda condicionado a la aceptación de las condiciones de uso establecidas por la siguiente licencia Creative Commons:  <http://es.creativecommons.org/blog/licencias/>

**WARNING.** The access to the contents of this doctoral thesis it is limited to the acceptance of the use conditions set by the following Creative Commons license:  <https://creativecommons.org/licenses/?lang=en>



**Universitat Autònoma  
de Barcelona**

**Facultat de Ciències de la Comunicació  
Departament de Mitjans, Comunicació i Cultura**

**O jornalismo e a democracia em  
Moçambique: A cobertura dos casos de  
corrupção nos jornais Domingo e Savana**

**TESE DE DOUTORAMENTO**

**Ernesto Constantino Nhanale**

**Data: Junho de 2017**

**Directora:**

**María Dolores Montero Sánchez**

Departament de Mitjans, Comunicació i Cultura

**Título:**

**O jornalismo e a democracia em Moçambique: A cobertura dos casos de corrupção nos jornais Domingo e Savana**

Tese de Doutoramento em Media, Comunicação e Cultura apresentada na Faculdade de Ciências da Comunicação da Universidade Autónoma de Barcelona.

Autor: Ernesto Constantino Nhanale

Directora: María Dolores Montero Sánchez

Bellaterra (Cardanyola del Vallès), Junho de 2017



*À memória do meu pai.*



## AGRADECIMENTOS

À Escola Superior de Jornalismo (ESJ), na pessoa do seu Director-Geral, Prof. Dr. Tomás José Jane, pelo apoio institucional dado para o início da parceria e as diligências feitas para o início do Doutoramento na UAB.

À Cátedra de UNESCO de Comunicação (Incom-UAB) que envidou esforços para que junto à Fundação Autónoma Solidária se conseguisse o apoio que garantiu os custos dos primeiros dois anos do Doutoramento.

À Professora Maria Dolores Montero que, para além de orientadora desta tese, se encarregou por todo o processo de negociação e gestão da cooperação entre a UAB e a ESJ da qual foi possível o meu ingresso na UAB.

Aos meus colegas do CEC, na pessoa do seu Presidente, António Eduardo Namburete, pelos momentos de debates, as oportunidades que têm aberto de juntos caminharmos e fazermos uma equipe que busca oferecer algumas soluções e espaços de debate sobre a Comunicação Social em Moçambique.

Aos meus colegas do Projecto Internacional de Pesquisa Comparada sobre os Media e a Cobertura da Corrupção Política, coordenado pelo Centro de Investigação Media e Jornalismo (CIMJ) pela Professora Isabel Ferin Cunha e Estrela Serrano que permitiram um espaço de aprendizagem e de troca de experiência para a consolidação de grande parte das ideias desenvolvidas ao longo da tese.

Os meus agradecimentos vão para os jornais *Domingo* e *Savana*, especificamente aos seus administradores, editores e repórteres que aceitaram dar as entrevistas; assim como à equipe de estudantes que apoiaram no processo da recolha dos jornais e na análise de conteúdo.

À todos os meus amigos, que não quero numerar para não perder a conta, os meus sinceros agradecimentos pelo apoio incondicional que têm vindo a proporcionar.

Especificamente ao Egídio Guambe, pelo tempo que ofereceu para os debates que figuram em grande parte dos capítulos, sobretudo os respeitantes ao sistema político em Moçambique.

À Crescencia Matsinhe, minha esposa e à Nércia Nhanale, minha filha, que me têm permitido um clima familiar de conforto, amor e compreensão. Espero que assim o sejam pelos próximos momentos em que esta tese e outras deverão ser reescritas e postas ao serviço de todos.

À minha mãe, Filomena Cumbe, os meus eternos agradecimentos. Ao meu pai, dedico esta tese à sua memória e os meus eternos agradecimentos por tudo o que fez, ensinamentos e exemplo de vida que nos deixou.



## RESUMO:

### **O jornalismo e a democracia em Moçambique: A cobertura dos casos de corrupção nos jornais Domingo e Savana**

Esta tese discute sobre o sentido que se atribui ao papel dos media, em Moçambique, no contexto da democracia multipartidária caracterizada por um partido dominante, a Frelimo. O argumento central que se traça é de que as características de uma democracia de partido dominante fazem com que o sistema dos media seja caracterizado pela existência de meios que permanecem sob seu controlo, muitos dos quais criados no contexto monopartidário (1977 – 1990), funcionando como espaço de protecção dos seus interesses; por outro lado, a existência de meios que se servem do espaço democrático, que se estabelece desde a constituição de 1990/1992, como oportunidades para a oferta de conteúdos diferenciados dos media sob controlo do partido dominante, orienta-se à crítica da sua governação.

A pesquisa realizada é baseada na análise do agendamento dos casos de corrupção nos jornais *Domingo e Savana*, entre 2008 a 2015. Embora a corrupção seja objecto de cobertura do jornal *Domingo*, as relações entre as estruturas de liderança editorial com as altas figuras do partido no poder, a dependência pelas fontes de informação oficial e os enquadramentos temáticos e uma cobertura orientada para casos de pequena corrupção, reduzem os espaços de exposição negativa dos actores envolvidos. Esta abordagem do jornal *Domingo* restringe a concepção de um jornalismo de contra poder, sobretudo por orientar a sua abordagem para uma perspectiva mais informativa sobre os eventos e acções das instituições que lidam com a corrupção. Por seu turno, o jornal *Savana*, orientado por uma visão do jornalismo crítico, a cobertura da corrupção torna-se um valor relevante que define a sua acção na perspectiva de *contra poder* que, além da dependência pelas fontes oficiais, abre espaço para a inclusão de outros actores que expõem a corrupção como a face negativa da governação em Moçambique.

A análise do jornal *Savana* mostra que o agendamento da grande corrupção relaciona-se com a existência de um maior número de reportagens produzidas, caracterizadas por enquadramentos personalísticos que definem a corrupção como escândalo sob os quais se enquadram os governantes em situações negativas. Este tipo de enquadramentos da corrupção no *Savana* relaciona-se com situações em que os procedimentos profissionais que obrigam à observância de padrões de qualidade e de verificação exigidos no tratamento das matérias

tenderem a ser relativamente reduzidos em relação ao jornal *Domingo*. Por outro lado, o baixo agendamento dos casos de corrupção e a predominância de enquadramentos temáticos e à cobertura de casos de pequena corrupção, orientam o jornal *Domingo* para uma cobertura que ofusca e retira a associação da imagem dos governantes aos actos negativos, emprestando uma visão em que a corrupção é vista como um problema generalizado sob o qual se reduz o nível de responsabilização do problema aos governantes. Este baixo nível de abertura do *Domingo* à uma visão crítica e da cobertura negativa tinha padrões de tratamento dos conteúdos considerados elevados, em relação ao jornal *Savana*.

Os níveis de agendamento e os enquadramentos oferecidos em cada jornal sobre a corrupção fazem concluir que existe uma orientação, no jornal *Domingo*, de interpretação da responsabilidade social fundada num papel informativo e de dissimulação da corrupção, quando ligada aos actores do partido Frelimo, o que se explica e define-se pela sua maior proximidade e controlo. Por seu turno, o jornal *Savana*, que revela uma abordagem que fundamenta um papel mais crítico e de contra poder na reportagem sobre a governação, mostra uma certa autonomia da sua agenda sobre a corrupção. As conclusões realçam o facto de haver ainda limitações na cobertura sobre a corrupção geradas pelo próprio contexto político, caracterizado pelos elevados níveis de secretismo e baixa cultura de transparência, barrando o acesso à informação sobre a corrupção acessível aos media; para além da forte influência e dependência dos jornais nas fontes oficiais, assim como a existência de recursos limitados para a prática de um jornalismo investigativo que possa impulsionar uma maior exposição dos casos de corrupção.

**Palavras-chave:** Democracia, Moçambique, Media, Corrupção, Agenda-setting e Profissionalismo

## ABSTRACT:

### **Journalism and democracy in Mozambique: The coverage of corruption cases in the newspapers Domingo and Savana**

This thesis discusses the role of the media, in Mozambique, in the context of multiparty democracy characterized by a ruling party, Frelimo. The central argument made is that the characteristics of a democracy with a ruling party ensure that the media system is characterized by the existence of media under that party's control, many of which were set up during the one party state (1977 – 1990), and operate as a space that protects its interests: on the other hand, there are media which make use of the democratic space, established since the 1990 Constitution, as opportunities to offer contents that are different from those of the media that are under the party's control, as well as a critical perspective on its governance.

The research undertaken is based on an analysis of how cases of corruption were dealt with in the newspapers *Domingo* and *Savana*, from 2008 to 2015. Although corruption is covered in *Domingo*, the relations between the editorial leadership with high-ranking figures in the ruling party, the dependence on official sources of information, the thematic framing, and a coverage oriented towards cases of petty corruption, reduce the spaces for negative exposure of the people involved. This approach of *Domingo* reduces the conception of a journalism oriented towards counter-power, particularly because that approach is more guided towards information about the events and actions of the institutions which deal with corruption. For its part, in the weekly paper *Savana*, guided by a vision of critical journalism, the coverage of corruption becomes a relevant value which defines its action from the perspective of *counter power* which, apart from dependence on official sources, opens space for the inclusion of other stakeholders who expose corruption as the negative face of governance in Mozambique.

The analysis of *Savana* shows how large scale corruption is put on the agenda through a large number of reports produced by the paper, characterized by personalized framing which defines corruption as a scandal involving figures from the government in negative situations. This way of handling corruption in *Savana* is related with the professional procedures which oblige reporters to observe the standards of quality and verification required when dealing with such matters. These procedures tend to be rather reduced in the case of *Domingo*. Furthermore, the lowly place on the paper's agenda occupied by corruption, and the

dominance of thematic framing and the coverage of cases of petty corruption, guide *Domingo* towards coverage which obscures and removes the association of the image of government figures with negative acts, providing a vision in which corruption is seen as a generalized problem under which the level of responsibility of government figures is reduced. This low level of openness of *Domingo* to a critical vision and negative coverage contrasts with the standards of treating the contents regarded as high in the case of *Savana*.

The places occupied on the agenda, and the framing offered by each paper about corruption leads us to conclude that there is a guideline in *Domingo* on interpreting its social responsibility based on disguising corruption, when it is linked to figures in the Frelimo Party, which is explained and defined by Frelimo's greater closeness and control. For its part, *Savana* shows an approach resting on a more critical role, and a role of counter power in reporting on governance, thus displaying a certain autonomy in its agenda on corruption. The conclusions stress that there are still constraints on covering corruption generated by the political context itself, which is characterized high levels of secrecy, a poor culture of transparency, barring the media from access to information about corruption. Furthermore, official sources have a strong influence on newspapers, which are also dependent on those sources. There are also limited resources for the practice of an investigative journalism which might drive a greater exposure of cases of corruption.

**Key words:** Democracy, Mozambique, Media, Corruption, Agenda-setting and Professionalism

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

---

**ADM – Aeroportos de Moçambique**

---

**ANC – African National Congress**

---

**AR – Assembleia da República**

---

**AT – Autoridade Tributária**

---

**BCM - Banco Comercial de Moçambique**

---

**BM - Banco de Moçambique**

---

**CC – Conselho Constitucional**

---

**CIP – Centro de Integridade Pública**

---

**CIRP - Comissão Interministerial da Reforma do Sector Público**

---

**CPD - Centro de Processamento de Dados**

---

**ECMEP - Empresa de Construção e Manutenção de Estradas e Pontes**

---

**EDM – Eletricidade de Moçambique**

---

**ERC - Entidade Reguladora de Comunicação Social**

---

**EUA – Estados Unidos da América**

---

**FMI - Fundo Monetário Internacional**

---

**FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique**

---

**GCCC - Gabinete Central de Combate à Corrupção**

---

**INAS – Instituto Nacional de Acção Social**

---

**INATTER – Instituto Nacional de Transportes Terrestres**

---

**IPAJ - Instituto de Patrocínio e Assistência Jurídica**

---

**ITIE - Iniciativa de Transparência da Indústria Extractiva**

---

**LAM – Linhas Aéreas de Moçambique**

---

**MCEL – Moçambique Celular**

---

**MDM – Movimento Democrático de Moçambique**

---

**MIF – Mo Ibrahim Foundation**

---

**MINED – Ministério de Educação**

---

**MINTER - Ministério do Interior**

---

**MJD – Ministério da Juventude e Desportos**

---

**MLT- Mozambique Leaf Tabaco**

---

---

**NU – Nações Unidas**

---

**OAS - Organização dos Estados Americanos**

---

**OECD - Organization for Economic Cooperation and Development**

---

**ONGs – Organizações Não Governamentais**

---

**PCI - Corruption Perceptions Index**

---

**PDD - Partido para Paz Democracia e Desenvolvimento**

---

**PGR – Procuradoria-Geral da República**

---

**PIC – Polícia de Investigação Criminal**

---

**RENAMO – Resistência Nacional Moçambicana**

---

**SPSS - Statistical Package for the Social Sciences**

---

**STAE- Secretariado Técnico da Administração Eleitoral**

---

**TI - Transparência Internacional**

---

**TJCM – Tribunal Judicial da Cidade de Maputo**

---

**TS – Tribunal Supremo**

---

**UA - União Africana**

---

**WGI – Worldwide Governance Indicators**

---

## INDICE

<b>CAPÍTULO I.....</b>	<b>21</b>
<b>I. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>21</b>
1.1 OBJECTIVOS DA TESE .....	24
1.2 VISÃO GERAL DAS METODOLOGIAS.....	25
1.3 COMPOSIÇÃO DA TESE.....	27
<b>PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONTEXTUAL SOBRE A DEMOCRACIA, MEDIA E CORRUPÇÃO .....</b>	<b>33</b>
<b>CAPITULO II .....</b>	<b>35</b>
<b>2. AS DEMOCRACIAS POLÍTICAS: CONCEITOS, ABORDAGENS E SEU ENQUADRAMENTO EM MOÇAMBIQUE .....</b>	<b>35</b>
2. 1. CONCEITOS E ABORDAGENS FUNDAMENTAIS SOBRE AS DEMOCRACIAS.....	37
2.1.1 <i>Conceitos sobre democracias</i> .....	37
2.1.2 <i>Eleições: competição, participação e representação</i> .....	41
2.1.3 <i>A prestação de contas e transparência na governação</i> .....	47
2.1.4 <i>Estado de Direito e as liberdades cívicas</i> .....	50
2.1.5 <i>Outras abordagens sobre a democracia</i> .....	52
2.2 O CONTEXTO DA DEMOCRACIA EM MOÇAMBIQUE.....	56
2.2.1 <i>O quadro histórico da transformação democrática</i> .....	56
2.2.2 <i>Do regime híbrido ao sistema do partido dominante</i> .....	61
2.2.3 <i>O sistema de partido dominante e os limites da cidadania em Moçambique</i> .....	66
<b>CAPÍTULO III.....</b>	<b>73</b>
<b>3. CORRUPÇÃO POLÍTICA E O SEU CONTEXTO EM MOÇAMBIQUE.....</b>	<b>73</b>
3.1 CORRUPÇÃO: CONCEITO E SIGNIFICADO .....	74
3.2 TIPOS DE CORRUPÇÃO .....	78
3.3 A CORRUPÇÃO E ESCÂNDALO .....	81
3.4 COMPREENDER A CORRUPÇÃO EM MOÇAMBIQUE.....	84
3.4.1 <i>Os índices sobre corrupção</i> .....	84
3.4.2 <i>As causas da corrupção em Moçambique</i> .....	87
3.4.3 <i>As medidas e as barreiras do combate à corrupção</i> .....	93
<b>4. OS MEDIA, DEMOCRACIA E SEU CONTEXTO EM MOÇAMBIQUE .....</b>	<b>101</b>
4.1 OS MEDIA E A DEMOCRACIA .....	102
4.1.1 <i>A imprensa e a esfera pública</i> .....	102
4.1.2 <i>As principais funções dos media em democracia</i> .....	105
4.1.3 <i>Uma visão crítica e os problemas dos media nas democracias</i> .....	108
4.1.4 <i>O Sistema dos Media e Político</i> .....	113

4.2	O SISTEMA DOS MEDIA NO CONTEXTO DA DEMOCRACIA DE PARTIDO DOMINANTE EM MOÇAMBIQUE .....	116
4.2.2	<i>Uma noção da responsabilidade social da imprensa em Moçambique</i> .....	124
4.2.3	<i>A democracia do partido dominante e o sistema dos media em Moçambique</i> .	128
<b>CAPÍTULO V .....</b>		<b>135</b>
<b>5.</b>	<b>O JORNALISMO E A COBERTURA SOBRE A CORRUPÇÃO POLÍTICA: UMA PERSPECTIVA SOBRE O AGENDAMENTO .....</b>	<b>135</b>
5.1	DO PODER DOS MEDIA AO AGENDAMENTO .....	136
5.2	O FRAMING NA PRODUÇÃO DAS NOTÍCIAS .....	140
5.3	OS DESAFIOS DA COBERTURA DA CORRUPÇÃO.....	143
<b>6.</b>	<b>ESTUDO EMPÍRICO: METODOLOGIAS APLICADAS .....</b>	<b>147</b>
6.1	ANÁLISE DE CONTEÚDO.....	148
6.1.1	<i>Aplicação nos estudos dos media e jornalismo</i> .....	148
6.2	A ANÁLISE DE CONTEÚDO E O AGENDA-SETTING: A DELIMITAÇÃO DA ANÁLISE DA COBERTURA SOBRE A CORRUPÇÃO NO <i>DOMINGO E SAVANA</i> .....	150
6.3	DEFININDO A ANÁLISE DE CONTEÚDO.....	152
6.4	FASES E PROCEDIMENTOS DA ANÁLISE DE CONTEÚDO.....	153
6.4.1	<i>Design da pesquisa</i> .....	154
6.4.2	<i>Os meios a analisar</i> .....	156
6.4.3	<i>O corpus</i> .....	160
6.4.4	<i>Definição de unidades de análise</i> .....	162
6.4.5	<i>Definição das categorias analíticas</i> .....	163
6.4.6	<i>Guia de codificação</i> .....	167
6.4.7	<i>Codificação</i> .....	177
6.4.8	<i>Análise dos resultados: Quantificação/inferências</i> .....	178
6.5	AS ENTREVISTAS.....	181
6.5.1	<i>O plano da amostragem</i> .....	182
6.5.2	<i>O desenho e aplicação das entrevista</i> .....	184
6.5.3	<i>Análise e apresentação dos resultados das entrevistas</i> .....	190
<b>PARTE II – O AGENDAMENTO, OS ENQUADRAMENTOS E O PROFISSIONALISMO NA COBERTURA DA CORRUPÇÃO.....</b>		<b>193</b>
<b>CAPÍTULO VII .....</b>		<b>195</b>
<b>7.</b>	<b>A CORRUPÇÃO NA AGENDA DOS JORNAIS <i>DOMINGO</i> E <i>SAVANA</i> .....</b>	<b>195</b>
7.1	O NÚMERO DE CASOS DE CORRUPÇÃO REPORTADOS PELOS JORNAIS .....	196
7.2	OS TAMANHOS MAIS FREQUENTES DE ARTIGOS PUBLICADOS.....	201
7.3	OS CASOS DE CORRUPÇÃO MAIS PREDOMINANTES .....	203
7.4	OS DOIS PRINCIPAIS CASOS DE CORRUPÇÃO POLÍTICA JULGADOS EM MOÇAMBIQUE. 205	
7.4.1	<i>O Caso Aeroportos de Moçambique</i> .....	205
7.4.2	<i>O Caso Ministério do Interior</i> .....	206
7.5	A GRANDE CORRUPÇÃO E O ESCÂNDALO POLÍTICO .....	207



7.6	OS TIPOS DE VIOLAÇÕES MAIS PREDOMINANTES .....	213
<b>CAPÍTULO VIII.....</b>		<b>217</b>
<b>8.</b>	<b>OS ENQUADRAMENTO SOBRE A CORRUPÇÃO.....</b>	<b>217</b>
8.1	A REPORTAGEM COMO GÉNERO DOMINANTE DOS SEMANÁRIOS.....	218
8.2	O ESTILO NARRATIVO NO DOMINGO E O ESTILO INTERPRETATIVO NA REPORTAGEM DO SAVANA.....	220
8.3	A ORIENTAÇÃO TEMÁTICA DAS NARRATIVAS SOBRE A CORRUPÇÃO .....	223
8.4	O TOM DOS ENUNCIADOS.....	228
<b>CAPÍTULO IX.....</b>		<b>231</b>
<b>9.</b>	<b>O PROFISSIONALISMO: AS FONTES DE INFORMAÇÃO, CREDIBILIDADE E QUALIDADE DAS REPORTAGENS SOBRE A CORRUPÇÃO .....</b>	<b>231</b>
9.1	AS FONTES DE INFORMAÇÃO SOBRE A CORRUPÇÃO.....	231
9.2	A CREDIBILIDADE E A IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES NAS MATÉRIAS SOBRE A CORRUPÇÃO .....	233
9.3	A QUALIDADE DAS MATÉRIAS SOBRE A CORRUPÇÃO E O EXERCÍCIO DO CONTRADITÓRIO	236
<b>CAPÍTULO X .....</b>		<b>239</b>
<b>10.</b>	<b>RELAÇÕES ENTRE JORNALISTAS E FONTES DE INFORMAÇÃO: OS LIMITES DA COBERTURA DA CORRUPÇÃO EM MOÇAMBIQUE .....</b>	<b>239</b>
10.1	A AGENDA DOS JORNAIS E O TIPO DE RELAÇÕES COM AS FONTES DE INFORMAÇÃO... 240	
10.1.2	<i>A falta de uma agenda dos jornais para o jornalismo investigativo .....</i>	<i>240</i>
10.1.5	<i>Poucos recursos humanos de qualidade .....</i>	<i>243</i>
10.2	DA COOPERAÇÃO AO DOMÍNIO DAS FONTES DA INFORMAÇÃO SOBRE AS REDACÇÕES	244
10.3	AS RELAÇÕES DE BASE ESTÁVEL E ESPORÁDICA ENTRE OS JORNALISTAS E FONTES DE INFORMAÇÃO .....	246
10.3.1	<i>As fontes de base estável .....</i>	<i>246</i>
10.3.2	<i>Fontes de base esporádica.....</i>	<i>248</i>
10.4	O PROCESSO DE APURAMENTO DA INFORMAÇÃO E AS SUAS FRAGILIDADES .....	250
<b>11.</b>	<b>O JORNAL <i>DOMINGO</i> E SAVANA: DUAS NONÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL OPOSTAS? .....</b>	<b>255</b>
11.1	O JORNAL <i>DOMINGO</i> E O SEU ALINHAMENTO POLÍTICO NA NOVA ERA DEMOCRÁTICA .....	255
11.2	O SAVANA E O ALVORECER DE UM JORNALISMO CRÍTICO EM MOÇAMBIQUE.....	256
11.3	O <i>DOMINGO</i> E SAVANA: DUAS VISÕES DIFERENCIADAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL .....	262
<b>12.</b>	<b>CONCLUSÕES .....</b>	<b>267</b>
12.1	A AGENDA DOS JORNAIS SOBRE A CORRUPÇÃO E AS SUAS LIMITAÇÕES.....	269

12.2	O SIGNIFICADO DOS ENQUADRAMENTOS NA COBERTURA SOBRE A CORRUPÇÃO	273
12.3	PROFISSIONALISMO E AS QUESTÕES CRUCIAIS DE QUALIDADE DA COBERTURA SOBRE CORRUPÇÃO	275
<b>13.</b>	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>281</b>
1.	GUIÃO DE ANÁLISE DE CONTEÚDO	303
2.	ARTIGOS ANALISADOS: ORDEM, TÍTULOS, LEADS, JORNAL E DATA DA PUBLICAÇÃO	307
3.	CLASSIFICAÇÃO DOS ARTIGOS POR GÊNEROS JORNALÍSTICOS	338
4.	CLASSIFICAÇÃO DOS ARTIGOS POR TAMANHOS	343
5.	CLASSIFICAÇÃO DOS ARTIGOS POR GÊNEROS JORNALÍSTICOS E ESTILOS DE NARRAÇÃO PREDOMINANTES	348
6.	CLASSIFICAÇÃO DOS ARTIGOS POR TIPOS DE CASOS RETRATADOS E ILÍCITOS CRIMINAIS REPRESENTADOS	353
7.	CLASSIFICAÇÃO DOS ARTIGOS PELOS CASOS DE CORRUPÇÃO E ASSOCIAÇÃO DE INSTITUIÇÕES	358
8.	CLASSIFICAÇÃO DOS ARTIGOS POR ENQUADRAMENTOS DA COBERTURA	371
9.	CLASSIFICAÇÃO DOS ARTIGOS PELO TOM DA COBERTURA	376
10.	CLASSIFICAÇÃO DOS ARTIGOS SEGUNDO A APRESENTAÇÃO DAS PROVAS AUXILIARES	381
11.	CLASSIFICAÇÃO DAS PEÇAS SEGUNDO O ESTATUTO DAS FONTES USADAS	386
12.	CLASSIFICAÇÃO DOS ARTIGOS SEGUNDO OS NÍVEIS DE IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES DE INFORMAÇÃO	391
13.	CLASSIFICAÇÃO DOS ARTIGOS SEGUNDO A APRESENTAÇÃO DAS POSSIBILIDADES CONFLITUAIS E DO CONTRADITÓRIO	396
14.	CLASSIFICAÇÃO DOS ARTIGOS SEGUNDO OS ACTORES DOS ACTOS DE CORRUPÇÃO REPRESENTADOS	401
15.	CLASSIFICAÇÃO DOS ARTIGOS CONSOANTE O PAPEL DOS ACTORES NOS CASOS DE CORRUPÇÃO REPORTADOS	418
	<b>ANEXOS – PARTE II (ENTREVISTAS)</b>	<b>420</b>
1.	ENTREVISTA COM O PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO	420
2.	ENTREVISTAS COM OS GESTORES DOS JORNAIS DOMINGO E SAVANA	429
3.	ENTREVISTAS COM EDITORES E REPÓRTERES	446

## ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1.	TIPOLOGIA DOS REGIMES POLÍTICOS DEMOCRÁTICOS	40
TABELA 2.	PRESIDENTES DE MOÇAMBIQUE DESDE 1975 – 2015	62
TABELA 3.	RESULTADOS PERCENTUAIS DAS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS DE 1994, 1999, 2004, 2009 E 2014 (EM PERCENTAGEM)	64

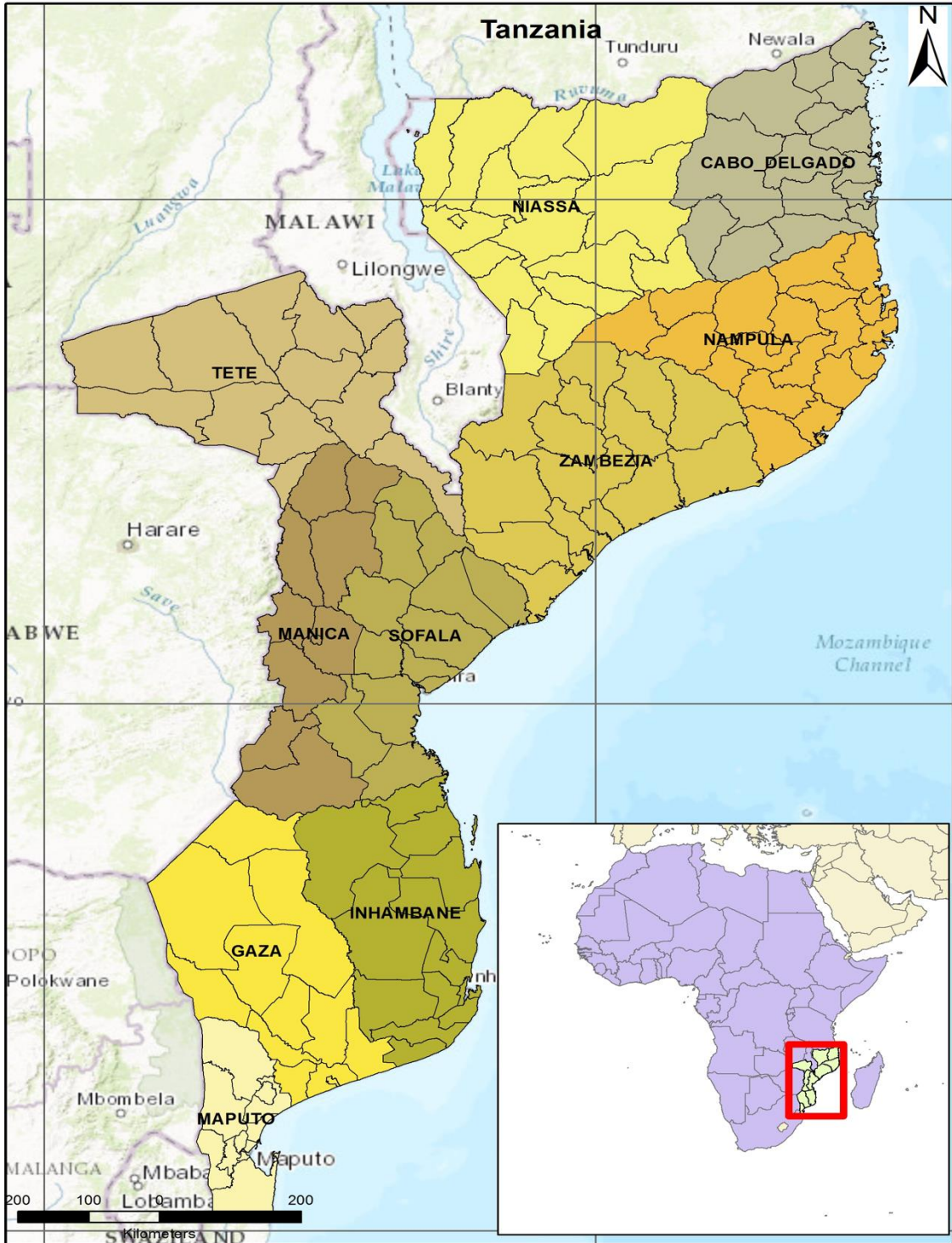
TABELA 4. RESULTADOS DOS CANDIDATOS ÀS ELEIÇÕES PRESIDÊNCIAS DE 1994, 1999, 2004, 2009 E 2014 .....	64
TABELA 5. POSIÇÃO DE MOÇAMBIQUE NO RANKING DO ÍNDICE DE PERCEPÇÕES SOBRE A CORRUPÇÃO DA TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL DE 2010 – 2015 .....	84
TABELA 6. CATEGORIAS DE PROCESSOS TRAMITADOS PELA PGR SOBRE A CORRUPÇÃO EM MOÇAMBIQUE DE 2009 – 2014.....	98
TABELA 7. MAPA DE DISTRIBUIÇÃO DOS ÓRGÃOS IMPRESSOS POR PROVÍNCIA.....	118
TABELA 8. TIRAGENS DE ALGUNS JORNAIS E REVISTAS EM MOÇAMBIQUE .....	119
TABELA 9. ESTAÇÕES DE TELEVISÃO EM MOÇAMBIQUE.....	123
TABELA 10. ESTAÇÕES DE RÁDIO EM MOÇAMBIQUE.....	124
TABELA 11. DISTRIBUIÇÃO DO CORPUS POR JORNAIS E ANOS DE ANÁLISE.....	161
TABELA 12. CLASSIFICAÇÃO DOS CASOS DE CORRUPÇÃO MAIS REPORTADOS POR ANO...	199
TABELA 13. DISTRIBUIÇÃO DO TIPO DE CASOS DE CORRUPÇÃO REPORTADOS.....	211
TABELA 14. CRUZAMENTO ENTRE A CLASSIFICAÇÃO DOS CASOS DE CORRUPÇÃO TENDO EM CONTA O IMPACTO SOCIAL E A DIMENSÃO .....	215
TABELA 15. DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ARTIGOS ANALISADOS TENDO EM CONTA O ESTILO DE NARRAÇÃO .....	221
TABELA 16. DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DOS ARTIGOS ANALISADOS TENDO EM CONTA O ESTILO DE NARRAÇÃO .....	222
TABELA 17. CRUZAMENTO DOS ARTIGOS POR ESTILOS DE NARRAÇÃO E OS ENQUADRAMENTOS .....	226

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1. DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ARTIGOS PUBLICADOS NOS JORNAIS SAVANA E DOMINGO SOBRE CORRUPÇÃO, ENTRE 2008 A 2015 .....	197
GRÁFICO 2. DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA TENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO DA COBERTURA NOS DOIS JORNAIS, EM CADA ANO ANALISADO .....	198
GRÁFICO 3. DISTRIBUIÇÃO DOS ARTIGOS ANALISADOS PELOS TAMANHOS.....	202
GRÁFICO 4. CASOS DE GRANDE CORRUPÇÃO MAIS DESTACADOS NA IMPRENSA .....	204
GRÁFICO 5. CASOS DE GRANDE CORRUPÇÃO MAIS DESTACADOS NA IMPRENSA .....	209
GRÁFICO 6. DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ARTIGOS SEGUNDO OS ILÍCITOS CRIMINAIS REPRESENTADOS.....	214
GRÁFICO 7. DISTRIBUIÇÃO DOS ARTIGOS POR GÊNEROS JORNALÍSTICOS.....	220

GRÁFICO 8. DISTRIBUIÇÃO DOS ARTIGOS TENDO EM CONTA OS ENQUADRAMENTOS MAIS PREDOMINANTES NA COBERTURA DOS JORNAIS .....	224
GRÁFICO 9. DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ARTIGOS SEGUNDO O TOM.....	229
GRÁFICO 10. DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS CATEGORIAS DE FONTES DE INFORMAÇÃO PREDOMINANTES.....	232
GRÁFICO 11. CLASSIFICAÇÃO DAS FONTES SEGUNDO O NÍVEL DE IDENTIFICAÇÃO .....	234
GRÁFICO 12. NÍVEL DE APRESENTAÇÃO DE PROVAS DE SUSTENTAÇÃO DOS FACTOS RELATADOS .....	235
GRÁFICO 13. DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ARTIGOS CONFORME A APRESENTAÇÃO DAS POSSIBILIDADES CONFLITUAIS .....	238

MAPA DE MOÇAMBIQUE





# CAPÍTULO I

## I. INTRODUÇÃO

O objectivo principal da presente tese é de compreender o papel dos media no contexto da democracia multipartidária em Moçambique. Trata-se de um objectivo de investigação que coloca em desafio a necessidade de explicar o sistema dos media que se desenvolvem dentro de um contexto político, mesmo que considerado democrático, com características peculiares e que, por consequência, influenciam a estrutura do seu funcionamento e a maneira como eles concebem a sua responsabilidade social.

Um destes aspectos é o facto de a democracia, em Moçambique, ser caracterizada por um partido dominante, a Frelimo, o mesmo no poder desde a independência nacional (1975), tendo passado por um período de partido único (1977 – 1990/94). Ao focalizar na análise dos media no contexto de democracia multipartidária; a pesquisa, busca explicar como é que os elementos característicos do sistema de partido dominante definem formas específicas de relacionamento e do papel dos media em Moçambique.

É no concernente a este aspecto que a investigação parte do debate de que a democracia, em Moçambique, mesmo que tenha sido alcançada a partir da transição formal das instituições, seja a nível da constituição e das leis e com a realização regular de eleições, ainda permanece influenciada por uma cultura política autoritária que se estabelece, sobretudo pelo facto de a transição do sistema monopartidário para o multipartidário não ter implicado a mudança das lideranças, continuando com o mesmo partido no poder que outrora fora o partido-estado, cuja compreensão de liderança ainda têm como base a percepção de que o controlo das instituições do Estado e das liberdades é fundamental para a sua manutenção.

Ao mesmo tempo que se faz sentir o domínio político do mesmo partido, a Frelimo, o processo de transição formal do regime monopartidário ao multipartidário abriu espaço para que outros actores que, não-alinhando com as mesmas estratégias e interesses do partido dominante, reivindiquem o uso das liberdades para as suas acções políticas ou cívicas; gerando espaço de pressão e de exigências para o exercício das liberdades consagradas constitucionalmente.

É neste quadro que se pode dizer que a institucionalização da liberdade de expressão e de imprensa, em 1990 (com a constituição) e com a lei de imprensa de 1992, abriu novos espaços de resposta à ânsia e das reivindicações de profissionais que já aspiravam praticar um jornalismo independente e livre do controlo directo da agenda do partido único e que se oriente numa perspectiva crítica em relação ao poder político, para além de se configurar como espaço de inclusão dos novos actores políticos que surgem com a democratização.

A criação de novos jornais não só surge como resposta ao ambiente legal ou como uma oportunidade de explorar novos mercados; mas sim como uma oportunidade para a oferta de conteúdos diferenciados dos jornais vindos do contexto monopartidário e com ligações com o partido dominante, dentro de um novo contexto em que se torna urgente abrir espaço para novos actores políticos e instituições cívicas que também surgem com o processo da democratização.

Para além de avaliar as funções normativas dos media, em Moçambique, no contexto da democracia do partido dominante, esta tese propõe-se a compreender e explicar o sentido da responsabilidade social dos media, tendo como base a análise da sua agenda sobre a corrupção percebida como sendo um dos problemas agravados. A questão central que se coloca é como se pode discutir sobre o papel dos media, num contexto em que as liberdades de imprensa e de expressão são, formalmente, instituídas; com um grupo de jornais que se servem deste ambiente legal para exercerem um jornalismo de contra poder e, por outro lado, a existência de jornais que ainda sofrem influência do partido dominante que prevalece, mesmo que de forma informal, com as práticas de controlo instituídos contexto do partido único?

Uma das primeiras respostas dadas sobre esta questão é de os media configuram-se como um espaço polarizado, no qual o partido dominante ainda continua a exercer uma forte influência sobre os meios públicos (sobretudo a radiodifusão), assim como as sociedades de imprensa privada mista, constituída com a participação dos capitais públicos, o caso da sociedade Notícias; os quais foram fundados no contexto do partido único, onde os mecanismos de controlo sobre essa imprensa eram manifestos. Por outro lado, parte significativa da imprensa que surge no contexto do liberalismo democrático funda-se e desenvolve-se com uma visão de operarem como alternativa dos meios que já são do controlo do partido dominante, por isso, a tendente abordagem crítica sobre a



governança e a sua abertura para a inclusão das opiniões que não encontram espaço nos meios de comunicação públicos.

Considerando este cenário da bipolarização, a tese desenvolve-se a partir do estudo de caso de dois jornais semanários, o *Domingo e o Savana*. O Jornal *Domingo*, propriedade da *Sociedade Notícias*, faz parte dos jornais fundados no contexto multipartidário que no período da transição tem sido visto como sendo alinhado, nos seus conteúdos, com o partido dominante, através de uma agenda que busca promover acções positivas da governança, reduzindo no máximo os espaços de crítica e publicações que prejudiquem negativamente a imagem de governantes. Por seu turno, o Jornal *Savana*, pertencente à *MediaCoop*, é criado no contexto da liberalização como uma oportunidade de exercício das liberdades de imprensa, oferecendo uma visão diferenciada baseada num jornalismo crítico e que concebe a cobertura dos sobre as diversas formas de abusos do poder, o seu principal papel, por isso um maior nível de agendamento da corrupção.

A focalização da investigação na análise dos casos de corrupção fundamenta-se por três motivos. Primeiro, porque o fenómeno da corrupção, entendido como o abuso de poder em benefício próprio dos agentes políticos democraticamente eleitos, pode ser vista como um das principais problemáticas da boa governança, transparência, imoralidade pública e imagem negativa dos políticos, sobretudo nos países onde tem maior incidência (Gambetta, 2002).

Segundo, para além de a corrupção ser um valor notícia e estar ligado ao cumprimento das responsabilidades do jornalismo na sociedade, foi escolhida como objecto de análise por ela se revelar um factor fundamental no debate político e mediático, sobretudo nos contextos democráticos onde há uma maior competitividade política e dos media. Como mostra Thompson (2000), num contexto marcado pela competitividade política, onde os media surgem como aliados ou oponentes; os rumores, as suspeições e as denúncias tornam-se matéria-prima facilmente transacionável. Um ilícito mediatizado ao adquirir a designação de escândalo, isto é, ao ser percecionado como uma transgressão praticada à revelia da ética política vigente, tende a tornar-se numa mercadoria de valor acrescentado, quer para os oponentes políticos quer para os media.

Terceiro, a análise da cobertura dos casos de corrupção deve ser vista como área de investigação relevante para compreender os media e como eles assumem a sua

responsabilidade num contexto marcado entre as liberdades formais e instituições do poder político com a cultura de controlo. Assim, a cobertura da corrupção não poderá ser vista, somente, como um bom valor notícia que enriquece o valor económico dos conteúdos noticiosos, mas inclusivamente como uma questão que impõe um exercício escrupuloso das responsabilidades dos media na sociedade, sobretudo porque a corrupção exige, inclusivamente, a responsabilidade de denunciar e o rigor na verificação dos factos, uma vez a sua publicação implicar com a reputação das figuras envolvidas. É por isso que o estudo empírico, para além de analisar as questões do agendamento da corrupção, busca compreender até que ponto as matérias agendadas são produzidas dentro dos padrões de profissionalismo.

Como se pode notar, o sentido da análise da cobertura dos media sobre a corrupção levado a cabo configura-se como complexo, pois coloca em destaque muitos aspectos que requerem uma abordagem holística, implicando considerar diversos factores que explicam a relação entre os media e a democracia, como já foi referido. Mais ainda importante é realçar que a tese busca definir-se como um debate importante para reflectir o que são os media em Moçambique democrático e que significado se pode atribuir às práticas dos seus profissionais, a partir da análise da cobertura dos casos de corrupção.

## **1.1 Objectivos da tese**

De uma forma mais específica, a pesquisa realizada e os resultados apresentados ao longo dos capítulos da tese, buscam responder aos seguintes objectivos:

1. Produzir um quadro de referências teóricas que permitam fazer uma análise do contexto da democracia multipartidária e o seu impacto no exercício das liberdades de imprensa em Moçambique;
2. Explicar o impacto do contexto político na configuração do mercado dos media em Moçambique, assim como da concepção da responsabilidade social que lhe é subjacente;
3. Compreender o contexto histórico do desenvolvimento dos media e o seu impacto na actual configuração do mercado dos media em Moçambique;

4. Destacar a corrupção como um dos problemas das democracias, assim como ela se revela e se configura como um problema fundamental da governação em Moçambique;
5. Compreender o nível de influência do partido dominante, a Frelimo, no exercício das liberdades de imprensa e das funções democráticas dos media;
6. Realizar um estudo de caso, nos jornais *Domingo* e *Savana*, que permita compreender os diversos níveis de actuação dos media em Moçambique na cobertura dos casos de corrupção;
7. Ilustrar, a partir da análise do agendamento dos casos de corrupção nos jornais *Domingo* e *Savana*, como a imprensa em Moçambique tem assumido as suas responsabilidades, considerando o nível de agendamento dos casos assim como o nível de profissionalismo com que eles são reportados;
8. Contribuir para o desenvolvimento da teoria do jornalismo, tendo como base as teorias do agendamento assim como do processo de produção das notícias, tendo como enfoque específico as relações entre os jornalistas e as fontes de informação
9. Contribuir e participar no debate académico alargado, oferecendo um quadro sistematizado de resultados de investigação que possam ajudar a compreender o contexto político dos media em Moçambique e como ele influi para a percepção das teorias de responsabilidade social e do agendamento das questões públicas cruciais, o caso da corrupção;

## **1.2 Visão geral das metodologias**

Tendo em conta os principais objectivos definidos para a investigação, pode-se considerar a presente pesquisa como sendo descritiva, sobretudo por pretender estabelecer relações e associações entre diversas variáveis que compõem o contexto político e os media; o agendamento da cobertura da corrupção nos jornais *Domingo* e *Savana*, assim como a relação entre práticas profissionais e o sentido que se lhe oferece para a compreensão do papel dos media no contexto democrático, em Moçambique.

Para possibilitar um melhor delineamento do estudo, em termos de constituição de um modelo teórico, analítico e de interpretação dos dados, foram aplicadas algumas formas

de pesquisa propostas por Gil (2002: 44 – 57) e que melhor se enquadram para as pesquisas de âmbito descritivo:

- i) a *pesquisa bibliográfica* - aplicada na revisão dos principais teorias de base e conceitos importantes relacionados com o problema em estudo. Esta pesquisa foi, basicamente, efectuada através da consulta de manuais em biblioteca ou de artigos retirados das principais revistas científicas na área dos media e jornalismo, ciências políticas e/ou outras áreas relevantes das ciências sociais e humanas;
- ii) a *pesquisa documental* - aplicada na colecta de diversas matérias existentes em fontes primárias para a sua classificação, interpretação e relacioná-los com o objecto em estudo. Essas fontes foram, maioritariamente, jornais, relatórios de instituições nacionais e internacionais que lidam com questões sobre democracia, governação, corrupção, os media e o jornalismo.
- iii) *O levantamento* – que consistiu na aplicação da análise de conteúdos sobre a cobertura da imprensa na corrupção política, onde o investigador constituiu um padrão de questões de análises, como procedimentos para medir os níveis de agendamento e dos enquadramentos do discurso sobre a corrupção nos dois jornais analisados (*Domingo e Savana*); por outro lado, a aplicação de entrevistas com repórteres e editores, para uma melhor contextualização da análise de conteúdo desenvolvida.

Como se pode notar, estes três níveis de pesquisa resultaram numa triangulação metodológica, que garantiu uma maior profundidade nas análises e discussões realizadas. Esta triangulação metodológica foi feita a partir da aplicação de metodologias qualitativas e quantitativas, permitindo que diversas perspectivas de análise se integrem, sobretudo no processo de análise e interpretação dos dados. Este processo foi-se efectivando, a partir do estudo do processo da produção das notícias, compreendendo o que os jornais definem como notícias sobre a corrupção, a orientação que eles dão nos conteúdos, ao produzirem os seus enquadramentos.

Desta forma, a abordagem quantitativa vai se desdobrar na aplicação da análise de conteúdo como técnica principal que se baseia num processo de quantificação e classificação de categorias discursivas previamente definidas (Hansen, Cottle, Negrine e Newbold, 1998: 94). Por seu turno, a abordagem qualitativa procede, a partir da realização

de entrevistas aprofundadas com repórteres e editores dos órgãos de comunicação analisados e outros que trabalham na área do jornalismo investigativo, em Moçambique, cujas experiências e conhecimentos se mostraram relevantes para o aprofundamento do debate sobre o sentido da cobertura da corrupção nos jornais para a democracia em Moçambique.

Considerando estes dois níveis de pesquisa, o quantitativo (baseado na análise de conteúdo) e o qualitativo (baseado nas entrevistas), foram definidos dois níveis (operacionais) de objectivos operacionais para a investigação, a saber:

- 1) *Análise de conteúdo* – que teve como objectivos principais ajudar a mediar o nível de agenda, as valorações/enquadramentos e a qualidade de tratamento, sob ponto de vista de observância de padrões de profissionalismo, dos casos de corrupção;
- 2) *Entrevistas abertas* – realizadas com o objectivo de compreender o contexto institucional em que os jornais operam; as relações entre os jornalistas e as fontes de informação, assim como o sentido que os jornalistas atribuem à cobertura dos casos de corrupção, conforme a orientação editorial do seu jornal.

### 1.3 Composição da tese

Excluindo a introdução e as conclusões, os resultados da investigação são apresentados em nove capítulos subdivididos em duas partes, que se sintetizam da seguinte forma:

#### Parte I – Abordagens teóricas

A primeira parte da tese é dedicada à constituição de um quadro teórico sobre os principais conceitos e abordagens operacionais da investigação. Mesmo considerando-a teórica, os seus capítulos buscam oferecer análises críticas e contribuições significativas sobre o contexto da democracia, dos media e da corrupção em Moçambique. Esta primeira parte é constituída pelos seguintes quatro capítulos:

- 1) **As democracias políticas: Conceitos, abordagens gerais e seu enquadramento em Moçambique** – este capítulo oferece uma perspectiva conceptual sobre as democracias políticas, destacando a sua evolução conceptual; assim como as principais variáveis que as caracterizam, destacando as eleições, o respeito pelas

liberdades cívicas, os direitos humanos, a prestação de contas. Numa segunda parte, o capítulo busca confrontar o contexto da democracia em Moçambique, ilustrando que diversos factores estiveram por de trás da transição do monopartidarismo ao multipartidarismo. No entanto, mesmo que o país tenha feito a transição, tal não passa ainda de um processo formal, sobretudo pelo facto de a Frelimo continuar o mesmo partido no poder, fazendo com que Moçambique represente aqueles regimes de democracias designadas por *híbridos*, na medida em que apresentam instituições democráticas formais, como eleições, mas que na verdade, o exercício do poder é feito sob forma autoritária; a oposição não consegue alcançar o poder por meios formais, não havendo espaços suficientes para a disputa política.

- 2) **Corrupção e o seu contexto em Moçambique** - Neste capítulo considera-se a corrupção como um dos problemas cruciais em muitas democracias, compreendida como um comportamento desviante dos servidores públicos, revelando actos que lesam a prossecução dos interesses públicos. Para além de definir e classificar a corrupção, o capítulo explora os argumentos que demonstram os seus impactos negativos. De forma específica, apresenta-se, ao longo do capítulo, um debate sobre o contexto da corrupção em Moçambique, demonstrando os níveis de percepção da sua gravidade, tendo como base os diversos índices de transparência e governação, assim como as suas causas e enraizamento na estrutura política e burocrática.
- 3) **Os media e a democracia e o seu contexto em Moçambique** - Este capítulo parte da ideia de que os media desempenham um papel relevante nas democracias, ilustrando que eles se configuram como instituições fundamentais para a participação e a garantia da transparência. Para além das visões positivistas que concebem o papel dos media nas democracias, como promotores das liberdades e se configurando como uma esfera de participação; o capítulo oferece uma perspectiva crítica sobre os limites dos media nas democracias, destacando as questões ligadas às interferências políticas, às limitações financeiras, aos problemas de ética profissional. Na sua segunda parte, o capítulo oferece uma abordagem sobre o sistema dos media em Moçambique inspirada no debate sobre a responsabilidade social, assim como nas abordagens sobre os sistemas dos media e a política de Hallin e Mancini (2010). Sobre o contexto dos media em Moçambique, três elementos são de registo fundamental: O primeiro é o facto de a imprensa ser influenciada por elementos históricos, destacando a ligação e o

controlo dos meios públicos pelo partido Frelimo. Em segundo lugar, a ideia de que a imprensa escrita possui um papel pouco significativo, levando a radiodifusão a ser o meio mais importante, sobretudo devido às questões de pobreza e de baixos níveis de alfabetização. O terceiro aspecto está ligado à ideia de que os media encontram orientações políticas diferenciadas, marcadas sobretudo pela existência de um alinhamento de certos jornais com o partido dominante e um outro grupo de jornais tendentes à orientar os seus conteúdos para a crítica da governação do partido Frelimo.

- 4) **O jornalismo e a cobertura sobre a corrupção política: Uma perspectiva sobre o agendamento** - O capítulo sobre a cobertura dos media em questões de corrupção política é fundamentado pela vasta literatura da sociologia do jornalismo, buscando ilustrar que o jornalismo é um factor preponderante na formação da opinião pública na sociedade (agenda-setting), este processo ocorre num duplo sentido, através da selecção e enquadramento dos assuntos. Nesta perspectiva, o paradigma da agenda-setting é chamado a assumir um papel importante na fundamentação produzida, sobretudo no que diz respeito ao efeito do enquadramento. O capítulo busca oferecer um quadro de referências teóricas fundamentais no quadro da teoria do jornalismo que possibilite introduzir a análise de conteúdo sobre a cobertura da corrupção, nos jornais *Domingo* e *Savana*.

## **Parte II – Estudo de caso**

Após o capítulo de metodologias, sob o qual se apresentam os diversos instrumentos aplicados para o desenvolvimento da investigação, se definem as principais variáveis e categorias da pesquisa; a segunda parte apresenta cinco capítulos de descrição e discussão dos resultados da pesquisa empírica, baseada na análise de conteúdo e entrevistas com jornalistas, a saber:

- 5) **A corrupção como agenda dos jornais *Domingo* e *Savana*** - Neste capítulo são apresentados resultados que buscam ilustrar o nível da cobertura da corrupção nos jornais *Domingo* e *Savana*, explorando as variáveis ligadas ao número de artigos, espaço ocupado, o tipo de ilícitos de corrupção, a dimensão dos casos de corrupção

e as categorias dos principais casos reportados. Este capítulo faz análises sobre o nível de prioridade da temática corrupção nos dois jornais, tendo em conta a sua dimensão, aliando-os à noção do escândalo político.

- 6) **Os enquadramentos sobre a corrupção** - O capítulo sobre o enquadramento da corrupção expressa os resultados da análise de conteúdo nas categorias que buscam identificar o tipo de representações discursivas que ilustram a maneira como o discurso é narrado e apresentado aos leitores, considerando que estas representações podem constituir a imagem pública sobre a corrupção. As análises oferecidas partem da avaliação das variáveis que categorizam o estilo de orientação discurso dos géneros noticiosos entre a informação, interpretação e análise. Por outro lado, são analisados categorias de enquadramentos sob ponto de vista do enfoque da cobertura na temática, no drama ou nas personalidades. Num outro âmbito, as análises focalizam-se no tom dos enunciados, baseando nas avaliações positivas ou negativas feitas nas descrições sobre os actores.
- 7) **O profissionalismo: As fontes de informação, credibilidade e qualidade das reportagens sobre a corrupção** – Este capítulo oferece os resultados que estabelecem a relação entre a agenda dos media sobre a corrupção e a adequação dos procedimentos profissionais no processo da cobertura. Tendo como base à diversa literatura sobre o *newsmaking*, foram definidas variáveis de análise de conteúdo cujas categorias ajudam a avaliar até que ponto as reportagens respondem aos padrões profissionais de credibilidade e qualidade da informação reportada. Das diversas variáveis analisadas, pode-se destacar o tipo de fontes usadas nas notícias e o seu estatuto; o nível de identificação das fontes de informação; a apresentação de provas auxiliares que suportem a credibilidade dos factos narrados e apresentação das possibilidades conflituais, sobretudo nos casos em que personalidades e entidades aparecem a serem acusadas de práticas de corrupção.
- 8) **Os riscos e limites da cobertura da corrupção em Moçambique** - Este capítulo confere a primeira parte dos resultados das entrevistas e destaca as fragilidades do agendamento da corrupção nas redacções, tendo em conta que, em muitas vezes, a corrupção exige a prática de métodos de jornalismo investigativo. Devido às pressões de tempo, fragilidades de recursos e um fraco nível de responsabilidade social, a agenda da corrupção acaba sendo influenciada pelos actores externos,



sejam as fontes oficiais ou não oficiais. O capítulo mostra que o domínio das fontes oficiais, sobretudo no jornal *Domingo*, acaba sendo um factor de definição de uma maior proximidade entre o jornal e essas fontes, havendo poucos espaços de exposição negativa dos actores que se localizam nas esferas das instituições que providenciam essas informações. Por seu turno, o jornal *Savana*, mesmo com iniciativas de reportagens, a sua agenda sobre a corrupção acaba sempre no risco de falhas, devido à pressão e exiguidade de recursos para tornar o seu trabalho mais acurado.

**9) O jornal *Domingo* e *Savana*: Duas noções de responsabilidade social opostas? -**

O capítulo faz uma revisão contextual do surgimento dos dois jornais, demonstrando as perspectivas e compreensões dos gestores sobre a orientação editorial dos jornais, tendo como o destaque a relação com o partido dominante ou os níveis em que os jornais se consideram independentes. Nota-se que, mesmo se entendendo que os jornais têm a função informativa, existe uma distância entre o que os gestores consideram que seja a função de *contra poder*, tendo o jornal *Domingo* com a expressão e prática mais receosa, privilegiando uma abordagem ligada ao que se designa de jornalismo para o desenvolvimento; por seu turno, o jornal *Savana*, com uma abordagem claramente de confronto em relação ao poder político que, mesmo com os seus limites, busca aproximar-se à uma visão liberal do jornalismo. O capítulo busca abrir espaço para o fecho da tese, conclusões, ilustrando a partir das diversas vertentes, como os dois jornais, embora se assumam socialmente relevantes, oferecem um significado diferenciado das suas práticas, desde à maneira como definem o seu trabalho e na orientação dos conteúdos sobre a governação.



**PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONTEXTUAL SOBRE A  
DEMOCRACIA, MEDIA E CORRUPÇÃO**



## **CAPITULO II**

### **2. AS DEMOCRACIAS POLÍTICAS: CONCEITOS, ABORDAGENS E SEU ENQUADRAMENTO EM MOÇAMBIQUE**

A compreensão dos media e da corrupção, enquanto conceitos e práticas, só ganham o seu significado quando associados a um determinado contexto, seja ele político, cultural ou económico. É neste quadro que o presente capítulo busca oferecer um conjunto de perspectivas e reflexões que permitam perceber as questões ligadas com o contexto da democracia em Moçambique.

Mas antes de entrar na questão sobre as características específicas sobre a democracia em Moçambique, o capítulo busca, como primeiro passo destacar, as principais dimensões teóricas que caracterizam os sistemas democráticos, como um recurso importante para melhor estabelecer as suas distinções e as peculiaridades do sentido que se lhe possa oferecer no contexto moçambicano.

No que tange às concepções sobre as democracias, fundamenta-se a importância de expandir a sua compreensão como sistemas que, para além possuírem governantes eleitos, agregam um conjunto de elementos que lhes deverão caracterizar, como por exemplo: o respeito pelo exercício das liberdades, a prestação de contas/transparência, e o Estado de Direito. A abrangência das características dos regimes democráticos observa o processo desenvolvimento dos debates em seu torno no campo da ciência política, considerando sobretudo os trabalhos realizados por Schumpeter ([1950] 1961), Lipset (1959), Dahl ([1971]1997), O'Donnell (2004).

Nas diversas perspectivas oferecidas, é preciso considerar a importância dada à Dahl, pelo facto de conceber a democracia num quadro de abordagens relacionadas com os conceitos centrais desenvolvidos ao longo da tese. Dahl ([1971]1997), ao compreender as democracias (poliarquia) sob ponto de vista da contestação, oferece fundamentos importantes para análise das questões sobre os media e a corrupção (mesmo que a sua abordagem não seja directa) sobretudo por remeter o debate às questões das liberdades e de prestação de contas como características fundamentais dos sistemas democráticos. Trata-se

de uma abordagem que alicerça, por um lado, o debate sobre o papel dos media nas democracias, enquanto promotoras das liberdades de expressão, os quais alimentam e se configuram como uma esfera de debate público, para além de possibilitarem o acesso à informação. Por outro lado, as abordagens de Dahl ([1971]1997), ao remetem às questões de transparência, possibilitam compreender a corrupção no quadro dos problemas que afectam a capacidade de os governantes representarem os interesses dos eleitores, traçando, numa outra dimensão, um fundamento importante da actividade dos media que se baseia na função de controlo da acção governativa.

Ao se discutir, nesta primeira parte, o quadro conceptual sobre as democracias, não se pretende somente produzir um enquadramento dos capítulos que abordam sobre os media e a corrupção; mas sim, traçar pontos de referências que permitam reflectir sobre a democracia no contexto moçambicano.

Assim, no concernente ao contexto da democracia em Moçambique, mostra-se que o processo da democratização deve ser visto, em primeiro plano, num quadro histórico da formação do Estado, depois da independência nacional em 1975, a partir do qual se podem compreender as suas principais características que residem no facto de, mesmo depois da transição democrática, com a introdução da constituição de 1990, ainda haver elementos típicos dos sistemas autoritários, o que transforma Moçambique como um sistema democrático considerado *híbrido*.

Olhando para os elementos da ordem histórica da sua institucionalização, a introdução do sistema democrático pode ser visto como um imperativo sob o qual o País deveria optar para a solução dos seus problemas, num contexto em que não havia espaço, olhando para os acontecimentos internos e internacionais, para a não mudança do regime político monopartidário instituído após a independência nacional, em 1975. No entender a discussão levantada, esta mudança tem o seu sucesso pelos avanços feitos sob ponto de vista formal e não material (no que tange às práticas democráticas), uma vez que a cultura política autoritária, fundadora do antigo regime, se fez sentir ao longo dos 25 anos da democracia e não haver ainda alternância no poder.

Este facto revela-se nas principais características do tipo de democracia que Moçambique representa, marcadas pela realização regular das eleições, mas com o mesmo Partido (Frelimo) a vencer todas as eleições; as fragilidades dos partidos de oposição de se

constituírem como alternativa à Frelimo; a existência de certos níveis de intolerância política; a falta de transparência na administração pública e os consequentes elevados níveis de corrupção. Estas características vêm a associar-se os baixos níveis de educação e desenvolvimento económico do País que colocam em causa a qualidade de participação.

## **2. 1. Conceitos e abordagens fundamentais sobre as democracias**

### **2.1.1 Conceitos sobre democracias**

Apesar de se reconhecer que o conceito e o ideal da democracia fazem parte de uma longa tradição milenar, desde a Grécia Antiga; a adopção como sistema político dominante em grande parte dos países do mundo começa a ganhar lugar momentos depois da segunda-guerra mundial, sobretudo nos finais da década 50 e inícios da década 60 (Møller e Skaaning, 2013). Acompanhando este processo massivo de transformações que se verificam em muitos países de sistemas autoritários para o democrático, o campo académico começa também a ganhar um forte interesse em compreender os processos de democratização.

Desde a década 50 que os estudos empíricos sobre o processo de democratização tomam lugar, com os primeiros trabalhos desenvolvidos por Schumpeter ([1950]1961), Lipset (1959), Dahl ([1971]1997) no sentido de contribuir para a compreensão, caracterização e medição dos principais indicadores das democracias políticas no mundo; assumiram-se como sendo de capital importância para a constituição de bases e futuros trabalhos de investigação sobre as democracias políticas. O aperfeiçoamento conceptual e metodológico dos estudos sobre as democracias ganha lugar nas décadas 80 e 90, com proeminentes trabalhos desenvolvidos por Bollen (1990), Sartori (1987), O'Donnell (2004).

Pode-se assumir a abordagem de Bollen (1990) como sendo basilar, especificamente por permitir fazer uma clara distinção das duas dimensões fundamentais que definem as democracias políticas: os direitos políticos e as liberdades políticas. Os direitos políticos devem ser compreendidos na medida em que um governo é capaz de prestar contas e oferecer oportunidades para que, cada indivíduo, através de diversas formas, participe no processo de tomada de decisões. Os direitos políticos podem ser avaliados através da maneira como os líderes políticos são eleitos, os níveis de participação eleitoral, a sua transparência e a justiça nos processos eleitorais. Por seu turno, as

liberdades políticas manifestam-se na abertura do país para o exercício das liberdades de expressão e de associação. As liberdades políticas referem-se, de forma geral, às características como a liberdade de expressão, de imprensa, de formação de associações ou políticos para exercer oposição das políticas governamentais e a ausência da censura (Bollen, 1990).

A partir destas duas dimensões, é possível notar o nível de evolução histórica do debate conceptual sobre as democracias. Existindo, neste sentido, um grupo de autores que centram as suas discussões na compreensão das democracias, somente sob ponto de vista dos direitos políticos até os que incluem nas suas concepções as questões ligadas às liberdades políticas. Estas concepções devem ser vistas como sendo graduais e que foram evoluindo ao longo do tempo.

É neste sentido que, num primeiro nível, podem-se encontrar autores como Schumpeter ([1950] 1961), Lipset (1959) e Sartori ([1987] 1994) que fazem parte dos que compreenderam as democracias na perspectiva dos direitos políticos. Schumpeter (1950:269) define a democracia política como “um arranjo institucional para se chegar a decisões políticas em que os indivíduos adquirem o poder de decidir, por meio de uma luta competitiva pelo voto do povo”. Schumpeter ([1950] 1961) considera que a competição política pela liderança é o critério usado para distinguir os governos democráticos, sendo o método eleitoral o critério fundamental para produzir governos e desapossá-los. Por seu turno, Lipset (1959) define a democracia como um sistema político que providencia oportunidades constitucionais de permuta de oficiais governamentais, através da possibilidade da população influenciar decisões através das suas escolhas. Por último lugar, Sartori ([1987] 1994) compreende a democracia baseando-se nos processos de tomada de decisão, realizado a partir da participação das maiorias (o povo) em processos eleitorais. Isto é, o processo de tomada de decisões é feito em dois níveis, as maiorias que decidem nas eleições, as minorias que vão deliberar sobre as questões políticas concretas.

Møller e Skaaning (2013), sustentando a posição da Bollen (1990), mostram que a compreensão das democracias não é uma questão simplesmente de eleições, conforme compreendem estas primeiras abordagens ligadas aos direitos políticos. As eleições, embora sejam o mais frequente e plausível critério de definir as democracias contemporâneas, devem ser agregadas aos outros critérios fundamentais que



complementam a caracterização dos sistemas democráticos, podendo ser extraídas ao que foi considerado por Bollen (1990) como sendo as liberdades políticas.

No segundo nível encontram-se as abordagens de Dahl ([1971]1997) e O'Donnell (2004) como sendo as que mais se aproximam ao debate que abrange e concebe as democracias nos aspectos ligados aos direitos e liberdades políticas. É importante assinar que, para o caso de O'Donnell acrescenta mais uma dimensão para além das duas primeiras, o “estado de direito”.

Dahl ([1971]1997), na sua obra *Poliarquia: Participação e Oposição*, parte do pressuposto de que uma das característica-chaves da democracia é a contínua ‘responsividade’ do governo às preferências de seus cidadãos. Dahl usa o termo poliarquia, entendido como os regimes relativamente democratizados, dotados de um carácter inclusivo e aberto à contestação pública. Para que o governo seja responsivo às preferências dos cidadãos todos devem ter oportunidades de i) formular suas preferências; ii) expressar suas preferências iii) de ter as suas preferências igualmente consideradas na conduta do governo, isto é, consideradas sem discriminação decorrente do conteúdo ou da fonte de preferência. Assim, o nível de ‘responsividade’ só pode ser possível se forem salvaguardados oito garantias institucionais das democracias: 1. Liberdade de formar e aderir à organizações; 2. Liberdade de expressão; 3. Direito de voto; 4. Elegibilidade para cargos públicos; 5. Direito de líderes políticos disputarem apoio (5a. Direito de os líderes políticos disputarem votos); 6. Fontes alternativas de informação; 7. Eleições livres e idóneas 8. Instituições para fazer com que as políticas governamentais dependam de eleições e de outras manifestações de preferência.

Estas garantias das democracias apresentadas pelo Dahl nos pontos 1, 2 e 6 referem-se às liberdades políticas e as dimensões 3, 4, 5, 7 e 8 aos direitos políticos. No entanto, segundo argumenta Dahl é difícil separar os dois níveis, pois o direito de voto, por exemplo, participa nas duas dimensões. Quando um regime garante este direito a alguns de seus cidadãos, ele caminha para uma maior contestação pública. Mas, quanto maior a proporção de cidadãos que desfruta do direito, mais inclusivo é o regime. Embora haja esta mutualidade, nas oito garantias apresentados por Dahl, as dimensões dos direitos políticos e das liberdades políticas podem ser uma boa conjugação para compreender os sistemas democráticos (Bollen, 1990).

Nas dimensões já abordadas pelos outros autores anteriores, O’Donnell (2004) acrescenta o *estado de direito* como um dos atributos que definem as democracias. Um *estado de direito* implica a existência de igualdade perante a lei e a sujeição de todos agentes, privados e públicos, ao controlo da legalidade sobre os seus actos. Isto é, o *estado de direito* implica que as leis são igualmente aplicadas aos cidadãos, independentemente da sua condição social, política, religiosa, étnica, etc.

Conforme assinalam Møller e Skaaning (2013), apesar de ter havido numerosas tentativas de dar sentido a estas diversas definições de democracia, não se havia feito uma hierarquia que caracteriza a relação existente entre elas. Neste sentido, conforme ilustra a tabela abaixo, pode-se proceder à hierarquização das definições, partindo de Schumpeter que compreende as democracias no quadro do sufrágio universal, igualitário ou seja da competição para a liderança colocam a democracia numa das suas características mínimas. Em segundo lugar, a definição da poliarquia de Dahl que, para além da contestação eleitoral e a inclusão, acrescenta a questão das liberdades civis como elementos fundamentais para caracterizar as democracias. Por seu turno, O’Donnell, expressamente, adopta a definição de Dahl e acrescenta-lhe o conceito de estado de direito como fundamental para compreender as democracias.

Tabela 1. Tipologia dos regimes políticos democráticos

	Eleições competitivas	Eleições inclusivas com elevada integridade	Liberdades Cívicas	Estado de Direito
Democracias minimalistas	+			
Democracias Eleitorais	+	+		
Poliarquias	+	+	+	
Democracias liberais	+	+	+	+

Fonte: Møller e Skaaning (2013: 144)

Como se pode notar na tabela 1, a definição de Schumpeter compreende as democracias *minimalistas* uma vez ser a mais “mínima” definição dentro da tradição dos estudos da democracia; as *democracias eleitorais* ilustram uso único do critério eleitoral para compreender as democracias, tendo como inspiração as definições ‘de Sartori ([1987]

1994); poliarquia compreende a definição de Dahl; e *as democracias liberais* denotam a combinação inclusiva das eleições, liberdades cívicas e o estado de direito.

É preciso notar que estas abordagens não pretendem estabelecer que a noção de democracias liberais seja o ponto final da teoria democrática, porém, indicar que ela constitui a mais expressiva definição que regularmente é aplicada em estudos actuais e para grande parte dos fundamentos que se traçam ao longo da investigação que se desenvolve, havendo várias definições e formas de as classificar. A sua discussão mostra-se de carácter importante na medida em que permite retirar uma série de elementos que permitem fazer a caracterização e classificação dos níveis de desenvolvimento das democracias, a nível mundial.

Por exemplo, vai-se notar na segunda parte deste capítulo que a aplicação do conceito das democracias minimalistas pode rever um passo importante para debater o contexto da democracia, em Moçambique, muito marcado pela realização regular de eleições mas sem alternância, o que indica que essas democracias cingem-se em procedimentos que não se transformam em práticas, uma vez abrir-se espaço para o exercício de certos direitos políticos e a contra parte das liberdades cívicas não se fazer sentir com maior relevância.

Por outro lado, o desenvolvimento das abordagens teóricas determina um conjunto de elementos chaves que urgem discutir para melhor compreender as democracias, das quais destacam-se “eleições: competição, participação e representação”; “A prestação de contas e transparência na governação” e “Estado de Direito e as liberdades cívicas”.

### **2.1.2 Eleições: competição, participação e representação**

A competição eleitoral como uma das características fundamentais das democracias é subjacente à sua etimologia “governo do povo”, como um mecanismo que garante a participação do povo nas decisões políticas, sobretudo através da escolha dos governantes. Assim, esta variável, como foi dito, constitui a primeira forma de compreender as democracias, uma vez que elas só podem existir, em primeiro passo, quando os políticos

chegarem ao poder, por meio de uma competição eleitoral, onde os cidadãos participam de forma livre<sup>1</sup> e directa.

No entanto, definir as democracias como um sistema marcado pelas eleições seria uma forma mínima de compreendê-las, embora constitua uma das condições primordiais<sup>2</sup>. E, mesmo considerando o nível da realização das próprias eleições, para que elas sejam tidas como válidas, devem ocorrer num contexto de competição, igualdade de oportunidade de participação política e legitimidade dos seus procedimentos (Lindberg, 2006; O'Donnell, 1999).

Para mostrar a relevância da competição, para o bom funcionamento das democracias, Becker (1958) argumenta que uma democracia ideal deveria ser comparável a um sistema empresarial que funciona num contexto de mercado livre. A comparação do autor do funcionamento das democracias com o sistema dos mercados de livre concorrência, permite perceber o papel da competição “...indeed, perfect competition is as necessary to an ideal political democracy as it is to an ideal free enterprise system” (Becker, 1958: 106). Esta comparação fundamenta-se na ideia de que tanto as empresas assim como os partidos políticos têm como objectivo final serem escolhidos, sendo necessário que influenciem os comportamentos dos outros.

Esta noção tem implicações importantes. Primeira, a necessidade da existência da liberdade de expressão; segunda, a necessidade de os partidos políticos adoptarem programas que interessem aos eleitores, isto é, os partidos políticos só podem ser bem-sucedidos na competição se conseguirem responder aos desejos e preferências da maioria dos eleitores; terceira, a importância da eficiência para garantir a sobrevivência. Isto é, de igual forma que uma empresa precisa garantir maiores resultados com os menores custos possíveis, um partido político, para que seja competitivo, deverá ser eficiente, garantindo

---

<sup>1</sup> Pode-se encontrar uma melhor compreensão desta variável característica das democracias, em Dahl, Lipset e de forma mais evidente em Schumpeter ([1950]1961:269), onde se define a democracia política como “um arranjo institucional para se chegar a decisões políticas em que os indivíduos adquirem o poder de decidir, por meio de uma luta competitiva pelo voto do povo”. Schumpeter considera que a competição política pela liderança é o critério usado para distinguir os governos democráticos, sendo o método eleitoral o critério fundamental para produzir governos e desapoosá-los.

<sup>2</sup> Adiante serão mostrados os argumentos e os exemplos dos países africanos, o caso de Moçambique, que embora sejam caracterizados por eleições, não chegam a ser democracias completas por não responderem, cabalmente, aos outros indicadores das democracias, como o respeito pelas liberdades e direitos cívicos.

que os custos da operação dos assuntos do Estado sejam feitos com maiores resultados e menores gastos possíveis (Becker, 1958: 107).

Por sua vez, a participação implica um sistema que garanta a igualdade entre os cidadãos, sobretudo na possibilidade de formarem os partidos políticos, concorrerem em igualdade de circunstâncias e votarem, sem limitações (Dahl, [1971] 1997). Não se pode falar da participação política expressa sem a soberania do povo, pois é a partir dela que os cidadãos, de forma autónoma e igualitária, fazem escolhas dos seus governantes. Como argumenta Lindberg (2006), o valor fundamental da democracia é o facto de a liberdade individual e colectiva se traduzam, não só na igualdade de participação política, mas também na competição política, permitindo que as pessoas exerçam a sua soberania para governar.

De uma forma geral, a qualidade das democracias deverá ser caracterizada pela legitimidade dos governantes eleitos de forma transparente e justa. Para o efeito, é preciso que os resultados eleitorais sejam aceites por todos os intervenientes, sobretudo pelos perdedores; o processo eleitoral ocorra num ambiente de paz, sem nenhuma violência; uma participação massiva do eleitorado, com menores índices de abstenções; uma forte abertura para participação de partidos de oposição (Lindberg, 2006).

O processo de participação eleitoral é fundamental na medida em que ele assegura a escolha dos representantes do povo, assim como conferir-lhe uma maior legitimidade. Esta participação, mesmo no conceito em que os partidos concorrem de forma equitativa, deverá ser assegurada por uma maior informação sobre as propostas dos partidos políticos para os mandatos que concorrem, como forma de garantir que as escolhas sejam feitas de forma consciente. Ao serem eleitos, os políticos devem procurar, no máximo possível, implementar as políticas que representem os interesses dos seus eleitores, como forma de garantir a sua manutenção.

Por outro lado, pode-se notar que existe um conflito de interesse entre a importância do acesso à informação para a participação e a necessidade de os partidos políticos ganharem as eleições. Em muitas ocasiões, o que se assiste-se é que os partidos políticos, gozando das diversas estratégias de comunicação eleitoral, ao invés de promoverem um processo comunicativo visando a partilha de informação, adoptam as

estratégias de marketing comercial, o que acaba transformando o voto numa mercadoria, tornando-se o processo comunicativo mais emocional do que racional.

Em muitos casos, mesmo nas democracias mais consolidadas, têm-se mostrado que as práticas da comunicação eleitoral reduzem importância da informação como fundamento da participação eleitoral, dando-se mais destaque à comunicação emocional. Esta situação conflitual surge, exactamente, pela natureza do processo eleitoral que se demarca, não como um imperativo democrático de participação, mas também na ideia de que os partidos políticos estão em competição, o que faz com que o foco seja mantido na conquista do voto. Tem-se verificado, com frequência, o quanto, nos períodos eleitorais e na comunicação política no seu global, os partidos políticos fazem grandes investimentos em matérias de comunicação, através da mobilização de estratégias, dispositivos e instrumentos para comunicar ideias e propostas, convencer, emocionar, de forma a sensibilizar os cidadãos a votarem em si; sem com isso darem um maior privilégio à própria informação (Serrano, 2006; Blumler e Gurevith, 2001; Bennett e Manheim, 2001).

É por isso que a aplicação da comunicação política tende a reduzir a ideia da participação dos cidadãos, tendo em conta a noção da informação, mas sim olhando para o nível em que os partidos políticos são capazes de engajar e promover uma maior mobilização. Este efeito do marketing pode quebrar o sentido que se atribui à participação, por sinal os níveis de legitimidades que os incumbentes vão ter, elevando a possibilidade da contestação das suas acções, após os momentos eleitorais.

Uma outra questão que requer uma maior análise é a representação por mandato<sup>3</sup> e participação eleitoral que implicam, sobretudo um respeito dos políticos sobre os interesses dos eleitores, tanto ao nível das promessas eleitorais, assim como no processo da governação. Isto é, os políticos são eleitos, num processo competitivo, para governarem durante um período de tempo e só podem ser reeleitos se responderem e respeitarem (representação) os interesses dos seus eleitores. Este processo só pode ser assegurado quando

---

<sup>3</sup> A discussão sobre a representação fundamenta-se no trabalho de John Stuart Mill (1991 [186]) ao assumir que a eleição ilustra a composição do eleitorado, produzindo os seus representantes. Neste caso, uma assembleia, por exemplo é representativa porque é uma miniatura do eleitorado, actuando em representação dos seus interesses. Por isso, a discussão sobre o sistema representativo centra-se no sistema eleitoral (Manin et al, 2006: 109-110).

“a questão sobre a representação por mandato é: (1) se as políticas dos governantes serão as mesmas de suas plataformas eleitorais, e (2) se seguir esta plataforma será melhor para os eleitores. As condições sob as quais a representação por mandato ocorre são de tripla natureza: quando os interesses dos políticos e dos eleitores coincidem, quando os políticos estão motivados pelo desejo de serem reeleitos e acreditarem que os eleitores vão reelegê-los se eles realizarem políticas defendidas durante a campanha, e quando os políticos estão preocupados com a credibilidade das suas promessas” (Manin et al, 2006: 108-109).

Esta situação mostra que a representação implica uma coincidência entre o que os políticos pretendem fazer, ao se candidatarem e com os interesses dos seus eleitores, aos quais pretendem representar. Neste sentido, para que os políticos sejam eleitos deveriam promover os assuntos que são do interesse dos seus eleitores.

Para além das barreiras que podem derivar dos grupos de interesses que muitas vezes apoiam as campanhas eleitorais e pressionam para a mudança de políticas, segundo assinalam Manin et al (2006) há que considerar duas questões fundamentais sobre a representação por mandato. A primeira é que, embora os políticos necessitem de respeitar as suas promessas eleitorais, os governos precisam de ter flexibilidade para mudarem de políticas, mas sempre buscando melhores respostas aos problemas da colectividade. A segunda tem a ver com o facto de as democracias não possuírem mecanismos institucionais para assegurar que as escolhas dos eleitores sejam respeitadas, uma vez o processo de governação implicar um nível de flexibilidade na resposta aos problemas e em poucas vezes uma simples resposta às promessas eleitorais.

A ampliação dos mecanismos de representação passa pela abertura de maiores espaços de participação que deverão ser pensadas de forma mais abrangente, para além das eleições. Estas formas de participação alargadas podem acontecer através das associações civis, bem como nas arenas deliberativas, onde os interesses, preocupações e agendas dos cidadãos podem ser levadas em conta. Estas novas formas de representação, muitas vezes associadas à presença da sociedade civil no processo decisório e de monitoria da governação, são entendidos como meios de *“inclusão política e promoção da justiça social, por meio da inclusão de demandas sub-representadas na agenda pública”* (Aires, 2009:33).

A ampliação da compreensão da representação, a partir da participação, ajuda a compreender as formas modernas sob as quais os diversos grupos sociais se possam fazer representar, para além dos processos eleitorais. Aliás são estas diversidades de representação via processos de democratização que caracterizam também as formas contemporânea de construção dos Estados e das suas modalidades de gestão da sociedade.

Numa outra visão, seria importante assinalar que as eleições, ao mesmo tempo que devem ser vistas como uma dimensão importante da democracia, enquanto mecanismo que garante a participação dos cidadãos, senão a fundamental; por outro lado, deverão também serem vistas sob ponto de vista em que elas, ao serem realizadas e a responder aos princípios fundamentais que os definem, servirem como mecanismos de legitimação dos governantes.

Isto é, as eleições devem ser olhadas como um meio a partir do qual os governantes encontram uma maior força de legitimidade e um maior poder, sobretudo por assumir que os actos eleitorais representam a expressão da vontade do povo da qual os governantes chagam ao poder. É sob o argumento de que, eles – os governantes – foram eleitos que o seu poder é reforçado e se possibilita a continuidade no poder.

Um exemplo que melhor enquadra este argumento de que as eleições são um meio de legitimação do poder é o facto de nos regimes democráticos, chamados minimalistas na acepção de ([1950] 1961), mesmo com as previsões de que o mesmo partido político irá continuar no poder, as eleições continuam a ser o meio através do qual esse partido se mantém com a força e reconhecimento para governar. Assim, as eleições devem ser compreendidas como um meio através do qual o povo manifesta a sua vontade, mas também como um processo a partir do qual os governantes ganham um maior poder, pois tal emana de uma vontade expressa pelo povo.

Seja na acepção de que as eleições são, nos processos democráticos, um meio de participação mais fundamental dos cidadãos ou na ideia de que configuram-se como meio de legitimação dos governantes; as eleições devem ser vistas como uma das condições mínimas dos processos democráticas, podendo serem consideradas, em outras palavras, como o passo determinante para o exercício das funções governativas. É daí que, no quadro deste processo, exige-se que os eleitos busquem mecanismos continuados de garantir que a sua legitimidade seja reforçada, com uma maior permanência e, por outro lado, os eleitores se sintam parte do processo de governação. Estes mecanismos de reforço



contínuo só podem ser efectivos se houver uma comunicação permanente entre os governantes e os eleitores, através do que se designa de prestação de contas.

### **2.1.3 A prestação de contas e transparência na governação**

Como se referiu anteriormente, um regime democrático não basta que seja caracterizado pela realização das eleições, é importante que para além de garantir a existência de eleições para o acesso ao poder político, os governantes façam o seu trabalho em resposta aos interesses dos eleitores. A prestação de contas e a transparência são duas dimensões importantes que caracterizam os regimes democráticos, sobretudo ligadas à maneira como os eleitos fazem a gestão dos bens públicos (Hollyer e tal, 2011: 4).

Conforme expressa Rosendorff (2004), a transparência pode ser vista como uma garantia de que os governos prestam contas, oferecendo mais informações sobre as suas práticas. A prestação de contas está ligada à necessidade de garantir uma maior responsabilização aos governantes sobre as suas acções, usando o poder que lhe é conferido, a partir da eleição, de forma responsável e que responda aos interesses dos seus eleitores. Isto é, a prestação de contas garante que aqueles que detêm o poder, em nome dos outros, possa responder pelas suas acções ou condutas (Newell e Bellour, 2002: 1).

A prestação de contas se torna relevante como um mecanismo de garantia para que os governantes possam agir em interesse dos cidadãos, reduzindo o risco de usarem a sua posição para obter benefícios próprios. Ademais, com estes mecanismos, o cidadão está preste à se envolver e participar na gestão pública, fundamento da legitimidade das acções do Estado.

A prestação de contas pode ser fundamentada, por um lado, no âmbito da ideia do *contrato social*, onde os cidadãos cedem os seus direitos naturais de auto-governação ao Estado, em troca de benefícios sociais derivados da soberania do Estado. No âmbito deste contrato, os governantes devem exercer as suas funções no respeito pelo *contrato social*, através de uma governação confiável, profissional e íntegra (Brinkerhoff, 2001: 7-10). Alias, pode-se ainda encontrar o fundamento da prestação de contas no quadro das teorias de democratização modernas, sobretudo num quadro de mecanismos e restrições institucionais adoptados para evitar o uso abusivo do poder (Newell e Bellour, 2002).

Mais do que um princípio geral e filosófico, a prestação de contas deverá ser garantida por uma série de instituições, procedimentos e mecanismos legais que procuram com que os governantes cumpram com as suas promessas eleitorais, procurem representar os interesses dos cidadãos e as respondam às necessidades correntes da sociedade. As liberdades de expressão e de associação são fundamentais para a emergência de instituições que garantam o estabelecimento de relações entre o estado e os cidadãos para garantir um contra peso, *checks and balances*, que é fundamental para a prestação de contas (Brinkerhoff, 2001: 7).

É concretamente nestas funções que se localizam instituições formais que agem em representação dos cidadãos, como a Assembleia da República que, para além de legislar fiscalizam a acção dos governantes e outras instituições informais, como as organizações não-governamentais e os media que, inclusivamente, monitoram e pressionam os governos a respeitarem os princípios da transparência.

O'Donnel (2004: 37) mostra que as leis devem ser fundamentais para submeter os governantes a três níveis de prestação de contas. O primeiro, vertical, ligado à prestação de contas eleitoral, resultantes de eleições através das quais os cidadãos podem trocar ou não um governo que não esteja a responder aos seus interesses. Segunda, também vertical, que procura responder às demandas e o escrutínio. Este nível é exercido pelos cidadãos aos poderes políticos, através de diversos mecanismos de pressão e mobilização de mecanismos legais para controlar o governo, prevenindo, corrigindo ou mesmo punindo-o por acções ilegais. Esta relação pode ser estabelecida, directamente com os cidadãos, ou outras instituições, como os media e organizações da sociedade civil (Newell e Bellour, 2002; O'Donnel, 2004).

A prestação de conta horizontal ocorre a partir das diversas instituições, sobretudo dos poderes democraticamente instituídos (legislativo, executivo e judicial) para garantir um quadro de pesos contra pesos. Ela refere-se à capacidade que os poderes estatais têm em supervisionar as acções uns para com os outros. E caso encontrem actos ilegais, aplicar sanções mediante uso dos instrumentos do ordenamento jurídico existente (Neto, 2011: 36). Estes mecanismos permitem que haja uma prestação de contas entre as instituições da máquina estatal, permitindo um melhor funcionamento. Este nível de prestação de contas implica a intervenção de instituições autorizadas para prevenir e punir acções ilegais cometidas por oficiais do estado (O'Donnel, 2004).

A prestação de contas vertical encontra-se, muitas vezes, limitada por diversos factores, muitos dos quais estão ligados

“a capacidade dos eleitores de obter informações para formular preferências e tomar decisões é reduzida. Isso decorre por vários factores, alguns dos mais importantes são: a complexidade técnica das questões socioeconômicas; o tempo e o custo necessários à busca de informações (ou paradoxalmente, o excesso de dados, o que pode gerar indecisão e incompreensão do que realmente ocorre); sentimentos de impotência face às mudanças que ocorrem na sociedade e a pouca capacidade que o cidadão comum tem de interferir na composição da agenda pública” (Neto, 2011: 36).

Para reduzir estes problemas, as garantias das liberdades de participação são muito importantes, na medida em que a prestação de contas precisa considerar a aplicação de diversos mecanismos, como as eleições, as consultas públicas, protestos públicos ou mesmo os orçamentos participativos. Isto significa que os representantes devem ter uma obrigação contínua de justificar as suas acções e condutas perante ao público (Newell e Bellour, 2002). Por isso, a prestação de contas implica a adopção de mecanismos de acesso à informação entre os diversos níveis de actores de governação para o bom exercício das suas funções; por outro lado, a disponibilização da informação ao público sobre o desempenho das suas funções (Brinkerhoff, 2001).

Desta forma, a prestação de contas estabelece estabelecerá uma relação com a transparência, uma vez a sua efectividade ser possível à medida que um governo está disposto a prestar mais informação sobre as suas acções e decisões políticas. É a partir da transparência que se pode avaliar até que ponto um determinado governo tem capacidade de responder e de prestar contas aos seus governados (Hollyer e tal, 2011: 9).

A transparência entendida como a capacidade de um governo ser visto sem distorção, através da sua abertura total e disponibilidade a ser escrutinado, pode ser definida como um factor fundamental para garantir uma governação em prol dos cidadãos, reduzindo a corrupção, assim como um maior controlo público dos governantes (Schauer, 2011).

A transparência implica o desejo das elites políticas estarem sujeitas ao escrutínio permanente pelos eleitores, havendo por isso a necessidade de proteger as liberdades e os direitos de participação e de acesso à informação dos cidadãos (Resondorff, 2004).

É importante referir o facto de o reconhecimento permanente dos governantes pelos cidadãos como estando a prosseguir com os seus interesses e as promessas eleitorais, sob as quais foram eleitos, só podem ser possíveis quando os governantes são capazes de prestar contas. Assim, a prestação de contas deverá ser entendida como um meio de participação, mas também como um mecanismo a partir do qual os cidadãos incorporam as regras de funcionamento e ou da dominação do Estado, pois, ao receberem a informação dos governantes eles se sentirão mais envolvidos e, por sinal, mais responsivos ao cumprimento das obrigações e aos seus deveres de cidadania.

#### **2.1.4 Estado de Direito e as liberdades cívicas**

O estado de direito deve ser visto como uma das dimensões sob a qual podem ser garantidas as liberdades políticas, civis e os diversos mecanismos de prestação de contas, que possibilitam a igualdade política de todos cidadãos e restringe os eventuais abusos de poder. Olhando nesta perspectiva, O'Donnell (2004) entende que “o estado de direito funciona intimamente com as outras dimensões da qualidade das democracias”. Conforme o autor argumenta,

“Without a vigorous rule of law, defended by an independent judiciary, rights are not safe and the equality and dignity of all citizens are at risk. Only under a democratic rule of law will the various agencies of electoral, societal, and horizontal accountability function effectively, without obstruction and intimidation from powerful state actors. And only when the rule of law bolsters these democratic dimensions of rights, equality, and accountability will the responsiveness of government to the interests and needs of the greatest number of citizens be achieved” (O'Donnell, 2004:33).

O estado de direito implica a existência de lei promulgada por autoridades competentes, sobretudo pelo judiciário, e é aplicada de forma igualitária por todos os indivíduos da sociedade, independentemente da sua classe, estatutos, poder que detém.

Estas leis são constitucionalmente definidas e regulam o funcionamento de todas as acções dos indivíduos na sociedade, no governo e em todas as instituições da sociedade e ninguém, incluindo os altos dignatários do Estado ou privados, deve agir à sua margem.

Segundo O'Donnell (2004), isto implica a existência de uma igualdade formal entre os indivíduos, primeiro, através de um conjunto de regras legais que sejam válidas para todos indivíduos e constitucionalmente reguladas; segundo, pela universalidade dos direitos e obrigações que atribuem a cada indivíduo a personalidade jurídica, independentemente da sua condição social os direitos e obrigações ligados à cidadania política, também conhecidos por direitos de participação, fazem parte do subconjunto dos direitos e obrigações civis que podem ser exercidos por uma pessoa jurídica pertencente a uma determinada sociedade. Juntamente com as liberdades de expressão, associação, movimento, etc, esta categoria de direitos é fundamental para o funcionamento das democracias.

Na Poliarquia, Dahl ([1971] 1997) olha para o direito à liberdade de expressão, o acesso às fontes diversificadas de informação e o direito à autonomia de associação, como sendo fundamentais para a criação de espaços de deliberação<sup>4</sup>, sendo a partir destes critérios que se torna possível a participação efectiva e a cidadania inclusiva e igualitária dos cidadãos no processo democrático.

Países que são afectados pela violência política ou manipulação eleitoral podem encontrar imensas dificuldades em aperfeiçoar o sistema democrático, sobretudo pelo facto de se limitar o exercício dos direitos dos cidadãos (Altman e Pérez-Liñán, 2002: 88). É por isso que a tolerância política impõe-se como um dos elementos fundamentais para o desenvolvimento das democracias. É a partir da tolerância política que se proporciona o exercício das liberdades políticas que, incorporados aos sistemas legais, transformam-se em direitos civis. A tolerância resulta como um processo institucionalizado de incorporação da oposição no sistema político, aumentando a competição. É através da inclusão que se torna possível a construção das liberdades políticas e a sua transformação

---

<sup>4</sup> A democracia deliberativa pode ser entendida como o processo através do qual os cidadãos participam voluntariamente e livremente na discussão sobre assuntos públicos. É um sistema discursivo onde os cidadãos trocam informações sobre assuntos públicos, falam sobre a política, formam opiniões e participam no processo político (Kin, e tal, 1999: 361).

em regras legais, que cria a possibilidade de protecção contra autoritarismo e permite a busca de novos direitos dos cidadãos. O respeito pelas liberdades evidencia-se como elemento importante à medida que possibilita maior o uso do diálogo para a solução dos conflitos, na decisão de políticas públicas (Kin, et al, 1999: 362).

O estado de direito não pode ser visto somente como característico de sistema legal e do funcionamento dos tribunais, mas, fundamentalmente, como uma regra básica de um Estado Democrático, fundamentado num triplo sentido: primeiro, por defender os direitos políticos, liberdade e garantias do regime democrático; segundo, por defender os direitos cívicos de toda a população; e terceiro, por estabelecer um sistema de responsabilidade e prestação de contas que implicam que todos os agentes públicos e privados, incluindo os mais altos funcionários do Estado, estejam sujeitos a controlos apropriados e legalmente estabelecidos, sobre a legalidade das suas acções (O'Donnel, 2004: 34).

Com estas discussões feitas, vale assinalar que as democracias não podem, somente, ser caracterizadas pelas eleições, mas sim ao cumprimento de uma série de requisitos que O'Donnel (1999) sistematiza-os no seguinte: a existência de um Estado que delimita, territorialmente, quem são os seus cidadãos que são, por sua vez, portadores de direitos e obrigações instituídos pelo regime. Por outro lado, o reconhecimento de um regime como democrático impõe a vigência dos direitos e liberdades, aumentando a participação dos cidadãos, assim como uma maior transparência e responsabilidade pública dos governos. Isto impõe que as democracias não somente sejam entendidas na perspectiva da realização das eleições, mas também a partir da noção do Estado de Direito.

### **2.1.5 Outras abordagens sobre a democracia**

É preciso reconhecer que existem outras dimensões que são aplicáveis no estudo das democracias, para além das já discutidas. Dependendo do interesse e da perspectiva da investigação, estabelecer-se uma relação entre os sistemas democráticos com outras variáveis da sociedade. Uma das variáveis frequentemente estudadas para estabelecer a relação com a democracia é o nível de desenvolvimento económico e educação.

Um dos trabalhos proeminentes sobre esta questão da relação entre a democracia e o estágio de desenvolvimento económico de uma sociedade foi defendido por Lipset (1959) baseado no argumento de que um país, quanto mais desenvolvido economicamente, mais capacidade tem para sustentar a democracia. Segundo demonstrou Lipset, na sua pesquisa, a análise de vários indicadores de desenvolvimento económico – saúde, industrialização, urbanização e educação – mostram-se mais elevados em países, sobretudo anglófonos e europeus, relativamente mais democráticos. Os dados analisados indicaram que os países com regimes ditatoriais, sobretudo da América latina, tendem a ter economias relativamente mais baixas.

As razões fundamentais oferecidas por Lipset fundamentam-se no facto de que o aumento dos benefícios económicos pode intensificar demandas para os benefícios políticos da democracia. Por exemplo, quanto mais educadas forem as pessoas mais capacidades têm de compreender o contexto em que vivem e mais participam e exigem políticas de governação diferenciadas.

A partir da década 80 muitos trabalhos empíricos foram desenvolvidos no sentido de testar as hipóteses de Lipset. Arat (1988:30) mostra, na sua pesquisa, que somente poucos países analisados ajustaram nos modelos sugeridos por Lipset, concluindo que o aumento dos níveis de desenvolvimento económico nem sempre conduz a níveis elevados de democratização.

Considerando o facto de existirem países com elevados níveis de crescimento económico, como a Coreia do Norte, Singapura e a China, por exemplo, mas com elevados níveis de restrições do exercício das liberdades cívicas e políticas, Sen (1999) associa-se aos que relativizam a visão que dá uma relação directa entre o crescimento económico e o desenvolvimento das democracias, considerando que é difícil estabelecer uma relação directa entre o crescimento económico e a democracia. Isto justifica-se pelo facto de as condições fundamentais para a existência de um crescimento económico mais rápido, sobretudo ligadas às liberdades económicas<sup>5</sup>, serem coexistentes, tanto nas

---

<sup>5</sup> Sen (1999) identifica como fazenda parte destes elementos a abertura à concorrência, o uso de mercados internacionais, a provisão pública de incentivos ao investimento e exportação, um alto nível de alfabetização e escolarização, a reforma agrária bem-sucedidas, e outras oportunidades sociais que ampliam a participação no processo de expansão da economia.

democracias, assim como em alguns sistemas autocráticos como a China, Coreia do Sul ou Singapura.

Embora haja estes estudos que fundamentalmente mostram não haver uma correlação entre os níveis de desenvolvimento económico e a democracia, Burkhart & Lewis-Beck (1994) fizeram uma pesquisa que procura reavaliar das metodologias aplicadas por outros diversos autores que reprovam as hipóteses de Lipset, comparando os índices de desenvolvimento de alguns países. Estes investigadores chegaram à conclusão de que existe, na verdade, um impacto nos níveis de desenvolvimento económico nas tendências de desenvolvimento das democracias de alguns países.

Os teóricos modernos sobre a democracia, para além do desenvolvimento económico, acreditavam que os elevados níveis de escolarização tinham uma estrita relação com a democracia. Lipset (1959) argumenta que a educação permite que as pessoas tenham a compreensão da tolerância, restringindo-lhes a optarem por doutrinas extremistas e monolíticas, assim como aumentar a capacidade de as pessoas formularem escolhas racionais. Para além da educação e a literacia, o desenvolvimento económico pode abrir mais possibilidades para uma sociedade mais equitativa, com uma classe média robusta, o que pode abrir menos possibilidades de conflitos políticos e gerar diversidades de oportunidades.

Estudos empíricos realizados nos últimos anos procuram provar a existência de uma correlação entre os níveis de escolarização e a democracia. No entanto, uma avaliação mais pormenorizada realizada por Acemoglu et al (2005) sobre os índices de democratização e os de escolarização de alguns países, mostrou que nem sempre existe uma relação causal entre estas duas variáveis. Isto é, os países com elevados níveis de escolarização nem sempre tendiam a ser os com os elevados índices de democratização, notando-se que não existem evidências empíricas para estabelecer-se esta relação causal entre os elevados índices de escolarização e a democracia (Acemoglu et al, 2005: 48).

Ainda nesta linha, Altman e Pérez-Liñán (2002: 88) mostram que a saúde de um regime democrático pode ser enfraquecida quando os cidadãos são marginalizados e excluídos da participação devido à pobreza e falta de educação básica. Com base nestas experiências, considerar que os exercícios dos direitos políticos (como o voto, crítica, protesto) podem fazer uma diferença real para a maneira como um governo responde às



necessidades do povo. Pois, um país pode ter elevados níveis de crescimento económico, mas se não existe um governo eleito e que consiga responder às necessidades do seu povo, através da *sua abertura à contestação*, usando a liberdade de expressão e de imprensa, será difícil de classificar esse governo como democrático. Numa compreensão mais geral, o mais importante é considerar que os incentivos ao crescimento económico devem ser acompanhados pelo respeito às liberdades políticas.

É ainda relevante notar que, olhando para todas as tipologias das democracias, pode-se extrair algumas variáveis fundamentais para os interesses do debate seguinte que caracterizam as democracias, nomeadamente, a competição, representatividade, participação, prestação de contas, transparência, estado de direito. A extensão do conceito da democracia que vai além dos simples processos eleitorais mostra-se muito útil, pois amplia a visão e a acção de outras instituições que fazem parte do sistema político de uma sociedade democrática.

Isto é, as visões minimalistas que consideram a democracia como um mero processo de exercício de liberdade no acto eleitoral apresentam três limites: i) o primeiro, por considerar que bastam as eleições para que haja um sistema democrático, sem que sejam verificados, por exemplo, os mecanismos de controlo e responsabilização dos eleitos; em segundo lugar, por ignorar a acção dos cidadãos ao longo do processo da governação, cuja vontade e intervenção se encontra expressa num único momento, as eleições; em terceiro lugar, por ignorar a acção de outras instituições do sistema democrático, nomeadamente, o judiciário, o legislativo e executivo, assim como outras entidades informais, como os media e as organizações da sociedade civil que constituem um corpo importante para o funcionamento do sistema democrático.

Assim, a concepção das democracias como um quadro do exercício das liberdades e de direitos parece oferecer um espaço importante para uma análise mais apropriada sobre o que devem ser as democracias, num debate em que é associado o papel dos media. É a partir da extensão destes conceitos que se pode assumir um verdadeiro espaço de acção dos cidadãos, assim como dos diversos grupos de interesse, não somente na escolha dos que representam ou governam em nome da maioria, mas também na exigência de que a acção governativa deverá representar o interesse da colectividade, numa monitoria permanente. Aceitar a extensão do conceito da democracia, sobretudo nas liberdades e direitos, é

assumir um sistema em que a acção dos cidadãos contínua, não somente no processo eleitoral, mas ao longo de todo o processo de gestão da vida política de uma sociedade.

## **2.2 O contexto da democracia em Moçambique**

### **2.2.1 O quadro histórico da transformação democrática**

Depois de longos anos de colonialismo português, Moçambique, igual aos demais países africanos, não se poderia considerar Estado livre, uma vez o sistema colonial tiver sido fundado numa base de negação da soberania e do reconhecimento dos direitos de cidadania a grande parte da população das suas colónias. Por isso, antes de 1975, ano da sua independência, não havia nenhuma possibilidade ou espaço para uma cidadania, por parte dos indígenas, que os permitissem participar nos processos políticos, seja como governantes, assim como na sua escolha. Para além disso, é preciso considerar que Portugal, país colonizador, era caracterizado, desde 1933, por uma ditadura que tomava o seu fim, exactamente, com a revolução militar de 25 de Abril de 1974 que culmina com a queda do regime fascista e a concessão da independência às antigas colónias (Furtado, 1998: 204-205).

Por isso, pode-se afirmar que as possibilidades e as esperanças de Moçambique ser um país democrático, enquanto um sistema político caracterizado pela realização regular das eleições como forma de acesso ao poder, respeito pelas liberdades cívicas e por um estado do direito, só poderiam ser possíveis a partir de 1975, ano da sua independência de Portugal<sup>6</sup>.

Mesmo considerando que a independência abria espaço para o processo da democratização, uma vez ter constituído uma oportunidade de o novo Estado escolher o

---

<sup>6</sup> Para além dos factores internos do País colonizador de Moçambique, existe um quadro de outros elementos que contribuíram significativamente para o fim do colonialismo e a independência de Moçambique. Dos quais, pode-se destacar a pressão internacional para o fim do colonialismo; mas sobretudo a guerra protagonizada pelos movimentos nacionais. Em Moçambique, a luta foi desencadeada, desde 1962, pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO).

sistema em que iria se organizar politicamente, esta possibilidade foi esgotada, em 1977, em sede do III Congresso do Partido Frelimo, quando adopta oficialmente a orientação ideológica marxista-leninista e de “vanguarda”, levando o País para um regime de partido único (Rosário, 2014). Moçambique passa, assim, para um conjunto de Países africanos que, anos depois da sua independência, instalaram o regime socialista e com a economia de planificação centralizada. Como referem Bratton, Mattes e Gyimah-Boadi (2005: 15), a opção pelos modelos de partidos únicos dos movimentos nacionalistas de libertação dos países africanos fazem falhar as promessas de liberdades e direitos políticos e cívicas feitas nas lutas pela libertação.

No âmbito geral, os efeitos da instalação do marxismo-leninismo são diversas, destacando-se a fraca abertura ao exercício dos direitos políticos e das liberdades cívicas. Globalmente, nestes sistemas, não se permite a coexistência de outras forças políticas, havendo um único partido e, por seu turno, os media, como afirma Voltmer (2000) são encarados como meios de mobilização massiva da população para os objectivos do Partido Único. Foi por esta via que os principais órgãos de informação existentes em Moçambique passaram a serem nacionalizados e dirigidos pela Frelimo, através do Ministério de Informação que funcionava como um vector de controlo das actividades dos jornalistas, de acordo com o programa e directrizes orientadas pelo Partido (Massingue, 2000).

Em Moçambique, mesmo que se considere o exercício do direito à informação, ele sempre foi como instrumento de controlo político do governo sobre os cidadãos, sendo que a administração pública permaneceu sempre fechada e detentora do monopólio da informação, sendo que os assuntos de domínio público resultavam de processos de selecção a partir de instituições vocacionadas para o controlo da informação, como o Gabinete do Trabalho Ideológico do Partido Frelimo, assim como do Ministério de Informação.

É por isso que o exercício das liberdades de expressão, seja em espaços abertos como comício ou mesmo através da imprensa, deveria ser equiparado ao processo de propaganda, uma vez que o seu exercício deveria ir de acordo com as expectativas do estabelecido; as opiniões críticas publicadas contra os governantes a partir da imprensa deveriam ser feitas sob forma de anonimato, como mecanismo de protecção da identidade dos seus actores.

Para além das questões do fechamento do sistema às liberdades, o projecto do marxismo-leninismo da Frelimo encontrou um grande revés, logo nos primeiros anos da sua instalação. O país mergulhou numa inconsequente guerra civil que chegou a durar 16 anos protagonizada pela Renamo (Resistência Nacional Moçambicana)<sup>7</sup> contra o Governo da Frelimo.

Das consequências da guerra, pode-se notar a falha do projecto de desenvolvimento económico do país, levando-o a longos anos de fome e de uma economia fragilizada. Num país de quinze milhões de habitantes, cerca de 1.7 foram forçados a serem refugiados, 4.5 assassinados. Nos finais de 1990, as infra-estruturas sociais e económicas (estradas, pontes, hospitais, escolas) estavam totalmente destruídas. A dívida do País tinha subido de 1985 a 1991, de 2.7 bilhões de dólares para 4.7 bilhões, transformando-se num dos países mais dependentes da ajuda externa do mundo (Juergensen, 1998; Brück, 1998).

Tendo em conta as consequências da Guerra e à situação do País, a Frelimo tinha já iniciado várias negociações. Em 1984, foi assinado entre Moçambique e o Governo Sul-africano o *Acordo de Nkomati* para suspender o apoio logístico à Remano, por seu turno, a Frelimo o apoio ao African National Congress (ANC). Trata-se de um acordo que, na prática, não teve efeitos desejados, uma vez o apoio à Renamo ter continuado por parte do governo da África de Sul. Num outro âmbito, Moçambique iniciava a sua aproximação ao mundo ocidental, com a viagem de Presidente Samora Machel para os Estados Unidos da América (EUA), com o objectivo de busca de ajuda financeira (Juergensen, 1998; Brück, 1998).

Por outro lado, Moçambique, na primeira metade da década 80, já havia iniciado a aproximação com as instituições do *Bretton Woods*, o que implicava um processo de reestruturação das suas políticas económicas. O País torna-se membro do Fundo Monetário Internacional (FMI), 1984, e introduz o Programa de Reajustamento Estrutural, em 1987, visando a liberalização dos sectores da economia nacional, em resposta à grave crise

---

<sup>7</sup> A Renamo nasce nos finais dos anos 70, através de operações de contrainsurreição desenvolvidas pelo regime rodesiano contra as guerrilhas nacionalistas zimbabueanas instalados nas fronteiras entre os dois países e com o apoio das autoridades nacionais. Anos depois, com a independência do Zimbabwe, o regime do *apartheid* da africa do Sul acolheu, treinou e armou os combatentes da Renamo para lutar contra o estado Moçambicano sob preteste de ter albergado e apoiado activistas do ANC - Congresso Nacional Africano (West, 2008).

económica que o País enfrentava. Esta adesão de Moçambique às instituições do da *Bretton Woods* torna o país num objecto de intervenção externa, obrigando-o aos processos de liberalização económica e política, no quadro dos seus condicionalismo de *boa governação, transparência e prestação de contas* para a sua intervenção (Macamo, 2003; Brück, 1998, Uke, 1993).

Este processo não só se verificou em Moçambique, mas na maior parte dos países africanos, onde a liberalização política foi feito ao reboque da necessidade da intervenção económica, depois do insucesso das políticas económicas e do compromisso de garantia do bem-estar dos governos formados nos períodos pós-independência (Furtado, 1998; Uke, 1993). Os próprios países africanos notaram que os problemas da pobreza eram causados pelo tipo das opções políticas usadas. Na Conferência da Arusha (1990), a título ilustrativo, onde participaram diversas organizações, grupos africanos e as agências de desenvolvimento internacional, chegaram à conclusão de que a ausência da democracia poderia ser uma das causas do subdesenvolvimento em África (Uke, 1993: 241).

Foi neste quadro que se abre um novo período de ondas de democracia, no mundo, onde a maior parte dos países africanos, incluindo Moçambique fazem parte. Huntington (1991: 13) identifica este período como sendo o que mais países democráticos trouxe ao mundo<sup>8</sup>. Vários factores contribuíram para a explosão das democracias, dos mais ligados ao contexto moçambicano, pode-se referir os problemas da legitimidade enfrentados pelos regimes autoritários, perante a aceitação mundial dos valores democrático e a insustentabilidade económica das suas políticas; assim como as mudanças da de políticas externas dos países mais influentes, como a União Soviética (que encontra a sua queda) e os programas expansionistas dos valores democráticos promovidos pelos EUA.

Muita literatura foi produzida sobre as causas deste processo de democratização. Levistky e Way (2002) indicam, por exemplo, como algumas das causas do surgimento de novas democracias, as mudanças económicas globais, o desenvolvimento dos media e das

---

<sup>8</sup> O autor refere-se à três fases de ondas de democratização no mundo. A primeira, a mais longa, inicia nos anos 1820, com a expansão do sufrágio universal nos EUA, atingindo a mais de 29 países até 1926, que encontra o seu revés com o triunfo de regimes fascistas na Itália e Alemanha. A segunda fase com o triunfo dos aliados na segunda guerra mundial, tendo chegado a se alcançar cerca de 36 países democráticos no mundo. A terceira fase que ocorre nas décadas 80 e 90.

tecnologias de comunicação, o crescimento das redes internacionais de promoção das democracias e dos direitos humanos.

Neste processo de transformação de Moçambique do partido único para o multipartidarismo, é preciso ainda reconhecer que um conjunto de factores internos e externos que concorreram para esse efeito. Em primeiro lugar, no âmbito externo, notou-se um conjunto de processos de mudanças internacionais, marcados com o fim da Guerra Fria, com a queda do Muro de Berlim, em 1989, marcando ponto final da União Soviética, principal elo de apoio ideológico da Frelimo, num processo que foi considerado irreversível para a passagem de muitos estados africanos para democracia<sup>9</sup>; por outro lado, com as pressões internacionais, o regime do *apartheid* teve o seu fim, em 1990, marcando ou matando as possibilidades de continuação de apoio à Renamo. No âmbito interno, assiste-se à crise económica que leva o governo a decidir pela adesão às instituições de ajuda internacional, o que obriga à adesão às políticas neoliberais e, por outro lado, o processo de negociação de paz, com a Renamo.

Por isso, pode-se dizer que mesmo antes de 1992, ano da assinatura do acordo geral de Paz, entre a Frelimo e a Renamo, marcando o fim dos 16 anos de Guerra Civil; Moçambique já tinha iniciado um longo processo da sua transformação que culminou com a adopção de uma nova constituição democrática, em 1990.

Como se pode notar, um contexto interno e internacional foi determinante para a transformação de Moçambique, num estado democrático, tendo realizado as suas primeiras eleições multipartidárias, em 1994. Porém, uma das principais inquietações que tem vindo a ser colocada por vários autores é a qualidade da democracia, em Moçambique, sobretudo pelo facto de se manter um sistema dominado por único partido no poder, a Frelimo. O ponto a seguir busca discutir sobre o tipo e as características da democracia em Moçambique.

---

<sup>9</sup> A par da queda do muro de Berlim, Fukuyama (1992) chegou a defender a tese de que este facto representava a vitória da democracia liberal sobre o socialismo e sobre os regimes autoritários (num mundo que esteve dividido em blocos e viveu intensos momentos da guerra fria). Esta vitória representava, segundo o autor, o alvorecer de uma época de prosperidade política e económica.

## 2.2.2 Do regime híbrido ao sistema do partido dominante

Moçambique faz, assim, parte do que Huntington (1991) designou de terceira onda de democratizações. No entanto, no quadro destas transformações dos regimes autoritário para democracias, nem todos os países que transitaram para regimes democráticos, na década 90, têm-se caracterizado por serem democracias consolidadas, mantendo características mínimas das democracias, podendo se considerar democracias minimalistas, sobretudo pela realização regular de eleições, sem alternância nos partidos no poder que mantém algumas lógicas de funcionamento autocráticas.

Estas características peculiares das novas democracias africanas, por não figurarem-se com características fundamentais das democracias, sobretudo na condição mínima a realização de eleições competitivas; várias adjectivações têm sido dadas a estes sistemas, como “semidemocracias”, “democracias virtuais”, “democracias eleitorais”, “pseudodemocracias”, “democracias iliberais”, “semi-ditaduras”, “ditaduras leves”, “ditaduras eleitorais” (Levistky & Way, 2002: 52).

Embora se possam encontrar estas diversas designações, é importante notar que elas buscam referir-se a um tipo de sistema que funde características de democracias e regimes autoritários. Por isso, estas designações referem-se às variantes dos chamados *regimes híbridos*. Como se pode notar, algumas destas designações destacam as qualidades das características democráticas dos regimes híbridos e outras destacam mais a vigência de elementos de autoritarismo nos respectivos regimes (Gilbert & Hohseni, 2011).

A constituição deste tipo de regimes funda-se na própria conjuntura internacional da transformação dos países africanos em democracia, num sistema de importação de modelo que ocorre num cenário em que os requisitos fundamentais para o seu desenvolvimento, discutidos no primeiro capítulo, não estavam criados. As mudanças de regimes autoritários para democráticos ocorrem num contexto de extrema crise económica, baixos níveis de literacia da população, como um imperativo para o desenvolvimento. Neste processo de mudanças, alguns processos das reformas de sistemas autoritários para democracia foram incompletas, dando lugar aos *regimes híbridos*. Por outro lado, os líderes políticos que se serviram dos regimes autoritários, vão usar as eleições somente como uma forma de obter a legitimidade e colher reconhecimento internacional, num

contexto em que a liberalização se tornou obrigatória e irreversível para a solução dos problemas dos países africanos (Bratton, Mattes & Gyimah-Boadi, 2005: 15; Uke, 1993).

Nos *regimes híbridos* não se podem encontrar as características fundamentais das democracias liberais, conforme foi discutido na primeira parte do presente capítulo, como o respeito pelas liberdades políticas, direitos políticos, pelos direitos humanos, representação, participação e níveis aceitáveis de transparência. Estes regimes apresentam instituições democráticas formais, como eleições, mas que na verdade o exercício do poder é feito sob forma autoritária; a oposição não consegue alcançar o poder por meios formais, não havendo espaços suficientes para a disputa política. Neste tipo de regimes, existe pouca possibilidade de a oposição vir a assumir o poder, mesmo ela existindo, com resultados eleitorais manipulados e fraudulentos (Diamond, 2002; 1996).

Embora com alguns problemas, países como Moçambique, Tanzânia e Zâmbia, são considerados regimes híbridos com potencialidade de transitarem para democracias eleitorais, uma vez que dentro das diversas condições, só lhes falta a alternância do poder (Bratton, Mattes & Gyimah-Boadi, 2005: 15). Como se pode notar na tabela abaixo, desde a independência nacional em Moçambique, o Partido Frelimo está no poder, desde 1975.

Tabela 2. Presidentes de Moçambique desde 1975 – 2015

<b>Período</b>	<b>Nome dos Presidentes</b>	<b>Anos</b>	<b>Partido</b>
Partido Único	Samora Moisés Machel	1975 - 1986	Frelimo
	Joaquim Alberto Chissano	1986 - 1990	Frelimo
Multipartidarismo <sup>10</sup>	Joaquim Alberto Chissano	1990 - 2004	Frelimo
	Armando Emilio Guebuza	2005 - 2014	Frelimo
	Filipe Jacinto Nyusi	2015	Frelimo

Fonte: Elaboração do autor

Nesta perspectiva, existe uma outra linha de autores que buscam caracterizar os países como Moçambique sob o ponto de vista do sistema dos partidos políticos, como sendo de partido dominante. Esta perspectiva de classificação de Moçambique no sistema dos partidos dominantes tem sido inspirada no sistema de classificação proposta por

<sup>10</sup> Após a constituição de 1990, verificou-se um período de transição, marcado pela negociação do Acordo Geral de Paz e a preparação das primeiras eleições, em que o país continuou a ser Presidido por Joaquim Chissano, até à realização das primeiras eleições democráticas em 1994.



diversos autores da área das ciências políticas. Conforme argumenta Sartori (2005), este sistema de partido dominante existe quando um único partido ganha a maioria parlamentar em pelo menos três eleições consecutivas e captura a presidência (Bogaards, 2004).

É importante distinguir o sistema dos partidos dominantes dos sistemas dos partidos autoritários dominantes ou hegemônicos. Os partidos dominantes são aqueles que conquistam as eleições, consecutivamente, onde os partidos da oposição não conseguem modificar a preferência dos eleitores. Por seu turno, os partidos hegemônicos conquistam o poder numa situação de fraca competição e inexistência de alternância para o poder (Carbone, 2005).

Moçambique, com cinco pleitos eleitorais realizados, vem sendo caracterizado pela dominação da FRELIMO, que ganhou todas as eleições gerais realizadas na história do país, embora tenha havido alternância de presidentes, porém todos vindos do mesmo partido. Esta continuidade da Frelimo no poder revela a permanência do legado do monopartidário, sobretudo ao reflectir-se nos modelos de liderança do partido FRELIMO<sup>11</sup>, também pela persistência de valores ligados ao *ethos militar* e uma forte liderança construídos ao longo da experiência de guerra de libertação colonial e a civil (Levitsky e Way, 2012).

---

<sup>11</sup> Esta liderança do partido tem sido assumida, predominantemente, pelos guerrilheiros de libertação nacional, chamados *antigos-combatentes*. Trata-se de um grupo de lideranças gozam de privilégios especiais no seio do partido e têm sido vistos como garantes da ética em face aos novos políticos, alegadamente mais corruptíveis, integrados no contexto do multipartidarismo (Carbone, 2005).

Tabela 3. Resultados percentuais das eleições legislativas de 1994, 1999, 2004, 2009 e 2014 (em percentagem)

ANO	Eleições Legislativas		
	Partido Frelimo	Partido Renamo	Partido Movimento Democrático de Moçambique <sup>12</sup>
1994	44,3	37,8	-
1999	48,5	38,8	-
2004	62,0	29,7	-
2009	74,7	17,7	8,6
2014	55,7	32,9	8,4

Fonte: Comissão Nacional das Eleições

Tabela 4. Resultados dos candidatos às eleições presidenciais de 1994, 1999, 2004, 2009 e 2014

ANOS	CANDIDATOS ÀS PRESIDENCIAIS POR PARTIDOS		
	FRELIMO (Joaquim Chissano, Armando Guebuza e Filipe Nyusi)	RENAMO (Afonso Dhlakama)	MDM (Devis Simango)
1994	53,3	33,7	-
1999	52,3	47,7	-
2004	63,7	31,7	-
2009	75,2	16,3	3,9
2014	57,03	36,61	6,36

Fonte: Comissão Nacional das Eleições

Este sistema dos partidos dominantes existe em grande parte dos países da África Sub-Sahariana, sobretudo nos países da África Austral, caracterizados pela realização regular das eleições, mas com vitória dos mesmos partidos políticos, muitos dos quais ligados aos movimentos de libertação. Este sistema tem sido caracterizado pelas fragilidades, fragmentação e desorganização dos partidos da oposição e, por outro lado, elevados níveis de intolerância à diversidade de pontos de vista (Bogaards, 2004).

<sup>12</sup> O Movimento Democrático de Moçambique é um partido recente que, somente, concorre para as eleições gerais a partir de 2009.

A Renamo, principal partido da oposição, tem mostrado grandes dificuldades de assumir o seu papel de uma alternativa viável para a alternância do poder, mesmo que, em algumas ocasiões, tenha conseguido se aproximar a resultados que lhe possibilitassem reivindicar ou uma representação parlamentar significativa. O outro problema da fragilidade da Renamo, surge no facto de durante este período de transformação de um movimento de guerrilha para partido político, ser governada com uma base de liderança centralizada na figura do seu líder, Afonso Dhlakama, sem a democratização interna do poder e com poucos espaços para a crítica interna.

Como consequência dos modelos de liderança da Renamo, assistiu-se a processos de expulsão de membros de relevo que chegaram a fundar os seus próprios partidos políticos. Em 2000, Raul Domingos, na altura chefe da bancada parlamentar da RENAMO foi expulso do partido sob acusação de insubordinação, tendo criado o Partido PDD (Partido para Paz Democracia e Desenvolvimento) que concorre para as eleições gerais de 2004. Sobre os mesmos argumentos, foi expulso Daviz Simango<sup>13</sup> que havia conquistado o município da Beira pela RENAMO nas eleições autárquicas de 2003, culminou com a criação de um novo partido político, em 2009, o Movimento Democrático de Moçambique (MDM), trata-se de uma força política que nas eleições de 2004 e 2014 conseguiu acentos no parlamento e conseguiu criar uma terceira bancada, estabelecendo-se como a terceira força política do País (Chichava, 2010).

As fraquezas da Renamo e, por sinal, dos demais partidos de oposição em Moçambique, associados à omnipresença da Frelimo e as suas sucessivas vitórias eleitorais, têm contribuído para que a democracia, em Moçambique, seja de um “partido único” do poder, mesmo depois do fim formal do monopartidário (Rosário, 2014: 130).

Conforme argumentam Forquilha e Orre (2011: 41), este sistema de partido dominante em que a Frelimo funciona, em Moçambique multipartidário, resulta no controlo total dos poderes legislativo e judicial, acentuando a intolerância e as exclusões políticas e o funcionamento das instituições dependente do partido no poder. Este facto tem resultado, em muitos casos, na falta de transparência, clientelismo, corrupção, fraudes

---

<sup>13</sup> A expulsão do Daviz Simango da RENAMO foi, sem Setembro de 2008. Daviz Simango, tendo sido preterido como candidato ao município da Beira pela RENAMO sob alegação de não ser membro da RENAMO, a favor de Manuel Pereira, decidiu avançar como independente, tendo voltado, nas mesmas eleições, a renovar a sua presidência ao mesmo município.

eleitorais, fraca legitimidade das instituições e manutenção do seu funcionamento ao modelo vigente no sistema do partido único, com consequências para o nível de participação política.

A existência de uma vasta legislação que abre espaço para as liberdades para a participação dos cidadãos na vida política, nem sempre se revela de forma satisfatória. Conforme ilustra o ranking internacional dos países democráticos realizado anualmente pela Freedom House (2014), Moçambique apresenta-se como um país *parcialmente livre*. Esta classificação resulta pelo facto de Moçambique ter uma classificação de 4 pontos no que diz respeito ao exercício das liberdades políticas e uma pontuação de 3, no que diz respeito ao exercício das liberdades cívicas. Segundo as metodologias da Freedom House (2014), a posição em que Moçambique se encontra, em termos da pontuação, significa que existe uma certa protecção de alguns direitos políticos e cívicos, ao mesmo tempo que alguns direitos são negligenciados.

### **2.2.3 O sistema de partido dominante e os limites da cidadania em Moçambique**

É por isso que, sob ponto de vista formal, considerando os diversos instrumentos legais aprovados<sup>14</sup>; pode-se dizer que Moçambique é um estado liberal, mas sob ponto de vista material, ainda persistem diversos desafios, permanecendo ainda dificuldades de os cidadãos acederem aos espaços de debate e colherem o reconhecimento das suas opiniões, sobretudo quando elas forem contrárias às perspectivas dos governantes.

Das questões mais objectivas que impactam nos baixos níveis de exercício das liberdades cívicas em Moçambique, dois são de particular destaque: O primeiro está relacionado com a pobreza e os baixos níveis de educação; o segundo ligado ao sistema de

---

<sup>14</sup> O capítulo III da Constituição da República de Moçambique (2004) oferece garantias para o exercício das liberdades e direitos políticos. Estas liberdades são reguladas por um conjunto de leis que foram sendo aprovadas ao longo do tempo, a destacar a lei dos partidos políticos (nº7/91), a lei das associações (nº8/91), a lei nº9/91 que regula a liberdade de reunião e manifestação, a lei de imprensa (18/91), a lei do direito à informação (nº34/14).

um partido dominante que acaba instalando uma cultura política autoritária, como resultante do processo histórico da constituição do actual contexto político nacional.

No que diz respeito ao primeiro aspecto das barreiras, pode-se dizer que a baixa qualidade da participação em Moçambique é afectada por fragilidade de acesso à informação, derivado dos elevados níveis de analfabetismo, a pobreza e baixa rede de circulação de informação<sup>15</sup>. Por exemplo, até 2008/9, a taxa de analfabetismo tendia a diminuir no País, proporção de pessoas de 15 anos e mais que não sabiam ler nem escrever passou de 53.6% em 2002/3 para 49.9% em 2008/9. As zonas rurais do País, com as taxas mais elevadas, com 65.7% em 2002/3 e 61.2% em 2008/9, do que nas zonas urbanas com 30.3%, e 26.8%, respectivamente. Olhando a nível de cada província do país, Maputo, capital política e económica do país, é a que possui menores índices de analfabetismo (10.9) em relação às restantes províncias. Na província de Cabo Delgado, por exemplo, até 2008, 70,3% da população não sabia ler nem escrever (INE: 2011).

Como se pode mostrar nas questões de pobreza, o Índice de Desenvolvimento Humano (PNUD:2014) coloca Moçambique como um dos países mais pobres do mundo, situando-se na posição 178 do ranking de 187 países avaliados. Caracterizam os baixos índices de Moçambique os baixos índices de educação das pessoas adultas, as elevadas taxas de mortalidades infantil, com uma economia informal e elevados níveis de vulnerabilidade a diversas doenças.

Devido à pobreza, o acesso aos meios de comunicação social é cada vez mais baixo, para a população rural que é a maioria da população; reduzindo os espaços que se possam considerar de participação a partir da informação e de processos de debate. Pesquisas de recepção dos media, realizadas pelo INE (2013), mostram que 48% das mulheres e 26% dos homens não têm o acesso a nenhum meio de comunicação social. A rádio constitui o meio de comunicação mais usado (42.5%), seguido da televisão (24.3%) e os jornais com 8.7 %. O acesso à informação através dos media é ainda um privilégio das

---

<sup>15</sup> O Índice de Desenvolvimento Humano (PNUD:2014) coloca Moçambique como um dos países mais pobres do mundo, situando-se na posição 178 do ranking de 187 países avaliados. Caracterizam os baixos índices de Moçambique os baixos índices de educação das pessoas adultas, as elevadas taxas de mortalidades infantil, com uma economia informal e elevados níveis de vulnerabilidade a diversas doenças.

populações dos grandes centros urbanos, especificamente dos jornais que se distribuem para um grupo mais restrito.

A baixa qualidade de informação que se traduz na fraca capacidade de os moçambicanos darem opiniões e exigir, têm contribuído para uma cidadania “acrítica”. Conforme argumentam Shenga e Mattes (2009), a cidadania “acrítica” caracterizada por uma combinação de elevados níveis de confiança dos cidadãos aos dirigentes, mesmo perante um quadro em que as instituições possuem níveis muito baixos de cometimento com a democracia.

É importante salientar que a ideia da cidadania “acrítica” pode ser mais característica dos contextos rurais, onde os níveis de acesso à informação continuam mais frágeis. Um estudo realizado sobre as atitudes dos cidadãos na utilização dos serviços públicas, na cidade de Maputo, mostra haver um o nível de consciência e conhecimento do que é e como deve funcionar uma repartição pública, o que podem revelar as possibilidades de exigências e de escolhas (Bussotti, 2012).

A ideia de uma cidadania passiva e incapaz de reagir às ineficiências do Estado em fornecer soluções aos cidadãos, pode ainda ser refutada, se forem consideradas as reacções dos cidadãos no contexto urbano, sobretudo na cidade de Maputo – capital -, onde os problemas da pobreza, conjugados com os elevados níveis de corrupção e políticas públicas pouco inclusivas e responsiva aos problemas dos cidadãos, têm gerado certos níveis de insatisfação, contribuindo, em alguns casos, a formas de manifestação caracterizadas por violência e contestação públicas das políticas de governação (Pereira e Nhanale, 2014: 3-5).

Contudo, considerando que a pobreza e o baixo acesso à informação moldam-se como características dominantes, em Moçambique; a ideia da cidadania “acrítica” pode ser vista como ainda válida; sobretudo quando se considerar o contexto histórico da construção do Estado Moçambicano. Por exemplo, as orientações políticas e culturais de submissão criadas ao longo dos anos de colonialismo; a cultura de medo criada ao longo dos 16 anos de guerra, assim como o sistema político monopartidário adoptado após a independência nacional podem ser vistos como factores que possam contribuir para uma cultura “acrítica” (Shenga e Mattes, 2009).

É por isso que torna-se importante explorar o segundo nível das barreiras do exercício da cidadania, em Moçambique. Este nível tem a ver com a cultura política predominante no país, muito caracterizada por ser autoritária e hostil às práticas de cidadania.

Esta cultura política autoritária deriva, por um lado, do sistema político de partido único que se instalou no país, após a independência que procurou orientar a sua acção política em nome do “interesse nacional”, em substituição da acção e das liberdades individuais. É por que, embora o país tenha transitado para a democracia, em 1990, os principais actores políticos, a Frelimo, inclusivamente a Renamo, continuam com uma concepção de liberdade “hostil à uma ideia moderna de cidadania”, sobretudo no facto de reclamarem serem intérpretes e conhecedores da “vontade do povo”, mesmo que tal implique a exclusão do povo ou mesmo sem considerar a consulta, em questões que eles reclamam representar (Macamo, 2014:42 - 55).

O outro factor importante que demarca as práticas de cidadania está ligado a uma sociedade civil que foi constituindo o seu papel numa base discursiva de oposição à governação. Isto é, a constituição e o papel das organizações da sociedade civil, em Moçambique, foi se baseando sempre num discurso que inspira a ideia de que o povo é vítima das acções do governo que, na sua concepção e aplicação desconcertadas. Como consubstancia Macamo (2014: 57), Moçambique é caracterizado por um tipo de sociedade civil promotora de um discurso demagógico que inspira a ideia da vitimização do povo perante um governo pouco capaz de satisfazer as suas necessidades, gerando, desta forma, uma percepção de que tudo o que é feito no País está mal.

Alias, a relação entre as Organizações da Sociedade Civil e o governo pode ser vista como sendo difícil e conflitual, sobretudo por falta de diálogo. Enquanto a Sociedade Civil queixa-se sempre do centralismo, ineficiência, corrupção, falta de abertura democrática dos governantes; por sua vez, os governantes queixam-se da falta de diálogo e participação da Sociedade Civil na elaboração de estratégias e políticas de desenvolvimento.

Nota-se ainda que o exercício dos direitos das liberdades políticas tem sido muito afectadas pela intolerância no debate público. Uma forte tendência de controlo e de instrumentalização dos poucos espaços de debate público, através do seu controlo,

instrumentalização e politização, reduzindo os espaços em que os indivíduos podiam se apresentar de forma livre e independente da sua identidade partidária (Chaimite, 2014).

Esta tendência de intolerância e de rejeição das ideias de opostas chegou a atingir momentos caóticos, nos últimos anos, através da institucionalização de mecanismos de controlo dos espaços de opinião pública nos principais meios de comunicação públicos visando obstruir qualquer tendência de argumentação contrária de ideias opostas à governação. Foi nesta sequência que se intensificam estratégias de comunicação da governação, através da criação de grupos de *opinion makes* orientados a participarem em programas de debates nos media com a finalidade produzir uma opinião pública favorável à governação do chefe de Estado, num momento em que o país atravessa uma plena instabilidade política, devido à nova guerra e ao crescimento do crime organizado (Pereira e Nhanale, 2014).

Estes elementos mostram que a democracia em Moçambique é mais por questões formais ou de procedimentos, não se afirmando ainda pela efectividade das práticas, sobretudo pelo facto de continuar um Estado com instituições que ainda fazem prevalecer a cultura monopartidária. O mesmo partido monopartidário continua a dirigir, com base na mesma cultura de liderança monopartidária, tornando as instituições pouco flexíveis à democratização. Um dos problemas fundamentais que persiste no debate sobre a democratização em Moçambique, não só é a necessidade de alternância, mas garantir que as instituições do estado se profissionalizem e se libertem da cultura monopartidária.

Por outro lado, este contexto marcado pela persistência e cultura política autoritária, ao mesmo tempo, pela abertura legal às liberdades democráticas, tem por consequência a polarização do debate na esfera pública que se manifesta na existência de três níveis de actores.

A primeira esfera é constituída pelos actores que controlam a máquina do Estado, nos diversos níveis de poder político, definindo-se como as elites no poder. Esta esfera caracteriza-se, nos seus discursos predominantes, pela reivindicação da legitimidade do poder político e por um discurso de defesa das acções dos titulares dos poderes públicos, os mesmos que se confundem com o partido Frelimo.

A segunda esfera surge e se desenvolve com a abertura do País às liberdades e pelos programas de apoio à democracia, tendo como discurso típico a crítica e a



reivindicação do exercício das liberdades de expressão, acabando por confundir, em muitas das vezes com a oposição política.

A terceira esfera é constituída por académicos e lideranças religiosas que, por vocação e missão, compreendem e buscam formas equilibradas de identidade e de exercício das liberdades. Por influência do contexto, o terceiro grupo gravita no meio dos dois anteriores, sendo os seus actores próximos aos dos dois primeiros grupos e, dependendo das circunstâncias podem vir a fazer parte de cada um dos grupos anteriores. Por vezes, os actores do terceiro nível, para credibilizarem as suas acções, usam os espaços institucionais ou actores destes grupos para obterem um maior poder simbólico, por sinal, maior força argumentativa, como as Universidades ou Instituições Religiosas.

O controlo exercido sob os espaços de exercício das liberdades faz com que se reduzam as formas de pensamento diferenciado, gerando um cenário em que os cidadãos, por temerem o isolamento económico ou político, busquem se identificar com as formas de pensamento predominante. Por outro lado, as formas de pensamento alinhadas e de conformação são, por isso, vistas como meio de angariação de um bem-estar e de segurança.

Os cidadãos são levados, por esta forma, a se identificarem, nos fóruns públicos, pela aceitação das perspectivas de quem está no poder, mesmo que nos fóruns privados as suas opiniões sejam manifestamente contrárias. Quem crítica é visto como sendo um individuo fora do sistema ou tendo estado dentro do sistema se sente insatisfeito, não sendo visto ou considerado, como um processo deliberativo e de participação nos processos de governação. Por outro lado, existe a ideia de que quem critica, sobretudo se faz parte dos actores do segundo grupo, mantém-se porque a sua economia é alimentada por uma “agenda externa”, visando deturpar a governação. Assim, qualquer forma de debate e de exigência pela transparência exercida é desacreditada, sobretudo pelo facto de os que criticam serem vistos como os que cumprem e vivem à custa de agendas externas, senão porque eles, tendo feito parte do sistema, encontram-se, por vários motivos excluídos ou seus interesses bloqueados.



## **CAPÍTULO III**

### **3. CORRUPÇÃO POLÍTICA E O SEU CONTEXTO EM MOÇAMBIQUE**

A corrupção política é um dos problemas que afectam as democracias e que têm concentrado uma linha de investigação no sentido de compreender as suas causas e os seus efeitos no desenvolvimento. Embora seja um fenómeno tido como sendo mais severo nos países em desenvolvimento, as evidências sobre o seu impacto, nos diversos países do mundo, incluindo nas chamadas democracias mais avançadas, como Inglaterra e EUA e muitos outros países europeus, são diversas, chegando-se à conclusão de que nenhum país é imune à corrupção (Heywood, 1997).

Em todos os níveis, a corrupção é associada à necessidade de os governos serem dirigidos na base do interesse público, sendo considerada uma disfunção/anomalia do funcionamento das instituições democráticas. Alias, conforme assinala Friedrich (2007), as autocracias, ditaduras, totalitarismo e outros sistemas não democráticos são vistos como tendo-se servido da corrupção para a sua manutenção. Este facto pode ser interessante para discutir, como Moçambique, marcadamente caracterizado pelo sistema que, mesmo tendo transitado para democracia, continua com características de autoritarismo.

Este capítulo busca definir e caracterizar o fenómeno da corrupção, considerando como uma das anomalias do funcionamento das democracias, sobretudo por representar práticas negativas dos servidores públicos, quebrando a confiança pública. Para além de definir e classificar os tipos de corrupção, o capítulo contextualiza e debate a problemáticas em Moçambique, olhando para o papel e o impacto da corrupção na configuração do sistema político.

Um dos elementos fundamentais abordados sobre a corrupção em Moçambique é o facto de ela constituir uma prática que afecta a qualidade dos serviços públicos, sendo percebida pela maior parte dos cidadãos como um dos problemas que afecta o funcionamento das instituições. Por exemplo, o Índice de Percepções de Corrupção (IPC) da Transparência Internacional (TI) indica que Moçambique tem sido, ao longo dos últimos anos, um dos países com elevados níveis de percepções sobre a corrupção.

O processo de transformação política de um estado monopartidário ao multipartidário, caracterizado por um partido dominante e com características pendentes ao autoritarismo; de uma economia orientada à de mercado, num processo de acesso limitado à informação; para além da pobreza; são vistos como algumas das causas da corrupção. O debate sobre as causas da corrupção em Moçambique é de capital interesse para perceber as relações entre o sistema político e económico que podem demarcar as características dos media, por sinal, o tipo de agendamento sobre a temática.

No final, o capítulo oferece um conjunto de esforços desencadeados pelas instituições do Estado, para fazer face ao problema da corrupção, destacando-se as reformas legais, institucionais e os esforços do jornalismo investigativo. No entanto, as questões ligadas à cultura política caracterizada por um elevado nível de secretismo e a falta de responsabilização, continuam a ser factores muito fortes que colocam em causa os esforços de combate à corrupção e que tornam Moçambique na lista dos países percebidos como sendo um dos mais corruptos do mundo.

### **3.1 Corrupção: Conceito e significado**

O estudo da corrupção, embora tenha sido iniciado há longos anos, ganha uma maior notoriedade académica, assim como política, nas décadas 80 e 90, sobretudo com o processo de integração económica, na União Europeia, nos programas de apoio ao reajustamento financeiro dos países em vias de desenvolvimento<sup>16</sup>. O discurso sobre a corrupção, sobretudo nas décadas 80 e 90, esteve muito aliado às questões de desenvolvimento, sobretudo perante a preocupação das agências internacionais de apoio ao

---

<sup>16</sup> Xin & Rudel (2004: 294) destacam que neste período da década noventa membros de organizações internacionais intensificaram os seus esforços para o controlo da corrupção, destacando-se a aprovação da Inter-American Convention Against Corruption, em 1996, pela Organização dos Estados Americanos (OAS); em 1997, foi criada a convenção para criminalizar o suborno nas empresas dos países membros da OECD (Organization for Economic Cooperation and Development). Incluindo nos países africanos, os políticos levam a cabo um conjunto de medidas de formas administrativa para reduzir a corrupção. O banco mundial, por seu turno, fez um conjunto de medidas para combater a corrupção nos programas de assistência ao desenvolvimento.

desenvolvimento (Banco Mundial e FMI) que passaram a condicionar o acesso aos seus fundos à monitoria da corrupção, considerado um perigo e uma das causas do insucesso dos países subdesenvolvidos (Figueiras e Araújo, 2014).

É também verdade que a corrupção política não tinha sido objecto de publicitação tão como o foi depois do escândalo de *watergate* nos EUA, sobretudo com a intensificação do jornalismo investigativo, sob o qual os diversos casos acabaram aparecendo como “boas notícias” para os jornais (Heywood, 1997). Mais ainda, pode-se considerar que a queda do Muro de Berlim, e a emergência das democracias da terceira vaga, vieram abrir mais espaço para que um maior número de países passassem à democracias, por sinal, sujeitos à regras de transparência, monitoria e responsabilização dos governantes, o que elevou ainda mais o debate sobre a corrupção no mundo (Heywood, 1997; Tanzi, 1998; Xin & Rudel, 2004; Jain, 2001).

É importante sublinhar quando se diz que corrupção política é muito mais séria em democracia do que em outros sistemas políticos, não significando que o seu impacto seja somente para as democracias; mas no sentido de que a sua prática afecta e fere com os seus principais fundamentais, sobretudo a igualdade de oportunidades dos cidadãos, a transparência na tomada de decisões (Heywood, 1997; Rose-Ackerman, 1999).

Conforme argumenta Friedric (2007: 17), enquanto nos regimes autoritários a corrupção tende a ficar escondida ou camuflada, nos regimes democráticos fala-se mais da corrupção pois as instituições estão expostas a publicidade a partir da liberdade da imprensa.

De todas as formas, a corrupção incorpora padrões morais duvidosos sob os quais os *incumbentes* quebram a confiança pública. No entanto, um dos grandes problemas que tem sido discutido em relação à corrupção política e a democracia, mesmo nos países mais desenvolvidos como os EUA, Inglaterra, França, Itália, é o financiamento ilegal aos partidos políticos. Em muitos casos, formas de financiamento ilegal resultam em compromissos entre os políticos eleitos no favorecimento das pessoas ou entidades que apoiam às suas campanhas políticas (Rose-Ackerman, 1999).

Como conceito, a corrupção possui diversos significados, sendo difícil estabelecer uma definição consensual. No entanto, ela deve ser compreendida como um desvio da

norma de funcionamento das instituições democráticas. No contexto político, o seu significado está ligado a questões morais, considerando um comportamento desviante de um oficial do serviço público que no exercício das suas funções, usa o poder de que lhe foi delegado, em prejuízo ao interesse público, para obter ganhos privados<sup>17</sup>. Tal comportamento, para que seja considerado corrupto, deve ser feito em violação às normas e às expectativas de funcionamento das instituições (Friedrich, 2007; Jain, 2001).

Isto é, a corrupção política deve, de forma específica, ser compreendida como tendo as suas características peculiares, sendo aquela que ocorre quando um oficial da administração pública, em violação da confiança que se deposita sobre ele e, em pleno prejuízo do interesse público, envolve-se em condutas que exploram as suas funções para benefícios próprios ou privados, contra o que seria aceitável sob ponto de vista das normas estabelecidas e dos padrões da cultura política (Philp, 2007).

Embora existam longas discussões sobre a possibilidade de existência da corrupção noutros sectores; as definições apresentadas compreendem que a corrupção só pode ser considerada quando o agente público está em exercício das suas funções, não incluindo os seus comportamentos na esfera privada, nem acções desempenhadas por cidadãos que não façam parte das instituições públicas (Gardiner, 2002; Figueiras e Araújo, 2014). Neste sentido, a corrupção é focalizada como um fenómeno que ocorre no sector da administração pública, podendo envolver um funcionário público com um agente privado à administração pública que paga um suborno ou é extorquido para que lhe possa ser facilitado o acesso a um determinado serviço ou bem.

Existe também um longo debate sobre o que pode ser considerado de corrupção, uma vez depender de contexto social, político, cultural, legal e até territorial. Por exemplo, o que pode ser considerado corrupto num país ou numa determinada época histórica, pode não sê-lo noutro contexto. Neste sentido para avaliar ou definir a corrupção num determinado contexto é preciso haver um desvio ou uma reprovação moral de um acto, implicando que a violação seja contra alguma norma previamente estabelecida e partilhada

---

<sup>17</sup> Friedrich (2007: 15 – 16) apresenta diversos tipos de benefícios individuais que podem ser tirados pela corrupção, podendo ser monetários, promoção rápida, reconhecimento/condecorações, benefícios familiares, entre outros. Por isso, define a corrupção como “o uso do poder público para benefícios privados, nomeações, ou prestígio, ou para o benefício de grupos ou classes, num contexto em que consitui (constitui uma) ou (consistiu numa) violação à lei ou aos padrões de alta conduta moral”.

pelos membros da sociedade. Por aqui, a questão que volta a se colocar é: considerando a corrupção como um comportamento desviante, quais seriam os critérios a serem usados para estabelecer os *standards* do comportamento ideal?

Seria difícil responder a esta questão, uma vez haver diversas variáveis que podem definir os comportamentos dos indivíduos na sociedade. Gardiner (2007) oferece três perspectivas importantes de definir a corrupção: uma sob ponto de vista legal, a segunda ligada ao interesse público e a terceira sob ponto de vista do critério da opinião pública.

No que diz respeito às questões legais, a corrupção vai ser definida por um conjunto de dispositivos legais para estabelecer quais os actos dos oficiais públicos são proibidos. Neste sentido, o que não é proibido, em termos da lei, não pode ser considerado corrupção, mesmo que seja abusivo ou antiético. O entendimento da corrupção vai, por isso, depender do sentido das normas que são violadas, significando que na sua falta não existem condições para se classificar alguma prática como sendo corrupta. É por isso que Gambetta (2002) argumenta que a corrupção só pode acontecer em sociedades funcionais, reguladas e baseadas nas leis.

A definição da corrupção sob ponto de vista do interesse público ajuda a complementar a percepção de alguns actos que, sob ponto de vista legal podem não ser considerados corrupção, mas cuja prática lesa o interesse público, gerando benefícios privados. Neste caso, inclui-se também a percepção de que um acto que não beneficie o interesse público, mesmo não sendo definido pela lei como sendo corrupção, não pode ser entendido como tal. Como refere: “if an act is harmful to the public interest, it is corrupt even if it is legal; if it is enefiall to the public, it is not corrupt even if it violates the law” (Gardiner, 2007 : 32). Assim, a corrupção vai envolver a subversão do interesse público, pelos interesses privados dos oficiais públicos.

O terceiro critério de Gardiner (2007) de definir a integridade dos actos oficiais é a opinião pública, compreendendo a maneira como as pessoas de um determinado país definem ou consideram corrupção. É importante considerar esta categoria pois ela incorpora elementos da cultura política, mais do que é definido pela lei como sendo corrupção. Isto significa que podem haver elementos da cultura política que suportam alguns padrões de comportamento dos oficias públicos sob os quais as expectativas públicas vão ser formuladas. Aliás, as percepções e os valores dos cidadãos podem ditar a

maneira como eles se comportam em relação ao fenómeno, podendo oferecer subornos ou aceitá-los, mesmo quando estes são limitados pela lei.

É importante considerar que pode haver divergências de opiniões entre as elites e o grande público sobre os níveis de corrupção. Estas diferenças levaram Heidenheimer (2007) a diferenciar três níveis de gradações de percepções públicas sobre a corrupção: a “corrupção preta” que corresponde às acções que as elites e o grande público condenam e consideram-nas violações graves e que devem ser punidas; a “corrupção cinzenta” que corresponde as acções que são avaliadas, nos dois níveis, de forma divergente, isto é uns podem considerá-las corruptas e outros não; a “corrupção branca” que representa as acções que a elite e o grande público toleram e não consideram que devem merecer punição, enquanto práticas corruptas.

Deve-se observar que existe uma relação entre os três níveis de perspectivas de ver a corrupção, pois as percepções dos indivíduos baseiam-se num juízo moral que, efectivamente, assenta-se num conjunto de normas que balizam o que é um comportamento desviante ou não, numa determinada sociedade. Havendo, por isso, a importância de validar as percepções como sendo importantes, pois elas são feitas com base num fundamento normativo que tem como suporte as normas e o que é definido como sendo de interesse público.

### **3.2 Tipos de corrupção**

Não existe uma única forma de tipificar a corrupção, podendo variar de acordo com a perspectiva e interesse de análise de cada autor. As tipificações aqui apresentadas buscam, dos diversos autores, mostrar as diferenças que possam existir nas práticas consideradas corruptas, ilustrando as diferenças entre elas. Mais importante ainda para o objectivo desta secção é notar que os diversos tipos de corrupção são compreendidos em referência aos actores.

As formas mais comuns de corrupção são o *suborno* e a *extorsão*. A primeira forma, o *suborno* é definida um incentivo para influenciar indevidamente o desempenho da função pública, quando este é destinado a ser exercido gratuitamente, isto é, um utente do



serviço público paga um valor extra para obter algo que deveria ser sem pagamento. No suborno, o utente do serviço apresenta-se como a pessoa mais interessada no resultado que se pretende alcançar com o serviço oferecido (Gambetta, 2002). Por seu turno, a *extersão* ocorre quando quem detém o poder obriga ao interessado pelo serviço a pagar algo para que seja prestado o referido serviço, fora do interesse deste. No caso do suborno, existe um interesse unilateral do servidor público em extrair um benefício extra pela oferta do serviço que é prestado.

Gambetta (2002: 49) oferece distinção de outros fenómenos que pelas suas consequências negativas no tecido social e nas instituições podem ser considerados de corrupção, mas que originalmente são diferentes do que se chamar “corrupto”. Destes, destaca-se o *roubo*, *fraude*, *clientelismo*, *cleptocracia*, *incentivos selectivos*, *crime organizado*.

- O *roubo* é classificado como um crime que envolve uma única vítima directa, a(s) pessoa(s) que rouba(m). Neste caso, diferentemente da corrupção as vítimas não têm escolha para liderem com eles; ao passo que na corrupção deve haver um interesse mútuo para que haja transacções;
- A *fraude* ocorre quando um oficial desfalca fundos do seu empregador, fazendo um uso privado dos recursos da instituição ou cobrando preços elevados, fora do previsto, para se beneficiar das diferenças;
- O *clientelismo* confere à alocação arbitrária de recursos dos quais alguém está encarregado de controlar. O clientelismo não se qualifica como corrupção uma vez haver, somente um agente que interpreta ou faz as normas ou aloca recursos ou recompensas conforme os seus “caprichos”;
- *Cleptocracia* esta é uma variante do clientelismo em que punições, em vez de recompensas, são feitas de forma arbitrária por os que não estão vinculados ao sistema. Esta é uma actividade predatória em que os “chantagistas”, um Estado ou seus *incumbentes* podem cobrar impostos arbitrários ou agressivos, com pouca ou nenhuma relação com os serviços que eles fornecem.
- *Incentivos selectivos* podem ser tidos como um suborno, mas que envolve um único agente, para garantir que determinado oficial realize tarefas que as lideranças pretendem que ele faça para eles, em todas as ocasiões.

- *Crime organizado*, na perspectiva de corrupção, deve ser diferenciado com grupos ou agentes que protegem práticas ou transacções ilegais. A corrupção pode acontecer sem a protecção de grupos de mafia, embora esta possa reforçar a corrupção estimulando práticas corruptas ou estabelecendo acordos ilícitos ou pressões/intimidações que levem as pessoas a praticarem actos de corrupção.

Heidenheimer (2007), na sua classificação junta mais três níveis de corrupção, definidos de acordo com a sua incidência: a *pequena corrupção*, a *corrupção rotineira* e a *grande corrupção ou agravada*.

A *pequena corrupção* refere-se a violações das normas favorecendo amigos, podendo se manifestar em pequenos níveis de favorecimentos (Heidenheimer, 2007). Para Jain (2001: 75), a pequena corrupção pode ser considerada a *corrupção burocrática* que representa actos de um funcionário que na relação com os seus superiores (elite política) ou com o público recebem subornos para violar uma norma para facilitar serviços (Jain, 2001: 75).

A *corrupção rotineira* este tipo de corrupção pode se manifestar sobre forma de clientelismo ou incentivos selectivos, onde se podem privilegiar empresas ou cidadãos individuais que apoiem as campanhas políticas dos partidos que ascendem ao poder. Esta forma de corrupção define-se como rotineira porque confere aos procedimentos profundamente enraizados na maioria das relações sociais.

A *grande corrupção ou agravada* confunde-se com o crime organizado e de grande dimensão, muitas vezes, envolvendo subornos (Heidenheimer, 2007). Em muitos casos, esta corrupção refere-se aos actos da elite política que, dentro da sua missão de formular políticas públicas e tomarem grandes decisões sobre investimentos públicos, fazem-no observando as possibilidades de obterem ganhos privados. Por exemplo, os políticos podem privilegiar fazer investimentos públicos, selectivamente, nas áreas que lhes possam, simultaneamente, trazer benefícios privados (Jain, 2001).

Nos três tipos, pode-se acrescentar à corrupção legislativa que é, geralmente, usada para explicar o nível em que o comportamento eleitoral ou legislativo pode ser

influenciado. Por exemplo, os legisladores podem ser subornados por grupos de interesse para fazer passar ou bloquear uma lei, de acordo com os seus interesses; por outro lado, os políticos podem receber financiamentos ilícitos para que, uma vez (re)eleitos possam agir em favorecimento aos financiadores (Jain, 2001).

Certamente que pode ainda ser feita uma lista vasta de tipos de corrupção, mas estes tipos podem fornecer uma ideia mais global sobre como o fenómeno tem tomado lugar e como ele pode ocorrer. Estas todas formas podem ajudar a compreender e a captar a corrupção em todas as formas de desvio do funcionamento normativo das instituições, sempre que representem a prevaricação do interesse público, em lugar dos fins privados dos seus actores. Por isso, pode-se compreender que todas as práticas de desvio do funcionamento das instituições públicas para fins privados possam ser consideradas corrupção, mesmo que tais não estejam nos termos das tipificações clássicas.

### **3.3A corrupção e escândalo**

O escândalo é uma outra palavra que, em muitos casos, vem associado à corrupção. Embora estas duas palavras se refiram a contextos associados a práticas referentes a transgressões de normas, elas têm significados diferenciados em alguns aspectos. Conforme define Thompson (2002: 40) “*o escândalo se refere a acções ou acontecimentos que implicam certos tipos de transgressões que se tornam conhecidas por outros e que são suficientemente sérias para provocar uma resposta pública*”.

Para compreender melhor esta definição do escândalo e a sua distinção com a corrupção, deve-se considerar que o escândalo compreende acontecimentos que se referem a características específicas. A existência do escândalo implica a existência de uma transgressão suficientemente séria de certos valores morais ou códigos morais que possam implicar a desaprovação do acto pelos outros, num determinado contexto social, histórico, político e cultural; o que faz com que os implicados busquem, o máximo possível a sua ocultação, daí o seu envolvimento ser conhecido a partir de outras pessoas que não são envolvidas na sua prática. Por outro lado, a existência de escândalo implica a transgressão de valores morais, sendo que o seu conhecimento público pode ser tido como ofensivo, sobretudo por aqueles que desaprovam o acontecimento. É por isso que a revelação do

escândalo, assim como a sua condenação, pode prejudicar a reputação dos indivíduos responsáveis por eles (Thompson, 2002: 40 – 52).

Olhando para a definição e as características do escândalo, pode-se dizer que um acto corrupto pode, em certos momentos, constituir-se em escândalo e, em alguns momentos não. Por outro lado, o escândalo incorpora outras práticas e características mais abrangentes que vão para além da noção da corrupção.

Num primeiro nível, o acto de corrupção pode ser visto como preenchendo a dimensão do desvio das normas do funcionamento das instituições democráticas, uma vez representar um comportamento desviante de um oficial público que obtém ganhos em prejuízo do interesse público (Friedrich, 2007). Diferentemente do escândalo, o acto de corrupção não deixa de se consumir pela falta de uma desaprovação pública; havendo ou não, a corrupção define-se pela lei, mais do que a própria moral, sendo carregados de elementos criminais. Isto é, a corrupção, bastando ser definida pela lei, ela existirá como acto consumado, desde que seja praticada, mesmo que tal acto não venha a ser publicitado.

Considerando a definição de Thompson (2002), a corrupção só se transformará em escândalo quando ela assumir dimensões públicas, seja através da acção de publicitação dos mass media. Diga-se que a publicitação dos actos de corrupção, sobretudo da grande corrupção que envolve actores com responsabilidades públicas, transforma o acto em escândalo; tendo implicações, não somente a nível da lei (sob ponto de vista da possibilidade de responsabilidade criminal dos actores), mas também a possibilidade do prejuízo da reputação dos indivíduos responsáveis. Isto é, o acto de corrupção, mesmo que permaneça em segredo, ele permanecerá e se definirá como tal; passando à categoria de escândalo se ele passar ao conhecimento público. Por exemplo, um acto de suborno mantido em silêncio entre os actores, permanecerá como um acto de corrupção, mas que só passará à dimensão de escândalo se lhe for tornado público.

Assim, pode-se dizer que o escândalo envolve características mais abrangentes da corrupção, especificamente por incorporar outros tipos de práticas morais mais abrangentes da conduta dos indivíduos na sociedade que não sejam necessariamente consideradas de corrupção. Por exemplo, num contexto marcado pela predominância de valores de cristianismo, a revelação de relações amorosas extraconjugais, por constituir uma violação à norma e à valores de fidelidade comumente aceites pela maioria, este acto pode

constitui-se num escândalo, pois nem todas as sociedades podem definir estas práticas como criminais. Em muitos casos, o escândalo é penalizado a nível do discurso público de censura, reprovação e desaprovação da acção dos indivíduos a que Thompson (2002: 48-58) chama de *discurso infame*; ao passo que a nível de punição do acto de corrupção pode terminar ao nível criminal, se não for publicitado, não havendo possibilidades de se incorrer ao risco do *discurso infame*.

Um crime de corrupção mantido sobre segredo de investigação e condenado não representa escândalo, uma vez não ter havido nenhuma publicitação. Em muitos casos a quebra do segredo de justiça, a fuga de informações, assim como as investigações dos mass media contribuem para o conhecimento público da corrupção, transformando o acto em escândalo, sobretudo quando os envolvidos ocupam posições superiores na hierarquia da administração pública.

Um outro elemento importante de distinção entre o escândalo e a corrupção reside na qualidade dos envolvidos, uma vez que no escândalo as pessoas envolvidas devem possuir posições socialmente notáveis para que a publicitação do acto cometido, represente a perda de reputação; enquanto a corrupção ocorre em diversos níveis, independentemente da posição social do actor da administração pública que comete o acto. É daí que existe a distinção entre a *pequena e a grande corrupção* (Heidenheimer, 2007). Geralmente, quando se trata da grande corrupção o nível de discurso infame se repercute mais, publicamente, sobretudo pelo facto de representar figuras públicas e que muitas vezes são objecto de cobertura dos mass media.

Mas quando as transgressões envolvem desonestidade e que violem regras de exercício do poder público em obtenção de ganhos privados e que venham a ser publicitados, elas têm um grande potencial de se transformar em actos corruptos de categoria de escândalos. Isto é, a corrupção pode terminar na simples transgressão punível no âmbito da lei, assim como transformar em escândalo quando ele passa para o conhecimento público, sendo envolvido de elementos de desaprovação até à perda da reputação dos seus protagonistas. Quanto maior for o grau de exposição pública dos protagonistas do acto corrupto, dentre eles os governantes, maiores serão as probabilidades de o seu conhecimento público transformar num grande eco de escândalo político.

### 3.4 Compreender a corrupção em Moçambique

#### 3.4.1 Os índices sobre corrupção

Antes de falar sobre as causas da corrupção em Moçambique, é preciso notar que a sua análise não pode ser baseada de forma comparativa com nenhum outro País, pois como se referiu, os diversos níveis de definição da corrupção divergem de um local para outro, tendo em conta o que a lei define, o seu impacto na prossecução do interesse público, assim como no que as pessoas pensam sobre a corrupção, baseando-se na cultura política do País.

Igual que os outros países, a corrupção em Moçambique, não deixa de ser um problema que afecta a qualidade dos serviços e das políticas públicas. Uma primeira avaliação da corrupção seria baseada nas percepções dos cidadãos. O trabalho realizado pela TI, através CPI constitui um instrumento primordial para uma noção sobre os níveis de corrupção, em cada um dos países analisados<sup>18</sup>.

Tabela 5. Posição de Moçambique no ranking do Índice de Percepções sobre a Corrupção da Transparência Internacional de 2010 – 2015

Ano	Posição no ranking	Pontuação	Nº de Países
2010	116	2.7	178
2011	120	2.7	182
2012	123	31	174
2013	119	30	175
2014	119	31	175
2015	112	31	168

Fonte: Relatórios do Corruption Perceptions Index 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015.

---

<sup>18</sup> Embora o sistema de pontuação do CPI tenha sido alterado, em 2012, de 0 a 10 pontos para 0 a 100 pontos, o seu significado mantém-se o mesmo, uma vez que ele é feito para ilustrar a posição dos países com menores índices de percepções de corrupção, colocados nas posições numéricas mais inferiores; em termos de ranking, com o maior número de pontuação. Isto é, quanto menor for a percepção de corrupção num determinado país, maior será a pontuação dada de 0 a 100 (0 a 10); por outro lado, quanto maior for o nível de percepção sobre a corrupção, menor será a pontuação dada ao país de 100 a 0 (10 a 0).

Assim, olhando para os dados da *CPI* para Moçambique, entre 2010 a 2015, pode-se notar que Moçambique situou-se com os baixos níveis de pontuação, revelando percepções de que a corrupção é muito forte. Conforme se pode notar na tabela acima, nos cinco anos (embora a situação tenha melhorado em pequenas proporções, em 2012, 2013 e 2014, com uma pontuação a situar-se nos 30 por cento do geral) o país continuou a posicionar-se no grupo dos países onde a corrupção é tida como agravada.

Os Indicadores de Governação do Banco Mundial (WGI) que, dentre vários aspectos busca medir a corrupção política, baseando-se, inclusivamente em percepções sobre “*como o poder político é exercido para ganhos privados, incluindo as formas de grande e a pequena corrupção, assim como a ‘captura’ do Estado pelas elites e interesse privados*” (Kaufmann; Kraay, & Mastruzzi, 2010: 4); mostram que, ao longo dos últimos cinco anos, Moçambique encontra-se no grupo dos países onde a corrupção se acha mais agravada. De 2010 a 2013, Moçambique assumiu posições decrescentes no ranking do indicador de corrupção do Banco Mundial, tendo estado nas posições 41.4 (2010); 36.97 (2011); 32.54 (2012); 29.67 (2013). Estes dados revelam que o país encontra-se abaixo da média (50%) do esperado<sup>19</sup> (WGI).

No índice de 2015 de liberdade económica da Fundação Heritage, Moçambique situou-se na posição 125 do ranking de um total de 178 países avaliados e com 54.8 pontos. Conforme indicam as metodologias do índice, os países avaliados com a média de 50 a 59.9 pontos são considerados profundamente não livres. Este índice avalia vários aspectos da liberdade económica, dos quais incluem-se as questões ligadas à corrupção, entendida como a falta de integridade no sistema económico através do qual indivíduos ou grupos específicos podem ser capazes de obter maiores ganhos em detrimento da maioria (Miller & Kim, 2015).

O índice Mo Ibrahim 2014 da Governação em África, mostra que, embora Moçambique esteja na posição 22 do ranking dos 52 países africanos analisados, com uma

---

<sup>19</sup> O ranking do Banco Mundial é feito de - 2.5 a 2.5 e, em termos percentuais, em ordem crescente de 0 a 100. O menor cotação corresponde a 0 (zero) e a maior cotação, corresponde a 100 (cem). Isto é, quando mais próximo de 100, melhor é localizado o país, em termos do indicador (Kaufmann; Kraay, & Mastruzzi, 2010: 12).

pontuação global de 52.2, na média de todos os indicadores do índice. No que diz respeito, especificamente, ao indicador de *Accountability* que também mede a transparência e a corrupção no sector público, Moçambique está na posição 28 do ranking com uma média de 36.7, o que revela, mais uma vez que o país, mesmo dentro do continente, encontra-se no grupo dos com índices de corrupção acima da média (MIF: 2014).

O último relatório do Afrobarometer, realizado em 2013, no que tange às percepções sobre a corrupção, indica que os moçambicanos entendem que existem um elevado nível de corrupção onde eles têm experiência directa de relacionamento. Das várias instituições, a polícia é indicada como a que mais está ligada a práticas de extorsão ou abuso de poder. Os funcionários públicos, no geral, a autoridade tributária (sobretudo as alfândegas) são também dos sectores cujos cidadãos percebem-nos sendo corruptos (Shenga, Muendane e Pedro, 2013).

A par da política e as alfândegas, os sectores da justiça, educação, saúde, o das finanças públicas, orçamento, e o das aquisições dos bens são os considerados, em vários estudos, com maiores níveis de corrupção, em Moçambique. Nestes sectores, a pequena corrupção, manifesta-se sob forma de subornos para o acesso aos serviços públicos, encontra-se enraizada sobretudo por um conjunto de oportunidades perversas que são criadas, marcadas sobretudo devido aos baixos salários, à degradação dos valores éticos e profissionais, à falta de códigos de conduta, a exiguidade dos recursos humanos, a ausência de um sistema de mérito para o ingresso e a progressão nas carreiras, fraca fiscalização e punição (USAID, 2005; Mosse, 2006; Mosse e Cortez, 2006a; Mosse e Cortez 2006b; Mosse & Muguambe, 2007).

Destes vários factores que afectam a corrupção em Moçambique, o próximo subcapítulo explora, de forma muito particular, os mais ligadas à grande corrupção, considerando, em primeiro lugar, o tipo de oportunidades que a estimulam; por outro lado, como é que esta acaba influenciando a pequena corrupção, num contexto marcado pela pobreza e um sector público incapaz de pagar uma remuneração condigna.



### 3.4.2 As causas da corrupção em Moçambique

A questão fundamental que se coloca neste ponto é perceber porque Moçambique configura dos países considerados mais corruptos e que tipos de respostas podem ajudar a compreender o fenómeno?

Como refere Heywood (1997), os aspectos a serem considerados para compreender a corrupção num determinado contexto são, em primeiro lugar, a cultura local que incorpora um conjunto de práticas que podem ditar a maneira como as organizações e o sistema político podem ser caracterizados; por outro lado, a natureza do desenvolvimento do Estado, olhando para a maneira como a ordem política e económica é institucionalizada. Para o caso de Moçambique, este último aspecto pode ser relevante, para compreender as causas da corrupção.

Olhando para os momentos em que o País passou, no seu processo de construção de Estado Independente, pode-se assinalar logo à partida que as oportunidades de debater a corrupção e estabelecer regras de boa governação abrem-se com os processos de reestruturação económica; pese embora se possa reconhecer as políticas rígidas do regime do partido único quanto à sua intransigência contra a corrupção (Harrison, 1999).

O processo das transformações da economia orientada para a liberal que se baseou na ideia de que a privatização fosse a melhor forma de reduzir a corrupção e dinamizar a economia (diminuindo o poder e os sectores de controlo do governo), acabou se constituindo como uma das grandes raízes que fundam e alimenta a corrupção. Isto surge pelo facto de os políticos no governo ou da *nomenklatura* que, podendo ter acesso à informação e influência, beneficiaram-se de grande parte das acções das empresas na posse do Estado e que deveriam ser privatizadas (Harrison, 1999; Jain, 2001; Tanzi, 1998).

Em Moçambique, no processo da reestruturação da economia (da passagem da economia orientada para do mercado), as privatizações contribuíram para a formação do que Hanlon (2009: 3) designou de “capitalismo selvagem”, onde as empresas passaram para as mãos dos membros da elite da Frelimo, sobretudo os generais e líderes políticos que acreditando que a sua experiência na liderança política poderia ser aplicada para a área

empresarial, numa forma de acumulação rápida de capitais, num contexto em que o País se abria para o efeito (Nuvunga, 2007).

Estas lideranças da Frelimo olharam para estes processos como sendo naturais e legítimos, uma vez ter sido através da sua luta que o país alcançou a independência, consubstanciando-se numa lógica neo-patrimonialista da pertença do Estado pela Frelimo (Chichava, 2014). A prova disso é que os grandes grupos empresariais nacionais e os principais sectores económicos são controlados por políticos ou gente a eles ligados, em certos casos de antigos dirigentes governamentais, no período do partido único (Harrison, 1999).

Na compreensão Hanlon (2004), os doadores podem ser vistos como tendo sido impulsionadores destes mecanismos de corrupção, na medida em que participaram e facilitaram a acumulação da riqueza pela *nomenklatura* da Frelimo. Por exemplo, o Banco Mundial e o FMI, com as suas metas alargadas de privatização, através de fundo de ajuda ao mercado liberal geraram benefícios e facilidades aos políticos, através facilitação de financiamentos com créditos sem expectativas de reembolsos, baseadas em regras não transparentes. Em certos casos, estas instituições apoiaram processos de privatização com consórcios ligados aos membros da Frelimo.

Este processo viciado de criação do empresariado nacional, faz com que as ligações entre os membros seniores do partido Frelimo e o sector empresarial sejam cada vez mais evidentes, demonstrados pelos seus interesses empresariais. Por exemplo, o antigo Presidente da República, Armando Emílio Guebuza era, publicamente, conhecido pelos seus interesses empresariais e familiares, sendo proprietários de Holdings com interesses em sectores importantes da economia nacional (USAID, 2005; Hanlon, 2004).

A influência da Frelimo sobre o sector empresarial torna-se cada vez mais evidente nos processos eleitorais. Os seus candidatos, tanto ao nível das eleições gerais assim como autárquicas, têm angariado dos empresários elevadas somas de dinheiros e apoios de diversa ordem. Estas doações, feitas mais para o partido Frelimo do que para outros partidos, são na perspectiva de ter retornos de investimento sob forma de influência política para os projectos dos seus doadores (Nuvunga, 2007). Estas situações acabam

alimentando a chamada corrupção institucional e agravada, na medida em que, os empresários que prestam as doações fazem-no na expectativa de que seja criando um ambiente institucional para privilegiar, facilitar ou proteger os seus interesses.

Por outro lado, pode-se dizer que a história do autoritarismo, nos modelos de governação da Frelimo, podem ser uma das causas da grande corrupção. A distribuição de favores entre os membros da elite partidária é uma das estratégias fundamentais para a manutenção dos partidos dominantes, como a Frelimo, por longos anos no poder. Estes favores são usados como um mecanismo fundamental para reduzir os riscos de divisões internas e garantir uma coesão, por consequência, a durabilidade no poder, através da construção de alianças com actores importantes do Estado. As pessoas favorecidas pelo regime são, assim, estimuladas a serem leais a ele por longo termo, criando uma elite que acredita que só estarão bem se continuarem no regime (Levitsky & Way, 2012).

O actual fenómeno de “políticos profissionais” relatado por Heywood (1997: 428), caracterizado pela tendência do crescente ingresso de pessoas na política com objectivos de obter ganhos individuais, tem sido também um dos problemas da corrupção, em Moçambique. O ingresso na política, em Moçambique, tem sido visto como forma de inclusão e de distribuição de ganhos económicos, sendo uma das vias mais fáceis para a solução dos problemas económicos. Vários exemplos podem ser citados para ilustrar esta situação, desde a aprovação de uma lei eleitoral que defendia a paridade na composição dos órgãos eleitorais, assim como o aumento de número dos membros do Secretariado Técnico da Administração Eleitoral (STAE); e outras reivindicações levadas pela Renamo, nas negociações com o governo que tiveram lugar 2013 e 2015, tinham como pontos de discussão a exclusão económica, havendo, segundo a Renamo, que aplicar um sistema de paridade no processo de nomeação dos gestores das empresas públicas (A PERDIZ, 15 de Novembro de 2012; Notícias, 10 de Setembro de 2015).

Estas situações vêm a provar, não só o sufoco que os partidos políticos da oposição sentem pelo controlo da Frelimo de todas as esferas; a marginalização dos seus membros da vida económicas; mas também ao facto de o modelo de liderança da Frelimo ter-se transformado numa “escola” para os outros actores políticos que passam a olhar para a

governança, não como um mecanismo de servir ao público, mas sim como um meio de acumulação de riqueza.

A Descoberta dos recursos minerais, sobretudo das reservas de Gás-natural, na bacia do Rovuma, colocaram Moçambique na rota dos grandes investimentos internacionais. De acordo com as previsões, as reservas de gás natural de Moçambique estão entre as maiores do mundo, podendo atrair investimentos de US \$200.400.000.000.000, nos próximos 40 anos (Aaboe & Kring, 2013: 35). Trata-se de um campo que tem gerado enormes “apetites” da classe político-empresarial nacional. O que se oferece saber sobre os megaprojectos da indústria extractiva, é que existem imensas disputas pela gestão destes empreendimentos, havendo grandes interesses das elites políticas em controlar o negócio.

Os projectos de investimentos públicos têm também sido um dos problemas da corrupção, sendo a sua execução feita em benefício de grupos políticos específicos ou mesmo para favorecer empresas que pagam comissões. Por outro lado, os problemas de observância das leis de *procurement* têm sido uma das causas da corrupção. É sobretudo neste aspecto que são traçados os argumentos de que a corrupção prejudica a distribuição justa da riqueza, na medida em que retira o mérito aos empreendedores mais criativos, promovendo os que tem relações políticas; assim como no processo de decisões para os grandes investimentos, especificamente, quando os políticos decidem em investir em áreas não prioritárias para garantir que o dinheiro seja investido nos sectores mais vulneráveis à corrupção (Jain, 2001).

Para citar um exemplo, um estudo realizado pelo Centro de Integridade Pública (CIP), em 2014, com objectivos de avaliar a qualidade do serviço pública prestado pela Electricidade de Moçambique (EDM), uma empresa pública, mostrou, numa das suas conclusões que um dos grandes problemas que afecta os serviços tem a ver com a prática de uma gestão “ruinosa”, associada à falta de transparência e à facilitação de negócios de fornecimento de serviços, sem respeitar a lei, a favor de empresas das elites do partido Frelimo (CIP, 2014).

Um dos outros problemas contextuais que causam a corrupção é a pobreza. Conforme mostram Xin e Rudel (2004), a pobreza cria fortes incentivos económicos para os funcionários envolverem em actos de corrupção. Neste sentido, os funcionários, usando da posição que ocupam, para além de servirem aos cidadãos, gozam dessas posições para recolher ganhos que vão além dos seus próprios salários.

As questões da pobreza e corrupção em Moçambique, podem ser explicadas desde o período do partido único, que mesmo com o maior controlo imposto, devido a guerra que assolou o País, sobretudo na década 80, gerou-se muita desregulamentação, chegando a criar muitas oportunidades de corrupção, sobretudo na classe militar. Mesmo com o final da guerra, o severo processo de ajustamento imposto pelo FMI havia colocado abaixo os salários dos principais serviços públicos (professores e enfermeiros), criando situações em que todos precisassem de algum dinheiro extra. Para o efeito, os funcionários tinham de criar seus pequenos negócios; realizarem outras actividades paralelas às de funcionários públicos ou mesmo recorrendo à sua função para obter ganhos fora da lei, através de cobranças aos utentes dos serviços públicos (Hanlon, 2009; Harrison, 1999).

A pequena corrupção ou burocrática foi também estimulada pela chamada cultura do *cabritismo*, promovido pelo comportamento das lideranças. Se não pode haver nenhum negócio ou projecto onde um líder político não tenha participação, numa cultura fundamentada no ditado popular “o cabrito come onde está amarrado” descrita como “cabritismo”; objectivamente que, estas formas de comportamento, a grandes níveis, acabam-se transferindo para camadas mais baixas da administração, onde se torna cultura a tramitação de favores para que os problemas dos cidadãos sejam resolvidos, mesmo onde não seja necessário (Hanlon, 2009; Harrison, 1999).

Neste sentido, há que considerar como válido o argumento de Tanzi (1998: 566) de que a questão do funcionamento da administração pública pode ser ligado aos elevados níveis de burocratização do aparelho do Estado cujo papel é realizado a partir de numerosas normas. Neste sentido, a realização de todas actividades vai implicar o recurso de um funcionário público para autorização. A existência de muitas regulamentações acabam dando o monopólio do poder aos funcionários públicos que, dependendo das circunstâncias, podem autorizar ou mesmo não emitir uma decisão. Este cenário leva à

criação de um ambiente favorável à corrupção, sobretudo num contexto como o moçambicano, onde o estado herdou do colonialismo português uma máquina burocrática excessiva (Harrison, 1999).

As consequências da corrupção em Moçambique são vastas devido ao efeito generalizador que ele vai ganhando, transformando-se num acto comum o pagamento de suborno para o acesso aos serviços público, sob pena de os processos serem demorados ou nunca aprovados. E como mostra Jain (2001), quando as práticas da pequena corrupção se generalizam na máquina administrativa, os funcionários, como forma de melhorarem as suas receitas, podem chegar a não aceitarem oferecer qualquer serviço, sem que lhe paguem alguma taxa, fora da que é prevista por lei. Assim, os cidadãos acabam pagando a factura mais elevada para o acesso aos serviços públicos, na medida em que, para além das taxas que devem pagar pelo uso dos serviços, eles devem estar prontos a fornecer subornos, sob pena de não terem acesso aos serviços ou o acesso aos serviços acaba sendo feito de forma lenta como uma “mina” para que os utentes dos serviços optem pelo suborno para verem os seus problemas resolvidos (USAID, 2005).

Os processos de privatização realizados no contexto da transformação da economia de Moçambique podem ser considerados um factor de acumulação da riqueza por grupo limitado das elites políticas, sobretudo do partido Frelimo. Este facto tem, efectivamente, implicações negativas na distribuição da riqueza, uma vez que o pouco que o País consegue, acaba sendo usado para o enriquecimento ilícito de uma minoria, prestando pouca atenção ao fornecimento dos serviços fundamentais (Tanzi, 1998; USAID, 2005). Sob forma ilustrativa, pode-se citar as manifestações de 05 de Fevereiro de 2008 e as de 1 e 2 de Setembro de 2010 que tiveram como um dos motivos fundamentais o agravamento dos preços de pão e do transporte público, na cidade de Maputo, num contexto em que as desigualdades sociais tendiam a aumentar e, com um Estado incapaz de providenciar respostas aos problemas básicos, sobretudo a segurança pública, habitação, educação e saúde (Pereira e Nhanale, 2014).

Um outro nível das consequências reside na criação de uma rede de uma elite política e empresarial protegida pela sua ligação com o partido no poder, coloca em causa

o empreendedorismo e a inovação<sup>20</sup>. Qualquer ideia empreendedora ganha uma melhor validade se for ou estiver “apadrinhada” por algum membro ou alguém ligado ao poder político; o que retrai o empreendedorismo e tende a colocar o resto dos cidadãos como simples empregados daqueles que podem constituir empresas pelas suas ligações partidárias.

Por outro lado, o cultivo de práticas neo-patrimonial, revelada na ideia de que o Estado é pertença dos líderes da Frelimo, perpetua a pobreza, na medida em que inibe as próprias elites de serem criativas, inovadoras e de investirem das melhores formas nos recursos que eles têm acesso, uma vez haver uma percepção cristalina de a sua posição política é a melhor via de estar bem na sociedade, não pelo seu trabalho.

### **3.4.3 As medidas e as barreiras do combate à corrupção**

Os argumentos apresentados nos pontos anteriores mostram que, embora a corrupção afecte os processos de desenvolvimento, ela não representa um problema económico, no entanto, define-se como um problema político (Jain, 2001: 96). Por isso, aceitar as consequências da corrupção e a maneira como ela se explica, significa que as medidas estruturais a serem elaboradas devem ter como foco o subsistema político.

Considerando a corrupção um problema que afecta todo o mundo; uma das primeiras respostas a este problema deverá ser vista no âmbito internacional, sobretudo na construção de políticas anticorrupção, através da mobilização de processos de mudanças e reformas institucionais. Num segundo nível, no plano doméstico, através de um processo que implica a mudanças institucionais importantes, especialmente no campo da gestão

---

<sup>20</sup> O impacto da corrupção é certamente muito grande, não somente em Moçambique. Inicialmente, estudos realizados na década 1960 buscavam argumentar que a corrupção poderia aumentar a eficiência económica, uma vez eliminar a rigidez imposta pelas regras do governo na facilitação de investimentos e ao crescimento económico (Tanzi, 1998: 578). No entanto, diversos estudos realizados a partir da década 1980 a 1990, têm mostrado que a corrupção tem consequência negativas sobre a economia e a sociedade, das quais se pode destacar o desvia os escassos recursos que os países detêm; a falta de reconhecimento de mão-de-obra qualificada, devido ao clientelismo; desvio dos fundos dos projectos de apoio ao desenvolvimento; redução de receitas fiscais; a baixa do padrão de alocação de recursos na sociedade e a má distribuição da renda; a diminuição da qualidade de infra-estruturas e dos serviços públicos (Gardiner, 2007 : 37; Tanzi, 1998; Jain, 2001).

pública. Por outro lado, devido à sua complexidade, o seu combate deve ser feito em diversas frentes, implicando, por vezes, reformas nos sectores mais importantes do Estado (Tanzi, 1998; Figueiras e Araújo, 2014).

A nível mais global, pode-se dizer que existe um conjunto de esforços que têm sido empreendidos para o combate à corrupção. À partida, pode-se destacar o próprio processos de democratização política que deve ser visto como um passo importante para a tomada de medidas de combate à corrupção, o que levou ao País a adoptar um conjunto de mudanças institucionais e de aprovação de um quadro legal visando a promoção de um ambiente de transparência e acesso à informação; assim como a participação dos diversos actores sociais, sobretudo os media e as organizações da sociedade civil nos processos de monitoria da governação. No quadro destes esforços e dos compromissos internacionais de cooperação para o combate à corrupção; Moçambique ratificou, em 2006, a Convenção de Prevenção e Combate à Corrupção da União Africana (UA) e, em 2008, convenção das Nações Unidas contra a Corrupção.

A nível doméstico, um conjunto de esforços podem ser destacados, desde a aprovação da Lei nº 6/2004, de 17 de Junho (Lei Anticorrupção); depois, a Lei nº 16/2012, de 14 de Agosto (Lei da Probidade Pública) que define, entre várias questões, os princípios que norteiam o comportamento ético dos funcionários e servidores públicos; a aprovação da lei de protecção de vítimas, denunciantes, testemunhas e peritos em processo penal (Lei nº 15/2012 de 14 de Agosto). Todas estas leis vieram a reforçar o Código Penal que definia e penalizava algumas práticas classificadas sob várias formas como corrupção. Por outro lado, o governo aprovou a elaboração da estratégia anticorrupção que vigorou entre 2006 a 2010. A nível das instituições da justiça, verificou-se a criação, em 2005 do GCCC - Gabinete Central de Combate à Corrupção, em substituição da Unidade Anticorrupção, criada em 2003 (USAID, 2005; Martini, 2012).

Moçambique aprovou, em Novembro de 2014, a lei Lei nº 34/14 de 31 de Dezembro (Lei do Direito à Informação), quase uma década depois de ter sido submetida à Assembleia da República (AR) pelas organizações da sociedade civil. A aprovação desta lei vem a representar um avanço importante para o País, na medida em que abre espaço para que os cidadãos, as organizações da sociedade civil e os media possam aplicá-la para



uma maior responsabilização dos governantes. No entanto, apesar da sua aprovação existem diversos riscos ligados à cultura política autoritária, os baixos níveis de educação e cidadania que podem afectar o sucesso na implementação; representando, por isso, um desafio enorme para a sociedade. No que diz respeito à transparência nas áreas da indústria extractiva, Moçambique obteve a aceitação para país membro da Iniciativa de Transparência da Indústria Extractiva (ITIE), em 2012, o que representa um grande avanço para o acesso à informação sobre a indústria extractiva, um sector que se define como crucial para a economia do país, nos próximos anos (ITIE - MOÇAMIQUE: 2015).

A par destes processos, o País tem vindo a desenvolver um conjunto de processos de reformas no sector privado, destacando à simplificação de procedimentos para acesso à actividade empresarial. No entanto, um longo caminho deve ser percorrido para que estas reformas sejam mais efectivas e tragam resultados satisfatórios. O relatório “Doing Business 2014” aponta que Moçambique situou-se na posição 139 do ranking de um total de 189 países do mundo, situando-se no grupo dos que poucas mudanças regulatórias realizam para flexibilizar os negócios nas pequenas e médias empresas (The World Bank & IFC, 2013).

Estas reformas foram, inclusivamente, acompanhadas ao nível do próprio discurso político, em Moçambique. Desde o primeiro mandato e o segundo de governação de Aramando Guebuza (2004-2009), a boa governação e o combate à corrupção fizeram parte das suas prioridades, tendo sido um dos pontos realçados na campanha eleitoral e no programa de governação (Guebuza, 2010). Filipe Nyusi, o presidente eleito em 2014, no seu discurso de tomada de posse, acentua a necessidade de transparência, uma governação responsável, a fiscalização e o acesso à informação como fazendo parte dos pilares fundamentais do seu governo (Nyusi, 2015).

No entanto, os mandatos de Armando Guebuza e os primeiros anos de governação de Filipe Nyusi, pese embora se tenham, a nível de discurso, assumido a transparência e o acesso à informação como instrumentos fundamentais da sua governação; a nível prático, revelaram-se governos caracterizados pelo secretismo. Durante o primeiro semestre do ano 2016, foi despoletado um dos maiores escândalos de endividamento secreto do País. Durante o seu mandato, Armando Guebuza o governo terá contraído dívidas em cerca de

um bilhão e meio de dólares para investimentos no sector de segurança marítima e em empresas ligadas à exploração de recursos minerais (SAVANA, 22 de Abril de 2016).

Estas dívidas contraídas sem a consulta e informação ao parlamento foram tidas como uma violação ao funcionamento das instituições democráticas, para além de serem imbuídas de indícios de crimes de corrupção. Ao contrair as dívidas o governo violou a Constituição da República que estabelece, na alínea p) do nº 2 do artigo 179 a competência exclusiva da AR “*autorizar o Governo, definindo as condições gerais, a contrair ou a conceder empréstimos, a realizar outras operações de crédito, por período superior a um exercício económico e a estabelecer o limite máximo dos avales a conceder pelo Estado*”. Como mostra Hunguana (2016), a inobservância do comando constitucional revela-se como um atropelo grave às competências da Assembleia da República, prejudicando o direito à informação, por sinal, do funcionamento das instituições democráticas.

O conhecimento público destas dívidas só foi possível a partir das publicações da imprensa internacional e depois da pressão feita pelos parceiros de cooperação internacional ao ameaçarem a retirada do seu apoio ao orçamento do Estado; das organizações da sociedade civil nacional, as bancadas parlamentares da Renamo e do MDM, levando o governo de Filipe Nyusi a desencadear pequenas iniciativas de informação e assumindo a necessidade de informação ao parlamento, tempo depois de a sua bancada parlamentar (FRELIMO) ter reprovado o pedido da Renamo de prestação de contas ao parlamento sobre a dívida pública, assim como a constituição de uma comissão parlamentar de inquérito sobre a dívida (SAVANA, 22 de Abril de 2016).

O escândalo do indevidamente secreto de Moçambique, para além do impacto que teve na economia, é um exemplo da profundidade em que a cultura de secretismo está enraizada na administração pública, em Moçambique<sup>21</sup>.

Os dados mostrados revelam que os esforços até aqui levados a cabo são insuficientes para reduzir o problema da corrupção em Moçambique. A grande corrupção encontra-se enraizada na própria cultura política, tendo em conta as ligações promíscuas

---

<sup>21</sup> A sua ocultação aos parceiros de cooperação, levou a director do FMI para África a a *Considerar a Ocupação das Dívidas Públicas de Moçambique*, um dos piores casos de deturpação de informação já mais vistos num governo Africano (SAVANA, 22 de Abril de 2016).

dos membros das elites políticas, o que fragiliza todos os tipos de formas, transformando no discurso político do seu combate em simples actos de propaganda, com poucos resultados (Harrison, 1999).

Para além do forte controlo político das instituições de justiça, a associação entre a corrupção política e o crime organizado é uma das causas que inibe, fortemente, o seu combate (USAID, 2005). A morte de figuras proeminentes que estiveram ligadas à investigação ou aos esclarecimentos de crimes ligados à corrupção defraudam os esforços e limitam as possibilidades de um combate efectivo dos crimes de corrupção, em Moçambique.

Esta ligação entre o crime organizado e membros de elite politico-empresarial faz com que muitos dos que se empenham na luta contra a corrupção sofram perseguições e que, em alguns casos terminam em assassinatos. Por exemplo, Carlos Cardoso, editor do jornal metical e Siba-Siba Macuácuá, chefe de supervisão no Banco de Moçambique (BM), foram ambos brutalmente assassinados, em 2000 e 2001 respectivamente, pelas suas investigações aos casos de corrupção ligados ao desfalque de 14 milhões de dólares no Banco Comercial de Moçambique (BCM), um dos maiores escândalos de corrupção que envolve figuras seniores do partido Frelimo (Hanllon, 2004).

Embora o assassino de Carlos Cardoso tenha sido julgado e condenado, o caso que envolveu a morte de Siba-Siba Macuácuá é ainda até hoje fora do conhecimento público. Associa-se, a estes casos não explicados, o assassinato, em Maio de 2010, de Orlando José, director de Auditoria, Inteligência e Investigação das Alfândegas de Moçambique, que mesmo não tendo sido esclarecidas ainda as circunstâncias da sua morte, a posição que ocupa indica que tal deveria estar ligado à investigação de casos de corrupção e no dia do seu assassinato havia dado uma conferência de imprensa indicando a apreensão de viaturas de luxo que haviam entrado no país sem pagar os direitos aduaneiros (AVerdade, 28 de Abril de 2010; OPaís, 05 de Maio de 2010). Os assassinatos protagonizados pelo crime organizado penetram até ao sector judicial. Em Maio de 2014, foi assassinado o Juiz Dinis Silica, da sessão de instrução criminal do Tribunal Judicial da Cidade de Maputo, cujo processo de investigação veio, mais tarde a ser considerado instinto pela PGR por insuficiência de provas.

Para além do caso do desfalque do BCM que foi julgado em 2004, do qual dois dos sete réus, Mamed Abdul Satar e Vicente Ramaya, já estavam presos e condenados pela morte do jornalista Carlos Cardoso (DN Globo, 05 de Junho de 2009); em 2009 foi julgado um caso de grande corrupção, envolvendo um antigo ministro de Transportes e Comunicações de Moçambique, António Muguambe, e dirigentes seniores das empresas Aeroportos de Moçambique (ADM), num escândalo de desvio de cerca de 54 milhões de meticais, nas contas da empresa Aeroportos de Moçambique de que os dirigentes se beneficiaram (Averdade, 23 de Maio de 2011).

Outros dois casos de grande corrupção política que foram ao julgamento foram os casos de desvio de fundos no Centro de Processamento de Dados (CPD) e no Ministério do Interior. No primeiro caso, foi julgado e condenado o Director do CPD, Orlando Comé, juntamente com mais dois membros da sua direcção, por uso indevido de fundos públicos avaliados em cerca de 4,6 milhões de meticais (OPais, 09 de Novembro de 2010. O caso do Ministério do Interior (MINT) envolveu o antigo ministro, Almerino Manhenje, acusado, juntamente com o director de finanças e adjunto (Rosário Carlos Fideles e Álvaro Nuno), de desvio de fundos de Estado e pagamentos ilícitos (Opaís, 22 de Março de 2015).

Tabela 6. Categorias de processos tramitados pela PGR sobre a corrupção em Moçambique de 2009 – 2014

		CATEGORIAS DE PROCESSOS		
		Total de Processos tramitados	Processos acusados	Processos julgados
ANOS	2009	460	112	21
	2010	649	223	88
	2011	677	214	81
	2012	698	256	88
	2013	876	296	138
	2014	906	239	79

**Fontes:** Informes anuais do Procurador-Geral da República 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015.

Embora a justiça tenha feito andar diversos casos, sobretudo com o julgamento destes quatro casos e mais outros de pequena corrupção, vários outros casos têm sido reportado

pela imprensa envolvendo figuras da elite, em processos de desvio de fundos, mas que não encontram nenhum seguimento. Estes casos e vários outros que não chegam à imprensa nem são investigados, têm servido como base de reforço das percepções dos cidadãos sobre os elevados índices de corrupção e uma cultura de impunidade, realçando a ideia de que o País deverá ainda ter um longo percurso para controlar o problema da corrupção que ora se generalizou e tem-se transformado numa prática corrente.



## CAPÍTULO IV

### 4. OS MEDIA, DEMOCRACIA E SEU CONTEXTO EM MOÇAMBIQUE

Neste capítulo discute-se o espaço que os media assumem nas sociedades democráticas. Partindo de uma visão mais normativa que olha para os media como uma esfera livre de circulação de informações, formação de opiniões e capaz de escrutinar os poderes “políticos”; busca-se demonstrar as principais limitações e os riscos que os media sofrem, no exercício das suas responsabilidades.

A ideia de uma imprensa livre que funciona como esfera de formação da opinião pública; assim como das reivindicações sobre o papel dos jornalistas como um poder capaz de interagir e influenciar os demais poderes; embora seja ligada à própria história do desenvolvimento da imprensa que surge no contexto do iluminismo e que foi progredindo, ao longo do tempo; deve ser vista como sendo limitada devido às diversas influências os media têm sofrido. Neste sentido, o capítulo mostra as limitações da acção dos jornalistas nas sociedades democráticas a partir da própria noção da liberdade de imprensa que, ao mesmo tempo, se vê diluída pelo facto de as instituições dos media, tanto sob ponto de vista económico e dos seus conteúdos, serem influenciados pelos poderes políticos e empresariais.

A própria teoria da responsabilidade social da imprensa, que se torna indispensável para discutir o contexto da imprensa em Moçambique; resulta de um quadro de preocupações levantadas nas sociedades ocidentais sobre as limitações das liberdades de imprensa, por sinal, do papel do jornalista na sociedade. Portanto, estas fragilidades e limitações que a imprensa sofre não anulam os preceitos das responsabilidades dos jornalistas; mas sim, representam elementos fundamentais de reflexão para compreender os seus limites. Por exemplo, pode-se notar que a imprensa, em diversas sociedades, mesmo com as limitações que ela sofre tem, em alguns momentos, agido como instância de *contra poder*, representando uma acção importante de exercício da sua acção de garantia de transparência e defesa do interesse público nos processos de governação. Tal acção, só

pode ser possível se persistirem e forem defendidos os valores das liberdades, no quadro do contexto democrático.

O debate teórico levantado ao longo do capítulo, traça, inclusivamente, um quadro de análise para compreender os media em Moçambique. É por isso que, para além da discussão das responsabilidades e os limites da actuação dos media, traz-se em perspectiva questão sobre as diferenças que existem no funcionamento dos media, nos diversos contextos. Isto é, embora se refira à função dos media nos contextos das democracias tidas como consolidadas; é importante notar que existem características diferenciadas sobre a maneira como a imprensa vai comportar-se, em contextos diferenciados. Esta perspectiva obriga à discussão sobre o sistema dos media, do qual se pode perceber que existem variações na maneira como os media se estruturam em cada país. Estas variações surgem pelo facto de as instituições dos media serem determinadas pelo contexto político, económico e legal em que eles se localizam.

## **4.1 Os media e a democracia**

### **4.1.1 A imprensa e a esfera pública**

O estudo da relação entre os media e a democracia deve ser enquadrado no contexto da constituição das democracias modernas, onde a imprensa escrita assume um papel fundamental de promoção das liberdades de expressão, funcionando como uma esfera de discussão, formação da opinião política e informação. Foi no quadro dos movimentos reformistas contra a ordem feudal e autocrática que a liberdade de imprensa<sup>22</sup> constituiu um elemento fulcral para a consolidação de um espaço crítico e da formação da esfera pública de circulação livre de opiniões fora do controlo do Estado e das autoridades religiosas. A expressão “quarto poder”, que surge no contexto inglês no século XVIII,

---

<sup>22</sup> A liberdade de imprensa é usualmente considerada um elemento básico para as sociedades democráticas, que permite aos cidadãos tomarem parte do processo democrático e de formularem opiniões numa base informada sobre a política, sociedade, eventos culturais e desenvolvimento. Isto é somente possível se os media oferecerem uma escolha pluralista de assuntos, visões e vozes, e o seu acesso está universalmente garantido. O pluralismo dos conteúdos mediáticos requer uma participação de uma vasta gama de grupos sociais, incluindo as minorias (Behmer, 2009: 23-24).



ilustra o espaço de poder político de expressão de opinião que a imprensa reclamava (McQuail, 2003).

Pode-se dizer que o surgimento e o desenvolvimento da imprensa teve um contributo importante para a queda das monarquias, sobretudo por promover um espaço de partilha de informações que antes eram exclusivamente da posse do rei. Ao disseminar as informações, com uma maior abrangência, a imprensa colocou em causa o monopólio de informação detido pelo rei e reduzindo os seus espaços de exercício de poder.

No mesmo contexto, as autoridades administrativas ganharam um maior interesse em servirem-se da imprensa para tornar conhecimento público dos seus decretos e portarias, tornando a imprensa um elemento útil para o poder administrativo. Esta comunicação produzida pelas autoridades não é dirigida às camadas comuns, mas sim às “camadas cultas”. No aparelho de estado moderno, a classe burguesa assume a posição central do público, um público que lê e julga.

Foi neste contexto que Kant deu conta da liberdade como a condição fundamental do uso público da razão e através da qual o público chega à ilustração: “*o uso público da própria razão deve sempre ser livre e só ele pode levar a cabo a ilustração*”. Na filosofia kantiana, a atribuição do exercício público da razão é realizada para e entre as pessoas esclarecidas,

“Por uso público da própria razão entendo aquele que qualquer um, enquanto erudito, dela faz perante o grande público do mundo letrado. Chamo o uso privado àquela que alguém pode fazer da sua razão num certo cargo público ou função a ele confiada” (Kant, [1783] 2008: 11-12).

O público é assim entendido como a classe das pessoas esclarecidas que, na qualidade de eruditos, dirigem-se racionalmente por escrito a um público (também esclarecido), sem que os negócios ou funções a que se encontram sujeitos sofram qualquer dano. Separa-se, desta forma, o espaço privado de exercício de funções e um espaço público no qual os eruditos possam expressar as suas opiniões sobre os diversos assuntos públicos (Kant, 2008: 12).

Na passagem de esfera burguesa de públicos privados à esfera de pública crítica, os salões e os cafés assumem como centros de crítica inicialmente literária, mais tarde

política, na qual a argumentação racional desempenha um factor decisivo para a formação da opinião pública. É importante notar que, inicialmente, estas reuniões, nas quais era exercido o uso público da razão dos homens cultos, foram marcadas pelo segredo, pela exclusão da publicidade, por constituírem uma ameaça ao poder absolutista (Habermas, [1962] 2003).

Entretanto, a publicidade foi-se assumindo como uma das dimensões da sociedade burguesa que se institui como gestora de comunicações o que permitiu, passo a passo, a partir da esfera crítica literária a constituição duma “esfera pública política”. É com a constituição da esfera pública política que foi possível, através dos intermediários como os clubes, a imprensa e o mercado de bens culturais que nasce a opinião pública crítica e racional que vai desempenhar um papel importante na gestão da relação entre a sociedade e o Estado moderno.

Assim, a imprensa vai fundar-se como nova esfera pública na qual o público é constituído pelo mundo daqueles que lêem e julgam, sendo a publicidade tudo aquilo que é submetido ao julgamento do público e, a “opinião pública”, a crítica resultante do julgamento público ou seja da discussão pública. A opinião pública torna-se como tal através da discussão crítica da esfera pública (Habermas, [1962] 2003: 26).

Os jornais são consagrados como espaço crítico, onde os seus artigos são transformados pelo público dos cafés como objecto de suas discussões. Neste momento, amplia-se a participação dos leitores nas discussões através de cartas de opinião, um processo de *iluminação recíproca*. A opinião pública torna-se um objecto de disputa com o poder público duma comunidade que age em conjunto através do debate publicamente estabelecido.

Este crescimento da imprensa foi também marcado pelo desenvolvimento tecnológico para a produção dos jornais e o crescimento de leitores alfabetizados que foram aproveitando a cobertura política na tomada de decisões individuais e colectivas (McNair, 2009: 238). Actualmente, sobretudo com o advento dos novos media, a noção da esfera pública ganha um significado mais alargado, referindo-se para todas as áreas da vida informal – desde as salas de café, salas de conversação na Internet, espaços de opinião nos jornais, programas de debates televisivos – onde os cidadãos podem discutir assuntos de interesse social. O espaço público assim definido compreende: “*any and all locations*,

*physical or virtual, where ideas and feelings relevant to politics are transmitted or exchanged openly* (Entman & Bennett, 2001: 2-3).

É a este respeito que se pode concluir que o jornalismo e a democracia são entidades intimamente ligadas, não sendo possível pensar uma democracia sem o jornalismo (Schudson, 2008). Desta forma, pode-se pensar na relação entre o jornalismo e a democracia, no âmbito do contrato social. Se, por um lado, o jornalismo precisa da democracia para garantir a sua liberdade e independência, por seu turno, a democracia precisa dos media e do jornalismo para garantir um maior fluxo de informação para promover um maior debate sobre questões de interesse público e garantir as funções de “watchdog” contra os eventuais abusos de poder (Strömbäck, 2005).

Olhando para esta perspectiva, os media vão assumir, na actualidade, um espaço e responsabilidades específicas. O próximo ponto busca fazer uma sistematização das principais funções que são atribuídas aos media, muito antes de se introduzir a discussão sobre as suas limitações.

#### **4.1.2 As principais funções dos media em democracia**

Ao longo do tempo, os media foram assumindo um papel significativo para o desenvolvimento das democracias. Várias designações, como “quarto poder”, “contra poder” ou “watchdog”, foram sendo adoptadas, ao longo dos tempos, para expressar o papel que os media têm assumido em relação à democracia. De uma forma mais sistematizada, podem ser destacadas quatro funções que expressam o papel do media em relação à democracia, (i) *a informação*, (ii) *o contra poder (watchdog)*, (iii) *representação* e (iv) *advocacia/mobilização* (McNair, 2009).

A função informativa dos media considera que os cidadãos só podem participar se estiverem bem informados. Os media cumprem um papel fundamental na informação, sendo a partir da informação dos media que os cidadãos podem ser capazes de formular escolhas racionais e conscientes, sobretudo em processos de competição eleitoral (McNair, 2009; Schudson, 2008). Numa outra perspectiva, pode-se olhar para a função informativa dos media como uma garantia de extensão do exercício dos direitos, uma vez que os

indivíduos só podem gozar de tais direitos, se estiverem bem informados sobre eles e os mecanismos de exercício.

Num outro âmbito, os media assumem um papel fundamental no escrutínio dos poderes públicos, sobretudo da actividade dos governantes, desempenhando uma acção de *contra poder*. Esta função nasce com desenvolvimento das ideias liberais, onde a imagem da imprensa como “watchdog” – “cão de guarda” é de preservar as instituições perante os desvios, as prepotências e os abusos do poder. A imprensa é vista nesta perspectiva, num sistema de *pesos contra pesos* característico dos regimes democráticos (Mesquita, 2004). Nesta ordem, a imprensa desenvolve-se nas democracias e funciona no sentido de prevenir os abusos de poder que caracterizaram a era feudal, supervisionando a acção dos governantes num quadro de contrato social e de garantia da transparência vertical (McNair, 2009). Schudson (2008) identifica esta função como de investigação, à medida que o jornalismo pode ajudar a investigar as fontes de concentração e exercício do poder, particularmente o poder do governo.

Em terceiro lugar, os media assumem o papel de mediadores entre os políticos e os cidadãos. Esta função pode ser entendida sob dois pontos de vista. Primeiro, o papel que os media podem assumir como meio de intermediação entre os políticos e os cidadãos, sobretudo como meio de fazer ouvir as vozes dos cidadãos, através da sua participação no debate público, a partir da carta de opinião para os meios impressos ou por telefone em programas de rádio e televisão (Livingstone & Lunt, 1994). Segundo, os media podem assim funcionar como um fórum público de diálogo entre os cidadãos, servindo como meio de expressão de diversas perspectivas de opiniões de diversos grupos sociais (Schudson, 2008:8).

Ao assumirem o papel de representante, os media desempenham uma quarta função, a definirem-se como “advogados” das causas dos cidadãos, defendendo uma determinada posição política ou mesmo promovendo direitos dos cidadãos. Schudson (2008) compreende esta função como sendo de mobilização, há medida em que os media funcionam como “advogados” de programas políticos particulares e mobilizam as pessoas para lhes darem suporte.

Para além das funções de informar, investigar, mobilizar e funcionar como um fórum público de debate, discutidas paralelamente às funções apresentadas por McNair

(2009), podem ser acrescentadas mais duas: a *função da empatia social (social empathy)*, mostrando o papel que o jornalismo pode desempenhar na informação das pessoas sobre as outras na sociedade, garantindo a apreciação dos pontos de vistas e as vidas dos outros, especialmente daquelas pessoas que são mais desfavorecidas; a outra função é a de análise, os media podem fornecer enquadramentos valiosos de interpretação que ajudem os cidadãos a compreenderem um mundo complexo em que vivem (Schudson, 2008).

Estas perspectivas normativas entendem que os media realçam a autonomia, encorajam o envolvimento político e fortalecem a representação dos indivíduos na esfera política. O envolvimento político dos cidadãos está relacionado com a noção dos media, enquanto espaço público de discussão racional de ideias. Se os cidadãos jogam um papel fundamental nas democracias, é necessária uma garantia institucional – os media - através da qual os media expressam as suas opiniões e questionam o poder estabelecido, uma vez os media constituem o fórum da comunicação política, no qual se realiza o debate público e se realizam as relações entre o poder estabelecido e os cidadãos (Livingstone & Lunt, 1994: 10).

Neste sentido, a comunicação mediática define-se como uma ferramenta de troca de informação através da qual os cidadãos decidem como pensar e agir sobre a política. É através dos media que os cidadãos tomam conhecimento e avaliam a actividade dos governantes. É por isso que podem ter repercussões sociais negativas, quando obscurecem os motivos e os interesses por de trás das decisões políticas, ou de modo positivo, quando promovem o envolvimento dos cidadãos nas decisões políticas (Entman & Bennett, 2001: 2).

A ideia da legitimação dos governos e o consentimento alcançado através dos media impõem a existência duma imprensa livre. Nesta visão, a liberdade de expressão tem sido vista como um elemento essencial para troca de ideias e opiniões e para proteger o direito dos indivíduos da tirania dos políticos, funcionando num quadro de *checks and balances* e como vigia do governo ou defensor do interesse público (Traquina, 2007: 12 - 13). Nesta linha de pensamento, encontra-se um ideal da liberdade dos jornalistas nos sistemas democráticos que sustenta a ideia do “quarto poder” onde se assume uma missão adversária entre o jornalismo e o poder político.

### **4.1.3 Uma visão crítica e os problemas dos media nas democracias**

As funções acima discutidas podem ser consideradas mais normativas, na medida em que buscam e ilustram uma situação ideal de funcionamento dos media no quadro das democracias. Como argumento Schudson (2008), se considerarmos o jornalismo como uma prática de produção, interpretação e disseminação de informação ele existe, inclusivamente, nos regimes autoritários, onde os valores da democracia não se fazem sentir.

Pese embora esta afirmação de Schudson (2008), é importante realçar que existem diferenças significativas no que diz respeito à prática de jornalismo em ambos contextos. Se num contexto (autoritário) o jornalismo é usado como um instrumento de engajamento e com limitações no exercício das liberdades; nos contextos democráticos, o jornalismo é considerado uma actividade livre e capaz de assumir um espaço de acção contra o poder político.

O que se pretende mostrar é que, mesmo estes elementos distintivos da prática da actividade jornalística em contextos das democracias, fundamentados no conceito das liberdades de imprensa, assim como na acção de “contra poder”; nunca representaram uma acção efectiva da imprensa, na medida em que existem diversas limitações e constrangimentos no exercício da actividades dos media. Estas limitações podem ser vistas, tanto sob ponto de vista conceptual, assim como sob ponto de vista da actuação da imprensa em relação com outros poderes, sobretudo o político e económico.

Partindo do ponto de vista conceptual, através de uma análise da designação “quarto poder”, pode-se notar que, menos do que um poder instituído, ela representa uma função que é atribuída pelos próprios profissionais que, buscando reclamar e reforçar a sua legitimidade no espaço público, colocam a imprensa em pé de igualdade com os grandes poderes da uma nação (Mesquita, 2004). Embora se possa reconhecer o papel dos jornalistas na informação, análise e expressão de opiniões, deve-se considerar o facto de a designação de que os jornalistas representam o “quarto poder”, constituír-se numa auto-proclamação que, sob ponto de vista formal, não possui nenhum reconhecimento.

“Later, and with growing assurance through the years, journalists themselves have insisted that their work is essential to the public good. Their self-promotion, along with what came to be the self-evident importance of freedom of expression in any society claiming to be a liberal democracy, made the importance of journalism to democracy seem obvious” (Schudson, 2008: 7)

É por isso que Mesquita (2004) conclui que a expressão “quarto poder” situa-se, essencialmente, num nível de percepções, carecendo de um rigor analítico. Primeiro, porque nem os media nem o jornalismo corresponde às definições clássicas de um poder constituído, enquanto “capacidade de acção e de meios concretos de coerção no quadro de uma política”. Segundo, os media, como um todo, não se articulam em torno de um centro decisório unificado e coerente, análogo ao executivo, legislativo e judicial. Terceiro, os media representam um campo com um nível de autonomia relativamente reduzido.

É a este propósito que Rodrigues (2001), mesmo reconhecendo que os media sejam um campo social autónomo<sup>23</sup>, cujos valores estão associados à garantia da transparência e funcionando como um espelho que viabiliza a visibilidade e a coesão das diversas esferas fragmentadas na sociedade moderna<sup>24</sup>, eles não possuem uma legitimidade própria, possuindo uma *legitimidade vicária*, isto é, uma legitimidade que é delegada pelos demais campos sociais sobretudo nas suas funções de expressão pública dos seus discursos (Rodrigues, 2001). Como argumenta o autor, a capacidade de tornar público e de funcionar como o espelho das mensagens dos diversos campos sociais que se tornam num espaço de circulação de ideias socialmente dominantes é um instrumento privilegiado de formação da opinião pública, de interesse particular aos actores do campo da política que, muitas vezes, recorre a ele para divulgar, conquistar simpatias ou mesmo legitimar as suas decisões (Rodrigues, 1984).

---

<sup>23</sup> Os campos sociais constituem-se como instituições sociais (o religioso, a família, o militar, o político, o científico, o económico, etc.) dotados de legitimidade para imporem com autoridade actos de linguagem, discursos e práticas conformes, dentro de um domínio específico de experiência (Rodrigues, 2001).

<sup>24</sup> O campo religioso exerceu nas sociedades tradicionais as funções de aglutinação do conjunto das esferas indivisas. Nas sociedades tradicionais não se poderia falar de campos sociais, na medida em que o religioso exerce força suficiente para diluir as diversas esferas num todo. “É graças à sua natureza transcendente da sua legitimidade que, como vimos, a religião exerce a indispensável coesão do conjunto da experiência humana”. Apesar de não ser situado historicamente, a autonomização dos campos sociais na modernidade tem a ver com a ruptura em relação a ordem totalizante do religioso que se projecta na reivindicação da razão humana iluminada e como aceitação da autonomia da ordem de valores de verdade em relação aos valores éticos e aos valores estéticos (Rodrigues, 2001: 143).

Para ilustrar melhor esta ideia da legitimidade dos media seria suficiente mostrar que o discurso noticioso não representa uma produção própria do jornalismo, mas sim dependente do que é feito e produzido nas outras instituições sociais, como na política, economia, justiça, exército, etc. A ideia das fontes de informação representa esta dependência que os media têm nos seus conteúdos dos outros sectores da sociedade. A própria noção da objectividade foi desenvolvida como um procedimento a partir do qual os jornalistas procuram se isentar das responsabilidades decorrentes das informações que produzem, uma vez ser de responsabilidade e promovidas por actores externos.

Assim, é preciso expressar a baixa autonomia dos media, em relação aos demais poderes. Pelas suas funções e características, as instituições dos media acabam funcionando num nível de dependência em relação aos poderes do Estado.

Pode-se notar que a própria liberdade de imprensa, em termos práticos, não passaria de um ideal sobre o qual o jornalismo procura orientar e credibilizar a sua actividade. Embora seja uma instituição constituída em todos os países democráticos, é em seu nome que *se praticam todo o tipo de tirania e limitações ao direito de acesso à informação* (Rodrigues, 2001: 161-162).

Alias seja aqui um espaço importante para reflexão sobre a ideia de que a dependência dos media sobre os discursos produzidos nos outros campos sociais, quando se trata da política cuja lógica funcional baseia-se na acção comunicativa dos seus processos, eles tendem a reproduzir as posições que as instituições política consideram mais importante para garantir a sua legitimação (Sánchez, 1989). Isto é, mesmo que se considere o facto de o discurso dos media ser produzido a partir de critérios de selecção, ele depende do que as instituições politicamente relevantes na sociedade definem e dão-lhe como acessível, o que acaba permitindo que as posições e interesses dos actores políticos localizados nessas instituições se reflecta como o discurso público reproduzido a partir dos media.

É daí que as questões mais críticas sobre o papel dos media nas sociedades democráticas, em muitos casos, reflectem-se sobre as relações caóticas entre os jornalistas e os poderes políticos, assim como as práticas dos próprios jornalistas em relação à liberdade de imprensa. Desde o século XX, a liberdade de imprensa se ressentiu de fortes interferências políticas e económicas que, em vez de fazer avançar a democracia, foi se



tornando um meio de fazer dinheiro e propaganda para a classe capitalista e política detentora da imprensa (McQuail, 2003).

Foi, por exemplo, em resposta às críticas feitas ao jornalismo americano que, em 1949, foi realizado um estudo da “Comissão Hutchins”, também conhecida por Comissão sobre Liberdade de Imprensa, que culminou com o relatório *A Free and Responsible Press*, com a finalidade de examinar as limitações dos media no seu dever, sobretudo o nível do exercício das liberdades.

Os resultados deste relatório revelaram as grandes falhas da imprensa americana, sobretudo nas limitações que sofria no acesso à informação aos cidadãos, sendo os seus conteúdos predominadas pelas elites políticas e económicas. Das limitações reportadas pela Comissão, ressalva-se o uso dos media para fins privados, sobretudo dos seus proprietários, não privilegiando o acesso a opiniões contrárias; o tendente controlo dos media pelas empresas anunciantes; a superficialidade e o sensacionalismo na cobertura de acontecimentos e o seu perigo moral; e a invasão da privacidade das pessoas (THE COMMISSION ON FREEDOM OF THE PRESS, 1947).

Devido às constatações das violações do jornalismo americano e as propostas feitas no relatório, a “Comissão Hutchins” foi severamente criticada pela imprensa, acusada de pretender estabelecer um controlo das liberdades, sobretudo ao sugerir, ao mesmo tempo, que o governo agisse como uma entidade que controlasse as actividades da imprensa (Abel, 1984; McQuail, 2003).

No entanto, é preciso compreender que, embora a Comissão tenha sido criticada na altura, as suas propostas de soluções constituem a base da teoria de responsabilidade social dos media, mostrando a urgência de uma imprensa que “forneça uma discussão completa, verdadeira, compreensiva e inteligente dos factos dentro de contexto que lhes dê significado”; a necessidade de estabelecimento de um “fórum para o intercâmbio de comentários e críticas”; a obrigação de a imprensa “apresentar o quadro representativo dos principais grupos que formam a sociedade”; por outro lado, a imprensa deveria fornecer “um amplo acesso às informações classificadas como secretas pelo governo” (THE COMMISSION ON FREEDOM OF THE PRESS, 1947). Para além disso, a ideia criticada pelos jornalistas na altura de estabelecimento de entidades de supervisão, veio a estimular a

criação de entidades estatais, em vários países, para a garantia das liberdades de imprensa, assim como a sua supervisão (Abel, 1984).

Embora a imprensa tenha assumido, em alguns momentos da sua história, um papel significativo como *contra poder*, sobretudo nos EUA, no exemplo clássico do caso *Watergate*, esta representação dos media como *contra poder* tem também sido afectada por vários motivos: a fragilidade dos processos investigativos, a competição, a ausência de escrúpulo e a procura de êxito profissional sem olhar para os meios, a pressão das audiências e das vendas, a contestação da legitimidade dos jornalistas no que diz respeito à sua intervenção no espaço público, a ausência de questionamento ético e deontológico. Seja qual for a perspectiva, pode sistematizar-se que um dos grandes problemas dos media é a sua dependência perante aos demais poderes (económico e político), fraca autonomia dos seus profissionais, a espectacularização da notícia para o ganho das audiências, a submissão dos jornalistas às entidades patronais (Mesquita, 2004).

A prática do jornalismo de guarda, mesmo cumprimento das responsabilidades sociais do jornalismo, é em si reveladora dos limites e dos problemas de ética em jornalismo que se revelaram na “falta de equidade ou equilíbrio, o desprezo pela privacidade, a existência de distorções e glorificação do sensacional” (Schmuhl, 1984: 6). Mesmo com a adopção de regulamento, de códigos de ética e conselhos de imprensa para fazer face a estes problemas, nota-se que eles continuam a ter uma utilização limitada, uma vez possuem poucos meios para se imporem, pois embora ajudem a orientar o trabalho. Por outro lado, a introdução da figura do ombudsman, embora não tenha sido adoptado por todos os meios, buscou responder a este desafio de melhorar a credibilidade das organizações jornalísticas, reforçando as suas responsabilidades perante o público (Schmuhl, 1984).

A tendência do jornalismo contemporâneo, marcado pela crescente presença de notícias leves<sup>25</sup> e o surgimento do jornalismo crítico tem sido visto como um factor da perda de interesse dos cidadãos pelas notícias, conseqüentemente, no enfraquecimento da

---

<sup>25</sup> As notícias leves são definidas como não sérias, identificadas por serem sensacionalistas, mais centradas numa personalidade, menos localizadas no tempo, mais práticas e mais baseadas em incidentes. Por seu turno, as notícias sérias referem-se a cobertura de acontecimentos envolvendo líderes políticos, questões públicas substantivas ou perturbações significativas na rotina da vida diária, como um sismo ou um desastre de aviação (Patterson, 2003: 22-23)

democracia. Ao se focalizar nas notícias leves e críticas, os media diminuem o interesse nas questões públicas, sobretudo por “diminuírem a informação dos cidadãos sobre temas de interesse público e sobre a política” (Patterson, 2003: 20).

O excesso da crítica no jornalismo é também visto como um factor negativo em relação à democracia. O jornalismo crítico, muitas vezes associado à interpretação, circulação de mensagens negativas sobre os políticos e a apresentação da política como um jogo, tem gerado uma atitude cínica dos cidadãos, em relação à política (Blumler e Gurevitch, 1995). Como argumenta Patterson (2000), existem cada vez mais provas de que o constante aumento da imagem negativa da política vinculada pelos media é um factor significativo no aumento da visão cínica e alienada que o público tem da política.

Vários outros estudos foram realizados que mostram que os conteúdos das notícias tendem a não ser uma fonte adequada para que os cidadãos possam se informar e participar. Esta situação, não somente se deve ao excesso da interpretação e da cobertura de assuntos leves, mas também pela tendência de uma cobertura política baseada no drama e na personalização.

#### **4.1.4 O Sistema dos Media e Político**

A análise sobre o papel dos media nos contextos democráticos, para além de se focalizar para as limitações e às questões críticas sobre o seu funcionamento; deve compreender que, em cada sociedade, pode haver variações na maneira como os media se configuram e funcionam. Estas variações resultam pelo facto de o contexto (político, económico, tecnológico e legal) serem determinantes para a maneira como os media se estruturam e funcionam numa determinada sociedade.

Assim, uma melhor compreensão sobre os media deve considerar que eles são instituições cujas regras de funcionamento e responsabilidades podem variar, dependendo do tipo de relações que estabelecem com os restantes subsistemas da sociedade em que eles operam (MacQuail, 2003).

Existem várias abordagens desenvolvidas sobre a relação entre o sistema dos media e outros subsistemas sociais. Uma abordagem que se figura de capital importância, para

uma análise do contexto dos media em Moçambique, é a de Hallin e Mancini (2010) que se, baseia num estudo empírico sobre as relações entre os sistemas dos mediáticos e políticos em países da Europa e da América do Norte.

Dos vários indicadores usados pelos autores para avaliar a relação entre o sistema dos media e o político, é o paralelismo político<sup>26</sup> que parte da ideia de que, embora se reconheça a possibilidade de que os jornais possam actuar com alguma independência em relação aos partidos políticos, acredita-se que esse tipo de situações sejam excepções, uma vez os jornais terem a tendência de desempenhar um papel politicamente activo por serem relacionados com grupos ligados aos partidos políticos. A par das outras variáveis, o paralelismo político ajuda a descrever melhor as relações entre os media e as forças políticas, numa perspectiva global.

Apesar de ter sido inicialmente discutido por Seymour-Ure (1974)<sup>27</sup>, mais tarde por Blumler e Gurevitch (1995), significando, de forma geral, o nível em que a estrutura dos media é paralelo ao sistema dos partidos políticos num sentido de *paralelismo partido-imprensa*, incluindo os compromissos editoriais e as restrições legais sobre os direitos dos media a favor de um determinado partido político; o conceito de paralelismo político é mais desenvolvido por Hallin e Mancini (2010: 42), como uma das dimensões da análise comparativa dos sistemas mediáticos para significar o nível em que os diferentes media reflectem distintas orientações políticas nos seus conteúdos noticiosos e de entretenimento.

Hallin e Mancini (2010:42) definem seis variáveis do paralelismo político. A primeira diz respeito ao *conteúdo dos media*, procurando avaliar até que ponto os media reflectem, nos seus conteúdos, as diversas orientações políticas nas suas notícias e nas informações sobre assuntos correntes, também por vezes no entretenimento. A segunda avaliar as *ligações organizacionais* entre os media e os partidos políticos. Esta variável nasce pelo facto de muitas organizações noticiosas na Europa, por exemplo, tiverem estado

---

<sup>26</sup> Estes autores para avaliarem o sistema dos media analisaram quatro dimensões, a saber: 1) o desenvolvimento dos mercados midiáticos, 2) o paralelismo político; 3) o desenvolvimento do profissionalismo jornalístico; 4) o grau e natureza da intervenção do Estado no sistema midiático.

<sup>27</sup> Seymour-Ure (1974) usa o conceito de paralelismo partido imprensa em três níveis: a propriedade dos media pelos partidos políticos; as escolhas editoriais das organizações noticiosas, e as filiações partidárias dos leitores (Mancini, 2012).

ligadas a instituições políticas, embora estas ligações tenham sido dissolvidas há medida do tempo.

A terceira variável está relacionada com o activismo político dos jornalistas, representando a *tendência que as pessoas dos media têm de serem activas na vida política*, ocupando cargos públicos ou do partido político. A quarta variável reflecte a tendência que existe em alguns sistemas de nomeação e *as trajectórias profissionais dos jornalistas sejam moldadas tendo em conta as suas filiações partidárias*. Em quinto lugar, existe o que é designado de *partidarismo das audiências dos media*, isto é, há sistemas em que as audiências compram um determinado jornal ou usam um determinado canal tendo em conta a sua filiação partidária. Por fim, a sexta manifesta-se *nas orientações e práticas do papel do jornalista*, que, em alguns casos, conservam o papel de *publicista*, seguindo orientações que tem como objectivo influenciar a opinião pública (Hallin e Mancini, 2010: 42-43).

Com a análise feita, foram classificados três tipos de sistemas de media e política: (i) *pluralista polarizado*, (ii) *corporativista-democrático* e (iii) *o liberal*.

O modelo *pluralista polarizado ou mediterrâneo*, característico dos países do sul da Europa Grécia, Itália, Portugal e Espanha, apresenta como principais elementos característicos, jornais com baixa circulação e orientados predominantemente para a elite política; com os meios electrónicos (televisão e rádio) com um papel significativo no acesso à informação. Neste modelo, a liberdade de imprensa e o desenvolvimento dos meios comerciais são relativamente tardios e recentes, e os jornais, frequentemente, são frágeis do ponto de vista económico, dependentes do governo, através da publicidade. Este sistema é também caracterizado pelo alto paralelismo político, com a predominância de um jornalismo opinativo orientado para a defesa de interesses ideológicos, políticos e económicos.

O modelo *corporativista-democrático* é característico dos países como Dinamarca, Suécia, Noruega, Finlândia, Alemanha e Suíça, possui como elementos fundamentais o desenvolvimento precoce da indústria jornalística e da liberdade de imprensa, uma alta circulação dos jornais e uma imprensa fortemente ligada a grupos sociais organizados. Historicamente, o jornalismo apresenta um alto grau de paralelismo político; no entanto, mesmo com um jornalismo de opinião, tem uma crescente ênfase no jornalismo de

informação. O profissionalismo no campo jornalístico é elevado e os media são vistos pelos cidadãos como uma instituição social importante que o Estado deve proteger garantindo a sua liberdade.

O *modelo liberal* caracteriza países como os Estados Unidos, Canadá e Inglaterra, possuindo um desenvolvimento precoce de uma imprensa comercial e de massa num ambiente marcado, desde cedo, pela liberdade de imprensa. Possui baixos níveis de paralelismo político, aliados a um elevado grau de profissionalização do campo jornalístico. Por isso, este sistema ser caracterizado por elevados graus de profissionalismo, robustez das empresas jornalística e os altos níveis de circulação da imprensa de massas. A capacidade de regulação do Estado (baseada, como no modelo corporativista europeu, em regras do tipo legal-racional) é mínima, embora existam algumas pequenas diferenças entre os países que fazem parte deste sistema. Por exemplo, na Inglaterra, diferentemente dos Estados Unidos da América, o sistema da radiodifusão pública é mais evidente; por outro lado, nos Estados Unidos há uma forte orientação histórica ao jornalismo informativo; comparativamente à Inglaterra que os jornais possuem uma relação histórica ao jornalismo opinativo.

Esta classificação dos sistema dos media oferece uma contribuição valiosa, sobretudo para compreender que os media não se caracterizam de igual forma, em todos os contextos, incluindo os democráticos, existindo variações resultantes da estrutura do mercado, das leis, do sistema político.

## **4.2O Sistema dos Media no Contexto da Democracia de Partido Dominante em Moçambique**

### **4.2.1 A imprensa e a radiodifusão**

O contexto actual dos media em Moçambique nasce do processo de democratização em 1990 que abriu espaço para as liberdades de imprensa e de expressão. Foi a partir das mudanças feitas na constituição que se introduz, em 1991, a primeira lei de imprensa que regula a actividade da comunicação social no país.

Este período que inicia desde 1990 até aos dias de hoje marca uma nova fase da imprensa em Moçambique depois de dois períodos históricos em que ela foi sujeita ao controlo directo pelos sistemas políticos autoritários vigentes até estes momentos.

O primeiro (1933 a 1974) marca o período colonial em que o Estado Novo intensifica as suas políticas de presenças nas colónias, onde a imprensa foi atrelada às regras de funcionamento vigente na metrópole – Portugal. Neste período, através do comando constitucional de 1933 no ponto 2 do artigo 8º, a actividade da imprensa foi condicionada pela instituição da censura prévia, como forma de controlar a opinião pública (Nhanale, 2011). Estando num regime autoritário (fascista), num contexto de surgimento de movimentos de luta de libertação nacional nas colónias, os meios de comunicação oficiais eram confrontados por um outro tipo de imprensa de reivindicação, no entanto, operando como clandestina que reclamavam os direitos da maioria negra e a independência de Moçambique, como o *Prado Africano* (Nhanale, 2011; Sousa, 2006).

O segundo período da imprensa (1974 a 1990), em Moçambique, também marcado pelo fechamento às liberdades, localiza no contexto de um sistema “Partido-Estado” de orientação marxista, onde a imprensa passa pelo controlo directo do partido Frelimo, através do Departamento do Trabalho Ideológico e pelo Ministério da Informação que controlavam toda a actividade editorial no País. Todos órgãos de informação existentes, como a Rádio Clube de Moçambique (que passa a actual Rádio Moçambique), o diário de Notícias, Domingo, Televisão de Moçambique e o Diário da Beira, são nacionalizados, incluindo os criados posteriormente, como a Agência de Informação de Moçambique-AIM (Namburete, 2014).

As mudanças impostas pela Constituição de 1990 garantiram a entrada para a terceira fase caracterizada pela abertura do País ao liberalismo político e económico. Foi assim que foram criados novos órgãos de comunicação social com propriedade privada, destacando-se a cooperativa de jornalistas, a *Mediacoop*, que lança, em 1994, o Jornal Savana. Alguns dos jornais operavam no período monopartidário, como o Notícias e Domingo, passam para um regime misto através da *Sociedade Notícias*, participada por capitais de instituições de carris público, como o Banco de Moçambique, a Empresa Moçambicana de Seguros, a Empresa de Petróleos de Moçambique e outros grupos privados. As empresas de Radiodifusão, a Rádio Moçambique e a Televisão de Moçambique passam a Empresas Públicas (AFRIMAP, OSF-SA, OSIMP, 2010).

Não existe uma base de dados sistematizada sobre a evolução dos meios de comunicação social, em Moçambique, desde os anos 1990 e a sua classificação em publicações de carácter temático e finalidades editoriais. Segundos dados do GABINFO (Gabinete de Informação), entidade oficial de registo de publicações, existem, actualmente, cerca de 220 publicações, de carácter generalista e especializadas. Conforme ilustra a tabela 1, grande parte destas publicações estão localizadas nos principais centros urbanos, a destacar a cidade de Maputo, representando cerca de 85% (GABINFO, 2015).

Tabela 7. Mapa de distribuição dos órgãos impressos por província

PROVÍNCIA	Total	%
Maputo	188	85
Matola	3	1
Niassa	3	1
Sofala	3	1
Gaza	1	0
Manica	4	2
Tete	3	1
Nampula	11	5
Cabo-Delgado	1	0
Zambézia	1	0
Inhambane	2	1
Total	220	100

Fonte: GABINFO (2015)

Difícilmente pode-se oferecer uma classificação entre os jornais de âmbito nacional e local, tendo em conta a natureza do registo. No entanto, olhando para o nível de circulação pode-se notar que, em Moçambique, os jornais de âmbito nacional possuem uma expressão e papel significativo na produção jornalística em relação aos locais. Na



maioria, os jornais de âmbito nacional estão sedeados na cidade de Maputo, à exceção do jornal Diário de Moçambique que se encontra sedeado na cidade da Beira, a segunda maior do País. Esta concentração geográfica dos jornais na cidade de Maputo e o papel significativo que eles representam no tecido social nacional é corresponde à concentração das representações dos poderes políticos e económicos, definindo-se como o local de ocorrência dos eventos mais significativos da vida do País; assim como o mercado sob o qual das empresas de media deverão obter a sua sustentabilidade.

Os jornais moçambicanos têm sido caracterizados pelas baixas tiragens e a consequente distribuição nos principais centros urbanos, sobretudo na cidade capital Maputo, onde se encontram as elites políticas e económicas do país. As tiragens dos jornais estão entre os 5.000 exemplares a 15.000 mil exemplares. Estas tiragens podem ser associadas aos elevados níveis de analfabetismo e a fraca capacidade de compra. Outra característica importante da imprensa moçambicana é a sua dependência de um fraco mercado publicitário dominado pelas instituições públicas e muitas vezes restritivo às empresas de comunicação social privadas e beneficiária às empresas públicas ou participadas pelo estado (Nhanale, 2014a).

Tabela 8. Tiragens de alguns jornais e revistas em Moçambique

Nome do meio	Periodicidade	Tiragem por exemplar
Jornal Notícias	Diário	15.000
Diário de Moçambique	Diário	5.000
O País	Diário	5.000
Domingo	Semanal	7.000
Savana	Semanal	10.000
Zambeze	Semanal	7.000
Canal de Moçambique	Semanal	10.000
Magazine Independente	Semanal	7.000
Público	Semanal	5.000
Sol do Indico	Semanal	7.500

Fonte: Elaboração do autor.

As baixas tiragens, a dependência da imprensa da publicidade e os elevados custos de impressão têm afectado a sustentabilidade e o desenvolvimento dos meios de comunicação impressos. Um estudo realizado pela UNESCO (2006) mostra que o custo de impressão dos jornais representa quase 70 por cento dos custos totais de produção dos jornais. Esta questão tem afectado, sobretudo, a sustentabilidade de grande parte dos jornais privados que dependem da publicidade, como sua fonte principal de sustentabilidade (FES e MISA, 2014).

Devido aos elevados índices de analfabetismo e pobreza<sup>28</sup>, a imprensa em Moçambique acaba não tendo um papel muito significativo para a transmissão de informação, sobretudo nas zonas rurais<sup>29</sup>; a radiodifusão acaba definindo-se como meios de capital importância para o País. Os principais meios de comunicação social encontram-se concentrados na capital, o que se traduz, inclusivamente, ao seu acesso devido às fragilidades das tecnologias de distribuição.

O Inquérito do Índice Demográfico de Saúde do INE, realizado em 2011, no capítulo sobre a exposição aos meios de comunicação social dos inquiridos, mostra que a Rádio é o meio mais usado (42.5%), seguido pela televisão (24.3%) e pelos jornais, com 8.7 %. O acesso e exposição à televisão tende a ser cada vez mais baixo nas zonas rurais e mais alto nas zonas urbanas, sendo a cidade e a província de Maputo as que têm maior acesso. Por outro lado, o acesso diversificado aos media tende a ser mais elevado para as camadas populacionais mais educadas e mais ricas (INE: 2013).

O sistema de radiodifusão em Moçambique tem características múltiplas: a radiodifusão pública (constituída por duas empresas, a Rádio Moçambique e a Televisão de Moçambique); a radiodifusão comunitária, religiosa e comunitária. Segundo um relatório sobre a radiodifusão em Moçambique produzido pela AFRIMAP, OSF-SA, OSIMP (2010: 17), cerca de oito rádios (8) são comerciais e 56 são comunitárias. Das rádios comunitárias, vinte e quatro são tuteladas pelo Instituto de Comunicação Social,

---

<sup>28</sup> O Índice de Desenvolvimento Humano (PNUD:2014) indica que Moçambique situa-se na posição 178 de um ranking de 187 países avaliados.

<sup>29</sup> Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística, até 2008/9, a taxa de analfabetismo tendia a diminuir no país: a proporção de pessoas de 15 anos e mais que não sabem ler nem escrever passou de 53.6% em 2002/3 para 49.9% em 2008/9. As zonas rurais do país tinham as taxas mais elevadas, com 65.7% em 2002/3 e 61.2% em 2008/9, do que as zonas urbanas com 30.3%, e 26.8%, respectivamente

uma instituição governamental, e as restantes são propriedade de associações comunitárias e da igreja católica.

A Rádio Moçambique é o meio com a maior cobertura no país. Estima-se que até 2013, o sinal da RM esteja a chegar a mais de 95% do país, emitindo em português, inglês e nas diversas línguas nacionais<sup>30</sup>. Um estudo realizado sobre a formação do voto e o comportamento eleitoral em Moçambique cita o meio Rádio como uma das principais fontes de informação eleitoral, nele a RM contribuindo com uma percentagem de 91% (Brito et al, 2005).

Em relação à televisão, existem dez canais de televisão a funcionarem em sinal aberto, quase todos a fornecerem o serviço de informação<sup>31</sup>. Entre as televisões privadas, são de maior destaque, em termos de serviço público de informação, a Soico Televisão (STV), a TV Miramar e a Televisão Independente de Moçambique (TIM). Comparando com as outras televisões, a TVM continua a ser a que oferece a maior abrangência de sinal aberto, sobretudo por estar presente nas principais capitais provinciais e em algumas das principais cidades e vilas do país, embora ainda com o desafio de caminhar para o processo de introdução das línguas nacionais no processo da sua programação (Miguel, 2013: 53). A fraca cobertura da rede eléctrica<sup>32</sup> no país pode ser vista como um dos problemas que dificultam a expansão do sinal e o uso dos receptores de televisão, por sinal aberto.

Outro desafio que a radiodifusão enfrenta no País está ligado à migração digital. Até Junho de 2015, altura em que a União Internacional das Telecomunicações havia estabelecido para o apagão, Moçambique ainda não tinha registado nenhum avanço, tendo ensaiado o primeiro emissor de transmissão digital, na província de Maputo, nos finais do mesmo ano. Os problemas de migração digital colocam diversos riscos e desafios ao país,

---

<sup>30</sup> Neste momento, a RM utiliza nas suas emissões as seguintes línguas nacionais: CiMakonde- Cabo Delgado; Emakhuwa. Nampula, Cabo Delgado, Niassa; Kimwani- Cabo Delgado; Kiswahili- Cabo Delgado; CiYao- Niassa; CiNyanja – Tete, Niassa; Elomwe- Zambézia; EChuabo- Zambézia (as emissões iniciam em Fevereiro de 2013) ; CiSena – Tete, Sofala, Zambézia; CiNdau – Inhambane, Sofala; CiManyika – Manica; Ciutee – Manica; CiBarwe – Manica; XiTswa – Inhambane; GiTonga- Inhambane; XiChangana- Maputo, Gaza; XiRhonga – Maputo; CiCopi - Gaza, Inhambane (Ndapassoa, 2012: 92)

<sup>31</sup> As televisões nacionais são: TVM 1 e 2 - Televisão de Moçambique (actualmente, a operar em dois canais); RTP- África - Rádio Televisão Portuguesa para África; STV - Soico Televisão; TV Miramar - Televisão Miramar, TIM - Televisão Independente de Moçambique, TV Maná – Televisão Maná (canal religioso), KTV (nos últimos tempos, este canal passou a não emitir sinal para o ar; ECO TV; TV Gungu.

<sup>32</sup> Estima-se que somente cerca de 40 por cento da população em Moçambique tenha acesso à energia eléctrica.

sobretudo no que diz respeito ao acesso à informação para as comunidades, uma vez as políticas não serem ainda claras sobre os mecanismos que deverão ser usados para garantir a inclusão e o acesso ao sinal às camadas populacionais mais desfavorecidas. Por outro lado, a falta de uma lei de radiodifusão coloca os operadores e os consumidores em situações de risco, quanto à qualidade de conteúdos a serem oferecidos (MISA e FES, 2014).

A TVM continua a ser o canal que oferece a maior abrangência de sinal aberto, sobretudo por estar presente nas principais capitais provinciais e em algumas das principais cidades e vilas do país, embora ainda com o desafio de caminhar para o processo de introdução das línguas nacionais, no processo da sua programação. Em concorrência com a TVM, existem dez canais de televisão a funcionarem em sinal aberto, quase todos a fornecerem o serviço de informação (Miguel, 2013: 53).

A fraca cobertura da rede eléctrica<sup>33</sup> no país pode ser vista como um dos problemas que dificultam a expansão do sinal e o uso dos receptores de televisão, por sinal aberto. Os últimos dados apresentados, em 2013, indicam que somente 14 por cento da população moçambicana é que tem acesso à Televisão. Grande parte desta população é a residente nos principais centros urbanos do país.

Conforme a tabela 4, até 2010, o País possuía cerca de oito rádios (8) comerciais e 33 comunitárias e 21 rádios rurais, religiosas (6) e comerciais (7). As rádios comerciais, grande parte delas, não têm tido um forte papel na produção de informação, estando ligadas à produção de programas de entretenimento e à transmissão de música. As rádios comunitárias têm ganhado uma forte expressão nas comunidades rurais, muitas vezes criticadas por não representarem a génese e os interesses das comunidades. Grande parte das rádios pertencentes a associações encontra-se filiada ao Fórum das Rádios Comunitárias (FORCOM), fundado como um mecanismo de solução dos diversos problemas de sustentabilidade com que estas rádios têm-se deparado (OSISA, 2010: 17).

---

<sup>33</sup> Estima-se que somente cerca de 40 por cento da população em Moçambique tenha acesso à energia eléctrica.

Tabela 9. Estações de televisão em Moçambique

Estações de TV	Ano de licenciamento	Propriedade
TVM	1981	Estado
RTK	1993-2002	Privada
RTP-África	1997	Estado Português
TV-Miramar	1998	Rede comunitária miramar
STV	2002	Privada
TIM	2006	Privada
TV Maná	2006	Religiosa (Rede Maná)
KTV	2006	Privada
ECO TV	2011	Privada
TV Gungu	2012	Privada
TVM 2	2012	Estado

Fonte: Miguel, 2013: 54

As rádios comunitárias, sobretudo as detidas por associações, apesar de enfrentarem grandes dificuldades no que diz respeito à sua sustentabilidade e às pressões políticas que sofrem, a nível dos distritos<sup>34</sup>, têm assumido um papel importante na educação cívica das comunidades, participação e monitoria da governação local.

Os problemas de sustentabilidade das empresas de radiodifusão são quase que similares com os da imprensa, considerando o contexto em que elas operam, pese embora haja algumas especificidades a serem levadas em conta, olhando para o tipo de propriedade de cada um dos meios.

---

<sup>34</sup> Entre os vários factos que ilustram as pressões e as violações da liberdade de imprensa, em Outubro de 2012, o Presidente do Município de Manica foi acusado de ter ordenado o encerramento da Rádio Comunitária de Macequece, através do uso das forças policiais. De acordo com o que foi apurado, o encerramento da rádio foi resultante do trabalho que a rádio vinha desempenhando na monitoria da governação local, facto que era considerado incomodativo pelo edil do Conselho Municipal de Manica. No mesmo ano, foram reportados pelo FORCOM mais três casos de encerramento de Rádios Comunitárias, em Moçambique.

Os meios de radiodifusão pública beneficiam-se de fundos de Estado para os seus orçamentos, através do contrato-programa com o governo. Um dos principais desafios da Televisão de Moçambique é garantir que lhe seja instituída a mesma taxa pelo governo para garantir a sua sustentabilidade, o que ainda não avançou devido ao peso que representa para os cidadãos, sobretudo num contexto em que a própria televisão tem vindo a ser criticada pela opinião pública pela fragilidade dos seus serviços públicos de informação.

Tabela 10. Estações de rádio em Moçambique

Tipo de estações de rádio	Número	Propriedade
Rádio Pública/Estatal	1	Estado/Pública
Rádio Comunitária	33	Associações cívicas
Rádios rurais	21	Estado – Instituto de Comunicação Social (ICS)
Estações de TV rurais	3	Estado – Instituto de Comunicação Social (ICS)
Rádios religiosas	6	Igreja Católica e Metodista Unida
Rádios de Orientação Política	2	Indico (Frelimo) e Terra Verde (Renamo)
Rádios comerciais	7	Empresas privadas

Fonte: AFRIMAP, OSF-SA, OSIMP (2010: 20)

#### **4.2.2 Uma noção da responsabilidade social da imprensa em Moçambique**

A discussão sobre a responsabilidade social da imprensa, em Moçambique, implica olhar para além do mercado em que os media se situam, mas questionar o significado das suas práticas, assim como as relações de poder que constituem o contexto da sua actuação. Assim, neste ponto, busca-se compreender alguns elementos levantados na discussão teórica sobre a responsabilidade social dos media, questionando se a actuação dos media,

em Moçambique, tem sido baseada nos princípios da sua independência para garantir o cumprimento do papel de informar, monitorar e promover um debate social equitativo sobre as questões mais relevantes? Mais do que apresentar uma resposta sobre esta questão, busca mostrar as relações que estruturam a acção da imprensa, em Moçambique, no exercício das suas funções.

Para este efeito, serão aflorados, em simultâneo, três pontos fundamentais. O primeiro ligado à independência dos media, sobretudo em relação à política; o segundo, ligado ao primeiro, busca compreender como o nível do exercício das liberdades de imprensa, olhando para as principais limitações impostas aos jornalistas; o terceiro ponto procura discutir a qualidade de conteúdo dos media, olhando para a forma como os diversos actores sociais, sobretudo os políticos são reflectivos.

A questão da independência dos media em relação aos poderes políticos deve ser vista, em primeiro lugar, sob ponto de vista do processo histórico da sua constituição, ligado ao actual contexto democrático marcado por um partido dominante. Isto é, a existência de uma imprensa que surge num contexto de partido único que se desenvolve numa cultura de controlo pelo partido Frelimo pode determinar os baixos níveis de independência desta imprensa perante aos actores políticos deste partido, sobretudo se compreendermos que ele se mantém no poder, sem nenhuma alternância.

A manutenção do mesmo partido político no poder pode ser vista como um determinante para o tendente controlo da actividade da imprensa, uma vez que pode significar a transferência da herança de controlo dos media do período monopartidário para o multipartidário. Este facto pode ser visto também na perspectiva de que a imprensa criada contexto monopartidário manter estruturas de lideranças que perpetuam as relações de dependência editorial com as estruturas do partido Frelimo, assim como do governo. Esta imprensa tem sido, em muitas ocasiões, caracterizada pelo chamado jornalismo de “desenvolvimento”, muito associado à retórica dos próprios governantes de que a imprensa, ao invés de expor os erros da governação, deve agir como seu aliado principal, baseando o seu trabalho na cobertura das realizações, participando na educação do povo para superar os problemas de pobreza (Sousa, 2006).

Num outro ângulo, com a vaga da democratização, pode-se encontrar um tipo de imprensa que se constitui como um espaço de reivindicação da independência. O processo

de criação das novas sociedades de empresas de comunicação social é vista como um exemplo da existência de uns outros grupos de actores que vêem o novo contexto político da democratização como oportunidade para a constituição de nova visão de imprensa que funciona fora do controlo das estruturas do partido dominante. O conceito de *jornalismo independente* em Moçambique ilustra esta demarcação de um grupo de meios de comunicação que nascem com o objectivo principal de se demarcar de um contexto cultural de controlo que, a partir dos espaços institucionais existentes desde o período do partido único, não seria possível uma acção orientada à função de “contra poder” (Nhanale, 2011).

Por exemplo, os semanários Savana, Zambeze, Magazine Independente, criados no contexto das liberdades de imprensa, surgem num processo de reivindicações das liberdades e como uma nova expressão de jornalismo que se distingue pela sua independência editorial em relação ao partido no poder, constituindo-se como um espaço alternativo de expressão e de produção de conteúdos que transmitem uma visão crítica à governação, dando, por este motivo, maior espaço na sua produção informativa vezes críticas, seja sob forma dos partidos de oposição ou activistas de organizações da sociedade civil. Como refere Namburete (2014: 109), este jornalismo *independente* “veio exacerbar os ânimos do poder com a sua postura escrutinadora, investigando casos de corrupção muitas vezes associadas as elites no poder. No leque destes jornais *independentes*, pode-se encontrar uma expressão de diversidade, mas sobretudo de uma cobertura crítica, em relação ao partido Frelimo.

A existência desta polaridade da imprensa pode-se relevar na maneira como cada um dos grupos situa-se em relação a determinadas matérias de impacto sobre a governação, na opinião pública. A cobertura da greve dos médicos no início do ano 2013, mostrou o intenso uso dos meios de comunicação social do sector público em acções de contra-informação, visando levar a opinião pública nacional a considerar a greve dos médicos ilegal. Por seu turno, os meios de comunicação independentes buscavam construir enquadramentos que apresentassem a visão dos médicos em greve e dos que consideravam as reivindicações dos médicos como sendo justas (Nhanale, 2014a).

A polarização da imprensa, em Moçambique, tem sido estimulada pela acção dos próprios jornalistas que ainda não conseguem agir como uma classe que percepçiona e



possui uma visão comum sobre o seu papel na sociedade. Nota-se uma tendência constante de alguns jornais de publicarem opiniões críticas que procuram desvalorizar o trabalho que é desenvolvido pelos outros. Por exemplo, os jornais ligados ao partido do governo procuram apresentar opiniões que realcem as fragilidades éticas dos jornais privados, alegando que a sua acção de exercício de “contra poder revela-se nas deficiências de compreensão da sua função social, no quadro das práticas do jornalismo para o desenvolvimento. Por seu turno, os jornais privados procuram denunciar contextos de controlo e de opressão das liberdades de imprensa exercidas pelo governo, através do uso dos órgãos públicos, ilustrando que a prática do chamado jornalismo para o desenvolvimento revela-se como uma forma de expressar o controlo político de que a sua actividade é sujeita pelo partido dominante (Nhanale, 2014a).

No que diz respeito aos meios de radiodifusão pública, os problemas da independência editorial são também muito debatidos, sobretudo pelos níveis de controlo que são sujeitos pelo partido Frelimo e o Governo. Embora a CRM, no seu artigo 48, defina estes meios como sendo independentes em relação ao governo, à administração e aos demais poderes políticos; existem fortes limitações derivadas do facto de a sua estrutura de governação não ser feita em moldes independentes. No processo da sua transformação de empresas estatais, o estatuto da sua gestão teve igual equiparação às demais empresas públicas, através da aplicação da Lei nº 17/91, de 3 de Agosto de 1991, na qual, em Moçambique, cabe ao Primeiro-ministro nomear e exonerar o presidente do Conselho de Administração das empresas públicas (MISA e FES, 2014).

Na cobertura de questões políticas de relevo, como eleições e debates políticos, os meios de radiodifusão públicos, sobretudo a televisão de Moçambique, têm revelado uma postura de programação e de enquadramentos que visam gerar uma opinião positiva a favor do governo (CEC e IREX, 2013). Estes meios têm sido usados para campanhas de propaganda política a favor do governo. Por exemplo, no último mandato de Armando Guebuza (2009 – 2014) enquanto presidente da República, assistiu-se à intensificação do uso dos meios de comunicação públicos para a formação de opinião pública positiva sobre a governação que estava a ser afectada por níveis de contestação perante à opinião pública, devido à guerra com a Renamo e ao crime organizado sobretudo raptos à empresários. Para efeitos, foi criado um grupo de *opinion makers* orientados a participarem em programas de

debates nos media com a finalidade produzirem uma opinião pública favorável à governação do chefe de Estado (Pereira e Nhanale, 2014).

No que diz respeito ao contexto do exercício das liberdades de imprensa, nota-se, nos últimos anos, a existência de diversos casos em que jornalistas são limitados de exercerem as suas actividades sob diversas formas, como intimidações, violência física e processos judiciais. Entre vários factos que ilustram a censura e as violações da liberdade de imprensa, em Outubro de 2012, o Presidente do Município de Manica, foi acusado de ter ordenado o encerramento da Rádio Comunitária de Macequece, através do uso das forças policiais. Ao que foi apurado, o encerramento da rádio foi resultante do trabalho que a rádio vinha desempenhando na monitoria da governação local, acto que era considerado incomodativo pelo edil do conselho municipal de Manica (Nhanale, 2013).

Em 2015, foi realizado um julgamento a Nuno Castel-Branco e o Jornalista Fernando Banze acusados de crime contra a segurança do estado e abuso das liberdades, por emissão de opiniões contra o ex-chefe de estado, Armando Guebuza. Na sentença, o juiz absorveu os dois réus considerando não haver matérias bastante suficiente para condenar os dois réus, uma vez as suas opiniões estarem dentro dos limites do exercício das liberdades de expressão e de imprensa. No entanto, a Procuradoria-Geral da República fez o recurso da sentença, manifestando a sua insatisfação com a decisão do Juiz.

### **4.2.3 A democracia do partido dominante e o sistema dos media em Moçambique**

Uma das questões que se demarcou como sendo crucial nesta primeira parte das discussões é compreender o sentido dos media num contexto de uma democracia caracterizada pela presença partido dominante. A resposta a esta questão baseou-se na ilustração dos elementos fundamentais da história do desenvolvimento dos media em relação ao sistema político, muito marcado pelas transições de um regime de partido único (autoritário) que instituiu mecanismos de controlo manifestos à actividades da imprensa, para uma democracia caracterizado por um partido dominante.

A transição do regime autoritário de partido único para a democracia multipartidária, com a Constituição da República de 1990, deve ser compreendido como

um marco a partir do qual se desencadeiam um conjunto de processos de mudanças, dos quais se pode destacar adopção das liberdades cívicas e dos direitos políticos (as liberdades de expressão e de imprensa, o reconhecimento de partidos políticos, o sufrágio universal).

As discussões realizadas sobre o contexto da democracia, em Moçambique, mostram que, embora materialmente o País tenha feito a transição, a partir de 1990, com a nova constituição, em 1994, as primeiras eleições gerais; elementos mais profundos ligados ao exercício da cidadania e a maneira como o poder político é exercido pela Frelimo ilustram uma associação e a prevalência de uma cultura autoritária moldadas no período de partido único que se seguiu, em 1977, dois anos depois da independência nacional.

É por isso que a retomada do processo histórico da construção do Estado é fundamental para compreender os desafios da democracia em Moçambique, sobretudo por se caracterizar pela continuação da Frelimo, cujas práticas de lideranças terem sido fundadas e enraizadas numa processo de controlo e de limitação das esferas das liberdades políticas e cívicas.

A cultura autoritária que ainda caracteriza o modelo de liderança da Frelimo transpõe-se e continua a ganhar um maior fundamento no período multipartidário, uma vez que os processos eleitorais que constituem os momentos marcantes do processo democrático, por sinal de participação e de expressão da vontade do povo, funcionarem, para além de representar uma oportunidade de alternância, apenas como reforço do poder e da legitimação da Frelimo. Sobretudo a partir de utilização estratégica e instrumental das instituições democráticas e da administração das eleições.

O facto de a Constituição de 1990 ter sido inaugurada num contexto de luta entre a Frelimo e a Renamo, coadjuva o argumento de que o processo democrático em Moçambique, por sinal a institucionalização das liberdades, é resultado da luta entre partes, a Frelimo e a Renamo que, por outras vias não seria possível, uma vez a Frelimo ter fundado os seus modelos de liderança com base numa cultura autoritária. É nesta perspectiva que se desenvolve e se fundamenta a crença de que o processo democrático em Moçambique é caracterizado pela existência de um actor dominante que se funda numa gestão secretista e pouco aberto às liberdades; por outro lado, a existência de actores, como

os partidos da oposição e organizações da sociedade civil que, mesmo limitados, lutam continuamente pela abertura de mais espaços para o exercício das liberdades.

É importante assinalar que, mesmo com a manutenção da Frelimo no poder, desde 1975, o controlo exercido sobre as instituições e a manutenção do modelo autoritário; o processo formal da abertura do País à democracia obrigou à implementação de um conjunto de actos, como a criação e o reconhecimento dos partidos políticos, a realização regular de eleições, a existência de organismos que se outorgam independência para monitorar a actividades do governo, a exemplo dos media e das organizações da sociedade civil.

O funcionamento destas instituições mostra-se relevante há medida em que consubstanciam o processo formal da democratização em Moçambique e, em certos momentos, gozam dos espaços existentes para o exercício das suas actividades; porém, a efectividade das suas acções nunca ressaltou num processo de alternância no poder ou em forças que, efectivamente, impusessem uma cultura cívica mais aberta à participação e uma governação responsável. Ao contrário, a sua existência e operação em espaços formais, sem grandes capacidades de gerar mudanças, acabam legitimando à acção da Frelimo que, por muitas vezes, reivindica a sua posição como resultado da sua competência política, num quadro em que os demais actores políticos não estão suficientemente estruturados para lhe fazer face.

Este contexto de democracia de partido dominante, formalmente abertos às liberdades e com baixos níveis de exercício, faz com que a esfera do debate público seja caracterizado por três níveis de debate que, por vezes, são orientados numa lógica de conflitual nas suas acções. O primeiro é marcado por um conjunto de líderes de opinião ligados ao partido dominante cuja participação baseia-se na visão autoritária da necessidade de controlar a opinião pública por forma a aceitar o modelo de liderança da Frelimo e aceitar sua manutenção, num quadro em que as outras formas de opiniões emergentes tenham que ser vista como sendo de detratores. Um segundo nível é caracterizado por líderes de opinião que assumem o exercício da liberdade de expressão como um acto profissional que orienta o seu debate baseado na desconfiança, pressão e em enquadramentos negativos da governação, baseando a sua argumentação rejeição dos modelos e das acções do partido dominante. Um terceiro nível, não muito frequente, pode ser caracterizado pelas entidades e actores que na sua capacidade crítica, analítica ou, por

questões profissionais, se vinculam a um debate desinteressado das questões públicas sem paixões partidárias.

Certamente que o primeiro grupo é característico dos apoiam ou se identificam com o partido dominante. O segundo grupo com os que se identificam com os partidos da oposição. E, por seu turno, o terceiro grupo por entidades académicas ou instituições religiosos e organizações da sociedade civil que, por algumas vezes, podem se caracterizar no segundo nível.

Seja como for, na esfera do debate público, a predominância da Frelimo faz com que o primeiro grupo tenha um maior domínio, cujas opiniões alinham-se com os interesses do partido dominante, buscando ofuscar e depreciar outras formas de pensamento que não se alinhem às suas perspectivas. Por vezes, visões contrárias são retraídas através da sua catalogação à oposição política que, em Moçambique, foi associada à imagem de guerra e destruição, reconstituído a mesma visão do inimigo armado combatido no contexto da guerra que marcou o período do partido único.

A catalogação da argumentação contrária no debate político à uma visão da guerra e destruição revela esta estratégia argumentativa que afasta, busca inutilizar e descredibiliza qualquer forma de debate oposto, gerando um contexto de banalização do debate público, pois qualquer forma de argumentação favorável ao governo passa a ser vista como uma forma de alinhamento; por outro lado, a argumentação contrária vista como uma forma de oposição, gerando diversas formas de silenciamento não manifestas de visões e opiniões contrárias à governação.

Estas categorias de lideranças de opinião públicas e formas de debate político são importantes porque são as mesmas que irão estruturar e alimentar os espaços mediáticos, por vezes, caracterizando a sua orientação editorial. Urge ainda, nestas notas sobre a relação entre o sistema político e os media, mostrar que o processo da democratização, ao abrir espaço para outras visões e opiniões sobre o país, coloca em concorrência os espaços que antes eram de monopólio domínio da Frelimo, incluindo as suas visões argumentativas que tendem a continuar no contexto democrático. As formas de respostas da Frelimo em relação a este contexto, sobretudo nos últimos anos, tem sido marcado pela intensificação de estratégia de controlo das esferas de debate.

No quadro dos media, a pesquisa mostra que o contexto democrático tem sido caracterizado por uma tendência de manter as ligações entre os meios de comunicação fundados no contexto do partido único, estendendo as influências e o controlo do partido dominante na sua agenda editorial, através do controlo das lideranças editoriais; ou mesmo manifesto a partir do alinhamento dos conteúdos e o nível de acesso privilegiado dos actores do partido Frelimo para promoverem as suas acções.

O controlo sobre meios de comunicação social públicos (Rádio Moçambique, Televisão de Moçambique e Agência de Informação de Moçambique) é exercido sobretudo por serem empresa cuja legislação da sua fundação lhe confere uma maior dependência do governo; ou por serem empresas detidas, maioritariamente, por outras empresas públicas das quais o partido Frelimo tem uma maior influência.

Por outro lado, o controlo a partir das lideranças é das formas mais usadas. Isto é, a nomeação de dirigentes a partir da confiança política que, posteriormente, vão garantir que a cultura da autocensura se mantenham e os profissionais afectos nestes órgãos se sintam em situações de deveres servir ao partido dominante, numa lógica em que o processo de transmissão dos valores e das responsabilidades dos repórteres nessas redacções passa pela necessidade de eles compreenderem o papel desses jornais, junto ao sistema político.

Mesmo considerando este ambiente marcado pelo controlo da imprensa do sector público; existe um grupo de jornais que se fundam no contexto da liberalização, numa crença de independência editorial e sem vínculos estabelecidos com entidades ligadas (in)directamente ao partido Frelimo, mesmo que alguns dos seus acionistas fossem membro do Partido. Estes jornais têm fundamentado que o exercício das funções de democráticas de *contra poder* deveria ser um elemento determinante para a sua sustentabilidade e servindo como oportunidade para uma linha de conteúdos sobre a política e governação pouco explorados nos jornais com ligações com o partido no poder.

Embora não haja uma ligação directa com os partidos da oposição estes jornais vão servir como espaço acreditados, através dos quais as vozes das opiniões contrárias sobre a governação se fazem sentir, uma vez nos meios públicos esses espaços serem reduzidos. O acesso das figuras da oposição nestes jornais gera uma ideia do seu alinhamento com a oposição, mas sem que tal se efective numa relação directa, mas sim no quadro de uma

economia de notícias que buscam privilegiar fontes de informações que providenciem uma orientação crítica sobre os problemas do País.

O que se pode sublinhar sobre a configuração dos media no contexto de partido dominante, conforme o caracterizado, é a permanência de instituições de comunicação social, por sinal as mais fortes, num prisma de controlo pelo partido dominante; orientando os seus conteúdos noticiosos e espaços de opinião acessíveis para os actores e para a construção de uma agenda favorável ao partido Frelimo.





## **CAPÍTULO V**

### **5. O JORNALISMO E A COBERTURA SOBRE A CORRUPÇÃO POLÍTICA: UMA PERSPECTIVA SOBRE O AGENDAMENTO**

O estudo da cobertura dos media sobre a corrupção política impõe, para além da consideração de que os media constituem um “quarto poder” cujo exercício implica a denúncia desses casos, também a compreensão de que a sua actividade pode revelar-se fundamental para a percepção social sobre o fenómeno corrupção.

Como discutido no capítulo dos conceitos sobre a corrupção, Gardiner (2007) alertava sob o facto de as diversas definições da corrupção considerarem que a integridade dos oficiais poder ser, inclusivamente, avaliada a partir da maneira como os cidadãos de um determinado país pensam sobre a corrupção e esperam dos servidores públicos. Sob esta perspectiva, pode-se considerar que os media, ao desenvolverem o seu trabalho de cobertura, funcionam como elementos importantes para as perceções públicas sobre a corrupção.

Este capítulo oferece uma abordagem fundamental sobre as questões da cobertura dos media na corrupção; partindo da consideração de os media são um factor central na vida política, através da construção de agendas que contribuem para o debate público. Ao se iniciar a abordagem da cobertura dos media sobre a corrupção, sobre a teoria do agendamento, pretende-se destacar que a análise do conteúdo dos media deve ser considerado um elemento central na compreensão da maneira como os media constroem uma agenda pública sobre a corrupção e como estas questões são enquadradas no discurso dos jornais.

Ao longo do capítulo, faz-se uma revisão fundamental sobre alguns estudos de análise de cobertura sobre a problemática da corrupção; oferecendo um quadro de definições dos principais indicadores e variáveis a serem aplicadas na análise de conteúdo da cobertura dos media sobre a corrupção em Moçambique.

## 5.1 Do poder dos media ao agendamento

Para além das teorias dos efeitos, que fundam as primeiras abordagens sobre os estudos dos media e que se revelaram, ao longo da primeira metade do século XX (1920-1960), como paradigmas dominantes nos estudos sobre os mass media e a sociedade; a partir da década 1950/60 começam a florescer abordagens mais focalizadas aos meios de comunicação noticiosos<sup>35</sup> (McQuail, 2003; Traquina, 2000).

O que mais inspirou os estudos sobre os efeitos dos mass media<sup>36</sup> é sua relevância, enquanto instituições incontornáveis na formulação da experiência colectiva, sendo elementos determinantes na formulação da opinião pública. Pela sua capacidade de tornar visível e levantar questões para o debate público, os media têm sido elementos centrais na intermediação das diversas esferas sociais, na medida em que nenhum actor cuja actividade dependa da visibilidade dispensa a sua utilização para o alcance dos seus objectivos (Rodrigues, 2001; Esteves, 2007).

É pela sua capacidade de fazer circular publicamente ideias socialmente dominantes, que os media se tornam objecto de interesse específico da política (por exemplo) que, em muitos casos, recorre a eles para divulgar, conquistar simpatias ou mesmo legitimar decisões. É por isso que os media têm sido considerados instrumentos privilegiados de formação da opinião pública (Rodrigues, 1984).

Pelas suas qualidades tecnológicas e papel informativo, os media têm sido uma esfera de visibilidade das questões fundamentais da sociedade, garantido uma aproximação entre os políticos e os cidadãos, assim como permitir que os cidadãos tomem conhecimento

---

<sup>35</sup> Conforme assinala Traquina (2000), por vezes, confunde-se o estudo dos media e o estudo dos “media noticiosos”, isto é o jornalismo. O estudo dos media, no geral, compreende-os no quadro dos seus efeitos em relação à sociedade; enquanto que os estudos dos media noticiosos enquadram-se no âmbito da sociologia do jornalismo, enquanto uma prática profissional ligada ao agendamento e enquadramento das questões públicas que ganham os seus momentos iniciais, partir das décadas 50, com os estudos dos processos de selecção das notícias, o *gatekeeper*.

<sup>36</sup> Os media, assim designados, correspondem aos “media de massa”, uma abreviatura para descrever meios de comunicação que operam em grande escala, atingindo e envolvendo virtualmente quase todos os membros de uma sociedade em maior ou menor grau. Refere-se a meios de comunicação social há muito estabelecidos, como jornais, revistas, filmes, rádio, televisão e música gravada. Dos mass media podem se distinguir ainda aqueles que se dedicam à actividade de produção de informação e àqueles que operam noutros âmbitos, como o entretenimento (McQuail, 2003).

e escrutinem as acções dos políticos (Thompson, 2005). Na era da “visibilidade mediática”, constituída pela omnipresença dos media, os espaços de secretismo do poder político foram reduzidos pela sua exposição pública, sobretudo quando o jornalismo exerce a acção de “contra poder”, buscando publicar os aspectos da realidade que tendem a ser escondidos pelos políticos (Thompson, 2002).

O jornalismo, no caso específico, para além da formulação de que ele constitui um “contra poder”, se avaliado sob o ponto de vista do seu papel e relação com a política, conforme foi discutido no capítulo 4; a sua história, graças ao impacto e funções que exerce na sociedade, tem sido marcada pelo interesse que políticos têm de influenciar na sua actividade. Os trabalhos de Tarde ([1904] 1992); Lippmann ([1922] 1965), Cohen (1963) demonstram este papel dos media na formação da opinião pública, sobretudo o facto de os media se constituírem como uma esfera imprescindível nos processos democráticos<sup>37</sup>.

Como se referiu, entre 1920 a 1960, muito foi elaborado sobre o papel dos media na cobertura eleitoral e os efeitos do media na sociedade, a destacar as pesquisas coordenadas por Lazarsfeld na Universidade de Columbia sobre os efeitos dos meios de comunicação. Em especial, para o estudo das notícias, pode-se destacar na década 50 como sendo marcante para os primeiros estudos (Traquina, 2000).

No que diz respeito aos interesses da presente investigação, pode-se considerar que o trabalho de McCombs e Shaw (1990) como sendo marcante para a testagem empírica do papel dos media noticiosos na formação da opinião pública. Os primeiros fundamentos da teoria do agenda-setting foram elaborados a partir da necessidade da testagem das ideias de Lippman (1922) e Cohen (1963) sobre o papel dos media na formação da opinião pública. McCombs e Shaw (1990) realizaram a sua investigação nas eleições presidenciais dos Estados Unidos da América, em 1968, baseada numa amostra de eleitores considerados indecisos. Os investigadores buscaram perceber se os media teriam algum efeito sobre as

---

<sup>37</sup> Walter Lippmann ([1965]1922) publicou uma influente obra sobre “Opinião Pública”, na qual argumentava, no capítulo introdutório, “the world outside and the pictures in our heads”, que a imprensa opera como uma ponte entre o mundo dos acontecimentos e as imagens mentais dos leitores sobre o mundo. Por seu turno, Bernard Cohen (1963) segundo a qual a imprensa “pode não ter frequentemente êxito em dizer às pessoas o que têm de pensar, mas surpreendentemente tem êxito ao dizer às pessoas sobre o que devem pensar”, dando conta de que os media seleccionam e divulgam temas, acontecimentos e personagens que competem entre si pela sua atenção.

suas preferências<sup>38</sup> eleitorais, considerando o que eles reportavam era inspirado na agenda dos políticos (Coleman; McCombs; Shaw & Weaver, 2009: 147).

O estudo concluiu que havia uma forte correlação entre a agenda dos media<sup>39</sup> e a dos eleitores, isto é, o *ranking* de informações importantes classificadas pelos media teve uma correspondência próxima daquilo que os eleitores seleccionaram como importante (McCombs, 2009).

Como conceito, o agenda-setting deve ser compreendido como o processo através do qual os media apresentam certos assuntos com frequência e proeminência e, como resultado, largos segmentos do público percebem esses assuntos como os mais importantes que os outros (Coleman; McCombs; Shaw & Weaver, 2009: 147). Este efeito pode ser resultado pelo facto de as pessoas considerarem algum assunto como sendo importante, em resultado da maior cobertura dada pelos meios de comunicação. Sob ponto de vista das teorias de comunicação o processo de agendamento deverá ser relacionado com conceitos de construção de imagem ou mesmo de *gatekeeping*, sendo estabelecida à medida dos processos aplicados pelos jornalistas para a selecção e a importância dada às notícias (MacCombs, 2005).

Desde 1968, vários estudos têm sido realizados usando o agenda-setting que pela sua riqueza tem vindo a se configurar como um paradigma, não somente aplicado para os estudos sobre os media em relação à política, mas também a diversas questões sobre a sociedade, como saúde, meio ambiente, negócios. Diversa investigação foi realizada em grande parte dos países do mundo, tendo-se provado que nos países com sistemas democráticos o efeito agendamento permanece o mesmo, sendo que, nos não democráticos, mais relativo (Traquina, 2000; Coleman, McCombs, Shaw & Weaver, 2009).

Em termos de desenvolvimento da própria teoria, investigações posteriores vieram a mostrar a necessidade da ampliação de mais perspectivas de análise sobre o agenda-

---

<sup>38</sup>Como refere McCombs (2009), o tipo de influência que interessava não estava situado no nível de mudança de atitudes e opiniões, mas nas percepções da importância dadas aos assuntos, sendo a preocupação principal a saliência ou proeminência dos assuntos dados pelos media ou seja nos efeitos cognitivos.

<sup>39</sup>A agenda dos media é definida como a visibilidade e a proeminência de determinados temas em detrimento de outros num período delimitado, as campanhas eleitorais por exemplo. Por seu turno, a agenda do público é definida como o conjunto dos temas discutidos e considerados importantes pelos indivíduos (Cfr. Azevedo, 2004: 43).

setting, oferecendo cinco abordagens teóricas e de investigação relacionados com a *agenda-setting*.

Assim, para além do pressuposto de que os media podem influenciar as pessoas não só sobre “o que pensar” através do realce ou da importância dada nos assuntos na cobertura, constituindo-se o que se designa da primeira fase da investigação sobre o agendamento; o desenvolvimento da investigação sobre o agendamento passou-se a dar um enfoque especial sobre a maneira como os media, através dos diversos atributos positivos ou negativos, molda a maneira “como pensar” nos assuntos que publicam, constituindo o que se designou do segundo nível da agenda setting (Weaver, 2007).

Embora se diferenciem esses dois níveis de investigação existe uma relação que se estabeleça entre eles, sobretudo pelo facto de o segundo depender da existência do outro, isto é, os atributos serem referentes à maneira como os objectos são caracterizados e configuram a maneira como o jornalista oferece uma orientação central ao discurso sob a qual as audiências irão formular a sua imagem sobre os objectos ou assuntos destacados. É por isso que McCombs (2009) considera que o framing deve ser compreendido como um processo que ocorre quando um determinado número de aspectos temáticos relacionados a um atributos são incluídos na agenda dos media quando um determinado assunto é discutido.

O terceiro nível que marca uma outra fase de investigação e perspectiva teórica sobre a agenda setting é o conceito do *need for orientation* baseado na ideia de que as pessoas têm uma curiosidade inacta sobre os assuntos do contexto que lhe rodeia. No caso dos assuntos de interesse público, os media configura uma fonte principal que oferece orientações sobre como devem compreender os assuntos. Esta perspectiva tem as suas bases epistemológicas na psicologia, buscando realçar o facto de os media serem uma fonte de conhecimento, havendo diferenças dos níveis em que os indivíduos precisam de uma maior ou menor orientação dos media, conforme o seu nível de interesse num determinado assunto (MacCombs, 2005).

O quarto nível de investigação a agenda setting tem a ver com as preocupações que se colocam, sobretudo em perceber a questão sobre “*se os media tem efeitos sobre a agenda pública, quem define a agenda dos media*”? (MacCombs, 2005). É por isso que as investigações sobre o *agenda buildina* buscam estabelecer três níveis principais de

elementos que influenciam a agenda dos media: as principais fontes de informação para as matérias agendadas, outras organizações noticiosas, e as normas e tradições do jornalismo, sendo estes últimos funcionando como filtros mais importantes para aquilo que se publica nos media. No caso do papel das outras organizações, nota-se que as organizações noticiosas mais importantes acabam influenciando a agenda de conteúdos das outras (McCombs, 2009).

O quinto nível sobre a agenda setting destaca as investigações realizadas em torno dos processos que se centram e dão destaque às consequências do processo de agendamento sobre a opinião pública, designado por *priming*. A ideia principal é que para além das imagens criadas nas cabeças das pessoas, a nível do *framing*, associado aos efeitos cognitivos pode representar um avanço fundamental na mudança como as pessoas pensam sobre os assuntos. Isto é, para além da selecção dos temas, a saliência dada aos assuntos, os media podem ter implicações para os comportamentos pessoais, dando-se um enfoque aos efeitos da agenda setting na opinião pública (McCombs, 2009).

Para os objectivos desta investigação, os dois primeiros níveis são os mais relevantes, buscando compreender o processo da constituição da agenda, assim como a maneira como os assuntos são enquadrados pelos jornais.

## **5.2 O framing na produção das notícias**

Embora haja algumas posições divergentes, vários autores têm mostrado que, ao centrar-se nos atributos produzidos pelos media, a teoria do agendamento preocupa-se com o que muitos autores chamam *framing* (enquadramento). O reconhecimento de que os media enquadram a realidade impõe, logo à partida, a necessidade de reconhecer os diversos factores que interferem no processo de selecção e produção.

Como referem os Coleman; McCombs; Shaw & Weaver (2009), este nível de investigação em torno do agenda-setting é circunscrito nas qualidades emocionais, um tom afectivo que pode ser *positivo, negativo ou neutro*. Pode ser que um assunto seja apresentado pela media (primeiro nível da agenda); mas torna-se relevante ainda perceber como ele é descrito e apresentado.

Os estudos sobre os enquadramento designados “*frame analysis*”, procuram, fundamentalmente, entender a maneira como os jornalistas dão *enfoque pessoal* às “estórias” através da estrutura das narrativas, as palavras usadas, os factos seleccionados e as fontes escolhidas para citar.

O *framing* pode ocorrer em diversos níveis: na cultura; na mente das elites e dos profissionais da comunicação política; nos textos de comunicação; e na mente dos cidadãos, individualizado. No entanto, na perspectiva em que é, os estudos do agendamento referem-no, como o segundo nível, o framing deve ser considerado no nível em que ocorre nos textos de comunicação, definido como o processo de “*selecting some aspects of a perceived reality and constructing messages that highlight connections among them in ways that promote a particular interpretativo*” (Entman, Matthes, & Pellican, 2009: 176).

Assim, o enquadramento deve ser compreendido como um processo de selecção e de saliência. No caso do jornalismo, este processo deveria ser entendido através dos mecanismos que são aplicados para seleccionar os assuntos, assim como a sua edição por forma a garantir que uma determinada realidade seja percebida de uma forma específica, através da saliência ou de formas particularizadas de definir, interpretar as causas e avaliar, moralmente o assunto, tudo isto implicando que o texto seja carregado de alguns valores emocionais (Entman, Matthes, & Pellican, 2009).

Na actividade de produção das notícias, os enquadramentos podem ser feitos a partir dos processos de selecção e de edição. Estes padrões de selecção e saliência não ocorrem ao acaso, mas de acordo com os valores-notícia que podem ser compreendidos sob dois âmbitos: no processo de selecção, assim como na construção das histórias. Os valores-notícia de selecção são definidos como aqueles critérios usados pelos jornalistas para a escolha dos acontecimentos a serem publicados. Por seu turno, os valores-notícia de construção referem-se às qualidades de construção das notícias e que se manifestam nas formas de narração, realçando e omitindo, certos elementos no texto (Traquina, 2007).

Embora os valores-notícia reconheçam-se como critérios utilizados pelos jornalistas para a selecção dos assuntos, pela sua ordem de importância e interesse para sociedade; eles podem ajudar a compreender que as notícias são um resultado de selecção feita pelos jornalistas que pode depender do contexto social, político, cultural, económico assim como

dos interesses das organizações que elas representam. Isto é, mesmo se definindo a notícia como algo de “interesse público e relevante”, os processos de selecção podem representar formas específicas de enquadramento da realidade.

Alias, as diversas classificações e estudos sobre os valores notícias, assim como os processos de selecção das notícias, têm concluindo que não existe nenhuma uniformidade de critérios usados nem os próprios valores-notícias se podem definir de forma uniforme. Os estudos sobre os gatekeeping oferecem, inclusivamente, uma compreensão sobre as diferenças e a subjectividade da cadeia de produção das notícias, desde a selecção, escrita, edição e posicionamento; como um resultado da acção individual dos jornalistas (Shoemaker, Vos, Reese, 2009; Traquina, 2007).

Estes mecanismos de selecção e de apresentação do texto informativo deduzem-se no processo de framing. Nos processos de comunicação política, os enquadramentos são feitos de forma intencional, ao contrário do jornalismo que eles ocorrem sem nenhum interesse de alcançar objectivos políticos, para além de situações em que os jornalistas ou o meio de comunicação tem alguma filiação partidária ou são controlados pelo governo ou partidos políticos (Hallin & Mancini, 2010; Entman, Matthes, & Pellican, 2009: 176).

As pesquisas sobre os enquadramentos podem ilustrar a forma através da qual os jornalistas activam um conjunto de regras na construção da maneira como o público pode pensar ou entender determinados assuntos (Hackett, 1999).

A questão do jornalismo interpretativo tem ganhado maior relevância na pesquisa sobre os enquadramentos, se considerarmos o desenvolvimento e a valorização do estilo interpretativo na reportagem que ganha lugar, a partir dos anos 1960. Este estilo de jornalismo que, conforme a sua designação faz perceber, vai passar a dar um maior espaço de interpretação ao jornalismo nas histórias, em detrimento da descrição dos factos; dando um maior espaço aos repórteres procurarem expressar as suas ideias, através da mistura entre os factos e opiniões (Schudson, 2005).

Conforme assinala Patterson (2000), em muitos casos, a cobertura interpretativa é feita a partir de um processo de simplificação dos temas, agrupando vários acontecimentos e eventos, num quadro de enquadramentos interpretativo que os jornalistas procuram dar. Estas interpretações tendem a traduzir avaliações negativas ou positivas sobre os



acontecimentos. Trata-se de um tipo de cobertura que, logo à partida, condiciona as percepções do público sobre o que é reportado. Um dos problemas destas práticas, como argumenta Thomas Patterson (2000), resulta do facto de o jornalista pretender substituir os políticos, transformando-se ele próprio num actor.

### **5.3 Os desafios da cobertura da corrupção**

O debate sobre a cobertura dos media na temática da corrupção busca entender elementos específicos derivados do reconhecimento da centralidade que os media têm na intermediação dos assuntos na sociedade, assim como de servirem de uma esfera de debate, o seu poder de seleccionar, dar significado das coisas, conferir *status*, definir problemas, acima de tudo, contribuir para a formação da opinião pública (Rodrigues, 2001; Lippmann, 1922([1965]); McCombs, 2009; Traquina, 2007).

Embora se reconheça que a percepção sobre a corrupção seja resultante de vários factores e fontes de informação, pode-se atribuir aos media um papel significativo na formação de opiniões sobre a corrupção. Pela sua natureza criminal e por representar riquíssimos valores notícias, definidos como desvio da norma e frequentemente protagonizados por personalidades que ocupam posições proeminentes da sociedade; a corrupção preenche uma categoria de acontecimentos objecto de cobertura regular e de interesse premente na economia das notícias (Cunha, 2015; Schudson, 2004). Não simplesmente pelos valores notícias que agrega, a cobertura da corrupção apresenta-se como um dos momentos fundamentais do exercício da função de “*contra poder*”, sobretudo pelo facto de a corrupção representar a transgressão das leis que regulam o funcionamento do exercício do poder público, constituindo-se, por vezes, como uma forma de escândalo (Thompson, 2002).

Como explica Thompson (2002: 20), os escândalos definidos como “acontecimentos que implicam certos tipos de transgressões suficientemente sérias para provocar uma reacção pública de reprovação ou indignação” merecem a cobertura dos media. Como já foi referido, a corrupção, como um acto, permanece como tal e só vai dar lugar ao escândalo quando ele for objecto de publicitação, passando a esta categoria

quando tal acto acontece, seja através da acção dos jornalistas como pela acção das pessoas.

Assim, o acto de cobertura jornalística sobre a corrupção constitui o momento inicial de um escândalo, tornando pública a situação negativa ou de desvio do exercício do poder. O processo de transformação do acto corrupto em escândalo constitui em si, um processo de agendamento, uma vez que a sua publicação poder concentrar o público na temática em referência, oferecendo nos contornos, relevações, reacções e significados que resultam da sua publicitação (Thompson, 2002:20; Prior et.al, 2015)

A focalização da cobertura da corrupção baseada nos valores-notícias tem resultado em enquadramentos que dão uma maior ênfase às figuras publicamente mais conhecidas, entre as quais os governantes e os magistrados; assim como nos valores-notícia de “conflito” contribuem para a construção de uma percepção negativa sobre a política. Embora a denúncia e o agendamento sobre a corrupção seja um serviço prestado à democracia, os procedimentos de enquadramentos dados, sobretudo na saliência e a representação dos actores, gera desconfiança pública sobre a capacidade dos políticos representarem o interesse público (Cunha, 2015). Estes enquadramentos são, muitas vezes, gerados pela personificação da cobertura conectada aos temas de corrupção e atributos específicos que contribuem para a construção de percepções específicas sobre os políticos (Cunha, 2015).

A busca pelos escândalos tem levado os jornalistas a concentrarem a sua cobertura em notícias leves do que sérias (temática), o que tem tornado o seu papel pouco significativo na democracia. O crescimento do jornalismo crítico, marcado por uma cobertura focada em notícias leves sobre escândalos, estando “a diminuir a informação dos cidadãos sobre temas de interesse público e sobre a política” (Patterson, 2003: 20).

A predominância do jornalismo crítico, sobretudo nos tablóides motivados pela luta pelas audiências, faz com que os seus conteúdos principais sejam predominados por temáticas negativas, buscando relatar as falhas dos políticos e construindo uma imagem pública de que os políticos são irresponsáveis e incompetentes. Conforme ilustra Patterson (2003:37) o jornalismo crítico, sobretudo baseado nos escândalos políticos, contribui substancialmente para o declínio do interesse e confiança dos cidadãos sobre a política.

Na verdade, a cobertura dos escândalos políticos reflecte em si um conflito entre a função de contra poder e o trabalho realmente desenvolvido pelos jornalistas. Este conflito existe pelo facto de a cobertura sobre a corrupção fundamentar-se no papel social do jornalismo, sendo sob esta retórica que a dramatização e as violações dos direitos de personalidades são perpetradas (Mesquita, 2004).

O processo de construção do escândalo e a lógica da sua cobertura baseada na apresentação de uma acusação e da reacção do acusado pode gerar danos negativos à reputação dos políticos; podendo ser perniciosos quando a cobertura for orientada simplesmente para fins de comercialização das notícias. Usando o conceito de *notícia ícone* Canel e Sanders (2005) para avaliar os enquadramentos noticiosos sobre os escândalos na imprensa na Espanha e na Inglaterra, mostram que as histórias constituídas pelos media sobre os escândalos se convertem em matérias para a memória social.

É por isso que a cobertura sobre a corrupção obriga à uma grande responsabilidade sobre o jornalismo na medida em que os factos publicados deverão corresponder à matérias efectivamente factual, com o respeito a todos procedimentos e ética profissional (Ward, 2009). É dessa forma que a cobertura dos assuntos sobre corrupção, enquanto “contra poder”, obriga à aplicação de altos padrões de profissionalismo, o que requer investimento no tempo e nos recursos para o apuramento das matérias (Sanders & Canel: 2006).

O jornalismo investigativo desenvolve-se como um mecanismo de desempenho da responsabilidade social do jornalismo, denunciando escândalos e casos de corrupção, por isso, contendo diversas designações *jornalismo adversarial*, *jornalismo de advocacia*, *jornalismo de serviço público*. Embora seja definido de diferentes formas, o jornalismo investigativo compreende ao processo de colecta de informações que desafiam as autoridades contra os abusos de poder em defesas dos cidadãos ordinários (Feldstein, 2006: 106). Os próprios jornalistas entendem que a prática do jornalismo investigativo sobre os escândalos políticos reforça o seu papel enquanto “contra poder”, no entanto havendo a necessidade de reconhecer que o respeito das questões éticas torna-se num elemento fundamental para a credibilização e reconhecimento do seu papel (Sanders & Canel, 2006; Rønning, 2009).

Outro elemento de importância na cobertura da corrupção é a interacção entre os jornalistas e as fontes de informação. O grande interesse das fontes de informação,

sobretudo definidas como aqueles que detém poder nas instituições sociais, é possuir uma cobertura que mantenha a opinião pública ao seu favor; uma abordagem negativa pode causar uma reprovação da sua posição perante a opinião pública. Por isso, as fontes nem sempre estão disponíveis para falar aos jornalistas, sobretudo quando os assuntos não lhe são favoráveis (Berkowitz, 2009; Sousa, 2001 e Grandim, 2000). Nas histórias sobre a corrupção, esta indisponibilidade, em muitos casos, causa desequilíbrios nos procedimentos da boa prática do jornalismo, na medida em que não se conferem os espaços para os contraditórios (Tuchman, 1999). Na reportagem de assuntos correntes, as fontes de informação oferecem as informações que acham pertinentes fornecer aos jornalistas, sobretudo as que mais privilegiam e destacam a sua função; na cobertura sobre os escândalos este processo torna-se contrário, na medida em que é o repórter que dita o rumo do acontecimento, solicitando informações que não são do interesse da fonte que seja publicada (Sousa, 2001 e Grandim, 2000).

Existem também situações em que a relação entre os jornalistas e fontes de informação podem ser traçadas no sentido de algumas fontes providenciar informações que criem uma agenda desfavorável aos outros actores (Sanders & Canel, 2006). Estas situações podem não ser feitas de forma deliberada ou combinada entre os jornalistas e as fontes; por isso que se impõe, em muitas ocasiões, a capacidade dos jornalistas confrontarem as fontes de informação e conferirem os seus interesses com as informações disponibilizadas.

## CAPÍTULO VI

### 6. ESTUDO EMPÍRICO: METODOLOGIAS APLICADAS

A estratégia de investigação adoptada para o estudo de caso visou responder a dois níveis de objectivos traçados. O primeiro está ligado à necessidade de compreensão da agenda dos jornais *Domingo e Savana* e aos padrões de profissionalismo mais aplicados para a cobertura da corrupção em Moçambique. O segundo nível de objectivos orienta-se a explorar o contexto institucional em que os dois jornais funcionam como forma de interpretar os resultados da análise de conteúdo; por outro lado, entender as relações entre as fontes de informação e os jornalistas para determinar o nível de proximidade entre os jornais e as fontes oficiais do partido dominante.

O alcance dos dois níveis de objectivos implicou a adopção de uma abordagem metodológica que combina as perspectivas quantitativas e qualitativas. No primeiro nível, a abordagem quantitativa foi aplicada a partir do uso da análise do conteúdo das notícias sobre a corrupção publicadas nos dois jornais e; no segundo nível, a abordagem qualitativa consistiu na realização de entrevistas com editores, jornalistas e com um procurador do GCCC.

De uma forma geral, a análise de conteúdo deve ser vista como a metodologia primordial e a mais ajustada, para a investigação sobre o agendamento da corrupção nos jornais *Domingo e Savana*, sob a qual se circunscreveu e se desenvolveu todo o processo de investigação. Isto é, a aplicação das entrevistas teve em conta a importância de contextualizar e dar melhores explicações aos resultados obtidos na análise de conteúdo.

A análise de conteúdo, no entendimento que lhe é atribuído na presente investigação, deve ser vista como uma metodologia quantitativa que parte de categorias previamente definidas, operando a classificação de manifestações discursivas de género noticioso, com a finalidade de fazer interpretações que ofereçam um sentido da agenda e dos enquadramentos da corrupção nos jornais *Domingo e Savana*.

A aplicação da análise de conteúdo buscou ir para além da construção de padrões de análise que permitem classificar e descrever elementos que representem a agenda dos media sobre a corrupção, mas também fazer inferência sobre o sentido dessa agenda no

quadro institucional do contexto em que a cobertura é realizada. É neste processo de contextualização que se enquadram as entrevistas, como um método qualitativo que complementa e ajuda a explicar os resultados da análise de conteúdo.

Em resposta aos dois níveis de objectivos, o presente capítulo desdobra-se em duas secções. A primeira define o processo da análise do conteúdo, a sua relevância nos estudos dos media e jornalismo, a sua relação com as pesquisas sobre a agenda e o *framing*, o corpus da pesquisa, as principais variáveis de análise e as respectivas categorias adoptadas. A segunda parte apresenta o processo da realização das entrevistas, ilustrando a sua importância para a análise da cobertura sobre a corrupção nos jornais *Domingo* e *Savana*, o processo de selecção dos entrevistados e as principais questões aplicadas. Para ambas partes, o capítulo oferece os procedimentos aplicados para a análise e interpretação dos resultados.

## **6.1 Análise de conteúdo**

### **6.1.1 Aplicação nos estudos dos media e jornalismo**

A análise de conteúdo é uma das técnicas predominantes aplicadas aos estudos dos *mass media*, e como refere Krippendorff (1989), potencialmente, uma das mais relevantes técnicas de pesquisa das ciências sociais, mesmo tendo muito sido aplicada em trabalhos anteriores sobre os media.

O desenvolvimento da análise de conteúdo, sobretudo nos anos 1970, marca-se pela sua aplicação em diversas perspectivas de investigação, mais especificamente nos estudos sobre a agenda dos enquadramentos dos media nas questões públicas, assim como das questões da parcialidade, conhecidas como *news bias studies* que buscam avaliar a objectividade da cobertura noticiosa em campanhas eleitorais ou outros assuntos controversos, tendo como base a ideia de que os padrões de cobertura jornalística têm sido inadequadamente aplicados, gerando formas prejudiciais de cobertura dos actos dos candidatos (McCombs, 2009; Hackett, 1999).

Contanto, há que considerar uma certa relatividade da predominância da análise de conteúdo, sobretudo nos anos que se seguem à década de 1970, em que a investigação em

torno dos media e do jornalismo tendia a ganhar um maior corpo nas universidades. Como assinala Traquina (2000), o monopólio da análise de conteúdo nos estudos dos media noticiosos perde-se depois da década 1960, sobretudo com a introdução de novas perspectivas sociológicas e antropológicas nas investigações sobre os media que passam a considerar o uso de novos métodos de investigação, como os questionários, entrevistas e a observação participante.

Pode-se assumir que a introdução de novas perspectivas metodológicas que consideram as notícias como um processo de construção, exigindo-se que os seus estudos possam ir além da observância das questões de parcialidade, foram determinantes para que a análise de conteúdo deixasse de ser um método predominante. Hackett (1999) chamou a esta necessidade de integração de múltiplas visões dos estudos sobre as notícias de “*orientação estruturada*”, considerando que uma boa forma de compreender e explicar a actividade dos media deveria passar pelo estudo dos critérios de noticiabilidade, das tecnologias usadas para a produção, a logística de produção jornalística, dos retraimentos orçamentais de que os meios de comunicação são sujeitos, as inibições legais, da disponibilidade da informação nas fontes, a necessidade de vender as notícias, as formas em que os acontecimentos narrados se apresentam.

Esta abordagem etnoconstrucionista de Hackett (1999) do estudo das notícias vem como uma sistematização da uma multiplicidade de investigações e da diversidade da aplicação das metodologias em resposta às principais problemáticas de investigação que se impõem na década 1970 que, para além da análise do conteúdo, buscam fazer investigações sobre os ambientes de produção e as instituições; as relações entre os jornalistas e as fontes de informação; os constrangimentos organizacionais, económicos sobre o trabalho dos jornalistas; o estudo das notícias como ideologia e as problemáticas da linguagem; os jornalistas como uma comunidade profissional e interpretativa; os estudos das audiências e outros (Traquina, 2000; Hansen et. al. 1998).

## **6.2A análise de conteúdo e o *agenda-setting*: A delimitação da análise da cobertura sobre a corrupção no *Domingo e Savana***

Como foi discutido no capítulo anterior, a ideia principal da *agenda-setting*, uma das abordagens teóricas principais para a aplicação no estudo de caso desenvolvido, é de que o nível de saliência dado na agenda dos media pode influenciar a importância desses assuntos na agenda pública, destacando a existência de diversos níveis em que o processo de agendamento ocorre (McCombs, 1997). Olhando para os seus diversos níveis de investigação, a análise de conteúdo deve ser vista como uma das metodologias mais adequada para o estudo dos dois primeiros níveis considerados na teoria do *agenda-setting*, seja a agenda, definida como o nível de saliência ou relevância dada a determinados objectos; seja a nível dos enquadramentos que corresponde ao nível dos atributos ou qualificações conferidos aos objectos.

Um dos primeiros aspectos para compreender esta relação deve ter como base o facto de os objectos e os enquadramentos serem representações da realidade manifestas a partir do discurso noticioso que, ao constituírem-se como objectos de estudo, requerem a aplicação da análise de conteúdo.

Nas investigações que tiveram por de base da conclusão do efeito do agendamento dos media, mesmo tendo considerado a aplicação dos inquéritos para a testagem do nível da correlação entre a agenda política, dos media e a agenda pública, o uso da análise de conteúdo se mostrou determinante para o estabelecimento do nível de relevância dado à agenda política sobre os media. Se por um lado, o estudo da agenda pública implica o uso de inquéritos ou entrevistas para compreender as prioridades públicas em relação a determinados assuntos; por seu turno, o estudo da agenda dos media implicará a aplicação da análise do conteúdo para avaliar o nível de destaque que os media dão a esses assuntos (Palmgreen e Clarke, 1977).

Ao adoptar a análise de conteúdo como método principal, a investigação sobre a cobertura do jornal *Domingo e Savana*, na questão da corrupção, centra o seu objecto do estudo no nível mais específico do processo do agendamento, olhando para o nível de destaque e importância dada pelos dois jornais na problemática da corrupção. Isto é, o estudo, mesmo que considere alguns elementos da agenda pública sobre a corrupção, não



visa estabelecer uma relação de correlação entre os dois tipos de agendas, mas sim recolher alguns elementos da agenda pública sobre a corrupção, como os julgamentos de casos de corrupção assim como o tipo de acções implementadas a nível das políticas governamentais para o combate ao problema, como elementos explicativos da predominância de casos de corrupção nos jornais em determinados momentos.

Uma análise da correlação entre a agenda pública e dos media deveria partir de um processo sistematizado de entrevista das prioridades do que o pública considera como sendo relevante nas abordagens sobre a corrupção em relação à outras temáticas para, mais tarde, essas prioridades serem comparada aos níveis de cobertura em relação aos dois jornais. A circunscrição do estudo no sob nível da agenda constitui uma contribuição empírica relevante uma vez que, ao longo do tempo, através da priorização temática e os destaques dados à questão da corrupção os media poderem conferir uma influência significativa na agenda pública, despertando uma maior atenção do público sobre a questão (McCombs, 2009).

Isto é, mesmo não aplicando uma análise ao âmbito da agenda pública, o estudo da agenda dos jornais sobre a corrupção confere um objecto delimitado num âmbito teórico específico que lhe permita um melhor aprofundamento. A associação entre a agenda pública, a agenda dos media, mesmo sendo processos respeitantes ao estudo do primeiro nível de *agenda-setting*, implicaria uma mobilização de meios temporais e recursos indisponíveis e acima dos objectivos traçados para a investigação.

É por isso que a agenda sobre a corrupção nos jornais *Domingo e Savana* deve ser considerada um âmbito específico e repartido da investigação do processo de agendamento, orientado para compreender os processos de selecção e apresentação das notícias da qual se pode avaliar a responsabilidade social dos media. Conforme mostra McCombs (2009), o papel de agendamento desempenhado pelos jornalistas deve ser reconhecido como parte da responsabilidade social dos profissionais em relação ao seu público. Isto significa que o agendamento da corrupção deverá ser visto dentro de um quadro em que os jornalistas exercem a sua responsabilidade social, acreditando que o destaque desta questão deve ser feita proactivamente, como forma de expor e exigir uma maior responsabilidade dos governantes.

Embora os enquadramentos sejam influenciados por factores contextuais e pelas relações entre os jornalistas e as fontes, eles ajudam a capitalizar os diferentes mecanismos através dos quais as notícias sobre a corrupção são enfatizados e apresentadas ao público (De Vreese, 2005). De um modo geral, os estudos sobre os enquadramentos das notícias tomam a análise de conteúdo como umas das suas metodologias principais, examinando os padrões de selecção e saliências dados aos determinados assuntos, através da análise de imagens, actores e mensagens (Entman et al., 2009). É por isso que o *framing*, considerado segundo nível da teoria sobre o agendamento, é analisado sob ponto de vista de que tipo de orientações que os jornalistas conferem aos temas reportados podem conferir definições particulares ao problema da corrupção. Estes enquadramentos podem se basear nas diversas formas de avaliações e classificações dadas dos objectos e actores das notícias.

### **6.3 Definindo a análise de conteúdo**

Uma primeira compreensão sobre a análise de conteúdo parte de Berelson (1971: 18) que a definiu como uma “*técnica de pesquisa para uma descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação*”. Esta definição de Berelson oferece, logo à partida, a ideia de que a análise de conteúdo deve basear-se, expressamente, no texto escrito sem que lhe seja oferecida nenhuma interpretação fora do conteúdo que ele próprio apresenta.

As críticas à definição de Berelson (1971) se estabelecem pela limitação que apresenta sobretudo por compreender a análise, somente, ao texto escrito sem que lhe seja associado a um contexto de produção, limitando as possibilidades de análises. É por isso que numa das reformulações, Krippendorff (2004) entende a análise de conteúdo como uma técnica de investigação que permite fazer inferências válidas e replicáveis, dos dados para o seu contexto, indo além à simples descrição do conteúdo da comunicação de massas.

A expansão da definição da análise de conteúdo para além da descrição e quantificação das unidades textuais à compreensão do contexto referido por Krippendorff (2004) é muito relevante, pois ajuda a considerar, não só a mensagem textual, mas também

aos outros elementos do processo de comunicação, por exemplo, as condições físicas em que o discurso é produzido, as questões institucionais que podem ter a ver com os interesses sob os quais os conteúdos foram elaborados e culturais, que tem a ver com as funções para as quais determinados rituais servem. Daí derivar a aplicação, por exemplo das entrevistas, para captar o contexto e o ambiente institucional em que o discurso sobre a corrupção é realizado nos jornais *Domingo* e *Savana*.

É importante referir que a restrição feita por Berelson à análise de conteúdo manifesto é ligada à ideia de que a técnica deve servir para objectivos descritivos e classificatórios, preservando a sua aplicação em inferências ingénuas e selvagens; mas esta concepção acaba ignorando o facto de o discurso ser produzido dentro de um contexto e com um significado a serem explorados.

A força da concepção da análise de conteúdo baseada em Krippendorff, para os efeitos da análise da cobertura da corrupção, permite a passagem da classificação e descrição para a interpretação, enquanto um processo de atribuição de sentido e contextualização do discurso dos jornais (Vala, 1986). Isto significa que a análise de conteúdo sobre a corrupção deverá permitir realizar um conjunto de inferências considerando as condições gerais e os finais para os quais o discurso foi produzido, no quadro do contexto político e editorial em que os jornais *Domingo* e *Savana* são produzidos.

Como recomendam Hansen et. al (1998), estas análises deverão ser realizadas, tendo em conta os objectivos para os quais a pesquisa foi desenvolvida, a partir de um modelo conceptual de análise que ensaia, para além das teorias de agenda setting e da produção de notícias, as questões do contexto político que demarcam o tipo de democracia vigente em Moçambique e as percepções sobre o nível e as causas da corrupção em Moçambique.

## **6.4 Fases e procedimentos da análise de conteúdo**

A aplicação da análise de conteúdo para o estudo da cobertura da corrupção implicou a sistematização de diversas fases e procedimentos oferecidos por autores como Krippendorff (2004), Hansen et. al (1998), e Vala (1986). Assim, o processo de investigação obedeceu s seguintes fases:

- a) O *design* da pesquisa;
- b) A definição dos meios a analisar e o *corpus*
- c) Definição de unidades de análise
- d) Definição das categorias analíticas
- e) A produção do guia de codificação
- f) O Processo de codificação/recolha de dados
- g) Análises: quantificação/inferências

### 6.4.1 Design da pesquisa

Esta fase corresponde ao processo de definição do problema da pesquisa, dos objectivos, das hipóteses de pesquisa e de um quadro de referência teórica sob o qual a pesquisa foi orientada. Krippendorff (2004) entende o *design* como uma fase de contextualização sob a qual o analista explicita o que pretende saber, de exploração da fonte de dados que poderão ser validados e de adopção de um constructo analítico que sistematiza o conhecimento existente sobre a relação entre os dados e o contexto que irão justificar as inferências.

Dois motivos definem a importância da agenda dos jornais *Domingo* e *Savana* na questão da corrupção. O primeiro pelo facto de a corrupção ser um problema crucial das democracias, sendo agravada nas democracias emergentes, como Moçambique; tendo impacto directo na qualidade da oferta dos serviços públicos, para além de ir contra os valores que fundam a democracia: uma governação transparente e responsiva aos interesses dos cidadãos. Por outro lado, o facto de a corrupção política constituir-se como um valor notícia fundamental, por se definir como um desvio da norma do funcionamento das instituições; mas também por ser sob ele que se pode avaliar a qualidade da intervenção da imprensa e o seu nível de responsabilidade social.

Mais do que fazer uma descrição sobre como os jornais *Domingo* e *Savana* cobrem a questão da corrupção, a pesquisa desafiou-se, desde o início, na busca de contribuições que ajudem a compreender, não somente os níveis de responsabilidade dos media, considerando a maneira como eles “agendam” a temática da corrupção política; mas também ajudar a compreender o contexto em que os media exercem as suas actividades, em Moçambique. É por isso que um dos enfoques fundamentais da proposta do projecto

sob a qual a investigação foi feita no sentido de verificar a maneira como o campo político se configura em Moçambique, e como é que esta configuração se reflecte na actividade dos media, sob ponto de vista da sua autonomia e liberdade, dando-lhes uma maior capacidade de agendar a corrupção.

Para além das questões da agenda, a problemática da pesquisa fundamenta-se ainda na ideia de que a interpretação da responsabilidade social só pode ser válida à medida que se possam ilustrar os níveis de qualidade da aplicação dos procedimentos profissionais de cobertura das questões de corrupção, sobretudo por a corrupção constituir, para além de um valor-notícia apetecível, mas também numa matéria que pode implicar com a imagem e honra dos actores representados o que, se não feito de forma responsável, pode colocar o papel dos jornais em risco de descrédito.

É neste quadro que foi colocada a seguinte pergunta de partida: Até que ponto o agendamento da corrupção nos jornais Domingo e Savana, assim como os padrões de enquadramento e do profissionalismo aplicados na sua cobertura constituem dimensões fundamentais para compreender a sua responsabilidade social no contexto democrático em Moçambique?

Para a operacionalização da pesquisa, a nível da análise de conteúdo e entrevistas, foram definidas as seguintes hipóteses:

- H1 – Os contextos editoriais dos jornais Domingo e Savana influenciam o sentido do agendamento da problemática da corrupção, havendo uma maior probabilidade do jornal Savana agendar a corrupção no quadro da sua responsabilidade de monitorar a acção dos governantes do que o jornal Domingo;
- H2 – No jornal Savana existirá uma maior predominância de enquadramentos personalísticos e negativos que compreendem a corrupção como uma acção dos que estão nas posições de liderança; por seu turno, o jornal Domingo haverá uma maior predominância de enquadramentos temáticos que concebem a corrupção como uma problemática geral da sociedade;
- H 3 - O contexto político marcado pelo domínio da Frelimo, os baixos níveis de profissionalismo, as condições organizacionais e as relações de maior proximidade

entre os jornalistas e as fontes de informação influenciam na baixa capacidade de agendamento da corrupção nos jornais Savana e Domingo, enquanto uma problemática fundamental da sua responsabilidade em Moçambique

## 6.4.2 Os meios a analisar

### Os jornais analisados: *Domingo* e *Savana*

De uma forma mais explicativa, as questões da política editorial dos dois jornais em estudo, *Domingo* e *Savana*, são apresentados e discutidos num capítulo específico. Neste ponto, são apresentados alguns elementos resumidos, assim como sobre a composição gráfica e de organização dos conteúdos editoriais nos dois jornais.

#### • O Jornal *Domingo*

O jornal *Domingo* constitui um ponto de referência dos jornais criados no contexto do partido único e que transitam para o contexto multipartidário, revelando-se, a nível dos seus conteúdos, próximo ao partido no poder, a Frelimo. Esta relação pode ser considerada histórica, olhando para o contexto monopartidário da criação do jornal, em 1981, que para além de responder às necessidades de informar o povo, cumpriu uma missão importante na ideologia revolucionária do partido, conforme expõe o seu primeiro editorial, “(...) *a outra parte é toda uma história de luta de profissionais do jornalismo em Moçambique por uma informação digna, honesta e com as cores vivas da nossa Revolução*” (DOMINGO, 1981:1).

A ligação do jornal *Domingo* com o partido Frelimo não só é manifesta na sua génese no contexto político monopartidário, mas também no alinhamento dos seus conteúdos. A título de exemplo são as marcas discursivas que se podem encontrar no discurso favorável sobre as campanhas eleitorais do partido Frelimo e dos seus candidatos (CEC & IREX, 2013; MISA-MOÇAMBIQUE & SNJ, 2008; MISA-MOÇAMBIQUE & SNJ, 2010).

Sob ponto de vista de estrutura de propriedade, o Jornal *Domingo* faz parte de uma Sociedade de Comunicação Social, *Notícias*, com características mistas, cujas acções são detidas por quatro entidades privadas, na minoria, e na maioria por entidades públicas, das quais destaca-se o Banco de Moçambique, a empresa Petróleos de Moçambique (PETROMOC) e a Empresa Moçambicana de Seguros (EMOSE).

O jornal *Domingo*, a exemplo dos outros meios públicos, encontram a sua sustentabilidade nos apoios directos prestados pelo estado ou através das empresas accionistas. Estes apoios podem acontecer sobre forma de financiamento directo; assim como as facilidades dadas para o acesso aos anúncios e à sua assinatura pelas diversas entidades públicas e empresariais. Como consequência, os conteúdos destes meios de comunicação social acabam sendo objecto de controlo editorial pelas estruturas do governo, baseando-se na retórica do “jornalismo para o desenvolvimento”, muitas vezes percebidos como agentes de imagem dos governantes, centrando a sua actividade na promoção de reportagens positivas sobre a governação do Partido Frelimo.

O Jornal *Domingo* é o único jornal dominical, com uma tiragem declarada nos registos do GABINFO de 7.000 (Sete mil) exemplares<sup>40</sup>, com a distribuição nacional. Sob ponto de vista gráfico e editorial, o jornal *Domingo* é do formato tabloide, com 32 páginas, as quais são redistribuídas nas seguintes secções editoriais: Nacional; Economia; Política; Internacional; Sociedade; Cultura, Desporto, Opinião.

Uma análise de edições diferentes editadas em 2015 mostra que cada uma das secções indicadas ocupa entre duas a três páginas, dependendo do tamanho dos conteúdos oferecidos. Geralmente, a primeira página do jornal é reservada aos destaques gerais, sendo que a temática principal é desenvolvida nas primeiras páginas interiores. Para além destas secções, as 32 páginas do jornal, entre quatro a seis (em média) são dedicadas à publicidade, anúncios, classificados e necrologia.

Sob ponto de vista de géneros noticiosos dominantes, o jornal é caracterizado por artigos longos, de género reportagem, análises, entrevistas e opiniões. Geralmente, cada secção editorial do jornal é composta por cerca de quatro a seis artigos, dependendo do espaço que cada um dos artigos ocupa. As notícias breves ocorrem numa única coluna que não excede, habitualmente, a mais de 8 artigos de género noticioso. Habitualmente, nas edições do jornal para além de duas páginas dedicadas para *desenhos (cartoons)* de bandas desenhadas para a educação infantil, o jornal *Domingo* oferece uma página de editorial. A última página do jornal *Domingo* publica (e edita) uma secção designada “Bula Bula”,

---

<sup>40</sup> É importante relembrar que todos os jornais, em Moçambique, são de carácter nacional, mas devido à concentração de leitores na cidade de Maputo, a capital, grande parte da sua tiragem é consumida na capital. Os exemplares distribuídos, fora de Maputo, são feitos nas principais cidades do País, não havendo casos de jornais distribuídos ou vendidos em distritos ou zonas rurais.

discutindo aspectos de conversas informais, no estilo de crónicas, com objectivo de fazer crítica social e política sobre diversos acontecimentos da semana.

### • O Jornal *Savana*

O Jornal *Savana* apresenta-se como um referencial dos meios criados no período democrático, sendo editado desde 1994. No quadro da sua orientação editorial, o *Savana* tem pautado por um jornalismo crítico que busca fazer uma interpelação às posições oficiais e funcionando, em algumas vezes, como contra peso das informações prestadas pelos jornais próximos do poder político, a exemplo do *Domingo*.

Esta orientação editorial que molda o jornal *Savana* mostra-se contínua e vai-se mantendo ao longo dos 20 anos da sua existência. Como postula na sua linha editorial, o *Savana* pauta pela interpretação de acontecimentos, independência e atitude crítica em relação aos poderes constituídos, institucionais ou particulares, e com um jornalismo investigativo baseado em critérios de rigor, criatividade, qualidade, informação e opinião diversificada (SAVANA, 1994: 9).

O jornal *Savana* é pertencente a um grupo com capitais totalmente privados, a Mediacoop, que, desde a sua constituição, é detida por jornalistas. O jornal *Savana* é, desde o princípio, um produto que se oferece no mercado com uma orientação comercial que deve garantir a sua própria sustentabilidade. Alias, a oferta de outro tipo de conteúdos, diferente dos que já eram editados por jornais tidos como alinhados, constituiria, para o jornal *Savana*, mais do que uma missão, mas também uma estratégia de diferenciação de um produto que deve ser oferecido num mercado aberto à concorrência.

No âmbito do grupo empresarial que o *Savana* faz parte que, mesmo possuindo o jornal diário *mediafax* distribuído electronicamente em formato A4 e com uma Rádio com uma cobertura para a capital do País; o *Savana* constitui uma das suas principais marcas, sendo o meio que maior destaque tem, a nível do reconhecimento público e em relação aos outros grupos e meios de comunicação social.

O jornal *Savana* é editado todas as sextas-feiras e define-se como um jornal de âmbito nacional. Embora a sua direcção indique que o jornal possui uma tiragem de 15.000 (quinze mil) exemplares, os dados oficiais indicados pelo Gabinete de Informação, ainda



referem que o jornal *Savana* possui uma tiragem de 10.000 (dez mil) exemplares. A questão das tiragens e a circulação dos jornais constitui um dos problemas, uma vez não existirem institutos independentes de auditorias de tiragem e de audiências dos jornais. Em muitas ocasiões, os jornais declaram por si próprios tiragens ou, para os casos dos meios de radiodifusão, encomendam os seus próprios estudos de audiência, como mecanismos de venda dos seus espaços para as empresas anunciantes.

Para além das vendas (distribuição), a publicidade constitui uma das principais fontes de receitas do jornal *Savana*. Uma média global das edições analisadas de 2015, mostra que o número de páginas de publicidade varia entre oito a dez de um total de 28 páginas edita. Em certas edições o Jornal *Savana* edita suplementos com conteúdos de temáticas especializadas para entidades públicas e organizações sem fins lucrativos, em actividades que são pagas.

O jornal edita, semanalmente, um suplemento designado “*Savana* Eventos”. Esta é uma das estratégias aplicadas pelas empresas de comunicação social privadas, para a sua sustentabilidade que acaba se ligando ou funcionando como uma extensão dos suplementos. Estas páginas do *Savana* evento representam “falsos eventos” promovidos por empresas e outras entidades que, claramente, revelam um baixo valor noticioso que, por serem emitidas por entidades de elevado valor social ou anunciantes, o jornal acaba criando uma secção para a sua publicação, numa clara distinção entre aquilo que é da responsabilidade pública do jornal, enquanto meio informativo e aquilo que é produzido para fins comerciais, mesmo sem ganhos directos sob ponto de vista de facturação.

Sob ponto de vista de estrutura e formato, o jornal *Savana* é um tabloide, com 28 páginas da edição normal (excluindo os seus suplementos). A sua página principal, a primeira é dedicada a manchetes, isto é, à apresentação dos principais destaques que corporizam as reportagens mais relevantes da semana. Para os conteúdos do género jornalístico, as suas secções subdividem-se em 4 páginas que partem da 2,3,4 e 5 para a secção designada “tema da semana” que, geralmente, é uma reportagem de fundo e analítica, com diversos subtítulos que retrata um assunto resultado de investigação, denúncia ou uma grande entrevista com um actor relevante sobre uma temática de actualidade. Geralmente, entre a página 2 ou 3, o *Savana* possui uma publicidade.

A secção da “Sociedade” é composta, geralmente, por uma média de 2 a 3 páginas que seguem logo às páginas do “Tema da Semana”. As páginas centrais são dedicadas à

uma temática de investigação geral ou uma análise em profundidade sobre uma temática específica, sem que tal se revele numa tendência de um jornalismo crítico; por outras vezes, as mesmas páginas são preenchidas por uma entrevista. No que diz respeito aos géneros noticiosos, o *Savana* possui uma secção de “Cultura” que preenche, geralmente, um espaço de 1 a 2 páginas e uma secção de desporto que preenche, igualmente, o mesmo número de páginas.

No que diz respeito à opinião, o *Savana* tem, semanalmente, um editorial que ocupa não superior a meia página. Possui um conjunto de três páginas de artigos de opinião de colunistas com uma base de publicação regular nos mesmos espaços. Para além destas páginas, o *Savana* edita dois espaços chamados “No informal” e “Diz-se...Diz-se”, o primeiro com uma espécie de *fait divers* de crónicas literárias inspiradas numa amostra fotográfica de acontecimentos da semana; por seu turno, o segundo espaço corresponde a um conjunto de ocorrências não confirmadas ou críticas políticas feitas indirectamente, em linguagem metafórica, ilustrando factos pouco confirmados e que não merecem um tratamento sério ou aprofundado no jornal. Para além destas secções, o jornal *Savana* edita duas páginas de *cartoons* com conteúdos críticos sobre as medidas de governação ou mesmo sobre problemáticas de corrupção, cujos actores principais são membros da elite política.

### **6.4.3 O corpus**

O *corpus* corresponde a todo o material que foi objecto de análise pelo pesquisador (Vala, 1986). Numa visão mais abrangente, Krippendorff (2004) entende que a definição do *corpus* deve ser vista como um processo estatístico sob o qual se extrai a amostra representativa de dados dentro de uma população. A definição da amostra garante uma maior possibilidade de representação das unidades dos materiais analisados, dentro de um grupo maior, dando a maior possibilidade de captar a diversidade de características existentes.

O corpus desta pesquisa é constituído por todos os jornais *Domingo* e *Savana*, desde 01 de Janeiro de 2008 a 31 de Dezembro de 2015. Este período é definido pelo facto de constituir o momento em que despoletam dois dos maiores casos de corrupção política julgados, em Moçambique, um dos quais envolvendo o Ministro dos Transportes e

Comunicações, funcionários seniores do ministério e dos Aeroportos de Moçambique, uma das empresas públicas tuteladas ao ministério e o outro envolvendo o então Ministro do Interior.

O *corpus* deve ser compreendido como sendo constituído por toda a população, não tendo sido feito nenhum cálculo de amostra para a definição das unidades de análise. Esta opção de análise de toda a população dos jornais fundamenta-se pelo facto de os jornais moçambicanos não estarem ainda numa base digital, dificultando a localização dos artigos com a matéria em análise dentro do período. Assim, os artigos sobre a corrupção foram encontrados a partir da busca em todas as edições produzidas, ao longo do período, tendo como critério de selecção a presença dos assuntos em análise nas referidas edições.

No total foram 768 edições dos jornais *Savana* e *Domingo* publicados. A população dos jornais, considerada a partir do número total de edições analisadas, foi calculada, considerando que em média cada jornal semanário publica 48 edições por ano (12 meses vezes 4 edições mensais), sendo que no período de 8 anos analisados, cada jornal possui cerca de 384 edições. Conforme a tabela abaixo, foram recolhidos e analisados 176 artigos do género noticioso sobre a corrupção nos dois jornais, de acordo com cada um dos anos analisados.

Tabela 11. Distribuição do corpus por jornais e anos de análise

		Nome da Publicação		Total
		<i>Domingo</i>	<i>Savana</i>	
<b>Data de edição da peça</b>	2008	4	18	22
	2009	15	20	35
	2010	11	13	24
	2011	19	13	32
	2012	6	13	19
	2013	5	10	15
	2014	6	9	15
	2015	2	12	14
<b>Total</b>		68	108	176

Fonte: Elaboração do autor

#### 6.4.4 Definição de unidades de análise

Segundo Vala (1986) a análise de conteúdo pressupõe a definição de três tipos de unidades: a unidade de registo, a unidade de contexto e a unidade de enumeração. As (i) unidades de registo são definidas a partir dos objectivos e da problemática teórica em referência que permitem que um determinado conteúdo analisado seja colocado numa dada categoria; a (ii) unidade de contexto confere ao seguimento mais largo de conteúdo que o analista examina quando classifica uma unidade de registo; a (iii) unidade de enumeração corresponde a unidade a partir da qual se faz a enumeração das categorias do discurso analisado.

Para o caso de estudos dos media e jornalismo a unidade de análise pode ser tida, unicamente, no que se considera de unidade de registo, sendo definida como *a palavra, a frase, o parágrafo, o artigo, o programa noticioso, o item noticioso, um programa* sob a qual a análise de conteúdo será realizada (Hansen et. al. 1998).

Assim, para efeitos da presente pesquisa, as unidades de análise foram constituídas por todos os artigos, somente do género noticioso relacionados com os casos de corrupção publicados neste período. As unidades de análise foram identificadas a partir dos títulos (ante, pós e principal) e subtítulos, aberturas e *leads* que fazem alusão aos casos de corrupção política, as medidas ou estratégias de denúncia ou combate à corrupção política.

A confinação da análise somente nos géneros noticiosos justifica-se pelo facto de este género discursivo representar o produto principal da actividade dos jornalistas, focalizado à produção da informação. As notícias ganham a sua importância com o surgimento do paradigma do jornalismo informativo que se fundamentou na superação do papel político. Foi com o jornalismo informativo que surge, nos meados do século XIX, a ideia de separação entre os “factos” e opiniões, valorizando a “objectividade” como valor principal da profissão do jornalismo (Traquina, 2007). Mesmo com o jornalismo interpretativo, depois da segunda Guerra Mundial, o papel informativo e a classificação das reportagens de análise nos géneros opinativos não deixou de ganhar a sua relevância.

Assim, a análise das notícias pode configurar-se mais determinante para a compreensão da responsabilidade social e do sentido atribuído pelos jornalistas, tanto no

*Domingo* e no *Savana* sobre a corrupção, se lhe forem comparadas aos géneros opinativos que, embora sejam publicados no jornal e representam formas de enquadramentos do discurso sobre a corrupção, são resultantes e de autoria de outros actores que não sejam profissionais de comunicação social.

#### **6.4.5 Definição das categorias analíticas**

Esta é a fase na qual se estabeleceu as categorias a partir das quais se permitiu classificar as unidades de análise sobre a corrupção. A análise de conteúdo só foi possível a partir da definição das dimensões do discurso, a partir das quais foram construídas variáveis e categorias de análise para operações de quantificação das notícias sobre a corrupção (Hansen et. al. 1998). As categorias permitiram aos analistas constituírem códigos a partir dos quais foi feita a classificação das diversas ocorrências textuais que constituem as principais variáveis construídas a partir da teoria de agendamento e do *newsmaking*. Estas categorias indicam os termos centrais que dão significado do que se pretende apreender.

De acordo com Vala (1986), as categorias podem ser construídas *à priori* ou *a posteriori*. As categorias são construídas *à priori* quando o seu processo de construção parte do quadro teórico do analista e seu plano de hipóteses que identificam as questões centrais a serem detectadas a sua presença ou ausência no *corpus*. As categorias são definidas *a posteriori* quando o investigador, mesmo orientando-se do quadro teórico e das hipóteses, parte para um processo exploratório de análise de conteúdo a partir do qual estabelece um plano de categorias que lhe parecem mais frequentes sob as quais irá seguir um processo mais sistematizado de classificação e análise. Na análise realizada, grande parte das categorias de análise foram definidas *à priori*, havendo um número reduzido de categorias definidas *a posteriori*.

Um dos elementos usados para a presente pesquisa partiu da definição das principais dimensões de investigação, discutidas na teoria, buscando-lhes atribuir variáveis operacionais, das quais resultaram as principais categorias. Mas antes disso, foi importante uma revisão das principais categorias aplicadas em outros estudos de análise de conteúdo,

sobretudo sobre o agendamento e similares sobre a corrupção, que pudessem ser aplicadas à investigação.

Assim, como primeiro passo, considerou-se que, para além dos aspectos da agenda dos media que têm a ver com a frequência do espaço e o destaque dado à temática da corrupção nos dois jornais, os enquadramentos tornam-se uma das categorias importantes analisadas. Neste sentido, o enquadramento nasce como o processo importante para compreender como a corrupção é retratada em cada um dos jornais.

Como nos oferece Kitzinger (2007), a análise dos enquadramentos pode ser feita olhando para diversas perspetivas, das quais pode-se destacar o interesse em perceber as estruturas narrativas usadas para a reportagem ou formas específicas ou géneros de reportagem. Dependendo das temáticas ou interesses da investigação, a análise dos enquadramentos irá se orientar em perceber padrões específicos de orientação do discurso inspirado dentro de um quadro temático de abordagem. Por exemplo, pode-se verificar se as histórias destacam o interesse humano ou conflito; ou se as histórias têm uma orientação temática ou episódica. Contudo, existem padrões gerais de análise dos enquadramentos que podem variar de estudo para estudo.

Destes padrões de análise, Kitzinger (2007) vai destacar os seguintes, como fundamentais para a análise:

#### 7. Imagens usadas

- O tipo de linguagem usada
- Apresentações e definições usadas
- Explicações oferecidas
- A atribuição de responsabilidade
- As soluções propostas
- Estruturas narrativas
- Contextualizações e relações
- As associações históricas invocadas
- Similaridades e metáforas
- Apelos emocionais
- Quem é envolvido nos comentários
- Como os diferentes oradores são introduzidos

- Como é que diferentes personagens, grupos, movimentos sociais ou entidades são descritos

Por seu turno, Hansen et. al. (1998) oferecem um conjunto de categorias habitualmente usadas na análise de conteúdo do agendamento de questões específicas, das quais foi possível inspirar e construir o guião de codificação para a presente pesquisa. Dos vários elementos que estes autores indicam que se baseiam na vasta literatura do *newsmaking*, destacam os seguintes aspectos, como sendo relevantes na construção das categorias de análise de conteúdo:

- 1) *Os temas e assuntos reportados* – um dos grandes interesses é fazer a classificação em subcategorias da cobertura jornalísticas no âmbito da temática de investigação, classificando os tópicos conforme a tipologia das subclasses do fenómeno oferecido pela literatura. Para o caso do presente estudo, é feita uma categoria onde se demonstram as diversas formas de corrupção, sob ponto de vista legal e sociológico.
- 2) *O vocabulário ou escolhas lexicais* – Na análise do texto noticioso, pode haver um interesse em compreender o vocabulário ou léxico utilizado, buscando verificar a ocorrência de palavras específicas. Este tipo de análise tem sido muito aplicado em associação com a análise do discurso.
- 3) *Valores-dimensões ou posição* – esta categoria associa-se muito aos enquadramentos, sobretudo no interesse das investigações em compreender o tipo de julgamentos, objectividade ou perspectiva informativa ou não de dada cobertura. Pode-se, inclusivamente, enquadrar nesta categoria a orientação da cobertura, em positiva, negativa ou neutral.

É considerando todos estes aspectos, conjugando ao quadro teórico apresentado para parte i) da tese que se procedeu a construção do guião de codificação. Para a presente pesquisa partiu-se destas considerações gerais, ilustradas pelas recomendações feitas em diversos estudos de análise de conteúdo. Assim, para questões operacionais, foram, em primeiro lugar, definidas as dimensões teóricas da análise de conteúdo, baseadas nas principais orientações debatidas no capítulo ligado ao jornalismo e à cobertura sobre a corrupção: uma perspectiva sobre o agendamento. Estas dimensões oferecem os três níveis

da investigação compreendidas e que buscam responder aos objectivos traçados, sobretudo a nível da análise de conteúdo.

A operacionalização destas dimensões implicou a identificação de variáveis teóricas sobre as quais se pudesse identificar categorias específicas do discurso a ser analisada. A tabela abaixo apresenta, resumidamente as dimensões das variáveis indicadas para a sua operacionalização, conforme a revisão de literatura fundamental sobre o enquadramento e a cobertura da corrupção.

<b>Dimensões teóricas</b>	<b>Variáveis de análise de conteúdo</b>
<b><u>Agendamento</u></b> – apresentam o nível de cobertura que é dado sobre a corrupção, tendo em conta a quantidade, espaço e tipo de casos reportados.	Número total dos artigos
	Espaço ocupado
	Tipos de ilícitos de corrupção reportados
	Dimensão dos casos de corrupção reportados
	Nome do caso reportado
<b><u>Enquadramento</u></b> – busca oferecer as principais categorias do tipo de representações discursivas sob as quais se formulam interpretações sobre o sentido, a gravidade e a dimensão da corrupção na sociedade.	Estilo da peça
	Géneros jornalísticos
	Enquadramento da cobertura
	Associação do caso à instituições
	A tipologia dos actores envolvidos nos casos de corrupção
	Tom da Peça
<b><u>Profissionalismo</u></b> – os padrões profissionais relevantes para compreender o nível de credibilidade e qualidade da informação produzida nos jornais, tendo em conta os procedimentos mais aceitáveis para o tratamento dos conteúdos noticiosos, baseados nas teorias de produção noticiosa , assim como de alguns padrões exigidos para a cobertura aplicável aos casos de corrupção	Apresentação das provas auxiliares dos acontecimentos
	Estatuto das fontes de informação
	Nível de Identificação das Fontes de Informação
	Apresentação das possibilidades conflituais



Para além destas variáveis, existem os que podem ser considerados de registo e de contextualização dos artigos, dos quais destacam-se: i) o nome de publicação (*Savana e Domingo*); ano da edição da peça (2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015); data de recolha da peça, indicando o dia em que a peça foi recolhida. Estes indicadores são considerados de registo ou contextualização porque permitem realizar a interpretação e a contextualização institucional e temporal, dos dados que resultam da classificação feita do conteúdo, a nível das outras dimensões e indicadores da pesquisa.

São também classificadas variáveis de registo, os títulos Título da Peça, Entrada da Peça, Antetítulo da Peça, Subtítulo da Peça, pois permitem ao investigador retirar elementos qualitativos de ilustração para as categorias para as quais os artigos foram classificados.

Algumas variáveis implicam a existência de várias categorias de respostas, sob as quais deverá se classificar um determinado artigo. Outras variáveis são de âmbito aberto, garantindo a transcrição da passagem do artigo para a qual é indicada. Assim, com base na revisão bibliográfica apresentada nos capítulos anteriores e outra ao longo da análise e interpretação dos dados, foram sistematizadas as categorias principais dos indicadores, conforme o manual de codificação abaixo apresentado.

#### **6.4.6 Guia de codificação**

O guia de codificação oferece todos os procedimentos necessários para a realização da análise de conteúdo, definindo o tipo de variáveis, a sua ordem, categorias e critérios a serem aplicados para a codificação.

1. **Numeração do *corpus*** – esta é uma variável aberta que mostra a sequência da unidade analisada na base de dados estatísticos, produzida a partir do SPSS (Statistical Package for the Social Sciences). A cada peça analisada corresponde um número sequencial que inicia de 1 até 176;
2. **Nome da publicação** – esta variável é fechada e identificando o nome da publicação a que corresponde a unidade de análise codificada, tendo em conta as categorias definidas pelos nomes dos dois jornais:

1) *Domingo*

2) *Savana*;

3. **Data de edição** – esta variável é aberta e indica a data em que a unidade de análise foi publicada no jornal entre 2008 a 2015, identificando o dia e o mês em que a publicação da peça ocorreu em cada um dos jornais.

4. **Data da análise da peça** - esta variável é aberta e indica a data em que a unidade de análise foi recolhida e analisada, o processo de codificação permite indicar o dia, mês e ano da publicação.

5. **Géneros jornalísticos** – Esta variável é fechada e identifica os géneros jornalísticas predominantes. Embora se tenham analisados os géneros noticiosos, estes têm as suas categorias de classificação, indicando a tendência da orientação temática discursiva predominante. Assim, esta variável é composta pelas seguintes categorias de variáveis cujas definições são oferecidas por Sousa (2001) e Gradim (2000):

1) *Breve* – equivale a um relato curto, entre um a dois parágrafo, relatando os factos de forma densa, focalizando-se a acontecimentos sem a sua contextualização, respondendo a três questões do lead, o quê, quando e onde;

2) *Notícia* – relata o acontecimento no estilo factual de forma simples, concisa e directa, mesmo secundarizando as descrições, busca oferecer os outros elementos do *lead*, o *porque e como*;

3) *Reportagem* – reflecte à resposta de todas as questões do lead, oferecendo descrições e a presença do repórter nos locais dos eventos, formuladas numa narrativa mais longa e criativa;

4) *Trabalhos de fundo* – esta tem as características da reportagem, mas aprofunda e explora diversas perspectivas analíticas em torno do assunto reportado, por vezes, introduzindo um maior nível de interpretação do repórter sobre os factos narrados;

5) *Entrevista* – este é o género textual que se caracteriza por uma conversa traduzida num estilo de pergunta e resposta na sua composição textual publicada pelo jornal.

**6. Tamanho da peça** – esta variável é fechada e identifica a relevância dada à temática no jornal em termos de espaço ocupado. Em vez de fazer medições, uma vez os dois jornais possuem padrões idênticos, foram estabelecidas algumas categorias que permitem a classificação das peças consoante o tamanho que ocupam:

1)  $\frac{1}{4}$  (*um quarto*) da página;

2)  $\frac{1}{2}$  (*meia*) página;

3)  $+\frac{1}{2}$  (*mais de meia*) página;

4) 1 (*uma*) página; + (*mais*) de uma página do jornal;

**7. Título da peça** – Esta variável é aberta e apresenta o título principal que identifica de forma geral a peça no jornal, incluindo o seu antetítulo e pós título. A variável é transcrita na totalidade na base de dados;

**8. Entrada da peça** - Esta variável é aberta que ocorre em reportagens ou artigos de análise, indicando o lead da unidade de análise.

**9. Estilo da peça** – Esta variável é fechada e busca analisar o tipo de estratégia de redacção adoptada pelo jornalista, tendo em conta a orientação para a informação ou interpretação. Esta variável é, em estudos de análise de conteúdo, aplicada para os meios de radiodifusão e opera em substituição dos géneros noticiosos. No entanto, ela pode oferecer uma melhor perspectiva de análise quando associada à classificação dos géneros jornalísticos, considerando que nos estudo sobre os enquadramentos, as reportagens podem oferecer elementos de um discurso interpretativo, o que só pode ser medido a partir doutro tipo de variáveis que não sejam os géneros noticiosos. À cada unidade foi aplicada uma das seguintes categorias abaixo indicadas, cujas definições foram adoptadas no relatório da análise do pluralismo na radiodifusão realizada pela Entidade Reguladora de Comunicação Social em Portugal, ERC (2008):

1) *Descritivo/narrativo* – quando o jornal reporta narrando e apresentando os factos, sem análises profundas, num estilo de linguagem mais directa e factual;

2) *Interpretativo/explicativo* – quando existe uma análise e relações entre factos, buscando misturar as opiniões dos repórteres com os factos desenvolvidos.

**10. Níveis de corrupção** - Esta variável é fechada e caracteriza a dimensão do caso de corrupção, conforme a sua magnitude e o tipo de actores que representa. As discussões sobre a dimensão da corrupção e as definições das categorias abaixo apresentadas são feitas no capítulo sobre a corrupção. Na codificação desta variável, o analista procurou referências explícitas às palavras que compõem as categorias elencadas abaixo ou sinónimos próximos.

1) *Pequena corrupção* refere-se às violações das normas favorecendo amigos, podendo se manifestar em pequenos níveis de favorecimentos e nos escalões mais baixos da administração pública, sobretudo quando os funcionários recebem subornos para facilitar serviços;

2) *Grande corrupção ou agravada* refere-se aos casos de grande dimensão, envolvendo figuras proeminentes, muitas vezes, envolvendo subornos em grandes valores monetários. Em muitos casos, esta corrupção, enquanto notícias de relevo, refere-se aos actos da elite política;

3) *Indeterminável* – esta categoria refere-se a situações em que a unidade da análise não permite a classificação do conteúdo reportado ou o mesmo conteúdo poderia caber nas duas dimensões. Por exemplo, pode-se dar o caso de uma determinada entidade promover uma conferência para a discussão de actos de corrupção; a aprovação a revisão de legislação sobre a corrupção no geral, etc.

**11. Caracterização do ilícito retratado na peça** - Esta variável é fechada e caracteriza o ilícito relacionado com o caso de corrupção retratado na peça. Igual que a variável anterior, a sua fundamentação teórica encontra-se aprofundada no capítulo sobre a corrupção. A variável é composta pelas seguintes categorias:

1) *Suborno* - um incentivo para influenciar indevidamente o desempenho da função pública, quando este é destinado a ser exercido gratuitamente, isto é, um

utente do serviço público paga um valor extra para obter algo que deveria ser sem pagamento;

- 2) *Roubo* - classificado como um crime que envolve uma única vítima directa, a(s) pessoa(s) que rouba(m). Neste caso, diferentemente do suborno as vítimas não têm escolha para lidarem com eles; ao passo que na corrupção deve haver um interesse mútuo para que haja transacções;
- 3) *Extorsão* - ocorre quando quem detém o poder obriga ao interessado pelo serviço a pagar algo para que seja prestado o referido serviço, fora do interesse deste. No caso de extorsão/suborno, existe um interesse unilateral do servidor público em extrair um benefício extra pela oferta do serviço que é prestado;
- 4) *Fraude* - ocorre quando um oficial desfalca fundos do seu empregador, fazendo um uso privado dos recursos da instituição ou cobrando preços elevados, fora do previsto, para se beneficiar das diferenças;
- 5) *Clientelismo* - confere à alocação arbitrária de recursos dos quais alguém está encarregado de controlar.
- 6) *Incentivos selectivos* - podem ser tidos como um suborno, mas que envolve um único agente, para garantir que determinado oficial realize tarefas que as lideranças pretendem que ele faça para eles, em todas as ocasiões.
- 7) *Indeterminável* – esta categoria refere-se a situações em que a unidade da análise não permite a classificação do conteúdo reportado ou o mesmo conteúdo poderia caber nas duas dimensões, por exemplo, pode-se dar o caso de uma determinada entidade promover uma conferência para a discussão de actos de corrupção; a aprovação a revisão de legislação sobre a corrupção no geral, etc.

12. **Associação do caso à instituições** - Esta variável é fechada e identifica o tipo de instituições associadas ao caso de corrupção. Conforme a natureza da instituição são oferecidas diversas categorias de classificação usadas no processo de codificação. Assim, são apresentadas as seguintes categorias:

1. Instituições privadas nacionais
2. Instituições públicas nacionais
3. Parcerias público-privadas nacionais
4. Combinação de instituições nacionais

5. Instituições privadas internacionais
6. Instituições públicas internacionais
7. Parcerias público-privadas internacionais
8. Combinação de instituições internacionais
9. Combinação de instituições nacionais e internacionais
10. Partido Frelimo
11. Partido Renamo
12. Partido MDM
13. Outros partidos da Oposição
14. Outras instituições
  
15. **Enquadramento da peça** - Esta variável indica a orientação da cobertura jornalística dada, enquanto forma de construção discursiva predominante. Embora exista pouca investigação que aplica os padrões de enquadramentos de construção discursiva da temática de corrupção, a literatura sobre a análise dos media oferece diversas concepções de enquadramentos, tendo em conta a análise dos processos eleitorais. Conforme Norris e Merloe (2012), pode-se classificar os enquadramentos nas seguintes categorias:
  1. *Personalizado* – ocorre quando a preocupação do jornalista é focalizar as características pessoais do actor principal da corrupção, destacando as características do seu perfil.
  2. *Episódico* – destaca as acções de seguimento de um determinado caso de corrupção, ressaltando na notícia simples ocorrências ou acontecimentos em seguimento.
  3. *Temático* - situa-se no âmbito de debates sobre as questões centrais, destacando para o assunto em si, ou seja, reportando a corrupção como um problema e as suas implicações.
  4. *Dramático* – destaca a corrupção como controversa, explorando o valor notícia, *drama*. Pode-se ressaltar o enfoque ao conflito de interesse e a emoção que a história oferece aos leitores.

16. **Tom da peça** - Esta variável identifica o tom dominante da peça face aos actores presentes ou referidos. Cada uma das unidades de análise foi classificada nas seguintes categorias, conforme definições inspiradas em Serrano (2006) e Norris e Moreloe (2002):

- 1) *Positivo* - deverá ser compreendido a partir das descrições e adjectivações feitas sobre o actor envolvido, associando-lhe a um percurso público credível, valores de rectidão, honestidade e de boa conduta
- 2) *Negativo* - quando as descrições sobre o actor referem-se a situações anteriores ao acto de incumprimento de deveres, falta de compromisso, envolvimento e actos negativos, críticas e outras
- 3) *Neutro* - quando as descrições ao actor associam-no em que as associações negativas ou positivas equilibram-se ou não se fazem sentir.

17. **Apresentação de provas auxiliares** - Esta variável identifica o nível de factualidade da informação, olhando para a tipo de fontes de informação mencionadas como suporte da história. A inspiração de parte destas categorias vem de Tuchman (1999) que ilustra a apresentação das provas auxiliares como sendo um procedimento sob o qual se busca a objectividade do texto jornalístico. Mesmo sem uma classificação objectiva dos elementos de prova na discussão de Tuchman, considerando a cobertura de casos de corrupção, foram elaboradas as seguintes categorias de análise:

1. *Rumores* - quando a peça é baseada, explicitamente, em rumores não confirmados por nenhuma base documental ou entrevistas com fontes;
2. *Denúncias anónimas sem documentação* - o jornalista refere-se à denúncias, cujas fontes são mantidas em anonimato e não existe nenhuma documentação apresentada para suportar a veracidade da história;
3. *Denúncias baseadas em documentos citados pelo jornal* – ocorre quando o jornalista usa fontes anónimas, mas são apresentados documentos que suportam o acontecimento narrado;

4. *Relatório de investigação produzido por entidades não públicas (organizações nacionais e internacionais de monitoria da governação)* – o caso aparece no jornal porque foi iniciado ou investigado por entidades não públicas, podendo ser instituições de pesquisa, ONGs ou de auditoria privada.
5. *Acusações de entidades oficiais (procuradoria e tribunais)* – o facto é publicado porque serve-se de fontes de informações de carácter oficial que estas enunciam ou dão seguimento a um determinado acto de corrupção.

18. **Fontes de Informação** - Esta variável é fechada e identifica a entidade ou pessoa que oferece a informação, sob a qual o jornalista elabora o seu artigo. A variável fontes de informação é baseada no discurso manifesto, devendo ser mencionada ou haver elementos claros que garantam a identificação da fonte no texto. Segundo as definições de Sousa (2001) e Pinto (2000), as fontes são classificadas nas seguintes categorias:

- 1) *Oficiais estatais* (Procuradoria, Tribunais, Ministérios, Juízes, etc.)
- 2) *Oficiais não estatais* (partidos políticos, sindicatos, associações, empresas, etc.)
- 3) *Oficiosas* (um assessor de um ministro que dá a sua versão dos factos, juiz de defesa, etc.)
- 4) *Informais* (a testemunhas, lesados, etc.).

19. **Nível de identificação das fontes de informação** – Esta variável é fechada e identifica a qualidade e a credibilidade da fonte da informação, conforme é apresentada no discurso. Assim, segundo Sousa (2001), deverão ser consideradas as seguintes categorias:

- 1) *Atribuição directa* – A fonte é identificada e tudo o que ela profere pode ser objecto de enunciação jornalística. É conforme a regra comum é aquela que deve ser usada quando a fonte não pede confidencialidade.



- 2) *On Background/not for attribution (atribuição com reserva)* - A fonte não é totalmente identificada, embora sejam dadas algumas pistas superficiais sobre os meios em que ela se movimenta (exemplo: "fonte próxima do presidente da República", "um vereador", "um dos participantes na reunião", etc.). As informações que uma fonte on background fornece podem ser objecto de enunciação jornalística.
- 3) *On deep background (atribuição com reserva total)* – Não só falta a identidade da fonte, mas também não é referido o meio em que ela se movimenta, embora as informações fornecidas pela fonte possam ser difundidas, por exemplo, quando os jornais dizem: "fonte bem colocada", "fonte bem informada", "fonte autorizada", etc.. Também é possível usar outras soluções enunciativas, como: "sabe-se", "segundo julgamos saber", etc.. Uma outra forma de atribuição com reserva total é citar sem identificar qualquer fonte, directa ou indirectamente.

20. **Apresentação das possibilidades conflituais** – Esta variável é uma fechada e avalia o nível de rigor e de equilíbrio nas posições, partindo da consideração de que os casos de corrupção implicam, em certos aspectos, a acusação que deverá ser localizada num determinado ponto de equilíbrio. Esta variável se encontra, igual que a número 17 sobre o nível de factualidade da informação, a sua base de fundamentação em Tuchman (1999) no célebre artigo “Objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas”. Na sua discussão, Tuchman (1999) mostra que a profissão do jornalismo opera num quadro de pressões que podem colocar o seu trabalho em risco das críticas, sendo fundamental a evocação da objectividade, como um mecanismo de redução dos riscos da profissão. Assim, a classificação da unidade de análise deverá ser inserida nas seguintes categorias:

1) *São ouvidos os acusados* - quando o jornalista dá voz aos actores apresentados como praticantes de actos de corrupção;

- 2) *Somente são ouvidos os denunciantes* - esta categoria refere-se à situação em que a peça é construída somente com base nos denunciantes, sendo que eles são actores da história narrada;
- 3) *São ouvidas ambas partes* - refere-se à situações em que são ouvidos, tanto os denunciantes e os denunciados, conferindo equilíbrio à matéria);
- 4) *Nenhuma das partes é ouvida* - quando a história não dá espaço para vozes, tanto dos denunciantes ou dos denunciados);
- 5) *Não aplicável* - quando a nenhum desses casos a unidade de análise não é aplicável.

21. **Tipologia dos actores** - Esta variável é fechada e identifica a qualidade dos actores representados, conforme as instituições que fazem parte ou a sua posição na estrutura da administração pública. Assim, as unidades de análise foram classificadas segundo as seguintes categorias:

1. Membro do Conselho de Ministros
2. Vice-Ministro
3. Secretário Permanente do Ministério
4. Governador Provincial
5. Secretário Permanente Provincial
6. Director Provincial
7. Dirigente de Instituição Pública Autónoma (Reitor, Director e PCA de Universidades e Institutos Públicos
8. Alto Magistrado do Tribunal Supremo, Tribunal Judicial, Tribunal Administrativo, Procuradoria, etc.
9. Director Nacional
10. Chefe de Departamento/Secção
11. Funcionários seniores e especialistas
12. Funcionário
13. Outro

22. **Nomes dos principais casos analisados** – esta variável foi definida à *posteriori*, indicando, especificamente, os casos que obtiveram uma maior cobertura e com uma dimensão política e económica na sociedade. Foram identificados três casos que constituíram as categorias mais marcantes:

- 1) O Caso Banco Comercial de Moçambique;
- 2) O Caso Aeroportos de Moçambique;
- 3) O Caso Ministério do Interior
- 4) Outros casos.

#### **6.4.7 Codificação**

De uma forma geral, os procedimentos de quantificação referem-se ao processo de codificação, a partir dos quais as unidades de análise são classificadas nas categorias escolhidas. Esta fase implica o domínio categorias, o que significa o conhecimento do guia de codificação pela equipe dos codificadores, assim como a sua harmonização em sistema informatizado (Krippendorff, 2004).

O processo de recolha de dados foi feito, entre os meses de Fevereiro a Maio de 2016, a partir da análise das edições em papel dos jornais *Domingo* e *Savana*. A busca foi realizada nos arquivos dos jornais *Domingo* e *Savana*, assim como no Arquivo Histórico de Moçambique.

A busca obedeceu a identificação, em cada uma das edições, artigos com a indicação nos seus títulos principais contendo palavras-chave: corrupção, desvio de fundo, fraude, suborno, roubo, extorsão, clientelismo ou mesmo a indicação de nomes de actores e dos principais casos de corrupção, previamente, seleccionados: Juiz Mondlane, Instituto Nacional de Segurança Social, Banco Comercial de Moçambique, Aeroportos de Moçambique, Ministério do Interior, Dívidas Ocultas, Ministério da Educação.

Após serem identificados os artigos, a análise obedeceu à identificação da sua localização na publicação por forma a apurar o género jornalístico. Depois de apurado o

género, foram selecionadas as peças do género noticioso para a análise e codificação, conforme o instrumento. À cada peça seleccionada procedeu-se ao preenchimento das variáveis correspondentes na análise de conteúdo, conforme a sua correspondência nas definições das variáveis no *codebook*. Isto é, para as variáveis com diversas categorias de respostas de classificação do artigo, a codificação considerou uma única resposta. Para os casos em que o artigo possui várias possibilidades de resposta, foi indicada a categoria de resposta que agrega grande parte das características dos elementos textuais patentes do artigo.

O processo de identificação dos artigos foi feito por uma equipe de dois analistas, estudantes finalistas de graduações do curso de jornalismo, tendo tido a responsabilidade de fazer a triagem dos artigos no arquivo, seguidamente, realizar a análise preliminar por género, digitalizar o artigo na base de dados em SPSS e proceder ao seu arquivamento. Assim, todas as peças identificadas e analisadas foram fotografadas e arquivadas em formato digital, sendo que cada um dos artigos foi identificado na pasta, conforme o número da sequência que ocupa na base de dados. Esta identificação permitiu que o pesquisador pudesse, com mais facilidade identificar os artigos correspondentes em casos de dúvidas, correcções ou outro tipo de análises feitas posteriormente.

Para garantir uma maior validade e fidelidade, os codificadores passaram de uma formação de três dias que incluiu a compreensão dos conceitos chaves do manual de codificação; a realização de exercícios práticos de simulação da codificação de conteúdos. O processo obedeceu três fases. A primeira fase consistiu na recolha na codificação individual dos artigos. A segunda consistiu na discussão pelos dois analistas da conformidade e validade das análises individuais. A terceira fase consistiu na verificação e validação feita pelo pesquisador principal.

#### **6.4.8 Análise dos resultados: Quantificação/inferências**

Esta é a fase mais significativa da análise de conteúdo, sob a qual se constroem os resultados dos procedimentos aplicados. É considerada por Vala (1986) fase de quantificação e por Krippendorff (2004) de inferência.

A quantificação tem como base o uso de procedimentos estatísticos para a realização de várias operações de tratamento do conteúdo. Um dos primeiros níveis de tratamento, mais aplicado para a presente tese, está ligado à *análise das ocorrências* que se baseia na avaliação das frequências de uma determinada categoria de discurso analisado, ilustrando a atenção que o emissor dá aos diferentes conteúdos inventariados; a *análise avaliativa* oferece a valência de que são objecto os conteúdos analisados e, por seu turno, a *análise estrutural*, realiza inferências sobre a organização do sistema de pensamento do emissor da mensagem, explorando associações entre as categorias, através de testes estatísticos mais aprofundados, como *análises clusters e análise de coeficientes de associação* (Vala, 1986).

A primeira análise de dados foi feita a partir da extração de estatísticas descritivas, baseadas nas frequências da classificação dos artigos numa dada categoria de resposta dentro de uma variável, conforme cada dimensão de análise de conteúdo. Os primeiros resultados foram baseados em tabelas e gráficos de frequência ilustrando os resultados da análise de conteúdo em cada uma das variáveis das dimensões principais que, em muitos dos casos, aparecem cruzadas às variáveis consideradas como de registo e de contextualização.

Todas as tabelas são apresentadas ilustrando a frequência dos artigos em cada uma das categorias de análise, considerando a variável de registo que indica cada um dos jornais analisados. Assim, é possível visualizar os resultados da análise considerando a frequência dos artigos em cada um dos jornais. Por outro lado, os cruzamentos, conforme o interesse da análise que se pretende, são feitos conforme a variável de ano de ocorrência ou mesmo das instituições ou actores envolvidos nos casos. Assim, de uma forma resumida, os principais cruzamentos feitos nas tabelas de frequência buscam ilustrar:

- O espaço ocupado pela temática em relação aos tamanhos dos artigos, assim como a sua distribuição ao longo dos anos, buscando relacionar com as ocorrências importantes no que diz respeito à agenda pública sobre a corrupção. Mesmo sem um estudo aprofundado sobre a agenda pública sobre a corrupção, há uma relação que se busca estabelecer entre os principais acontecimentos públicos, como julgamentos, o nível de cobertura oferecida pelos jornais *Domingo* e *Savana*;

- As tipologias de corrupção, tendo em conta a sua dimensão e ilícito criminal que representam. Estes cruzamentos permitiram avaliar a abordagem de cada jornal sobre os casos de corrupção e o escândalo político;
- Os géneros noticiosos e a orientação discursiva predominante em termos de estilos de narração que permite avaliar se o jornal tende a privilegiar um discurso mais descritivo ou interpretativo/analítico nas matérias reportadas, ilustrando a predominância de valorações morais associadas aos actores retratados nos casos;
- A avaliação entre os tipos de enquadramentos discursivos predominantes, explorando a orientação temática ou personalística das reportagens em cada um dos jornais;
- A medição da relação entre a qualidade das fontes de informação usadas em cada um dos jornais sob ponto de vista da sua credibilidade; assim como os mecanismos aplicados para a identificação dessas fontes;
- Os cruzamentos entre as variáveis que buscam identificar o nível de equilíbrio das fontes em cada um dos jornais sob ponto de vista da inclusão das possibilidades conflituais

Para cada um dos níveis de enquadramentos e de padrões de profissionalismo analisados, o processo de descrição e interpretação dos dados busca oferecer exemplos a partir de passagens recolhidas nos jornais que permitem fazer uma representação dos padrões avaliados.

Estes cruzamentos permitiram realizar um melhor enquadramento e interpretação dos dados, tendo como base a relação que as variáveis estabelecem umas com as outras. Por outro lado, as variáveis nominais, como os títulos e lead, foram determinantes para a ilustração das ocorrências registadas nos gráficos. Isto é, à medida que se apresenta uma determinada tendência de ocorrências, os dados abertos (*tring*) garantiram a colocação de elementos que permitem exemplificar, textualmente, os dados apresentados nos gráficos.

## 6.5 As Entrevistas

Uma melhor forma de interpretar os resultados da análise de conteúdo é compreender o contexto de produção do discurso. A compreensão do contexto não pode ser feita a partir método quantitativo aplicado à análise de conteúdo, obrigando à aplicação de outros tipos de metodologias capazes de trazer elementos mais aprofundados que, no caso específico, permitam descrever o contexto das relações entre os jornalistas e as fontes de informação, assim como os seus principais valores profissionais que os orientam à selecção das notícias.

Este processo só foi possível a partir da compreensão das experiências dos jornalistas na sua relação com as fontes e de trabalho na cobertura das questões da corrupção. Assim, a aplicação do método qualitativo, a partir da entrevista,<sup>41</sup> mostrou-se relevante para o alcance deste objectivo. Sendo uma técnica dialógica, a entrevista permite recolher opiniões, motivações, narrativas e experiências dos respondentes; assim como a elucidar, subjectivamente, as experiências vividas e os pontos de vista dos respondentes (Tracy, 2013; Silverman, 2013).

Neste sentido, as entrevistas mostram-se um método muito importante para recolher e compreender as explicações e opiniões dos jornalistas sobre a sua actividade, contando desde o que eles consideram uma matéria noticiável, o processo de recolha de informação e a relação com as fontes, as motivações do tipo de orientação dada às notícias, assim como a compreensão do que é mais relevante nos meios de comunicação social para os quais trabalham.

A entrevista, como uma técnica de pesquisa, requer o cumprimento de quatro fases fundamentais: o plano de amostragem; o desenho e realização das entrevistas e a análise/interpretação dos dados das entrevistas.

---

<sup>41</sup> A entrevista define-se como um processo de interacção face-a-face entre uma ou mais pessoas - que desempenham papel de entrevistador - e uma pessoa ou um grupo de pessoas - que desempenham o papel de entrevistado - (Costa, 2012: 149).

### 6.5.1 O plano da amostragem

O plano de amostragem constitui uma fase importante na definição sobre as fontes de informação para os dados a serem recolhidos. Neste caso específico, o plano de amostragem implicaria a escolha das pessoas a serem entrevistadas, estabelecendo um critério cientificamente válido para o efeito.

Sendo pesquisa qualitativa, onde a representação dos elementos da população na amostra não se mostra muito relevante; a selecção dos entrevistados não cumpriu nenhum rigor de probabilidades<sup>42</sup>, mas sim a partir de um critério intencional<sup>43</sup> baseado no interesse do investigador de garantir que fossem entrevistado um grupo de jornalistas com experiência e conhecimentos suficientes para providenciar informações e experiências relevantes a partilhar sobre a cobertura da corrupção, não só nos dois jornais estudados (Silverman, 2013).

Desta forma, foi definido um número total dez entrevistados, dos quais buscou responder aos seguintes critérios de representatividade:

*a. Responsáveis de gestão editorial ou de administração dos jornais estudados*

- **Jorge Matine** assume posições de liderança no jornal Domingo, desde 1989, quando entra como chefe de redacção, tendo passado ao director do jornal e, actualmente, é Administrador Delegado da Sociedade Notícias.

- **Fernando Lima** e dos jornalistas membro fundadores e sócio da Mediacoop, tendo estado, desde o início, na equipe de trabalho de concepção do Projecto Editorial do *Savana* até à sua implementação. Actualmente, desempenha a função de Presidente do Conselho de Administração da Sociedade Mediacoop.

---

<sup>42</sup> A determinação do tamanho da amostra é também válida em estudos quantitativos, sendo que nas pesquisas qualitativas torna-se determinante a definição de um número de respondentes suficientes para colher informações que permitam compreender e explorar os pontos estabelecidos nos objectivos da pesquisa (Tracy, 2013).

<sup>43</sup> Este critério exceptua-se à selecção do procurador, uma vez ter sido por indicação da direcção do Gabinete de Central de Combate à Corrupção, mediante um pedido de entrevista endereçado pelo investigador à Direcção do Gabinete.



*b. Repórteres com estatuto de editor com reportagens sobre corrupção publicadas nos dois jornais*

- **Bento Venâncio** é editor da secção de Sociedade/Nacional do jornal *Domingo*, tendo diversos trabalhos publicados sobre a corrupção em Moçambique, tendo sido galardoado, por várias vezes, em matérias de jornalismo investigativo.

- **Francisco Carmona** é editor executivo do jornal *Savana*, que para além de reportagens de investigação na área de corrupção, possuindo as responsabilidades de edição e de gestão de toda a equipa editorial do jornal *Savana*.

*c. Jornalistas/repórteres com mais de cinco assinaturas nos artigos analisados*

- **Jaime Naftal Cumbane** foi repórter no jornal *Domingo*, tendo assinado diversos trabalhos analisados, sobretudo nos períodos de 2010 a 2013.

- **Raul Pacoal Senda** é repórter do jornal *Savana*, com diversos trabalhos sobre a corrupção publicados e por si assinados, em quase todo o período analisado, muitos dos quais envolvendo figuras públicas de grande relevo em Moçambique.

*d. Ex-jornalistas com experiência e prática de jornalismo investigativo*

- **Marcelo Mosse** foi repórter do Jornal *Metical*, jornal fundado por Carlos Cardoso sob o qual foi forjado enquanto jornalista de investigação. Mais tarde, Marcelo Mosse viria a ser fundador e primeiro director do Centro de Integridade Pública (CIP), uma ONG que se dedica à aplicação dos métodos de jornalismo investigativo para a promoção da transparência e o combate à corrupção, em Moçambique. Anos depois, Marcelo Mosse foi repórter do Jornal *Savana* e, actualmente, trabalhando com freelancer.

- **Lázaro Mabunda** foi e editor de política no Jornal *O país*, onde realizou vários trabalhos de investigação que lhe valeram premiações nacionais e internacionais. Lázaro Mabunda foi, posteriormente, trabalhar como pesquisador no CIP e,

actualmente, é Oficial de Programas no Instituto de Comunicação Social da Africa Austral (MISA-Moçambique);

- **Borges Nhamire** foi editor do Jornal Canal de Moçambique, um jornal privado com um pendor muito forte ao jornalismo de contra poder. Actualmente, exerce funções de pesquisador no CIP, realizando diversos trabalhos de investigação jornalística sobre a corrupção e a transparência na gestão pública, em Moçambique.

*d. Procuradoria da República (Gabinete Central de Combate à Corrupção)*

- **Bernardo Júnior Duce**, Procurador da República do Gabinete Central de Combate à Corrupção

## **6. 5.2 O desenho e aplicação das entrevistas**

Como forma de responder aos diversos níveis de categorias de entrevistados, foram elaborados três guiões de questões semiestruturadas. O Objectivo da aplicação dos guiões de entrevistas semiestruturadas era estimular que os entrevistados apresentassem os seus pontos de vista, exprimir a sua opinião, assim como justificar os seus comportamentos ou opções editoriais, num contexto de maior liberdade de expressão (Costa, 2012).

Por se tratar de entrevistas orientadas para um grupo profissional, com experiência apropriada que respondem aos interesses da investigação; este grupo de entrevistas pode ser classificada no que se designa de *respondente interviews*, pois, enquanto fontes primárias, os jornalistas providenciam um conjunto de experiências, sentimentos, motivações e comportamentos (Tracy, 2013).

Considerando os grupos de entrevistados acima definidos, foram elaborados três guiões diferenciados de entrevistas:

- 1) O primeiro orientado para os gestores dos meios de comunicação social, visando recolher elementos sobre a política editorial, história dos jornais, as relações entre os jornais e o poder político-económico, assim como as questões das políticas de comunicação social, em geral, em Moçambique;

- 2) O segundo guião foi orientado para todos os jornalistas e editores, visando recolher questões práticas sobre a valorização das histórias de corrupção, a compreensão do papel social dos jornais, as relações entre os jornalistas e as fontes de informação na cobertura dos casos de corrupção, os constrangimentos das políticas editoriais na produção das questões sobre a corrupção e as motivações para os alinhamentos e enquadramentos específicos no conteúdo;
- 3) O terceiro guião foi aplicado para o procurador do ministério público, tendo sido orientado para avaliar o nível que a imprensa é usada como fonte de informação para a investigação dos casos de corrupção, a percepção sobre o papel dos media na cobertura dos casos de corrupção em relação ao trabalho desenvolvido no ministério público.

### **Guião 1 – Entrevista com os gestores e administradores das empresas**

- Que entendimento, sob ponto de vista da política editorial, se tem do papel social do jornal (*Domingo/Savana*)?
- Quem são os leitores do jornal (*Domingo/Savana*). Isto é, quando o jornal é editado para que tipo de públicos se orienta?
- Quais são as estratégias de sustentabilidade do vosso jornal e até que ponto essas estratégias são efectivas?
- Que tipos de pressões o jornal sofre sobretudo dos grupos empresariais e políticos mais influentes no País?
- Acredita que o jornal tenha uma influência na vida social, política e económica. Em que tipo de dimensões essa influência é exercida e pode nos dar momentos específicos em que ela acontece?
- Um dos problemas que influencia a qualidade da imprensa é a corrupção, nos diversos níveis. Na sua experiência, como é que ele penetra e influencia nos conteúdos publicados pelos jornais?
- Na sua experiência, quais são as maiores empresas anunciantes que na sua falta os media em Moçambique podem ressentir-se? Essas empresas têm tido alguma influência nos conteúdos e que tipo de tratamento tem tido no jornal?

- Pode reflectir sobre a fraca capacidade do jornalismo moçambicano de produzir referências e retê-las? Veja, por exemplo, há uma tendência de os jornalistas do sector público assessorarem o governo quando chagam ao auge da carreira; por outro lado, os jornalistas do sector privado, vão aos partidos de oposição como deputados, às ONGs ou mesmo para empresas privadas. Por que os media são espaço de passagem e não conseguem reter as suas referências?
- Acha que as limitações no investimento estrangeiro impostas pela lei, no sector da comunicação social, constituem uma barreira para a missão dos jornais que têm como missão a orientação para a advocacia da governação?

### **Questões específicas para o *Domingo*:**

- O estatuto editorial do jornal *Domingo*, na sua fundação, define-o como sendo um jornal de referência cultural. Olhando para a estrutura dos seus conteúdos, na actualidade, o *Domingo* é uma referência no contexto político nacional. O que nos pode ajudar a explicar e a compreender melhor esta mutação?
- Acha que o contexto da concorrência editorial, aberto com a liberalização do sector, criando jornais semanários com outra orientação pode ser um factor para que o jornal *Domingo* tenha passado para uma perspectiva de cobertura sobre a política?
- A história de liderança do jornal *Domingo*, desde os anos 1990, não se pode fazer sem a sua figura, é desde esta altura chefe de redacção, director e agora administrador na sociedade em que o jornal faz parte. Como é que olha a questão da transição das velhas gerações que fazem parte do jornal (sobretudo com a saída de várias figuras que fizeram história no jornal para os independentes e outras missões) para as actuais gerações?
- Como é que foi feita a gestão do jornal, sobretudo num contexto em que grande parte dos seus repórteres de referência saíram para estes projectos dos jornais “independentes”?

## Questões específicas para a Mediacoop

- A história da Mediacoop está muito próxima com a história dos media chamados independentes, assim por dizer. Um dos elementos que se referencia na fundação do mediafax, o primeiro produto da Mediacoop, é que ele deveria ser um jornal diário e que funcionasse como alternativa ao jornal Notícias. Como é que se fundamenta esta perspectiva e até que ponto ela poderá ter servido para a fundação de uma tendência de o jornalismo independente, actualmente, ser catalogado como *jornais ao serviço da “mão externa”*?

- Como foi possível construir uma orientação editorial baseada na independência, num contexto em que se impunha gerar uma visão dos factos diferentes a das transmitidas pelos meios controlados pelo Governo e, por sinal, era preciso trazer actores dos partidos da oposição que não tinham espaço nos outros jornais? Não acha que esta perspectiva tenha criado espaço para se conotar os jornais com os partidos da oposição?

- Dentro do quadro da filosofia dos seus fundadores, de igual forma que o mediafax enquanto diário se moldava como alternativo ao Notícias, também o *Savana*, enquanto semanário, deveria servir como alternativo ao *Domingo*?

- Desde 1994 que editam o *Savana*, sendo uma marca de jornalismo de advocacia em Moçambique. Acredita que o jornal *Savana* tenha contribuído para mudanças ou influenciado nos processos políticos relevantes no País, graças à sua orientação editorial? Pode citar alguns exemplos?

- A Mediacoop é constituída por jornalistas vindos do sector público que, por seu turno, foram mais tarde se dissociando para novas sociedades. Acha que a gestão dos conflitos internos nestas sociedades foi pouco acautelada a ponto de termos tido muitas cisões, desde o mediafax para o metical, o *Savana* para o Zambeze, deste o Magazine e o Canal de Moçambique?

- O mandato de Armando Guebuza foi muito marcado pela propaganda e a tentativa de silenciar e criar vozes únicas, através dos grupos que o jornal *Savana* designou “G40”. Com é que olha para este processo e como a direcção do *Savana* posicionou-se para salvaguardar a sua missão? Soube-se que houve tentativas de compra do jornal *Savana*. Confirma este facto e como conseguiram resistir a estas tentativas?

## Guião 2 – Entrevistas com jornalistas e editores

- Em termos gerais, como é que avalia o trabalho do jornalismo, em Moçambique, na reportagem de assuntos sobre a corrupção e, particularmente, para o meio onde trabalha ou trabalhou?
- Acha que a política editorial dos jornais, especificamente do seu, é restritiva ou aberta para a publicação de determinadas matérias?
- Como são tomadas as decisões sobre o que é publicado sobre os casos de corrupção nos jornais em Moçambique? Isto é, ao cobrirem histórias de corrupção o que mais vos interessa nos repórteres?
- Existem histórias de corrupção que são, propositadamente, agendadas para promover conflitos entre grupos de interesses diferenciados. Por exemplo, um jornal que agenda uma temática para mostrar que um determinado actor é inocente ou culpado de algum acto de corrupção?
- Como é que grande parte de histórias sobre corrupção, sobretudo da grande corrupção, chegam ao conhecimento dos jornalistas?
- E quando as histórias chegam, por exemplo, a partir de fontes informais ou denunciantes, qual é o normal tratamento que essas informações são objecto de tratamento?
- É certo que durante o seu trabalho as notícias que produz são objecto de alteração pelas estruturas editoriais. Elas são informadas e negociadas com os repórteres e quais são os argumentos que são apresentados pelos editores para as alterações sugeridas?
- Existem autoridades governamentais que procuram paralisar a publicação de determinados casos que lhe digam respeito, directa ou indirectamente? Se sim, quais são os mecanismos usados e como é que essas questões são tratadas a nível do jornal?
- Quando o jornal é pressionado, por exemplo na hora do fecho, para que retire alguma matéria que esteja a publicar que implique com uma determinada autoridade governamental, qual tem sido a reacção?
- Acredita que o vosso trabalho de cobertura sobre a corrupção seja elogiado por alguns sectores da sociedade. Quais seriam e porque eles elogiam o vosso trabalho?

- Por outro lado, acredita que o vosso trabalho de cobertura sobre a corrupção seja criticado por alguns sectores da sociedade. Quais seriam e porque eles criticam o vosso trabalho?
- Existem opiniões que dizem que a corrupção política, para além de ser um valor notícia, também define-se como fonte/meio de corrupção nos media em Moçambique. Como é que percebe esta questão e poderia partilhar connosco alguns exemplos sobre como isso acontece?
- Quais são as principais limitações de produzir histórias sobre a corrupção em Moçambique?
- Em várias fontes refere-se ao jornalismo de encomendas. Como podemos definir estas práticas e como elas se manifestam em Moçambique?
- Podemos dizer que, hoje, o jornalismo de investigação no que se define como de monitoria da governação e para a transparência está quase sem grande referências e tal é feito nas ONG's. O que, na sua opinião, estimulou a saída de muitos jornalistas para as ONG's e, em certa análise, podemos dizer que o jornalismo de investigação é praticado pelas ONG's.

### Guião 3 – Entrevista com a procuradoria

- As percepções sobre a corrupção, em Moçambique, revelam que ela é cada vez mais agravada e os políticos são cada vez mais cometidos com o interesse público. Acredita que estas percepções possam ser causadas pela cobertura dos jornais ou representam a vivência que as pessoas têm no seu dia-a-dia com a corrupção?
- Os jornais são uma das principais fontes de informação para o conhecimento dos casos de corrupção. Como é que avalia o nível de utilização e a fiabilidade dos jornais, como fontes de informação para o início de investigações sobre os casos de corrupção no GCCC?
- Existe uma base de dados das fontes a partir dos quais o GCCC inicia as investigações sobre a corrupção e como os jornais servem como fontes de informação relevante para a investigação?
- Acha que a cobertura antecipada dos media chega a perturbar o curso normal da investigação ou ajuda a gerar uma certa pressão ou mesmo a criar uma consciência pública na necessidade de penalizar certos crimes?

- Acredita que o nível de acção dos jornais seja determinante para que um determinado caso de corrupção seja investigado ou tenha uma penalização mais severa para os praticantes?
- De uma forma geral, como é que avaliar a qualidade da cobertura dos jornais *Savana* e *Domingo* nos casos de corrupção em Moçambique?
- Como cidadão ilustrado e especializado, até que ponto recomendaria ou não o uso da informação publicada pelos jornais *Savana* e *Domingo* sobre a corrupção como sendo fiável para a investigação ou para outros fins públicos de combate à corrupção?
- Acha que, por vezes, o nível de interesse pela cobertura da corrupção e a qualidade das abordagens dadas sobre a corrupção possuem um maior risco de ferir à honra das pessoas acusadas? Em quais dos dois jornais esses riscos acontecem com maior frequência?

Todas as entrevistas foram realizadas, entre 20 de Novembro a 05 de Dezembro de 2016, no espaço de trabalho dos entrevistados. Esta opção foi feita como forma de garantir-lhe uma maior liberdade, conforto e independência nas respostas fornecidas. Por outro lado, todas as entrevistas foram concedidas para a gravação<sup>44</sup> e com livre citação, sem restrições de reserva de atribuição. Por outro lado, as entrevistas foram aplicadas de forma individual, num processo em que o entrevistador realizou com cada elemento seleccionado em separado, num período de 60 minutos.

### 6.5.3 Análise e apresentação dos resultados das entrevistas

Tratando-se de dados de natureza qualitativa e com um volume elevado de informação recolhida, a análise dos dados buscou centrar-se na exploração dos elementos que ajudem a explicar o contexto institucional e as práticas dos jornais capazes de oferecer uma melhor explicação e compreensão dos resultados da análise de conteúdo.

---

<sup>44</sup> Todas as entrevistas foram gravadas e apresentadas, em anexo, excluindo a realizada com Marcelo Mosse que não foi gravada devido à problemas técnicos. Tendo sido feito sem gravação, não houve nenhum acordo para a sua repetição.



O desenho da estratégia de tratamento dos dados foi, para os devidos efeitos, alinhado aos objectivos a serem alcançados nos estudos qualitativos que se cingem em permitir que o investigador possa traçar uma visão dos fenómenos analisados, através da perspectiva dos entrevistados. Assim, um dos desafios que se colocou no processo da análise dos dados era estabelecer um sistema de classificação que permitisse formular categorias gerais, sempre buscando compreender os factos na maneira como eles são percebidos e comunicados pelas pessoas que os vivem (Rodrigues, 2012).

A análise dos dados das entrevistas fez-se a partir da categorização das opiniões dos entrevistados dentro de padrões de comportamentos que se inspiram noutros estudos que se revelaram mais apropriados para a formulação dessas classificações. Assim, a análise feita procura explorar as categorias de comportamento, ilustrando as similaridades e diferenças de padrões de orientação editorial em cada um dos jornais.

Sob ponto de vista de técnicas de análise de dados qualitativos, esta estratégia adoptada segue o que se designa de construção de tipologias, na qual se procurou identificar ou interpretar constructos conceptuais que se conectam com as ideias, processos ou opiniões reflectidas pelos entrevistados (Tracy, 2013).

As categorias que foram analisadas buscam determinar o nível de proximidade entre as fontes de informação e os jornais foram definidas a priori, o que permitiu perceber o tipo de influência que as fontes jogam no processo de produção noticiosa. Por outro lado, existem tipificações que medem o nível da consistência da agenda dos jornais na cobertura da corrupção.

Para estas tipificações, estudos realizados por Molotch e Lester (1999) e Gieber e Johnson (1961) foram determinantes para compreender o nível de independência dos jornalistas perante as fontes de informação, sobretudo a partir dos mecanismos que os jornalistas, habitualmente, utilizam para conseguir o acesso à informação. Quanto mais formais serem esses mecanismos e habituais, a tendência de haver uma proximidade entre os jornalistas e a fontes é maior; por outro lado, quanto mais o acesso à informação for resultante do trabalho de investigação e numa base não permanente de relacionamento, menor será a possibilidade de haver uma dependência entre as fontes e os jornalistas.

Outras categorias foram definidas após a realização das entrevistas. Parte destas categorias ilustram as limitações que os jornais enfrentam no estabelecimento de uma

agenda consistente para a cobertura dos casos de corrupção, sobretudo se considerar que esta agenda implica investimentos em termos de recursos humanos, financeiro e tempo; para além de competências dos jornalistas para investigarem e fazerem um tratamento adequado às matérias.

Assim, a revisão da literatura mostrou-se fundamental para a identificação de variáveis passíveis de oferecer categorias relevantes para análise, sobretudo no que diz respeito ao que os jornalistas consideram relevante como sendo o seu papel na cobertura sobre a corrupção, as relações com as fontes de informação, assim como os processos de tomada de decisões editoriais.

**PARTE II – O AGENDAMENTO, OS ENQUADRAMENTOS E O  
PROFISSIONALISMO NA COBERTURA DA CORRUPÇÃO**



## CAPÍTULO VII

### 7. A CORRUPÇÃO NA AGENDA DOS JORNAIS DOMINGO E SAVANA

Este capítulo apresenta e discute o nível em que os jornais *Domingo* e *Savana* agendam a corrupção, tendo em conta o conjunto de variáveis de análise de conteúdo que exploram o nível de relevância e de proeminência que é dado à temática da corrupção. Destas variáveis destacam-se: a quantidade de artigos publicados, o espaço ocupado, o tipo de casos de corrupção, sob ponto de vista da dimensão que eles representam, assim como da categoria de ilícitos representados.

No respeitante ao número total dos artigos publicados pelos jornais, as análises tomam como base o peso de cobertura nos dois jornais, que é representado pelo número total de edições, buscando criar um balanço entre o significado da cobertura sobre a corrupção pode ter, em relação ao peso dos conteúdos dos géneros noticiosos publicados; assim como as possibilidades de os leitores encontrarem matérias sobre corrupção, por cada edição.

Por seu turno, a análise do espaço ocupado pela cobertura da corrupção, mesmo não fazendo uma comparação entre o número de artigos publicados em relação às outras temáticas, busca compreender a dimensão dada à temática, tendo em conta os tamanhos de peças mais frequentes nas publicações.

Por outro lado, é feita a apresentação e discussão dos casos de corrupção mais reportados pelos jornais. Esta análise ajuda a compreender a natureza e o significado contextual dos acontecimentos que mais atenção mereceram na cobertura nos dois jornais, considerando o seu interesse público, tendo em conta os critérios de noticiabilidade de proeminência das figuras envolvidas e do impacto. Esta análise busca fazer uma associação do nível em que a cobertura dos casos de corrupção representa uma perspectiva de olhar para a corrupção enquanto parte de escândalos políticos.

A análise da agenda sobre os casos de corrupção é, imediatamente, associada aos tipos de casos de corrupção, tendo em conta a dimensão e o tipo de ilícitos que cada caso

representa. A análise do tipo de caso é importante porque ajuda a compreender, de forma mais evidente, as subcategorias temáticas consideradas como corrupção, em cada jornal.

## **7.1 O número de casos de corrupção reportados pelos jornais**

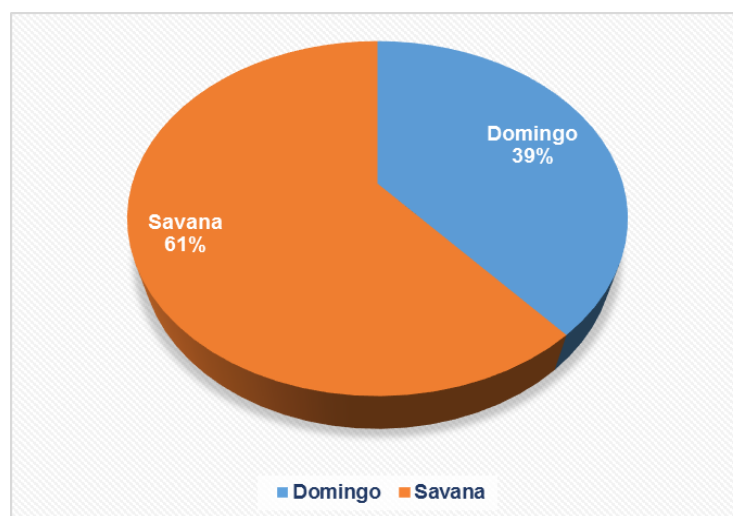
No que diz respeito à quantidade, pode aferir-se que um total de 176 artigos sobre a corrupção foi identificado, recolhido e analisado com base nos indicadores e variáveis apresentados no capítulo das metodologias. Conforme ilustra a gráfico 1, sobre a distribuição da frequência de cobertura, 68 artigos correspondentes a 38,6% foram recolhidos do jornal *Domingo* e 108, correspondente a 61,4 %, foram recolhidos do jornal *Savana*.

Numa análise geral, pode-se notar que, das cerca de 768 edições<sup>45</sup> que correspondem ao total das edições semanais dos 2 jornais analisadas no período de 2008 a 2015, a possibilidade de um leitor dos dois jornais encontrar um artigo publicado sobre a corrupção é de 0,22 %, em relação à toda produção feita nos dois jornais; sendo que, esta possibilidade é crescente no jornal *Savana*, em 0,28%, relativamente ao jornal *Domingo* com a possibilidade de 0,17%. Existe, entre os dois jornais, uma diferença de 40 artigos, correspondente a 22,8 % de artigos publicados no jornal *Savana*.

---

<sup>45</sup> O número total de edições foi calculado, considerando que, em média, cada jornal semanário publica 48 edições por ano (12 meses vezes 4 edições mensais), sendo que no período de 8 anos analisados, cada jornal possui cerca de 384 edições.

Gráfico 1. Distribuição percentual dos artigos publicados nos jornais Savana e Domingo sobre Corrupção, entre 2008 a 2015



De forma significativa, pode-se dizer que o leitor tem uma probabilidade de, em 10 jornais de todos os analisados, tanto no *Savana* e no *Domingo*, somente em dois, encontrar assuntos informativos sobre a corrupção tanto no Jornal *Savana* do que no *Domingo*. É importante verificar que estes são cálculos gerais, pois, a distribuição não corresponde a uma lógica linear, mas sim dependendo de diversos factores ligados à agenda do jornal e às ocorrências sobre a corrupção. Este facto manifesta-se nas variações da quantidade de artigos publicados em cada um dos anos de análise. No entanto, os cálculos acima apresentados tornam-se relevantes, pois ajudam a compreender, quantitativamente, a cobertura, numa medida de probabilidades da frequência dos artigos sobre a cobertura da corrupção.

O gráfico no gráfico 1 apresenta essa distribuição da cobertura por anos, destacando os anos com baixa cobertura e os anos com elevada cobertura. De forma geral (para ambos jornais), o ano 2009 foi o que maior cobertura, sobre corrupção, teve, destacando cerca de 19,9 % do total dos artigos recolhidos (num total de 35 artigos). Segue-se, nesta categoria, o ano 2011, com cerca de 18,2% (num total de 32 artigos).

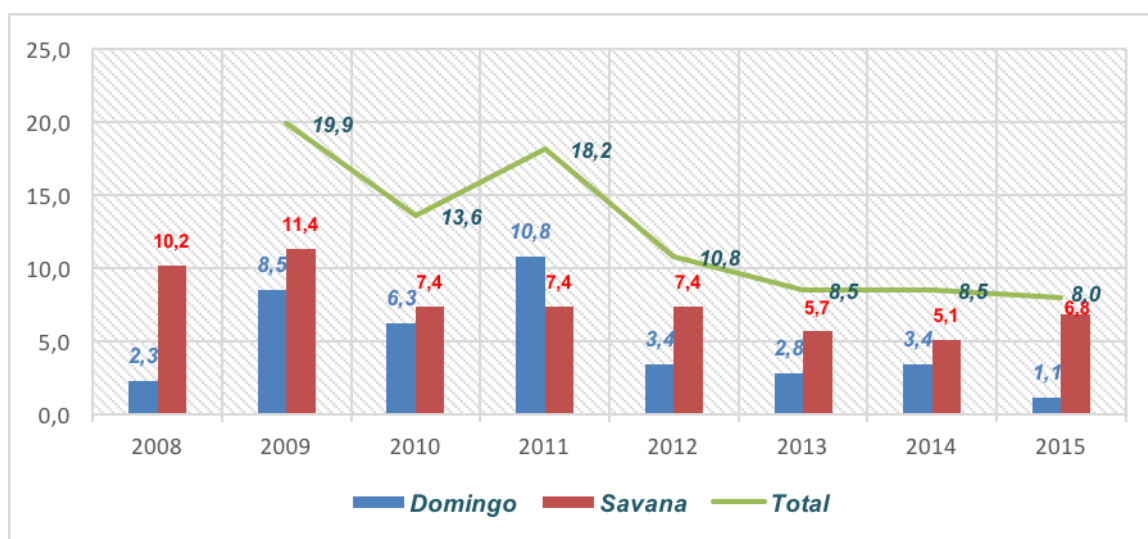
Verifica-se que o ano 2010 obteve uma queda na cobertura, entre os dois anos que compreende a maior cobertura, 2009 e 2011, tendo registado 24 artigos a menos, correspondentes a 13,6 %. O ano 2008 contabilizou um total de 22 artigos, correspondentes a 12,5% do total da cobertura analisada. Nota-se que, a partir do ano 2012, o número de artigos encontrados, com a temática corrupção, tende a descer, ilustrando-se da seguinte

forma: 2012 (10,8 % com 19 artigos), 2013 e 2014 (8,5% da cobertura com 15 artigos) e 2015 (8,0 % da cobertura com 14 artigos).

Esta tendência de distribuição da cobertura global permanece a mesma para cada um dos jornais, embora com ligeiras diferenciações. Pode-se notar que para o Jornal *Savana*, o ano de pico de cobertura, foi 2009, com 11,4 % do total da cobertura analisada; seguido de 2008<sup>46</sup>, com 10,2 %. Os anos 2010, 2011 e 2012 tiveram uma tendência igual de cobertura, com 7,4% da cobertura total. Os anos 2013, 2014 e 2015 afiguram-se, inclusivamente, no *Savana* como sendo de baixa cobertura.

A mesma tendência dos picos e baixas coberturas, em iguais anos, ocorrem no jornal *Domingo*. Por exemplo, no jornal *Domingo*, os anos 2011, 2009 e 2010 são os com maior cobertura feita, tendo tido 10,8%, 8,5% e 6,3% respectivamente. Em termos de baixa cobertura, notam-se os anos 2015 e 2008 (com 1,1% e 2,3% respetivamente, por cada um dos anos). Os anos 2012, 2013 e 2014, igual que o *Savana*, tenderam a ter, no jornal *Domingo*, uma cobertura quase que aproximada em termos percentuais (3,4%, 2,8% e 3,4%).

Gráfico 2. Distribuição percentual da tendência de distribuição da cobertura nos dois jornais, em cada ano analisado



<sup>46</sup> Diga-se que, neste ano, grande parte da cobertura recolhida foi do Jornal Savana, uma vez o Domingo ter uma cobertura de 2,3% no mesmo ano.



A apresentação destes dados mostra algumas similitudes nas tendências dos dois jornais. A existência de anos concorrentes de picos de cobertura, de cobertura média e baixa cobertura. O que significará esta tendência de cobertura similar? Um dos elementos que pode ser avançado, para compreender estas similitudes, passa pela análise do tipo de agenda pública sobre a corrupção, considerando-se que, esta pode influenciar à agenda dos media. Neste sentido, torna-se relevante avaliar até que ponto a agenda das entidades públicas que lidam com a corrupção terá servido como fonte das notícias publicadas sobre a corrupção neste período.

Como forma de fazer esta avaliação, percorreu-se à análise dos títulos das notícias publicadas nos dois jornais, conjugados aos principais casos de corrupção reportados. Conforme se pode notar na tabela 12 abaixo, onde cruza, os principais casos de corrupção mais reportados, Aeroportos de Moçambique e Ministério do Interior, ocorrem nos anos 2008, 2009 e 2010, momentos em que se assinalam os maiores índices de cobertura. Isto significa que a agenda sobre a corrupção dos actores do sector da justiça, o Ministério Público e os Tribunais, teve um peso relevante para um maior agendamento da temática nos jornais, ao longo destes anos.

Tabela 12. Classificação dos casos de corrupção mais reportados por ano

		Nome do caso				Total
		BCM	Aeroportos de Moçambique	Ministério do Interior	Outros	
Ano de edição da peça	2008	4	5	6	7	22
	2009	2	11	1	21	35
	2010	0	3	4	17	24
	2011	0	0	1	31	32
	2012	0	0	0	19	19
	2013	0	0	0	15	15
	2014	0	0	0	15	15
	2015	0	0	0	14	14
Total		6	19	12	139	176

Fonte: Elaboração do autor

No Jornal *Domingo*, as reportagens produzidas sobre os casos Aeroportos de Moçambique e do Ministério do Interior são todas elas referentes ao processo de julgamento dos actores envolvidos, como se pode assinalar:

- Caso Aeroportos (*“Cambaza reitera envolvimento do Ex-Administrador Financeiro”*; *“Declarantes encostam Cambaza “as cordas”*, *“Defesa tenta convencer tribunal”*; *“Desvios de fundos do Estado leva a condenação a penas de prisão maior”*; *“Ordens verbais eram uma prática reiterada”*; *“Réus voltam a ser ouvidos pelo Tribunal”*);
- Caso MINT (*“Manhenje escapa do crime de desvio de fundo do Estado”*; *“Indiciados restituídos a liberdade”*).

A análise dos cinco artigos publicados sobre o caso BCM, dos treze publicados sobre o caso Aeroportos de Moçambique e do Ministério de Interior, no jornal *Savana*, mostra que, igual que o jornal *Domingo*, foram produzidos em momentos em que as instâncias judiciárias realizavam acções relevantes sobre o caso (mesmo considerando que há outras fases de processo indicadas, o momento de julgamento continua como sendo o que mais atenção captou à cobertura do *Savana*). Alguns dos títulos das reportagens publicadas no *Savana* sobre os três casos revelam essa influência do agendamento, tendo em conta os desenvolvimentos da agenda do sector judiciário:

- Caso BCM (*“Acórdão do supremo divide juristas”*; *“Nini e Ramaya levaram um não do Supremo”*);
- CASO ADM (*“Acusados de desvio de 54 milhões e sentenciados por desvio de 91 milhões”*; *“Julgamento do caso: ADM era gerida de forma domestica”*, *“Julgamento do caso ADM: Advogado de Cambaza indignado”*, *“Advogados de Cambaza pronunciam-se hoje”*, *“Cambaza cada vez mais isolado”*; *“Cambaza explica caso Aeroportos”*, *“Cambaza: um homem de difícil trato”*, *“Despacho de pronúncia para breve”*; *“Governo chamado ao Tribunal”*; *“MP pede 42 milhões de indemnização”*; *“MP pede pena máxima para os réus”*; *“Sentença é sábado”*; *“Vice-ministro dos Transportes lava as mãos”*);
- Caso MINT (*“Generais acionistas na empresa do saque”*; *“Manhenje deverá cumprir entre 20-24 anos de prisão”*; *“Persistem irregularidades financeiras no MINT?”*; *“Tribunal iliba Manhenje em 48 crimes”*, *“Tribunal busca contornos do “caso MINT”*”, *“Segurança do Estado em julgamento?”*)

Esta análise permite perceber e reter um especto fundamental para o trabalho dos dois jornais, sobretudo no facto ligado à influência entre agenda política (aqui

compreendida como a agenda dos actores que gerem as instituições que lidam com a corrupção, desde a Procuradoria Geral da República, os Tribunais, os escritórios de advocacia) têm um papel significativo para a publicação das matérias nos jornais.

Esta constatação não quer limitar as possibilidades de os media iniciarem casos que, posteriormente, são investigados pelas autoridades judiciárias, no caso vertente, o Gabinete Central de Combate à Corrupção (GCCC), sobretudo no jornal *Savana*. Aliás, existe um crescente número de casos de corrupção que são investigados pelo Ministério Público, através do GCCC, que toma a imprensa como fonte principal de início das investigações. A emissão, em 2010 da circular n°1/G/PGR/2010 de execução permanente sobre a intervenção do Ministério Público sobre notícias da imprensa de infracção criminal, inclui os casos de corrupção como sendo matérias relevantes a serem tomadas em consideração para o seu trabalho.

Pode-se, assim, notar que os momentos de tramitação processual no sistema judicial dos casos de grande corrupção correspondem aos iguais períodos em que os dois jornais tiveram um maior número de artigos publicados, entre 2008 a 2011, conforme o ilustrado na tabela 11 sobre a classificação dos casos mais reportados por ano. Olhando para a evolução dos títulos publicados pelos jornais sobre estes casos, evidenciam-se mais, com maior número de matérias produzidas nos momentos de julgamento, do que nas outras fases de investigação.

Pela sua natureza, os momentos de julgamento, são de carácter público, constituindo-se como espaços mais facilitados de acesso à informação oficial (por parte do sector da justiça) para a publicitação dos casos de corrupção nos jornais. A publicação dos actos de corrupção nas outras fases do processo judiciário, nomeadamente, a inquérito e acusação, implica a necessidade de uma estreita colaboração e ou a existência de fontes que forneçam informações privilegiadas aos jornalistas, sobretudo por estas fases serem realizadas, na maior parte das vezes, em segredo (Maia e Borges, 2014).

## **7.2 Os tamanhos mais frequentes de artigos publicados**

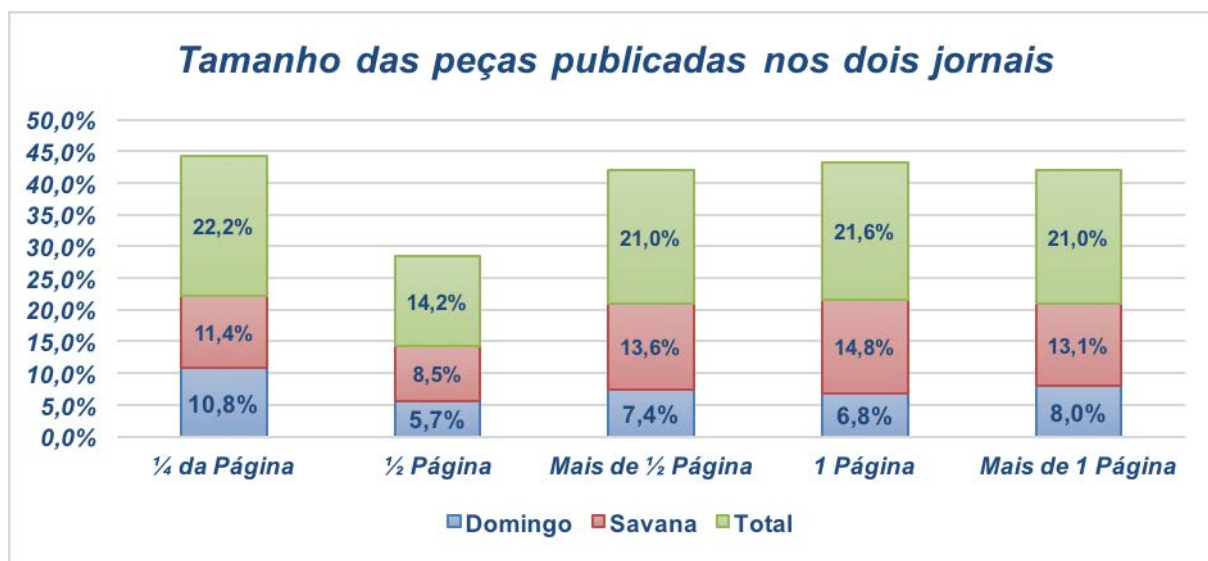
A análise do espaço ocupado nos dois jornais sobre a temática da corrupção, assim como os géneros jornalísticos, deve, em primeiro plano, considerar o facto de estas duas

publicações serem jornais semanários que, por natureza, são obrigados a uma produção mais analítica sobre os factos.

Antes de fazer qualquer análise sobre este ponto, é importante compreender que existe uma diferenciação da orientação editorial dos meios informativos, tendo em conta a sua periodicidade. Enquanto os jornais diários e os meios electrónicos (rádio, televisão e internet) ocupam-se mais pela informação rotineira e de curta durabilidade, sob ponto de vista de validade informativa, os jornais semanários ocupam-se pela análise dos factos, oferecendo aos leitores elementos interpretativos e mais profundos sobre os acontecimentos já conhecidos (Erbolato, 2002).

É por isso que, nas publicações semanais, a reportagem interpretativa ocupa um lugar de destaque. Esta referência é importante, pois, existe uma associação entre o espaço ocupado e o género jornalístico, sobretudo pelo facto de a reportagem ocupar maior espaço que as notícias.

Gráfico 3. Distribuição dos artigos analisados pelos tamanhos das peças



De uma forma geral, pode-se assinar que os jornais publicam, com uma certa predominância, artigos com tamanhos superiores a ½ página, 1 página e mais do que uma 1 página, verificando-se uma média de frequência de 21% dos artigos, por cada uma destas categorias de tamanhos. Isto é, 63% da cobertura dada nos dois jornais ocupa espaços acima de ½ página dos jornais. Os artigos de ¼ de página têm uma frequência de 22,2% e os de ½ página, 14,2 %.

Considerando o gráfico 3 de distribuição de frequência dos artigos por tamanho, pode-se notar que existem uma distribuição quase que diferenciada dos tamanhos das peças publicadas em cada um dos jornais.

No Jornal *Domingo*, por exemplo, existe um maior número de peças publicadas com um tamanho menor que  $\frac{1}{4}$  da página, com uma distribuição quase de igual nível entre os artigos com meia página, mais de meia página e uma página e mais do que uma página. Por seu turno, no jornal *Savana*, os artigos ocupando uma página inteira aparecem em maior número, quase que equitativamente aos artigos de mais de meia página e mais de uma página. Os artigos com menos de meia página e um quarto da página são os que aparecem em menor escala na sua cobertura sobre a corrupção.

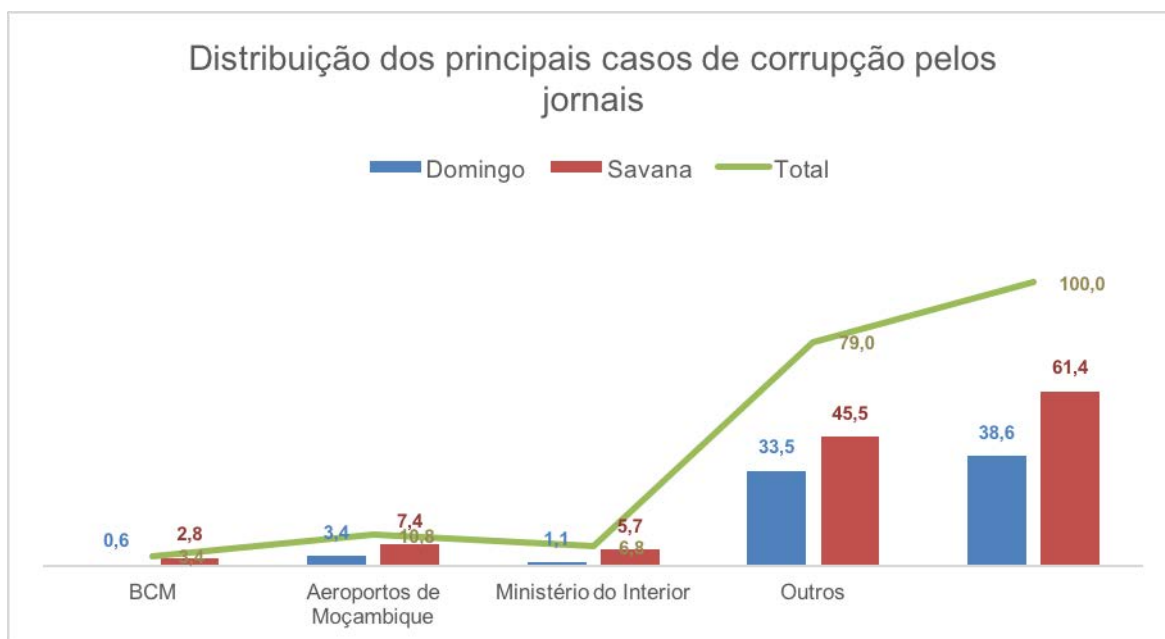
A disposição dos dados neste gráfico mostra a alocação de um maior espaço no jornal *Savana* que no jornal *Domingo*, sobretudo ao considerar a predominância de artigos que ocupam mais de uma página e os de uma página no *Savana*, comparativamente aos artigos que ocupam menos de um quarto de página, mais característicos do jornal *Domingo*.

### **7.3 Os casos de corrupção mais predominantes**

Os casos de corrupção mais reportados não se definem, necessariamente, como os casos que receberam a maior percentagem da cobertura, mas sim, os casos que de forma particular, receberam o maior destaque na cobertura feita pelos dois jornais. Estes casos definem-se, inclusivamente, pelo facto de aparecerem, na maior parte das vezes, como sendo de grande corrupção, envolvendo figuras da elite política; assim como pelo nível das repercussões sociais e políticas dos ilícitos cometidos.

Assim, o processo de identificação dos casos mais reportados nos dois jornais obedeceu dois momentos. Num primeiro momento, procedeu-se à identificação das instituições e actores envolvidos nos casos analisados, tendo-se; em segundo lugar, feito a classificação dos casos, conforme a frequência das matérias. Para situações em que se encontraram com um número igual ou superior a quatro artigos publicados, em ambas publicações, com características de envolver actores políticos ou de alta administração, estes casos foram seleccionados e identificados como sendo predominantes.

Gráfico 4. Casos de grande corrupção mais destacados na imprensa



Conforme ilustra a gráfico 4, os casos de grande corrupção mais destacados são: Banco Comercial de Moçambique, com uma cobertura do total correspondente a 3,4%; Aeroportos de Moçambique, com uma cobertura de 10,8 %; e Ministério do Interior, com uma cobertura de 6,8 %. No seu agregado total, estes casos representam 23,3% do total da cobertura e os restantes 76,7 % incluem casos de pequena corrupção e outros casos de grande corrupção, mas com baixa frequência de cobertura.

O Jornal *Savana* afigura-se com o maior número de artigos publicados sobre estes grandes casos, com um total de 29 artigos, contra 12 do Jornal *Domingo*. O Caso ADM foi o que mereceu grande parte da cobertura, destacando-se com um total de 19 artigos publicados em todos os jornais. O caso Ministério de Interior segue, em segundo lugar, com cerca de 12 artigos. O Caso BCM, com seis artigos, dos quais cinco do *Savana* e um do *Domingo*. No que diz respeito ao caso do Ministério da Educação, dos quatro artigos, um foi publicado no *Savana* e três no *Domingo*.

## **7.4 Os dois principais casos de corrupção política julgados em Moçambique**

O Caso BCM, embora seja de grande corrupção e tenha, indirectamente, envolvido figuras políticas de relevo ligado ao governo e ao partido Frelimo; para além de estar associado ao assassinato do jornalista Carlos Cardoso; não representa, de forma directa o tipo de corrupção política. Por isso, a sua exclusão no grupo dos dois casos abaixo apresentados. Os casos ADM e MINTER são os que representam, exemplos típicos de corrupção política retratados na imprensa, cujos detalhes apresentam-se baixo.

### **7.4.1 O Caso Aeroportos de Moçambique**

O ADM despoletou em Setembro de 2008, através de denúncias feitas pelos trabalhadores da empresa publicadas no Jornal Zambeze, dando conta dos actos criminais que, mais tarde, iriam ser investigados pela Procuradoria da República e levadas para o julgamento, em Novembro de 2009 e com a sentença, em Janeiro de 2010. Este caso envolve altas figuras da administração pública e da gestão da empresa por crimes de desvio de avultados fundos de Estado para diversos fins. Depois de investigações, as detenções às figuras ligadas a este processo viriam a ter lugar, em Outubro de 2008 (Tribunal Supremo, 2013; BBC para África, 2008).

Dentre as diversas figuras, consta o então Ministro de Transportes de Comunicações, António Francisco Munguambe, acusado e condenado por cometer, na qualidade de cúmplice e encobridor, um crime de abuso de confiança por ter instigado o PCA da ADM a desencaminhar, a seu favor, o valor de 33.000,00 USD destinados ao pagamento de bolsa de estudos para o seu filho, na África de Sul.

O Presidente do Conselho de Administração da ADM, Diodino Vicente Maiel Cambaza, acusado e condenado por cometer, na qualidade de autor, crimes de abuso de cargo/função. Dos vários crimes sobre os quais foi acusado e provados em juízo, o PCA da ADM desviou diversos fundos, dentre os quais o valor de 550.000,00 USD para aquisição de imóvel sito na Rua Francisco Barreto, n° 59, em Maputo; o valor de 850.000,00 USD para a aquisição de imóvel situado na Avenida Kim IL Sung, n° 1219, na cidade de

Maputo; o valor de 62.500,00 USD para a aquisição de imóvel, na vila de Marracuene; os valores de 627.460,10 e 1.558.429 Meticais, para reabilitações e apetrechamento de residências pessoais. Para além destes crimes, foi também acusado e declarado culpado por crimes de abuso de confiança por desencaminhamento de valores na ordem de 25.000,00 USD para aquisição de propriedades, no distrito de Marracuene e o valor de 33.000,00 MZN para beneficiar o Ministro de Transportes de Comunicações, António Munguambe; para aprovação de regulamentos de regalias sociais indevidas para membros do Conselho de Administração da ADM; para além de outros crimes de autorização de pagamentos de despesas indevidas (Tribunal Supremo, 2013).

O processo implicou, inclusivamente, Antenor Honorato Sulemane Pereira, Administrador financeiro da ADM, por co-autoria com o PCA Diodino Cambaza, nos crimes de abuso de confiança no desencaminhamento dos fundos do Estado; Maria Deolinda dos Santos Matos, Administradora Delegada da Empresa SMS, prestadora de Serviços da ADM por co-autoria material com o PCA da ADM, em crime de abuso de cargo e função, para a realização de contratação ilícita de um outro envolvido no caso António Augusto Bulande, chefe de gabinete do ministro dos Transportes de Comunicações, acusado e condenado por crimes de encobrimento e abuso de cargo por ter recebido ilicitamente de pagamentos de salários pela empresa SMS, através de fundos desviados da empresa ADM (Tribunal Supremo, 2013).

#### **7.4.2 O Caso Ministério do Interior**

Os principais meios de comunicação social do dia 22 de Setembro de 2008 surpreenderiam o País com a notícia da detenção do antigo Ministro de Interior (MINT) do governo de Joaquim Chissano, Almerino Manhenje, à porta de saída do Instituto Superior de Relações Internacionais, onde exercia as funções de docente. Sem informações claras, embora a imprensa tivera reportados diversos casos de corrupção no ministério do interior, não havia esclarecimentos devidos sobre a detenção e a sua ligação com a corrupção. No entanto, a 23 de Setembro, a procuradora/Procuradoria-Geral da República confirma a detenção de Manhenje, juntamente com mais oito indivíduos em conexão com o caso do processo 771/PRC/07, movido pelo desvio/roubo de pouco mais de 220 milhões de meticais, de que se acreditava que o então-ministro Manhenje tenha sido o epicentro.



Almerino Manhenje, juntamente com o seu director e o adjunto financeiro do Ministério de Interior, Rosário Fidélis e Álvaro de Carvalho, respectivamente, foram acusados pela Procuradoria-Geral da República por crimes de desvios de fundos, abuso de cargo, pagamento de remunerações indevidas. Dos elementos de prova recolhidos, o ex-ministro do Interior foi constituído arguido, juntamente com os seus colegas, por uso ilícito, para benefício próprio e de terceiros, de cerca de 1.563.930.204.918,00 Meticais (um trilhão, quinhentos e sessenta e três bilhões, novecentos e trinta milhões, duzentos e quatro mil e novecentos e dezoito meticais), dos fundos públicos alocados ao MINT.

Após o julgamento, no Tribunal Judicial da cidade de Maputo, Almerino Manhenje e os co-réus Rosário Fidélis e Álvaro de Carvalho foram condenados por crimes de violação de legalidade orçamental, abuso de cargo/função e pagamento de remunerações indevidas, dos quais destacam-se ordens de pagamentos indevidos de várias despesas a partir dos fundos de Estado, dos quais destacam-se produtos alimentares, aparelhos celular para quadros do ministério do Interior e passagens aéreas para familiares directos.

Depois da submissão do recurso ao Tribunal Supremo, alguns dos crimes, sobretudo de pagamentos de despesas dos quais os réus foram condenados, foram revogados por falta de provas, a falta de identificação de beneficiários. Assim, os arguidos são concedidos à liberdade provisória, mediante a prestação de caução pelo Acórdão do Tribunal Supremo referente ao processo nº11/09-A de 02 de Fevereiro de 2010 (Tribunal Supremo, 2013).

### **7.5A grande corrupção e o escândalo político**

A análise dos tipos de corrupção baseou-se na distinção de duas categorias, a *pequena corrupção* e a *grande corrupção*. A pequena corrupção, também conhecida por corrupção burocrática, representa actos de funcionários de escalões hierárquicos inferiores na administração pública que, na relação com os seus superiores recebem subornos para facilitar serviços (Jain, 2001). Por seu turno, a *grande corrupção ou agravada* ocorre em dimensões maiores, envolvendo elites políticas ou da estrutura do funcionamento do Estado e com um maior impacto no que representam os ganhos ilícitos obtidos pelos indivíduos (Heidenheimer, 2007).

A análise da cobertura realizada nos dois jornais mostra que a maior parte da cobertura feita é sobre os grandes casos de corrupção. No total dos artigos publicados, conforme ilustra figura 5 sobre os casos de corrupção retratados nos jornais, 67,6% dos casos são de grande corrupção; 12,5% de pequena corrupção e os restantes 19,9% de outras categorias não classificáveis, por falta de indicações evidentes, no discurso manifesto produzido pelos jornais ou mesmo por representarem reportagens sobre acções promovidas por diversas entidades, como conferências e seminários, sobre a corrupção sob as quais não é possível fazer nenhuma classificação.

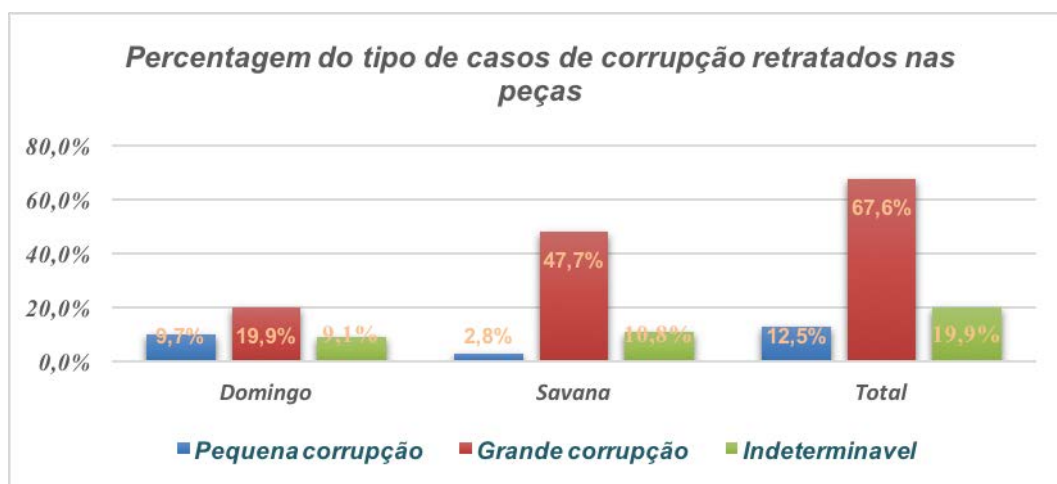
Na cobertura do *Savana*, os casos de grande corrupção representam 47,7% e os casos de pequena corrupção, 2,8%; no jornal *Domingo*, os casos de grande corrupção representam cerca de 19,9% e os de pequena corrupção 9,7%. Isto é, o *Domingo*, embora se oriente pela mesma lógica, possui um maior número de casos de pequena corrupção que o *Jornal Savana*.

Esta análise dos tipos de corrupção mais frequentes, nos jornais, pode ajudar a perceber o tipo de valorização da cobertura dada pelos jornais, sobretudo quando lhe forem associados aos valores-notícia de significância e a proeminência<sup>47</sup> das pessoas envolvidas. Como assinalam Maia e Borges (2014), em muitos estudos, a associação dos valores notícia de proeminência na cobertura dos casos de corrupção é muito inerente à lógica do funcionamento do jornalismo que buscam destacar a figura dos políticos por serem socialmente relevantes e as posições que ocupam na sociedade.

---

<sup>47</sup> Pela sua natureza, as notícias sobre a corrupção representam um desvio da norma, uma vez representarem actos que operam em contrariedade do que se espera para o funcionamento das instituições; preenchendo, logo à partida, uma categoria importante de valor-notícia. A associação à outros valores-notícia, como a *significância* e *proeminência*, conferem um maior destaque e importância aos acontecimentos sobre a corrupção. A significância baseia-se na ideia de que quanto mais relevância e maior número de pessoas estiverem envolvidas ou sofrerem consequência do acontecimento, maior é a probabilidade de ele ser agendado; a proeminência, por seu turno, define o facto de o nível de importância, a posição política, manifesto pelos cargos exercidos e destaque social das pessoas envolvidas num acto de corrupção (Sousa, 2001).

Gráfico 5. Casos de grande corrupção mais destacados na imprensa



A selecção das matérias tendo em conta a proeminência confere uma maior força ao facto de esta cobertura preencher a categoria dos escândalos, cujas características baseiam-se no facto de os casos reportados serem de grande corrupção. Estes casos, para além de representarem uma dimensão criminal, apresentam características de violações que implicam uma reprovação social, cujos contornos são revelados publicamente, a partir da acção da imprensa; mesmo quando a sua acção inicial tenha sido iniciada pelas entidades de justiça, como a Procuradoria-Geral da República. Pelo facto de grande parte dos seus actores serem políticos, sobretudo figuras ligadas ao partido no poder (Frelimo), o que implica o prejuízo da sua imagem perante a opinião pública.

Olhando para a definição e as características do escândalo, pode-se dizer que um acto corrupto pode, em certos momentos, constituir-se em escândalo e, em alguns momentos não. Por outro lado, o escândalo incorpora outras práticas e características mais abrangentes que vão para além da noção da corrupção (Thompson, 2002). Isto é, na maioria das vezes, existem casos de pequena corrupção tramitados pela procuradoria, assim como julgados, mas que não merecem tanta cobertura por parte dos jornais, não podendo, por isso, chegarem à categoria de escândalos.

A predominância dos casos de grande corrupção nos jornais, sobretudo no *Savana*, conforme ilustra o gráfico abaxo, revela, por um lado, a importância dada à corrupção, enquanto escândalo político. Trata-se de uma perspectiva que não se conforma com a própria lógica dos media, uma vez, os casos de grande corrupção representarem

transcrições perpetradas por actores políticos de elite ou envolvendo grandes somas de valores monetários; o que acaba conferindo um maior interesse público a esses casos (Maia e Borges, 2014).

A cobertura sobre a corrupção na perspectiva de escândalos deve, inclusivamente, ser vista como um factor determinante no processo de produção noticiosa, sobretudo por representar uma categoria de conflito de interesse, de negatividade e do desvio da norma. O aparecimento do escândalo na media, em muitas casos, deve ser entendido como resultado de uma acção intencional dos informadores que, não partilhando ou concordando com os implicados nos casos de corrupção, nas suas alianças com a imprensa, oferecem as informações para a imprensa. É por isso que, em muitas ocasiões, o aparecimento de matérias escandalosas constitui surpresa, inclusivamente, para os próprios actores originais das matérias (Molotch e Lester, 1999).

Assim, um escândalo exige a cooperação voluntária de pelo menos uma das partes com poder e legitimidade decorrentes da sua experiência e em primeira mão (a testemunha ocular) ou da sua posição na estrutura social. Quando se conjugam ambas as circunstâncias, maior é a possibilidade da sua publicação. O escândalo revela traços normalmente ocultos das vidas privadas ou dos processos institucionais que, na vontade dos seus executores, não poderia vir ao conhecimento público.

Por exemplo, nas fases de investigação dos crimes de corrupção, geralmente as fontes oficiais do sector de justiça fecham-se, havendo poucas probabilidades de os assuntos chegarem aos jornais pela sua iniciativa. Os factos sobre a corrupção só ganham espaço na cobertura noticiosa quando existem actores internos ao sector da justiça que, mantendo outros tipos de interesses ou não concordando com o rumo das investigações, fornecem informações aos jornalistas, dando o que, em muitos casos, designa-se de *fugas de informações* que possibilitam os jornalistas tomarem conhecimento de informações que, na perspectiva dos investigadores dos processos criminais, deveriam ainda ser mantidas em segredo de justiça.

Isto significa que a transformação dos actos de corrupção em escândalos, conforme sugere Thompson (2002), deverá ser percebida dentro da lógica do funcionamento dos media, não sendo um elemento intencional dos media; mas sim os escândalos são

produzidos numa ordem natural do trabalho e da lógica da economia noticiosa de produção dos jornais.

Tabela 13. Distribuição do tipo de casos de corrupção reportados

		Nome da Publicação					
		Domingo		Savana		Total	
		Count	%	Count	%	Count	%
Casos de Corrupção Retratados na Peça	Total	68	100,0%	108	100,0%	176	100,0%
	Pequena corrupção	17	25,0%	5	4,6%	22	12,5%
	Grande corrupção	35	51,5%	84	77,8%	119	67,6%
	Indeterminavel	16	23,5%	19	17,6%	35	19,9%

Fonte: Elaboração do autor

Existem elementos importantes a reflectir sobre as indicações oferecidas por estes dados. O primeiro tem a ver com o facto de o *Savana* ter uma cobertura de casos de pequena corrupção, quase que nula, mostrando que a sua abordagem orienta-se na reportagem de assuntos sobre as grandes personalidades. O segundo aspecto é o facto de, se consideramos os casos reportados pelo *Domingo*, de uma forma independente do *Savana*, podemos notar que a pequena corrupção, embora seja reportada percentagem relativamente reduzida, não estarem numa posição de grande relevo. Isto é, a nível de toda cobertura pode-se notar que existe uma maior possibilidade de encontrar casos de pequena corrupção no Jornal *Domingo* e em poucas vezes, no Jornal *Savana*; por outro lado, uma maior possibilidade de casos que retrata a grande corrupção no Jornal *Savana*.

Como se pode sustentar o facto de a pequena corrupção ser objecto de pouco cobertura? Em primeiro lugar, deve ser vista, conforme argumenta Jain (2001), como um conjunto de actos rotineiros que, em contextos em que os índices de corrupção são elevados, transformar-se numa rotina enraizada nas práticas e relações sociais rotineiras, não constituindo, por esta razão, objecto de noticiabilidade. Sendo rotina<sup>48</sup>, um acto de

---

<sup>48</sup> Os acontecimentos de rotina são definidos por representarem as notícias do dia-a-dia dos jornais, baseados nas actividades que são realizadas e promovidas intencionalmente pelos actores que executam actividades socialmente

pequena corrupção deverá se circunscrever na agenda dos media se lhe forem associados outros elementos, como, por exemplo, o impacto das somas dos valores envolvidos ou se houver particularidades de interesse público na maneira como esses casos ocorrem.

Note-se que o Jornal *Savana*, conforme a tabela em anexo 14, sobre os principais actores, há uma maior frequência de referência de membros do conselho de ministros como sendo envolvidos nos casos de corrupção, do que no jornal *Domingo*. Os dados disponíveis na tabela mostram que, quanto maior for a posição institucional do actor (ministro, vice-ministro, governadores, presidente de conselho de administração de empresa pública, reitor, vice-reitor, secretário permanente, alto magistrado dos tribunais supremo, administrativo, constitucional e ministério público), na hierarquia da administração pública, maior é a possibilidade de figurar como envolvido nos actos de corrupção nas reportagens do *Savana*.

O Jornal *Domingo*, conforme os dados da mesma tabela, é o que aparece com um maior número de casos de corrupção reportando actores de escalões média e mais baixos (chefes de departamentos/secções, directores provinciais e funcionários públicos sem funções de chefia) da administração pública envolvidos em casos de corrupção.

A reflexão sobre o tipo de casos de corrupção mais predominantes só pode ser significativa, para perceber a sua importância, se lhe associarmos ao debate sobre os critérios de noticiabilidade. Este elemento é muito importante para compreender que a corrupção, embora seja uma violação, constituindo-se um desvio de norma, por sinal, representar um valor notícia fundamental; em contexto em que ocorre com maior

---

relevantes. Em muitas vezes, quando os acontecimentos promovidos por entidades têm sucesso de cobertura mediática, representa um acto de sucesso para os seus promotores Molotch e Lester (1999) definem três níveis de rotinas, tendo em conta o acesso aos media: i) O *acesso habitual* existe quando um indivíduo ou grupo está tão localizado que as suas necessidades de acontecimentos normalmente coincidem com as actividades de produção jornalísticas. Aqui entra em jogo o valor notícia proeminência dos actores envolvidos; ii) o *acesso disruptivo* referente àqueles que necessitam dum acesso habitual à produção de acontecimentos e que querem contribuir para a experiência pública, tendo, para isso, de “fazer notícias”, entrando em conflito com o sistema jornalístico, gerando a surpresa, o choque ou uma qualquer forma latente de “agitação”. Trata-se de promoções anti-rotinas que estimula a cobertura dos meios de comunicação social da massa pelo facto de ser “*um problema para os relativamente poderosos*”; o *acesso directo*, onde são os próprios jornalistas que fazem descobertas ou criam acontecimentos através de pesquisas, através de entrevistas ou sondagens. Um exemplo que pode ser dado sobre este tipo de acontecimentos é a iniciativa do jornalista em entrevistar o líder do partido na oposição sobre o fracasso das estratégias do governo no combate à criminalidade.

predominância, o simples facto de ser praticada por funcionários de baixos níveis hierárquicos, acaba não sendo suficiente para torná-la objecto de noticiabilidade.

Em grande parte das notícias publicadas, a corrupção ganha o seu valor para se transformar em notícias, quando preenche dois elementos: O primeiro, que seja praticada por gente de elite, associando-se por isso o valor notícias de proeminência. O segundo, que o caso ocorra em grandes dimensões, em termos do volume dos fundos que são envolvidos. No entanto, dificilmente, pode-se encontrar casos de pequena corrupção cujos actores são envolvidos em esquemas de desfalque de grandes impactos, sem que ocupem posições importantes a nível de tomada de decisões (veja-se a tabela em anexo 14 que ilustra o tipo de actores predominantes). Por outro lado, para que a corrupção se tornasse em notícia, enquanto praticada por funcionários de pequena escala, deveria ocorrer no quadro de uma rede que, cujas práticas oferecem elementos interessantes para a cobertura mediática.

Assim, pode-se notar que, no Jornal *Savana*, sobretudo, em grandes casos, a corrupção é objecto de noticiabilidade, não somente porque já representa um desvio da norma; mas sim porque se congrega com outros níveis de valores notícias, como a dimensão com que ela ocorre, assim como pelos actores envolvidos.

A ocorrência de artigos que reportam casos de pequena corrupção, numa escala significativa, como o que acontece no Jornal *Domingo*, pode, em certa medida, representar a diminuição da qualidade da notícia e o interesse que pode suscitar aos leitores, uma vez tender a reportar o que se pode considerar como normal sob ponto de vista das práticas sociais.

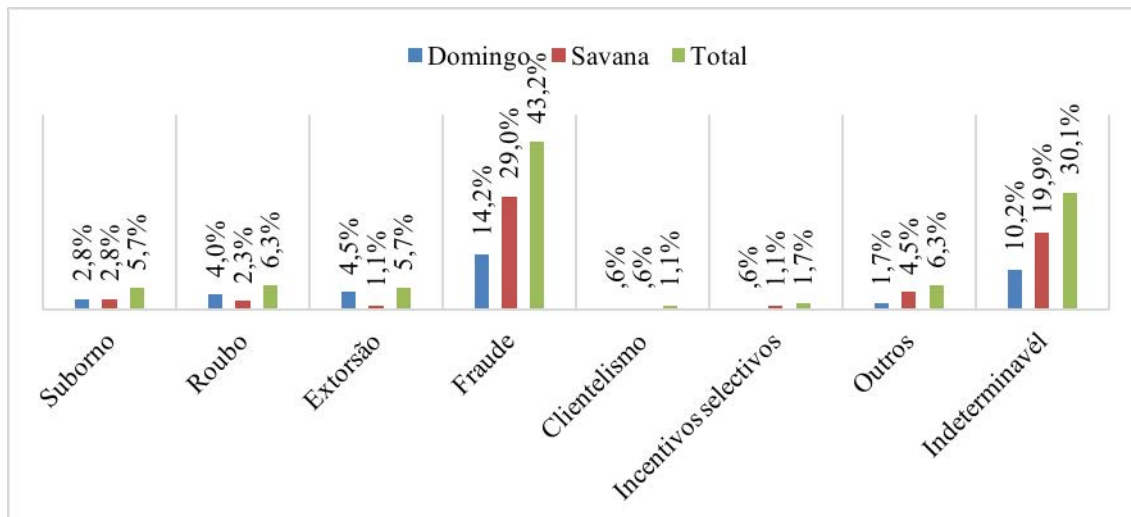
## **7.6 Os tipos de violações mais predominantes**

Para além da dimensão do acto de corrupção que distingue entre a pequena e grande corrupção, a classificação dos tipos de casos de corrupção pode ser feita, inclusivamente, sob ponto de vista dos actores, entre o funcionário e o utente dos serviços, ou tendo em conta as consequências que os actos têm na sociedade.

Baseando-se nos diversos tipos de corrupção, classificados nesta ordem no capítulo III, a análise da agenda dos jornais *Domingo* e *Savana* sobre a corrupção considerou os

seguintes tipos a analisar: o suborno, o roubo, a extorsão, a fraude, o clientelismo, os incentivos selectivos.

Gráfico 6. Distribuição percentual dos artigos segundo os ilícitos criminais representados



O objectivo principal desta análise era verificar como é que os acontecimentos sobre a corrupção são seleccionados e destacados, tendo em conta os tipos de corrupção. Esta análise procedeu a avaliação dos elementos mencionados, de forma manifesta, sobre os tipos de corrupção nos acontecimentos reportados.

Com base nesta análise, verificou-se que grande parte dos acontecimentos reportados (43,2% de toda a cobertura, correspondente a 14,2% no *Domingo* e 29,0% no *Savana*), nos dois jornais referem-se à fraudes, estas fraudes destacam, em muitas ocasiões a ligação entre a reportagem da grande corrupção que se caracteriza pelo facto de os altos dirigentes, fazendo o uso das suas funções.

A extorsão, o roubo e suborno permanecem como categorias com o menor número de artigos publicados, com uma percentagem de 5,7%, 6,3% e 5,7%. A Tabela 14 abaixo mostra o cruzamento entre as variáveis de classificação dos casos de corrupção, tendo em conta o impacto social e a dimensão, pode-se notar que os casos de grande corrupção aparecem, quase que na totalidade, na categoria de fraude e roubo, revelando as situações em que os que controlam ou gozam de posições de acesso aos fundos, enquanto altos dirigentes retiram-nos em proveito próprio.



Tabela 14. Cruzamento entre a classificação dos casos de corrupção tendo em conta o impacto social e a dimensão

		Casos de Corrupção Retratados na Peça						Total	%
		Pequena corrupção	%	Grande corrupção	%	Indetermi nável	%		
Caracterização do ilícito retratado na peça relacionada com o caso de corrupção	Suborno	3	1,7	6	3,4	1	0,6	10	5,7
	Roubo	4	2,3	7	4,0	0	0,0	11	6,3
	Extorsão	8	4,5	2	1,1	0	0,0	10	5,7
	Fraude	4	2,3	71	40,3	1	0,6	76	43,2
	Clientelismo	0	0,0	2	1,1	0	0,0	2	1,1
	Incentivos selectivos	0	0,0	2	1,1	1	0,6	3	1,7
	Outros	0	0,0	10	5,7	1	0,6	11	6,3
	Indeterminad o	3	1,7	19	10,8	31	17,6	53	30,1
Total		22	12,5	119	67,6	35	19,9	176	100,0

Fonte: Elaboração do autor

Por seu turno, a extorsão ocorre, na maior parte das vezes, na categoria da pequena corrupção. Nestes casos, os agentes da administração pública são, na maior parte das vezes, aparecem como denunciados pelos utentes que se sentem lesados, uma vez que a sua efectivação implica uma obrigação do utente pagar uma determinada quantia ou um outro benefício para que o serviço lhe seja prestado. Este tipo de casos ocorre, em muitas ocasiões, com os funcionários que estabelecem o contacto directo com o público.

O suborno, embora represente uma forma de corrupção passiva, pelo facto de o utente do serviço público pagar um valor para obter algo que deveria ter sem pagamento, representa uma categoria que ocorre, tanto em casos de pequena corrupção assim como de grande corrupção.



## CAPÍTULO VIII

### 8. OS ENQUADRAMENTO SOBRE A CORRUPÇÃO

Depois da análise da agenda dos jornais *Savana* e *Domingo* sobre a corrupção que possibilitou avaliar o nível em que a temática corrupção é destacado nos dois jornais; um segundo grupo de variáveis permitem compreender o segundo nível do agenda-setting, o *framing* (enquadramento). Este grupo de variáveis, conforme serão ilustradas abaixo e descritos no manual de codificação, oferece possibilidades que permitem compreender a maneira como os assuntos são apresentados. A compreensão dos enquadramentos fundamenta-se na ideia de que o conhecimento público sobre a corrupção, não basta que figure na agenda dos media, mas também pode ser influenciado na maneira como cada jornal enquadra os assuntos (McCombs, 2009).

Antes da análise dos enquadramentos propriamente ditos, a análise dos géneros jornalísticos e dos estilos narrativos das peças constitui um dos primeiros passos para compreender como as matérias são apresentadas. Esta análise possui uma maior importância, uma vez estar relacionada com os processos de selecção e o nível de importância que a matéria é dada ao jornal. Como vai ser demonstrado ao longo da discussão dos dados, o facto de um determinado assunto ser colocado como uma notícia breve ou um artigo de análise, revela a importância que o jornal confere à esse assunto.

Para o efeito, a análise dos enquadramentos correspondeu a uma dimensão específica da análise de conteúdo incorporando uma série de variáveis que partem dos elementos ligados aos textos jornalísticos, enquanto narrativas, o que faz retornar às questões dos géneros jornalísticos, porém, num quadro em que se avalia a sua relação com os estilos de narração mais predominantes. O objectivo fundamental é buscar, explorar os elementos informativos e interpretativos do discurso sobre a corrupção. Isto é, ideia de que os enquadramentos só podem se reflectir e avaliar melhor em situações em que os jornalistas interpretam e elaboram descrições qualitativas sobre os actores e factos reportados.

Um outro elemento mais central da análise é a variável *enquadramento temática*. Embora esta variável seja aplicada, geralmente, nos estudos sobre a cobertura das questões eleitorais; a sua conceptualização e os elementos que permitem medir, da orientação do discurso, dá-se mais foco ao texto, entre as personagens, assuntos, drama e episódios da cobertura da corrupção.

No final, é feita uma avaliação sobre a variável tom, olhando para a sua ligação com elementos circunscritos no discurso que permitem deter as qualidades emocionais do texto. As análises são feitas a partir da variável designada *tom* do enunciado que pode ser; *positivo, negativo ou neutro*. Por isso, a variável tom assume-se como um indicador central para a análise do segundo nível da agenda, pois ajuda a compreender como os jornalistas se situam em relação aos actores.

### **8.1A reportagem como género dominante dos semanários**

A opção da análise dos géneros noticiosos na análise de conteúdo justifica-se pelo facto de eles constituírem-se como o produto primário da responsabilidade e do dever do jornalismo. Isto é, embora os géneros opinativos sejam também resultado da produção editorial do jornal, eles podem resultar da participação directa dos actores externos à profissão.

Isto quer dizer que, embora os dois níveis de géneros sejam resultado da produção do jornalismo, existe uma demarcação entre eles. Geralmente, os géneros noticiosos têm como fundamento a necessidade de informar e narrar os acontecimentos, buscando distinguir-se do comentário absoluto que caracteriza os géneros opinativos. Neste tipo enquadra-se: a **notícia, reportagem, entrevista e o artigo de fundo**. Por seu turno, os géneros opinativos distinguem-se dos primeiros pelo facto de apresentarem os factos e o juízo valorativo sobre eles. Está incluso o editorial, crónica, artigo de opinião e de análise (Sousa, 2001).

Como se pode notar, os géneros noticiosos encontram-se uma subclassificação que requer uma diferenciação, como forma de compreender as suas diversas subcategorias. Geralmente, as notícias respondem às perguntas o quê, quem, quando, onde, como e

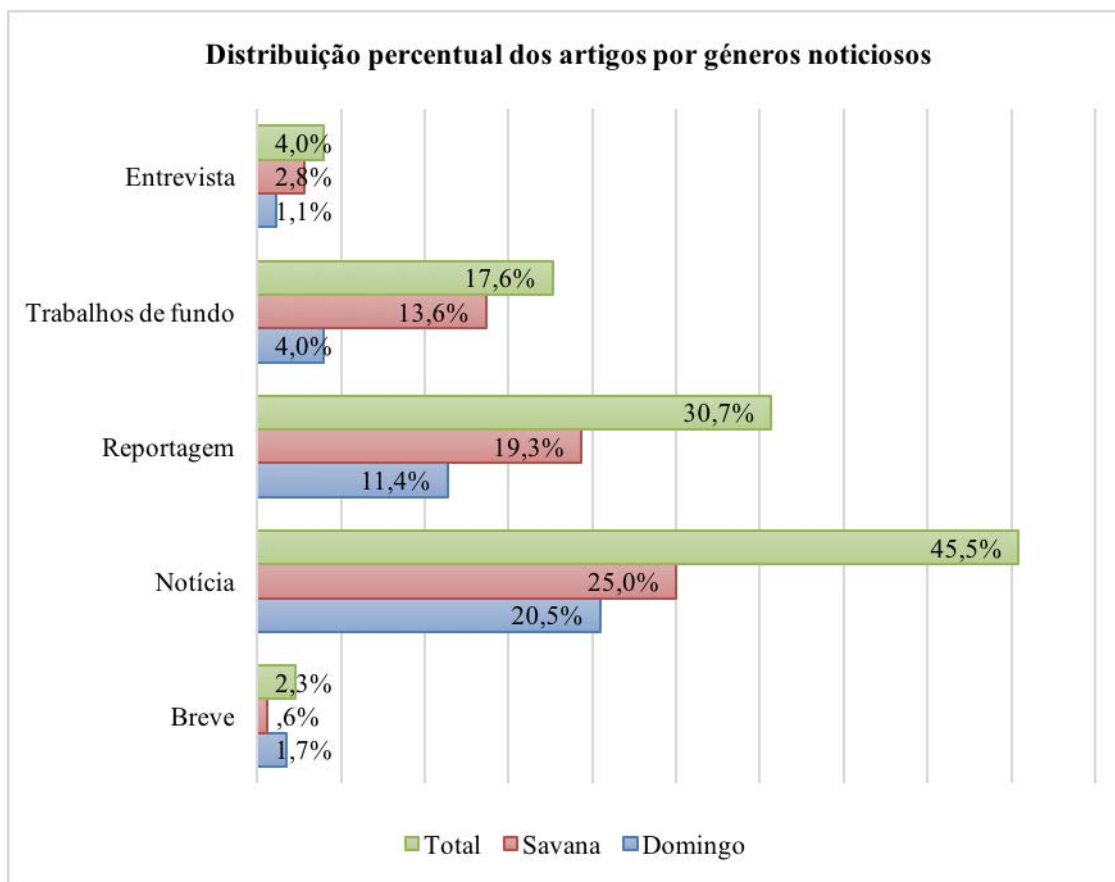
porquê, apresentando um relato seco e objectivo dos factos. É considerado o género básico do jornalismo. Por sua vez, a reportagem, igual que a notícia, o seu objectivo é informar sobre algum tipo de acontecimento, agregando-se-lhe a qualidade de ser mais descritiva, profunda e detalhada na narração dos factos, atribuindo vida e maior espaço informativo ao leitor (Gradim, 2000).

A entrevista, por seu turno, para além de ser uma técnica de pesquisa em jornalismo, configura-se como um género textual e de apresentação de conteúdos sob forma de perguntas e respostas dada por uma personalidade acerca de uma temática de interesse, dando a conhecer a personalidade ou o seu ponto de vista sobre uma determinada matéria (Sousa: 2001, 237; Gradim: 2000, 57).

Os artigos de fundo ou de análise são resultado do desenvolvimento do jornalismo moderno, sobretudo a partir dos anos 60. Esta categoria acaba se situando numa dimensão intermédia entre os géneros opinativos e os informativos, sobretudo pelo facto de, ao mesmo tempo que providencia a informação, busca fornecer análises interpretativas mais profundas que ajudam ao leitor a criar um quadro de relações entre o acontecimento narrado e outros acontecimentos (Schudson, 2010).

Olhando para o gráfico 7, pode-se notar que grande parte dos artigos publicados nos dois jornais foi classificada na categoria das notícias analíticas, com uma percentagem de cerca de 45,5%; as reportagens com uma percentagem de 30,7; os trabalhos de fundo representam 17,6% da cobertura e as notícias breves, 2,3% e as entrevistas 4%. Particularmente, o Jornal *Domingo* apresenta o maior número de notícias analíticas e reportagem, destacando uma tendência de produção informativa da cobertura feita pelo Jornal. No jornal *Savana*, embora se encontrem notícias e reportagens na maioria, encontram-se na categoria de trabalhos de fundo com o maior número de reportagem, o que revela uma tendência mais analítica à opinativa, nos trabalhos produzidos por este jornal.

Gráfico 7. Distribuição dos artigos por géneros jornalísticos



Pode-se, com base nos dados apresentados, notar que existe uma tendência de uma produção mais informativa e descritiva, em ambos jornais, mas com uma maior relevância dada a este tipo de cobertura no jornal *Domingo*. No que diz respeito aos trabalhos de fundo que privilegiam análise, com um certo nível de interpretações, podem-se encontrar com uma maior predominância do jornal *Savana*.

## 8.2 O estilo narrativo no Domingo e o estilo interpretativo na reportagem do Savana

O estilo interpretativo é uma das inovações do jornalismo moderno, sobretudo a partir das décadas 1960. A reportagem interpretativa vem substituir o estilo de narração descritiva, onde os jornalistas buscam narrar somente os acontecimentos mantendo o que ocorreu e o que foi dito. Com a evolução do jornalismo interpretativo, os factos e as interpretações dos jornalistas são misturados num único estilo textual.

Como assinala Patterson (1997), o resultado da mistura das interpretações nas reportagens é o agrupamento dos acontecimentos da mesma natureza uns com os outros dentro do mesmo tema, introduzindo-se mais as opiniões dos próprios jornalistas do que as falas dos protagonistas nas histórias. Este estilo oferece um maior poder aos jornalistas de controlo da mensagem noticiosa, abrindo espaço para que operem como narradores participativos, o que torna a eles próprios protagonistas das histórias, para além de simples relatores.

A análise do estilo interpretativo nas notícias é importante, pois é a partir das interpretações dos repórteres que se constituem as apreciações positivas ou negativas, assim como dos enquadramentos dados à cobertura sobre as questões políticas.

Tabela 15. Distribuição percentual dos artigos analisados tendo em conta o estilo de narração

Estilo da peça			Nome da Publicação		Total
			Domingo	Savana	
Descritivo/Narrativo	Género Jornalístico Dominante	Breve	2,27	1,14	3,4
		Notícia	19,89	24,43	44,3
		Reportagem	6,82	0,00	6,8
		Entrevista	1,14	2,84	4,0
	Total	30,11	28,41	58,5	
Interpretativo/Explicativa	Género Jornalístico Dominante	Notícia	0,0	0,0	0,0
		Reportagem	4,5	19,3	23,9
		Trabalhos de fundo	4,0	13,6	17,6
	Total	8,5	33,0	41,5	
Total			38,6	61,4	100

Fonte: Elaboração do autor

Tabela 16. Distribuição de frequência dos artigos analisados tendo em conta o estilo de narração

Estilo da peça			Nome da Publicação		Total
			Domingo	Savana	
Descritivo/Narrativo	Género Jornalístico Dominante	Breve	4	2	6
		Notícia	35	43	78
		Reportagem	12	0	12
		Entrevista	2	5	7
	Total	52	49	101	
Interpretativo/Explicativa	Género Jornalístico Dominante	Notícia	0	0	0
		Reportagem	8	34	42
		Trabalhos de fundo	7	24	31
	Total	16	59	75	
Total	Género Jornalístico Dominante	Breve	3	1	4
		Notícia	36	44	80
		Reportagem	20	34	54
		Trabalhos de fundo	7	24	31
	Total	68	108	176	

Fonte: Elaboração do autor

Esta tendência do jornalismo interpretativo é também predominante na cobertura sobre a corrupção que marca-se, logo a princípio, pela processo de construção de textos longos e que buscam agrupar os diversos acontecimentos numa única narrativa. A valorização de um estilo que busca empacotar todos os assuntos de um evento. A reportagem da leitura da sentença do caso Aeroportos de Moçambique mostra, por exemplo, como os jornais buscaram, numa única narrativa trazer um conjunto de informações sobre o mesmo evento.

Este empacotamento de diversas informações no mesmo texto resulta da necessidade de providenciar mais informações contextualizadas e explicações sobre o mesmo acontecimento. Por exemplo, na leitura da sentença do caso ADM, os jornalistas, ao mesmo tempo que davam a informação sobre as penas aplicadas aos réus, buscavam



fornecer o contexto de todo o processo que conduziu o julgamento; inserindo visões avaliativas sobre a qualidade do julgamento.

Conforme ilustram as tabelas 15 e 16 de distribuição de frequência dos géneros jornalísticos pelos estilos narrativos, pode-se notar que grande parte das reportagens e dos trabalhos de fundo, produzidas nos dois jornais seguem a esta lógica do estilo interpretativo. Das 54 reportagens produzidas, somente 12 obedecem ao estilo de narração descritiva e as restantes 42 correspondem ao estilo interpretativo.

De forma particular, as reportagens do Jornal *Savana* são, na totalidade, classificadas como sendo do estilo interpretativo. Por seu turno, o Jornal *Domingo* apresenta-se com uma tendência contrária, com uma certa predominância de reportagens do estilo descritivo, num total de 12 e 8 (oito) do estilo interpretativo. Foram assinalados para ambas publicações 31 trabalhos de fundo que, por natureza, compreendem ao estilo interpretativo de jornalismo. Destes trabalhos, sete foram publicados no jornal *Domingo* e os restantes 24 no jornal *Savana*.

Em termos gerais, 41,5% dos artigos, com maior extensão e relevância, publicados nos dois jornais é de carácter interpretativo, sendo que 33,0% (correspondente a um total de 59 artigos) do Jornal *Savana* e 8,5% (correspondente a 16 artigos) do Jornal *Domingo*.

Pode-se, com base nesta análise, entender que a cobertura relevante do Jornal *Savana* sobre as questões de corrupção é predominantemente interpretativa do que descritiva, o que abre maiores possibilidades de encontrar formas de enquadramentos discursivos dramáticos e personalísticos, conforme será apresentado nas análises seguintes. Por seu turno, a cobertura do jornal *Domingo* é marcadamente descritiva, o que abre maiores possibilidades de se encontrar um discurso mais centrado nas temáticas e neutral sobre a corrupção.

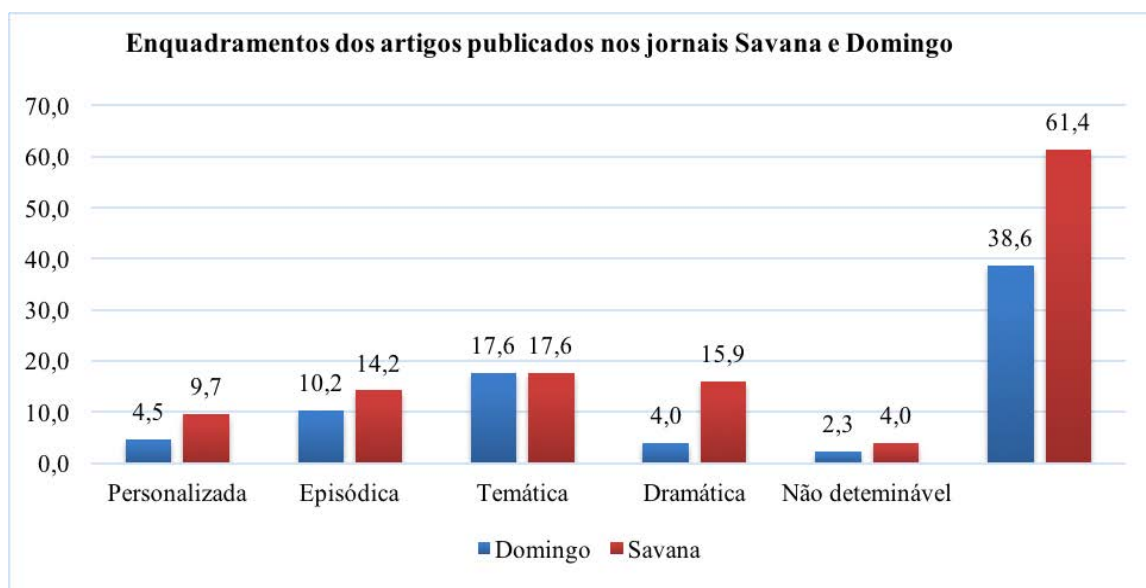
### **8.3A orientação temática das narrativas sobre a corrupção**

Para além do estilo narrativo, a análise do enquadramento sobre a corrupção nos jornais *Savana* e *Domingo* foi feita a partir dos enfoques dados à temática ou às personalidades, no título ou lead do acontecimento. A análise procedeu, em primeiro plano

à avaliação do destaque dado à reportagem a partir do título, buscando perceber quem são os sujeitos da história reportadas sob ponto de vista de destaque das personagens em si (neste caso os actores sobre a corrupção) ou os assuntos (a temática da corrupção).

Assim, a análise da variável enquadramento buscou, nos dois jornais (*Domingo* e *Savana*) verificar a orientação da cobertura jornalística dada, enquanto forma de construção discursiva predominante.

Gráfico 8. Distribuição dos artigos tendo em conta os enquadramentos mais predominantes na cobertura dos jornais



Olhando para o gráfico 8 de distribuição de frequência dos artigos pelos enquadramentos de cobertura, pode-se notar que a orientação para a *tematização* é a que possui uma maior percentagem de cobertura em todos os jornais, com cerca de 36% de total dos artigos produzidos. Esta orientação temática é mais evidente no jornal *Domingo* que no *Savana* que possui uma percentagem total de 17,6 % do global da cobertura, se agregada e comparada com o jornal *Savana*; mas que representam 46% dos artigos publicados no jornal, se comparados entre si; por seu turno, os 17,6% dos artigos publicados no *Savana* representam 29% da cobertura temática relativamente às outras categorias analisadas só no que foi publicado neste jornal.

A distribuição de frequência a nível geral, segue à *cobertura episódica* como sendo a mais predominante, com cerca de 24,4% dos artigos publicados, dos quais 10,2% no *Domingo* e 14,2% no *Savana*. Esta cobertura, como se referiu na definição, a maior parte destes artigos reflectem histórias em continuação, inserindo os acontecimentos dentro de uma narrativa em curso. Estas formas narrativas de orientação da cobertura podem ser vistas como predominantes nas publicações em que se buscam ilustrar os passos dados num determinado caso de corrupção, publicamente, conhecido em que os jornalistas acrescentam-lhes elementos informativos para ilustrar os passos em que o processo se encontra.

Pode-se notar que, na maior parte dos casos, a cobertura temática procura responder às necessidades de informação dos leitores sobre os casos da corrupção, num estilo de reportagem mais descritivo que explicativo. Na tabela 17 que ilustra o cruzamento entre os enquadramentos discursivos e os estilos de narração mais predominantes, nota-se que, grande parte dos assuntos, nos dois jornais classificados como enquadramentos temáticos, está na categoria das peças narrativas e descritivos.

Os enquadramentos episódicos ocupam uma distribuição quase que regular entre os assuntos publicados na categoria das peças descritivo/narrativas e as do estilo interpretativo/explicativo. Por seu turno, os enquadramentos dramáticos são predominantes nos estilos de peças de natureza interpretativo/explicativo que nos estilos descritivos; os enquadramentos personalizados, com uma viação, por cada jornal, com um maior número de peças de estilo interpretativo no *Savana* e um maior número de peças descritivas no *Domingo*.

Tabela 17. Cruzamento dos artigos por estilos de narração e os enquadramentos

		Enquadramento da cobertura											
		Personalizada		Episódica		Temática		Dramática		Indeterminável		Total	
Descritivo/Narrativo	Domingo	7	4,0%	9	5,1%	29	16,5%	3	1,7%	4	2,3%	52	29,5%
	Savana	6	3,4%	10	5,7%	24	13,6%	7	4,0%	2	1,1%	49	27,8%
	Total	13	7,4%	19	10,8%	53	30,1%	10	5,7%	6	3,4%	101	57,4%
Interpretativo/Explicativa	Domingo	1	,6%	9	5,1%	2	1,1%	4	2,3%	0	0,0%	16	9,1%
	Savana	11	6,3%	15	8,5%	7	4,0%	21	11,9%	5	2,8%	59	33,5%
	Total	12	6,8%	24	13,6%	9	5,1%	25	14,2%	5	2,8%	75	42,6%
Total	Domingo	8	4,5%	18	10,2%	31	17,6%	7	4,0%	4	2,3%	68	38,6%
	Savana	17	9,7%	25	14,2%	31	17,6%	28	15,9%	7	4,0%	108	61,4%
	Total	25	14,2%	43	24,4%	62	35,2%	35	19,9%	11	6,3%	176	100,0%

Fonte: Elaboração do autor

No entanto, é preciso assinar que a cobertura da *corrupção*, enquanto episódio ou eventos em continuação, coloca-se em segundo lugar, enquanto orientação geral na cobertura e no Jornal *Domingo*, quando vista de forma particular. O mesmo não sucede com o Jornal *Savana* que tem, no âmbito da sua cobertura, o *enquadramento dramático*, como sendo o mais predominante com 15,9% da orientação do seu estilo de cobertura sobre a corrupção. No âmbito/cômputo geral, incluindo a cobertura do *Domingo*, com 4,%, o enquadramento dramático é o terceiro mais usado pelos jornais, com um total de 19,9%.

O *enquadramento dramático* é reproduzido, conforme ilustram alguns dos títulos na tabela abaixo, reforçando o lado mais crítico, com o enfoque emocional e conflitual que os actos de corrupção representam. Pela sua natureza, a cobertura sobre a corrupção ilustra a controversa do dever servir e os actos negativos protagonizados pelos actores praticantes dos actos. A exploração destes elementos como formas de orientação discursiva oferece esta tendência de produção de uma informação mais baseada no conflito de interesse, traduzido, em muitas ocasiões, sobretudo no jornal *Savana*, sob forma de metáforas.

#### **Alguns títulos de enquadramento dramático no Jornal *Savana***

“ADM era gerida de forma doméstica”  
“As falas da velha raposa”  
“Comé tramado pelo Cartão Visa”  
“Denúncias com cheiro à corrupção”  
“ECMEP à saque em Manica?”  
“EDM é agência de negócios da elite política”  
“Era uma vez um saco azul chamado DPPF!”  
“Estrangeiros denunciam polícias "mendigos e burlões”  
“Grande falcatrua”  
“Julgamento do saque no CPD revela algumas nuances”  
“Matola à saque”  
“Moçambicanos na frigideira”  
“Mondlane nas malhas da PGR”  
“Reinam mistérios em volta do concurso”

#### **Alguns títulos de enquadramento dramático no jornal *Domingo***

“Dez milhões de meticais somem dos cofres da SIM”  
“Falso funcionário da AT cai nas malhas da polícia em Chimoio”  
“Pacote Anticorrupção coloca Parlamento sob "fogo cruzado".  
“Um semestre de carros "quentes””

Estas formas de comparativa, com um tom mais negativo quando implica actores da elite sobretudo ligados ao partido Frelimo, conforme será visualizado nos gráficos de frequência sobre o tom de cobertura, é mais destacável no Jornal *Savana*, onde os enquadramentos predominantes ilustram as instituições públicas como espaços de “saque”, os cidadãos como sendo vítimas de políticos corruptos que gerem as instituições de forma irresponsável e banal. Os títulos abaixo exemplificados ilustram esta tendência de enquadramentos discursivos no jornal *Savana*. Os quatro títulos que exemplificam o estilo dramático no jornal *Domingo* mostram uma tendência à uma ampliação não ligada aos actores, mas sim aos assuntos, buscando dar-lhe mais vida, sem que se ligue e problematize a acção directa das figuras praticantes dos actos.

Os enquadramentos personalizados são os que aparecem com o menor número de artigos, com cerca de 14,2, distribuindo-se numa percentagem de 9,7% no jornal *Savana* e 4,5%, no jornal *Domingo*, em relação à cobertura total feita pelos dois jornais. Para o caso do *Savana*, a cobertura personalista reflecte a que menos se destacou de todas; enquanto no

jornal *Domingo*, ocupando o terceiro nível, depois da dramática com uma percentagem de 4%.

No jornal *Savana* o enquadramento personalizado, para além de demonstrar as posições institucionais de relevo que os actores de corrupção possuem na sociedade, eles aparecem associados a atributos que demonstram avaliações negativas do carácter pessoal dos actores, assim como dos seus comportamentos enquanto gestores da coisa pública; assim como pelo baixo nível de dignidade dos seus actos. Por seu turno, o jornal *Domingo*, mesmo com poucos artigos classificados na categoria de enquadramento personalizado, os actores são mais enquadrados pela sua posição institucional, no entanto associados a um discurso pouco avaliativo sobre os seus actos.

#### **8.4 O tom dos enunciados**

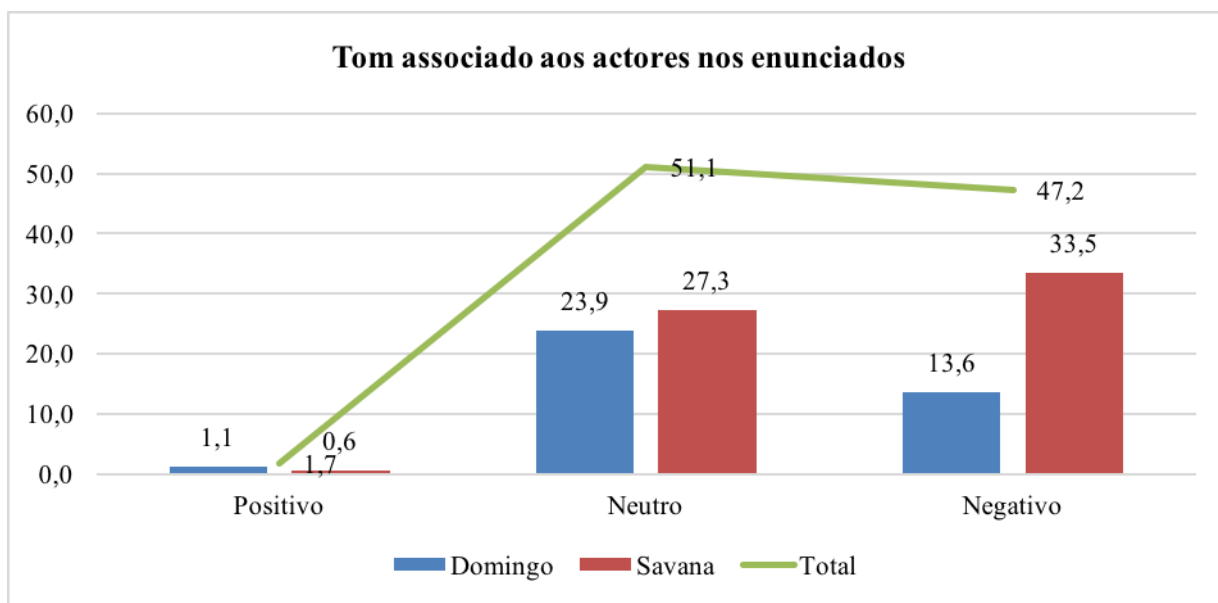
O tom do enunciado deve ser entendido como o elemento discursivo que reflecte a qualidade emocional do texto, sendo uma das variáveis mais relevantes do enquadramento, sobretudo, por possibilitar compreender as avaliações feitas pelos jornalistas sobre os protagonistas (Coleman; McCombs; Shaw e Weaver, 2009).

Uma definição mais consistente da variável tom é inspirada nos estudos eleitorais, onde é detectado a partir das palavras usadas por fontes partidárias, pelos candidatos ou pelos jornalistas para descreverem uma determinada situação ou um candidato (Serrano, 2006; Norris e Moreloe, 2002). Assim, o tom pode ser classificado em *positivo*, *negativo* e *neutro*.

No caso da análise sobre a corrupção, o tom *positivo* deverá ser compreendido a partir das descrições e adjectivações feitas sobre o actor envolvido, associando-lhe a um percurso público credível, valores de rectidão, honestidade e de boa conduta. O *tom negativo*, quando as descrições sobre o actor referem-se a situação anteriores ao acto de incumprimento de deveres, falta de compromisso, envolvimento em actos negativos, críticas e outras; o *tom neutro* quando as descrições ao actor associam-no em que as associações negativas ou positivas equilibram-se ou não se fazem sentir.

Pela sua natureza e por ser associado a valores notícias negativas, os actores de corrupção são, em poucas vezes, associados a valores positivos. Como se pode notar, somente 3 artigos, um no jornal *Savana* e dois no jornal *Domingo* foram classificados como tendo enquadramentos positivos sobre os actores, representando uma percentagem de 1,7% de toda a cobertura feita.

Gráfico 9. Distribuição percentual dos artigos segundo o tom



Acompanhando a lógica dos enquadramentos dramáticos e a selecção das notícias pela sua negatividade, em muitas situações os actores implicados nos casos de corrupção são reportados em situações negativas. No geral, 47,2% dos artigos publicados nos dois jornais enquadram os actores em situações negativas, sendo que tal ocorre em 33,5% do total dos artigos do *Savana* e 13,6%, nos artigos do jornal *Domingo*.

Por seu turno, a reportagem neutra representa a cobertura total de 51,1%, sendo 27,3% dos artigos no jornal *Savana* e 23,9%, no jornal *Domingo*. É importante assinalar que na categoria das abordagens neutras incluíram-se todos os artigos referentes à corrupção que, não referenciando-se a actores específicos reportam o assunto da corrupção. O exemplo destes artigos são eventos de rotinas como debates, conferências e discussões públicas sobre os problemas de corrupção noticiados na imprensa.

Nota-se, no mesmo gráfico, uma tendência de uma grande negativização dos actores e dos actos de corrupção no Jornal *Savana*. Olhando para a distribuição das frequências, para cada jornal, pode-se verificar que os enquadramentos negativos são os que possuem uma maior frequência no jornal *Savana*, com 33,5%, depois os artigos com abordagem positiva, com 27% e 0,6% com abordagem neutra. Por seu turno, o Jornal *Domingo* aparece com um maior número de artigos com abordagem neutra, com 23,9% no total da cobertura; seguido do enquadramento negativo, com 13,6% e positivo, com 1,1%.



## CAPÍTULO IX

### **9. O PROFISSIONALISMO: AS FONTES DE INFORMAÇÃO, CREDIBILIDADE E QUALIDADE DAS REPORTAGENS SOBRE A CORRUPÇÃO**

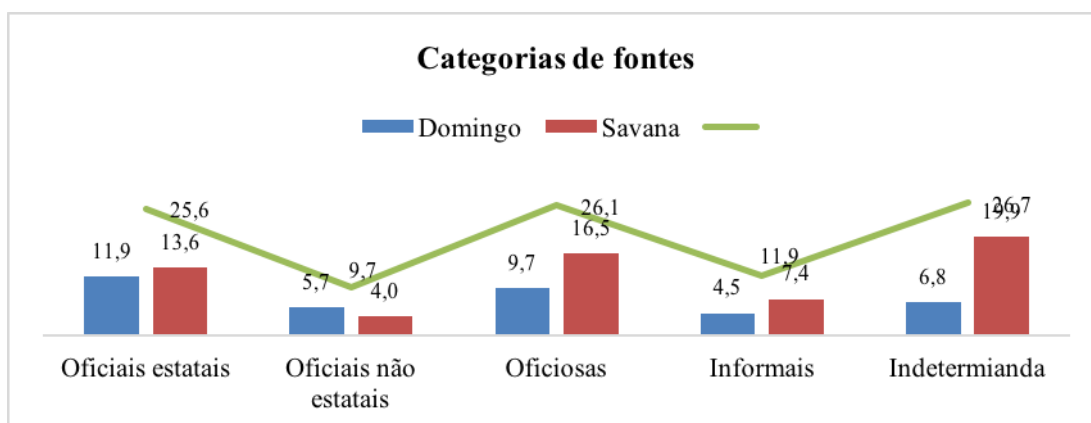
A consideração importante na pesquisa é que os media não só devem agendar a corrupção, enquanto função de contra-poder, mas ela deve ser exercida dentro de padrões profissionais, exigindo uma maior responsabilidade no tratamento da informação das matérias. O tratamento das matérias implica um bom nível de conhecimento e apuramento das fontes, no processo da recolha da informação.

Para avaliar estas questões, a análise de conteúdo sobre a cobertura da corrupção nos jornais *Domingo* e *Savana* avaliou um conjunto de variáveis, destacando-se: As fontes de informação predominantes (tipos de fontes usadas e nível de identificação), nível de factualidade das matérias (apresentação das provas auxiliares), equilíbrio das matérias (apresentação das possibilidades conflituais).

#### **9.1 As fontes de informação sobre a corrupção**

A classificação das fontes de informação usadas para a análise de conteúdos sobre a corrupção baseia-se nos critérios que se atribuem a partir do seu estatuto. Conforme oferece Sousa (2001), a classificação de acordo com o seu estatuto, define as fontes em oficiais estatais (Procuradoria, Tribunais, Ministérios, Juízes, etc.), oficiais não estatais (partidos políticos, sindicatos, associações, empresas, etc.), oficiosas (um assessor de um ministro que dá a sua versão dos factos, advogado de defesa, etc.), informais (a testemunhas, lesados, etc.). Neste caso, podemos assinalar que as fontes oficiais coincidem, em muitos casos, com as fontes com acesso habitual e as não oficiais com acesso não habitual aos media.

Gráfico 10. Distribuição percentual das categorias de fontes de informação predominantes



Como se pode notar, no gráfico em figura 10 sobre as fontes de informação predominantes, existe um maior número de artigos sobre os quais não é possível apurar a partir do discurso manifesto a natureza das fontes de informação, tendo-se considerado estes casos de artigos com fontes indetermináveis.

Das categorias identificadas, as fontes oficiosas são as que figuram com uma maior percentagem dos artigos, sobretudo no jornal *Savana*. Pode-se notar que neste jornal a categoria de fontes de informação caracterizada por especialistas (investigadores), organizações da sociedade civil que denunciam actos de corrupção, advogados e analistas figuram como sendo um grupo de fontes que mantém um contacto e fornecem informações ao jornal. Diga-se que, num aspecto particular, existe uma relação directa de acesso ao jornal *Savana* pelas fontes oficiosas. A natureza do agendamento do jornal, muito virada para assuntos de escrutínio à governação, pode explicar a primazia que é dada pelo jornal a este tipo de fontes.

O Jornal *Domingo*, por seu turno, possui um maior número de artigos com fontes classificadas na categoria de fontes oficiais estatais. Isto é, as entidades públicas (sejam governamentais, procuradoria e tribunais) aparecem como sendo as que mais relações e acesso têm ao jornal *Domingo*, nas questões sobre a corrupção. Esta constatação sustenta-se, inclusivamente, pela natureza dos eventos predominantes na agenda deste jornal. Como se notou, grande parte dos artigos publicados no *Domingo* classificam-se como sendo acontecimentos de rotina, dependentes das ocorrências produzidas e fornecidas pelas entidades estatais que lidam com questões da corrupção.

As categorias das fontes oficiais não estatais surgem, em muitos casos, em contextos em que são apresentados casos de pesquisas realizadas por entidades não estatais, como organizações da sociedade civil, académicos e entidades internacionais que lidam com a corrupção, com diversas apreciações sobre o contexto e processo da corrupção, no País. Por outro lado, as fontes informais são também uma categoria usada para os casos de corrupção, embora de forma diferenciada. No jornal *Domingo*, por exemplo, as fontes informais aparecem em categorias em que são associadas aos casos de pequena corrupção, sendo testemunhas ou mesmo referenciados como implicados nos casos reportados; enquanto no jornal *Savana*, as fontes informais são associadas em situações de denúncias, em que esta categoria aparece como sendo informantes, testemunhas em julgamentos ou denunciantes de actos de casos de grande corrupção.

## **9.2 A credibilidade e a identificação das fontes nas matérias sobre a corrupção**

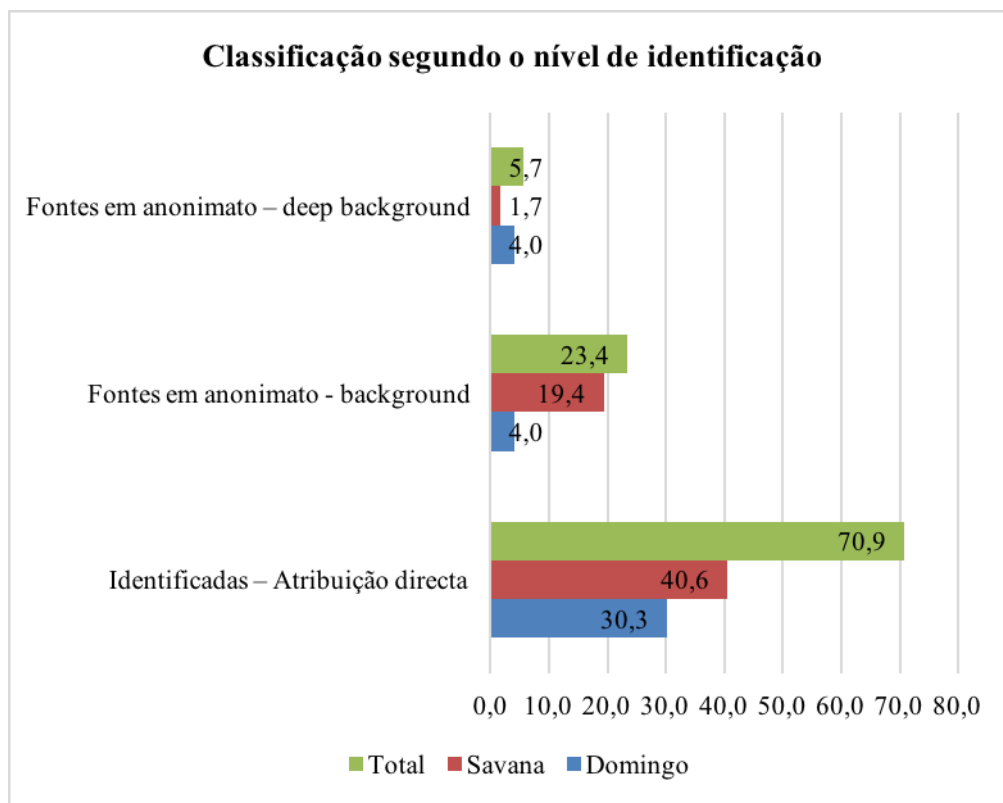
Existem ainda abordagens que buscam tipificar as relações que existem entre os jornalistas e as fontes de informação, considerando o tipo de negociação que é feita para a obtenção da informação, surgindo a categoria de classificação que remete à identificação das fontes de informação nos textos jornalísticos (Pinto, 2000). Estas categorias tornam-se mais importantes analisar nas histórias de corrupção, onde os denunciantes precisam, em certas medidas serem protegidas, sobretudo quando os assuntos podem implicar com a sua segurança.

Esta análise sugere a aplicação de princípios de qualidade da fonte de informação, tendo em conta o seu nível de identificação nas histórias. Este princípio estabelece ainda o facto de a identificação directa das fontes conferir um maior nível de qualidade e credibilidade das informações, do que as situações em que, por questões de diversa ordem, os jornais usam a figura do anonimato para protegerem as fontes de informação (Sousa, 2001).

A avaliação da qualidade de fontes a partir da análise de conteúdo obedece a três níveis de categorias, definidas por Sousa (2001), no capítulo de metodologias. A primeira confere à atribuição directa; em segundo lugar, a categoria *on Background/not for*

*attribution* (atribuição com reserva); em terceiro lugar, a categoria *on deep background* (atribuição com reserva total).

Gráfico 11. Classificação das fontes segundo o nível de identificação



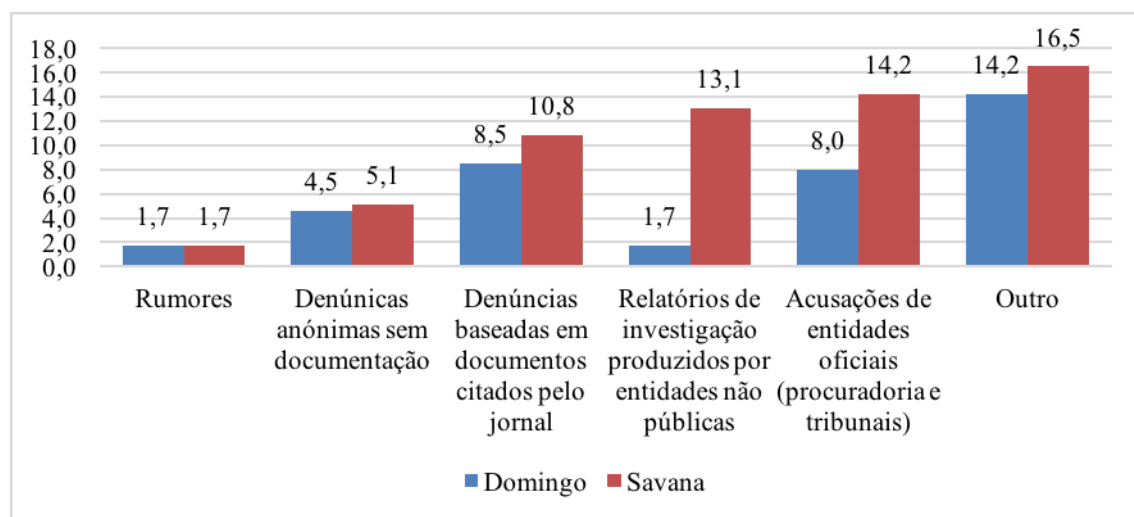
Grande parte dos artigos publicados, numa percentagem de 70,9%, nos dois jornais, segue a regra geral de identificação e atribuição directa das fontes de informação aos acontecimentos sobre a corrupção. Uma análise dos acontecimentos mais abrangidos pela regra de identificação directa mostra que ela ocorre em situações de eventos de rotina, em que as fontes têm o acesso habitual. Note-se que, o jornal *Domingo*, dos 67 artigos publicados, 53 artigos referem directamente às suas fontes de informação, ilustrando o baixo nível de necessidade ou de situações em que as fontes de informação carecem de serem protegidas. No jornal *Savana*, os artigos com a identificação directa, conferem a 40,6% da cobertura.

As fontes em anonimato, tanto ao nível de *background*, aparecem com maior frequência no jornal *Savana*, com uma percentagem de 19,4 (num total de 41 artigos publicados) relativamente ao Jornal *Domingo*, com 4,0%. A natureza do processo de selecção dos assuntos marcados por reportagens que confrontam a grande corrupção, dita a

prevalência de casos, em que as fontes, sobretudo quando se traduzem em informantes, precisam ser protegidas. Estas situações revelam-se, ainda mais, quando as reportagens são produzidas sem um suporte documental que as fundamente, sendo que as histórias são produzidas tendo como base as informações oferecidas oralmente pelas fontes de informação; baixando, desta forma, o nível de credibilidade da informação reportada.

O gráfico abaixo pode ajudar a ilustrar o nível de fiabilidade das matérias, tendo em conta a apresentação de suportes documentais ou a existência de declarações expressas de entidades oficiais que se assumem como fontes de informação das histórias.

Gráfico 12. Nível de apresentação de provas de sustentação dos factos relatados



Existe quase que uma tendência crescente entre os artigos que se referem à maior precisão e qualidade de base de suporte que confere a credibilidade da informação. O percurso da esquerda para a direita do gráfico, mostra que dos artigos com baixos níveis de credibilidade, baseados em rumores até aos que as fontes se identificam na totalidade, vão tomando uma tendência crescente, sobretudo no Jornal *Savana*<sup>49</sup>.

<sup>49</sup>Rumores (quando a peça é baseada, explicitamente, em rumores não confirmadas por nenhuma base documental), Denúncias anónimas sem documentação (o jornalista refere-se a denúncias, cujas fontes são mantidas em anonimato e não existe nenhuma documentação apresentada para suportar a veracidade da história), Denúncias baseadas em documentos citados pelo jornal (O jornalista pode usar fontes anónimas, mas são apresentados documentos que suportam o acontecimento narrado), Relatório de investigação produzido por entidades não públicas (organizações nacionais e

Como se pode notar, os artigos que tem como base rumores representam 1,7%, por cada jornal; os artigos com denúncias anónimas sem documentação, representam um total de 5,1% da cobertura no *Savana* e 4,5% no *Domingo*. Os artigos com denúncia baseada em documentação sob acesso e citada pelo jornal representam, no *Savana* 10,8% e no *Domingo* 8,5% (é importante assinalar que esta categoria refere-se aos casos em que entidades são acusadas de corrupção a partir de denúncias feitas ao jornal; não referindo-se aos documentos de denúncias feitas em investigações levadas a cabo por entidades oficiais, o que é classificado na categoria seguinte).

Os relatórios de investigação produzidos por entidades não públicas, como organizações não-governamentais e outras entidades de pesquisa que não sejam estatais, têm um maior sucesso de publicação no Jornal *Savana*, conforme se pode notar na categoria, sob a qual o Jornal *Savana* tem um total de artigos desta categoria de 13,1% e o Jornal *Domingo*, com um total de 1,7%.

### **9.3 A qualidade das matérias sobre a corrupção e o exercício do contraditório**

Uma outra categoria de profissionalismo passível de análise a partir do conteúdo e, que pode indicar os níveis de qualidade das reportagens sobre a corrupção é a apresentação das possibilidades conflituais, definindo-se, por vezes, como objectividade. A objectividade deve ser entendida, não no seu sentido científico, mas como o conjunto de procedimentos e rotinas profissionais para neutralizar ou se defenderem os jornalistas das potenciais críticas inerentes ao seu trabalho. Desses procedimentos, Tuchman (1999) refere que dois merecem particular atenção para a presente investigação, os procedimentos profissionais que implicam a necessidade de “verificação dos factos” e a “apresentação de provas auxiliares”.

---

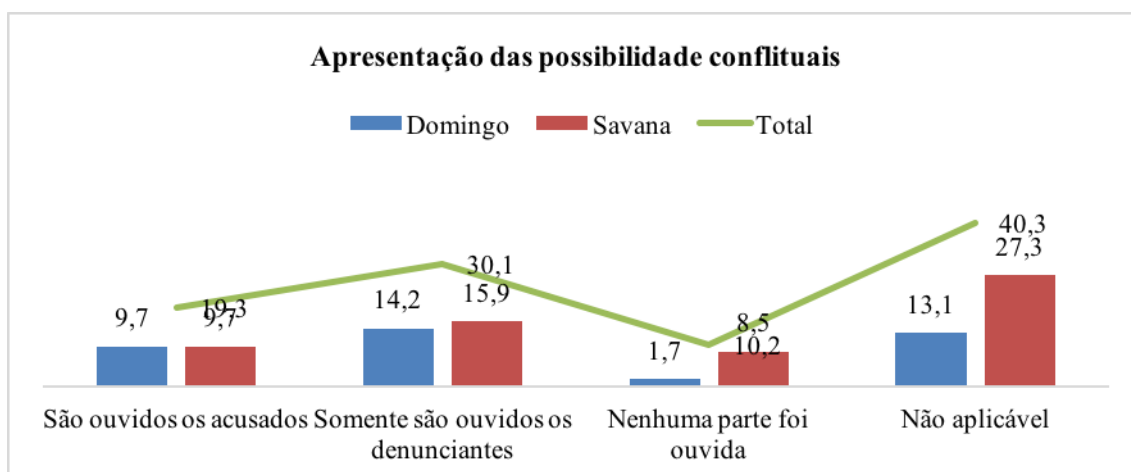
internacionais de monitoria da governação) – o caso aparece no jornal porque foi iniciado ou investigado por entidades não públicas, podendo ser instituições de pesquisa, ONG’s ou de auditoria privada; Acusações de entidades oficiais (procuradoria e tribunais) – o facto é publicado porque serve-se de fontes de informações de carácter oficial que estão enunciam ou dão seguimento a um determinado acto de corrupção.

A verificação dos factos representa um processo relevante para o jornalismo, muito embora não se possa chegar à uma conclusão sobre a realidade absoluta. Nas notícias sobre a corrupção que, em muitos casos, têm como base o conflito de interesse entre os informantes e os implicados, conforme assinaram Molotch e Lester (1999), os riscos de falsificação e deturpação da informação notam-se cada vez mais elevados, o que pode levar os jornais a publicações manipuladas e não verdadeiras, mesmo que tais informações, aparentemente, representem algum interesse público.

A questão da verificação da informação deverá ser muito importante para as categorias das matérias com origem em denúncias que, de forma significativa, anónimas ou documentais, muito predominantes no Jornal *Savana*. Em muitas ocasiões, como se estabelece na agenda dos jornais, em Moçambique, as matérias sobre a corrupção não resultam de um processo de investigação levada a cabo pela iniciativa dos jornais, mas a partir da sua habilidade e nível de abertura à recepção de denúncias feitas por fontes que, geralmente, solicitam o anonimato.

O outro aspecto de análise relevante na qualidade dos assuntos sobre a corrupção, ainda no que a Tuchman (1999) oferece é a apresentação das possibilidades conflituais. Esta variável deriva do facto de, as matérias de corrupção implicarem com o conflito de interesse, dando a possibilidade de uma determinada entidade acusada de prática de actos de corrupção obter a possibilidade de apresentar a sua versão dos factos, dando equilíbrio às matérias reportadas, assim como diminuir o nível em que os leitores irão julgar as matérias. Enquadra-se nesta visão o princípio do contraditório, sob o qual estabelece-se que as entidades acusadas de determinados actos considerados lesivos, deverão ter oportunidade de lhes serem ouvidas pelos jornais, para darem a sua versão sobre os factos.

Gráfico 13. Distribuição percentual dos artigos conforme a apresentação das possibilidades conflituais



O Gráfico em gráfico 13 ilustra a distribuição dos artigos conforme a apresentação das possibilidades conflituais. Note-se que 40,3% dos artigos não foram submetidos a esta análise, especificamente os referentes a eventos realizados sobre a corrupção, não correspondendo às denúncias que impliquem com personalidades e entidades (o exemplo deste tipo de artigos são reportagens sobre discursos governamentais de combate à corrupção, informes da procuradoria).

A análise de conteúdo mostra que 10,2 % dos artigos publicados, dos quais 8,5% no jornal *Savana* e 1,7% no *Domingo* representam situações em que os repórteres não ouvem nenhuma parte envolvida numa determinada história de corrupção. Os casos de investigações levadas a cabo por entidades independentes e relatórios que implicam ou acusam diversas partes sobre a corrupção que são publicados, sem que se dê voz às pessoas implicadas, fazem parte desta categoria.

Existe uma percentagem de 30,1% produzidos nos dois jornais em que o princípio do contraditório não se verifica. Em muitos casos, os jornais publicam reportagens em que, somente, os denunciante são ouvidos, sem que se permita a possibilidade de os acusados tenham acesso à expressão contrária.



## CAPÍTULO X

### **10.RELAÇÕES ENTRE JORNALISTAS E FONTES DE INFORMAÇÃO: OS LIMITES DA COBERTURA DA CORRUPÇÃO EM MOÇAMBIQUE**

A análise sobre as fontes de informação constitui um dos indicadores fundamentais no estudo sobre o profissionalismo, pois, é na relação entre os jornalistas e as fontes de informação que se constituem os acontecimentos publicados. Conforme mostram Molotch e Lester (1999), na promoção de um determinado acontecimento para o nível público, para além do público que o consome, há uma forte dependência entre aqueles que promovem esses acontecimentos (as fontes de informação) e os fazedores das notícias (os jornalistas).

O tipo de relações entre as fontes de informação e os jornalistas pode definir o tipo de acesso à publicação, havendo aqueles que, pela sua posição de poder - podendo se definir como proeminentes - têm o acesso habitual e imediato (é o caso das entidades estatais de alto nível, a Presidência, Ministérios, Procuradoria Geral, os Tribunais, a Assembleia da República); por outro lado, os outros actores sociais que não têm acesso privilegiado, podendo fazê-lo quando o acontecimento que promovem têm outros níveis de interesses jornalísticos, como o impacto e surpresa que geram (pode-se mencionar, nesta categoria, o caso de informantes de casos de corrupção).

Assim, como se demonstrou na secção sobre a análise de conteúdo, pode haver uma relação entre os acontecimentos de rotina e as fontes de informação oficiais, numa relação que se pode caracterizar como de acesso habitual na cobertura dos casos de corrupção, por outro lado, se o acesso não habitual deverá ser considerado pela predominância de fontes informais, como sendo as mais predominantes num determinado artigo.

Este capítulo busca compreender com base em entrevistas o que os jornalistas consideram como prioritário na sua agenda sobre a corrupção e os limites que essa agenda estabelece; o tipo de relação que os jornais têm com as fontes de informação, sobretudo na cobertura dos casos de corrupção, testando diversas questões cruzadas; e os principais problemas da qualidade da reportagem, sob ponto de vista das práticas de redacção.

Esta análise baseou a sua cobertura na constatação de que o jornal *Savana* baseia-se numa máxima exposição dos casos de grande corrupção, e tende, em alguns momentos, a estabelecer uma relação de desconfiança com as fontes oficiais, tendo, na maior parte das suas publicações, dependendo de denúncias feitas por pessoas ligadas ao poder, mas que se vê prejudicadas pelas suas acções corruptas. Esta constatação revela que o jornal *Savana* tende a estabelecer uma base firme de relacionamento com fontes oficiosas, especificamente as ONG's e académicos, sobretudo pela sua independência e capacidade de comentar as acções de governação, gerando um espaço apropriado para que estes emitam as suas opiniões críticas.

Por seu turno, o domingo mostra-se com assuntos que, em muitas ocasiões têm como base as fontes de informação oficiais, privilegiando-as nos seus espaços informativos, tanto como protagonistas, mas também como entidades determinantes para a construção de um discurso que ofusque as posições críticas, projectando um cenário de maior seriedade e acurácia no discurso sobre a corrupção; tal que se deve realizar de forma cautelosa por implicar com a imagem das individualidades que estão em posições privilegiadas na estrutura do poder político.

### **10.1 A agenda dos jornais e o tipo de relações com as fontes de informação**

Uma outra análise sobre a relação entre os jornalistas do *Domingo* e *Savana* com as fontes de informação na cobertura da corrupção a ser lavada em conta, como um elemento determinante para explicar e compreender a perspectiva da cobertura sobre a corrupção baseia-se nas tipologias de relacionamento das fontes de informação e jornalistas proposta por Gieber e Johnson (1961). Nesta perspectiva há três aspectos fundamentais que podem ser considerados.

#### **10.1.2 A falta de uma agenda dos jornais para o jornalismo investigativo**

Em primeiro lugar, a falta de uma agenda interna dos jornais para reportagens de investigação faz com que a predominância de assuntos sobre a corrupção vindos a partir de fontes externas seja cada vez maior, retirando a possibilidade de uma maior independência dos jornalistas perante as fontes de informação. Conforme argumenta Gieber e Johnson (1961), existe uma maior possibilidade de independência entre os jornalistas e fontes de informação onde a pesquisa é um método sistematizado de recolha de informação. Nestes casos, as fontes podem negar dar informações aos jornalistas, mas recorrendo a outros mecanismos ou meios, os jornalistas conseguem chegar aos factos até publicá-los.

Todos os entrevistados são concordantes com o facto de um dos grandes problemas da reportagem sobre a corrupção ser a fragilidade da aplicação dos métodos de investigação em jornalismo, fazendo com que grande parte do que é publicado seja originado de fora dos jornais do que de dentro, gerando o chamado jornalismo de denúncia (Sousa, 2001). Os motivos destas fragilidades são derivados de quatro factores, entre os quais destacam-se: a) os baixos níveis de interesse ligados aos riscos da cobertura sobre a corrupção; b) a exiguidade dos recursos financeiros nas redacções; c) Falta de políticas para o jornalismo investigativo; e d) a existência de poucos recursos humanos de qualidade.

### **10.1.2 Os baixos níveis de interesse e compromisso dos profissionais ligados aos riscos da cobertura sobre a corrupção**

Há que considerar que depois da morte de Carlos Cardoso (visto como ícone do jornalismo investigativo em Moçambique), em 2002, a tendência do exercício do jornalismo investigativo, em Moçambique tornou se decrescente, sobretudo pelo facto de o assassinato ter representado uma fragilidade e vulnerabilidade dos jornalistas. Como se pode saber, Carlos Cardoso “era um jornalista próximo do poder político, tendo tido relações de muita proximidade com personalidades de alto nível, no País, incluindo o presidente Machel e Chissano, não havendo sido desenhada a hipótese de que um dia poderia ser assassinado devido ao seu trabalho” (Marcelo Mosse, 01 de Dezembro de 2016).

A vulnerabilidade dos jornalistas investigativos vem se associar a questões de pressão em publicar, para responder às pressões de tempo ligadas à fraca recompensa da profissão, pois “como sabe, o jornalismo paga muito mal, em Moçambique, por vezes, os jornalistas querem publicar para garantir a sua receita, seja para ter um maior número de peças –, pois que há jornalistas que são pagos por peças – ou para terem tempo de irem fazer outras actividades que lhes rendem” (Borges Nhamirre, 25 de Novembro de 2016). Por outro lado, nota-se que existe um baixo nível de compromisso dos repórteres com a causa do jornalismo. Como refere Raul Senda (25 de Novembro de 2016), repórter do Jornal *Savana*, “o jornalismo investigativo também exige uma mestria, para além do compromisso com a causa, o que falta em muitos de nós. Isto faz com que os repórteres se sintam cómodos em produzir algo para a semana e, prontos (...)”.

### **10.1.3 A exiguidade dos recursos financeiros nas redacções**

O negócio do jornalismo, em Moçambique, é pouco rentável, sobretudo no sector impreso, onde a circulação dos jornais não compensa à realização de grandes investimentos na qualidade, por outro lado, a receita dos jornais deve ser compensada, em grande medida a partir da publicidade. Alocar recursos e meios para que os repórteres se dediquem à prática do jornalismo investigativo ainda não é visto como prioridade, sobretudo porque os meios compreendem que, com a cobertura de rotina, ainda podem sustentar os seus negócios, mantendo os seus anunciantes, muitas vezes que são entidades públicas. “São ainda poucos jornais que vivem da distribuição, se houver, tem outras fontes de sustentabilidade que não sejam, necessariamente, a publicidade” (Borges Nhamirre, 25 de Novembro de 2016).

### **10.1.4 A falta de políticas para o jornalismo investigativo**

A ideia de um jornalismo contra poder, baseado em investigação sistematizada, não pode ser vista como sendo resultado de poucos recursos nas redacções, mas inclusivamente, por falta de políticas nas empresas de comunicação social ou mesmo interesse em garantir que as redacções tenham unidades de investigação. “A instalação de

unidades de investigação deve ser vista como uma estratégia que os jornais devem adoptar para captarem mais recursos” (Marcelo Mosse, 01 de Dezembro de 2016).

Olhando para a experiência da África de Sul, Marcelo Mosse explica que grande parte dos jornais possuem unidades de investigação que são suportadas a partir de um modelo em que as próprias empresas transformam essas unidades em fundações ou associações que permitem obter financiamentos de monitoria da governação e transparência para a realização de trabalhos de jornalismo investigativo.

### **10.1.5 Poucos recursos humanos de qualidade**

As redacções dos jornais semanários, em Moçambique, dispõem de poucos recursos humanos, sendo compostas por um número não superior a dez repórteres, incluindo as equipas de liderança editorial. Muitas vezes, devido às pressões de tempo que a profissão sujeita, torna-se difícil alocar um ou dois repórteres para seguirem uma agenda específica de investigação, sem ter que seguir a agenda de cobertura das rotinas que se exigem aos jornais. Por outro lado, nota-se a baixa de qualidade dos jornalistas sob ponto de vista de vocação e interesse pelo conhecimento, condimentos importantes para a prática do jornalismo investigativo (Bento Venâncio, 30 de Novembro de 2016).

Porém, mesmo considerando que existem fragilidades de as redacções iniciarem investigações sobre casos de corrupção, por vários motivos apresentados, existem ainda alguns focos e jornalistas que, de forma particular e individual, realizam investigações sobre casos de corrupção. Este tipo de actividades são, em muitas ocasiões, da iniciativa dos próprios jornalistas que, cumprindo com a agenda normal das redacções, buscam trabalhar paralelamente, em processos de investigação, sem que tais estejam inscritas na agenda normal do jornal. Em muitos casos, estas investigações são do conhecimento do repórter e o editor, deixando que o repórter cumpra com a sua agenda normal na redacção, o que exige um esforço adicional em termos de tempo (Bento Venâncio, 30 de Novembro de 2016).

Por outro lado, as investigações podem ser levadas a cabo a partir de programas de monitoria da governação desenvolvidas por organizações da sociedade civil que, a partir de

apoios aos jornalistas, alocam fundos para a realização de trabalhos jornalísticos; porém, estas pesquisas são, muitas vezes realizadas num compromisso entre os repórteres e as organizações que têm os seus interesses particulares nos resultados das investigações desenvolvidas, mesmo que tais coincidam com o interesse público e os valores jornalísticos (Lázaro Mabunda, 28 de Novembro de 2016).

## **10.2 Da cooperação ao domínio das fontes da informação sobre as redacções**

As relações entre os jornalistas e as fontes podem ser classificadas com base nas tipologias de Gieber e Johnson (1961) que se fundam no facto de haver uma maior tendência de cooperação entre as fontes de informação e os jornalistas, uma vez que, muitas vezes, as notícias chegarem aos jornalistas pelo interesse das fontes vazarem as informações que têm interesse que sejam publicadas e os jornalistas que por não terem como resistir à dependência dessas notícias.

No Jornal *Savana*, os assuntos que relevam a corrupção na governação chegam por via de informantes que, por estarem interessados em expor certas práticas, levam estes assuntos ao jornal que os publica, graças ao interesse que elas suscitam, tanto pela possibilidade da comercialização dos jornais ou pela relevância noticiosa dos casos. Ao explorar os diversos motivos que levam os jornais a publicarem os casos de corrupção, Raul Senda, repórter do jornal *Savana* referiu:

*“O interesse comercial, o valor que aquela figura tem na determinada sociedade e claro que a sociedade vai se interessar porque quer saber afinal de contas quem é aquela figura. Primeiro, queremos denunciar, aquele facto ilícito, aquela delapidação dos bens públicos e depois é vender, terceiro a esperança que após a denúncia possa haver alguma medida das autoridades competentes, ou seja, alertando também as autoridade competentes há este tipo de situação”*

Por vezes, essas informações são publicadas devido às relações permanentes e de cumplicidade entre as fontes de informação e os jornalistas que, não podendo publicar as

histórias que lhes são fornecidas, veem-se em risco de colocar em causa a confiança das fontes de informação que poderão passar a não fornecer as informações.

No jornal *Domingo*, onde existem muitas ocorrências de rotina, as possibilidades de as relações entre os jornalistas e as fontes basearem numa produção em que as notícias tem um elevado nível de participação das fontes no conteúdo é maior, sobretudo pela predominância de assuntos iniciados a partir de comunicados de imprensa das entidades governamentais e das entrevistas preparadas com personalidades acusadas sobre processos de corrupção. Por seu turno, no Jornal *Savana* este efeito de notícias produzidas pelas fontes de informação têm pode-se verificar em menor escala, uma vez grande parte dos assuntos virem a partir de denunciante.

Como assinalaram Gieber e Johnson (1961), a informação baseada numa maior proximidade entre os jornalistas fontes de informação, faz com que se perca o nível de responsabilidade dos jornalistas sob os conteúdos, havendo, em muitas situações, em que as notícias são quase da autoria das fontes de informação.

Na cobertura dos casos de corrupção, em Moçambique, este tipo de relacionamento pode acontecer em dois momentos. Um primeiro momento é aquele em que os jornais, por pressa ou por questões de concorrência ou falta de capacidade de julgamento do que as fontes dizem, publicam directamente os conteúdos oferecidos pelos denunciante. Em várias situações as denúncias sobre grandes fraudes são feitas por fontes especializadas que produzem as análises e fornecem as provas documentais aos repórteres que, por falta de competências específicas, acabam publicando directamente o que foi dito pelas fontes de informação (Francisco Carmona, 28 de Novembro de 2016; Bento Venâncio, 30 de Novembro de 2016).

Por outro lado, notam-se situações em que os jornais, a representarem posições diferenciadas, há certo tipo de actores que têm um maior nível de acesso à publicação de conteúdos do que outros. Por exemplo, no jornal *Domingo* há uma maior possibilidade de actores do poder político terem um maior acesso dos conteúdos e servirem como fontes de informação com maior nível de influência do que no jornal *Savana*.

### **10.3 As relações de base estável e esporádica entre os jornalistas e fontes de informação**

A análise das preocupações dos entrevistados sobre as formas de relacionamento entre os jornalistas e as fontes de informação resultou na definição de duas categorias dominantes: *as fontes de base estável e as fontes de base esporádica*.

#### **10.3.1 As fontes de base estável**

As fontes de relações estáveis com jornalistas têm uma base permanente, podendo passar-lhes, frequentemente informações. Geralmente, estas relações estabelecem-se com fontes oficiais que partilham estratégias diferenciadas com os corruptos. A procuradoria da República pode ser vista como uma instituição que, por natureza, têm acesso à informação privilegiada sobre a corrupção, dependendo das relações com os jornalistas, partilhar estas informações com frequência.

A relação permanente entre os jornalistas e as entidades oficiais, sobretudo as do sector judiciário, causa-se sobretudo porque, perante um contexto em que as instituições são altamente partidárias e, por sinal controladas pelo poder político, o risco das investigações serem paralisadas torna-se emitente. A sua publicitação, através dos jornais, revela-se como uma via efectiva para proteger o interesse público. Isto é, “expondo o caso de corrupção, o público toma conhecimento e, por sinal, o judiciário fica reforçado a prosseguir com o caso”.

Para ilustrar este tipo de relações e a sua ligação com o interesse de protecção dos casos, o editor do *Savana*, relata uma plena interacção entre os jornalistas, procuradores e advogados, mas sobretudo no interesse de permitir que os jornalistas tenham acesso a determinados casos que, mantendo-os em segredo, poderiam correr o risco de serem paralisados, sem a publicitação.

*“Nós fomos primeiro ao Gabinete Central do Combate à Corrupção, alguém de lá nos instruiu primeiro não tentar conseguir publicar isto num jornal e nós vamos*



*pegar via jornal. Sabes é para quê? É para depois eles irem ter com a pessoa visada e dizer camarada, já não podemos fazer nada, isto já é público, estamos a ser pressionados pela opinião pública a tratar este assunto (...) Eu cobri muito o processo do Manhenje, quando tudo começou e tive acesso a várias informações... (os procuradores dão) porque era em torno de coisa pública, para que não sejam mais pressionados. Quando a coisa é só do conhecimento daquele procurador, o regime ou as pessoas envolvidas acham que podem controlar ou então pressionam aquela pessoa, mas aquele procurador que está interessado para que este caso vá em frente, eles recorre a comunicação social, e não qualquer jornal. Acho que já ouviste por ai - é melhor entregarmos naquele jornal porque quando sai naquele jornal as pessoas levam a sério, não vala pena entregar naquele outro jornal. Eles têm a noção e jogam muito com esse lado, tem a noção da credibilidade dos jornais, e acreditam que se as coisas estarem ali as coisas não vão andar....”*  
(Francisco Carmona, 28 de Novembro de 2016).

É por isso que alguns casos de corrupção podem aparecer antes publicados nos jornais, antes do início das investigações no sector judiciário, sobretudo quando os casos envolvem a grande corrupção, cujo nível de sucesso de investigação isolada possa correr riscos da sua interrupção.

As fontes permanentes, para além de manterem a relação com os media, com a finalidade de complementar um fim público útil, podem, inclusivamente, estabelecer este tipo de relações com objectivos de manipular os media a realizarem acções de contra agendamento da corrupção, sobretudo com o interesse de proteger certas entidades, travando a publicação de certas matérias ou mesmo buscar que a matéria seja publicada numa outra direcção.

Jornalistas entrevistados concordam da existência deste tipo de relações, mas argumentam que o sucesso dos agentes que buscam influenciar os media a publicarem informações de uma ou doutra forma depende dos valores dos jornalistas e das ligações que essas fontes mantêm com a rede dos jornalistas. Os jornalistas podem aceitar as propostas das fontes, como forma de sair das pressões ou mesmo por temer perseguições, sobretudo num contexto como o nosso; por outro lado, o jornalista pode aceitar não

publicar ou publicar histórias falsas porque recebe certos benefícios das fontes de informação. Existem, inclusivamente, casos em que os jornalistas conseguem resistir e publicarem as histórias, conforme as suas convicções (Lázaro Mabunda, 28 de Novembro de 2016; Borges Nhamirre, 25 de Novembro de 2016; Jaime, 22 de Novembro de 2016).

### **10.3.2 Fontes de base esporádica**

As fontes de base esporádica são as fontes ocasionais e que aparecem para denunciar casos específicos, sem nenhuma relação com os jornais. Podem, por ser turno, serem oficiais assim como não oficiais. Este tipo de fontes ocasionais pode identificar ou não, desenvolvendo certas estratégias que podem permitir que o jornalista tenha acesso à informação ou documentação privilegiada. Nestas circunstâncias, as fontes de informação podem usar contas de e-mail falsos ou mesmo usar intermediários que levam informações até aos jornalistas, permanecendo anónimos, como forma de auto protecção.

*“Enquanto editor, muitas vezes, recebi chamadas de gente ligada ao poder, recomendando-me para que passe de um local específico onde eles depositaram documentos. É claro que estes documentos requerem outro tratamento, mas constituindo-se como uma base fundamental para iniciar as histórias”* (Borges Nhamirre, 25 de Novembro de 2016).

Estas fontes, de forma permanente, podem recorrer a estas estratégias para fazerem passar a informação. No entanto, apresentando um forte risco de pretenderem manipular ou transmitir informações falsas aos jornais, por isso, “há necessidade que termos de fazer uma verificação dos documentos que recebemos na redacção para que o assunto seja publicado”. Em muitas ocasiões, as fontes de informação esporádicas, sobretudo quando informam sobre casos de grande corrupção, apresentam-se apressadas. A sua pressa releva-se, em muitos casos, porque existe uma ligação entre elas e os executores dos crimes de corrupção, esta ligação pode estar baseada no facto de eles próprios pertencerem a mesma rede de protagonistas, havendo conflitos e posterior disputa de benefícios.

É por isso que, quando os mecanismos de verificação do jornal são sofisticados, essas fontes tendem a abandonar. “Muitas vezes, as fontes abandonam o jornal *Savana*, porque dizem-nos, vocês fazem muitas perguntas, em vez de publicar o que trazemos” (Francisco Carmona, 28 de Novembro de 2016).

A implicação dos informantes nos casos de corrupção não é algo que só ocorre no jornalismo, mas também nas entidades de justiça. O procurador Bernardo Júnior Duce (25 de Novembro de 2016) refere-se a este facto como sendo um elemento fundamental a ter em conta na investigação sobre os casos de corrupção, pois *“em muitas ocasiões, os denunciantes são também implicados nos casos. De um tempo para cá, tivemos de rever os nossos métodos, passando a considerar os denunciantes objecto da própria investigação. Em muitas vezes, chegamos à conclusão de que eles são também parte dos crimes de corrupção”*.

As fontes do caso aeroportos de Moçambique são um exemplo de fontes esporádicas ou espontâneas, com interesse no caso, mesmo sem participação criminal. Os que denunciaram o caso tinham interesse, sobretudo porque à dada altura viram-se prejudicados pelo tipo de liderança baseado em autoritarismo e corrupção que o PCA, Diodino Cambaza, havia adoptado nos Aeroportos de Moçambique ligada a ele. A fuga de informação deste caso revela-se como um mecanismo de vingança contra alguém que se espera que, ao chegar à posição de PCA, iria gerir a instituição num quadro de expectativas, mas foi tão ruinosa que chegou a destituir os seus próprios amigos que o alertavam os perigos das acções que tomava.

*“O (a fonte) entra em contacto com dois repórteres nossos aqui no Savana, dizendo que quer denunciar um caso de grande corrupção nos aeroportos de Moçambique. Daí entrega o dossier, os jovens trabalham no dossier, ouvem todas as fontes, verificam tudo aquilo que o bom jornalismo ensina. O PCA dos aeroportos de Moçambique volta a entrar em contacto a dizer que ele pode voltar a dar mais explicações sobre o caso. Para nós, como um jornal independente e primeiro neste país, após toda aquela história que bem conheces, um jornal que segue caminho de integridade, independência e liberdade, que antes de publicar uma coisa, procura ouvir várias fontes sobre aquela mesma matéria, achou prudente o editor, Fernando Gonçalves, ir ouvir o Cambaza para ele explicar mais ou menos. O*

*Cambaza deu a explicação que deu, foi mostrar as casas. E havia um outro processo feito pela inspecção-geral das finanças que tínhamos que ir ouvir a inspecção-geral das finanças. O Fernando Gonçalves diz aos repórteres - vão ouvir também a inspecção, porque investigou também esse caso, vamos ter acesso a eles -, e eles avisam a fonte que estava com muita pressa, calma um minuto que isso vai ser publicado para semana porque queremos ouvir mais fontes. Só para ver a pressa de alguém que também andou ali, o (a fonte) não queria perder mais tempo, foi a um jornal que não havia de fazer perguntas, que não ia dar tempo de andar. Levou aquele dossier foi ao jornal Zambeze, na altura era dirigido por Fernando Veloso, pegou naquele dossier entregou.....” (Francisco Carmona, 28 de Novembro de 2016)*

Esta é uma expressão de demonstração da pressa das fontes de informação do caso aeroportos é que esta história foi, inicialmente, apresentada ao jornal *Savana*. Dentro do processo de busca de averiguação, confrontação dos documentos e do contraditório levado a cabo pelo jornal *Savana*, as fontes de informação consideram os procedimentos do *Savana* demorados, tendo optado por passar a história ao jornal *Zambeze* que, na mesma semana, publicou-a.

#### **10.4 O processo de apuramento da informação e as suas fragilidades**

Um dos problemas do jornalismo e sobretudo da cobertura da corrupção prende-se a sua vulnerabilidade à crítica, sobretudo pelo facto de implicar com a imagem e reputação dos políticos situados em posições de poder. Neste sentido, impõe-se um maior rigor no processo de apuramento, verificação e tratamento da informação.

Este aspecto já tinha sido levantado no capítulo da análise de conteúdo sob o qual se partiu da ideia da objectividade que deve ser entendida, não no seu sentido científico, mas como o conjunto de procedimentos e rotinas profissionais para neutralizar ou se defenderem das potenciais críticas inerentes ao seu trabalho. Desses procedimentos, para Tuchman, dois merecem particular atenção para a presente investigação, os procedimentos

profissionais que implicam a necessidade de “verificação dos factos” e a “apresentação de provas auxiliares”.

A verificação dos factos representa um processo relevante para o jornalismo, muito embora não se possa chegar à uma conclusão sobre a realidade absoluta. Nas notícias sobre a corrupção que, em muitos casos, têm como base o conflito de interesse entre os informantes e os implicados, como conforme assinaram Molotch e Lester (1999), os riscos de falsificação e deturpação da informação notam-se cada vez mais elevados, o que pode levar os jornais a publicações manipuladas e não verdadeiras, mesmo que tais informações, aparentemente, representem algum interesse público.

A questão da verificação da informação deverá ser muito importante para as categorias das matérias com origem em denúncias que, de forma significativa, anónimas ou documentais, muito predominantes no Jornal *Savana*. Em muitas ocasiões, como se estabelece na agenda dos jornais, em Moçambique, as matérias sobre a corrupção não resultam de um processo de investigação levada a cabo pela iniciativa dos jornais, mas a partir da sua habilidade e nível de abertura à recepção de denúncias feitas por fontes que, geralmente, solicitam o anonimato.

Os problemas de tempo, a falta de especialização dos jornalistas, a competição e as pressões de tempo para a publicação são evocados como motivos fundamentais para os problemas da cobertura da corrupção. Conforme refere Borges Nhamirre (2016), um dos grandes problemas dos jornais nacionais, na cobertura da corrupção, é a da falta de verificação da factualidade das matérias publicadas, havendo um grande risco de os jornais receberem e publicarem matérias falsificadas, sem a devida perícia.

É por isso que, mesmo os jornais reclamando uma maior cobertura sobre a corrupção, assim como a sua utilização pelo Ministério Público como fonte primária de início de investigação sobre a corrupção, no entanto, o sucesso das investigações iniciadas a partir dos jornais têm o elemento factualidade e credibilidade muito determinante para que as denúncias sejam comprovadas. Muitas investigações feitas a partir dos jornais, muitas morrem ainda nas fases pré-processo (uma fase preliminar de recolha de pequenos elementos para averiguar se o caso reúne elementos ou não para ser levado para instrução). Estes assuntos morrem porque faltam evidências nos jornais que permitem que o Ministério público tome esses casos a sério, seja pela sua baixa credibilidade ou falta de

apresentação de provas que evidenciem a existência de crimes (Bernardo Júnior Duce, 25 de Novembro de 2016).

Para o Jornal *Domingo*, onde os casos de pequena corrupção ocorrem com maior frequência, a divulgação de actos de corrupção, em primeira instância a partir de entidades oficiais ou iniciados por fontes proeminentes, acaba relegando o interesse de ouvir os acusados, seja pelas dificuldades da sua localização ou pela facto de os repórteres tenderem a validar mais as posições das fontes oficiais (Cumbana, 23 de Novembro 2016). Por seu turno, os problemas do contraditório no Jornal *Savana*, com elevados níveis de cobertura sobre os actos de grande corrupção, demonstra-se frágeis por conta de muitos factores dos quais se pode destacar:

- 1) **O imediatismo e a concorrência** - os jornais precisam contar histórias em primeira mão e, em muitos dos casos, as denúncias que chagam nos jornais, sobretudo quando tais são na hora do fecho, obrigam a mudanças de todos planos editorais, dando primazia da publicação dessas histórias, como forma de garantir que elas não cheguem antes à concorrência.
  
- 2) **A necessidade de proteger as histórias contra as pressões das fontes** – devido aos níveis de controlo que as fontes de informação têm nas redacções, a partir das redes de amizades assim como de influência que eles têm sobre os jornalistas, a manutenção do segredo sobre histórias em seguimento torna-se muito importante. Pois, uma entidade com poderes assim como com elevados níveis de influência sobre as redacções quando todo conhecimento da ocorrência de uma história, antes da sua publicação, pode desencadear uma série de mecanismos para “matar a história”. Para reduzir este risco, as redacções produzem, em primeiro lugar a história baseada na denúncia, estrategicamente, os implicados são contactados nas horas de fecho, como forma de justificar e comprovar que o jornal buscou dar o contraditório. Em muitas ocasiões, as pessoas podem ser ligadas à noite, ocupadas ou mesmo a conduzir, o que não permite que se responda ao que os jornalistas querem. Como sabem, na grande corrupção, os implicados são pessoas ocupadas, por vezes, eles podem negociar espaços para apresentar as suas visões para dias posteriores, mas a necessidade de publicar e proteger, leva aos editores a

publicarem essas histórias” (Borges Nhamirre, 25 de Novembro de 2016). Daí que se assiste, em muitas das situações, expressões como tentativas de ouvirmos fulano, redundaram em fracasso porque o seu telemóvel encontrava-se fora de serviço; a fonte, quando consultada pela nossa redacção disse estar indisponível para falar do assunto, etc.

Uma terceira categoria analisada foi a presença de artigos em que são ouvidos, somente os acusados, sem que as entidades que acusam sejam apresentadas. Estes casos ocorrem em reportagens de seguimento produzidas pelos mesmos jornais, onde a narrativa toma como protagonistas os acusados, em resultado ou resposta de uma acusação publicada em edições anteriores; os jornais podem, em certas ocasiões, produzir entrevistas com personalidades acusadas em relatórios, tribunais ou noutras publicações de crimes de corrupção, sem que tais entrevistas representa ouvir as pessoas que levantam as acusações das mesmas histórias.

Por vezes, as publicações em que somente são ouvidos os acusados resultam em acções concertadas entre os jornalistas e as fontes de informação, com objectivo de providenciar espaços de “lavagem de imagem” contra acusações ou processos iniciados por entidades judiciais ou mesmo em reportagens publicadas por outros jornais. Em 2011, O Jornal *Domingo* publica uma entrevista com o Juiz Luís Mondlane na pretensão de refutar a publicação feita pelo Jornal *Savana*, semanas anteriores, sobre o uso de bens de estado e aplicação indevida desses fundos para o apetrechamento da sua residência.

*“O Presidente do Conselho Constitucional refutou, em entrevista ao Domingo, as acusações de despesismo e uso abusivo dos bens do Estado, que tem vindo a ser propaladas pela imprensa nos últimos dias. Mondlane afirma categoricamente que "eu não peguei dinheiro nenhum" e que a gestão e administração do CC seguem os parâmetros na instituição. Afirma igualmente que "esses elementos podem ser apurados em sede de uma inspecção própria conduzida por gente abalizada no assunto que podem examinar as contas: Esta entrevista foi feita no dia 12 e resumida na nossa última edição, muito antes da renúncia de Mondlane ao cargo de Juiz-presidente”*

A entrevista no *Domingo*, pelo seu contexto, surge como um exercício do contraditório, dentro de um contexto em que o Jornal *Savana* havia publicado uma série de

reportagens que ilustravam e procuram evidenciar a existência de actos de corrupção na gestão do Juiz. O trabalho do *Savana*, embora com breves tentativas de exercício de contraditório, ofereceu uma série de documentação que buscava comprar o envolvimento do Juiz nos actos de corrupção, sob os quais o Juiz encontra um espaço de resposta no *Jornal Domingo*.

*“Tratamento privilegiado que eles dão aos assuntos sobre estas figuras...dificilmente um repórter do jornal Domingo poderia dar espaço à publicação de matérias sobre corrupção ligadas à figuras de elite. Mesmo os casos de grande corrupção que iniciados pela Procuradoria, mesmo em momentos de publicitação, eles, dificilmente, são agendados pelo jornal. Se for a notar na vossa análise de conteúdo, por exemplo, o caso Manhenje, não foi devidamente acompanhado, pois sempre houve uma tendência de não publicar este assunto e, em muitas vezes, as lideranças editoriais argumentavam que este caso não tinha pernas para andar. Somente quando o caso foi julgado é que o jornal passou a reportá-lo”, (Jaime Cumbane, 22 de Novembro de 2016)*

Este tipo de reportagens e entrevistas mostram um certo nível de acessibilidade que os políticos e governantes têm com o jornal *Domingo*, onde, em poucas situações aparecem em situações desfavoráveis. O jornal *Domingo* apresenta um certo nível de acessibilidade e de relacionamento aproximado com as elites políticas, económicas e judiciais ligadas ao partido no poder, muito por conta da sua história e pela estrutura de propriedade que lhes permite uma maior proximidade com as fontes de informação do partido no poder.



## CAPÍTULO XI

### 11.O JORNAL *DOMINGO* E *SAVANA*: DUAS NONÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL OPOSTAS?

#### 11.1 O Jornal Domingo e o seu alinhamento político na nova era democrática

Os jornais *Domingo* e *Savana* são dois semanários, cujo contexto de desenvolvimento na sociedade moçambicana, sobretudo no período multipartidário confere-se um estatuto especial, configurando-se como jornais de referência imprescindível. O contexto do seu surgimento, a sua orientação editorial, marcados por tendências quase que inversa na cobertura dos acontecimento políticos fez com que, em alguns momentos, estes jornais tenham sido vistos como dois polos opostos.

O *Domingo*, fundando em 1984, como um jornal de referência cultural com pouco interesse na reportagem de questões política e de governação em geral, daí a sua distribuição aos *Domingos*, dia em que os principais jornais mais ligados às questões políticas não saiam à rua; faz a sua viragem para uma abordagem generalista que toma a cobertura da polícia e governação, como uma das temáticas de destaque, nos primórdios da década 1990, num contexto em que o sector da comunicação social se liberalizava.

As reflexões da mudança da política editorial do jornal *Domingo* são iniciada, nos anos 1992 a 1994, em momentos da aprovação da nova lei de imprensa, onde as perspectivas de criação de jornais independentes estavam à serem levadas em marcha. As reflexões para as mudanças foram baseadas numa perspectiva de que o Jornal deveria tomar dianteira na formação da opinião política nacional, num contexto em que o País assistia um debate político muito forte, seja sob ponto de vista da pacificação, a criação de novas forças políticas que viriam fazer face à Frelimo nas eleições de 1994, assim como o debate em torno da realização das eleições de 1994. Neste contexto havia um entendimento de que o Jornal *Domingo*, para além das questões culturais, deveria estar na ribalta da cobertura sobre estas questões que se mostravam candentes no processo político nacional, garantindo que, desta forma, o jornal se adaptasse ao novo contexto.

Considerando as suas ligações com o sistema monopartidário, assim como o facto de ser propriedade de uma sociedade detida, maioritariamente por empresas públicas, ora estatais, a título de exemplo do Banco de Moçambique, as lideranças do jornal *Domingo* entendiam que as mudanças da política editorial para a abordagem dos assuntos políticos deveria ser brusco, mas sim optar por uma política editorial que “caminhe ao lado do governo”.

*“.....então assim sendo definimos que o Domingo devia abrir-se, mas não de forma a insultar aqueles que num passado ainda muito recente libertaram o país, combateram contra o colonialismo. Na minha direcção, o entendimento que eu tinha é que não devíamos fazer esse salto para o escuro porque o país não estava preparado para isso, quem não se sentisse bem dentro deste clube, deste alinhamento poderia ter opções a fazer, criando o seu próprio espaço porque nos estávamos fadados a ir acompanhando paulatinamente os passos que o próprio país estava a dar. Acompanhar lado a lado significava para nós com responsabilidade informar, abrir-nos para o debate e irmos colocando todas as ferramentas aquelas que o nosso leitor precisava”* (Jorge Matine, 30 de Novembro de 2016)

Esta compreensão do Jorge Matine, quem dirigiu o processo de transformação, demonstra o entendimento cristalino de como o jornal *Domingo* deveria se orientar nos novos tempos, fazendo transparecer que a liberdade de imprensa era bem-vinda, mas tal não representava um rompimento por completo das ligações que representavam o contexto de criação e de funcionamento do jornal *Domingo*. É neste primeira fase de transformação posta à parte a ideia de o Jornal *Domingo* caminhar para uma abordagem de contra-poder nos seus conteúdos.

## 11.2 O Savana e o alvorecer de um jornalismo crítico em Moçambique

A abordagem do Jornal *Domingo* reconhece os novos tempos que estavam, certamente, marcados pela criação de uma nova sociedade, a *mediacoop* que, em 1992, edita o jornal *mediafax*, enquanto se preparava para editar o Jornal *Savana*. Neste contexto, havia um grupo de jornalista que consideravam que os anos de monopartidarismo foram um apagamento quase, por completo do exercício das liberdades de imprensa e que era preciso aproveitar o contexto do liberalismo para transformar no jornalismo numa função,

não somente de informar, mas também de monitoria da governação e de publicação de um conjunto de histórias e visões que não encontravam espaço devido ao controlo excessivo que a imprensa sofrera. Por outro lado, uns que pelas suas ligações políticas, pelas posições editoriais ou educação sócio-profissional entendiam uma continuidade de abordagem de um jornalismo ainda que traduz a visão dos governantes.

É nesta lógica que um grupo de profissionais que, não encontrando espaço de prática de um jornalismo que funcionasse fora do controlo directo do partido, logo após a constituição de 1990 e da Lei de Imprensa, partem para novos projectos de criação de seus próprios órgãos de comunicação social. A Mediacoop Associados, SCRL, registada a 13 de Fevereiro de 1992, é criada por um grupo de 13 jornalistas vindos de empresas que estiveram ligadas ao sistema monopartidário, como é o exemplo de Salamão Moyana e Lourenço Jossias da Sociedade Notícias, Fernando Lima e Gil Laurenciano da AIM, Kok Nam da Revista Tempo, Carlos Cardoso<sup>50</sup> que havia sido director da Agência de Informação de Moçambique. Este grupo de profissionais de comunicação social tinham nos seus objectivos ver um jornalismo que estivesse livre do controlo directo e que estivesse orientado por uma agenda própria, sem a interferência directo do governo (Fauvet e Mosse, 2004).

A este respeito Moyana (1996) refere que na classe dos profissionais de comunicação social nunca hoje, inicialmente, o sonho de criar novos jornais, como o *Savana*, mas sim de participar na democratização dos órgão de comunicação estatais, um projecto que se viu frustrado por falta de abertura, oferecendo como alternativa a criação de novos jornais. Narra-se desta forma a ideia de que a demarcação dos jornais chamados independentes e os públicos mostra-se, sobretudo a partir do perfil dos próprios profissionais que, uns continuavam a acreditar que o projecto do jornalismo passava pela sua contínua ligação com o partido Frelimo; outros que sonhavam com espaços de independência que, não o encontrando nos seus sectores de trabalho, decidiram para as novas aventuras dos jornais independentes.

A criação da *mediacoop*, para além de representar um salto para a diversidade, deveria ser vista, inclusivamente, nos órgãos de comunicação social que serviram no

---

<sup>50</sup> Os membros fundadores da media-coop são António Elias, Alírio Chiziane, Armindo Chavana, António Gumende, Carlos Cardoso, Fernando Lima, Fernando Manuel, Fernando Veloso, Gil Laurenciano, Kok Nam, Lourenço Jossias, Naíta Ussene e Salomão Moyana (Moyana, 1996).

contexto de multipartidarismo não havia espaço imediato para a prática de um jornalismo independente. Como refere, (Jorge Matine, 30 de Novembro de 2016):

*“..... as pessoas tinham demasiada pressa em colocar-se numa posição de julgar o poder de então ou os poderes instituídos ate 92-94 e o entendimento que a direcção do jornal Domingo tinha é que não só não havia esse espaço de julgamento, como nós tínhamos que caminhar lado a lado com esses poderes na nova matriz que se abria para o país. Tenho para mim como principal qualidade, se calhar o bom senso no julgamento das coisas, não podemos pensar que Roma e Paris fizeram no mesmo dia. Nós não éramos e não somos contra revolução nem contra aqueles que legitimamente pegaram em armas e libertaram o país. Nós estamos com essa gente, por isso, tínhamos que participar também nessa frente de informação e junto com eles para uma nova frente, essa que se abriu ao multipartidarismo e, nós jogando um papel de formação de mentalidades, formação de opinião, formação de novos democratas e novo pensamento para quem aspirava ser alguma coisa no futuro do país no debate político. Foi esse entendimento que tivemos”*

Na verdade, este entendimento do *Domingo* só veio ser uma oportunidade para o crescimento do jornalismo da Mediacoop, pois, com o suporte da nova lei de imprensa, a mediacoop vai explorar o vazio que sempre se criou para orientar a sua missão e função na sociedade. A orientação do jornal *mediafax*, mais tarde que se segue no *Savana*, foi de oferecer uma informação alternativa a do notícias; as pessoas poderiam passar a ter acesso ao outro lado das histórias – para além do lado do governo que se reflectia no jornal *Notícias* – a partir de um meio de comunicação nacional, deixando de depender das cadeias internacionais (Fernando Lima, 05 de Dezembro de 2016). Um dos marcos dessas abordagens é que a aderência que o *mediafax* teve foi, justamente, a sua abordagem sobre as negociações de Roma que, para além da visão oficial, buscou trazer informações sobre os mediadores e assim como a *Renamo*, num contexto em que as pessoas queriam saber quem era a *Renamo* e que pensamento “eles tinham” (Fauvet e Mosse, 2004).

*“Para dar-te outro exemplo que é muito contundente: como sabes durante quase todo o processo de negociações de Roma, estas negociações eram*

*cobertas por uma pessoa, pelo Tomás Vieira Mário que muitas das vezes, apesar de ter o chapéu da Agência de Informação de Moçambique, o tipo de orientações que ele recebia claramente ultrapassavam os limites da Agência de Informação Moçambique para transformar-se num correspondente, digamos governamental. Já depois de 1990, mais concretamente depois de Maio de 1992, quando surge o mediafax; o jornal Notícias tomou a iniciativa de mandar o seu próprio correspondente a Roma e esse mesmo correspondente apanhou o voo seguinte de regresso à Maputo porque a delegação governamental em Roma não permitia que houvesse outro correspondente e nomeadamente que esse correspondente do Notícias não tivesse pedido o sancionamento do Ministério da Informação para se deslocar a Roma. A partir do momento que há nova Constituição, qualquer pessoa podia cobrir as conversações de Roma e isto é para evidenciar que apesar de haver esta lei simpática, o ambiente de liberdade continuava muito limitado” (Fernando Lima, 05 de Dezembro de 2016)*

Sob a liderança de Carlos Cardoso, o mediafax conseguiu, em muito pouco tempo, traduzir a ideia de que era possível oferecer um jornalismo diferente e que se baseava na independência e equilíbrio das informações, trazendo todas as visões envolvidas nos acontecimentos políticos nacionais; num quadro contextual em que a informação era severamente controlada e manipulada pelos governos para os seus próprios interesses.

Enquanto a nova visão do jornalismo se consolidava eram feitos os preparativos para o lançamento de um novo semanário independente, o *Savana*, que viria a ser a 21 de Janeiro de 1994. Dentro do quadro da filosofia dos seus fundadores, de igual forma que o Mediafax enquanto diário se moldava como alternativo ao *Notícias*, o *Savana*, enquanto semanário, deveria servir como alternativo ao *Domingo*. O Jornal *Savana* surge num contexto em que o País liberaliza-se, no entanto, as instituições de comunicação social com história de serviço ao sistema multipartidário, a exemplo do *Domingo*, continuam alinhados.

É por isso que as reivindicações do exercício das liberdades de imprensa não poderiam encontrar lugar nos meios de comunicação ainda controlados pelo poder estabelecido, mas a partir da criação de novos espaços conferidos pela nova Constituição da República e pela Lei de Imprensa. Alias, para mostrar este contínuo exercício de controlo do partido e do governo sobre os meios de comunicação social, basta notar o nível de intervenção que se exerce sobre sobre as direcções editoriais destes órgãos:

*“Por exemplo, todos sabemos que o Cardoso era um fervoroso membro do partido Frelimo, não obstante o Cardoso não se revia nos órgãos de informação que existiam no partido único e mesmo na altura da publicação da nova constituição de Novembro de 1990 e que reconhece a liberdade de imprensa e a liberdade de expressão, e segundo neste período de transição decorreram talvez algumas das atitudes mais negativas de interferência nas direcções editoriais desses mesmos órgãos de informação, o Notícias foi intervencionado, ou seja, o Sr. José Catorze outro membro indefectível do partido Frelimo foi afastado do jornal Notícias, o Sr. Calane da Silva foi afastado da direcção de informação da televisão de Moçambique”*  
(Fernando Lima, 05 de Dezembro de 2016)

A ideia de que a criação de jornais independentes, sobretudo da *mediacoop*, foi reflexo da falta de abertura dos jornais então existentes para o exercício de um jornalismo fora da agenda partidária que continuou a se exercer, nos media públicos, mesmo depois da democratização do País.

*“..... a falta de abertura desses órgãos de informação, a falta de abertura da esmagadora maioria dos órgãos de informação do partido único criou ou impulsionou a necessidade de aparecerem órgãos alternativos..... portanto a falta de espaço editorial no novo contexto político forçou o aparecimento desses órgãos de informação mas esses mesmos órgãos de informação não sentiram e não sentem a necessidade de abertura porque eles nunca acreditaram que a imprensa independente sobreviveria”* (Fernando Lima, 05 de Dezembro de 2016).

O papel que a imprensa independente assume, sobretudo o jornal *Savana*, com a sua orientação editorial mais notável pela monitoria e crítica da governação<sup>51</sup>, assim como pela opção por uma abordagem alternativa que busca oferecer espaço aos outros actores políticos e às novas entidades de contra poder, a exemplo das organizações não-governamentais, faz com, em muitos momentos, houvesse uma tendência de aliar o trabalho do jornal *Savana* como resultado de “mão externa”, isto é, um conjunto de pessoas não-alinhadas ao regime da Frelimo que, apoiando estes jornais, visam continuar um clima de desestabilização na governação da Frelimo.

A falta de compreensão sobre a visão de um jornalismo que age, sem depender dos poderes estabelecidos, seria um dos grandes problemas que o *Savana* iria e continua a enfrentar, sobretudo pelo facto os políticos e governantes, habituados a liderar numa cultura autoritária e de controlo sobre a actividade dos media, não poderem se enquadrar no novo contexto e, por outro lado, a acção de inclusão de novas vozes da arena política e da monitoria de governação ser vista como “uma acção de agentes que não querem ver a Frelimo no poder”. Alias, a ideia de um jornalismo independente foi, desde cedo, vista como sendo suspeita, como uma acção dos que pretendem vender o país, cujos mentores foram designados do *anarco-liberais da informação* pelo então Ministro de Informação (1990), Rafael Magune (Moyana, 1996).

Para consubstanciar esta retórica, nunca se aceitou e se assumiu que o jornalismo, em Moçambique, poderia ser independente, assim como a assunção de que as empresas privadas de comunicação social não poderiam ser sustentáveis. O próprio sector empresarial, até aos anos 2000, - momentos que se cria o Grupo Soico com uma perspectiva de gestão mais empresarial que inclui outros sectores de empresariado fora da comunicação social -, nunca esteve aberto à investir no sector da comunicação social, sobretudo por entender que era um sector sem nenhum futuro e com elevados níveis de

---

<sup>51</sup> O *Savana* define no seu número 2 do estatuto editorial ser um jornal que se orienta pela independência e de atitude crítica em relação a quaisquer poderes constituídos, institucionais e particulares, colocando os valores de rigor, diversidade e qualidade no centro, num contexto em que os seus profissionais não podem exercer funções nos partidos políticos.

prejuízos. O facto de os jornais como o *Savana* terem conseguido se impor, ao longo do tempo, e a partir da Mediacoop terem sido criados outros jornais<sup>52</sup>.

A crença que havia de que as novas sociedades criariam órgãos efémeros e sem futuro foi suportado na “falácia de que os órgãos de informação independentes vivem de subvenções de embaixadas e de dinheiros externos, (...) se isso fosse verdade o governo saberia e teria hipótese de o demonstrar e teria inclusivamente hipóteses de protestar junto dessas mesmas fontes sobre financiamentos de natureza ilícita para órgãos de informação moçambicanos” (Fernando Lima, 05 de Dezembro de 2015).

### **11.3 O Domingo e Savana: Duas visões diferenciadas de responsabilidade social**

Um dos receios do ímpeto com o jornalismo crítico e de *contra poder* eram os excessos das abordagens, assim como a ideia de que o jornal *Savana* faz um combate político à Frelimo e um espaço privilegiado da oposição. Por outro lado, o risco de se perceber o jornal *Domingo* como uma continuidade das formas de relações de jornalismo e o governo, a partir da sua propriedade e alinhamento dos conteúdos como espaço privilegiado de promoção da imagem, por sinal, de combate à oposição, começam a se desenhar, logo em 1994, assistindo-se a uma tendente bipolarização das abordagens dos dois jornais.

Dois episódios foram marcantes para ilustrar estes receios. O primeiro foi com o Jornal *Savana*, nas vésperas das primeiras eleições gerais de 1994, quando publica um documento forjado no qual a empresa brasileira de relações públicas políticas, *Voz Populi*, havia dado conselho ao candidato da Frelimo, Joaquim Chissano, sobre como ganhar as

---

<sup>52</sup> A Mediacoop foi impulsionadora da criação de outros jornais importantes fundados por jornalistas que fizeram parte desta Sociedade. A par de exemplo, o *Zambeze* é criado por Salomão Moyana, Lourenço Jossias e Fernando Veloso que faziam parte da Mediacoop. Da sociedade que cria o *Zambeze*, houve uma repartição, tendo se criado duas outras sociedades, uma que funda o *Jornal Magazine Independente* (Salomão Moyana e Lourenço Jossias) e a outra que funda o *Jornal Canal de Moçambique* (Fernando Veloso).



eleições a partir da Fraude. Trata-se de um documento forjado que alimentou uma reportagem publicada pelo *Savana*, sem nenhuma investigação e confrontação de documentos, que, no seu teor, procurava contruir a ideia de que as possibilidades da vitória da Frelimo nestas eleições só poderiam ser possíveis a partir da Fraude. Por seu turno, o jornal *Domingo*, num acto de contra ataque, logo após as eleições, publica em manchete o título “Renamo prepara-se para a Guerra”. Tratou-se, por lado do *Domingo*, de uma história falsa sobre a qual o jornal procurava mostrar que, com a vitória eminente da Frelimo, a Renamo preparava-se para voltar à guerra, como uma estratégia de tomar o poder à força, tudo com base em falsos documentos (Fauvet e Mosse, 2004).

Embora estes dois episódios mostrem momentos críticos de ética no profissionalismo, os projectos editoriais dos dois jornais, assim como as suas lideranças consideram o profissionalismo e a responsabilidade de reportar os factos como sendo importantes<sup>53</sup>. No entanto, esta responsabilidade vai-se distando de um jornal para outro há medida que os ângulos de reportagem sobre o governo e a Frelimo vão se reflectindo nos seus conteúdos. Se para o *Domingo* a reportagem sobre o governo deve buscar uma maior responsabilidade no sentido de informar o que é feito e “ter um maior nível de cautela quando a abordagem for para expor ou criticar”; por seu turno, o Jornal *Savana* olha para “a crítica e os desvios, aquilo que o governo não faz e que deveria fazer ou mal feito, como valores-notícias fundamentais e que orientam a sua acção”.

As reportagens sobre a política nos jornais *Domingo* e *Savana* foram, ao longo do tempo, orientadas por visões diferenciadas nas abordagens. O *Domingo*, conforme se notou, operando numa linha editorial praticante de um “jornalismo desenvolvimentista”<sup>54</sup>, caracterizado pela reportagem das actividades do governo e destaque das questões sociais;

---

<sup>53</sup> É preciso notar que as lideranças dos dois jornais deixam claro que o rigor e a veracidade da informação são valores que devem ser respeitados no jornalismo, mas distando-se, por completo, quando abordam a sua orientação na cobertura sobre a governação.

<sup>54</sup> O conceito de jornalismo para o desenvolvimentista deve ser compreendido, neste contexto, a partir da sua distinção com o jornalismo de desenvolvimento que, nos seus termos gerais, compreende uma construção própria dos jornalistas e dos políticos, sobretudo dos países do terceiro mundo da qual se busca definir uma visão sob a qual a reportagem dos assuntos nacionais e internacionais deve buscar ser construtivo, no sentido de contribuir positivamente para o desenvolvimento do País. Enquanto o jornalismo de desenvolvimentista define-se como tendo o papel único o de transmitir as opiniões e informação do governo, podendo, por isso, ser chamado “jornalismo governamental” (Kunczik, 1991: 88).

o *Savana* tomando como estratégia de diferenciação dos seus produtos, o jornalismo de advocacia ou de *contra poder*, buscando monitorar e uma visão mais crítica perante a actuação do governo.

Nessa lógica, o *Domingo* orienta uma perspectiva de jornalismo baseado na ideia de que o seu papel é garantir um apoio ao governo, abstendo-se da crítica severa que, mesmo sendo feita, *tal que deve ser feita com responsabilidade*, como forma de não permitir nenhuma forma que instabilize o poder político. Como refere Sousa (2006), nesta forma de jornalismo a liberdade de imprensa não é vista como sendo fundamental ou determinante para as práticas profissionais, bastando-se o jornalismo orientar-se pela cobertura das acções do governo, contribuindo para o combate dos problemas de pobreza.

Por seu turno, o jornal *Savana* vai-se orientar na lógica de um jornalismo de advocacia que se compromete com a defesa do bem público, sob custódia dos governantes e monitorando todas as suas acções, ao mesmo tempo que oferece oportunidade e um espaço diferenciado de acontecimentos dos que são espelhados pelo poder político. Schudson (2008: 9) compreende esta função que corre com maior destaque no *Savana* como sendo de mobilização, na medida em que os media funcionam como “advogados” de programas políticos particulares e mobilizam as pessoas para lhes darem suporte.

O contexto de criação e o perfil dos seus fundadores é muito importante para compreender as práticas editoriais ligam o jornal *Savana* à uma tendência de um jornalismo que busca se caracterizar pelo liberalismo, valorizando a acção de contra poder, trazendo os problemas de governação ao conhecimento público e pressionado para a solução dos problemas, através da sua exposição pública (Kunczik, 1991; McNair, 2009; Mesquita, 2004).

Assim, o jornalismo de advocacia vai ser visto no quadro do *quarto poder* que segue a tradição de denunciante da corrupção e das diversas formas de abuso de poder. Este modelo de jornalismo busca trazer os problemas sociais para o conhecimento público, pressionando para acções concretas do executivo para a sua solução. Neste quadro, os media serão vistos como um sistema de *pesos contra pesos* que supervisionam a acção dos governantes num quadro de contrato social e de garantir que os actos dos governantes sejam realizados em benefício do interesse público (McNair, 2009; Mesquita, 2004). A

visão do Savana é concebida à volta de seu papel de denúncia de actos de corrupção e outras anomalias que representem o desvio do poder.



## CAPÍTULO XII

### 12. CONCLUSÕES

O âmago da investigação realizada tem como base a necessidade de compreender o papel e o sentido dos media no contexto da democracia em Moçambique, assumindo que a cobertura da corrupção constitui um indicador importante para compreender a sua responsabilidade social.

Mas antes de entrar no debate sobre o sentido dos resultados da investigação realizada, é preciso sublinhar que os elementos do contexto político, marcados por uma democracia classificada como sendo de partido dominante, com elevados níveis de corrupção e com um sistema de media bipartido, são factores relevantes para compreender a escolha dos jornais Domingo e Savana para o estudo empírico, assim como os resultados de investigação obtidos.

Por outro lado, a relevância uma investigação sobre a imprensa escrita residir no facto de permitir compreender a relação entre os media e a política, em Moçambique, pois, mesmo considerando que os jornais ocupam um espaço pouco significativo, em termos da sua circulação, numa sociedade com baixos índices de desenvolvimento, a sua produção editorial pode representar o tipo de preocupações determinantes que circulam e retratam o discurso das elites políticas da sociedade.

Assim, uma análise sobre a cobertura dos jornais Domingo e Savana na cobertura da corrupção em Moçambique, mostrou-se contributiva para a sistematização e evidenciação dos argumentos apresentadas em muitos debates que aludem ao facto de, no contexto monopartidário, o jornal Domingo funcionar como um espaço institucional de continuidade da cultura monopartidária na sua relação com os poderes políticos, servindo-se como um espaço para a protecção dos seus interesses, mais do que exercer um serviço público de jornalismo; por seu turno, o jornal Savana, criado no contexto do multipartidarismo, demarca-se com uma tendência de uma abordagem que olha para a crítica e o jornalismo de advocacia, como um valor fundamental da sua missão.

Conforme ilustra-se nos dados da análise de conteúdo, o destaque sobre a temática da corrupção, assim como os enquadramentos oferecidos no discurso, provam a maneira como cada jornal reproduz o discurso sobre a corrupção, evidenciando a sua relação ou não

com o poder político. Se por um lado, encontramos um jornal Domingo, comparativamente, com menor destaque sobre a questão da corrupção, ao mesmo tempo com enquadramentos que olham para a questão sob ponto de vista de informação geral, sem estabelecer muitas perspectivas críticas e a urgência da responsabilização; no jornal Savana, encontra-se uma perspectiva diferenciada de abordagens que olha para a corrupção como uma questão central de agenda e que, por seu turno, deve ser ligada à maneira negativa como os incumbentes fazem a gestão da coisa pública cujos actores devem ser responsabilizados. Diga-se que, enquanto no jornal Domingo a corrupção é agendada como um problema social geral da sociedade; no jornal Savana, corrupção é agendada mais pela negatividade e do desvio do dever e das responsabilidades dos que a praticam.

É nesta perspectiva que os resultados da investigação fundamentam a existência de duas noções diferenciadas de responsabilidade social. Por um lado, um jornal Domingo que concebe a cobertura da corrupção num processo mais informativo e de divulgação dos actos públicos das entidades oficiais que lidam com a corrupção; por outro lado, uma noção do dever de monitoria e de pressão à uma maior responsabilização dos governantes, a partir da denúncia proactiva dos casos de corrupção em que são envolvidos.

Estas orientações e concepções da responsabilidade social devem ser consubstanciadas por diversos aspectos seguidamente apresentados, que permitem compreender melhor este sentido da agenda, enquadramento e profissionalismo nos dois jornais, no tratamento dos casos de corrupção, sempre tendo em conta o quadro do contexto político e institucional em que eles se desenvolvem.

É importante ainda, antes de entrar nas questões específicas das conclusões sobre a análise de conteúdo e as entrevistas expressar a âmbito do sistema dos media, em Moçambique, dentro do contexto da sua relação com o partido dominante (a Frelimo).

O contexto do partido dominante tem se reflectido numa relação bifurcada com o sistema dos media. A existência de uma tendência de manter as ligações entre o partido dominante e os meios de comunicação fundados no contexto do partido único; fazem parte destes meios: os públicos (Rádio Moçambique, Televisão de Moçambique e Agência de Informação de Moçambique), cujo controlo é exercido sobretudo por serem empresa cuja legislação da sua fundação lhe confere uma maior dependência do governo; e em empresas de comunicação social detidas, maioritariamente, por outras empresas públicas das quais o

partido Frelimo tem uma maior influência; a exemplo dos jornais pertencentes à Sociedade Notícias. Por outro lado, a existência de um sector de imprensa com baixos níveis de controlo do partido dominante. Estes grupo de jornais funda-se no contexto da liberalização, numa crença de independência editorial e sem vínculos estabelecidos com entidades ligadas (in)directamente ao partido Frelimo, mesmo que alguns dos seus accionistas fossem membro do Partido. Estes jornais têm fundamentado que o exercício das funções de democráticas de *contra poder* deveria ser um elemento determinante para a sua sustentabilidade e servindo como oportunidade para uma linha de conteúdos sobre a política e governação pouco explorados nos jornais com ligações com o partido no poder.

Conforme foi demonstrado ao longo da primeira parte da tese, embora não haja uma ligação directa com os partidos da oposição, estes jornais vão servir como espaços acreditados, através dos quais as vozes das opiniões contrárias sobre a governação se façam sentir, uma vez nos meios públicos esses espaços serem reduzidos. O acesso das figuras da oposição nestes jornais gera uma ideia do seu alinhamento com a oposição, mas sem que tal se efective numa relação directa, mas sim no quadro de uma economia de notícias que buscam privilegiar fontes de informações que providenciem uma orientação crítica sobre os problemas do País. O que se pode sublinhar sobre a configuração dos media no contexto de partido dominante, conforme o caracterizado, é a permanência de instituições de comunicação social, por sinal as mais fortes, num quadro de controlo pelo partido dominante; orientando os seus conteúdos noticiosos e espaços de opinião acessíveis para os actores e para a construção de uma agenda favorável ao partido Frelimo.

### **12.1 A agenda dos jornais sobre a corrupção e as suas limitações**

O primeiro aspecto que sobressai na análise da cobertura dos jornais Domingo e Savana é o baixo nível de cobertura registada sobre a temática da corrupção. Mesmo considerando que os dois jornais sejam semanários e com um número reduzido de páginas dedicadas à informação, o número de 176 artigos de género informativo (notícias, reportagens e artigos de análise) registados, numa análise que compreendeu oito anos, constituem um indicador de uma baixa cobertura sobre um problema percebido como sendo agravado no país. Alias, a análise feita mostrou que a possibilidade de encontrar um

artigo sobre a corrupção foi de 0,22%, abaixo de um terço, em relação a todas as publicações feitas.

Estes dados mostram que existe uma baixa capacidade de os jornais estabelecerem uma agenda sistematizada sobre a questão da corrupção, sobretudo ao considerar que este é um problema percebido como sendo agravado em Moçambique. Por outro lado, a análise da relação entre a agenda dos media e a agenda pública mostrou que grande parte dos artigos publicados ocorrem em momentos em que o sector judicial esteve em processos públicos de tramitação dos casos de corrupção. Os anos 2008, 2010 e 2011 são os que maiores artigos registam, os mesmos que coincidem com detenções e julgamentos das figuras ligadas com os principais casos de corrupção levados à justiça, em Moçambique: o caso do desfalque no Banco Comercial de Moçambique; o caso de corrupção na Empresa Pública Aeroportos de Moçambique que envolveu o então ministro, António Fernandes, e o Presidente do Conselho de Administração da Empresa e o caso do Ministério de Interior que levou à prisão o então ministro Almerino Manhenje.

Os dados apresentados ao longo do capítulo da agendamento da corrupção mostram que estes momentos de pico da cobertura se não se serviram do sector judiciário como fonte de informação; as notícias e reportagens sobre a corrupção revelam-se, na sua maioria, como estudos, relatórios ou conferências produzidas por organizações não-governamentais. Para ilustrar, em 2009 e 2011, anos de julgamentos de casos de corrupção, a cobertura foi de 19,9% e 18,2% respectivamente. Por outro lado, é importante mostrar que a agenda da corrupção não só é determinada pelas instituições formais e informais, mas também considerando o interesse das fontes de informação e nas modalidades em que eles interagem com os jornalistas.

Mais do que destacar a baixa cobertura dos jornais e a sua dependência sobre a agenda pública, seria importante explorar os factores contextuais que ditam esta tendência. O primeiro aspecto estabelece-se pelo facto de a cobertura sobre a corrupção, nos dois jornais, dever ser considerada como sendo reflexo do nível da priorização e da capacidade das instituições públicas de lidarem com a problemática da corrupção, uma vez que, por um lado, o que é publicado nos media depender do nível de produção realizado nos sectores relevantes que tramitam a questão da corrupção. Só para notar alguns dados, em 2014, a Procuradoria-Geral da República reportou 906 casos tramitados, em todo o País, tendo acusados somente 239 e levado ao julgamento 79 casos; assumindo que muitos



destes casos podem ocorrer em espaços geográficos onde os media não têm acesso ou serem referentes a processos de pequena corrupção, muitas vezes a que não capta a sua atenção.

Se existe uma influência da agenda externa sobre os media, seja sob ponto de vista das instituições oficiais, como a procuradoria e os tribunais, assim como as organizações/instituições de pesquisa e advocacia sobre a corrupção mostra-se elevada, num contexto em que essas instituições poucos resultados apresentam; logo a agenda dos media será também baixa em relação a questão da corrupção. Isto é, se a publicitação da corrupção não se realiza como uma iniciativa própria dos jornais, mas sim como uma extensão de um discurso levado a cabo por outras instituições que, em espaços próprios de publicitação sob os quais os jornais recolhem e multiplicam.

Neste sentido, os jornais que se orientam como o *Domingo*, ao reportarem sobre a corrupção fazem-no, não pela sua capacidade de definirem a corrupção como um assunto de interesse e que deve ser investigado, mas como multiplicadores dos espaços de publicitação dos discursos e resultados de investigação realizado por outras entidades. Esta constatação surge, inclusivamente, como um reconhecimento de que os media fazem parte de um sistema de instituições consideradas como sendo determinantes para a garantia da transparência na gestão da coisa pública, sendo que o seu papel acaba operando como subsidiário e suplementar.

Um outro aspecto explicativo tem a ver com o facto de o baixo nível de agendamento da corrupção ser resultante, por um lado, do sistema político marcado pelo secretismo e, por outro lado, ligado aos níveis de poder político e económico detido por grande parte dos agentes ligados às práticas de corrupção, sobretudo por eles deterem um maior controlo da informação. Um sistema político dominado pelo mesmo partido político e com uma cultura política marcada pelo autoritarismo e baixos níveis de acesso à informação, reduz as possibilidades para que a corrupção seja tramitada a nível público e formal, limitando-se como prática cujas percepções e debates ganham lugar em espaços em que o próprio sistema define-os como sendo relevante que cheguem ao conhecimento, através de processos de selecção do que deve ser do conhecimento público.

É por isso que as dimensões da corrupção, como um acto público a partir das instituições formais, deve ser compreendida como resultado, não como sendo da vontade e

de uma agenda política de combate à corrupção, mas sim como actos de publicitação que resultam da pressão e da necessidade de gerar uma percepção pública de que as instituições funcionam, num contexto em que a democracia é tida como um acto formal, muito pouco como um processo que se efectiva graças às suas práticas.

A estrutura política marcada pelo domínio do mesmo partido e ainda com marcas de autoritarismo nos processos de liderança, constituem um elemento de bloqueio para o acesso à informação sobre a corrupção que muitas vezes é protegida e de difícil acesso aos jornalistas. A grande corrupção que é a que mais interesse capta aos jornalistas envolve, como se pode notar, figuras ligadas ao partido dominante, as quais são sujeitas a uma maior protecção.

Ainda ligado à questão do domínio do partido da Frelimo é revelante destacar que este não só se revela no campo político, mas também no sector económico sob o qual as suas lideranças exercem um maior controlo. A dependência dos jornais sobre as fontes de informação oficiais pode determinar a quantidade de informação acessível aos jornais sobre as práticas de corrupção ligadas a essas figuras que têm um jogo importante na influência para que determinados casos não cheguem a ser publicados ou venham a ser publicados de forma deturpada.

No caso do jornal Domingo, onde se verificam formas de relacionamento directas entre os jornalistas e as fontes de informação do poder político, as restrições podem ser feitas a partir de mecanismos de censura directa. Isto é, neste jornal os actores políticos têm uma maior proximidade com as estruturas de liderança sob os quais podem determinar a cobertura ou não de determinados casos de corrupção que envolvem figuras a si ligadas. Note-se, por exemplo, o jornal Domingo foi quase que silencioso na cobertura das fases do processo do caso de corrupção no Ministério do Interior, tendo feito a cobertura do caso já na leitura da sentença sobre o caso.

Para além da exiguidade de espaço e do contexto político, a questão da agenda dos jornais sobre a temática da corrupção deverá também ser vista como resultado da exiguidade dos recursos humanos, a motivação e competências para o desenvolvimento de trabalhos de investigação que se exigem para um contexto em que as fontes de informação não providenciam as informações, proactivamente ou a informação é vedada para o acesso

público. É neste quadro que os informantes e as denúncias se corporizam e ganham uma maior relevância para os jornais como o *Savana*.

Um segundo aspecto relevante é a focalização da cobertura aos casos de grande corrupção que se mostrou predominante, sobretudo no jornal *Savana*, evidenciada na divulgação de casos que envolvem as grandes figuras públicas. Este enfoque da cobertura para figuras públicas é inerente a concepção da corrupção enquanto escândalo na qual os actores do partido Frelimo e os governantes são enquadrados em situações negativas, sob as quais se busca mostrar a imoralidade e os baixos níveis de responsabilidade na governação.

É neste sentido que o destaque da corrupção no jornal *Savana* está ligada às práticas das figuras públicas ligadas ao partido Frelimo, buscando expor a sua imagem associada à práticas negativas. Os dados da análise de conteúdo mostram que no *Savana* os casos de grande corrupção representam 47,7% e os casos de pequena corrupção, 2,8%; no jornal *Domingo*, os casos de grande corrupção representam cerca de 19,9% e os de pequena corrupção 9,7%. Isto é, o *Domingo*, embora se oriente pela mesma lógica, possui um maior número de casos de pequena corrupção que o *Jornal Savana*.

## **12.2 O significado dos enquadramentos na cobertura sobre a corrupção**

O primeiro elemento a concluir sobre os enquadramentos é que a orientação discursiva dos dois jornais é claramente diferenciada. Enquanto o *Domingo* é mais marcado por uma estratégia narrativa descritiva; o *Savana* é marcado por um discurso analítico. Note-se que 41,5% dos artigos, com maior extensão e relevância, publicados nos dois jornais são de carácter interpretativo, sendo que 33,0% (correspondente a um total de 59 artigos) do *Jornal Savana* e 8,5% (correspondente a 16 artigos) do *Jornal Domingo*.

A diferenciação entre a abordagem descritiva e analítica define o tipo de enquadramento que poderá não ser predominante sobre a corrupção, considerando, inclusivamente, uma tendência de o *Domingo* caracterizar-se por ser mais informativo e o *Savana* com uma tendência a inclusão de opiniões nas suas reportagens.

Pode-se, com base nesta análise, entender que a cobertura relevante do jornal *Savana* sobre as questões de corrupção foi predominantemente interpretativa do que descritiva, o que faz com que a orientação discursiva tivesse maior número de enquadramentos discursivos dramáticos e personalísticos. Por seu turno, a cobertura do jornal *Domingo* ser marcadamente descritiva, o que abre maiores possibilidades de se encontrar um discurso mais centrado nas temáticas e uma tendência de neutralidade na abordagem sobre os actores implicados nos casos.

Os dados sobre os enquadramentos mostram que a orientação discursiva de *tematização* foi mais destacável no *Domingo*, com cerca de 36% de total dos artigos produzidos do que no *Savana* onde apareceu com cerca de 17,6 % do global da cobertura. O enquadramento dramático é um dos que mais se destaca no *Savana*, com 15,9% da cobertura total. Estes enquadramentos fundam-se num discurso que reforça a crítica, a emoção e conflito de interesse que a corrupção representa entre o dever de servir e o uso dos bens públicos para os fins pessoais dos dirigentes. Estes enquadramentos, associados a um tom negativo sobre os actores, servem-se de metáforas que ilustram as instituições como espaços que, para além de prover serviços aos cidadãos, servem-se de espaços de “saque”.

Os enquadramentos personalizados destacados pelo *Savana* indicam a tendência da visão segundo a qual actores da administração pública devem ser vistos sob ponto de vista do seu carácter negativo, assim como do baixo nível de dignidade dos seus actos ao serviço público. Este processo gera-se a partir de um discurso negativo que aparece com maior frequência em relação ao jornal *Domingo*. Note-se que os enquadramentos negativos são os que possuem uma maior frequência no jornal *Savana*, com 33,5%, depois os artigos com abordagem positiva, com 27% e 0,6% com abordagem neutra. Por seu turno, o *Jornal Domingo* aparece com um maior número de artigos com abordagem neutra, com 23,9% no total da cobertura; seguido do enquadramento negativo, com 13,6% e positivo, com 1,1%.

É assim que a corrupção no jornal *Savana* é associada ao escândalo do qual se expõe à imoralidade e se negativiza a acção dos actores envolvidos. Ao cobrir a corrupção na perspectiva de escândalo, o *Jornal Savana* oferece um maior destaque e interesse público às suas notícias, gerando uma maior proximidade e empatia dos seus conteúdos com o público em geral; mas demarcando-se do interesse dos governantes. Em muitas ocasiões, as notícias de escândalos aparecem nos jornais a partir de informantes que, não

partilhando as mesmas aspirações com os seus actores ou estejam em conflitos de interesse, optam por usar os jornais para expô-los. Como foi dito no início, existe uma relação entre a variável sobre o tipo de casos de corrupção e os enquadramentos, o que faz com que a corrupção tenha uma definição diferenciada em cada um dos jornais.

Por outro lado, a existência de um número considerável de casos de pequena e os enquadramentos temáticos predominantes no jornal Domingo, mostram a tendência do apagando ou omissão da corrupção, como acto ligado à figuras do poder político, através da redução dos níveis de personalização da cobertura. Assim, a cobertura do jornal Domingo busca construir da visão da corrupção, enquanto um problema geral dissociado dos seus praticantes, em virtude de serem entidades ou pessoas cuja imagem deve merecer a sua protecção.

É desta forma que se pode compreender que, no jornal Savana, a cobertura da corrupção funciona como um estímulo, não somente ligado à sua perspectiva editorial enquanto responsabilidade social, mas também como um factor comercial a partir do qual consegue produzir matérias diferenciadas que interessem ao público. Neste jornal a cobertura da corrupção deve ser tido como uma estratégia a partir da qual o Savana mobiliza proveitos, em termos do interesse que os conteúdos vão suscitar aos leitores, mas também na perspectiva de que essas matérias consubstanciam e emprestam uma maior credibilidade perante os leitores.

### **12.3 Profissionalismo e as questões cruciais de qualidade da cobertura sobre corrupção**

A análise das fontes de informação nos artigos dos jornais *Domingo* e *Savana* mostram que existe uma tendência de predominância das fontes oficiais e oficiosas, havendo algumas diferenciações na maneira como cada um dos jornais estabelece relações com cada tipo de fontes de informação. Os dados analisados comprovam que existe uma tendência de as fontes oficiais terem um acesso directo ao jornal Domingo e, no Savana, serem as fontes oficiosas com estes níveis de acesso.

Estes tipos de relacionamentos justificam-se no facto de o jornal *Savana* suportar a sua abordagem crítica tendo como fontes officiosas as principais, das quais destacam-se especialistas (investigadores), organizações da sociedade civil, analistas e outros que comentam ou fazem denúncias de actos de corrupção. Por seu turno, o jornal Domingo é caracterizado pela predominância de fontes oficiais, constituídas por entidades públicas (governamentais, procuradoria e tribunais), dando uma visão de uma maior credibilidade e factualidade das informações publicadas pelo Domingo, mas reduzindo a possibilidade de abordagens que confrontem o papel destas instituições.

A orientação do *Savana* para uma agenda de escrutínio aos desvios na governação alimenta-se a partir de formas de relacionamentos directos com as fontes de informação officiosas que, não fazendo parte do governo e não estando de acordo com as suas estratégias de gestão da coisa pública, lidam com o jornal para tornarem públicas as suas percepções.

É importante notar ainda que, tanto no jornal Domingo como no *Savana* existem certos níveis de uso das fontes informais, mas cada jornal com níveis diferenciados de utilização destes tipos de fontes. Se para o jornal Domingo as fontes informais são usadas para casos de pequena corrupção, onde aparecem como actores ou testemunhas; no jornal *Savana*, mesmo que elas apareçam como testemunhas em julgamentos, as fontes informais são mais usadas como informantes chave dos assuntos de grande corrupção.

A opção por um jornalismo informativo (tematizado) e o uso predominante das fontes oficiais faz com que, no jornal Domingo, os níveis de anonimato sejam baixos. Aliás, a tendência geral dos dois jornais em termos de identificação das fontes de informação é de 70,9, sendo que os artigos com fontes não identificadas ocorrem mais no jornal *Savana* que, ao optar por uma perspectiva crítica e o recurso de denúncias dos actos perpetrados por altos dirigentes, a exigência de protecção dos fornecedores da informação acaba se mostrando relevante.

Isto é a precisão da informação no Domingo não pode ser vista, simplesmente, como derivada do rigor, mas sim das opções editoriais feitas pelo jornal, na medida em que a publicação de rotina de actos de corrupção já confirmadas pelas entidades da justiça não obriga ao recurso ao anonimato. Por seu turno, a orientação aos escândalos, pela medida em que eles colocam em causa as posições das elites no poder, o jornal *Savana* tem no uso

das formas do anonimato (como o *backgroud ou deepbackground*), não como um recurso deliberado de falta de precisão, mas sim um mecanismo sob o qual protege as suas fontes perante o risco de represálias ou perseguições.

As apreciações sobre o nível de rigor e de respeito dos padrões profissionais no jornal Domingo têm o mesmo suporte de considerar-se a análise sobre as questões do contraditório. De todos os artigos analisados nesta variável, 10,2% referiam-se a situações em que o jornal publica uma denúncia sem dar oportunidade de os visados darem a sua visão sobre os factos. Destes artigos, 8,5% foram publicados no jornal *Savana* e 1,7% no *Domingo*. Estas percentagens mostram que há uma maior tendência de encontrar-se situações em que os denunciantes são ouvidos, sem que se permita a possibilidade de os acusados tenham acesso à expressão contrária.

Como se demonstrou na secção sobre a análise de conteúdo, existe uma relação entre os acontecimentos de rotina e as fontes de informação oficiais. Trata-se de uma relação que se pode caracterizar como sendo de acesso habitual das fontes oficiais na cobertura dos casos de corrupção que ocorre mais no jornal Domingo. No jornal *Savana*, para além do acesso habitual dado às fontes oficiosas, encontra-se uma categoria predominante de acesso não habitual que é manifesta pela predominância de fontes informais, com um uso diversificado nos artigos publicados no jornal *Savana*.

A abordagem do jornal *Savana* constitui-se como uma oportunidade de exercício de um jornalismo de advocacia, transformando e tornando os actos de grande corrupção, como matérias prima da sua publicação. No entanto, a cobertura negativa que ganha um maior espaço neste jornal, enquadra a governação como um conjunto de actos de prejuízo do interesse público e sob a qual dos cidadão deverão desconfiar, numa visão em que a governação acaba sendo vista como sendo negativa. Estes enquadramentos surgem por um processo selectivo de fontes de informação que possam oferecer posicionamentos que concebem a governação, sob ponto de vista crítico e negativo, como é o caso das organizações da sociedade civil, partidos políticos da oposição e outras entidades pouco satisfeitas com a governação.

Com os dados da análise de conteúdos e as entrevistas realizadas, pode-se concluir que o sentido da responsabilidade deverá ser visto tendo em conta o posicionamento editorial que cada jornal assume, assim como as relações que se estabelecem com o partido

dominante. Por um lado, o jornal Domingo vai compreender o seu papel, olhando para sua ligação com o partido Frelimo, como espaço de exercício de um jornalismo “responsável” e contributivo para o desenvolvimento, onde a acção de contra poder se vê esvaziada e a cobertura da corrupção definindo-se não como um valor central. Num outro lado, uma imprensa que se situa num quadro de responsabilidade de exercer o contra poder, no quadro de jornalismo de “guarda” e crítico em relação à governação, onde o espaço de promoção das actividades do governo se torna quase que inexistente, valendo, para o efeito, a atribuição de uma agenda activa na cobertura dos actos de corrupção que se destacam pela exposição dos seus actores que, ao mesmo tempo, são membros do partido dominante.

A pesquisa e os dados apresentados oferecem alguns elementos de bastante relevantes para mostrar que a democracia de partido dominante em Moçambique tem resultado na existência da bipolarização dos media, estabelecendo-se um grupo sob o qual se exerce um maior controlo pelo partido dominante, a exemplo do jornal Domingo. Por seu turno, um grupo de meios que agem num sentido mais crítico da governação sob os quais se estabelece baixos níveis de controlo, a exemplo do Savana, funcionando na protecção do espaço constitucional das liberdades de imprensa.

O exercício das funções dos jornais, em cada uma das posições em que se encontram, resulta num baixo nível de pluralismo interno dos conteúdos, notando-se a tendência de cada um dos jornais privilegiar certas posições nas suas abordagens. Isto significa que a possibilidade de se encontrar um maior equilíbrio nos conteúdos dos media, em Moçambique, deve ser sob ponto de vista externo, isto é, na associação dos conteúdos considerando a diversidade dos media.

Se por um lado encontramos um jornal Domingo que com uma maior permeabilidade dos actores do partido dominante publicarem as suas perspectivas ou se reduzirem espaços em que são expostos à críticas; encontra, por outro lado, o jornal Savana que reduz ao espaço dos governantes, privilegiando vozes críticas da sociedade civil e da oposição, impondo uma cobertura negativa sobre as figuras públicas.

Esta tendência de uma orientação diferenciada nas formas de interpretação da responsabilidade social retira as possibilidades de se encontrar um maior equilíbrio nos conteúdos. Este facto faz com que a pluralismo seja visto sob ponto de vista externo, na



medida em que se reconhece a existência de jornais que buscam reflectir e referir posições diferenciadas, coexistindo uns com os outros dentro do mesmo sistema.

Os prejuízos deste tipo de sistema de imprensa são que alimentam polos de opiniões diferenciadas, uma vez que os leitores para que encontrem posições equilibradas deverão, simultaneamente, ter acesso à leitura de todos os jornais. Esta possibilidade é muito baixa para um contexto com baixos níveis de educação e com baixos níveis de circulação dos jornais, pois os leitores nem sempre têm a possibilidade de ter os jornais, e em situações em que têm acesso, não estão em condições de fazerem análises críticas



## CAPÍTULO XIII

### 13.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AABOE, E. e KRING, T (2013). *Gestão dos Recursos Naturais e Indústrias Extractivas em Moçambique: Documento de Referência*. Maputo: PNUD.
- ABEL, E. “Hutchins revisitado: Trinta e cinco anos da teoria da responsabilidade social”. In SCHMUHL, R. [(1984) ORG]. *As responsabilidades do jornalismo: as questões da ética no País de maior liberdade de expressão*. Trad. De Celso Vargas. Rio de Janeiro: Nórdica, pp. 51 – 62.
- ACEMOGLU, D. et. al. “From Education to Democracy?” *The American Economic Review*, Vol. 95, No. 2, Papers and Proceedings of the One Hundred Seventeenth Annual Meeting of the American Economic Association, Philadelphia, PA, January 7-9, 2005 (May, 2005), pp. 44-49.
- AFRIMAP, OSF-SA, OSIMP (2010). *Radiodifusão pública em África: O caso de Moçambique*. Rosebank: OSISA.
- AIRES, M. C. A. “A dimensão representativa da participação na teoria democrática contemporânea”. *Debates*, Porto Alegre, vol. 3, n° 2, Jul-Dez. 2009, pp. 12-38.
- ALBINO, A. e RUBIM, C. [org.] (2004). *Comunicação e política: conceitos e abordagens*. Salvador: Edufba
- ALTMAN, D. e PÉREZ-LIÑÁN, A. “Assessing the Quality of Democracy: Freedom, Competitiveness and Participation in Eighteen Latin American Countries. *Democratization*, Vol.9, No.2, Summer 2002, pp.85–100.
- ARAT, Z. F “Democracy and Economic Development: Modernization Theory Revisited”. *Comparative Politics*, Vol. 21, No. 1 (Oct., 1988), pp. 21-36.
- AZEVEDO, F: A. “Agendamento da política”. In ALBINO, A. e RUBIM, C. [org.] (2004). *Comunicação e política: conceitos e abordagens*. Salvador: Edufba, pp. 41 – 71.
- BECKER, G. S. “Competition and democracy”. *Journal of Law and Economics*, Vol. 1, Oct., 1958, pp. 105-109.
- BECKER, L. B. e VLAD, T “News organizations and routines”. In WAHL-JORGENSEN, K. & HANITZSCH, T. (2009). *The handbook of journalism studies*. New York: Routledge, pp. 59-72.
- BEHMER, M. “Measuring media freedom: Approaches of international comparison”. In CZEPEK, A.; HELLWIG, M. e NOWAK, E. (2009). *Press freedom and pluralism in Europe: Concepts and Donditions*. Bristol: Intellect Books, pp. 23 – 36.
- BENNET, W.L e MNHEIM, J. B “The Big Spin: Strategic Communication and the Transformation of Pluralist Democracy”. In ENTMAN. R M e BENNETT, W.L. (2001). *Mediated Politics: Communication in the future of democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, pp 279 - 298.
- BERELSON, B. R. (1971). *Content Analysis in Communication Research*. New York: Hafner.

- BERKOWITZ, D. A. “Reporters and their sources”. In WAHL-JORGENSEN, K. & HANITZSCH, T. (2009). *The handbook of journalism studies*. New York: Routledge, pp. 102 - 115.
- BLUMLER, J. G. e GUREVITCH, M. (1995). *The crisis of Public Communication*. London: Routledge.
- BLUMLER, J. G. e GUREVITH, M. “Americanization” Reconsidered: U.K – U.S Campaign Communication Comparisons Across Time. In ENTMAN, R. M e BENNETT, W.L. (2001). *Mediated Politics: Communication in the future of democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 380 - 405.
- BOGAARDS, M. “Counting parties and identifying dominant party systems in Africa”, *European Journal of Political Research* 43, 2004, pp. 173-178.
- BOLLEN, K. *Political Democracy: Conceptual and Measurement Traps*. *Studies in Comparative International Development*, Vol. 25, no 1, Spring 1990, pp. 7 – 24.
- BRATTON, M, MATTES, R. e GYIMAH-BOADI, E. (2005). *Public opinion, democracy, and market reform in Africa*. Cambridge University Press: Cambridge.
- BRINKERHOFF, D. W. (2001). *Taking Account of Accountability: A Conceptual Overview and Strategic Options*. Washington, DC: U.S. Agency for International Development/Center for Democracy and Governance. Disponível em [http://www.msiworldwide.com/wp-content/uploads/2011/07/IPC\\_Taking\\_Account\\_of\\_Accountability.pdf](http://www.msiworldwide.com/wp-content/uploads/2011/07/IPC_Taking_Account_of_Accountability.pdf). Acessado em 25 de Julho de 2014.
- BRÜCK, T. “Guerra e desenvolvimento em Moçambique”. *Análise Social*, Vol. XXXIII (149), 1998 (5.º), 1019-1051.
- BURKHART, R. E. e LEWIS-BECK, M. S. “Comparative Democracy: the Economic Development Thesis”. *American Political Science Review*, 88:4 (1994), pp. 903-910.
- BUSSOTTI, L. “Percepções e práticas da cidadania no Moçambique urbano: serviços públicos, Estado e utentes entre comunicação e alienação”. In SILVA, T. C; COELHO, J.B. e DE SOUSA, A. N [(eds.) 2012]. *Como fazer Ciências Sociais e Humana em África: Questões Epistemológicas, Metodológicas, Teóricas e Políticas*. Dakar: Codesria, pp. 227-237.
- CANEL, M. J. e SANDERS “El poder de los medios en los escándalos políticos: la fuerza simbólica de la noticia icono”. *Anàlisi* 32, 2005: 163-178.
- CARBONE, G. M.. “Continuidade na renovação? Ten Years of Multiparty Politics in Mozambique: Roots, Evolution and Stabilisation of the Frelimo-Renamo Party System”. *Journal of Modern African Studies*, 43 (3), 2005, pp. 417-442.
- CEC e IREX (2013), *Análise da cobertura mediática: Eleições autárquicas de 2013-Moçambique*, Maputo: CEC/IREX.
- CEC e IREX (2013). *Análise da cobertura mediática: Eleições autárquicas de 2013-Moçambique*. Maputo: CEC/IREX.

- CHAIMITE, E. “Indignai-vos”. *Ideias*, IESE, 61, 2014, pp. 1- 2.
- CHICHAVA, S. (2010). *Movimento Democrático de Moçambique: uma nova força política na democracia moçambicana?*. Maputo: IESE.
- CHICHAVA, S. “Acumulação num conexto de lógicas e dinâmicas neo-patrimoniais: O caso da ARPNE em Xai-Xai”. DE BRITO, L. et al (2014). *Desafios para Moçambique 2014*. IESE: Maputo, pp. 413 – 425
- CHRISTIAN, C. e NORDENSTRENG, K., “Social responsibility worldwide”. *Journal of Mass Media Ethics*, 2004, 19 (1), pp. 3 – 28.
- CIP (2014). *Electrecidade de Moçambique: Mau serviço, não transparente e politizado*. Maputo: CIP.
- COHEN, B. C (1963). *The Press and Foreign Policy*. Princeton: Princeton University Press.
- COLEMAN, R.; MacCombs, M; SHAW, D. e WEAVER, D. “Agenda setting”. In WAHL-JORGENSEN, K. & HANITZSCH, T. (2009). *The handbook of journalism studies*. New York: Routledge, pp. 147 – 160.
- COLEMAN, R.; McCombs, M; SHAW, D. e WEAVER, D. “Agenda setting”. In WAHL-JORGENSEN, K. & HANITZSCH, T. (2009). *The handbook of journalism studies*. New York: Routledge, pp. 147 – 160.
- [COSTA, D. “A Recolha de dados: Técnicas utilizadas”. In SILVESTRE, H. C & ARAÚJO, J. F \(2012\). \*Metodologias de Investigação Social\*. Lisboa: Escolar Editora, pp. 141 - 170.](#)
- Cunha, I. e Serrano, E. (2014). *Cobertura jornalística da corrupção política. Sistemas políticos, sistemas mediáticos, enquadramentos legais*. Lisboa: Aletheia
- CUNHA, I. e SERRANO, E. (2014). *Cobertura jornalística da corrupção política. Sistemas políticos, sistemas mediáticos, enquadramentos legais*. Lisboa: Aletheia Editores
- CUNHA, I. F. “Media e padrões da corrupção política: Os casos Freeport e face oculta”. *Media & Jornalismo*, Vol. 11, nº 1, 2015, pp . 45-64
- CZEPEK, A.; HELLWIG, M. e NOWAK, E. (2009). *Press freedom and pluralism in Europe: Concepts and Donditions*. Bristol: Intellect Books
- DAHL, R. A. ([1971]1997). *A Poliarquia: Participação e Oposição*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo.
- DE BRITO, L et. al (2009). *Cidadania e Governação em Moçambique*. Comunicações Apresentadas na Conferência Inaugural do Instituto de Estudos Sociais e Económicos, Maputo: IESE
- DE BRITO, L. et al (2005). *Formação do voto e comportamento eleitoral dos Moçambicanos em 2004*. Maputo: EISA e CEP.
- DE BRITO, L. et al [(Org.) 2014].. *Desafios para Moçambique 2014*. IESE: Maputo

- DE BRITO, L. et al. [(Org.) 2010]. *Desafios para Moçambique 2010*. Maputo: IESE.
- DE BRITO, L. et al. [(Org.) 2011]. *Desafios para Moçambique 2011*. Maputo: IESE.
- DE VREESE, C. H. “News framing: Theory and typology”. *Information Design Journal + Document Design*, 13 (1), 2005, 51 – 62.
- DEVEREUX, E. (2007). *Media Studies*. London: Sage
- DI TELLA, R. e FRANCESCHELLI, I. “Government Advertising and Media Coverage of Corruption Scandals”. *American Economic Journal: Applied Economics* 3 (October), 2011, pp. 119–151.
- DIAMOND, L. “Thinking about hybrid regimes”. *Journal of Democracy*, 2002; 13(2), pp. 21–35.
- DOMINGO, “Editorial”. In Domingo, nº1, 27 de Setembro de 1981, pp. 01.
- ELLIOT, K. A. [(ed.)1997]. *Corruption and the global economy*. Washington D.C: Institute for International Economics
- ENTMAN, R. M, et al. “Nature, sources, and effects of news framing”. In WAHL-JORGENSEN, K. & HANITZSCH, T. (2009). *The handbook of journalism studies*. New York: Routledge, pp. 175 – 190.
- ENTMAN, R. M. e BENNETT, W.L. (2001). *Mediated Politics: Communication in the future of democracy*. Cambridge: Cambridge University Press
- ENTMAN, R. M.; MATTHES, J. E PELLICANO. “Nature, Sources, and Effects of News Framing”. In WAHL-JORGENSEN, K. & HANITZSCH, T. (2009). *The handbook of journalism studies*. New York: Routledge, pp. 175 – 190.
- ERBOLATO, M. (2002). *Técnicas de codificação em jornalismo: Redação, captação e edição no jornal diário*. 5ª Edição. São Paulo: Editora Ática.
- ERC (2008). *Pluralismo Político-Partidário na RTP em 2007*. Lisboa: ERC.
- ESTEVES, J. P. (2007). *A ética da comunicação e os media modernos: Legitimidade e poder nas sociedades complexas*. 3ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- FAUVET, P. e MOSSE, M. (2004). *É proibido pôr algemas nas palavras: Uma biografia de Carlos Cardoso*. Lisboa: Caminho.
- FELDSTEIN, M “A muckraking model: investigative reporting cycles in american history”. *The Harvard International Journal of Press/Politics*, 2006, 11(2) Spring, pp. 105-120.
- FES e MISA (2014). *Barómetro africano da media: Moçambique 2014*. Windhoek: FES.
- FIGUEIRAS, F e ARAÚJO, M. M “A política anticorrupção e o marco legal no Brasil”. In CUNHA, I. & SERRANO, E. (2014). *Cobertura jornalística da corrupção política: Sistemas políticos, sistemas mediáticos, enquadramentos legais*. Lisboa: Aletheia Editores, pp. 36 - 71.

- FORQUILHA, S. e ORRE, A., “Transformações sem mudança? Os conselhos locais e o desafio da institucionalização democrática em Moçambique”. In DE BRITO, L. et al. [(Org.) 2011]. *Desafios para Moçambique 2011*. Maputo: IESE, pp. 35 – 53.
- FREEDOM HOUSE (2014). *Freedom in the world 2014*. Acessado em <https://freedomhouse.org/sites/default/files/FIW2014%20Booklet.pdf>, aos 04 de Agosto de 2015.
- FRIEDRICH, C. J “Corruption Concepts in Historical Perspective”. In HEIDENHEIMER, A. e JOHNSTON, M. (2007). *Political corruption: Concepts & Contexts*. London: Transaction Publishers, pp. 15 – 23.
- FUKUYAMA, F (1992). *O Fim da História e o Último Homem*. Rio de Janeiro: Rocco.
- FURTADO, C. “Democracia em África: Possibilidades e limites”. *África - Revista do Centro de Estudos Africanos/USP*, 20-21, 1997/1998, pp. 199-217.
- GABINFO (2015). *Mapa de Registo de Órgãos de Informação Escrita*. Maputo: GABINFO.
- GAMBETTA, D. “Corruption: An analytical map”. In KOTKIN, S. & SAJÓ, A. (2002). *Political corruption in transition: A skeptic’s handbook*. Budapest: CEU Press, pp. 33–56.
- GAMBETTA, D. “Corruption: An analytical map”. In KOTKIN, S. & SAJÓ, A. (2002), “Political corruption in transition: A skeptic’s handbook”. Budapest: CEU Press, pp. 33–56.
- GARDINER, J. A. “Defining corruption”. HEIDENHEIMER, A. e JOHNSTON, M. (2007). *Political corruption: Concepts & Contexts*. London: Transaction Publishers, pp. 25-40
- GIEBER, W. e JOHNSON, W. “The City Hall “Beat”: A Study of Reporter and Source Roles”. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, September 1961, 38, pp. 289-297.
- GIEBER, W. e JOHNSON, W. “The City Hall “Beat”: A Study of Reporter and Source Roles”. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, September 1961, 38, pp. 289-297.
- GIL, A. C. (2002). *Como elaborar projectos de pesquisa*. São Paulo: Atlas.
- GILBERT, L. e HOHSENI, P.. “Beyond authoritarianism: The conceptualizations of Hybrid Regimes”. *Studies in Comparative International Development* (2011) 46, pp. 270–297.
- GRADIM, A. (2000). *Manual de Jornalismo*. Covilhã: Universidade da Beira Interior. Acessível em [http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/gradim\\_anabela\\_manual\\_jornalismo.pdf](http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/gradim_anabela_manual_jornalismo.pdf), data 25 de Julho de 2011.

- GRADIM, A. (2000). *Manual de Jornalismo*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- GRANDIM, A. (2000). *Manual de Jornalismo*. Covilhã: Universidade da Beira Interior. Acessível em [http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/gradim\\_anabela\\_manual\\_jornalismo.pdf](http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/gradim_anabela_manual_jornalismo.pdf), data 25 de Julho de 2011.
- HABERMAS, J. ([1962]2003). *The structural transformation of the public sphere: an inquiry into a category of Bourgeois society*. translated by Thomas Burger with the assistance of Frederick Lawrence. Cambridge: Polity.
- HACKETT, R. A. “Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objectividade nos estudos dos media noticiosos”. In TRAQUINA, Nelson [Org (1999)]. *Jornalismo: Questões, teorias e “estórias”*. 2ª edição. Lisboa: Vega, pp. 101 – 130.
- HACKETT, R. A. “Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objectividade nos estudos dos media noticiosos”. In TRAQUINA, N. [Org.] (1999). *Jornalismo: Questões, teorias e “estórias”*. 2ª ed. Lisboa: Veja. pp. 101 – 130.
- HALLIN, D. & MANCINI, P. (2010). *Sistema de Midia - Estudo Comparativo: Três modelos de comunicação e Política*. Lisboa: Livros Horizonte
- HANLON, J. (2004). “Do donors promote corruption? The case of Mozambique”. *Third World Quarterly*, 25:4, pp. 747–763.
- HANLON, J. (2009). “Mozambique’s elite-finding its way in a globalized world and returning to old development models”. Presented at a Crisis States Research Centre Seminar, London (London School of Economics), 7 October 2009.
- HANSEN, A. et al (1998). *Mass Communication Research Methods*. Basingstoke: Macmillan Press.
- HANSEN, A.; COTTLE, S.; NEGRINE, R. e NEWBOLD, C. (1998). *Mass Communication Research Methods*. Basingstoke: Macmillan Press
- HARRISON, G. “Corruption as ‘boundary politics’: the state, democratization, and Mozambique’s unstable liberalization”. *Third World Quarterly*, 20:3, 1999, pp. 537–550.
- HEIDENHEIMER, A. “Perspectives on the perception of corruption”. In HEIDENHEIMER, A. & JOHNSTON, M. (2007). *Political corruption: Concepts & Contexts*. London: Transaction Publishers, pp. 141-154.
- HEIDENHEIMER, A. “Perspectives on the perception of corruption”. In HEIDENHEIMER, A. & JOHNSTON, M. (2007). *Political corruption: Concepts & Contexts*. London: Transaction Publishers, pp. 141 – 154.
- HEIDENHEIMER, A. e JOHNSTON, M. (2007). *Political corruption: Concepts & Contexts*. London: Transaction Publishers.
- HEIDENHEIMER, A. e JOHNSTON, M. (2007). *Political corruption: Concepts & Contexts*. London: Transaction Publishers



- HEYWOOD, P. “Political corruption: Problemas and perspectives”. *Political Studies*, XLV, 1997, pp. 417-435.
- HOHLFELDT, A. & MORAIS, O. J [(Org.) 2014]. *Perspectivas críticas da comunicação em Cabo Verde e Moçambique*. São Paulo: INTERCOM
- HOLLYER, J. R. et al. “Democracy and Transparency. International Political Economy Seminar at Princeton, UCLA, March 11, 2011. Disponível em [http://www.tc.umn.edu/~jhollyer/JOP\\_final\\_version.pdf](http://www.tc.umn.edu/~jhollyer/JOP_final_version.pdf). Acessado em 25 de Agosto de 2014.
- HUNGUANA, T. “Direito à Informação: relevância, desafios e barreiras no contexto actual em Moçambique”. *Savana*, edição nº 1165, 06 de Maio de 2016, Maputo, pp. 12 - 17.
- HUNTINGTON, S. P. “Democracy’s third wave”. *Journal of Democracy* Vol 2, No 2, Spring 1991, pp. 12 – 34.
- INE (2011). *Relatório final do inquérito aos agregados familiares sobre orçamento familiar, 2008/09*. INE: Maputo.
- INE (2013). *Moçambique: Inquérito demográfico e de saúde 2011*. Maputo: INE
- ITIE-MOÇAMBIQUE (2015). *Sexto Relatório de ITIE – Anos de 2013 e 2014*. Intellica: Maputo.
- JAIN, A. (2001). “Corruption: A review”. *Journal of Economic Survey*. Vol. 15, nº1, pp. 71 - 121.
- JAIN, A. “Corruption: A review”. *Journal of Economic Survey*. Vol. 15, 2001, nº1, pp. 71 - 121.
- JUERGENSEN, O.T. (1998). *The United Nations comes to the hinterland: peacebuilding and reconstruction in Mozambique*. Working paper no 2, disponível em <https://idl-bnc.idrc.ca/dspace/bitstream/10625/29391/7/117239.pdf>, acessado aos 05 de 08 de 2015.
- KANT, I. ([1783] 2008). *A paz perpétua e outros opúsculos*. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70.
- KAUFMANN, D; KRAAY, A e MASTRUZZI, M (2010). *The worldwide governance indicators: methodology and analytical issues*. Policy research working paper 5430. Disponível em <http://info.worldbank.org/governance/wgi/pdf/WGI.pdf>, acessado aos 04 de Setembro de 2015.
- KIN, J. et al. “News, Talk, Opinion, Participation: The Part Played by Conversation in Deliberative Democracy”. *Political Communication*, 1999, 16, pp. 361-385.
- KITZINGER, J. “Framing and frame analysis”. In DEVEREUX, E. (2007). *Media Studies*. London: Sage, pp. 134-161.
- KOTKIN, S. & SAJÓ, A. (2002). *Political corruption in transition: A skeptic’s handbook*. Budapest: CEU Press.

- KRIPPENDORFF, K. (2004). *Content analysis: An introduction to its methodology*. 2<sup>nd</sup> edition. London: Sage Publications.
- KRIPPENDORFF, K. “Content analysis”. In E. BARNOUW, G. GERBNER, W. SCHRAMM, T. L. WORTH, & L. GROSS (1989). *International encyclopedia of communication*. Vol. 1. New York, NY: Oxford University Press, pp. 403-407, disponível em [http://repository.upenn.edu/asc\\_papers/226](http://repository.upenn.edu/asc_papers/226), acessado aos 20 de Março de 2017.
- KUNCZIK, M. (2002). *Conceitos de jornalismo: norte e sul: manual de comunicação*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- LEVISTKY, S. e WAY, L. A. “Elections without democracy: The rise of competitive authoritarianism”. *Journal of Democracy* Volume 13, Number 2 April 2002, pp. 51 – 65.
- LEVISTSKY, S. e WAY, L. A. “Beyond Patronage: Violent Struggle, Ruling Party Cohesion, and Authoritarian Durability”. *Perspectives on Politics*, 10 (04), December, pp. 869-889.
- LINDBERG, S. I. (2006). *Democracy and elections in Africa*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.
- LIPPMANN, W. ([1922] 1965). *Public opinion*. New York: Macmillan.
- LIPSET, S. M. “Some Social Requisites of Democracy: Economic Development and Political Legitimacy”. *The American Political Science Review*, Vol. 53, No. 1, Mar., 1959, pp. 69-105.
- LIVINGSTONE, S. e LUNT, P. (1994). *Talk on television: Audience participation and public debate*. Oxon: Routledge.
- MACAMO, E. (2014). “Cultura política e cidadania em Moçambique: Uma relação conflituosa”. In De Brito, et al (2014) [Org]. *Desafios para Moçambique 2014*. Maputo: EISE, p. 41-60.
- MACAMO, E. “Da disciplinarização de Moçambique: ajustamento estrutural e as estratégias neo-liberais de risco”. *Africana Studia*, nº6, 2003, Edição da Faculdade de Lebras da Universidade do Porto, pp. 231-255.
- MAIA, A. J e BORGES, H. “Prevenir e reprimir a corrupção política em Portugal – evolução do quadro legal”. In Cunha, I. e Serrano, E. (2014). *Cobertura jornalística da corrupção política. Sistemas políticos, sistemas mediáticos, enquadramentos legais*. Lisboa: Aletheia, pp. 72-259.
- MANCINI, P.. ‘Instrumentalization of the media vs. political parallelism’. *Chinese Journal of Communication*, 5: 3, 2012, pp. 262-280.
- MANIN, B. et al. “Eleições e representação”. *Lua Nova*, São Paulo, nº067, 2006, pp. 105-138.

- MARTINI, M. “Overview of corruption and anti-courruption in Mozambique”, U4 Expert Answers, 5 March 2012, Number: 32.
- MASSINGUE, M. (2000). *A imprensa, o Estado e a Democracia*. Promédia: Maputo.
- McCombs, M (2009). *A teoria da agenda: A mídia e a opinião pública*. Trad. De Jacques A. Wainberg. Vozes: Petrópolis.
- McCombs, M e SHAW, D. “The agenda-setting functions of the press”. In GRABER, D. A. (1990). *Media power in politics*. Second Edition. Washington: CQ Press, pp. 73-82.
- McCombs, M. (2009). *A teoria da Agenda: a mídia e a opinião*. Tradução de Jaques A. Wainberg. Petrópolis, RJ: Vozes.
- McCombs, M. (2009). *A teoria da Agenda: a mídia e a opinião*. Tradução de Jaques A. Wainberg. Petrópolis, RJ: Vozes.
- McCombs, M. “A Look at Agenda-setting: past, present and future”, *Journalism Studies*, Volume 6, Number 4, 2005, pp. 543-557
- McCombs, M. “Building consensus: The news media’s *agenda-setting* roles”. *Political Communication*, 14, 1997, pp. 433 – 443.
- MCNAIR, B. “Journalism and Democracy”. In WAHL-JORGENSEN, K. & HANITZSCH, T. (2009). *The handbook of journalism studies*. New York: Routledge.
- McNair, B. “Journalism and Democracy”. In WAHL-JORGENSEN, K. & HANITZSCH, T. (2009). *The handbook of journalism studies*. New York: Routledge, pp. 237- 249.
- McQuail, D. (2003). *Teoria da Comunicação de Massas*. Trad. Carlos de Jesus. Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa.
- MESQUITA, M (2004). *O Quarto equívoco: o poder dos media na sociedade contemporânea*. 2ª ed. Coimbra: Minerva Coimbra.
- MESQUITA, M. (2004). *O Quarto equívoco: o poder dos media na sociedade contemporânea*. 2ª ed. Coimbra: Minerva Coimbra.
- MIF - MO IBRAHIM FOUNDATION (2014). 2014 Ibrahim Index of African Governance: Summary Report. Acessível em <http://static.moibrahimfoundation.org/downloads/publications/2014/2014-iiag-summary-report.pdf>, aos 05 de Setembro de 2015.
- MIGUEL, J. (2013). *Economia política da televisão Moçmbicana*. Maputo: CEC.
- MILLER, T. e KIM, A. B (2015). *2015 Index of Economic Freedom*. Heritage Foundation and Dow Jones & Company: Washington, DC. Acessível em <http://www.heritage.org/index/pdf/2015/book/Highlights.pdf>, aos 05 de Setembro de 2015.

- MISA-MOÇAMBIQUE & SNJ (2008), *Monitoria da cobertura do processo eleitoral autárquico de 2008 em Moçambique*, Maputo: MISA/SNJ.
- MISA-MOÇAMBIQUE & SNJ (2010), *Monitoria da cobertura das eleições presidenciais, legislativas e provinciais de 2009*, Maputo: MISA/SNJ.
- MISA-MOÇAMBIQUE e SNJ (2008). *Monitoria da cobertura do processo eleitoral autárquico de 2008 em Moçambique*. Maputo: MISA/SNJ.
- MISA-MOÇAMBIQUE e SNJ (2010). *Monitoria da cobertura das eleições presidenciais, legislativas e provinciais de 2009*. Maputo: MISA/SNJ.
- MØLLER, J. e SKAANING, S. “Regime types and democratic sequencing”. *Journal of Democracy*, 24 (January 2013), 1, pp. 142-155.
- MOLOTCH, H e LESTER, M. “As notícias como Procedimento intencional: Acerca do Uso estratégico de Acontecimentos de Rotina, Acidentes e Escândalos”. In TRAQUINA, Nelson (1999); *Jornalismo: Questões Teorias e “Estórias”*, 2ª ed. Comunicação & Imagem, pp. 34 - 60.
- MOLOTCH, H e LESTER, M. “As notícias como Procedimento intencional: Acerca do Uso estratégico de Acontecimentos de Rotina, Acidentes e Escândalos”. In TRAQUINA, Nelson (1999); *Jornalismo: Questões Teorias e “Estórias”*, 2ª ed. Comunicação & Imagem, pp. 34 - 60.
- MOSSE, M e CORTEZ E (2006b). *A corrupção no sector da educação em Moçambique*. CIP: Maputo.
- MOSSE, M. (2006). *A corrupção no sector da justiça em Moçambique*. CIP: Maputo.
- MOSSE, M. e CORTEZ, E (2006a). *A corrupção no sector da saúde em Moçambique*. CIP: Maputo.
- MOSSE, M. e MUGUAMBE, J. (2007). *O procurement público e transparência em Moçambique*. CIP: Maputo.
- MOYANA, S. “Savana: Um projecto em execução”. In RIBEIRO, F. e SOPA, A. [Coor (1996)]. *140 Anos de Imprensa em Moçambique: Estudos e relatos*. Maputo: Associação Moçambicana de Língua Portuguesa, pp. 145 – 152.
- NAMBURETE, E.. “Desenvolvimento e crise do jornalismo em Moçambique”. In HOHLFELDT, A. & MORAIS, O. J [(Org.) 2014]. *Perspectivas críticas da comunicação em Cabo Verde e Moçambique*. São Paulo: INTERCOM, pp. 95 – 120
- NETO, R. B, G. “Minimalismo Schumpeteriano, teoria econômica da democracia e escolha racional. *Rev. Sociol. Polít.*, vol. 19, nº 38, fev. 2011, pp. 27-42.
- NEWELL, P. e BELLOUR, S. (2002). *Mapping accountability: origins, contexts and implications for development*. IDS Working Paper. Brighton, England: Institute for Development Studies. Disponível em [http://www.drc-citizenship.org/system/assets/1052734378/original/1052734378-newell\\_etal.2002-mapping.pdf?1398410107](http://www.drc-citizenship.org/system/assets/1052734378/original/1052734378-newell_etal.2002-mapping.pdf?1398410107). Acessado em 25 de Julho de 2014.

- NHANALE, E. (2013). “Os media em Moçambique: O contexto legal e político do exercício da liberdade de imprensa”. In HOHLFELDT, A. & MORAIS, O. J [(Org.) 2014]. *Perspectivas críticas da comunicação em Cabo Verde e Moçambique*. São Paulo: INTERCOM, pp. 79 – 93.
- NHANALE, E. (2014a), “Sistema dos Media em Moçambique: uma análise do mercado da imprensa, radiodifusão pública e da profissionalização”. In CUNHA, I. e SERRANO, E. (2014). *Cobertura jornalística da corrupção política. Sistemas políticos, sistemas mediáticos, enquadramentos legais*. Lisboa: Aletheia Editores, pp. 247-259.
- NHANALE, E. (2014b). *Relatório de monitoria da cobertura dos media nas eleições de 2014*. Maputo: CEC.
- NHANALE, E. “Contexto e desafios do jornalismo no exercício da liberdade de imprensa e promoção da cidadania em Moçambique”. *Revista Comunicação & Sociedade*, 1, 2011, pp 49-57.
- NORRIS, R. & MERLOE, P. (2002). *Media monitoring to promote democratic elections: an handbook for citizen organizations*. Washington: National Democratic Institute for International Affairs.
- NORRIS, R. e MERLOE, P. (2002). *Media monitoring to promote democratic elections: an NDI handbook for citizen organizations*. Washington: National Democratic Institute for International Affairs.
- NUVUNGA, A. “Experiências com partidos políticos em novas democracias: O ‘deixa andar’ no quadro institucional em Moçambique”. *Cadernos Adenauer*, VIII, 2007, nº 3, pp. 54-73.
- O’DONNELL, G., “Why the rule of law matters”, *Journal of Democracy*, Volume 15, Number 4, October 2004, pp.32-46.
- O’DONNELL, G.. “Teoria democrática e política comparada”. *Dados*, vol. 42 n. 4, 1999, pp. 655-690.
- PALMGREEN, P. e CLARKE, P. “*Agenda-setting* with local and national issues”. *Communication research*, Vol. 4 (4), October 1977, pp. 435 – 452.
- PATTERSON, T. E. “Serão os media noticiosos actores políticos eficazes?”. *Revista Comunicação e Linguagem*, Fevereiro, 2000, nº 27, pp. 75 -96.
- PATTERSON, T. E. “Tendência do jornalismo contemporâneo: Estarão as notícias leves e o jornalismo crítico a enfraquecer a Democracia”. *Media & Jornalismo*, (2) 2003, pp. 19-47.
- PATTERSON, T. E. “The News Media: An Effective Political Actor?” *Political Communication*, 1997, 14: 445-455.
- PEREIRA, J.C.G e NHANALE, E. (2014), *As eleições gerais de 2014 em Moçambique: Análise de questões fundamentais*. Joanesburgo: OSISA.

- PHILP, M. “Conceptualizing political corruption”. In HEIDENHEIMER, A. & JOHNSTON, M. (2007). *Political corruption: Concepts & Contexts*. London: Transaction Publishers, pp. 41-57.
- PINTO, M. “Fontes jornalísticas: contributos para o mapeamento do campo”. *Comunicação e Sociedade 2, Cadernos do Noroeste, Série Comunicação, Vol. 14 (1-2)*, 2000, pp. 277-294.
- PINTO, M. “*Fontes jornalísticas: contributos para o mapeamento do campo*”. *Comunicação e Sociedade 2, Cadernos do Noroeste, Série Comunicação, Vol. 14 (1-2)*, 2000, pp. 277-294.
- PNUD (2014). *Relatório do Desenvolvimento Humano 2013: A Ascensão do Sul: Progresso Humano num Mundo Diversificado*. New York (EUA): PNUD.
- PRIOR, H. et.al. “Corrupção e escândalo político: o enquadramento dos escândalos face oculta e mansalão na imprensa portuguesa e brasileira”. *Media & Jornalismo Vol. 11, nº 1*, 2015, pp . 45-64
- RIBEIRO, F. e SOPA, A. [Coord (1996)]. *140 Anos de Imprensa em Moçambique: Estudos e relatos*. Maputo: Associação Moçambicana de Língua Portuguesa
- RODRIGUES, A. D. (1984). *O Campo dos media: Discursividade, narratividade, máquinas*. Lisboa: Edições a Regra do Jogo.
- RODRIGUES, A. D. (2001). *Estratégias da Comunicação: Questão comunicacional e formas de sociabilidade*. 3ª edição. Lisboa: Editorial Presença.
- [RODRIGUES, M. A. V. “O tratamento e análise de dados”. In SILVESTRE, H. C & ARAÚJO, J. F \[Coord \(2012\)\]. Metodologias de Investigação Social. Lisboa: Escolar Editora, pp. 171 - 210.](#)
- RØNNING, H. “The politics of corruption and the media in Africa”. *Journal of African Media Studies*, 1: 1, 2009, pp. 155–171.
- ROSÁRIO, D. M. “Eleições e corrupção em Moçambique”. In CUNHA, I. e SERRANO, E. (2014). *Cobertura jornalística da corrupção política. Sistemas políticos, sistemas mediáticos, enquadramentos legais*. Lisboa: Aletheia Editores, pp. 124-148.
- ROSE-ACKERMAN, S. “The political economy of corruption”. In ELLIOT, K. A. [(ed.)1997]. *Corruption and the global economy*. Washington D.C: Institute for International Economics, pp. 31 – 60.
- ROSENDORFF, B. P. “Democracy and the Supply of Transparency”. *International Studies Association Annual Meetings in Montreal, Canada, on March 17-21, 2004*. Disponível em <http://www.nyu.edu/gsas/dept/politics/faculty/rosendorff/Transparency.pdf>. Acessado em 25 de Julho de 2014.
- SÁNCHEZ, M. D. M “El discurso periodístico político en la creación de estructuras públicas de significatividades”. *Anàlis*, 12, 1989, pp. 93 – 100.
- SANDERS, K e CANEL, M. J “A scribbling tribe: Reporting political scandal in Britain and Spain”. *Journalism*, Vol 7(4), 2006, pp. 453 – 476.

- SANDERS, K. (2003). *Ethics and Journalism*. London: Sage Publications.
- SARTORI, G. (1987] 1994). *Teoria da democracia revisitada: o debate contemporâneo*. São Paulo: Editora Ática.
- SARTORI, G., (2005), *Parties and Party Systems. A Framework for Analysis*, Colchester: ECPR Press.
- SAVANA, “Editorial”. In SAVANA, nº 1, 21 de Janeiro de 1994, pp. 9 .
- SCHAUER, F. “Transparency in three dimensions”. *University of Illinois Law Review*, 2011, pp. 1339- 1357.
- SCHMUHL, R. [(1984) ORG]. *As responsabilidades do jornalismo: as questões da ética no País de maior liberdade de expressão*. Trad. De Celso Vargas. Rio de Janeiro: Nórdica
- SCHMUHL, R. [ORG (1984)]. *As responsabilidades do jornalismo: as questões da ética no País de maior liberdade de expressão*. Trad. De Celso Vargas. Rio de Janeiro: Nórdica.
- SCHUDSON, M. (2010). *Descobrimos a notícia: uma história social dos jornais nos Estados Unidos da América*. Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- SCHUDSON, M. “News and democratic society: past, present, and future”. *The Hedgehog Review*, Summer 2008, pp. 7 – 21.
- SCHUDSON, M. “Notes on Scandal and the Watergate Legacy”. *American Behavioral Scientist* 47, 2004, pp. 1231-1238.
- SCHUDSON, M. “The news media as political institutions”. *Annual Review of Political Science*, 5, 2005, pp. 249 – 269.
- SCHUMPETER, J. ([1950]1961). *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura.
- SEN, A. “Democracy as a universal value”. *Journal of Democracy*, 3, 1999, pp. 3-17.
- SERRANO, E (2006). *Jornalismo político em Portugal: A cobertura de eleições presidenciais na imprensa e na televisão (1976-2001)*. Lisboa: Edições Colibri.
- SERRANO, E. (2006). *Jornalismo político em Portugal: A cobertura de eleições presidenciais na imprensa e na televisão (1976-2001)*. Lisboa: Edições Colibri.
- SERRANO, E. (2006). *Jornalismo político em Portugal: A cobertura de eleições presidenciais na imprensa e na televisão (1976-2001)*. Lisboa: Edições Colibri.
- SEYMOUR-URE, C. (1974). *The political impact of mass media*. London: Constable.
- SHENGA, C. e MATTES, R.. “Cidadania acrítica numa sociedade de baixa informação: os moçambicanos numa perspectiva comparativa”. In DE BRITO, L et. al (2009). *Cidadania e Governação em Moçambique*. Comunicações Apresentadas na Conferência Inaugural do Instituto de Estudos Sociais e Económicos, Maputo: IESE, pp. 119 – 169.

- SHENGA, C; MUENDANE, E & PEDRO, C. (2013). *Explicando a percepção da corrupção em Moçambique*. Afrobarometer Briefing Paper: Maputo.
- SHOEMAKER, P. J.; VOS, T. P.; REESE, S. D. “Journalists as Gatekeepers”. In WAHL-JORGENSEN, K. & HANITZSCH, T. (2009). *The handbook of journalism studies*. New York: Routledge, pp. 73- 87.
- SILVA, T. C; COELHO, J.B. e DE SOUSA, A. N [(eds.) 2012]. *Como fazer Ciências Sociais e Humana em África: Questões Epistemológicas, Metodológicas, Teóricas e Políticas*. Dakar: Codesria
- SILVERMAN, D. (2013). *Doing Qualitative Research. 4th edition*. London: Sage Publications.
- SOUSA, J. P. (2001). *Elementos do Jornalismo Impresso*. Porto: Universidade Fernando Pessoa.
- SOUSA, J. P. (2001). *Elementos do Jornalismo Impresso*. Porto: Universidade Fernando Pessoa.
- SOUSA, J. P. (2001). *Elementos do Jornalismo Impresso*. Porto: Universidade Fernando Pessoa. Acessível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-de-jornalismo-impresso.pdf>, data 25 de Julho de 2011.
- SOUSA, J. P. (2006). *Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media*. 2ª ed. Porto: Universidade Fernando Pessoa. Disponível em <http://bocc.unisinos.br/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-teoria-pequisa-comunicacao-media.pdf>, data de acesso 08 de Agosto de 2012.
- SOUSA, J. P. (2006). *Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media*. 2ª ed. Porto: Universidade Fernando Pessoa. Disponível em <http://bocc.unisinos.br/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-teoria-pequisa-comunicacao-media.pdf>, data de acesso 08 de Agosto de 2012.
- SOUSA, J. P. (2006). *Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media*. 2ª ed. Porto: Universidade Fernando Pessoa. Disponível em <http://bocc.unisinos.br/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-teoria-pequisa-comunicacao-media.pdf>, data de acesso 08 de Agosto de 2012.
- STRÖMBÄCK, J. (2005). “In Search of a Standard: four models of democracy and their normative implications for journalism”. *Journalism Studies*, 6: 3, 2005, pp. 331-345.
- TANZI, V. “Corruption around the world: causes, consequences, scope, and cures”. *IMF Staff Papers*, Vol. 45, No. 4, December 1998, 559-594
- TARDE, G. ([1904]1986). *La opinión y la multitud*. Madrid: Taurus Ediciones.
- THE COMMISSION ON FREEDOM OF THE PRESS (1947). *A Free and Responsible Press: A general report on mass communication – Newspapers, Radio, Motion Pictures, Magazines, and Books*. The University of Chicago: Illinois.



- THE WORLD BANK e IFC (2013). *Doing business 2014: Compreendendo a regulação para pequenas e médias empresas*. Banco Mundial: Washington, DC.
- THOMPSON, J. B. (2002) *O escândalo político: poder e visibilidade na era mídia*, Rio de Janeiro, Vozes.
- THOMPSON, J. B. (2002) *O escândalo político: poder e visibilidade na era mídia*. Rio de Janeiro: Vozes.
- THOMPSON, J. B. (2002). *O escândalo político: poder e visibilidade na era mídia*, Rio de Janeiro, Vozes.
- THOMPSON, J. B. (2005). “The new visibility”, *Theory, Culture & Society*, Vol. 22(6): 31-51.
- TRACY, S. J. (2013). *Qualitative Research Methods: Collecting evidence, crafting analysis, communicating Impact*. Sussex: Blackwell Publishing.
- TRANSPARENCY INTERNATIONAL (2011). *Daily Lives and Corruption: Public Opinion in Souther Africa*. Disponível em [http://www.corruptionwatch.org.za/wp-content/uploads/migrated/ti\\_public\\_opinion\\_corruption\\_sa\\_111122.pdf](http://www.corruptionwatch.org.za/wp-content/uploads/migrated/ti_public_opinion_corruption_sa_111122.pdf), acessado aos 07 de Setembro de 2015.
- TRANSPARENCY INTERNATIONAL (2015). *The corruption perceptions index*. Disponível em <http://www.transparency.org/research/cpi/>, acessado aos 05 de Setembro de 2015.
- TRAQUINA, N. (2000). *O Poder do Jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento*. Coimbra: Minerva.
- TRAQUINA, N. (2007). *O que é jornalismo*. 2ª ed. Lisboa: Quimera Editores.
- TRAQUINA, N. (2007). *O que é jornalismo*. 2ª ed. Lisboa: Quimera Editores.
- TRAQUINA, N. [Org.] (1999). *Jornalismo: Questões, teorias e “estórias”*. 2ª ed. Lisboa: Veja.
- TRAQUINA, N. “Jornalismo 2000: O estudo das notícias no fim do século XX”, *Revista de Comunicação e Linguagem*, nº 27, 2000, pp. 15 -31.
- TRAQUINA, N. “Jornalismo 2000: O estudo das notícias no fim do século XX”, *Revista de Comunicação e Linguagem*, nº 27, 2000, pp. 15 -31.
- TRAQUINA, N. “O estudo das notícias no fim do século XX”. *Revista Comunicação e linguagens*, 2000, 27, pp. 15-31.
- TRAQUINA, Nelson (1999); *Jornalismo: Questões Teorias e “Estórias”*, 2ª ed. Comunicação & Imagem
- TRAQUINA, Nelson [Org (1999)]. *Jornalismo: Questões, teorias e “estórias”*. 2ª edição. Lisboa: Veja.

- TRIBUNAL SUPREMO (2013). *Acórdãos do tribunal supremo: jurisdição criminal 2009-2012*. Volume I, Ano 2012. Maputo: Editores e Livreiros.
- TUCHMAN, G. “A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas”. In TRAQUINA, N. [Org.] (1999).
- TUCHMAN, G. “A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas”. In TRAQUINA, N. [Org.] (1999). *Jornalismo: Questões, teorias e “estórias”*. 2ª ed. Lisboa: Veja. pp. 74 – 90.
- TUCHMAN, G.. “A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas”. In TRAQUINA, N. [Org.] (1999). *Jornalismo: Questões, teorias e “estórias”*. 2ª ed. Lisboa: Veja. pp. 74 – 90.
- UKE, C. “The unique case of African democracy”. *International Affairs* 69, 2, 1993, pp. 239-244.
- UNESCO (2006). *The Cost of Press Freedom in Mozambique*. UNESCO: Maputo.
- USAID (2005). *Avaliação da corrupção: Moçambique*. MSI: Washington, DC.
- VALA, J. “Análise de conteúdo”. In SILVA, Augusto Santos e PINTO, José Madureira [Org.](1986). *Metodologias das ciências sociais*. Porto: Edições Afrontamento, pp. 101 - 128.
- VOLTMER, K. *Constructing Political Reality in Russia: Izvestiya — Between Old and New Journalistic Practices*. In *European Journal of Communication* 2000; 15(4), pp. 469–500.
- WAHL-JORGENSEN, K. & HANITZSCH, T. (2009). *The handbook of journalism studies*. New York: Routledge
- WAHL-JORGENSEN, K. & HANITZSCH, T. (2009). *The handbook of journalism studies*. New York: Routledge
- WARD, S. J “Journalism ethics”. In WAHL-JORGENSEN, K. & HANITZSCH, T. (2009). *The handbook of journalism studies*. New York: Routledge, pp. 295 – 309.
- WEAVER, D. “Thoughts on agenda setting, framing, and priming”, *Journal of Communication*, 57 (2007), pp. 142 – 147.
- WEST, H. “Governem-se vocês mesmos! Democracia e carnificina no Norte de Moçambique. *Análise Social*, vol. XLIII (2.º), 2008, pp. 347-368
- WGI - Worldwide Governance Indicators. Disponível em <http://info.worldbank.org/governance/wgi/index.aspx#home>, aos 07 de Setembro de 2015.
- XIN, X. e RUDEL, T. K “The context of political corruption: a cross-national analysis”. *Social Science Quarterly*, Volume 85, Number 2, June 2004, pp. 294 - 309.

## Legislação

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE (1990). Maputo: Imprensa Nacional.

LEI DA PROIBIDADE PÚBLICA – Lei nº 16/12 de 14 de Agosto. Maputo: Imprensa Nacional

LEI DA PROIBIDADE PÚBLICA. Lei nº 16/2012, de 14 de Agosto. Maputo: Imprensa Nacional.

LEI DAS ASSOCIAÇÕES - Lei nº 08/91 de 18 de Junho. Maputo: Imprensa Nacional

LEI DE COMBATE À CORRUPÇÃO. Lei nº 6/2004, de 17 de Junho. Maputo: Imprensa Nacional.

LEI DE CRIMES CONTRA SEGURANÇA DO ESTADO– Lei nº 19/91 de 16 de Agosto. Maputo: Imprensa Nacional

LEI DE IMPRENSA – Lei nº 18/91 de 10 de Agosto. Maputo: Imprensa Nacional.

LEI DO DIREITO À INFORMAÇÃO – Lei nº 34/14 de 31 de Dezembro. Maputo: Imprensa Nacional

LEI DO DIREITO À INFORMAÇÃO– Lei nº 34/14 de 31 de Dezembro. Maputo: Imprensa Nacional

LEI DOS PARTIDOS POLÍTICOS- Lei nº 07/91 de 23 de Janeiro. Maputo: Imprensa Nacional

LEI LIBERDADE DE REUNIÃO E MANIFESTAÇÃO – Lei nº 9/91 de 18 de Junho. Maputo: Imprensa Nacional

LEI SOBRE SEGREDO DO ESTADO – Lei nº 12/79 de 12 de Dezembro. Maputo: Imprensa Nacional

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA, Circular de Execução Permanente, nº1/G/PGR/2010.

### **Discursos e artigos de jornais**

A PERDIZ, “Quem cala consente”, Boletim Informativo A PERDIZ, Edição nº 006, Maputo, 15 de Novembro 2012.

ANGOP, “Ex-ministro do interior continuará detido-defesa”. In ANGOP (Agência Angola Press), 24 de Setembro de 2008. Disponível em [http://www.angop.ao/angola/pt\\_pt/noticias/africa/2008/8/39/ministro-Interior-continuara-detido-defesa,2058e758-098b-4b87-873d-195473ad102f.html](http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/africa/2008/8/39/ministro-Interior-continuara-detido-defesa,2058e758-098b-4b87-873d-195473ad102f.html), acessado em 24 de Outubro de 2016.

AVERDADE, “Caso aeroportos de Moçambique: antigo Ministro dos Transportes é detido para cumprir pena”, In AVerdade, 23 de Maio de 2011, acessível em

<http://www.verdade.co.mz/nacional/19749-caso-aeroportos-de-mocambique-antigo-ministro-dos-transportes-e-detido-para-cumprir-pena>

AVERDADE, “Política ainda sem explicações para a morte do director das alfândegas Orlando José”, in AVerdade, 28 de Abril de 2010, acessível em <http://www.verdade.co.mz/nacional/10911-policia-ainda-sem-explicacao-para-morte-do-director-das-alfandegas-orlando-jose>, aos 07 de Setembro de 2015.

BBC para África, “Detido mais um VIP em Moçambique”. In BBC para África, 23 Outubro, 2008. Acessível em [http://www.bbc.co.uk/portugueseafrika/news/story/2008/10/081023\\_mozvipdetentio\\_nstl.shtml](http://www.bbc.co.uk/portugueseafrika/news/story/2008/10/081023_mozvipdetentio_nstl.shtml), aos 24 de Outubro de 2016.

CIRP - Comissão Interministerial da Reforma do Sector Público. *Estratégia Anti - Corrupção (2006 -2010)*. Documento aprovado pelo Conselho de Ministros na 8ª Sessão Ordinária, de 11 de Abril de 2006

DN GLOBO, “Supremo confirma condenação por fraude dno caso BCM”, DN Globo, 05 de Junho de 2009, acessível em [http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content\\_id=1254954&seccao=CPLP](http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content_id=1254954&seccao=CPLP), aos 09 de Setembro de 2015.

GUEBUZA, A (2010). Descentralização: Promovendo a cidadania, a boa governação e luta contra a pobreza. Discurso de investidura de Armando Emilio Guebuza – 14/01/2010. Disponível em <http://armandoguebuza.blogspot.com.es/2010/01/discurso-de-investidura-de-armando.html>

JORNAL DE NOTÍCIAS, “Juiz assassinado em Maputo ordenou a prisão de suspeito de raptos”, In Jornal de Notícias, aos 09 de Maio de 2014, acessível em [http://www.jn.pt/PaginaInicial/Mundo/Palops/Interior.aspx?content\\_id=3853368](http://www.jn.pt/PaginaInicial/Mundo/Palops/Interior.aspx?content_id=3853368), aos 07 de Setembro de 2015.

NYUSI, F. (2015), Discurso de tomada de posse - “Assumo as minhas funções como Presidente de todos os moçambicanos”. In Jornal AVerdade, edição de 15 de Janeiro de 2015, disponível em <http://www.verdade.co.mz/tema-de-fundo/35-themadefundo/51364-qassumo-as-minhas-funcoes-como-presidente-de-todos-os-mocambicanosq-filipe-nyusi-discurso-tomada-de-posse>, acessado aos 07 de Setembro de 2015.

OPAIS, “Almerino Manjenje conhece hoje sua sentença”, in Opais, 22 de Março de 2011, acessível em <http://opais.sapo.mz/index.php/politica/63-politica/13054-almerino-manhenje-conhece-hoje-sua-sentenca.html>, aos 07 de Setembro de 2015.

OPAIS, “Detido um dos supostos assassinos de Orlando José”, in OPAis, 05 de Maio de 2010, acessível em <http://opais.sapo.mz/index.php/sociedade/45-sociedade/5891-detido-um-dos-supostos-assassinos-de-orlando-jose.html>, em 07 de Novembro de 2015.

OPAIS, “Julgamento do “caso CPD” começa hoje no Tribunal Judicial”, in Opais, 09 de Novembro de 2010, acessível em <http://opais.sapo.mz/index.php/sociedade/45->

[sociedade/10708-julgamento-do-caso-cpd-comeca-hoje-na-vii-sessao-no-tribunal-judicial.html](http://opais.sapo.mz/index.php/sociedade/10708-julgamento-do-caso-cpd-comeca-hoje-na-vii-sessao-no-tribunal-judicial.html), aos 07 de Setembro de 2015.

OPAIS, “Sentença do `caso Aeroportos de Moçambique’”. In Opais, 01 de Março de 2010. Acessado em <http://opais.sapo.mz/index.php/sociedade/45-sociedade/4896-sentenca-do-caso-aeroportos-de-mocambique.html>, aos 24 de Outubro de 2016.

SAVANA, “Estamos mal! PM reconhece existência de dívidas escondidas”, Savana, edição nº 1163, 22 de Abril de 2016, Maputo.



## **PARTE III - ANEXOS**





## ANEXOS – PARTE I (ANÁLISE DE CONTEÚDO)

### 1. Guião de análise de conteúdo

1. Número da Peça: \_\_\_\_\_

2. Nome da Publicação

	1	Domingo
	2	Savana

3. Data de edição da peça (\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_)

4. Data da recolha da peça (\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_)

5. Género Jornalístico Dominante

	1	Breve
	2	Notícia
	3	Reportagem
	4	Trabalhos de fundo
	5	Entrevista
	6	Fotolegenda

6. Tamanho da Peça

	1	¼ da Página
	2	½ Página
	3	+ ½ Página
	4	1 Página
	5	+ de 1 Página

7. Título da Peça:

8. Antetítulo da Peça:

9. Subtítulo da Peça:

10. Estilo da peça

	1	Descritivo/Narrativo
	2	Interpretativo/Explicativa

### 11. Casos de Corrupção Retratos na Peça

	1	Pequena corrupção
	2	Grande corrupção
	3	Indeterminável

### 12. Caracterização do ilícito retratado na peça relacionada com o caso de corrupção

	1	Suborno
	2	Roubo
	3	Extorsão
	4	Fraude
	5	Clientelismo
	6	Incentivos selectivos
	7	Vários:
	8	Indeterminado

### 13. Associação do caso à instituições

	1	Instituições privadas nacionais
	2	Instituições públicas nacionais
	3	Parcerias público-privadas nacionais
	4	Combinação de instituições nacionais
	5	Instituições privadas internacionais
	6	Instituições públicas internacionais
	7	Parcerias público-privadas internacionais
	8	Combinação de instituições internacionais
	9	Combinação de instituições nacionais e internacionais
	10	Partido Frelimo
	11	Partido Renamo
	12	Partido MDM
	13	Outros partidos da Oposição:
	14	Outras instituições:

Identifique o nome da Instituição Associada:

### 14. Representação Social do Caso

	1	Reprovação
	2	Conformação
	3	Desculpabilização
	4	Indeterminável

### 15. Enquadramento da cobertura

	1	Personalizada
	2	Episódica
	3	Temática
	4	Dramática
	6	Não deteminável

16. Tom da Peça

	1	Positivo
	2	Neutro
	3	Negativo

17. Apresentação das provas auxiliares dos acontecimentos

	1	Rumores
	2	Denúncias anónimas sem documentação
	3	Denúncias baseadas em documentos citados pelo jornal
	4	Relatórios de investigação produzidos por entidades não públicas (organizações nacionais e internacionais de monitoria da governação)
	5	Acusações de entidades oficiais (procuradoria e tribunais)
	6	Outro:

18. Estatuto das fontes de informação

	1	Oficiais estatais
	2	Oficiais não estatais
	3	Oficiosas
	4	Informais
	5	Indeterminada

Nome da Fonte de Informação:

19. Identificação das Fontes de Informação

	1	Identificadas – Atribuição directa
	2	Fontes em anonimato - Background
	3	Fontes em anonimato – Deep background

20. Apresentação das possibilidades conflituais

	1	São ouvidos os acusados
	2	Somente são ouvidos os denunciantes

	3	Somente são ouvidos os denunciados
	4	Nenhuma parte foi ouvida
	5	Não aplicável

21. Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)

	1	Membro do Conselho de Ministros
	2	Vice-Ministro
	3	Secretário Permanente
	4	Governador Provincial
	5	Secretário Permanente Provincial
	6	Director Provincial
	7	Dirigente de Instituição Pública Autónoma (Reitor, Director e PCA de Universidades e Institutos Públicos)
	8	Alto Magistrado do Tribunal Supremo, Tribunal Judicial, Tribunal Administrativo, Procuradoria, etc
	9	Director Nacional
	10	Chefe de Departamento/Secção
	11	Funcionários seniores e especialistas
	12	Funcionário
	13	Outro

22. Nome do actor:

23. Papel do actor

	1	Envolvido no caso/implicado
	2	Consultor/ especialista/profissional (inclui, por exemplo, os advogados de defesa ou do Ministério Público)
	3	Envolvido no caso/implicado
	4	Consultor/ Outro

24. Nome do Caso

	1	Juiz Mondlane
	2	INSS – Instituto Nacional de Segurança Social
	3	Banco Comercial de Moçambique
	4	Aeroportos de Moçambique
	5	Ministério do Interior
	6	EMATUM
	7	Ministério da Educação
	8	Outros

## 2. Artigos analisados: Ordem, títulos, leads, jornal e data da publicação

<b>Ord. Base de dados</b>	<b>Título da Peça</b>	<b>Lead/Entrada da Peça</b>	<b>Jornal</b>	<b>Data de Edição</b>
1	Nhancale Renova equipa e promete combate à corrupção	Arão Nhancale tornou-se quinta-feira passada no terceiro Edil da cidade da Matola, após o início da descentralização autárquica em curso no País desde 1998.	Domingo	08- Fevereiro- 2009
2	Manuel dos Santos sob investigação	A polícia de investigação criminal (PIC) na província de Nampula está a investigar denúncias de desvios de fundos e enriquecimento ilícito do actual Edil, Manuel dos Santos, e de dois funcionários, nomeadamente o Director Geral Administrativo, Pedro Machava, e do Vereador de Urbanização, Rafael Gusmão	Domingo	15- Fevereiro- 2009
3	A velha canção de fraude volta a soar	No dia de votação, Issufo Quitene, membro sénior da Renamo, disse em plena via pública junto a EPC 7 de Abril, que alguns camiões que transformavam eleitores da Renamo foram interceptados no posto de controlo da polícia e retidos, acusando o STAE de ter movimentado mesas de votação de Nacurula para um local qualquer distante.	Domingo	15- Fevereiro- 2009
4	Moçambique deve acelerar combate a corrupção	O relatório de autoavaliação do Fórum Nacional do Mecanismo Africano de revisão de pares (MARF) [...] considera haver necessidade de reforço dos mecanismos tendentes a por cobro a corrupção vigente no País.	Domingo	15- Fevereiro- 2009
5	Desmandos de agentes da PRM deixam população furiosa	Cidadãos residentes em alguns distritos da província de Nampula, denunciaram um conjunto de desmandos que amiúde têm sido protagonizados por membros da PRM e por alguns agentes do Estado afectos a vários serviços distritais.	Domingo	10-Maio- 2009

6	Transferiu-se a corrupção para os distritos	O chefe da bancada da RUE, Vânia Magalhães, pautou por um discurso eivado de acusações e laivos de tribalismo ao afirmar que nos últimos anos o País não conheceu desenvolvimento algum senão actos de divisionismo.	Domingo	26-Julho-09
7	Desvio de mais de cem milhões leva director e colaboradores à cadeia	O Director Provincial de Plano e Finanças de Tete e três colaboradores estão encarcerados na cadeia provincial daquele ponto do país.	Domingo	06-Setembro-2009
8	Cambaza reitera envolvimento do Ex-Administrador Financeiro	O ex-Presidente do Conselho de Administração da Empresa Aeroportos de Moçambique-ADM, Diodino Cambaza, [...], reiterou em sede de tribunal que o ex-Administrador Financeiro da empresa que dirigia, constituía peça-chave para o esclarecimento (...) daquela verba.	Domingo	22-Novembro-09
9	Guebuza quer maior vigor no combate ao crime e corrupção	O chefe do Estado, Armando Guebuza desafiou o sector da administração da justiça a prosseguir no combate ao crime e particularmente à corrupção pois estes constituem obstáculos ao desenvolvimento do País.	Domingo	22-Novembro-09
10	Declarantes encostam Cambaza "as cordas"	A maior parte dos declarantes ouvidos pelo Tribunal Judicial da cidade de Maputo, aponta o ex-PCA dos Aeroportos de Moçambique Diodino Cambaza como sendo o principal responsável pelo descaminho de elevadas somas de dinheiro ao longo do seu mandato.	Domingo	29-Novembro-09
11	Luta contra a corrupção começa a surtir efeitos	O Procurador-Geral da República saudou o envolvimento de todos magistrados na luta contra a corrupção no país.	Domingo	20-Novembro-09
12	Defesa tenta convencer tribunal	Os advogados de defesa dos cinco co-réus do "caso Aeroportos", que envolve o Desvio de fundos e bens do Estado, tentaram convencer o Tribunal do não envolvimento dos seus constituintes em relação ao que lhes imputa a acusação.	Domingo	27-Dezembro-2009

13	"Não houve burla nas matrículas	Os alunos, pais e encarregados de educação dos alunos matriculados na oitava classe na Escola Secundária do 1 ciclo da Polana. Maputo sentem-se burlados pela Direcção daquela escola pelo facto de serem obrigados a pagar durante a inscrição 420 meticais, enquanto no recibo vem escrito 350 meticais	Domingo	17-Janeiro-09
14	Indiciados restituídos a liberdade	Os sete indiciados no desvio de 220 milhões de meticais ao Ministério de Interior foram restituídos a liberdade sob termo de identidade e residência, conforme a decisão do juiz da causa, Octávio Tchuma.	Domingo	07-Fevereiro-2010
15	Desvio de fundos do Estado leva a condenação a penas de prisão maior	O Tribunal Supremo Judicial da cidade de Maputo, através da sua secção 0, condenou a pena de prisão maior a três dos cinco co-réus envolvidos no desvio de fundos públicos no "caso Aeroportos".	Domingo	28-Fevereiro-2010
16	Funcionário da educação detido por desvio de fundos do Estado	Um funcionário da educação no distrito de Govuro na província de Inhambane, está detido pela polícia da República de Moçambique acusado de desvio de pouco mais de 140 mil meticais do Orçamento Geral do Estado (OGE).	Domingo	16-Maio-2010
17	Educação quer acabar com a corrupção	As autoridades da educação na província de Inhambane apelam aos professores e outros funcionários do sector a abandonarem a prática de corrupção, um fenómeno que mina o processo de desenvolvimento.	Domingo	05-Setembro-2010
18	Dez milhões de meticais somem dos cofres da SIM	A Sociedade de Terminais de Moçambique (STM) é uma empresa comparticipada pelos CFM e pela Mota Engil com 50 por cento das acções.	Domingo	24-October-2010
19	Detido Administrador cessante de Erati	O Administrador cessante do distrito de Erati em Nampula, Agostinho Chelua, recolheu aos calabouços, por decisão da procuradoria provincial no quadro de um processo relacionado com a sua suposta gestão danosa de orçamento de investimento de iniciativa local, vulgo 7 milhões, aberto no ano passado.	Domingo	21-Novembro-10

20	Níveis de Corrupção em ascendência	Os níveis de corrupção tendem a aumentar na função pública, segundo dados divulgados pelo Gabinete de combate à corrupção, durante as cerimónias alusivas ao 9 de Dezembro, dia Internacional de combate à corrupção.	Domingo	19-Dezembro-2010
21	Terror sexual no canal de Xinavane	Responsável pelo departamento de combustíveis da Açucareira de Xinavane, Simião Pelembe, assediou sexualmente e gravou em vídeo todas as relações sexuais que manteve com as suas subordinadas. Sem usar preservativo	Domingo	02-Janeiro-2011
22	Pelembe transferido para Mafambisse	A Direcção de Açucareira de Xinavane, no distrito de Manhiça, província de Maputo, decidiu há dias transferir o famigerado Simião Pelembe para a fábrica de açúcar de Mafambisse, na província de Sofala, como forma de afastá-lo da vila de Xinavane.	Domingo	09-Janeiro-2011
23	PRM captura Pelembe	A Polícia da República de Moçambique (PRM), na província de Gaza, deteve na terça-feira da semana passada, o cidadão Simião Pelembe que até meados de Dezembro último dirigia o Departamento de Combustíveis de Açucareira de Xinavane, no distrito de Manhiça, província de Maputo.	Domingo	30-Janeiro-2011
24	Combatemos a corrupção inspirados nos princípios de Samora Machel	O presidente da República, Armando Guebuza, exortou os dirigentes e funcionários da Procuradoria-Geral da República (PGR) e do Gabinete Central de Combate à Corrupção (GCCC) a actuarem de forma energética e a elevarem os níveis de desempenho nas instalações de administração da justiça moçambicana, inauguradas, quinta-feira última, pelo próprio Chefe do Estado.	Domingo	13-Março-2011
25	Mondlane reage	O Presidente do Conselho Constitucional (CC), Luis Mondlane reagiu, ontem, cerca das dez horas da manhã, às acusações sobre o uso abusivo dos bens do Estado, nomeadamente a apropriação de um imóvel adquirido através de fundos do Tesouro, Público e da nomeação de Ana Juliana para o cargo de secretaria-geral do CC	Domingo	13-Março-2011



26	"Não peguei dinheiro nenhum"	O Presidente do Conselho Constitucional, refutou, em entrevista ao domingo, as acusações de despesismo e uso abusivo dos bens do Estado, que tem vindo a ser propaladas pela imprensa nos últimos dias. Mondlane afirma categoricamente que "eu não peguei dinheiro nenhum" e que a gestão e administração do CC seguem os parâmetros na instituição. Afirma igualmente que "esses elementos podem ser apurados em sede de uma inspecção própria conduzida por gente abalizada no assunto que podem examinar as contas: Esta entrevista foi feita no dia 12 e resumida na nossa última edição, muito antes da renúncia de Mondlane ao cargo de Juíz-presidente	Domingo	20-Março-2011
27	Manhenje escapa do crime de desvio de fundo do Estado	O Tribunal Judicial da Cidade de Maputo condenou Almerinho Manhenje, ex-ministro do Interior, a dois anos de prisão, porque feriu a legalidade orçamental durante o exercício económico de 2004	Domingo	27-Março-2011
28	Corrupção e burocracia minam negócio em Nampula	A corrupção e o excesso de burocracia que se instalaram na maioria das instituições públicas da província de Nampula estão a minar o ambiente de negócios entre os agentes económicos e a parceria público-privado.	Domingo	15-Maio-2011
29	Escriva acusada de venda de viaturas apreendidas	Uma escritã do Tribunal Judicial do distrito de Panda, província de Inhambane é acusada de desvio e venda de viaturas apreendidas pelas autoridades naquela região	Domingo	22-Maio-2011
30	Adiado julgamento de Pelembe	A secção de julgamento do antigo gestor de combustíveis da Açucareira de Xinavane, Simião Pelembe indiciado de condicionar a entrada no emprego a actos sexuais, foi adiada devido a ausência do representante do Ministério Público.	Domingo	19-Junho-2011
31	Pelembe apanha seis meses de prisão	O antigo gestor de combustíveis da Açucareira de Xinavane, Simião Pelembe, foi condenado esta semana a seis meses de prisão convertida em multa no valor de 18 mil e 900 meticais, acrescido das respectivas taxas judiciais, pelo Tribunal Judicial do Distrito da Manhiça.	Domingo	03-Julho-2011

32	Polícia continua sem pistas de Pelembe	A vila de Xinavane, no distrito de Manhiça,	Domingo	09-Julho-2011
33	Dirigentes acusados de desvio de bens da comunidade de Cafumpe (...)	O primeiro secretário do partido Frelimo, no posto administrativo de Camfumpe, distrito de Gondola, João Rendição Muarewa, e acusado pela população local de ter desviado uma moagem oferecida aquela comunidade pelo ex-Ministro da indústria e Comércio, António Fernando, em Julho do ano passado.	Domingo	10-Julho-2011
34	Chefe da localidade acusado de abuso e abuso de poder	O chefe de localidade de Nioce, distrito de Malema em Nampula, Júlio Albino é acusado pela população local de abuso de poder e corrupção, ou seja, cobrar comissão aos beneficiários do Fundo de Desenvolvimento compensação aos "sete milhões", que varia entre 15 e 40 mil meticais, como compensação aos esforços alegadamente feito por ele para aprovação dos seus projectos junto ao conselho consultivo local.	Domingo	10-Julho-2011
35	Pelembe expulso de Xinavane	Simião Pelembe, trabalhador da Açucareira de Xinavane, em Magude, província de Maputo. "Come o pão que o diabo amassou". A direcção daquela fábrica que pretendia transferi-lo para Mafambisse, desistiu desse plano e optou por despedi-lo. Pelembe foi a Xinavane há dias, para tomar conhecimento da decisão. O povo que ainda furioso, soube da sua presença e perseguiu-o ate as cercanias do seu esconderijo algures em thlacula, distrito de Chokwe. Durante a perseguição, foram gravadas imagens em vídeo com as quais o "povão" agora se diverte enquanto espera pela sua neutralização.	Domingo	23-Julho-2011
36	Contratações irregulares causam prejuízos ao Estado	A contratação irregular de mão-de-obra para o preenchimento de vagas na Função Pública na província de Nampula está a resultar em prejuízos acumulados ao Orçamento do Estado, por causa da apatia dos gestores de recursos humanos das instituições públicas de acordo com o secretário permanente provincial naquela região, António Máquina.	Domingo	23-Julho-2011

37	Moagem devolvida à população	A moagem que havia sido desviada supostamente pelo secretário de zona do partido Frelimo, no posto administrativo de Cafumpe, distrito de Gondola, na província de Manica, João Rendição Muarewa, já foi devolvida a comunidade local. O acto decorreu há dias naquele ponto do país e foi testemunhado por membros da comunidade local depois de, a nossa reportagem ter publicado, em edições anteriores, um artigo denunciando tais anomalias.	Domingo	07-Agosto-2011
38	Grande falcatura	O processo de verificação dos 565 contentores apreendidos em Nacala, em Julho último, terminou no passado dia 2 deste mês e revelou que o Estado estava em vias de ser violentamente defraudado. Dados a que tivemos acesso mostram que a madeira em causa vale exactos 43.856.882 meticais, contra escassos 9.590.994 meticais que os agentes envolvidos na tramitação de exportação tinham declarado. Fica assim desvendada a razão do atropelamento mortal de fiscais, proliferação de ameaças dirigidas a coordenadores de organizações ambientais, entre outros crimes que marcaram o quotidiano em Nampula.	Domingo	11-Setembro-2011
39	Funcionários denunciam desvios de fundos no CRDS	Funcionários do Centro Regional de Desenvolvimento Sanitário (CRDS), localizado no bairro George Dimitriov em Maputo, lançaram o grito de alerta: o dinheiro da instituição está a ser sistematicamente surripiado pela directora de nome Judite Sitoi Madeira. Agastados com a situação, lançaram, semana passada, uma carta por todos os órgãos de informação, alertando para uma situação de delapidação de recursos sem precedentes naquela instituição sob tutela do Ministério de Saúde (MISAU).	Domingo	06-Novembro-2011
40	Não basta a formalização de leis para combater a corrupção	O jurista e director da UTREL, Abdul Carimo, considera que a mera formalização das leis e regulamentos "não marca o final da luta contra o conflito de interesse no serviço público mas sim o seu início".	Domingo	11-Março-2012

41	Pacote Anti-Corrupção coloca Parlamento sob "fogo cruzado".	A questão da legislação anticorrupção voltou a estar na ribalta, há dias, durante a realização de uma mesa-redonda que juntou académicos, políticos, jornalistas e diferentes actores da sociedade civil.	Domingo	01-Abril-2012
42	Deputados desavindos quanto à metodologia de debate	A apreciação do projecto de revisão de Lei 1/79 de 11 de Janeiro, antinente ao desvio de fundos do Estado, dividiu os deputados das três bancadas parlamentares.	Domingo	08-Abril-2012
43	Alegadas irregularidades levam Matavel a colocar lugar a disposição	O PCA do INSS colocou o lugar a disposição em encontro mantido com o Primeiro-ministro Aires Ali, na sequência das irregularidades despoletadas pela imprensa em relação a alegada má gestão dos bens públicos daquela instituição.	Domingo	24-Junho-2012
44	Governo empenhado no combate a corrupção	O Governo reconhece que o índice de corrupção está a aumentar no país, apesar dos esforços para o seu combate.	Domingo	09-Dezembro-2012
45	Presumível desvio de fundos motiva despedimento de funcionários	O alegado desvio de fundos das Instituições Bancárias constitui um dos motivos evocados por instituições financeiras para o despedimento massivo de funcionários bancários	Domingo	30-Dezembro-2012

46	Corrupção no Património do Estado	O Património do Estado esta a saque durante a luz do dia. Durante um ano, domingo infiltrou-se no Departamento Nacional de Património do Estado para analisar a sucessão de escândalos financeiros resultantes de hastas públicas que nem sempre acontecem na venda de bens públicos abatidos.	Domingo	06-Janeiro-13
47	Corrupção no património do Estado	Recibos, guias de entrada, títulos de adjudicação e demais documentos arquivados no terceiro andar do Prédio Rubi na Avenida Samora Machel em Maputo, serão vistos e revistos à lupa por inspectores na definição de contornos de negócios fechados fora da alçada da lei.	Domingo	13-Janeiro-13
48	Um semestre de carros "quentes"	O ano passado foi prenhe em apreensões de viaturas de "encher o olho". Das que qualquer mortal vê e cai imediatamente no pecado da cobiça. Range Rover, Mercedes Benz, BMW, Jaguar e companhia. Porém, todos "quentes", aliás, "em brasa", dado que apresentam vários casos aduaneiros de tipo despacho e matrícula falsa, transmissão a terceiros sem a observância da lei, algumas sob suspeita de terem sido roubadas na África do Sul, subfacturação.	Domingo	27-Janeiro-13
49	Juíz e sete oficiais de justiça expulsos no ano passado	"A mensagem é muito simples e clara: na magistratura, a corrupção é intolerável. Aliás o papel do magistrado como guardião da legalidade, não lhe permite enveredar pela via da corrupção". Estas palavras foram proferidas por Ozias Pondja, Presidente do Tribunal Supremo, na abertura do ano judicial-2013, sexta-feira última, em Maputo.	Domingo	03-Março-13
50	Plano de combate a corrupção passa a ser feito a nível sectorial	Doravante, cada sector de serviço da administração pública passa a definir seus próprios planos de combate a corrupção. Esta medida vem na sequência das constatações segundo as quais a fonte de propensão de actos ilícitos varia de actividade para actividade.	Domingo	14-Julho-13

51	PGR recebe apoio para combate a corrupção	A PGR e UE assinam um contrato de financiamento para um apoio a esta instituição bem como ao Gabinete Central de Combate a Corrupção (GCCC) no montante total de 4 milhões de euros.	Domingo	16-Fevereiro-2014
52	Alerta vermelho na instituição humanitária	Está instalado um ambiente de cortar a faca na Cruz Vermelha de Moçambique, tudo porque um grupo de 32 trabalhadores afectos à sede da instituição escreveu uma carta para o Conselho Executivo Nacional dando conta de alegados desmandos protagonizados pelo secretário-geral Américo Ubisse!	Domingo	23-Março-14
53	Efectivada suspensão do secretário-geral da CVM	Consumada a suspensão do SG da CVM pelo CEN, a expectativa gira em torno da recepção do relatório de auditoria encomendado pela instituição a Federação Internacional da CVM em torno de acusações de fundos e criação de grupinhos.	Domingo	06-Abril-2014
54	Auditoria a Cruz vermelha detecta gestão deficiente	Uma equipa de auditoria enviados a partir da sede da Federação Internacional da Cruz Vermelha em Genebra, realizou uma investigação cobra alegada ma gestão, desvios de fundos e bens na Cruz Vermelha de Moçambique	Domingo	04-Maio-2014
55	126 Funcionários expulsos do aparelho de estado ano passado	Um total de 126 funcionários foram expulso do Aparelho do estado durante o ano passado por terem cometido várias irregularidades.	Domingo	08-Junho-14
56	Falso funcionário da AT cai nas malhas da polícia em Chimoio	Um indivíduo encontra-se desde semana passada sob custódia policial acusado de se fazer passar falsamente por funcionários da AT, em Chimoio, Manica.	Domingo	28-Setembro-2014
57	População exige expulsão de dirigentes corruptos	A população da província de Cabo Delgado pediu do Presidente da Republica, Filipe Jacinto Nyusi, para retirar alguns dirigentes tidos como corruptos. No caso vertente apontaram os nomes de Maria Guilherme, directora distrital.	Domingo	21-Junho-15

58	AR investiga EMATUM	A Assembleia da Republica (AR) vai criar uma comissão de inquérito para investigar o processo de criação e gestão da Empresa Moçambicana de atum (EMATUM) segundo consta das matérias agendadas	Domingo	18-Setembro-2015
59	Guebuza antecipa-se e evita inconstitucionalidade	Numa nítida fuga para frente o Presidente da Republica, Armando Guebuza, revogou, em Dezembro ultimo o Fórum Nacional Anticorrupção, instituição por si criada através do decreto presidencial n.1/2007, de 8 de Marco. O Fórum AntiCorrupcao, órgão de consulta, foi criado para assegurar a implementação efectiva da Estratégia Anticorrupção para 2006-2010, aprovada pelo Governo no quadro da Reforma do Sector Publico	Savana	04-Janeiro-08
60	Tribunal iliba Manhenje em 48 crimes	Almerino Manhenje, antigo Ministro do Interior e Ministro na Presidência para os Assuntos de Defesa e Segurança no consulado de Joaquim Chissano, foi pronunciado em apenas um dos 49 crimes de que era formalmente acusado pelo Ministério Publico (MP), apurou o SAVANA de fontes próximas do Tribunal Judicial da Cidade de Maputo (TJCM).	Savana	20-Fevereiro-2008
61	As falas da velha raposa	Diferente dos que o negam, como que a tentaram parar o vento com as mãos, Jorge Rebelo, um dos fundadores da Frelimo onde foi temido Secretario do Trabalho Ideológico, diz, em entrevista ao SAVANA, que "ha grupos dentro da Frelimo", embora não sejam formais ou oficiais. Numa conversa amena e com temas difíceis e complicados, não escondeu a sua "simpatia por Mugabe", embora lhe aponte "alguns erros", Rebelo, fala dos <i>cartoons</i> de Maomé, dos seus tempos de chefe da censura, e descreve o presidente Armando Guebuza como um azarado. Longe das inabaláveis certezas que parecia possuir a data da independência, Rebelo coloca dúvidas e muitos pontos de interrogação nas encruzilhadas com que os pais e o seu partido se debatem. Visto por muitos como uma das suas raras entrevistas,	Savana	04-Julho-08

		siga em discurso directo, o essencial das falas desta velha raposa puco dada as luzes da ribalta. Incontornável, Rebelo continua admirador de Samora		
62	"Caso Siba-Siba": A estória de um processo sem pernas para andar.	António Jorge Frangoulis que, a data do assassinato de António Siba-Siba Macuacua, a 11 de Agosto de 2001, era directo da Policia de Investigação Criminal (PIC) ao nível da cidade de Maputo, disse esta quarta-feira, em entrevista ao SAVANA, duvidar da possibilidade do "caso Siba-Siba" poder vir a ser esclarecido, "devido acima de tudo, as obstruções verificadas desde o início". Diz nao ser razoável o facto de se estará procura de autores morais, no lugar de se começar pelos autores materiais ou executores da "empreitada". Mesmo sem afirma-lo explicitamente, deixa, nas entrelinhas, a ideia de não ter havido vontade política para que a verdade viesse ao de cima.	Savana	01-Agosto-2008
63	A história de um "homem perigoso"	O cidadão Paulo Estevão Daniel, mais conhecido pelo epíteto de <i>Dangerman</i> , tem uma vida completamente invulgar, havendo quem chegue a apontar que o "homem perigoso" ainda vai chamar a atenção dos biógrafos, ilibado de um processo em que era acusado de tentativa de homicídio contra advogado Albano Silva um processo "graças" ao qual permaneceu em reclusão durante sensivelmente oito anos, Dangerman saiu em liberdade, mas não tardou para voltar a espantar meio mundo a ser novamente preso por alguns dias-supostamente por ameaçar explodir um avião em pleno voo. Tendo sido acolito do bispo de Lichinga, D.Luís Gonzaga Ferreira da Silva, aquele "homem perigoso", que falou ao SAVANA, foi também guarda-costas do então Presidente da República, Joaquim Chissano conhecendo bem os bastidores da antiga família presidencial.	Savana	15-Agosto-2008
64	Operação "mãos limpas"	A surpreendente e inesperada detenção de Almerino Manhenje, antigo Ministro na Presidência para os Assuntos de Defesa e Segurança, no consulado de Joaquim Chissano, esta a merecer varias interpretações nos principais círculos do Poder,	Savana	26-Setembro-2008



		aumentando a tensão política na capital, nomeadamente nos círculos diplomáticos, que vinha questionando o nível de corrupção nos círculos governamentais.		
65	Generais accionistas na empresa do saque	A Chicamba investimentos, empresa que o Ministério Público (MP) acredita que foi criada com o propósito de drenar fundos públicos no Ministério do Interior (MINT), tem na sua estrutura accionista conhecidos Generais da Polícia e um vice-ministro no actual Governo de Armando Guebuza	Savana	03-October-2008
66	Vice-ministro dos Transportes lava as mãos	Ernesto Augusto vice-ministro dos Transportes e Comunicações, distancia-se de Almerino Manhenje no alegado plano que culminou com o desvio de 22 milhões de meticais dos cofres do Ministério do Interior (MINT). Porém, Augusto confirmou, sem detalhar, que, em Janeiro deste ano, foi ouvido pela Procuradoria da República da cidade de Maputo na qualidade de declarante no processo 773/PRC/07, relacionado com um desvio de fundos no Comando Geral da Polícia. Este processo tem 13 arguidos ainda em liberdade, com destaque para vários Generais da Polícia. O SAVANA sabe que se aguardam detenções nas próximas semanas em conexão com este caso.	Savana	10-October-2008
67	Manhenje encaixa 49 crimes	Almerino Manhenje, o antigo ministro do Interior e Ministro na Presidência para os Assuntos de Defesa e Segurança no consulado de Joaquim Chissano, foi formalmente acusado de 49 crimes pelo Ministério Público, apurou o SAVANA de fontes próximas da instituição dirigida pelo juiz Augusto Paulino.	Savana	24-October-2008
68	Estrangeiros denunciam polícias "mendigos e burlões"	Quando querem algo, eles recorrem a nós como se trabalhássemos apenas para eles. O pior é que nunca aceitam que podemos não ter dinheiro. Até já chegamos a ser obrigados a comprar caixões para parentes de alguns deles que pereceram", conta, revoltado, Mohomad Abby, cidadão de nacionalidade tanzaniana residente na cidade de Nampula. Ele é um dos estrangeiros que recentemente vieram a público denunciar práticas pouco simpáticas de que estão a ser vítimas por parte de alguns agentes	Savana	24-October-2008

		da Polícia da República de Moçambique.		
69	Ex-ministro dos Transportes a beira da detenção	António Munguambe, antigo ministro dos Transportes e Comunicações, poderá ser detido nos próximos dias nas celas da Cadeia Civil de Maputo, depois de intensos rumores da sua prisão terem começado a circular na noite de quarta-feira.	Savana	24-October-2008
70	Persistem irregularidades financeiras no MINT?	Uma auditoria as contas do Ministério do Interior (MINT) referente ao exercício económico de 2006 e levado a cabo pelo Tribunal administrativo (TA), no âmbito das suas atribuições como auditor das contas do Estado, indica que, na Instituição dirigida por José Pacheco, continua a reinar o desrespeito pelas normas de gestão de fundos públicos.	Savana	31-October-2008
71	Cambaza explica caso Aeroportos	Na sequência das acusações de desvios de fundos movidos contra o Presidente do Conselho de administração da empresa Aeroportos de Moçambique, Diodino Cambaza, por supostos trabalhadores daquela empresa, e que conduziram a sua prisão, juntamente com o seu administrador financeiro, Antenor Pereira, O SAVANA teve acesso a cópia de uma carta do CA da empresa, e que constitui uma tentativa de resposta detalhada às referidas acusações. Dada a importância de que se reveste o caso, a gravidade das acusações que pesam sobre Cambaza e sua equipe de administradores, e ainda a controvérsia que se tem gerado a volta do caso, e porque tentar interpreta-la jornalisticamente, reproduzindo apenas algumas partes dela não faria justiça ao seu teor face as acusações, o SAVANA reproduz aqui na íntegra, para que o leitor possa ter uma visão mais completa deste intrincado caso.	Savana	14-Novembro-08

72	Advogados de Cambaza pronuncia-se hoje.	Vasconcelos Porto, advogado do Presidente do Conselho de Administração (PCA) dos Aeroportos de Moçambique (ADM), Diodino Cambaza, vai pronunciar-se esta sexta-feira, em Maputo, sobre as alegadas ilegalidades cometidas na detenção do seu constituinte.	Savana	21- Novembro- 08
73	Advogado de Cambaza indignado	O advogado de defesa de Diodino Cambaza, o agora Presidente do Conselho de administração dos Aeroportos de Moçambique (devera ser auscultado próxima terça-feira), António Vasconcelos Porto, veio ao público queixar-se do funcionamento da empresa moçambicanas.	Savana	28- Novembro- 08
74	Governo chamado ao Tribunal	Dois membros do Governo, nomeadamente Manuel Chang, actual Ministro das Finanças, e Ernesto Augusto, vice-Ministro dos Transportes e Comunicações, vão ser ouvidos na próxima semana, em declarações, pelo tribunal Judicial da Cidade de Maputo (TJCM) em conexão com o "caso Almerino Manhenje"	Savana	28 - Novembro - 08
75	Anibalzinho trama Guebas	A fuga de Aníbal dos Santos Júnior (Anibalzinho), mais dois rotulados pela Polícia como "perigosos cadastrados", Samito e Todinho, está a suscitar dos mais variados comentários nos círculos de opinião em Maputo. Uns falam de sabotagem e ajustes de contas na corporação. Outros dizem que a operação visa desacreditar o Presidente da República, Armando Guebuza, que, nas próximas semanas (provavelmente a 24 de Dezembro), devera ir a Assembleia da República falar sobre o Estado da Nação. Guebuza prepara-se para reivindicar ganhos no Parlamento, sobretudo nas frentes da luta contra a corrupção e o crime organizado e, claro, carimbar a arrasadora vitória do seu partido nas últimas autárquicas.	Savana	12- Dezembro- 2008
76	MP pede 42 milhões de	O Ministério Público pede uma indemnização solidária de cerca de 42 milhões de meticals (perto de USD 1,7 milhões) aos cinco arguidos em conexão com o caso Aeroportos de Moçambique, EP, soube p SAVANA de fontes próximas do processo. Trata-se dos arguidos António Munguambe, antigo ministro dos	Savana	16-Janeiro- 09

	indemnização	Transportes e Comunicações, Diodio Cambaza, PCA dos Aeroportos de Moçambique (ADM), Antenor Pereira, administrador dos ADM, António Balunde, ex-chefe do gabinete de Munguambe e Deolinda matos, directora da S.M.S, uma empresa de prestação de serviços participada pelo Aeroportos e Linhas Aéreas de Moçambique (LAM).		
77	Nhancale declara combate cerrado contra a corrupção	Depois de ter sido confirmado vencedor das eleições autárquicas de 19 de Novembro de 2008 no município da Matola, Arão Almeida Nhancale tomou posse no dia 5 de Fevereiro numa cerimónia pública bastante concorrida. A mesma coincide com as comemorações do 37 aniversário da elevação da Matola a categoria de cidade.	Savana	13-Fevereiro-2009
78	Manhenje deverá cumprir entre 20-24 anos de prisão	O antigo Ministro do Interior e Ministro na Presidência para os Assuntos de Defesa e Segurança, Almerino Manhenje (48 anos de idade), detido há mais de cinco meses na cadeia civil de Maputo, foi pronunciado pelo crime mais grave dos 49 delitos em que havia sido formalmente acusado pelo Ministério Público (MP), caso seja levado a julgamento e condenado pelo crime de desvio de fundos, o antigo Ministro de Joaquim Chissano incorre numa pena entre 20 a 24 anos de prisão maior.	Savana	06-Março-09
79	Matola a saque	Um grupo de oito funcionários do município da Matola estão suspensos das suas funções e com processos criminais já elaborados devido ao seu alegado envolvimento num escândalo financeiro que culminou com o desvio de mais de dois milhões de meticais, sendo 700 mil meticais da Vereação de finanças e património e mais de um milhão e quinhentos meticais nos postos administrativos da Machava, Matola-Sede e Infulene. O grupo inclui o antigo chefe de Contabilidade, Hermenegildo Ubisse, e a antiga directora de Finanças, Henriqueta Buvane.	Savana	10-Abril-2009
80	Detidos três por alegada corrupção		Savana	17-Abril-2009

81	Despacho de pronúncia para breve	Terminou, semana passada a fase de instrução contraditória do caso "Aeroportos de Moçambique", processo em que o Ministério Público (MP) acusa o antigo PCA daquela empresa pública, Diodino Cambaza, assim como o respectivo administrador financeiro, Antenor Pereira de prática de crimes de desvios de fundos do estado por titulares de cargos públicos. O processo entre, assim, na sua fase mais decisiva, uma vez que o juiz da causa, Dimas Marroa, deverá exarar o despacho de pronúncia a qualquer momento, pronunciando ou não pronunciando os réus, devendo seguir-se, caso sejam pronunciados, a fase do julgamento.	Savana	01-Maio-2009
82	Há falta de cultura de prestação de contas	O responsável máximo pela área de Boa Governação na Cooperação Suíça, um dos 19 parceiros que anualmente injectam cerca de 400 milhões de dólares no Orçamento do estado, Marc De Tollenaere, disse ao SAVANA que em Moçambique ainda não há cultura de prestação de contas. Pelo caminho, Tollenaere diz que a crise financeira não irá prejudicar o apoio que a Suíça concede a Moçambique. Porém sublinha que os controversos sete bis são bem-vindos, mas devem ser reformulados.	Savana	15-Maio-2009
83	Nini e Ramaya levaram um não do Supremo	Em acórdão assinado a 25 de Maio último, Luís António Mondlane, João Carlos Trindade e José Norberto Carrilho, ate então juízes da 2 sessão criminal do Tribunal Supremo (TS), acordaram em negar provimento aos recursos de Momad Satar, Vicente Narotam Ramaya e Henrique Carlos Fernandes da Cruz, réus condenados no "Caso ex-BCM", confirmando, desta feita, a decisão recorrida. A decisão judicial definitiva sobre a maior fraude bancaria na historia de Moçambique julgada em 2004 na 7 secção Criminal do Tribunal Judicial da Cidade de Maputo, surge 32 dias apos o Presidente da República ter nomeado Ozias Pondja como novo juiz presidente do TS, 12 dias apos a Assembleia da Republica ter ratificado a nomeação e dois dias antes do seu empossamento, verificado a 28 de Maio.	Savana	05-Junho-09

84	Acórdão do supremo divide juristas	Em acórdão do Tribunal Supremo (TS) sobre o "Caso ex-BCM", cujo epicentro foi a fraude de 44 bilhões de meticais da sua antiga família, no antigo Banco Comercial de Moçambique (BCM), esta a dividir algumas individualidades da esfera jurídica moçambicana. Enquanto algumas correntes aparecem a referir que a decisão do Supremo é inválida por ter sido assinada por juízes conselheiros que já tinham deixado de exercer as suas funções para cumprir outras missões, outros referem que o acórdão é válido e não possui nenhuma irregularidade na medida em que os magistrados que o assinaram ainda estavam no exercício das suas funções já que ainda não tinham tomado posse nos seus novos postos.	Savana	12-Junho-09
85	Negócios polémicos na Fundação Joaquim Chissano	Nome do ex-estadista terá sido usado em negócios suspeitos	Savana	10-Julho-09
86	Governo proíbe, sociedade aceita		Savana	10-Julho-09
87	MARP condena excessos de promiscuidade	Moçambique está a enfrentar serias dificuldades no que diz respeito à separação de poderes e à autonomia dos poderes executivo, Legislativo e Judicial. Este facto foi destacado de forma particular pela Missão de Observação do Mecanismo Africano de Revisão de Pares (MARF), cujo relatório final de avaliação de Moçambique foi apresentado à imprensa, depois do mesmo ter sido apresentado ao Presidente da República, Armando Guebuza, em Sirte, na Líbia. O primeiro seminário com a imprensa, realizada semana passada pelo Fórum Nacional do MARF, coordenação com o Ministério da Planificação e Desenvolvimento, marcou o início do processo de divulgação nacional daquele instrumento de avaliação entre os países africanos signatários.	Savana	24-Julho-09

88	Proposta aperta cerco contra tubarões	Uma proposta de revisão da lei Anti-corrupcao da responsabilidade do Centro de integridade Publica (CIP), acolhida satisfatoriamente pelo governo através da Unidade Técnica de Reforma Legal (UTREL), sugere a introdução de uma serie de inovações legais que, se reunirem o consenso necessário e conseguirem passar no momento em que forem ao Parlamento, servirão para apertar ainda mais o cerco contra os grandes tubarões da corrupção, contrariando o actual cenário em que o combate ao fenómeno tende a atingir apenas o peixe miúdo.	Savana	07-Agosto-2009
89	Filha de Siba-Siba denuncia cumplicidade dos "grandes chefes"	Jéssica Siba-Siba Macuacua, de 14 anos de idade, denunciou esta terça-feira, em Maputo, o silencio cúmplice dos que chamou de "grandes chefes do meu pai" e dos "grandes chefes de Moçambique" que no dia do funeral do seu pai prometeram fazer justiça mas que, até agora, volvidos sensivelmente oito anos, nada fizeram para esclarecer o caso.	Savana	14-Agosto-2009
90	Moçambicanos na frigideira	A justiça britânica acaba de desvendar uma série de escândalos financeiros ligados a crimes de grande corrupção envolvendo uma firma inglesa de construção civil e altos funcionários de diferentes Estados e governos do mundo, incluindo de Moçambique.	Savana	02-October-2009
91	Empresa que fornece "software" a CNE não existe	A empresa vencedora do concurso para o fornecimento do <i>software</i> que vai fazer o apuramento dos resultados eleitorais, cuja apresentação foi nesta quinta-feira, não está legalmente registada na Conservatória dos Registos das Entidades Legais de Maputo, tal como apurou o SAVANA, nesta quarta-feira.	Savana	23-October-2009
92	Cambaza: um homem de difícil trato	"Diodino Cambaza, ex-PCA dos Aeroportos de Moçambique (ADM), era uma pessoa complicada, de difícil trato e de poucas amizades.	Savana	20-Novembro-2009
93	A podridão do sistema	O julgamento do mediático caso Aeroportos do mediático caso Aeroportos de Moçambique e apenas a ponta do Iceberg da podridão que reina no sistema, onde as empresas públicas assumem-se como as vacas leiteiras que servem para aumentar a nomenclatura	Savana	20-Novembro-2009

94	Cambaza cada vez mais isolado	Termina a fase de interrogatórios aos cinco réus do "caso Aeroportos", o tribunal que julga o caso começou esta segunda-feira a ouvir declarantes e testemunhas arrolados no processo.	Savana	27- Novembro- 2009
95	ADM era gerida de forma doméstica	O reinado de Diodino Cambaza na empresa Aeroportos de Moçambique (ADM) continua a ser posto em causa.	Savana	18- Dezembro- 2009
96	MP pede pena máxima para os réus	O representante do Ministério Público (MP) no "caso Aeroportos", Miguel Cândido, pediu pena máxima e exemplar a cada um dos cinco réus acusados do desvio de 54 milhões de meticais naquela empresa pública.	Savana	25- Dezembro- 2009
97	Paulino com credibilidade em causa	O Tribunal Supremo (TS) acaba de chumbar praticamente todo o recurso interposto pelo Ministério Público (MP) a contestar o despacho de pronúncia do juiz da causa, Octávio Chuma, no qual reduzia a um dos 49 crimes de que o antigo MINT, Almerino Manhenje, vinha sendo acusado pelo alegado desfalque de cerca de 120 milhões de meticais no MINT.	Savana	05- Fevereiro- 2010
98	Reinam mistérios em volta do concurso	Há indícios de corrupção envolvendo a escolha da empresa responsável pela produção dos novos BIs, cuja operação arrancou em Outubro de 2009	Savana	05- Fevereiro- 2010
99	Sentença e sábado	O Tribunal Judicial da Cidade de Maputo (TJCM) através da sua 10 secção, ira pronunciar neste sábado 27 de Fevereiro a sua sentença sobre o caso do alegado desvio de 54 milhões de meticais na empresa Aeroportos de Moçambique	Savana	26-Fevereiro- 2010
100	Acusados de desvio de 54 milhões e sentenciados por desvio de 91 milhões	Naquela manhã de sábado, ouvir a decisão do Tribunal era maior expectativa das pessoas que acompanhavam a leitura da sentença do chamado "caso Aeroportos" numa das salas da Escola Secundária Francisco Manyanga.	Savana	05-Março-10
101	Denúncias com cheiro a corrupção	Na sua primeira visita dos distritos de Cheringoma e Muanza o Governo de Sofala, Maurício Vieira, foi confrontado na semana	Savana	23-Abril- 2010



		finda com duas denúncias que cheiram a corrupção		
102	Tribunal condena funcionários do Estado	A 3 secção do Tribunal Judicial da Província de Manica (TJPM) condenou ate sete anos de prisão efectiva os cinco funcionários da Direcção Provincial das Finanças por desvio de fundos do Estado	Savana	23-Abril-2016
103	Roubo em Sanga	Pouco mais de um milhão de meticais resultantes da cobrança de receitas do projecto Chipandje Chetu, foram desviados dos cofres do distrito de Sanga, na província do Niassa, apurou o Savana naquele ponto do país.	Savana	18-Abril-2009
104	Corrupção no Tabaco Chega a Washington	Um antigo governador provincial de Tete terá recebido luvas no valor de USD 86 mil pela concessão tabaqueira de Chifunde a favor de Mozambique Leaf Tabaco (MLT) da subsidiária da gigante americana universal condenada na última sexta-feira a pagar um total de USD 895 milhões por corrupção e suborno a funcionários governamentais em Moçambique.	Savana	13-Agosto-2009
105	Desvio de fundos no INAS nas mãos da PGR	A denúncia levantada em Fevereiro deste ano pelos funcionários do INAS em Quelimane, contra o seu delegado e a chefe de repartição de administração e finanças, Leonel Mussa e Rosana conceicao Tivir, respectivamente, já está nas mãos da procuradoria-Geral da República.	Savana	13-Agosto-2009
106	Julgamento do saque no CPD revela algumas nuances	O TJCM, na sua 7 secção, iniciou nesta terça-feira, o julgamento do caso "centro do processamento de dados" (CPD), em que são réus, o antigo director e o chefe do departamento de administração e finanças respectivamente, Orlando Come e Manuel Paguana Vilankulos, sob factos ocorridos entre 2007 e 2008.	Savana	12 - Novembro - 2010
107	Legalizada a prisão de ex-Administrador de Erait	O tribunal judicial da cidade de Nampula legalizou a detenção de Agostinho Chelua, ex-administrador de ERATT	Savana	26-Janeiro-2010

108	Tribunal busca contornos do "caso MINT"	Habitado a aquecer a confortável cadeira de governante, Almerino Manhenje, antigo Ministro de interior no consulado de Joaquim Chissano, vai experimentar, a partir da próxima terça-feira, um dos bancos mais frios e desconfortáveis da vida: dos réus	Savana	03-Dezembro-2010
109	Segurança do Estado em julgamento?	O segundo dia do julgamento do caso MINT começou as 9h desta quarta-feira com a audição dos co-réus Carlos Fidelis e Álvaro Nunes, antigo director do departamento de finanças do MINT.	Savana	10-Dezembro-2010
110	Renamo exige renúncia de Mondlane	O ambiente a volta do "caso Mondlane" continua tenso.	Savana	11-Março-2011
111	Mondlane nas malhas da PGR	Como corolário de factos divulgados em primeira mão pelo SAVANA, o Juiz Luís Mondlane vai ser alvo de um processo-crime a ser instaurado pela Procuradoria-Geral da República (PGR) relacionado com o uso de fundos do estado para o pagamento de prestações relacionadas com aquisições privadas do famigerado de prestações relacionadas com aquisições privada do famigerado palacete localizado na Av. Julius Nyerere.	Savana	01-Abril-2011
112	Clientelismo na justiça moçambicana	Reina amiguismo, corrupção e troca de favores no seio do sistema judiciário moçambicano	Savana	15-Abril-2011
113	Juristas questionam decisão da PGR	A batalha jurídica em torno do "Caso Mondlane" continua.	Savana	22-Abril-2011
114	A corrupção e premiada em Moçambique	A presidente da Liga dos Direitos Humanos (LDH), Alice Mabote, reagiu com indignação ao acórdão ao TS e não tem dúvidas que a grande corrupção e premiada em Moçambique e a lei serve apenas sancionar o "Peixe Miúdo".	Savana	27-Maio-2011
115	Doadores exigem leis de combate a corrupção	Os parceiros de apoio programático (PAPs) manifestaram esta terça-feira em Maputo o seu compromisso em apostar o Orçamento do estado para 2012, incluindo o apoio programático sectorial, no valor total de 688,6 milhões de dólares norte-americanos (USD).	Savana	03-Junho-2011

116	Preso por desvio de fundos públicos foge em Angoche	Sundinho Abilio Sunde - Chefe do Departamento de Finanças da Procuradoria Distrital de Angoche, Nampula - fugiu da prisão do Comando Distrital no último sábado.	Savana	22-Julho-2011
117	Estudo denuncia "oportunidades	Um estudo encomendado pelo DIFD e cujo relatório foi tornado público recentemente em Maputo considera ser "duvidoso" que o sistema de Procurement (aquisições públicas) estabelecido no país concorra para uma afectação mais eficiente, transparente e equitativa dos recursos públicos.	Savana	29-Julho-2011
118	Professores acusam sistema Distrital de corrupção	os cerca de 600 professores das 78 escolas de Muecate, Nampula, estão em greve desde a última sexta-feira.	Savana	02-Setembro-2011
119	Parlamento Juvenil pede aprovação do pacote Anti-Corrupcao	O novo e ambicioso pacote legislativo, Anti-Corrupcao depositado pelo Governo na AR deverá ser matéria de debate na quarta secção da AR iniciar em Outubro.	Savana	23-Setembro-2011
120	Custo de vida e desemprego entre os problemas graves	O elevado custo de vida e desemprego, principais causas que levaram os jovens a se manifestarem com violência nos dias 1 e 2 de Setembro nas ruas de Maputo e Matola, continuam entre os problemas mais graves em Moçambique	Savana	14-Outubro-2011
121	Gestão de Nhatitima questionada	Uma carta escrita por um grupo de supostos funcionários do Ministério da Justiça coloca Pedro Nhatitima, Director do IPAJ sob forte suspeita de prática de irregularidades que consubstanciam uma gestão danosa de Fundos Públicos da organização.	Savana	09-Dezembro-2011
122	Índice de percepção da corrupção penaliza governação de Guebuza	Moçambique não tem melhorado a sua posição no índice de percepção da corrupção (IPC) ao longo dos anos da governação de armando Guebuza, segundo indicam dados do levantamento para 2011 feito pela organização Anti-Corrupção, em todo mundo.	Savana	16-Março-2012
123	Frelimo consevadora responde curto e grosso	A bancada da Frelimo voltou aos trabalhos da V sessão do parlamento blindada contra todas as críticas que montam para seu desinteresse em relação a aprovacao do pacote Anti-Corrupção, submetido em Julho de 2011.	Savana	16-Março-2012

124	Parceiros pressionam aprovação de pacote Anti-Corrupção	Os parceiros internacionais de Moçambique na área da justiça consideraram nesta quarta-feira em Maputo que o sector ainda não é um exemplo de integridade, faltando-lhe por isso a confiança dos cidadãos e dos investidores.	Savana	13-Abril-2012
125	Funcionários da AT nos calabouços	Cinco funcionários da Direcção Geral das Alfandegas de Moçambique estão detidos na cidade de Maputo indiciados de roubo de dois computadores pertencentes aquela instituição.	Savana	25-Maio-2012
126	Ambiente de cortar a faca na Mussa Bin Bique	"Francisco Alar (reitor) estava a auferir mais de 100 mil meticaís acima do salario estipulado facto que constitui um flagrante roubo a instituição", Momed Bay.	Savana	04-Maio-2012
127	"Caso Mondlane" no supremo	O Procurador-Geral da República (PGR), Augusto Augusto Paulino, disse na Assembleia da Republica que o caso de desvio de fundos de estado e abuso de função cujo principal arguido é o então Presidente do Conselho Constitucional, Luís Mondlane, subiu para o Tribunal Supremo (TS) para os devidos procedimentos.	Savana	15-Junho-2012
128	Manhenje causa reboição no INSS	O Conselho de Administração (CA) e Direcção Geral do INSS estão em maus lençóis devido dos gastos excessivos do dinheiro público em prejuízo de milhares de trabalhadores e reformados que dependem da larga reforma disponibilizada pela instituição.	Savana	22-Junho-12
129	Taipo recusa	A situação no controverso INSS continua explosiva com vários posicionamentos que prometem fazer muita agua por debaixo	Savana	13-Julho-12
130	Nacionalidade moçambicana Dumbanenguisada	Dos 40 milhões de dólares que o Governo precisa para informatizar serviços de registos e notariado, tem garantia de apenas dois milhões [...]. As lacunas da lei e a corrupção que predomina na administração pública são apontadas como principais causas da dumbanenguisação da identidade moçambicana.	Savana	16-Novembro-12
131	ECMEP a saque em Manica?	Ex-trabalhadores da tecnicamente falida ECM EP centro, delegação de Manica, acusam o actual conselho de administração Regional de estar a desviar equipamentos da empresa para uso pessoal e empréstimos indevidos a outros em benefício próprio	Savana	07-Dezembro-2012

132	Moçambique é o 53 país mais corrupto do mundo	O nível de percepção sobre o nível de corrupção no sector público em Moçambique voltou pelo segundo ano consecutivo a agravar contrariando completamente as pretensões oficiais que reclamam resultados positivos, no âmbito das políticas implementadas no sector Judicial.	Savana	07-Dezembro-2012
133	Exportação ilegal de madeira continua	Um estudo da agência de investigação ambiental, coloca a China como o maior consumidor mundial de madeira ilegal grande parte extraída das florestas moçambicanas e exportada para o insaciável mercado chinês por grupos criminosos protegidos por políticos e funcionários corruptos.	Savana	12-Dezembro-2012
134	Corrupção e falta de lei de acesso à informação constrange direitos humanos	Dados do último relatório da transparência internacional revelam que nos últimos dois anos Moçambique caiu sete lugares no ranking de percepções de corrupção num universo de mais de 170 países avaliados pela organização não-governamental alemã.	Savana	21-Dezembro-2012
135	Falta de vontade política para o combate a corrupção	O assessor do Procurador Geral da Republica para a área criminal, Afonso Antunes, diz que há falta de vontade politica por parte da Assembleia da Republica (AR) para o combate efectivo a corrupção.	Savana	04-Janeiro-13
136	"Angola e Moçambique estão a lutar contra a corrupção em diversos níveis	Isaías Vilinga, embaixador de Angola em Moçambique, nota que seu país tem apenas 10 anos de paz e que o passado "cimenta" a relação de irmandade entre os dois países	Savana	18-Janeiro-13
137	Edil da Maxixe acusado de corrupcao	Habitado a usufruir da confortável cadeira de Presidente do Município da maxixe, Narciso Pedro, 68 anos de idade, poderá experimentar, em breve, um dos mais frios e desconfortáveis bancos da vida.	Savana	08-Fevereiro-2013
138	GCCC confirma saque no MINED	O Gabinete Central de Combate a Corrupção (GCCC) confirmou a existência do rombo financeiro no MINED e diz que a sua instituição já esta a trabalhar no esclarecimento do crime	Savana	08-Fevereiro-2013

139	Funcionários da AT lideres da corrupção em Janeiro	O GCCC tramitou durante o mês de janeiro, 31 processos cimes, relacionados com combate ao fenómeno, onde os funcionários da AT estão no topo da luta	Savana	15-Março-13
140	PGR investiga barões de madeira	A PGR vai iniciar nos próximos dias, diligencias conducentes a aprovar a culpabilidade ou demonstrar a inocência ou irresponsabilidade de altas figuras do Governo e do Partido Frelimo supostamente envolvidos no contrabando de madeira para China	Savana	26-Abril-2013
141	Governo não cumpriu com a implementação do pacote anticorrupção	Em Julho de 2011, o Governo submeteu "a Assembleia da Republica (AR), o pacote legislativo anticorrupção (PLAC) para análise e aprovação.	Savana	17-Maio-2013
142	O exercício do combate a corrupção e inferior a dimensão da corrupção	A complexidade que enfrentou na investigação do maior escândalo de corrupção na história do Brasil, permite ao Procurador-Geral da Republica do pais sul-americano, Roberto Gurgel, assumir: "o exercício de combate a corrupção e interior face a dimensão" deste tipo de crime.	Savana	05-Julho-13
143	Altos funcionários indiciados de corrupção em Inhambane	Quatro funcionários do Governo distrital de Inhassoro estão sob investigação do Gabinete Provincial de combate a corrupção em Inhambane, indiciados de terem sacado fraudulentamente dos cofres do Estado mais de nove milhões de meticais	Savana	23-Agosto-2013
144	Um "Castel de papel" chamado tribunal administrativo	Uma auditoria financeira externa e independentes as contas do Tribunal Administrativo (TA), referentes ao exercício económico de 2012, constatou que aquela instância judicial, esbara-se com sérios problemas de gestão...	Savana	30-Agosto-2013
145	Era uma vez um saco azul chamado DPPF!	O controverso caso de desvio de milhões de meticais na direcção provincial do plano e finanças do Niassa entre 2009-2010, em julgamento na II secção criminal do Tribunal Judicial provincial do Niassa, entrou na fase decisiva	Savana	14-Março-14
146	Portugueses na falsificação da nacionalidade	A soberania e a segurança do Estado moçambicano estão em perigo.	Savana	28-Março-14

	moçambicana			
147	MDM envolvido na venda de isenções	O CIP publicou esta semana, uma investigação em torno do processo de importação ilegal de viaturas no país.	Savana	16-Maio-2014
148	Moçambique vai ser uma Angola em versão "lite".	A generalidade das avaliações que se fazem sobre a economia política da industria extractiva em Moçambique pinta um quadro negro no que diz respeito a transparência.	Savana	20-Junho-14
149	PGR iliba Pacheco	No ano passado, uma organização não governamental britânica publicava um relatório devastador sobre a extensão do contrabando de madeira em Moçambique, mas que confirmava muitas das percepções locais sobre impunidade desse trafico e a protecção que seus autores, chineses e não só , gozam da classe, política local.	Savana	27-Junho-14
150	A Frelimo também 'come' na sujeira da fraude	O financiamento político, quando o estado apoia os partidos políticos para exercerem as suas actividades, e uma prática normal em democracia.	Savana	04-Julho-14
151	"Machatine Munguambe diz que está a tirar do seu bolso	O recém-reconduzido Presidente do Tribunal Administrativo (TA), Machatine Munguambe, foi ao parlamento onde se pronunciou sobre o escândalo financeiro detectado naquele órgão superior da hierarquia dos tribunais administrativos, fiscais e aduaneiros, pela auditoria que os doadores recomendaram no ano passado.	Savana	18-Julho-14
152	A grande burla	Porque é que quando chegamos ao Estádio de Zimpeto (EZ) andamos sempre aos empurrões para ultrapassar aquela barreira de ferro que cerca o gigante de betão?	Savana	24-October-2014
153	Atrasos, confusão e Trafalhões no apuramento sugerem vergonhosas fraude	Uma semana depois da realização das quintas eleições gerais em Moçambique ainda não há resultados finais, mas tudo indica para irregularidades generalizadas, que sugerem uma fraude monumental.	Savana	12-Dezembro-2014

154	EDM é agência de negócios da elite política	A EDM funciona como uma agência de adjudicação de negócios duvidosos, cujos beneficiários preferenciais são em larga escala membros da elite político-económica nacional, vulgarmente tratada por nomenclatura.	Savana	13-Março-15
155	PGR tem o dever de investigar Guebuza	Publicou o "Canal de Moçambique", um artigo intitulado "antigo PR nas malhas da corrupção internacional - como Guebuza vendeu o gás a ENI", no qual são feitas, contra o cidadão Armando Guebuza graves acusações de pratica de corrupção e/ou conexos.	Savana	20-Março-15
156	Empreiteiro português tenta ludibriar o Estado	Trata-se da TRC - Construções e Obras Publicas que sem requisitos, faltou qualificações para conseguir a empreitada e o assunto está no Gabinete central do combate a Corrupção	Savana	27-Março-15
157	Funcionário Sénior detido	Um quadro sénior afecto a secretaria distrital de Mabote, Província de Inhambane, acaba de ser recolhido para a cadeia local, em consequência de uma acusação, nomeadamente, desvio de fundos destinados ao pagamento de pensionistas.	Savana	08-Maio-2015
158	Ex-diretor do INATTER deverá devolver um milhão de meticais	A recém-exonerada Directora-Geral do INATTER, Ana Dimande, devera devolver aos cofres do Estado mais de um milhão de meticais, considerando que recebeu indevidamente o valor e incorre numa pena de prisão maior, segundo apuramos.	Savana	15-Maio-2015
159	CIP diz que Beatriz Buchili não tem estratégia contra grande corrupção	O CIP a informação anual que a Procuradora-Geral da Republica, Beatriz Buchili, apresentou na semana passada a Assembleia da Republica porque no entendimento da organização não apontou medidas contra a chamada grande corrupção.	Savana	22-Maio-2015
160	Doadores críticos por causa da corrupção e EMATUM	Os parceiros do apoio programático (PAPs) um eufemismo que passou a rotular os doadores internacionais da ajuda ao desenvolvimento de Moçambique, voltaram a manifestar a sua preocupação com a inercia no combate a corrupção, transparência e gestão de risco fiscal, com especial incidência no "Caso EMATUM"	Savana	29-Maio-2015



161	População denuncia corrupção de servidores municipais	Moradores do Município de Tete denunciam que autoridades locais e especuladores imobiliários estão a negociar terras de forma ilegal.	Savana	12-Junho-15
162	Suécia mantém corrupção como desafio em Moçambique	Transcorridas varias horas de conversações realizadas na segunda-feira, o Ministro dos Negócios Estrangeiros de moçambique, Oldemiro Baloi e a Ministra da Cooperacao e desenvolvimento da suécia Isabella Lovin, assinaram o acordo - quadro de cooperação para o quinquénio 2015-2020, ao abrigo o qual aquele pais europeu vai desembolsar um total de USD 500 milhões ao parceiro africano.	Savana	19-Junho-15
163	Frelimo dividida sobre investigação a Guebuza na Africa Confidential	As alegadas facções que compõem a Frelimo estão divididas em relação a posição a tomar sobre o antigo Chefe do Estado, Armando Guebuza, quanto aos supostos negócios obscuros realizados durante o seu mandato principalmente sobre a divida contraída na EMATUM, diz a africa Confidential, uma realização britânica especializada.	Savana	10-Julho-15
164	A asneira de Paulo Auade	O Governador de Tete, Paulo Auade, disse nesta segunda-feira que um empreiteiro não identificado, mas que e responsável pela construção das obras de Estado no recém-criado distrito de Marara, naquela província, tentou corrompe-lo.	Savana	17-Julho-15
165	MOPH e AT no encalco da empreiteira JRC-Construções	O inspector Nacional das obras publicas, Alberto Andissene, garantiu ao Savana que a sua instituição esta no encalco de um empreiteiro denominado JRC-Construções e obras publicas, acusado de viciação de dados para merecer confiança na adjudicação de obras publicas.	Savana	28-Agosto-2015
166	Réus culpam o Foragido José Sende	A sétima secção IJCM acolhe o julgamento dos treze indivíduos acusados de terem desviado do MINED 33 milhões de meticais num esquema altamente montado, através da criação de folhas de salários paralelas e pagamento de pessoas alheias a instituição.	Savana	28-Agosto-15

167	Sem fundamento acusações a Augusto Paulino	O Tribunal Supremo, em acórdão assinado pelos juízes-conselheiros Luis António Mondlane e José Norberto Carilho, mandou arquivar o processo intentado contra Augusto Raul Paulino, actual Procurador-Geral da República, por manifesta inexistência de objecto, que e, como quem diz, Augusto Paulino não cometeu nenhum crime, sendo destituídas de fundamento todas as acusações que lhe foram movidas.	Domingo	02-Março-08
168	Direcção do Desporto escondeu aos sócios negócio do campo	A Direcção Desportiva de Maputo tenta desmentir a verdade da venda do campo de futebol denunciada por este jornal. Ameaça processando os autores da notícia.	Domingo	23-Março-08
169	"Se tivesse abafado o Dossier Cardoso hoje seria ministro!"	O ex-director da Polícia da Investigação Criminal (PIC), António Jorge Frangoulis, foi assolado para depor na qualidade de declarante pelo facto de ter sido o principal investigador deste processo e dos casos BCM, Albano Silva e Carlos Cardoso. Num depoimento fora de comum, Frangoulis disse que estes três processos estão viciados pela interferência de quadros superiores da Policia, incluindo o ex-Ministro do Interior, e Albano Silva. Disse ainda que ainda que as investigações foram mal conduzidas porque terá sido ludibriado por Osvaldo Muianga (DUDU), principal fonte de informação da PIC. Reclama o facto de ter sido para receber supostas provas do envolvimento de Nympine Chissano no assassinato de Carlos Cardoso. Por fim, desabafa dizendo que se tivesse abafado o caso, por estas alturas seria ministro. ps u	Domingo	18- Abril-2008
170	Fraude supera os 5 biliões	Pelo menos três funcionários da empresa de telefonia móvel Moçambique Celular (mCel) foram detidos no passado dia 28 de Marco e viram a sua reclusão formalizada na semana passada, na sequência da descoberta de uma fraude comercial que o trio protagonizava, prejudicando as mesmas em blioes de meticais.	Domingo	20-Abril-2008

171	Comé tramado pelo Cartão Visa	O uso excessivo e abusivo do cartão corporativo Visa ditou a condenação a 12 anos de prisão maior aos dois co-réus, do chamado caso CPD, Orlando Comé e Manuel Vilanculos, respectivamente, antigo director-geral e director de administração e finanças do CPD (Centro de Processamento de Dados), julgados no âmbito do processo-crime aberto para apurar o desfalque ocorrido naquela instituição.	Domingo	12-Dezembro-12
172	Ordens verbais eram uma prática reiterada		Domingo	13-Dezembro-2009
173	Réus voltam a ser ouvidos pelo Tribunal		Domingo	20-Dezembro-2009
174	Desviado dinheiro na Federação de Natação		Domingo	23-Maio-2010
175	SNJ preocupado com falsos jornalistas		Domingo	21-Novembro-2012
176	E a bomba rebentou!!!	Certamente que o Conselho de Disciplina da Liga Moçambicana de Futebol (LMF) estava longe de imaginar que ao questionar provas a Arnaldo Salvado sobre denúncias de corrupção no Moçambola estava accionar uma bomba. E a bomba explodiu, faltando por contabilizar o número de vítimas, dado que o desfecho está em apreciação no Gabinete de Combate Contra Corrupção	Domingo	21-Novembro-2010

### 3. Classificação dos artigos por géneros jornalísticos

Nome da Publicação		Género Jornalístico Dominante					Total	
		Breve	Notícia	Reportagem	Trabalhos de fundo	Entrevista		
Domingo	Número da Peça	1	0	1	0	0	0	1
		2	0	1	0	0	0	1
		3	0	1	0	0	0	1
		4	0	1	0	0	0	1
		5	0	0	1	0	0	1
		6	0	1	0	0	0	1
		7	0	1	0	0	0	1
		8	0	0	0	1	0	1
		9	0	1	0	0	0	1
		10	0	0	1	0	0	1
		11	0	1	0	0	0	1
		12	0	1	0	0	0	1
		13	0	1	0	0	0	1
		14	0	1	0	0	0	1
		15	0	0	0	1	0	1
		16	0	1	0	0	0	1
		17	0	1	0	0	0	1
		18	0	0	0	1	0	1
		19	0	1	0	0	0	1
		20	0	1	0	0	0	1
		21	0	0	1	0	0	1
		22	0	1	0	0	0	1
		23	0	1	0	0	0	1
		24	0	1	0	0	0	1
		25	1	0	0	0	0	1
		26	0	0	0	0	1	1
		27	0	0	1	0	0	1
		28	0	1	0	0	0	1
		29	0	1	0	0	0	1
		30	1	0	0	0	0	1
		31	0	1	0	0	0	1
		32	0	1	0	0	0	1
		33	0	0	1	0	0	1
		34	0	1	0	0	0	1
		35	0	0	1	0	0	1
		36	0	1	0	0	0	1
		37	0	1	0	0	0	1

		38	0	0	0	1	0	1
		39	0	0	1	0	0	1
		40	0	0	0	0	1	1
		41	0	0	1	0	0	1
		42	0	0	1	0	0	1
		43	0	1	0	0	0	1
		44	0	1	0	0	0	1
		45	0	1	0	0	0	1
		46	0	0	0	1	0	1
		47	0	0	0	1	0	1
		48	0	0	1	0	0	1
		49	0	1	0	0	0	1
		50	0	1	0	0	0	1
		51	0	1	0	0	0	1
		52	0	1	0	0	0	1
		53	0	0	1	0	0	1
		54	0	0	1	0	0	1
		55	0	1	0	0	0	1
		56	0	1	0	0	0	1
		57	0	1	0	0	0	1
		58	0	1	0	0	0	1
		167	0	0	1	0	0	1
		168	0	0	1	0	0	1
		169	0	0	0	1	0	1
		170	0	0	1	0	0	1
		171	0	0	1	0	0	1
		172	0	0	1	0	0	1
		173	0	0	1	0	0	1
		174	0	0	1	0	0	1
		175	1	0	0	0	0	1
		176	0	0	1	0	0	1
		Total	3	36	20	7	2	68
Savana	Número da Peça	59	0	0	1	0	0	1
		60	0	1	0	0	0	1
		61	0	0	0	0	1	1
		62	0	0	0	0	1	1
		63	0	0	0	0	1	1
		64	0	0	0	1	0	1
		65	0	0	1	0	0	1
		66	0	0	1	0	0	1
		67	0	0	1	0	0	1
		68	0	1	0	0	0	1

69	0	0	1	0	0	1
70	0	0	0	1	0	1
71	0	0	0	1	0	1
72	0	1	0	0	0	1
73	0	1	0	0	0	1
74	0	0	0	1	0	1
75	0	0	0	1	0	1
76	0	0	0	1	0	1
77	0	1	0	0	0	1
78	0	0	0	1	0	1
79	0	1	0	0	0	1
80	0	1	0	0	0	1
81	0	0	0	1	0	1
82	0	0	0	0	1	1
83	0	0	0	1	0	1
84	0	0	0	1	0	1
85	0	0	0	1	0	1
86	0	0	1	0	0	1
87	0	0	0	1	0	1
88	0	1	0	0	0	1
89	0	1	0	0	0	1
90	0	0	0	1	0	1
91	0	0	1	0	0	1
92	0	0	0	1	0	1
93	0	0	0	1	0	1
94	0	0	1	0	0	1
95	0	0	1	0	0	1
96	0	1	0	0	0	1
97	0	1	0	0	0	1
98	0	0	1	0	0	1
99	0	0	1	0	0	1
100	0	1	0	0	0	1
101	0	1	0	0	0	1
102	0	1	0	0	0	1
103	0	1	0	0	0	1
104	0	0	1	0	0	1
105	0	1	0	0	0	1
106	0	1	0	0	0	1
107	0	1	0	0	0	1
108	0	0	1	0	0	1
109	0	0	0	1	0	1
110	0	0	1	0	0	1

111	0	0	1	0	0	1
112	0	0	1	0	0	1
113	0	0	1	0	0	1
114	0	1	0	0	0	1
115	0	1	0	0	0	1
116	0	1	0	0	0	1
117	0	1	0	0	0	1
118	0	1	0	0	0	1
119	0	1	0	0	0	1
120	0	0	0	1	0	1
121	0	0	0	1	0	1
122	0	1	0	0	0	1
123	0	0	1	0	0	1
124	0	1	0	0	0	1
125	1	0	0	0	0	1
126	0	0	1	0	0	1
127	0	0	1	0	0	1
128	0	0	0	1	0	1
129	0	0	1	0	0	1
130	0	0	1	0	0	1
131	0	1	0	0	0	1
132	0	1	0	0	0	1
133	0	0	0	1	0	1
134	0	0	1	0	0	1
135	0	1	0	0	0	1
136	0	0	0	0	1	1
137	0	1	0	0	0	1
138	0	1	0	0	0	1
139	0	1	0	0	0	1
140	0	0	1	0	0	1
141	0	1	0	0	0	1
142	0	1	0	0	0	1
143	0	1	0	0	0	1
144	0	0	0	1	0	1
145	0	0	1	0	0	1
146	0	0	1	0	0	1
147	0	0	1	0	0	1
148	0	0	1	0	0	1
149	0	1	0	0	0	1
150	0	0	0	1	0	1
151	0	1	0	0	0	1
152	0	0	1	0	0	1

	153	0	0	0	1	0	1
	154	0	0	1	0	0	1
	155	0	0	1	0	0	1
	156	0	1	0	0	0	1
	157	0	1	0	0	0	1
	158	0	1	0	0	0	1
	159	0	1	0	0	0	1
	160	0	0	1	0	0	1
	161	0	0	0	1	0	1
	162	0	1	0	0	0	1
	163	0	0	1	0	0	1
	164	0	1	0	0	0	1
	165	0	1	0	0	0	1
	166	0	0	1	0	0	1
	Total	1	44	34	24	5	108
Total		4	80	54	31	7	176



#### 4. Classificação dos artigos por tamanhos

Nome da Publicação		Tamanho da Peça					Total	
		¼ da Página	½ Página	+ ½ Página	1 Página	+ de 1 Página		
Domingo	Número da Peça	1	1	0	0	0	0	1
		2	1	0	0	0	0	1
		3	1	0	0	0	0	1
		4	0	0	1	0	0	1
		5	0	0	1	0	0	1
		6	1	0	0	0	0	1
		7	1	0	0	0	0	1
		8	0	0	0	0	1	1
		9	1	0	0	0	0	1
		10	0	0	1	0	0	1
		11	1	0	0	0	0	1
		12	0	1	0	0	0	1
		13	1	0	0	0	0	1
		14	1	0	0	0	0	1
		15	0	0	0	0	1	1
		16	1	0	0	0	0	1
		17	1	0	0	0	0	1
		18	0	0	0	0	1	1
		19	1	0	0	0	0	1
		20	1	0	0	0	0	1
		21	0	0	0	0	1	1
		22	1	0	0	0	0	1
		23	0	1	0	0	0	1
		24	0	1	0	0	0	1
		25	0	0	1	0	0	1
		26	0	0	0	0	1	1
		27	0	0	0	1	0	1
		28	1	0	0	0	0	1
		29	0	0	1	0	0	1
		30	0	1	0	0	0	1
		31	0	1	0	0	0	1
		32	0	0	0	1	0	1
		33	0	0	0	1	0	1
		34	1	0	0	0	0	1
		35	0	0	0	1	0	1
		36	1	0	0	0	0	1

		37	0	0	1	0	0	1
		38	0	0	0	0	1	1
		39	0	0	0	1	0	1
		40	0	0	0	1	0	1
		41	0	0	0	1	0	1
		42	0	0	0	1	0	1
		43	0	1	0	0	0	1
		44	0	1	0	0	0	1
		45	0	1	0	0	0	1
		46	0	0	0	0	1	1
		47	0	0	0	0	1	1
		48	0	0	0	0	1	1
		49	0	0	0	0	1	1
		50	0	0	1	0	0	1
		51	0	1	0	0	0	1
		52	0	0	1	0	0	1
		53	0	0	0	1	0	1
		54	0	0	0	1	0	1
		55	0	0	0	1	0	1
		56	1	0	0	0	0	1
		57	0	0	0	0	1	1
		58	0	0	1	0	0	1
		167	0	0	0	1	0	1
		168	0	0	1	0	0	1
		169	0	0	0	0	1	1
		170	0	0	0	0	1	1
		171	0	0	0	0	1	1
		172	0	0	1	0	0	1
		173	0	0	1	0	0	1
		174	0	1	0	0	0	1
		175	1	0	0	0	0	1
		176	0	0	1	0	0	1
		Total	19	10	13	12	14	68
Savana	Número da Peça	59	0	0	0	1	0	1
		60	0	0	1	0	0	1
		61	0	0	0	0	1	1
		62	0	0	1	0	0	1
		63	0	0	0	1	0	1
		64	0	0	0	0	1	1
		65	0	0	0	1	0	1
		66	0	0	1	0	0	1
		67	0	1	0	0	0	1

68	0	1	0	0	0	1
69	0	1	0	0	0	1
70	0	0	0	1	0	1
71	0	0	0	0	1	1
72	1	0	0	0	0	1
73	1	0	0	0	0	1
74	0	0	1	0	0	1
75	0	0	0	1	0	1
76	0	0	0	0	1	1
77	0	0	0	1	0	1
78	0	0	0	1	0	1
79	0	1	0	0	0	1
80	0	1	0	0	0	1
81	0	0	0	1	0	1
82	0	0	0	1	0	1
83	0	0	0	1	0	1
84	0	0	1	0	0	1
85	0	0	0	1	0	1
86	0	0	1	0	0	1
87	0	0	0	0	1	1
88	0	0	1	0	0	1
89	1	0	0	0	0	1
90	0	0	0	1	0	1
91	0	0	1	0	0	1
92	0	0	0	0	1	1
93	0	0	0	1	0	1
94	0	0	1	0	0	1
95	0	0	0	1	0	1
96	0	0	1	0	0	1
97	0	1	0	0	0	1
98	0	0	1	0	0	1
99	0	0	1	0	0	1
100	0	1	0	0	0	1
101	0	1	0	0	0	1
102	1	0	0	0	0	1
103	1	0	0	0	0	1
104	0	0	0	0	1	1
105	1	0	0	0	0	1
106	0	1	0	0	0	1
107	0	1	0	0	0	1
108	0	0	1	0	0	1
109	0	0	0	1	0	1

110	0	0	0	1	0	1
111	0	0	0	1	0	1
112	0	0	0	1	0	1
113	0	0	0	1	0	1
114	0	1	0	0	0	1
115	0	0	1	0	0	1
116	1	0	0	0	0	1
117	1	0	0	0	0	1
118	1	0	0	0	0	1
119	0	0	1	0	0	1
120	0	0	0	0	1	1
121	0	0	0	1	0	1
122	0	0	0	1	0	1
123	0	0	0	0	1	1
124	0	1	0	0	0	1
125	1	0	0	0	0	1
126	0	0	0	0	1	1
127	0	0	0	0	1	1
128	0	0	0	0	1	1
129	0	0	0	0	1	1
130	0	0	0	0	1	1
131	0	0	1	0	0	1
132	1	0	0	0	0	1
133	0	0	0	0	1	1
134	0	0	0	0	1	1
135	1	0	0	0	0	1
136	0	0	0	0	1	1
137	1	0	0	0	0	1
138	1	0	0	0	0	1
139	1	0	0	0	0	1
140	0	0	0	1	0	1
141	1	0	0	0	0	1
142	1	0	0	0	0	1
143	1	0	0	0	0	1
144	0	0	0	0	1	1
145	0	0	0	1	0	1
146	0	0	1	0	0	1
147	0	0	0	0	1	1
148	0	0	1	0	0	1
149	0	0	1	0	0	1
150	0	0	0	0	1	1
151	0	0	1	0	0	1

	152	0	0	0	1	0	1
	153	0	0	0	0	1	1
	154	0	0	0	0	1	1
	155	0	0	0	1	0	1
	156	0	0	0	1	0	1
	157	1	0	0	0	0	1
	158	0	1	0	0	0	1
	159	1	0	0	0	0	1
	160	0	0	1	0	0	1
	161	0	0	0	0	1	1
	162	0	1	0	0	0	1
	163	0	0	1	0	0	1
	164	0	1	0	0	0	1
	165	0	0	1	0	0	1
	166	0	0	1	0	0	1
	Total	20	15	24	26	23	108
	Total	39	25	37	38	37	176

## 5. Classificação dos artigos por géneros jornalísticos e estilos de narração predominantes

		Género Jornalístico Dominante					Total
		Breve	Notícia	Reportagem	Trabalhos de fundo	Entrevista	
Estilo da peça	Número da Peça						
Descritivo/Narrativo	1	0	1	0		0	1
	2	0	1	0		0	1
	3	0	1	0		0	1
	4	0	1	0		0	1
	5	0	0	1		0	1
	6	0	1	0		0	1
	7	0	1	0		0	1
	9	0	1	0		0	1
	11	0	1	0		0	1
	12	0	1	0		0	1
	13	0	1	0		0	1
	14	0	1	0		0	1
	16	0	1	0		0	1
	17	0	1	0		0	1
	19	0	1	0		0	1
	20	0	1	0		0	1
	21	0	0	1		0	1
	22	0	1	0		0	1
	23	0	1	0		0	1
	24	0	1	0		0	1
	25	1	0	0		0	1
	26	0	0	0		1	1
	27	0	0	1		0	1
	28	0	1	0		0	1
	29	0	1	0		0	1
	30	1	0	0		0	1
	31	0	1	0		0	1
	32	0	1	0		0	1
	33	0	0	1		0	1
	34	0	1	0		0	1

36	0	1	0		0	1
37	0	1	0		0	1
39	0	0	1		0	1
40	0	0	0		1	1
43	0	1	0		0	1
44	0	1	0		0	1
45	0	1	0		0	1
49	0	1	0		0	1
50	0	1	0		0	1
51	0	1	0		0	1
55	0	1	0		0	1
56	0	1	0		0	1
57	0	1	0		0	1
58	0	1	0		0	1
60	0	1	0		0	1
61	0	0	0		1	1
62	0	0	0		1	1
63	0	0	0		1	1
68	0	1	0		0	1
72	0	1	0		0	1
73	0	1	0		0	1
77	0	1	0		0	1
79	0	1	0		0	1
80	0	1	0		0	1
82	0	0	0		1	1
88	0	1	0		0	1
96	0	1	0		0	1
97	0	1	0		0	1
100	0	1	0		0	1
101	0	1	0		0	1
102	0	1	0		0	1
103	0	1	0		0	1
105	0	1	0		0	1
106	0	1	0		0	1
107	0	1	0		0	1
114	0	1	0		0	1
115	0	1	0		0	1
116	0	1	0		0	1
117	0	1	0		0	1
118	0	1	0		0	1

		119	0	1	0	0	1
		122	0	1	0	0	1
		124	0	1	0	0	1
		125	1	0	0	0	1
		131	0	1	0	0	1
		132	0	1	0	0	1
		135	0	1	0	0	1
		136	0	0	0	1	1
		137	0	1	0	0	1
		138	0	1	0	0	1
		139	0	1	0	0	1
		141	0	1	0	0	1
		142	0	1	0	0	1
		143	0	1	0	0	1
		149	0	1	0	0	1
		151	0	1	0	0	1
		156	0	1	0	0	1
		157	0	1	0	0	1
		158	0	1	0	0	1
		159	0	1	0	0	1
		162	0	1	0	0	1
		164	0	1	0	0	1
		165	0	1	0	0	1
		167	0	0	1	0	1
		170	0	0	1	0	1
		171	0	0	1	0	1
		172	0	0	1	0	1
		173	0	0	1	0	1
		174	0	0	1	0	1
		175	1	0	0	0	1
		176	0	0	1	0	1
		<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>78</b>	<b>12</b>	<b>7</b>	<b>101</b>
Interpretativo/Explicativa	Número da Peça	8		0	0	1	1
		10		0	1	0	1
		15		0	0	1	1
		18		0	0	1	1
		35		0	1	0	1
		38		0	0	1	1
		41		0	1	0	1
		42		0	1	0	1



46		0	0	1		1
47		0	0	1		1
48		0	1	0		1
52		1	0	0		1
53		0	1	0		1
54		0	1	0		1
59		0	1	0		1
64		0	0	1		1
65		0	1	0		1
66		0	1	0		1
67		0	1	0		1
69		0	1	0		1
70		0	0	1		1
71		0	0	1		1
74		0	0	1		1
75		0	0	1		1
76		0	0	1		1
78		0	0	1		1
81		0	0	1		1
83		0	0	1		1
84		0	0	1		1
85		0	0	1		1
86		0	1	0		1
87		0	0	1		1
89		1	0	0		1
90		0	0	1		1
91		0	1	0		1
92		0	0	1		1
93		0	0	1		1
94		0	1	0		1
95		0	1	0		1
98		0	1	0		1
99		0	1	0		1
104		0	1	0		1
108		0	1	0		1
109		0	0	1		1
110		0	1	0		1
111		0	1	0		1
112		0	1	0		1
113		0	1	0		1

	120		0	0	1		1
	121		0	0	1		1
	123		0	1	0		1
	126		0	1	0		1
	127		0	1	0		1
	128		0	0	1		1
	129		0	1	0		1
	130		0	1	0		1
	133		0	0	1		1
	134		0	1	0		1
	140		0	1	0		1
	144		0	0	1		1
	145		0	1	0		1
	146		0	1	0		1
	147		0	1	0		1
	148		0	1	0		1
	150		0	0	1		1
	152		0	1	0		1
	153		0	0	1		1
	154		0	1	0		1
	155		0	1	0		1
	160		0	1	0		1
	161		0	0	1		1
	163		0	1	0		1
	166		0	1	0		1
	168		0	1	0		1
	169		0	0	1		1
	Total		2	42	31		75
	Total	4	80	54	31	7	176

## 6. Classificação dos artigos por tipos de casos retratados e ilícitos criminais representados

Caracterização do ilícito retratado na peça relacionada com o caso de corrupção			Casos de Corrupção Retratados na Peça			Total
			Pequena corrupção	Grande corrupção	Indeterminável	
Suborno	Número da Peça	13	1	0	0	1
		48	0	1	0	1
		57	0	1	0	1
		68	1	0	0	1
		80	0	1	0	1
		104	0	1	0	1
		133	0	0	1	1
		164	0	1	0	1
		175	1	0	0	1
		176	0	1	0	1
Total			3	6	1	10
Roubo	Número da Peça	29	1	0		1
		33	1	0		1
		37	0	1		1
		38	0	1		1
		56	1	0		1
		103	0	1		1
		125	1	0		1
		126	0	1		1
		138	0	1		1
		171	0	1		1
174	0	1		1		
Total			4	7		11
Extorsão	Número da Peça	5	1	0		1
		21	1	0		1
		22	1	0		1
		23	1	0		1
		30	1	0		1
		31	1	0		1
		32	1	0		1
		35	1	0		1

		98	0	1		1
		161	0	1		1
	Total		8	2		10
Fraude	Número da Peça	2	0	1	0	1
		7	0	1	0	1
		8	0	1	0	1
		10	0	1	0	1
		12	0	1	0	1
		14	0	1	0	1
		15	0	1	0	1
		16	1	0	0	1
		18	0	1	0	1
		19	0	1	0	1
		25	0	1	0	1
		26	0	1	0	1
		27	0	1	0	1
		39	0	1	0	1
		43	0	1	0	1
		45	0	0	1	1
		47	0	1	0	1
		52	0	1	0	1
		53	0	1	0	1
		54	0	1	0	1
		60	0	1	0	1
		70	0	1	0	1
		71	0	1	0	1
		72	0	1	0	1
		73	0	1	0	1
		74	0	1	0	1
		78	0	1	0	1
		79	0	1	0	1
		81	0	1	0	1
		83	0	1	0	1
84	0	1	0	1		
85	0	1	0	1		
90	0	1	0	1		
91	0	1	0	1		
92	0	1	0	1		
93	0	1	0	1		
94	0	1	0	1		

95	0	1	0	1
96	0	1	0	1
99	0	1	0	1
100	0	1	0	1
102	0	1	0	1
105	0	1	0	1
106	0	1	0	1
107	0	1	0	1
108	0	1	0	1
109	0	1	0	1
110	0	1	0	1
111	0	1	0	1
113	0	1	0	1
116	1	0	0	1
121	0	1	0	1
127	0	1	0	1
129	0	1	0	1
131	0	1	0	1
137	0	1	0	1
140	0	1	0	1
143	0	1	0	1
144	0	1	0	1
145	0	1	0	1
147	0	1	0	1
149	0	1	0	1
150	0	1	0	1
151	0	1	0	1
152	0	1	0	1
155	0	1	0	1
157	1	0	0	1
158	0	1	0	1
160	0	1	0	1
163	0	1	0	1
166	0	1	0	1
167	0	1	0	1
169	0	1	0	1
170	1	0	0	1
172	0	1	0	1
173	0	1	0	1
Total	4	71	1	76

Clientelismo	Número da Peça	112		1		1
		168		1		1
	Total				2	
Incentivos selectivos	Número da Peça	34		1	0	1
		153		1	0	1
		156		0	1	1
	Total				2	1
Outros	Número da Peça	46		1	0	1
		49		1	0	1
		50		1	0	1
		64		1	0	1
		65		1	0	1
		66		1	0	1
		67		1	0	1
		69		1	0	1
		76		1	0	1
		122		0	1	1
	165		1	0	1	
Total				10	1	11
Indeterminado	Número da Peça	1	0	0	1	1
		3	1	0	0	1
		4	0	0	1	1
		6	0	0	1	1
		9	0	0	1	1
		11	0	0	1	1
		17	0	0	1	1
		20	0	0	1	1
		24	0	0	1	1
		28	0	0	1	1
		36	1	0	0	1
		40	0	0	1	1
		41	0	0	1	1
		42	0	0	1	1
		44	0	0	1	1
		51	0	0	1	1
		55	0	0	1	1
		58	0	1	0	1
		59	0	1	0	1
61	0	1	0	1		
62	0	1	0	1		

	63	0	1	0	1
	75	0	1	0	1
	77	0	1	0	1
	82	0	1	0	1
	86	0	0	1	1
	87	0	0	1	1
	88	0	1	0	1
	89	0	0	1	1
	97	0	1	0	1
	101	0	1	0	1
	114	0	1	0	1
	115	0	0	1	1
	117	0	1	0	1
	118	1	0	0	1
	119	0	0	1	1
	120	0	1	0	1
	123	0	0	1	1
	124	0	0	1	1
	128	0	1	0	1
	130	0	0	1	1
	132	0	0	1	1
	134	0	0	1	1
	135	0	0	1	1
	136	0	0	1	1
	139	0	0	1	1
	141	0	0	1	1
	142	0	0	1	1
	146	0	1	0	1
	148	0	1	0	1
	154	0	1	0	1
	159	0	1	0	1
	162	0	0	1	1
	Total	3	19	31	53
	Total	22	119	35	176

## 7. Classificação dos artigos pelos casos de corrupção e associação de instituições

Nome da Instituição			Casos de Corrupção Retratos na Peça			Total
			Pequena corrupção	Grande corrupção	Indeterminável	
ADM	Associação do caso à instituições	Instituições públicas nacionais		13		13
	Total			13		13
Aeroportos de Moçambique	Associação do caso à instituições	Instituições públicas nacionais		2		2
		Partido Frelimo		1		1
	Total			3		3
Aeroportos de Moçambique	Associação do caso à instituições	Instituições públicas nacionais		2		2
	Total			2		2
Alfândegas de Moçambique	Associação do caso à instituições	Instituições públicas nacionais		1		1
	Total			1		1
AT	Associação do caso à instituições	Instituições públicas nacionais			1	1
	Total				1	1
AT-Autoridade Tributária	Associação do caso à instituições	Instituições públicas nacionais	1			1
	Total		1			1
Autoridade Tributária	Associação do caso à instituições	Instituições públicas nacionais	1			1
	Total		1			1



Balcão de Atendimento Único (BAU)	Associação do caso à instituições	Instituições privadas nacionais			1	1
	Total				1	1
Banco Austral	Associação do caso à instituições	Instituições privadas nacionais		0	1	1
		Parcerias público-privadas nacionais		1	0	1
	Total			1	1	2
BCM	Associação do caso à instituições	Instituições públicas nacionais		1		1
		Parcerias público-privadas nacionais		1		1
		Partido Frelimo		1		1
	Total			3		3
BCM e Banco Austral	Associação do caso à instituições	Parcerias público-privadas nacionais		1		1
	Total			1		1
BCM, PIC	Associação do caso à instituições	Instituições públicas nacionais		1		1
	Total			1		1
Bombas de Combustíveis da Açucareira de Xinavane	Associação do caso à instituições	Instituições privadas nacionais	3			3
	Total		3			3
Bombas de combustível da açucareira de Xinavane	Associação do caso à instituições	Instituições privadas nacionais	3			3
	Total		3			3

Bombas de combustível da Açucareira de Xinavane	Associação do caso à instituições	Instituições privadas nacionais	1			1
	Total		1			1
Centro de Processamento de Dados	Associação do caso à instituições	Instituições públicas nacionais		1		1
	Total			1		1
Centro Regional de Desenvolvimento sanitário (CRDS)	Associação do caso à instituições	Instituições públicas nacionais		1		1
	Total			1		1
CNE	Associação do caso à instituições	Instituições públicas nacionais		1		1
	Total			1		1
Conselho Constitucional	Associação do caso à instituições	Instituições públicas nacionais		1		1
	Total			1		1
Conselho constitucional	Associação do caso à instituições	Instituições públicas nacionais		1		1
	Total			1		1
Conselho Constitucional	Associação do caso à instituições	Instituições públicas nacionais		4		4
	Total			4		4
Conselho Municipal da Matola	Associação do caso à instituições	Instituições públicas nacionais			1	1
	Total				1	1
Conselho municipal da maxixe	Associação do caso à instituições	Instituições públicas nacionais		1		1
	Total			1		1
Conselho Municipal de Nacala	Associação do caso à instituições	Instituições públicas nacionais		1		1
	Total			1		1

Conselho Municipal de Tete	Associação do caso à instituições	Instituições públicas nacionais		1		1
	Total			1		1
Conselho Superior da Magistratura Judicial	Associação do caso à instituições	Combinação de instituições nacionais		1		1
	Total			1		1
Cruz Vermelha de Moçambique (CVM)	Associação do caso à instituições	Instituições públicas internacionais		3		3
	Total			3		3
Departamento Nacional do Património do Estad	Associação do caso à instituições	Instituições públicas nacionais		2		2
	Total			2		2
Direcção de Educação de Nampula	Associação do caso à instituições	Instituições públicas nacionais	1			1
	Total		1			1
Direcção Distrital de Educação de Mocímboa da Praia	Associação do caso à instituições	Instituições públicas nacionais		1		1
	Total			1		1
Direcção do Desportivo de Maputo	Associação do caso à instituições	Instituições públicas nacionais		1		1
	Total			1		1
Direcção provincial das finanças - Manica	Associação do caso à instituições	Instituições públicas nacionais		1		1
	Total			1		1

Direcção Provincial de Plano e Finanças-Tete	Associação do caso à instituições	Instituições públicas nacionais		1		1
	Total			1		1
Direcção Provincial do Plano e finanças do Niassa	Associação do caso à instituições	Instituições públicas nacionais		1		1
	Total			1		1
DNIC	Associação do caso à instituições	Instituições públicas nacionais			1	1
	Total				1	1
ECMEP	Associação do caso à instituições	Instituições públicas nacionais		1		1
	Total			1		1
EDM	Associação do caso à instituições	Instituições públicas nacionais		1		1
	Total			1		1
EMATUM	Associação do caso à instituições	Instituições públicas nacionais		3		3
	Total			3		3
Empresa Casa Bonita	Associação do caso à instituições	Instituições públicas nacionais		1		1
	Total			1		1
ENI	Associação do caso à instituições	Parcerias público-privadas internacionais		1		1
	Total			1		1
Centro de Processamento de Dados (CPD)	Associação do caso à instituições	Instituições públicas nacionais		1		1
	Total			1		1

ERATT	Associação do caso à instituições	Instituições públicas nacionais		1		1
	Total			1		1
Escola Primária do primeiro Grau de Luido	Associação do caso à instituições	Instituições públicas nacionais	1			1
	Total		1			1
Escola Secundária do 1ciclo da Polana	Associação do caso à instituições	Instituições públicas nacionais	1			1
	Total		1			1
Federação de Natação	Associação do caso à instituições	Outras instituições:		1		1
	Total			1		1
FRELIMO	Associação do caso à instituições	Partido Frelimo		1		1
	Total			1		1
Função pública	Associação do caso à instituições	Instituições públicas nacionais			2	2
	Total				2	2
Função Pública	Associação do caso à instituições	Instituições públicas nacionais	1	2		3
	Total		1	2		3
Fundação Joaquim Chissano	Associação do caso à instituições	Partido Frelimo		1		1
	Total			1		1
Governo	Associação do caso à instituições	Instituições públicas nacionais			1	1
	Total				1	1
Governo distrital de Inhassoro - Inhambane	Associação do caso à instituições	Instituições públicas nacionais		1		1
	Total			1		1

Governo Distrital de Mabote	Associação do caso à instituições	Instituições públicas nacionais	1			1
	Total		1			1
INATTER	Associação do caso à instituições	Instituições públicas nacionais		1		1
	Total			1		1
Indeterminado	Associação do caso à instituições	Combinação de instituições nacionais			1	1
	Total				1	1
Indeterminado	Associação do caso à instituições	Combinação de instituições nacionais			1	1
	Total				1	1
INSS	Associação do caso à instituições	Instituições públicas nacionais		3		3
	Total			3		3
Instituto Nacional de Comunicação Social (INAS)	Associação do caso à instituições	Instituições públicas nacionais		1		1
	Total			1		1
IPAJ – Instituto de Patrocínio e Apoio Jurídico	Associação do caso à instituições	Instituições públicas nacionais		1		1
	Total			1		1
JRC – Construções	Associação do caso à instituições	Instituições privadas internacionais		1	1	2
	Total			1	1	2
Liga Moçambicana de Futebol	Associação do caso à instituições	Instituições privadas nacionais		1		1
	Total			1		1

Mabey and Johnson (M&J)	Associação do caso à instituições	Instituições privadas internacionais		1		1
	Total			1		1
mCel	Associação do caso à instituições	Instituições públicas nacionais	1			1
	Total		1			1
MDM	Associação do caso à instituições	Instituições privadas nacionais		1		1
	Total			1		1
Migração Nampula	Associação do caso à instituições	Instituições públicas nacionais	1			1
	Total		1			1
MINED	Associação do caso à instituições	Instituições públicas nacionais		2		2
	Total			2		2
Ministério do Interior	Associação do caso à instituições	Instituições públicas nacionais		3		3
	Total			3		3
Ministério do Interior e o partido Frelimo	Associação do caso à instituições	Instituições públicas nacionais		5		5
	Total			5		5
Ministério dos Transportes e Comunicações	Associação do caso à instituições	Instituições públicas nacionais		1		1
	Total			1		1
Ministério do Interior	Associação do caso à instituições	Instituições públicas nacionais		1		1
	Total			1		1
MINT	Associação do caso à instituições	Instituições públicas nacionais		3		3

	Total			3		3
MINT e Transportes e Comunicação	Associação do caso à instituições	Instituições públicas nacionais		1		1
	Total			1		1
MJD e Hiltron Moçambique	Associação do caso à instituições	Combinação de instituições nacionais		1		1
	Total			1		1
Moçambique Leaf Tabaco (MLT)	Associação do caso à instituições	Instituições privadas internacionais		1		1
	Total			1		1
Município da Matola	Associação do caso à instituições	Instituições públicas nacionais		2		2
	Total			2		2
Não aplicável	Associação do caso à instituições	Instituições públicas nacionais		1	0	1
		Combinação de instituições nacionais		0	1	1
	Total			1	1	2
Não aplicável	Associação do caso à instituições	Instituições públicas nacionais		1	0	1
		Combinação de instituições nacionais		4	5	9
	Total			5	5	10
Não determinado	Associação do caso à instituições	Combinação de instituições nacionais			1	1
	Total				1	1



Nao determinado	Associação do caso à instituições	Instituições públicas nacionais		1	0	1
		Combinação de instituições nacionais		0	2	2
	Total			1	2	3
Não específico	Associação do caso à instituições	Instituições públicas nacionais		1	5	6
		Combinação de instituições nacionais		0	4	4
		Instituições privadas internacionais		0	1	1
		Outras instituições:		1	0	1
	Total			2	10	12
Não identificada	Associação do caso à instituições	Instituições públicas nacionais		2		2
	Total			2		2
Não identificada	Associação do caso à instituições	Combinação de instituições nacionais			1	1
	Total				1	1
Não identificado	Associação do caso à instituições	Combinação de instituições nacionais		1		1
	Total			1		1
Não identificado	Associação do caso à instituições	Instituições privadas nacionais		1	0	1

		Instituições públicas nacionais		1	3	4
	Total			2	3	5
Partido Frelimo	Associação do caso à instituições	Partido Frelimo		1		1
	Total			1		1
Partido Frelimo e OMM	Associação do caso à instituições	Partido Frelimo	1			1
	Total		1			1
Penitenciária Agrícola de Chimoio, PRM e OMEGA	Associação do caso à instituições	Instituições públicas nacionais		1		1
	Total			1		1
PGR	Associação do caso à instituições	Instituições públicas nacionais		1		1
	Total			1		1
PGR e o GCCC	Associação do caso à instituições	Instituições públicas nacionais			1	1
	Total				1	1
Posto administrativo	Associação do caso à instituições	Instituições públicas nacionais		1		1
	Total			1		1
Posto administrativo de Erati-Nampula	Associação do caso à instituições	Instituições públicas nacionais		1		1
	Total			1		1
Posto distrital de Sanga	Associação do caso à instituições	Instituições públicas nacionais		1		1
	Total			1		1
PRM	Associação do caso à instituições	Instituições públicas nacionais	1			1
	Total		1			1

Procuradoria Distrital de Angoche- Nampula	Associação do caso à instituições	Instituições públicas nacionais	1			1
	Total		1			1
Públicas e privadas	Associação do caso à instituições	Outras instituições:		1		1
	Total			1		1
Sector Público	Associação do caso à instituições	Instituições públicas nacionais		1		1
	Total			1		1
Sindicato Nacional dos Jornalistas	Associação do caso à instituições	Instituições públicas nacionais	1			1
	Total		1			1
Sociedade de Terminais de Moçambique (SIM)	Associação do caso à instituições	Parcerias público- privadas nacionais		1		1
	Total			1		1
STAE	Associação do caso à instituições	Instituições públicas nacionais	1			1
	Total		1			1
Tribunal Administrativo	Associação do caso à instituições	Instituições públicas nacionais		1		1
	Total			1		1
Tribunal Administrativo	Associação do caso à instituições	Instituições públicas nacionais		1		1
	Total			1		1
Tribunal Judicial	Associação do caso à instituições	Instituições públicas nacionais	1			1
	Total		1			1

Universidade Mussa Bin Bique	Associação do caso à instituições	Parcerias público- privadas nacionais		1		1
	Total			1		1
Total	Associação do caso à instituições	Instituições privadas nacionais	7	3	2	12
		Instituições públicas nacionais	14	89	15	118
		Parcerias público- privadas nacionais	0	5	0	5
		Combinação de instituições nacionais	0	7	16	23
		Instituições privadas internacionais	0	3	2	5
		Instituições públicas internacionais	0	3	0	3
		Parcerias público- privadas internacionais	0	1	0	1
		Partido Frelimo	1	5	0	6
		Outras instituições:	0	3	0	3
		Total		22	119	35

## 8. Classificação dos artigos por enquadramentos da cobertura

Enquadramento da cobertura		Nome da Publicação			
		Domingo	Savana	Total	
Personalizada	Número da Peça	2	1	0	1
		19	1	0	1
		25	1	0	1
		26	1	0	1
		27	1	0	1
		29	1	0	1
		43	1	0	1
		52	1	0	1
		63	0	1	1
		78	0	1	1
		85	0	1	1
		92	0	1	1
		94	0	1	1
		105	0	1	1
		107	0	1	1
		116	0	1	1
		121	0	1	1
		126	0	1	1
		127	0	1	1
		133	0	1	1
137	0	1	1		
140	0	1	1		
147	0	1	1		
155	0	1	1		
158	0	1	1		
Total		8	17	25	
Episódica	Número da Peça	8	1	0	1
		10	1	0	1
		12	1	0	1
		22	1	0	1
		23	1	0	1
		30	1	0	1

		31	1	0	1
		32	1	0	1
		35	1	0	1
		37	1	0	1
		42	1	0	1
		47	1	0	1
		53	1	0	1
		54	1	0	1
		60	0	1	1
		66	0	1	1
		70	0	1	1
		71	0	1	1
		72	0	1	1
		73	0	1	1
		74	0	1	1
		76	0	1	1
		81	0	1	1
		83	0	1	1
		84	0	1	1
		96	0	1	1
		97	0	1	1
		99	0	1	1
		100	0	1	1
		108	0	1	1
		109	0	1	1
		110	0	1	1
		138	0	1	1
		141	0	1	1
		151	0	1	1
		160	0	1	1
		163	0	1	1
		165	0	1	1
		166	0	1	1
		167	1	0	1
		168	1	0	1
		169	1	0	1
		173	1	0	1
	Total		18	25	43
Temática	Número da Peça	1	1	0	1
		4	1	0	1

5	1	0	1
6	1	0	1
7	1	0	1
9	1	0	1
11	1	0	1
13	1	0	1
14	1	0	1
15	1	0	1
16	1	0	1
17	1	0	1
20	1	0	1
33	1	0	1
34	1	0	1
39	1	0	1
40	1	0	1
44	1	0	1
45	1	0	1
46	1	0	1
49	1	0	1
50	1	0	1
55	1	0	1
56	1	0	1
57	1	0	1
58	1	0	1
62	0	1	1
68	0	1	1
80	0	1	1
82	0	1	1
87	0	1	1
89	0	1	1
102	0	1	1
103	0	1	1
106	0	1	1
111	0	1	1
113	0	1	1
114	0	1	1
115	0	1	1
117	0	1	1
119	0	1	1
122	0	1	1

		123	0	1	1
		124	0	1	1
		125	0	1	1
		132	0	1	1
		134	0	1	1
		136	0	1	1
		139	0	1	1
		142	0	1	1
		143	0	1	1
		149	0	1	1
		156	0	1	1
		157	0	1	1
		159	0	1	1
		161	0	1	1
		162	0	1	1
		170	1	0	1
		172	1	0	1
		174	1	0	1
		175	1	0	1
		176	1	0	1
	Total		31	31	62
Dramática	Número da Peça	3	1	0	1
		18	1	0	1
		21	1	0	1
		38	1	0	1
		41	1	0	1
		48	1	0	1
		61	0	1	1
		64	0	1	1
		65	0	1	1
		67	0	1	1
		69	0	1	1
		75	0	1	1
		79	0	1	1
		88	0	1	1
		90	0	1	1
		93	0	1	1
		95	0	1	1
		98	0	1	1
		101	0	1	1



		104	0	1	1
		112	0	1	1
		118	0	1	1
		128	0	1	1
		129	0	1	1
		130	0	1	1
		131	0	1	1
		144	0	1	1
		145	0	1	1
		148	0	1	1
		150	0	1	1
		152	0	1	1
		153	0	1	1
		154	0	1	1
		164	0	1	1
		171	1	0	1
	Total		7	28	35
Não determinável	Número da Peça	24	1	0	1
		28	1	0	1
		36	1	0	1
		51	1	0	1
		59	0	1	1
		77	0	1	1
		86	0	1	1
		91	0	1	1
		120	0	1	1
		135	0	1	1
146	0	1	1		
	Total		4	7	11
	Total		68	108	176

### 9. Classificação dos artigos pelo tom da cobertura

Tom da Peça			Nome da Publicação		Total
			Domingo	Savana	
Positivo	Número da Peça	19	1	0	1
		26	1	0	1
		88	0	1	1
	Total		2	1	3
Neutro	Número da Peça	1	1	0	1
		3	1	0	1
		4	1	0	1
		5	1	0	1
		6	1	0	1
		7	1	0	1
		8	1	0	1
		9	1	0	1
		11	1	0	1
		12	1	0	1
		13	1	0	1
		14	1	0	1
		15	1	0	1
		17	1	0	1
		18	1	0	1
		20	1	0	1
		24	1	0	1
		25	1	0	1
		28	1	0	1
		30	1	0	1
		31	1	0	1
		33	1	0	1
		34	1	0	1
		36	1	0	1
37	1	0	1		
39	1	0	1		
40	1	0	1		
42	1	0	1		

	43	1	0	1
	45	1	0	1
	49	1	0	1
	50	1	0	1
	51	1	0	1
	53	1	0	1
	54	1	0	1
	55	1	0	1
	56	1	0	1
	57	1	0	1
	58	1	0	1
	60	0	1	1
	62	0	1	1
	65	0	1	1
	66	0	1	1
	68	0	1	1
	70	0	1	1
	72	0	1	1
	73	0	1	1
	74	0	1	1
	76	0	1	1
	77	0	1	1
	78	0	1	1
	81	0	1	1
	82	0	1	1
	83	0	1	1
	84	0	1	1
	85	0	1	1
	86	0	1	1
	87	0	1	1
	89	0	1	1
	91	0	1	1
	96	0	1	1
	99	0	1	1
	100	0	1	1
	101	0	1	1
	102	0	1	1
	103	0	1	1
	110	0	1	1
	115	0	1	1

		116	0	1	1
		117	0	1	1
		119	0	1	1
		122	0	1	1
		124	0	1	1
		125	0	1	1
		134	0	1	1
		135	0	1	1
		136	0	1	1
		139	0	1	1
		145	0	1	1
		151	0	1	1
		157	0	1	1
		159	0	1	1
		161	0	1	1
		162	0	1	1
		164	0	1	1
		165	0	1	1
		166	0	1	1
		169	1	0	1
		173	1	0	1
		175	1	0	1
	Total		42	48	90
Negativo	Número da Peça	2	1	0	1
		10	1	0	1
		16	1	0	1
		21	1	0	1
		22	1	0	1
		23	1	0	1
		27	1	0	1
		29	1	0	1
		32	1	0	1
		35	1	0	1
		38	1	0	1
		41	1	0	1
		44	1	0	1
		46	1	0	1
		47	1	0	1
		48	1	0	1
		52	1	0	1

	59	0	1	1
	61	0	1	1
	63	0	1	1
	64	0	1	1
	67	0	1	1
	69	0	1	1
	71	0	1	1
	75	0	1	1
	79	0	1	1
	80	0	1	1
	90	0	1	1
	92	0	1	1
	93	0	1	1
	94	0	1	1
	95	0	1	1
	97	0	1	1
	98	0	1	1
	104	0	1	1
	105	0	1	1
	106	0	1	1
	107	0	1	1
	108	0	1	1
	109	0	1	1
	111	0	1	1
	112	0	1	1
	113	0	1	1
	114	0	1	1
	118	0	1	1
	120	0	1	1
	121	0	1	1
	123	0	1	1
	126	0	1	1
	127	0	1	1
	128	0	1	1
	129	0	1	1
	130	0	1	1
	131	0	1	1
	132	0	1	1
	133	0	1	1
	137	0	1	1

	138	0	1	1
	140	0	1	1
	141	0	1	1
	142	0	1	1
	143	0	1	1
	144	0	1	1
	146	0	1	1
	147	0	1	1
	148	0	1	1
	149	0	1	1
	150	0	1	1
	152	0	1	1
	153	0	1	1
	154	0	1	1
	155	0	1	1
	156	0	1	1
	158	0	1	1
	160	0	1	1
	163	0	1	1
	167	1	0	1
	168	1	0	1
	170	1	0	1
	171	1	0	1
	172	1	0	1
	174	1	0	1
	176	1	0	1
	Total	24	59	83
Total		68	108	176

## 10. Classificação dos artigos segundo a apresentação das provas auxiliares

Apresentação das provas auxiliares dos acontecimentos			Nome da Publicação		Total
			Domingo	Savana	
Rumores	Número da Peça	3	1	0	1
		5	1	0	1
		13	1	0	1
		126	0	1	1
		128	0	1	1
		153	0	1	1
	Total	3	3	6	
Denúncias anónimas sem documentação	Número da Peça	2	1	0	1
		22	1	0	1
		33	1	0	1
		34	1	0	1
		39	1	0	1
		52	1	0	1
		56	1	0	1
		57	1	0	1
		101	0	1	1
		103	0	1	1
		112	0	1	1
		118	0	1	1
		121	0	1	1
		131	0	1	1
		156	0	1	1
		157	0	1	1
	161	0	1	1	
Total	8	9	17		
Denúncias baseadas em documentos citados pelo jornal	Número da Peça	21	1	0	1
		23	1	0	1
		27	1	0	1
		31	1	0	1
		32	1	0	1
		35	1	0	1
		38	1	0	1
		43	1	0	1

		46	1	0	1
		47	1	0	1
		48	1	0	1
		64	0	1	1
		65	0	1	1
		67	0	1	1
		69	0	1	1
		70	0	1	1
		71	0	1	1
		74	0	1	1
		75	0	1	1
		76	0	1	1
		78	0	1	1
		79	0	1	1
		80	0	1	1
		85	0	1	1
		91	0	1	1
		111	0	1	1
		146	0	1	1
		150	0	1	1
		155	0	1	1
		163	0	1	1
		167	1	0	1
		168	1	0	1
		174	1	0	1
		176	1	0	1
	Total		15	19	34
Relatórios de investigação produzidos por entidades não públicas	Número da Peça	4	1	0	1
		53	1	0	1
		54	1	0	1
		82	0	1	1
		90	0	1	1
		98	0	1	1
		110	0	1	1
		117	0	1	1
		120	0	1	1
		122	0	1	1
		130	0	1	1
		132	0	1	1
		133	0	1	1



		134	0	1	1
		141	0	1	1
		144	0	1	1
		147	0	1	1
		148	0	1	1
		149	0	1	1
		151	0	1	1
		152	0	1	1
		154	0	1	1
		158	0	1	1
		160	0	1	1
		165	0	1	1
		166	0	1	1
	Total		3	23	26
Acusações de entidades oficiais (procuradoria e tribunais)	Número da Peça	7	1	0	1
		8	1	0	1
		10	1	0	1
		12	1	0	1
		14	1	0	1
		15	1	0	1
		16	1	0	1
		19	1	0	1
		20	1	0	1
		26	1	0	1
		92	0	1	1
		93	0	1	1
		94	0	1	1
		95	0	1	1
		96	0	1	1
		97	0	1	1
		99	0	1	1
		100	0	1	1
		102	0	1	1
		104	0	1	1
105	0	1	1		
106	0	1	1		
107	0	1	1		
108	0	1	1		
109	0	1	1		
		113	0	1	1

		116	0	1	1
		125	0	1	1
		127	0	1	1
		137	0	1	1
		138	0	1	1
		139	0	1	1
		140	0	1	1
		143	0	1	1
		145	0	1	1
		171	1	0	1
		172	1	0	1
		173	1	0	1
		175	1	0	1
	Total		14	25	39
Outro:	Número da Peça	1	1	0	1
		6	1	0	1
		9	1	0	1
		11	1	0	1
		17	1	0	1
		18	1	0	1
		24	1	0	1
		25	1	0	1
		28	1	0	1
		29	1	0	1
		30	1	0	1
		36	1	0	1
		37	1	0	1
		40	1	0	1
		41	1	0	1
		42	1	0	1
		44	1	0	1
		45	1	0	1
		49	1	0	1
		50	1	0	1
		51	1	0	1
55	1	0	1		
58	1	0	1		
59	0	1	1		
60	0	1	1		
61	0	1	1		

	62	0	1	1
	63	0	1	1
	66	0	1	1
	68	0	1	1
	72	0	1	1
	73	0	1	1
	77	0	1	1
	81	0	1	1
	83	0	1	1
	84	0	1	1
	86	0	1	1
	87	0	1	1
	88	0	1	1
	89	0	1	1
	114	0	1	1
	115	0	1	1
	119	0	1	1
	123	0	1	1
	124	0	1	1
	129	0	1	1
	135	0	1	1
	136	0	1	1
	142	0	1	1
	159	0	1	1
	162	0	1	1
	164	0	1	1
	169	1	0	1
	170	1	0	1
	Total	25	29	54
	Total	68	108	176

### 11. Classificação das peças segundo o estatuto das fontes usadas

Estatuto das fontes de informação		Nome da Publicação		Total	
		Domingo	Savana		
Oficiais estatais	Número da Peça	1	1	0	1
		4	1	0	1
		7	1	0	1
		9	1	0	1
		11	1	0	1
		15	1	0	1
		16	1	0	1
		17	1	0	1
		20	1	0	1
		24	1	0	1
		25	1	0	1
		26	1	0	1
		31	1	0	1
		40	1	0	1
		44	1	0	1
		50	1	0	1
		55	1	0	1
		58	1	0	1
		59	0	1	1
		60	0	1	1
		61	0	1	1
		64	0	1	1
		65	0	1	1
		66	0	1	1
		67	0	1	1
		76	0	1	1
77	0	1	1		
78	0	1	1		
95	0	1	1		
97	0	1	1		
101	0	1	1		
115	0	1	1		

		127	0	1	1
		129	0	1	1
		138	0	1	1
		149	0	1	1
		151	0	1	1
		157	0	1	1
		160	0	1	1
		162	0	1	1
		164	0	1	1
		165	0	1	1
		171	1	0	1
		172	1	0	1
		173	1	0	1
	Total		21	24	45
Oficiais não estatais	Número da Peça	3	1	0	1
		6	1	0	1
		18	1	0	1
		41	1	0	1
		42	1	0	1
		43	1	0	1
		45	1	0	1
		51	1	0	1
		110	0	1	1
		111	0	1	1
		114	0	1	1
		117	0	1	1
		123	0	1	1
		124	0	1	1
		159	0	1	1
		175	1	0	1
176	1	0	1		
	Total		10	7	17
Oficiosas	Número da Peça	12	1	0	1
		13	1	0	1
		27	1	0	1
		28	1	0	1
		29	1	0	1
		30	1	0	1
		32	1	0	1
		33	1	0	1

		34	1	0	1
		36	1	0	1
		37	1	0	1
		38	1	0	1
		49	1	0	1
		62	0	1	1
		69	0	1	1
		70	0	1	1
		73	0	1	1
		74	0	1	1
		75	0	1	1
		79	0	1	1
		80	0	1	1
		81	0	1	1
		82	0	1	1
		83	0	1	1
		84	0	1	1
		85	0	1	1
		86	0	1	1
		87	0	1	1
		88	0	1	1
		90	0	1	1
		91	0	1	1
		96	0	1	1
		99	0	1	1
		112	0	1	1
		113	0	1	1
		119	0	1	1
		130	0	1	1
		134	0	1	1
		135	0	1	1
		136	0	1	1
		139	0	1	1
		156	0	1	1
		167	1	0	1
		168	1	0	1
		169	1	0	1
		170	1	0	1
		Total	17	29	46
Informais	Número da	5	1	0	1

	Peça	10	1	0	1
		21	1	0	1
		22	1	0	1
		35	1	0	1
		39	1	0	1
		52	1	0	1
		57	1	0	1
		63	0	1	1
		68	0	1	1
		89	0	1	1
		92	0	1	1
		93	0	1	1
		94	0	1	1
		106	0	1	1
		107	0	1	1
		109	0	1	1
		116	0	1	1
		118	0	1	1
		131	0	1	1
		161	0	1	1
	Total		8	13	21
Indeterminada	Número da Peça	2	1	0	1
		8	1	0	1
		14	1	0	1
		19	1	0	1
		23	1	0	1
		46	1	0	1
		47	1	0	1
		48	1	0	1
		53	1	0	1
		54	1	0	1
		56	1	0	1
		71	0	1	1
		72	0	1	1
		98	0	1	1
		100	0	1	1
		102	0	1	1
		103	0	1	1
		104	0	1	1
		105	0	1	1

	108	0	1	1
	120	0	1	1
	121	0	1	1
	122	0	1	1
	125	0	1	1
	126	0	1	1
	128	0	1	1
	132	0	1	1
	133	0	1	1
	137	0	1	1
	140	0	1	1
	141	0	1	1
	142	0	1	1
	143	0	1	1
	144	0	1	1
	145	0	1	1
	146	0	1	1
	147	0	1	1
	148	0	1	1
	150	0	1	1
	152	0	1	1
	153	0	1	1
	154	0	1	1
	155	0	1	1
	158	0	1	1
	163	0	1	1
	166	0	1	1
	174	1	0	1
	Total	12	35	47
Total		68	108	176



## 12. Classificação dos artigos segundo os níveis de identificação das fontes de informação

Estatuto das fontes de informação		Identificação das Fontes de Informação				
		Identificadas – Atribuição directa	Fontes em anonimato - <i>background</i>	Fontes em anonimato – <i>deep background</i>	Total	
Oficiais estatais	Número da Peça	1	1	0	1	
		4	1	0	1	
		7	1	0	1	
		9	1	0	1	
		11	1	0	1	
		15	1	0	1	
		16	1	0	1	
		17	1	0	1	
		20	1	0	1	
		24	1	0	1	
		25	1	0	1	
		26	1	0	1	
		31	1	0	1	
		40	1	0	1	
		44	1	0	1	
		50	1	0	1	
		55	1	0	1	
		58	1	0	1	
		59	1	0	1	
		60	1	0	1	
		61	1	0	1	
		64	0		1	1
		65	1		0	1
		66	1		0	1
		67	1		0	1
		76	1		0	1
		77	1		0	1
78	1		0	1		
95	1		0	1		
97	1		0	1		

		101	1		0	1
		115	1		0	1
		127	1		0	1
		129	1		0	1
		138	1		0	1
		149	1		0	1
		151	1		0	1
		157	1		0	1
		160	1		0	1
		162	1		0	1
		164	1		0	1
		165	1		0	1
		171	1		0	1
		172	1		0	1
		173	1		0	1
		Total	44		1	45
Oficiais não estatais	Número da Peça	3	1	0		1
		6	1	0		1
		18	1	0		1
		41	1	0		1
		42	1	0		1
		43	1	0		1
		45	1	0		1
		51	1	0		1
		110	1	0		1
		111	0	1		1
		114	1	0		1
		117	0	1		1
		123	1	0		1
		124	1	0		1
		159	1	0		1
		175	1	0		1
176	1	0		1		
		Total	15	2		17
Oficiosas	Número da Peça	12	1	0	0	1
		13	1	0	0	1
		27	1	0	0	1
		28	1	0	0	1
		29	1	0	0	1
		30	1	0	0	1

32	1	0	0	1
33	1	0	0	1
34	1	0	0	1
36	1	0	0	1
37	1	0	0	1
38	1	0	0	1
49	1	0	0	1
62	1	0	0	1
69	0	1	0	1
70	1	0	0	1
73	1	0	0	1
74	0	1	0	1
75	0	0	1	1
79	1	0	0	1
80	1	0	0	1
81	1	0	0	1
82	1	0	0	1
83	1	0	0	1
84	1	0	0	1
85	1	0	0	1
86	1	0	0	1
87	1	0	0	1
88	1	0	0	1
90	1	0	0	1
91	1	0	0	1
96	1	0	0	1
99	0	1	0	1
112	0	1	0	1
113	1	0	0	1
119	1	0	0	1
130	0	1	0	1
134	1	0	0	1
135	1	0	0	1
136	1	0	0	1
139	1	0	0	1
156	1	0	0	1
167	1	0	0	1
168	0	1	0	1
169	1	0	0	1
170	1	0	0	1

		Total	39	6	1	46
Informais	Número da Peça	5	1	0	0	1
		10	1	0	0	1
		21	0	1	0	1
		22	0	0	1	1
		35	0	0	1	1
		39	0	0	1	1
		52	0	1	0	1
		57	1	0	0	1
		63	1	0	0	1
		68	1	0	0	1
		89	1	0	0	1
		92	1	0	0	1
		93	1	0	0	1
		94	1	0	0	1
		106	1	0	0	1
		107	0	1	0	1
		109	1	0	0	1
		116	0	1	0	1
		118	1	0	0	1
		131	0	1	0	1
161	1	0	0	1		
		Total	13	5	3	21
Indeterminada	Número da Peça	2	0	0	1	1
		8	1	0	0	1
		14	1	0	0	1
		19	0	0	1	1
		23	0	0	1	1
		46	1	0	0	1
		47	0	0	1	1
		53	0	1	0	1
		54	0	1	0	1
		56	0	1	0	1
		71	1	0	0	1
		72	1	0	0	1
		98	0	1	0	1
		100	0	1	0	1
		102	0	1	0	1
		103	0	1	0	1
104	1	0	0	1		

	105	0	1	0	1
	108	0	1	0	1
	120	0	1	0	1
	121	0	1	0	1
	122	0	1	0	1
	125	0	0	1	1
	126	1	0	0	1
	128	1	0	0	1
	132	1	0	0	1
	133	0	1	0	1
	137	0	1	0	1
	140	0	1	0	1
	141	0	1	0	1
	142	1	0	0	1
	143	0	1	0	1
	144	0	1	0	1
	145	1	0	0	1
	146	0	1	0	1
	147	0	1	0	1
	148	0	1	0	1
	150	0	1	0	1
	152	0	1	0	1
	153	0	1	0	1
	154	1	0	0	1
	155	0	1	0	1
	158	0	1	0	1
	163	0	1	0	1
	166	1	0	0	1
	174	0	1	0	1
	Total	13	28	5	46
	Total	124	41	10	175

**13. Classificação dos artigos segundo a apresentação das possibilidades conflituais e do contraditório**

Apresentação das possibilidades conflituais			Nome da Publicação		Total
			Domingo	Savana	
São ouvidos os acusados	Número da Peça	3	1	0	1
		8	1	0	1
		22	1	0	1
		25	1	0	1
		26	1	0	1
		27	1	0	1
		33	1	0	1
		34	1	0	1
		38	1	0	1
		52	1	0	1
		53	1	0	1
		56	1	0	1
		65	0	1	1
		66	0	1	1
		70	0	1	1
		85	0	1	1
		90	0	1	1
		91	0	1	1
		93	0	1	1
		106	0	1	1
		109	0	1	1
		126	0	1	1
		133	0	1	1
		145	0	1	1
		152	0	1	1
		156	0	1	1
		161	0	1	1
		166	0	1	1
		168	1	0	1
		171	1	0	1
172	1	0	1		

		173	1	0	1
	Total		16	16	32
Somente são ouvidos os denunciante	Número da Peça	1	1	0	1
		2	1	0	1
		4	1	0	1
		5	1	0	1
		6	1	0	1
		7	1	0	1
		15	1	0	1
		16	1	0	1
		18	1	0	1
		19	1	0	1
		21	1	0	1
		28	1	0	1
		29	1	0	1
		32	1	0	1
		35	1	0	1
		36	1	0	1
		39	1	0	1
		43	1	0	1
		46	1	0	1
		57	1	0	1
		64	0	1	1
		73	0	1	1
		75	0	1	1
		78	0	1	1
		89	0	1	1
		92	0	1	1
		96	0	1	1
		98	0	1	1
		101	0	1	1
		102	0	1	1
		104	0	1	1
		105	0	1	1
108	0	1	1		
110	0	1	1		
112	0	1	1		
113	0	1	1		
114	0	1	1		
118	0	1	1		

		121	0	1	1
		129	0	1	1
		131	0	1	1
		137	0	1	1
		138	0	1	1
		150	0	1	1
		154	0	1	1
		157	0	1	1
		164	0	1	1
		165	0	1	1
		169	1	0	1
		170	1	0	1
		174	1	0	1
		175	1	0	1
		176	1	0	1
	Total		25	28	53
Somente são ouvidos os denunciados	Número da Peça	13	1	0	1
		151	0	1	1
	Total		1	1	2
Nenhuma parte foi ouvida	Número da Peça	14	1	0	1
		23	1	0	1
		54	1	0	1
		94	0	1	1
		95	0	1	1
		97	0	1	1
		99	0	1	1
		100	0	1	1
		103	0	1	1
		107	0	1	1
		111	0	1	1
		116	0	1	1
		128	0	1	1
		147	0	1	1
		149	0	1	1
		153	0	1	1
		155	0	1	1
		158	0	1	1
	Total		3	15	18
Não aplicável	Número da Peça	9	1	0	1
		10	1	0	1



	11	1	0	1
	12	1	0	1
	17	1	0	1
	20	1	0	1
	24	1	0	1
	30	1	0	1
	31	1	0	1
	37	1	0	1
	40	1	0	1
	41	1	0	1
	42	1	0	1
	44	1	0	1
	45	1	0	1
	47	1	0	1
	48	1	0	1
	49	1	0	1
	50	1	0	1
	51	1	0	1
	55	1	0	1
	58	1	0	1
	59	0	1	1
	60	0	1	1
	61	0	1	1
	62	0	1	1
	63	0	1	1
	67	0	1	1
	68	0	1	1
	69	0	1	1
	71	0	1	1
	72	0	1	1
	74	0	1	1
	76	0	1	1
	77	0	1	1
	79	0	1	1
	80	0	1	1
	81	0	1	1
	82	0	1	1
	83	0	1	1
	84	0	1	1
	86	0	1	1

	87	0	1	1
	88	0	1	1
	115	0	1	1
	117	0	1	1
	119	0	1	1
	120	0	1	1
	122	0	1	1
	123	0	1	1
	124	0	1	1
	125	0	1	1
	127	0	1	1
	130	0	1	1
	132	0	1	1
	134	0	1	1
	135	0	1	1
	136	0	1	1
	139	0	1	1
	140	0	1	1
	141	0	1	1
	142	0	1	1
	143	0	1	1
	144	0	1	1
	146	0	1	1
	148	0	1	1
	159	0	1	1
	160	0	1	1
	162	0	1	1
	163	0	1	1
	167	1	0	1
	Total	23	48	71
Total		68	108	176

#### 14. Classificação dos artigos segundo os actores dos actos de corrupção representados

Nome do actor			Nome da Publicação		Total
			Domingo	Savana	
	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Outro	2		2
	Total		2		2
3 funcionários da mCel	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Funcionário	1		1
	Total		1		1
8 funcionários do Município da Matola	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Funcionário		1	1
	Total			1	1
Abacar Carlitos	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Chefe de Departamento/Secção	1		1
	Total		1		1
Agostinho Chelua	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Director Provincial		1	1

	Total			1	1
Agostinho Chelua - Administrador	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Funcionários seniores e especialistas	1		1
	Total		1		1
Alberto Andissene	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Outro		1	1
	Total			1	1
Alfândegas de Moçambique	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Outro	1		1
	Total		1		1
Alfredo, Germano, Francisco, Martins e Santos	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Funcionário		1	1
	Total			1	1
Alice Mabota	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Outro		1	1
	Total			1	1
Almerinho Manhenje	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Membro do Conselho de Ministros		1	1
	Total			1	1

Almerino Manhenje	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Membro do Conselho de Ministros	1	9	10
		Dirigente de Instituição Pública Autónoma (Reitor, Director e PCA de Universidades e Institutos Públicos)	0	1	1
	Total		1	10	11
Almerino Manhenje - ex-Ministro do Interior	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Membro do Conselho de Ministros	1		1
	Total		1		1
Américo Ubisse - secretário-geral da CVM	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Outro	3		3
	Total		3		3
Ana Manuel Dimande	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Director Nacional		1	1
	Total			1	1
Anibalzinho	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Funcionário		1	1
	Total			1	1
Antenor Pereira	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Chefe de Departamento/Secção		1	1

	Total			1	1
Antonio Maquina	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Secretário Permanente	1		1
	Total		1		1
António Munguambe - Ministro dos Transportes	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Membro do Conselho de Ministros		1	1
	Total			1	1
Arão Nhancale - PR do município da matola	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Outro		1	1
	Total			1	1
Armando Guebuza	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Membro do Conselho de Ministros		2	2
	Total			2	2
Armando Guebuza - PR	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Outro	1		1
	Total		1		1
Augusto Paulino (PGR), Luiz Sacramento (TS), Victor Serra ventoso (PGR)	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Alto magistrado do Tribunal Supremo, Tribunal Judicial, Tribunal administrativo, Procuradoria, etc		1	1

	Total			1	1
Augusto Raul Paulino - Procurador-Geral da Republica	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Alto magistrado do Tribunal Supremo, Tribunal Judicial, Tribunal administrativo, Procuradoria, etc	1		1
	Total		1		1
Calisto Chochoca	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Outro		1	1
	Total			1	1
Carlos Fragoso- - director nacional de Estradas e Pontes, Américo Fortuna e Agostinho Notece	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Director Nacional		1	1
	Total			1	1
Simião Pelembe	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Funcionário	1		1
	Total		1		1
Diodino Cambaza	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Dirigente de Instituição Publica Autónoma (Reitor, Director e PCA de Universidades e Institutos Públicos	4	2	6
	Total		4	2	6

Diodino Cambaza, António Munguambe	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Dirigente de Instituição Pública Autónoma (Reitor, Director e PCA de Universidades e Institutos Públicos	1		1
	Total		1		1
Diodino Cambaza, Atenor Pereira, Deolinda Matos, António Munguambe, António Bulande	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Dirigente de Instituição Pública Autónoma (Reitor, Director e PCA de Universidades e Institutos Públicos		4	4
	Total			4	4
Direcção do Desportivo de Maputo	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Chefe de Departamento/Secção	1		1
	Total		1		1
Direcção provincial das finanças – Manica	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Funcionários seniores e especialistas		1	1
	Total			1	1
ECMEP	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Alto Magistrado do Tribunal Supremo, Tribunal Judicial, Tribunal Administrativo, Procuradoria, etc		1	1
	Total			1	1
Empresa Casa Bonita	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Funcionário	1		1
	Total		1		1



Ernesto Augusto-vice-ministro de Transportes e comunicações	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Vice-Ministro		1	1
	Total			1	1
Ernesto Mawai e Aristides Gumende	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Outro	1		1
	Total		1		1
Fauto Cruz e Leonardo Simão	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Funcionário		1	1
	Total			1	1
Francisco Alar - reitor Mussa Bin Bique	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Dirigente de Instituição Pública Autónoma (Reitor, Director e PCA de Universidades e Institutos Públicos		1	1
	Total			1	1
Funcionários dos Serviços de Migração	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Funcionário		1	1
	Total			1	1
Indeterminado	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Outro		2	2
	Total			2	2

Indeterminado	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Outro	4	1	5
	Total		4	1	5
João Rendição Muarewa e Adelina Cossa	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Funcionário	1		1
	Total		1		1
João Rendição Muarewa	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Funcionário	1		1
	Total		1		1
Joaquim João Diogo	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Funcionários seniores e especialistas	1		1
	Total		1		1
Jorge Marcelino	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Dirigente de Instituição Pública Autónoma (Reitor, Director e PCA de Universidades e Institutos Públicos)	1		1
	Total		1		1
Jorge Rebelo	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Outro		1	1
	Total			1	1

José João, carlos Patrício, Paulo Malua, Manuel Raposo	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Director Provincial	1		1
	Total		1		1
José Pacheco e Tomás Mandlate	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Membro do Conselho de Ministros		1	1
	Total			1	1
José Pacheco e Tomás Mondlane	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Membro do Conselho de Ministros		1	1
	Total			1	1
José Repolho	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Funcionários seniores e especialistas		1	1
	Total			1	1
José Sende	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Funcionários seniores e especialistas		1	1
	Total			1	1
Judite Sitei Madeira - directora do CRDS	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Chefe de Departamento/Secção	1		1
	Total		1		1

Juiz Luís Mondlane	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Alto Magistrado do Tribunal Supremo, Tribunal Judicial, Tribunal Administrativo, Procuradoria, etc		2	2
	Total			2	2
Júlio Albino	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Funcionário	1		1
	Total		1		1
Leonel Mussa e Rosana Tivir	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Funcionários seniores e especialistas		1	1
	Total			1	1
Luis Mondlane	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Alto magistrado do Tribunal Supremo, Tribunal Judicial, Tribunal administrativo, Procuradoria, etc	2	2	4
	Total		2	2	4
Machatine Munguambe	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Alto magistrado do Tribunal Supremo, Tribunal Judicial, Tribunal administrativo, Procuradoria, etc		1	1
	Total			1	1
Manuel Chang	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Outro		1	1
	Total			1	1

Manuel dos Santos	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Dirigente de Instituição Pública Autónoma (Reitor, Director e PCA de Universidades e Institutos Públicos	1		1
	Total		1		1
Marc De Tollenaere	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Outro		1	1
	Total			1	1
Maria Guilherme	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Funcionários seniores e especialistas	1		1
	Total		1		1
Maria Taipo	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Dirigente de Instituição Pública Autónoma (Reitor, Director e PCA de Universidades e Institutos Públicos		1	1
	Total			1	1
Matavel	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Dirigente de Instituição Pública Autónoma (Reitor, Director e PCA de Universidades e Institutos Públicos	1		1
	Total		1		1

MDM	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Outro		1	1
	Total			1	1
Mocambique Leaf Tabaco (MLT)	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Outro		1	1
	Total			1	1
Não aplicável	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Outro		1	1
	Total			1	1
Não aplicável	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Outro	1	1	2
	Total		1	1	2
Não aplicável	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Outro	10	21	31
	Total		10	21	31
Não determinado	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Funcionários seniores e especialistas		1	1
		Funcionário		1	1
	Total			2	2

nao identificado	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Funcionários seniores e especialistas		1	1
	Total			1	1
Não identificado	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Alto magistrado do Tribunal Supremo, Tribunal Judicial, Tribunal administrativo, Procuradoria, etc	0	1	1
		Chefe de Departamento/Secção	1	0	1
		Funcionários seniores e especialistas	0	2	2
		Funcionário	2	1	3
		Outro	2	3	5
		Total		5	7
Não identificado	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Outro		1	1
	Total			1	1
Narciso Pedro, presidente do município	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Outro		1	1
	Total			1	1
Nataniel Macamo, Zacarias Cossa, Miguel dos Santos, Albano Silva e ex-ministro Almerino	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Funcionários seniores e especialistas	1		1
	Total		1		1

Manhenje					
Nelson Bernardo, Vasco Manguiza, Bernardo Mateus, João José Marizane	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Funcionário		1	1
	Total			1	1
Nini, Ramaya, Momade Satar, Antonio Madeiros	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Outro		1	1
	Total			1	1
Norberto Couto	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Chefe de Departamento/Secção	1		1
	Total		1		1
Norberto Couto Xavier - Chefe do Departamento de Coordenação e Gestão no DNPE	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Chefe de Departamento/Secção	1		1
	Total		1		1
Oldemiro Baloi e Isabel Lovin	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Outro		1	1
	Total			1	1
Orlando Come e Manuel Vilanculos	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Chefe de Departamento/Secção		1	1
	Total			1	1



Orlando Comé e Manuel Vilankulos	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Dirigente de Instituição Pública Autónoma (Reitor, Director e PCA de Universidades e Institutos Públicos	1		1
	Total		1		1
Paulo Auade	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Governador Provincial		1	1
	Total			1	1
Paulo Chichongue	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Funcionários seniores e especialistas		1	1
	Total			1	1
Paulo Estevão	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Outro		1	1
	Total			1	1
Pedro Nhatitima	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Alto magistrado do Tribunal Supremo, Tribunal Judicial, Tribunal administrativo, Procuradoria, etc		1	1
	Total			1	1
PR do Conselho de Administração	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de	Membro do Conselho de Ministros		1	1

da empresa Aeroportos de Moçambique - Diodinio Cambaza	acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Dirigente de Instituição Pública Autónoma (Reitor, Director e PCA de Universidades e Institutos Públicos		4	4
Total				5	5
Salimo Abdula - PR da CTA - Confederação das Associações Económicas	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Dirigente de Instituição Pública Autónoma (Reitor, Director e PCA de Universidades e Institutos Públicos	1		1
Total			1		1
Simião Pelembe	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Funcionário	6		6
Total			6		6
STAE	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Outro	1	1	2
Total			1	1	2
Sundinho Abilio Sunde	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Chefe de Departamento/Secção		1	1
Total				1	1
Tomas Mondlate	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Dirigente de Instituição Pública Autónoma (Reitor, Director e PCA de Universidades e Institutos Públicos		1	1

	Total			1	1
Tribunal Supremo	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Alto magistrado do Tribunal Supremo, Tribunal Judicial, Tribunal administrativo, Procuradoria, etc	1		1
	Total		1		1
Total	Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)	Membro do Conselho de Ministros	2	16	18
		Vice-Ministro	0	1	1
		Secretário Permanente	1	0	1
		Governador Provincial	0	1	1
		Director Provincial	1	1	2
		Dirigente de Instituição Pública Autónoma (Reitor, Director e PCA de Universidades e Institutos Públicos)	10	14	24
		Alto magistrado do Tribunal Supremo, Tribunal Judicial, Tribunal administrativo, Procuradoria, etc	4	9	13
		Director Nacional	0	2	2
		Chefe de Departamento/Secção	6	3	9
		Funcionários seniores e especialistas	4	9	13
		Funcionário	14	8	22
Outro	26	44	70		
	Total		68	108	176

## 15. Classificação dos artigos consoante o papel dos actores nos casos de corrupção reportados

Tipologia do actor envolvido no caso/implicado de acordo com a função (resposta múltipla – 5)			Nome da Publicação		Total
			Domingo	Savana	
Membro do Conselho de Ministros	Nome do caso	Aeroportos de Moçambique	0	2	2
		Ministério do Interior	2	9	11
		Outros	0	5	5
	Total		2	16	18
Vice-Ministro	Nome do caso	Ministério do Interior		1	1
	Total			1	1
Secretário Permanente	Nome do caso	Outros	1		1
	Total		1		1
Governador Provincial	Nome do caso	Outros		1	1
	Total			1	1
Director Provincial	Nome do caso	Outros	1	1	2
	Total		1	1	2
Dirigente de Instituição Pública Autónoma (Reitor, Director e PCA de Universidades e Institutos Públicos)	Nome do caso	Aeroportos de Moçambique	6	10	16
		Outros	4	4	8
	Total		10	14	24
Alto magistrado do Tribunal Supremo, Tribunal Judicial, Tribunal administrativo, Procuradoria, etc	Nome do caso	Outros	4	9	13
	Total		4	9	13
Director Nacional	Nome do caso	Outros		2	2
	Total			2	2
Chefe de Departamento/Secção	Nome do caso	Aeroportos de Moçambique	0	1	1
		Outros	6	2	8

	Total		6	3	9
Funcionários seniores e especialistas	Nome do caso	BCM	1	0	1
		Outros	3	9	12
	Total		4	9	13
Funcionário	Nome do caso	BCM	0	1	1
		Outros	14	7	21
	Total		14	8	22
Outro	Nome do caso	BCM	0	4	4
		Outros	26	40	66
	Total		26	44	70
Total	Nome do caso	BCM	1	5	6
		Aeroportos de Moçambique	6	13	19
		Ministério do Interior	2	10	12
		Outros	59	80	139
	Total		68	108	176

## **ANEXOS – PARTE II (ENTREVISTAS)**

### **1. Entrevista com o Procurador do Ministério Público**

**Bernardo Júnior Duce**, Procurador da República do Gabinete Central de Combate à Corrupção

**Pergunta (P):** Para começar, queria que, de uma forma geral, fizesse uma apreciação daquilo que tem sido a agenda do Jornal (“Domingo”) na cobertura de casos de corrupção? Há uma agenda sistematizada ou se vai cobrindo à medida que os casos vão aparecendo?

**Bento Venâncio (BV):** Nós não temos aqui uma pauta específica para abordagem de assuntos relacionados à corrupção, eles vão aparecendo quer partindo de nós, constatando uma situação concreta dentro de uma determinada organização, ou os nossos leitores nos contactam apresentando histórias comprovadas da ocorrência de situações de corrupção nas organizações.

**P:** No Jornal “Domingo”, não há segmento dos casos, alguns começam e são interrompidos ou são reportados numa determinada fase, como foi o caso do Ministério do Interior, que foi mais reportado nos momentos do julgamento. Na sua percepção, o que é que faz com que não haja segmento de casos de corrupção? Acha que as agendas de outras temáticas acabam se sobrepondo à corrupção?

**BV:** O que eu sinto, de uma forma geral, é que os jornais, para além da cobertura de assuntos sobre corrupção, têm várias outras questões por abordar, mas isso não é uma justificação que podemos assumir com aceitável para que não haja segmento dessas histórias. As regras básicas do jornalismo nos mostram que é preciso começar uma história e segui-la até ao fim, no meu caso concreto, tem sido assim e, grande parte das histórias de corrupção, e não só, que tenho estado a abordar durante os últimos anos, tem trazido resultados e estou muito satisfeito por isso.

Uma das histórias que publiquei e que me levou quase dois a três anos a investigar foi sobre corrupção no património de Estado, que foi publicado aqui no Jornal “Domingo”, em volta de

cinco edições e que teve um início e um desfecho. Mas foi preciso trabalhar com documentos, com processos muito complexos e necessário realizar uma série de entrevistas, mais de 25 entrevistas realizadas; foi preciso fazer aquilo que em inglês chama-se *uncover*, a pessoa infiltrar-se numa organização para perceber como ela funciona e este é um exercício que leva bastante tempo e nem sempre os órgãos de comunicação estão preparadas para afectar um repórter durante esse tempo todo porque, para além desse determinado tema, há vários outros. Então, às vezes, o que se recomenda nesses casos é nunca dizer à redacção.

**P: E como é que é feita a negociação para a entrada dessas novas histórias que estão fora da agenda? Mais do que isso, como é feita a gestão de tempo no sentido de que o Jornal quer uma determinada história de um repórter, quando esse mesmo repórter tem outras actividades?**

**BV:** Não é fácil, é um exercício difícil, como dizia aí já a pessoa muitas vezes é obrigada a não revelar que está a fazer esse trabalho de pesquisa, vai fazendo a pesquisa sem informar e levando o tempo que levar. Então aí o repórter não sente a pressão da acção, é assim que eu, pelo menos, trabalho. Mas fugindo um pouco da questão, tenho trabalhado com vários colegas de outras redacções que não são moçambicanas, são estrangeiras que é o caso da África do Sul e de outros países aqui mesmo na região, que têm mais pessoas e especializadas; um gabinete dedicado a investigação e aí é muito mais fácil abordar temas relacionados com a corrupção que são temas delicados e exigem muito, em termos de esforço, tempo e recursos e, muitas vezes, eles afectam três ou quatro repórteres para uma determinada investigação e, para os jornais moçambicanos, quatro repórteres, às vezes é um terço da redacção. É preciso ver essa questão do efectivo nas redacções. Se colocas quatro pessoas para ir atrás de uma história, tem de saber que empatou um terço do seu efectivo e acaba criando um vazio notável na produção do jornal.

Essa é a dificuldade que nós cá em Moçambique enfrentamos, temos efectivo que, por um lado, não corresponde e, por outro, os próprios repórteres ainda não se interessam muito bem por este ramo de jornalismo investigativo.

**P: Por falar de falta de interesse pelo jornalismo investigativo, acha que os jornalistas se conformam ou sentem que a recompensa que vão ter, seja material ou simbólica, é baixa em relação ao esforço que têm de empreender na investigação?**

**BV:** Não sei se o termo recompensa é o mais correcto porque não acredito que haja recompensa neste tipo de investimento. A grande recompensa que o jornalista pode ter é sentir que a justiça foi feita em torno da causa que ele estava a seguir. O que acontece, muitas vezes, é que falta coragem por parte dos jornalistas, como o próprio assassinato do Carlos Cardoso que retraiu muitos jornalistas do ramo da investigação, sobretudo, virada à criminalidade, a corrupção no sistema bancário, etc., uns recuaram, simplesmente, porque pensaram que ainda não há uma devida protecção aos jornalistas moçambicanos e eles não querem ter o mesmo destino que os outros tiveram. Mas, por outro lado, trata-se de um ramo que exige muito, em termos de pesquisa e conhecimento e, muitos jornalistas não abraçam esta área com muita facilidade, por falta de especialização.

**P: A SEKELEKANI, por exemplo, tem um programa de formação, a nível de pós-graduação para jornalistas, quase completamente, custeado e, ano passado, mandou convites para as redacções, mas nenhuma se mostrou interessada e a resposta, pelo menos das equipas de gestão das redacções, é que não encontraram pessoas interessados em integrar. Mas a fragilidade das publicações sobre a corrupção tem a ver também com as competências. O que pode explicar este desinteresse dos jornalistas pela formação?**

**BV:** Jornalismo é paixão. Eu sou editor já há quase dez anos e luto com os meus companheiros, a quem digo várias vezes que é preciso apostar muito na leitura. O jornalista tem de ser o primeiro leitor do seu texto e leitor de tantos outros textos; tem de ter sempre um livro na cabeceira. O que estamos a constatar, ultimamente, é que os níveis de leitura tem baixado muito, o interesse pela leitura, nos últimos anos, tem decrescido, de forma vertiginosa. Não sei o que está a acontecer, mas mesmo em termos de tiragem do Jornal, vamos observar que baixaram muito porque há um desinteresse notório pela leitura de jornais, diferentemente dos primeiros anos da independência nacional, em que muitos jovens andavam atrás das livrarias e dos jornais.

O nosso jornalista é produto desta conjuntura, ele não tem o mesmo interesse pela leitura que os jornalistas mais velhos tiveram, então, com o tempo, a nossa qualidade vai baixando, e eu arrisco-



me a dizer que se desaparecer esta geração média de jornalistas que nós temos, o país nos próximos dez ou quinze anos vai ressentir-se bastante porque os níveis de leitura baixarão com ela e o impacto será tremendo, do ponto de vista de qualidade. As pessoas não lêem, os jornalistas não lêem, não pesquisam e aí a qualidade da notícia não pode ser a melhor.

**P: Regra-geral, temos poucas histórias sobre a grande corrupção e, por outro lado, temos muitas opiniões, que, propriamente, factos. A quê isso se deve?**

**BV:** Como eu dizia, primeiro há falta de coragem para abordar as questões relacionadas à grande corrupção porque este trabalho envolve muitos riscos. Já no passado tivemos jornalistas que experimentaram enveredar pela investigação da grande corrupção e o desfecho não foi bom para eles, alguns morreram, outros foram intimidados e acabaram desistindo de investigar essas áreas. A segunda questão tem a ver com a complexidade que envolve o processo de investigação de casos relacionados com a corrupção e nem sempre temos profissionais preparados, especializados para a abordagem dessas questões, principalmente, corrupção que tem a ver com questões bancárias, aí o jornalista precisa ter um arcaboço intelectual.

**P: Praticamente, as nossas notícias sobre corrupção referem-se a fraudes...**

**BV:** São fraudes, sim, fraudes bancárias e por aí. Então, entramos no ramo de economia, que é um ramos que precisa de especialização dos nossos quadros nas redacções. Se formos a observar, não temos pessoas formadas nessas áreas capazes de interpretar com autoridade questões relacionadas a crimes ou fraudes bancárias e as fontes, também, não são, suficientemente, abertas, no sentido de esclarecer, o que acontece no circuito bancário.

Um exemplo concreto são as dívidas escondidas. Quem devia ter apresentado, em primeiro lugar, esse assunto, deviam ser os jornais moçambicanos, mas a informação veio de fora, não fomos nós que trouxemos este problema à superfície. Portanto, há um problema de conhecimento da área, por um lado e, por outro, as próprias fontes não são suficientemente abertas no sentido de dar a conhecer o que acontece lá dentro e elas próprias se interessarem em estabelecer uma relação forte com a imprensa. Quem forma os jornalistas, muitas vezes, são as redacções, mas as próprias organizações, directamente, relacionadas com a economia podem ajudar a formar o jornalista naquelas áreas. Há falta de aproximação, não há abertura de parte a parte, esse é que é meu sentimento.

**P:** Eu estava a associar as duas perguntas: a predominância da grande corrupção e a questão de termos muitas opiniões e não factos. Como explicar, por um lado, esta tendência de se recorrer, simplesmente, àquilo que as pessoas vão dizendo e, por outro, nos assegurarmos e reportar a corrupção apenas quando a Procuradoria diz que há um acto X e depois pára-se por aí?

**BV:** Não, esta não é tarefa do jornalismo. O jornalismo não tem que ficar à espera que as instituições apareçam com os factos, o jornalista tem de ser proactivo, tem de ser capaz de trazer a notícia antes das próprias instituições pronunciarem-se e a regra básica é que até as instituições visadas são as últimas a pronunciarem-se. O jornalista tem de ter a informação antes e trazê-la à superfície e só mais tarde confronta com as instituições.

A minha experiencia nessa área é que vou atrás dos factos, procuro as provas porque não se pode trabalhar sem provar que determinadas instituições estão a praticar actos de corrupção e só mais tarde é que nós vamos atrás das pessoas ou das instituições visadas, esse é que é o exercício básico que um pesquisador tem de fazer nessa área de informação e fazer o segmento até ao final. Já ganhei vários prémios dentro e fora do país, seguindo esta metodologia, pelo menos eu tenho estado a seguir. Temos de ser várias pessoas a fazer a mesma coisa, mas o que acontece é que somos muito poucos que nos interessamos por esta área devido àquela complexidade atrás mencionada. Dizer que é suficiente que as vozes comentem pura e simplesmente, isso não basta porque o jornalista tem de ir aos factos, às provas e ao desfecho desses casos.

**P:** Hoje, temos Leis que nos abrem a democracia, mas, efectivamente, temos uma cultura que é marcada pelo facto de termos o mesmo partido (Frelimo) que estava no Estado na era do mono partidarismo. O facto, por exemplo, de o “Domingo” ser um jornal que vem de um contexto mono partidário para o contexto multipartidário e, como tal, ter actores que vêm de lá para cá, não reduz o espaço das pessoas (jornalistas) de se sentirem livres de agendarem e fazerem trabalhos de investigação? Refiro-me à auto-censura como elemento que contribua para reduzir iniciativas de investigação. Ninguém diz, por exemplo: “Bento, tu não podes abordar isto”?

**BV:** Eu sinto-me muito independente na abordagem das questões que tenho publicado aqui no Jornal. Em nenhum momento tenho sentido a pressão de alguém a dizer que esta história com a

linha ou orientação do partido X ou Y pode parecer estranha. Muitos nos interpretam assim, pensam que o “Notícias” e o “Domingo” são jornais associados ao partido no poder, mas eu, pelo menos, não sinto isso e um exemplo claro foi aquela investigação da corrupção no próprio aparelho estatal, que é comandado pelo governo: conseguimos convencer o próprio governo a corrigir os problemas que estava a fomentar dentro do património do Estado. Portanto, não sinto essa inibição, pode ser que alguém sinta, mas eu, particularmente, não. Tenho feito muitos trabalhos, há pouco publiquei um trabalho relacionado com corrupção no Hospital Central de Maputo, trouxe comprovativos e o hospital mandou lá uma equipa de inspecção e o assunto está a ser resolvido. Abordei a questão da perseguição aos nossos cidadãos albinos e acabei criticando a ineficiência das autoridades, quando falo das autoridades como a Polícia, a Procuradoria-geral da República e acabamos comprometendo essas instituições no sentido de elas próprias se empenharem em torno da causa e os resultados apareceram: foram presas muitas pessoas em Nampula, passaram por julgamento e outros julgamentos ainda estão por se realizar.

São três exemplos que mencionei, mas podia trazer tantos outros que comprovam que, se o jornalista se empenha, não há qualquer inibição que aparece para prejudicar o seu trabalho, é uma questão de interesse, de preparação, de especialização e de coragem.

O último estudo do MISA mostra que o “Domingo” está entre os jornais que mais histórias têm publicado em termos de investigação. Aparece como um dos jornais que mais apresenta temas de investigação, a par do Savana e não gosto de falar do “Canal de Moçambique”. Para dizer que não estamos mal na fotografia, sabemos que devíamos fazer mais, mas limitações em termos de recursos humanos fazem com que não consigamos, de forma constante, produzir trabalhos relacionados à grande corrupção, à grande criminalidade, por exemplo, mas sempre que possível, nós acompanhamos os casos mais candentes e outros que são feitos por nossa própria iniciativa.

**P: Os níveis de protecção que os jornais dão podem ou não criar falta de estímulo ao jornalista? E porque os jornais não privilegiam a investigação, não acabam não se dando conta de ter um sistema estruturado e outros mecanismos de protecção para os seus repórteres que fazem trabalhos de investigação?**

**BV:** Nós, por exemplo, temos, um gabinete jurídico que nos protege. Havendo situações por exemplo de se levar o jornalista ao Tribunal, o jornal é, por força da Lei de imprensa,

solidariamente responsável, mas o primeiro responsável é o próprio autor do trabalho. Isso significa que, o jornalista que parte para uma investigação de um assunto de grande corrupção, tem de ir seguro de que seguiu todas as etapas da investigação e tem que ir lá sabendo que pode ser confrontado com a justiça para provar a veracidade da história que ele está a publicar, daí que volto a insistir na questão da busca de provas. O jornalista tem que estar, suficientemente, convencido de que o seu trabalho está comprovado que a sua pesquisa é justa e ele tem dados comprovativos que sustentam a justeza do seu trabalho, e isso não é válido apenas em relação ao trabalho de investigação na área de corrupção, mas em todas as notícias.

Voltamos à questão da qualidade das nossas notícias: a mais pequena notícia carece de uma pesquisa de busca da verdade, jornalismo é verdade, o jornalista tem que ter provas, a segurança do jornalista é saber provar a veracidade da sua história, tendo isso não há nenhum Tribunal que o vai condenar.

Nem colegas que estão à volta poderão tirar a notícia para fora (...) o jornalista não pode divulgar a sua agenda, principalmente, quando se trata de questões mais delicadas como essa de corrupção, de grande criminalidade. Apenas ele e o seu chefe é que devem estar a par dessa investigação.

**P: E como vê a ética no jornalismo?**

**BV:** A dimensão ética do jornalismo passa por uma acção firme de fiscalização, prevenção e até de combate às acções anti-éticas, mas para isso tínhamos de ter uma instituição que tenha poder para fazer isso, e não me parece que, nos moldes actuais, o Conselho Superior da Comunicação Social (CSCS) tenha essas prerrogativas (...) não sei o que seria preciso fazer a nível da lei orgânica da instituição para ver se ela própria deixa apenas de chamar atenção e passe a agir. As deliberações daquele organismo devem deixar de ser apenas facultativas, tem de ser vinculativas, firmes e que produzam um efeito do ponto de vista legal.

**P: Está a falar de um CSCS como garante das liberdades, mas também regulador no sentido de a liberdade de imprensa ser usada de forma responsável?**

**BV:** É que estamos a ver situações, por exemplo, sem necessidade: não é preciso insultar, apresenta os factos. Diga que o presidente da República está envolvido neste ou naquele esquema e as provas são estas; agora insultar porque há uma insinuação nesse sentido, não acho que seja a

atitude jornalística mais correcta. O papel do jornalismo não é insultar, é trazer a informação e comprová-la. Insultar está fora da ética jornalística.

Para mim, a grande lacuna que existe é que neste momento a nossa Lei de Imprensa, ela própria protege, demasiadamente, o jornalista e este acha que pode confundir dois conceitos que é a liberdade e a libertinagem. É o que está a acontecer. Aquela parte da Lei que diz que o jornalista não é obrigado a provar, não estou contra esse dispositivo, mas está a fazer do jornalista um elemento selvagem, ele acha que está em condições de insultar qualquer um e ninguém vai julgá-lo e nesse aspecto vamos para o órgão regulador. Não sei como podemos fazer para que, além de estar aí simplesmente a emitir comunicados, a criticar, a chamar atenção, o CSCS passe a ter uma acção concreta e responsabilizar as pessoas quando estão fora dos parâmetros legais que a profissão impõe. Não se pode insultar. Quando falamos da ética estamos a ir para aí: insultos e publicar notícias que a pessoa não é capaz de provar porque tem escudo da lei e diz “eu não sou obrigado a provar isto”. Temos que reflectir, não sei se seria a nível da revisão da Lei de Imprensa, mas tem de haver uma responsabilidade legal.

**P: Um dos grandes problemas que se coloca na regulação, nomeadamente, no contexto e ambiente que acabamos de falar, é o entendimento de que uma Lei tal seria para restringir as liberdades e controlar os jornalistas para não poderem se pronunciar de forma livre.**

**BV:** Não se trata de restrição da liberdade, mas procurar responsabilidade para o próprio jornalista, que tem de ser responsável porque trabalha com a verdade e a verdade exige muita responsabilidade. O que temos constatado, nos últimos tempos, é que aparecem sectores ligados à comunicação social que agem fora dos parâmetros estabelecidos para o exercício da profissão. Não se pode insultar, não pode haver excessos e todos os excessos têm de ser controlados e alguém tem de controlar isso, senão vamos entrar na selva.

**No nosso caso, para se completar o entendimento de uma matéria, muitas vezes, é preciso ler dois ou três jornais de perspectivas diferentes para não se ter uma única perspectiva. Não será isso um baixo nível de pluralismo, se entendermos o pluralismo como a possibilidade de alguém pegar num jornal e encontrar tudo que quiser?**

**BV:** Em relação à pluralidade, o “Domingo” é um Jornal generalista, por isso, procuramos, na medida do possível, fazer cobertura de quase tudo o que acontece na nossa sociedade, no nosso

país. A nossa própria estrutura redactorial já nos mostra isso, temos páginas de nacional, política, economia, sociedade, cultura, desporto, então, isso tudo visa esse pluralismo. Tentamos, dentro dessas secções, trazer um pouco de tudo, é verdade que não vamos conseguir esgotar a diversidade dos assuntos que ocorrem, ao longo de toda a semana, mas temo-nos esforçado a fazer isso. Não podemos responder pelos outros jornais, eles também têm a sua agenda e não sabemos como é que eles estão organizados, mas aqui nós procuramos responder a essa diversidade que mencionou.

## **2. Entrevistas com os gestores dos jornais Domingo e Savana**

### **Jorge Matine, Administrador da Sociedade Notícias**

**Pergunta (P):** Numa primeira linha, qual é a sua experiência na gestão de um semanário com as responsabilidades que o “Domingo” tem na nossa sociedade?

**Jorge Matine (JM):** A minha experiência, primeiro como chefe da redacção, e depois, como director editorial, resume-se, talvez, ao facto de ter sido o autor da mudança editorial do “Domingo”, que era, eminentemente, cultural; um jornal consagrado, desde a sua criação, até 92, com uma linha editorial que estava a pensar que podia ser cultural: falava da música, dos músicos, falava das tradições moçambicanas e da cultura do nosso povo.

Entendia eu, em 92, 93, 94, que o “Domingo” devia dar um outro salto, tendo em conta a abertura que o próprio país estava a ensaiar, nomeadamente, a abertura ao multipartidarismo. Efectivamente, com o trabalho que foi feito na Assembleia da República, da revisão da Constituição para tornar Moçambique num Estado diferente, entendi que o “Domingo” devia também entrar nessa matriz, como órgão de comunicação social e como semanário com uma abertura um pouco leve, mas diferenciada. Estamos a falar de 92-94, altura também das negociações em Roma para o Acordo Geral de Paz, estamos a falar da chegada ou do regresso ao país de uma série de figuras ligadas à política, pelo que, era necessário que houvesse algum espaço para eles. Acendia-se no país um debate político e era necessário que o Jornal se adaptasse a um novo contexto.

**P:** Como é que foi essa gestão, num contexto em que, imediatamente, ao processo de definição da nova política editorial, neste caso da passagem de um Jornal, eminentemente, cultural, para generalista, grande parte dos repórteres de referência começou a sair com a criação de outros jornais?

**JM:** Entendia também que, a partir do advento do multipartidarismo, o “Domingo” devia entrar, não só na ribalta, como também devia ter algumas definições. Não saltar de 8 para 80, mas era,

extremamente, importante que um Jornal semanário e generalista pudesse ter uma abertura faseada, compassada e, talvez, equilibrada. Não se podia saltar etapas, era necessário acompanhar as diversas etapas de crescimento de debate interno do multipartidarismo e também da abertura de novas expectativas na sociedade. Acompanhar, sim, mas sem saltar etapas e, no meu entendimento, como editor editorial, colocava-se uma série de avisos à navegação como esse de ter atenção, não correr, não dar passos maiores que a nossa perna. Então, definimos que o “Domingo” devia abrir-se, mas não para insultar aqueles que, num passado ainda muito recente, libertaram o país, combateram contra o colonialismo e, na minha direcção, o entendimento era de que não devíamos fazer esse salto para o escuro porque o país não estava preparado para isso. Quem não se sentisse bem dentro deste clube, deste alinhamento, poderia ter opções a fazer como criar o seu próprio espaço. Mas tínhamos a responsabilidade de informar, abrimo-nos para o debate e irmos colocando todas as ferramentas que o nosso leitor precisava, porque se tratava de novos tempos.

**P: Esse compromisso com o rigor, num contexto em que havia uma ala com perspectivas de uma maior pressa em termos de um jornalismo de contra-poder, aproveitando-se da nova legislação, terá estimulado a criação de alguns jornais que temos hoje?**

**JM:** Sim. Essa leitura é correctíssima porque foi o que aconteceu, de facto. Quem não estava alinhado com o rumo e a reorientação que o Jornal estava, só tinham um caminho a seguir, que era despedir-se e ir abrir o seu espaço. Foi o que aconteceu, as pessoas tinham demasiada pressa em colocar-se numa posição de julgar o poder de então ou os poderes instituídos até 92-94 e o entendimento que a direcção do Jornal “Domingo” tinha é de que, não só não havia esse espaço de julgamento, como nós tínhamos de caminhar lado a lado com esses poderes na nova matriz que se abria para o país. Tenho para mim como principal qualidade se calhar o bom senso no julgamento das coisas, não podemos pensar que Roma e Paris foram feitos no mesmo dia. Nós não éramos e não somos contra a revolução, nem contra aqueles que, legitimamente, pegaram em armas e libertaram o país. Nós estamos com essa gente, tínhamos de participar também nessa frente de informação com eles para uma nova frente, essa que se abriu com o multipartidarismo, nós jogando um papel de formação de mentalidades, formação de opinião, de novos democratas e novo pensamento para quem aspirava ser alguma coisa no futuro do país e no debate político. Foi esse o entendimento que tivemos.



**P: Numa das entrevistas, um dos repórteres do “Domingo” disse-me uma coisa curiosa: que boa parte das histórias que ele fez sobre corrupção vieram da mão do director. Durante a sua direcção, onde se localizava a linha divisória entre o compromisso do Jornal com o poder e o compromisso com a sociedade?**

**JM:** Meu amigo, o princípio é este: quando se é jornalista de formação, pensa-se o Jornal 24 horas por dia. Afinal não estamos emprestados à profissão, amamos a profissão e, qualquer bom profissional, gosta de ser profissional íntegro e zeloso em relação aos princípios e normas que regem a sua profissão. Nós, ao estarmos lado a lado com aqueles que libertaram o país, conhecemos a matriz dos libertadores, conhecemos o pensamento político destes e para onde é que querem levar o país. Porém, somos contra vícios que, naturalmente, o exercício do poder acarreta como esse da corrupção. Não há um partido político que diga “nós libertamos o país, então, deixem-nos abocanhar todo bolo”. Libertaram o país para todos moçambicanos e não para alguns. Então, o que nós fizemos foi orientar, exactamente, os repórteres para o exercício da vigilância suprema sobre aqueles que tinham por obrigação zelar pelo bem público, correctamente, e incentivá-los de que, em nenhum momento, devem alienar a sua profissão, permitir que alguém, no exercício do poder, possa beneficiar sozinho daquilo que deve beneficiar toda uma nação. Este princípio foi incutido nos repórteres, foi levado até às últimas consequências e, sobretudo, foram indicados alguns repórteres que deviam estar na primeira fila na vigilância sobre a utilização do bem público, do bem comum, de todos os moçambicanos. Naturalmente que isto não tem sido fácil, não foi uma tarefa fácil, foi necessário muita pedagogia junto dos repórteres que quiseram seguir-nos nesta luta. O combate contra a corrupção não é tarefa de uma única pessoa, nem de uma única instituição. Há uma definição de prioridades. Nós gostaríamos de ter moçambicanos livres das doenças, moçambicanos libertados, economicamente, e, se possível, com um empresariado moderno e também amante do seu povo e do seu país, mas não permitimos que ninguém se enriqueça à custa da exploração vil do povo, esse povo que foi, duramente, maltratado pelo colonialismo, não podemos permitir a substituição de um explorador branco por novos exploradores pretos. Não, essa parte nós não permitimos.

**P: Esta tarefa de cobrir a corrupção gera incompreensões, sobretudo, para um Jornal que tem uma história muito ligada ao poder que governa hoje. Qual é a sua experiência na gestão dessas incompreensões e até de pressões?**

**JM:** Vou lhe dar uma notícia, em primeira mão. Se calhar, muita gente pensa que nunca aconteceu, mas a verdade é que eu nunca fui pressionado, enquanto fui director do Jornal “Domingo”, fui olhado sempre como alguém íntegro, incorruptível, amigo do seu partido, amigo do poder, mas alguém que não se vende ao poder, pelo poder. Enquanto jornalista, respeito a deontologia e quero que me respeitem também enquanto jornalista, enquanto homem íntegro, como eu respeito outras profissões. Nunca fui pressionado, fui olhado, talvez com alguma incompreensão, sim, com alguma hostilidade, sim, mas estava no comprimento cabal de normas que regem a minha profissão, de consciência tranquila. Conheço as normas que regem a minha profissão e, um jornalista tem de ter íntegro e liberto de qualquer tipo de amarra e compromisso. O seu compromisso tem de ser somente e só com a verdade, o anúncio do que seja comprovado e, o meu princípio em relação aos meus colegas, era “faça toda investigação e depois de completar todo curso de investigação, venha me dizer: director, já estou pronto para publicarmos”. E eu garanto que “vamos publicar este artigo no Jornal ‘Domingo’ e pode ficar descansado porque, cumpridas as normas, ninguém te vai processar e não tenha medo enquanto eu cá estiver, eu sou o escudo protector de qualquer repórter nesse sentido”. Da mesma maneira que sempre fui contra extremos, também sou contra um jornalismo de ouvir dizer, porque a pressa é inimiga da perfeição e, no jornalismo, podemos levar dias, semanas e meses a investigar, temos é que trazer a história completa e, quando publicarmos essa história, não haja uma única pessoa para dizer que o “Domingo” se enganou, que há um equívoco; tem de dizer que o “Domingo” fez uma investigação completa e o que está a dar para ler é, totalmente, verdade e, sempre que assim fizemos, ninguém se atreveu a apontar-nos fosse o que fosse.

**P:** **Uma coisa é o rigor profissional das pessoas e outra é o facto de o “Domingo” ter, historicamente, uma grande proximidade com o poder político. Não terá sido esta proximidade que acabou fazendo com que o Jornal fosse mais cauteloso?**

**JM:** Sim, não posso negar que também seja um mecanismo de pressão positiva e, provavelmente, também foi essa leitura do momento, mas pesou muito mais o lado profissional e eu colocava-me a mim mesmo a seguinte questão: será que um juiz aceita ser mau juiz só porque está a julgar alguém da sua família? Então, porquê não-de pedir ao jornalista que aceite ser mau jornalista só para beneficiar um amigo seu que está no poder? Eu sou contra este princípio. Cada um no seu sítio e na sua profissão. O exercício do jornalismo, tal como outras profissões, é pautado por

regras e normas. Ora, se há um jornalista que não se sintam bem dentro destas normas, o que deve fazer é escolher outra profissão, provavelmente, aí terá outras normas que não estas de rigor, seriedade, investigação apurada e, sobretudo, não olhar quem é o visado e, sempre que assim nós fizemos, não só não encontramos adversários ou inimigos, como encontramos pessoas dentro do partido (Frelimo) que nos batiam palmas e diziam “vocês, de facto, são corajosos”. Não é coragem, é reger-mos por normas da profissão.

**P: Deixando o caso específico do “Domingo” e olhando para o Jornalismo, de forma geral, e também no contexto da temática que estou a abordar, a corrupção, um dos grandes problemas deste sector tem que ver com a ética. A saída de profissionais com experiência no jornalismo não põe em causa a transmissão de valores?**

**JM:** Primeiro é preciso dizer que não há novos tempos no jornalismo. O jornalismo, ele próprio, há-de permanecer sempre com esta integridade. O jornalismo não começou em Moçambique e não vai acabar em Moçambique com os moçambicanos. É uma profissão que tem anos de existência e há um conjunto de valores que norteiam esta profissão e os que nela querem fazer carreira. Eu sou daqueles que, desde a primeira hora depois da formação, até hoje, pensa que as normas nesta profissão são boas e, os valores que ela insere, devem ser transmitidos de geração em geração e não há que abrir mão de princípios, nem de valores, a troco de qualquer coisa, de qualquer benesse.

É uma profissão que não permite que um profissional, quando a exerce, possa enriquecer. É uma profissão que, igualmente, como a do professor e outras, transforma o jornalista em guardião da integridade. É uma profissão que transforma o jornalista em campeão das liberdades, mas não diz que um jornalista deve se transformar em campeão dos corruptores, nem dos milionários. Se aparecer um jornalista que seja milionário, que enriqueceu no exercício desta profissão, significa que exerceu mal a sua profissão.

Então, tenho o sentimento de que alguns destes que estão a sair, hoje, no fim do exercício desta profissão, para outras áreas, vão encontrar, aí também, espaços para exercitar os mesmos valores porque os valores que norteiam esta profissão não terminam quando nós chegamos ao fim do exercício na redacção. Eles vão connosco até ao fim das nossas vidas e transmitimos esses valores aos nossos filhos, quer eles sejam médicos, advogados, juízes ou economistas porque

pensamos que o mundo devia ser para os justos e, um jornalista, a primeira coisa que deve exigir de si próprio que o que está a publicar seja justo, no sentido de ser correcto e verdadeiro.

Há aquele que, quando chega à conclusão de que, num determinado caso, não pode ir mais à frente porque, por exemplo, quem roubou é seu amigo, então, pura e simplesmente, abdica, mas eu nunca abdiquei de publicar a verdade e só a verdade, doa a quem doer e, muitas vezes, tive de atropelar amigos.

Na luta com os trabalhadores da Feira Popular, só para dar um exemplo, quem estava à frente do grupo da Feira Popular, era um primo meu, Américo Magaia, mas incentivei que publicassem a verdade vista do lado dos trabalhadores que, estavam a ser enganados e levados para o precipício.

Então, eu disse-lhes: “amigos, não há que vacilar, do tipo em que lado é que estamos. Nós do Jornal “Domingo” estamos do lado da verdade, então, vamos avançar, o princípio é esse, sempre ao lado da verdade e ao lado dos injustiçados, daqueles que sofrem, mas também ao lado daqueles que querem fazer bem para o país, que querem ver o seu país no topo”.

**P: A questão da ética tem também a ver com a regulação, no sentido de que, o exercício desta profissão exige responsabilidade. Como é que questões de regulação da liberdade de imprensa e, por exemplo, da necessidade de o jornalista ter uma carteira profissional, deviam ser olhadas e trabalhadas para não criar aquela visão de que se pretende controlar e limitar o campo de acção dos jornalistas?**

**JM:** Eu sou daqueles que pensam da seguinte maneira: a máxima liberdade deve corresponder à máxima responsabilidade. Este é o meu princípio. Quando o Estado moçambicano entendeu que devia criar um órgão regulador (Conselho Superior de Comunicação Social), esqueceu-se de lhe dar ferramentas. É um cão sem dentes, então, esse cão não pode morder, está impossibilitado de o fazer porque não tem instrumentos necessários para o exercício cabal da sua função, mas algumas pessoas têm medo dos poderes que emanam da existência de um regulador. E pergunto: quem é que tem medo de dar os poderes para este cão passar a morder? E quem é de direito é o governo do dia, seja ele quem for.

E sabe qual é o fantasma? É porque os membros do órgão regulador deviam ser equiparados a vice-ministros ou a ministros e isto assusta, mas é assim na Tanzânia, é assim em alguns países da nossa região. Eles não devem ser olhados como “directorzinhos”.

**P: Há países que não têm o equivalente ao nosso Conselho Superior de Comunicação Social, enquanto entidade de regulação. Mas faz-se análises de conteúdo e reportam aos jornais e, até para o caso das televisões, há programas que são encerrados porque transmitiu-se um programa de adultos em horário de crianças.**

**JM:** Mesmo que em momentos de pequenas convulsões, como a que estamos a viver em Moçambique, há televisões que trazem membros das FADM (Forças Armadas de Defesa de Moçambique) em carrinhas de caixa aberta, mortos, o que não deviam. Há órgãos que reportam mentiras sobre baixas que não existiram, sobre violações que não há. O próprio posicionamento do órgão de comunicação social devia ser questionado, mas tarda a aprovação de um regulamento dos estatutos que iriam consubstanciar um novo poder do regulador porque a existência no papel, na Constituição não foi correspondida pela criação de um conjunto de regras para que esse órgão regulador pudesse penalizar os infractores, e algumas pessoas pensam que é bom que isto aconteça porque o órgão passaria a morder demais.

Mas eu me pergunto muitas vezes quem é que tem medo de uma maior regulação? Será que a existência desse órgão regulador iria inibir o quê? Os países não devem ter medo de criar instrumentos e dota-los de regras para serem cumpridas.

Qualquer país democrático tem de ter este órgão regulador porque se não o tem, a tendência para o caos, para a libertinagem, cada um fazer aquilo que quer e sem olhar a balizas, é muito grande.

E, nesse momento, em Moçambique, alguns órgãos de comunicação social pulavam foram desaparecendo de morte natural, mas era suposto que desaparecessem de medidas aplicadas por infracções grosseiras

**P: Um pouco na ideia de que a democracia cura a sua própria incúria, não acha que, com o andar com tempo, os leitores se vão apercebendo de que são clientes de jornais não sérios?**

**JM:** Sim, mas não deve ser assim. A democracia, ela própria, deve criar balizas para se defender. A democracia não é uma selva. A democracia deve criar condições para se auto-defender

daqueles que a querem pôr em causa. Uma democracia sem instrumento de defesa é frágil e nós não podemos permitir continuar nesta selva, pensando e acreditando que vão morrer de morte selectiva e natural. Não. É preciso criar condições para que os honestos possam trabalhar com todo rigor e transparência e os desonestos sejam retirados do jogo. Se não fizermos isso, vamos ter em cada ciclo eleitoral alguém com capacidade financeira para fazer ressuscitar esses fantasmas que deviam estar, definitivamente, erradicados do cenário nacional de comunicação social. Neste momento, não é só a imprensa escrita, também estamos a falar de rádios e televisões. Ninguém, no seu normal, consegue pensar que, por exemplo, será bom que uma televisão moçambicana, copie modelos brasileiros em todo o seu figurino, só porque o membro é amigo do meu partido. Não posso aceitar isso. É preciso dizer “o senhor é obrigado por lei a ter x por cento de programas nacionais e se não conseguir atingir essa percentagem, não lhe vou dar espaço de antena”.

**P: Achei interessante a sua abordagem e quase todos entrevistados concordam que há muita incúria na imprensa e essa incúria, às vezes, é uma criação de gente que está no poder e pensa que criando isso vai defender os seus próprios interesses, quando vêem que esses interesses não são reflectidos numa imprensa séria.**

**R:** O grosso dessa imprensa dita independente é suportada por gente de dentro do partido no poder para defender os seus interesses mesquinhos. Ora, quem defende interesses mais generalizados e amplos, deve combater estes porque são sectários e perigosos. Primeiro, para esses jornais, está o “eu em detrimento do nós”, quando esses financiadores deviam direccionar os poucos recursos que país gere para o todo, para divisão nacional e não tentar defender a “mim”. Não há um país que suporte, que aguente quando o “eu” está em primeiro lugar e o “nós” em último.

**Fernando Lima, Presidente do Conselho de Administração da MediaCoop**

**Pergunta (P): A Mediacoop (empresa proprietária dos Jornais “Savana”, “MediaFax” e Rádio “Savana”), é fundada num contexto em que havia avidez de um jornalismo de**

**pluralismo. Foi, coincidentemente, no contexto das negociações de paz de 1992, em que a própria Renamo ainda não era bem envolvida nas histórias e havia exacta necessidade de um jornalismo que pautasse pelo equilíbrio. Esta tendência de tentar rebuscar outras partes não terá criado uma visão de que os jornais independentes tendem a funcionar em extremo como um contra-poder e que privilegiam outras vozes, em detrimento, do próprio governo nas suas matérias e histórias?**

**(FL):** Não acho que seja assim. Embora eu reconheça que há órgãos de informação que se comportam assim, mas nestes 25 anos, o desenvolvimento dos media deu lugar a um pouco de tudo: jornais de equilíbrio, jornais preguiçosos de copy&pasty, jornais que só publicam comunicados de imprensa, jornais que tudo que o governo faz é asneira e deve ser criticado e tudo que a oposição faz é boa coisa. Portanto, temos neste momento publicações para todos os gostos, no fim do dia, como eu costumo dizer, o público é que faz as suas escolhas e, por isso, a esmagadora maioria dessas ofertas de publicações passam quase pelo anonimato, ou seja, ninguém as conhece.

Eu recebo, todas as manhãs, cerca de trinta publicações, algumas das quais só li um exemplar e nunca mais as li porque não estou, absolutamente, interessado em ler uma coisa que não tem qualidade e que é uma repetição de conteúdos publicados noutros locais e, portanto, em última análise, o mercado é que faz a selecção de conteúdos, embora também deva reconhecer - e isto também não é nada de espectacular - que este mercado não é um mercado em que o campo de jogo é nivelado, mas é um mercado, completamente, desnivelado, em que há uns que tem mais oportunidade que outros, o que é errado.

**Se os jornais “Domingo” e “Notícias” tivessem pautado pelo equilíbrio e pluralidade nas suas abordagens, teria havido necessidade de se criar jornais como o “MediaFax” e “Savana”? Ou houve outros factores que ditaram a saída massiva de jornalistas desses jornais pro-governamentais para criarem a Mediacoop?**

**FL:** A falta de abertura da esmagadora maioria dos órgãos de informação do partido único, criou ou impulsionou a necessidade de aparecerem órgãos alternativos. Por exemplo, todos sabemos que o Cardoso (Carlos Cardoso é tido como o melhor jornalista investigativo na história de Moçambique) era um fervoroso membro do partido Frelimo. Não obstante, o Cardoso não se

revia nos órgãos de informação que existiam no partido único. Mesmo na altura da publicação da nova Constituição de Novembro de 1990, que reconhece a liberdade de imprensa e a liberdade de expressão, decorreram, neste período de transição, talvez algumas das atitudes mais negativas de interferência nas direcções editoriais desses mesmos órgãos de informação. O “Notícias” foi intervencionado, ou seja, o Sr. José Catorze, outro membro indefectível do partido Frelimo, foi afastado do Jornal “Notícias”, o Sr. Calane da Silva foi afastado da direcção de informação da Televisão de Moçambique (TVM) e o então ministro da Informação, que é uma pessoa que eu acho muito equilibrada e é um intelectual incontornável do nosso país, mesmo nessa altura, ele sentiu-se coibido a fazer a famosa declaração sobre *narcoliberalis*, que eram essas pessoas que questionavam o ambiente editorial nos órgãos de informação do Estado e que pretendiam mais liberdades. Portanto, a falta de espaço editorial, num novo contexto político, forçou o aparecimento desses órgãos de informação, mas esses mesmos órgãos de informação não sentiram e não sentem a necessidade de abertura porque eles nunca acreditaram que a imprensa independente sobreviveria.

Até hoje há a falácia de que os órgãos de informação independentes vivem de subvenções de embaixadas e de dinheiros externos e o governo sabe que, se isso fosse verdade, ele próprio saberia e teria hipótese de o demonstrar e teria, inclusivamente, hipóteses de protestar junto dessas mesmas fontes, sobre financiamentos de natureza ilícita para órgãos de informação moçambicanos. Este é um ponto. O segundo é que não era possível haver um órgão de informação que seja um *business* como outro business, nomeadamente, vender sapatos ou vender batatas. Até há muito poucos anos, toda essa nova classe emergente de empresários estava convencido que os jornais eram coisas que só davam prejuízos e davam chatices, então, isto criou esta necessidade de se criarem e se estabelecerem outros órgãos. Outro exemplo muito contundente é que, quase todo o processo de negociações de Roma, foi coberto por uma pessoa, pelo Mário (Tomás Vieira Mário, jornalista e actualmente presidente do Conselho Superior de Comunicação Social) que, muitas das vezes, apesar de ter o chapéu da Agência de Informação de Moçambique (AIM), o tipo de orientações que ele recebia, claramente, ultrapassavam os limites da AIM para transformar-se num correspondente, digamos, governamental. Já depois de Maio de 1992, que é quando surge o “Mediafax”, o jornal “Notícias” tomou a iniciativa de mandar o seu próprio correspondente à Roma e esse correspondente apanhou o voo seguinte de regresso a



Maputo porque a delegação governamental em Roma não permitia que houvesse outro correspondente, nomeadamente, que esse correspondente do “Notícias” não tivesse pedido o sancionamento do Ministério da Informação para se deslocar à Roma. Mas partir do momento em que havia uma nova Constituição, qualquer pessoa podia cobrir as conversações de Roma, isto para evidenciar que, apesar de haver esta lei simpática, o ambiente de liberdade continuava muito limitado.

Há um declaração do depois ministro de Informação o Sr. Rafael Maguni, que dizia que o “Mediafax”, que ele chamava de “midiafox de raposa”, este animal furtivo, que era uma questão de meses e que isto iria sossegar. Portanto, o governo nunca percebeu, nunca enquadrou, correctamente, este aparecimento da imprensa independente, nunca lhe deu o devido espaço, o seu respeito, sempre achou que seria uma coisa muito efémera. E mais: tal como o Jorge Matine diz que, de algum modo, o “Domingo” se transformou para responder a contra-informação, eu diria que isso foi uma estratégia errada, ou seja, o facto de esta imprensa permanecer imutável, permanecer cinzenta, coladíssima ao poder, não ajudou nada ao pluralismo e hoje temos o retorno dessa política.

A visita do primeiro-ministro, recentemente, à Sociedade do Notícias (empresa proprietária dos Jornais “Notícias”, “Domingo” e “Desafio”), significa que, tecnicamente a Sociedade do Notícias está falida, ou seja, aquelas pessoas que estão à frente da empresa, que detém o quase monopólio da publicidade do Estado, deixaram afundar esta empresa até ao nível de falência.

Se o “Notícias” fosse um jornal muito mais aberto, feito de uma maneira muito mais profissional, conquistaria muito mais leitores, mais diversificados.

Esta estratégia, para mim errada, levou que, mesmo no seio dos militantes mais ferrenhos do partido Frelimo, eles não compreendem essas duas publicações (o “Notícias” e o “Domingo”, que são jornais generalistas. O “Desafio” é, eminentemente, desportivo) por acharem que não é informada por estas publicações porque as pessoas que trabalham lá estão convencidas que fazem tudo para agradar ao governo e o partido no poder.

**P: Não será essa uma oportunidade para jornais como o “Savana” se imporem e crescerem no mercado, mesmo perante o quase monopólio de publicidade por jornais como o “Notícias”?**

**FL:** O “Savana” cresceu e se impôs, exactamente, devido a essa incapacidade editorial, mas também porque essas publicações nunca tiveram a capacidade de investigar e analisar, ou seja, o “Savana” se impôs por mérito próprio, mas também se impôs como alternativa à inexistência de outros órgãos de informação que trouxessem, por um lado notícias factuais e outros ângulos de análise dos factos, sobretudo, os factos que acontecem em território nacional. Essa é uma das questões que segmentou o nosso crescimento. Se tu investigares as tiragens do “Domingo”, o Jorge Matine, que é meu amigo, devia ficar vermelho de vergonha porque a tiragem do “Domingo” está ao nível de publicações tipo “Dossier e Factos” ou “O Público”, que são publicações quase marginais.

**P: Numa altura em que temos um leitor cada vez mais exigente, como é que olha para o futuro desses Jornais e do próprio jornalismo? Serão obrigados a fazer realinhamento dos seus conteúdos sob o risco de perderem o mercado ou vão continuar a multiplicar-se na lógica do próprio sistema, enquanto se perpetuar?**

**FL:** Todos os jornais estão numa grande encruzilhada por motivos diferentes. A grande encruzilhada foi ditada pela crise económica do país. As publicações estatais, nomeadamente, da Sociedade do Notícias, não se prepararam e não se defenderam da crise económica e, portanto, foram à falência. Não é possível ter uma empresa que pode fazer aquele Jornal com cem pessoas que tem 400 pessoas que paga fundo de pensões a pessoas reformadas que deviam receber essas mesmas pensões através do INSS e que tem que importar papel a um preço que não duplicou, mas triplicou. Então, essas pessoas, como não são gestores profissionais, são comissários políticos, ficaram distraídas com a crise económica e o Estado terá que encontrar outros meios para redefinir essas empresas. Mesmo as chamadas empresas públicas rádio e televisão terão de encontrar outras formas de sobreviver e não a actual fórmula de sobrevivência.

O futuro da imprensa é promissor porque onde houver economia haverá imprensa. Por exemplo, neste momento, estamos a atravessar uma grande crise e os jornais também estão numa grande

crise. Há jornais que diminuíram as suas páginas, os seus quadros redactoriais, outros fecharam as portas, pelo que, só aqueles que têm melhor estrutura é que vão sobreviver e, num ambiente económico melhor há mais hipóteses de sobrevivência.

Mais ainda, há um grande número de escolas de jornalismo e, apesar da qualidade dessas mesmas escolas de jornalismo ser questionável e vemos que os jornais absorvem muito poucas pessoas formadas na escola de jornalismo, não por os jornais não quererem absorver, mas porque, de facto, a qualidade das pessoas que saem das escolas não é má, é péssima, acredito naquele princípio de que a quantidade, de algum modo, faz que lá no meio apareçam meia dúzia. Portanto, há algumas bases para a renovação dos recursos humanos, e por outro lado, com o contínuo acesso dos moçambicanos à educação, há cada vez um maior número de pessoas ávidas a ler. Podia ser que as pessoas se interessassem por ler, mas eu sistematicamente faço exercícios ao longo de todo o país, para onde levamos milhares de jornais para distribuir, gratuitamente, às pessoas e há uma grande avidez das pessoas em lerem jornais. Significa que as pessoas não têm nada para ler e, por isso mesmo também que, as estatísticas internacionais, que são muito pessimistas em relação ao crescimento global dos jornais, nomeadamente, nos mercados mais desenvolvidos, estou a falar do Japão e da Europa e, em mercados como a África e Ásia, os jornais continuam a crescer. Penso que também na Ásia é o mesmo, na África é a combinação de liberdade de expressão e mais pessoas que lêem e, digamos, a democratização da economia. O fenómeno da crise económica não atinge todo o continente africano e, portanto, a perspectiva de crescimento económico continua a estar presente na maior parte dos países.

É preciso ver que Moçambique, apesar de estar em crise, continua com margens de crescimento (...) e um bom ambiente económico leva mais pessoas a comprar e a ler jornais.

**P: O factor histórico foi determinante para a criação dos jornais independentes detidos pelos próprios jornalistas e mencionou também esse receio que o sector empresarial tem sobre o negócio dos media. Sente que essa lógica permanece ou com o tempo vai se diluindo?**

**FL:** Fenómenos como o do grupo Soico são o futuro e não as aventuras de jornalistas serem donos dos seus próprios jornais porque os desafios e a sofisticação da gestão dos meios de comunicação exige uma maior dose de profissionalismo e cada vez menos voluntarismo, na

gestão dos media. Portanto, uma grande parte dos actuais media, que são dirigidos na base da improvisação e personalidades de pessoas, de individualidades, vai morrer de morte natural. Aliás, muitos deles já estão moribundos, só saem à rua quase por uma questão de sobrevivência pura, sem qualquer linha de vitalidade. Portanto, são órgãos de informação moribundos.

**P: Que legado da Mediacoop, enquanto uma empresa de comunicação que pauta por um jornalismo de mudanças e de contra-poder? No capítulo da corrupção, por exemplo, que é o objecto desta entrevista, que exemplos?**

**FL:** Uma primeira questão que é importante dizer é que a Mediacoop e as suas publicações também sofreram alterações sensíveis ao longo desses anos todos. O grupo inicial das pessoas não é o mesmo. Digamos que todas as tentativas de formar outros grupos editoriais tem, inevitavelmente, origem na Mediacoop, à excepção do grupo Soico, que é um grupo que não foi formado na base de um jornal, mas sim na base de um canal televisivo, mas todas as outras tentativas de fazer jornais e grupos de jornais, todas foram iniciadas aqui. Portanto, digamos que houve uma decantação neste processo e isso nos fortaleceu porque permitiu-nos estarmos mais claros nos nossos objectivos que são um misto de objectivos de natureza comercial, ou seja não é possível fazer jornalismo, sem termos estabilidade económica e aqui a nossa gente sabe que, mesmo com as dificuldades que sentimos, no fim do mês tem salário, ninguém precisa de andar a recolher anúncios para ter salário no fim do mês. Mas no sector da comunicação há jornalistas que têm que andar a angariar anúncios que é para ver se a sua publicação sobrevive e para pagar as contas no fim do mês; quando há eleições, há uns fundos que são dados para coberturas eleitorais que a maior parte desses órgãos de informação absorve para pagar as contas pendentes que estão lá nessas empresas para serem pagas, que mostra a penúria que existe.

Quando há o mínimo de estabilidade económico-comercial, permite também estabelecer outras prioridades, em termos editoriais e, nomeadamente, a melhoria da tua qualidade editorial. Por exemplo, nós não vivemos de sensacionalismo porque não precisamos de viver de sensacionalismo, mas há órgãos de informação que precisam de ser sensacionalistas porque precisam de vender jornais porque não têm suporte publicitário, logo, a sua base do negócio é a circulação e circulação significa vendas de jornais. No nosso caso a venda de jornais representa apenas 30% das nossas receitas, portanto, a nossa estabilidade não é conseguida na venda de jornais, mas é conseguida por outro tipo de receitas que temos na empresa, nomeadamente,

suplementos, encartes publicitários, suplementos especiais, páginas de publicidade, campanhas, isto é que é a nossa grande fortaleza comercial e esta fortaleza comercial deriva do respeito que o sector económico moçambicano tem nas nossas publicações, não só porque são fortes, porque atingem um número considerável de pessoas, logo, as pessoas sentem-se confortáveis em anunciar aqui.

Outra questão que é muito importante é que há muito que não somos vistos como um Jornal da oposição e isso foi muito importante para darmos esse passo em frente. Nós somos, claramente, um Jornal que tem um bom sentido crítico, aliás, eu não seria o presidente do Conselho de Administração (PCA) desta empresa se isso não fosse uma das nossas imagens de marca, mas nós recusamos o título de jornal de oposição e isto inibe muito a publicidade nesses outros órgãos de comunicação social. Ou seja, infelizmente, nós temos um sector económico em Moçambique que anda sempre a reboque do governo e tem muito medo do governo, eu não tenho a mínima dúvida que temos bancos poderosos, em Moçambique, mas mesmo esses bancos poderosos têm um medo terrível do banco central e do governo. Portanto, querem sempre estar de bem com o governo e com o banco central, logo, se um desses bancos poderosos colocar publicidade num desses jornais que seja visto como oposição, e isso é muito mau para a imagem desse banco, logo esses jornais são penalizados por terem essa imagem de serem da oposição. Não estou a sugerir que somos um bando de oportunistas e que tentamos agradar a gregos e troianos, os nossos conteúdos estão aí, todas as semanas, para provar o contrário, mas nós tentamos ser os mais profissionais possíveis. Temos muitos jovens nas nossas redacções e seria muito maus que esses jovens fossem treinados e educados a serem pessoas que fiquem a pensar que fazer jornalismo é fazer coisas contra o governo, é ser-se crítico do governo. Nós tentamos treinar os nossos jornalistas a serem bons profissionais de trazerem notícias completas e equilibradas, depois os comentários são outras pessoas que os fazem, são outro tipo de secção que se encarrega das críticas, das análises e dos comentários e não o repórter que todos os dias deve trazer boas histórias que os leitores gostem de ler.

**P: Recuando para a história do surgimento da imprensa privada, em Moçambique, que tipo de orientação ditou as saídas dos jornais pró-governamentais? Questões de gestão do próprio negócio ou porque havia outro tipo de interesses editoriais, mas que não se**

**apartasse tanto dessa escola de um jornalismo que traga outro tipo de vozes para a sociedade?**

**FL:** Em primeiro lugar, as pessoas que saíram podem explicar melhor porquê que porque elas nunca disseram para mim porquê saíram. Mas tem a ver com a separação entre o negócio e as questões editoriais; tem a ver com o controlo das questões editoriais e tem a ver com a maneira de fazer negócio, são as três questões fundamentais. Eu não sou ingénuo e diria também o seguinte: de algum modo, o partido no poder sempre tentou influenciar os acontecimentos, mas felizmente a nós nunca nos conseguiu destruir.

**P: Falando dessa questão da influência do partido, no segundo mandato do presidente Guebuza assiste-se a um movimento de criação de jornais ou participar para poder controlar e, da informação que tivemos, como público, é que esta tentativa também passou pela Mediacoop. Confirma?**

**FL:** Passou e foi muito forte, mas não teve sucesso. Passou pela captura da direcção da empresa e passou pela captura dos seus espaços editoriais, mas não tiveram sucesso.

**P: Esta última questão tem a ver com a relação do Jornal e as entidades económicas. Talvez para citar o episódio com da comunidade muçulmana, nomeadamente, a publicação dos cartoons. A posição que o Jornal depois tomou tinha a ver com essa consciência do anúncio ou tinha mais a ver com um recuo em termos da responsabilidade para com a sociedade?**

**FL:** Em primeiro lugar, nós publicamos os cartoons, não para ofender nenhuma comunidade, em particular, mas porque achamos que era nosso objectivo informarmos os nossos leitores, e portanto, não nos moveu nenhum motivo obscuro em relação a essa publicação. Pode parecer um pouco de politização excessiva, mas nós acreditamos no laicismo do Estado e também procuramos pautar assim na nossa política aqui dentro. Não éramos obrigados, mas seguimos os princípios do laicismo de Estado ou de toda a abordagem laica dos assuntos da sociedade. O Jornal é, claramente, republicano e um dos valores fundamentais da República é o laicismo.

Da análise que fizemos depois dos ânimos estarem mais calmos, é que o Jornal foi apanhado numa corrente de acontecimentos que não tem nada a ver com ele, ou seja, nós fomos apanhados no meio de um debate ideológico, nomeadamente, no seio da comunidade muçulmana

internacional e nacional, que não tem nada a ver com o Jornal e que acabamos por ser vítimas. Terceiro aspecto: porque achamos que havia pessoas que, genuinamente, ficaram ofendidas com os nossos posicionamentos, nós preocupamo-nos em contactar todas essas pessoas, quer instituições, quer, individualmente, para explicarmos o nosso posicionamento e, eventualmente, pedir desculpas pelo sucedido porque acreditamos que essas pessoas, genuinamente, se sentiram ofendidas.

Uma nota de rodapé: nós mostramos com esse nosso posicionamento que nós não cedíamos a pressões externas e resistimos a essas mesmas pressões porque em nenhum momento aceitamos a exigências que nos foram colocadas, nomeadamente, a demissão do director do jornal, a demissão do seu editor e resistimos ao boicote durante meses a fio dos homens de negócios muçulmanos em anunciarem no nosso Jornal, o que significa que também a nossa estratégia comercial estava correcta, uma vez que não dependíamos, fortemente, de anúncios da comunidade muçulmana, mas se olharmos até hoje, não estou 100% convicto, mas até hoje sabemos que a comunidade muçulmana continua a ler com regularidade o jornal “Savana”, mas nunca mais, tanto quanto eu sei, tanto quanto a minha memória me dita, numa mais tivemos algum anúncio de alguma empresa controlada, individualmente, por um muçulmano ou que seja conhecida uma empresa ligada a uma família muçulmana.

### **3. Entrevistas com editores e repórteres**

**Bento Venâncio, Jornalistas e Editor no Jornal Savana**

**Pergunta (P):** Para começar, queria que, de uma forma geral, fizesse uma apreciação daquilo que tem sido a agenda do Jornal (“Domingo”) na cobertura de casos de corrupção? Há uma agenda sistematizada ou se vai cobrindo à medida que os casos vão aparecendo?

**Bento Venâncio (BV):** Nós não temos aqui uma pauta específica para abordagem de assuntos relacionados à corrupção, eles vão aparecendo quer partindo de nós, constatando uma situação concreta dentro de uma determinada organização, ou os nossos leitores nos contactam apresentando histórias comprovadas da ocorrência de situações de corrupção nas organizações.

**P:** No Jornal “Domingo”, não há segmento dos casos, alguns começam e são interrompidos ou são reportados numa determinada fase, como foi o caso do Ministério do Interior, que foi mais reportado nos momentos do julgamento. Na sua percepção, o que é que faz com que não haja segmento de casos de corrupção? Acha que as agendas de outras temáticas acabam se sobrepondo à corrupção?

**BV:** O que eu sinto, de uma forma geral, é que os jornais, para além da cobertura de assuntos sobre corrupção, têm várias outras questões por abordar, mas isso não é uma justificação que podemos assumir com aceitável para que não haja segmento dessas histórias. As regras básicas do jornalismo nos mostram que é preciso começar uma história e segui-la até ao fim, no meu caso concreto, tem sido assim e, grande parte das histórias de corrupção, e não só, que tenho estado a abordar durante os últimos anos, tem trazido resultados e estou muito satisfeito por isso.

Uma das histórias que publiquei e que me levou quase dois a três anos a investigar foi sobre corrupção no património de Estado, que foi publicado aqui no Jornal “Domingo”, em volta de cinco edições e que teve um início e um desfecho. Mas foi preciso trabalhar com documentos, com processos muito complexos e necessário realizar uma série de entrevistas, mais de 25 entrevistas realizadas; foi preciso fazer aquilo que em inglês chama-se *uncover*, a pessoa infiltrar-



se numa organização para perceber como ela funciona e este é um exercício que leva bastante tempo e nem sempre os órgãos de comunicação estão preparadas para afectar um repórter durante esse tempo todo porque, para além desse determinado tema, há vários outros. Então, às vezes, o que se recomenda nesses casos é nunca dizer à redacção.

**P: E como é que é feita a negociação para a entrada dessas novas histórias que estão fora da agenda? Mais do que isso, como é feita a gestão de tempo no sentido de que o Jornal quer uma determinada história de um repórter, quando esse mesmo repórter tem outras actividades?**

**BV:** Não é fácil, é um exercício difícil, como dizia aí já a pessoa muitas vezes é obrigada a não revelar que está a fazer esse trabalho de pesquisa, vai fazendo a pesquisa sem informar e levando o tempo que levar. Então aí o repórter não sente a pressão da acção, é assim que eu, pelo menos, trabalho. Mas fugindo um pouco da questão, tenho trabalhado com vários colegas de outras redacções que não são moçambicanas, são estrangeiras que é o caso da África do Sul e de outros países aqui mesmo na região, que têm mais pessoas e especializadas; um gabinete dedicado a investigação e aí é muito mais fácil abordar temas relacionados com a corrupção que são temas delicados e exigem muito, em termos de esforço, tempo e recursos e, muitas vezes, eles afectam três ou quatro repórteres para uma determinada investigação e, para os jornais moçambicanos, quatro repórteres, às vezes é um terço da redacção. É preciso ver essa questão do efectivo nas redacções. Se colocas quatro pessoas para ir atrás de uma história, tem de saber que empatou um terço do seu efectivo e acaba criando um vazio notável na produção do jornal.

Essa é a dificuldade que nós cá em Moçambique enfrentamos, temos efectivo que, por um lado, não corresponde e, por outro, os próprios repórteres ainda não se interessam muito bem por este ramo de jornalismo investigativo.

**P: Por falar de falta de interesse pelo jornalismo investigativo, acha que os jornalistas se conformam ou sentem que a recompensa que vão ter, seja material ou simbólica, é baixa em relação ao esforço que têm de empreender na investigação?**

**BV:** Não sei se o termo recompensa é o mais correcto porque não acredito que haja recompensa neste tipo de investimento. A grande recompensa que o jornalista pode ter é sentir que a justiça foi feita em torno da causa que ele estava a seguir. O que acontece, muitas vezes, é que falta coragem por parte dos jornalistas, como o próprio assassinato do Carlos Cardoso que retraiu muitos jornalistas do ramo da investigação, sobretudo, virada à criminalidade, a corrupção no sistema bancário, etc., uns recuaram, simplesmente, porque pensaram que ainda não há uma devida protecção aos jornalistas moçambicanos e eles não querem ter o mesmo destino que os outros tiveram. Mas, por outro lado, trata-se de um ramo que exige muito, em termos de pesquisa e conhecimento e, muitos jornalistas não abraçam esta área com muita facilidade, por falta de especialização.

**P:** A SEKELEKANI, por exemplo, tem um programa de formação, a nível de pós-graduação para jornalistas, quase completamente, custeado e, ano passado, mandou convites para as redacções, mas nenhuma se mostrou interessada e a resposta, pelo menos das equipas de gestão das redacções, é que não encontraram pessoas interessados em integrar. Mas a fragilidade das publicações sobre a corrupção tem a ver também com as competências. O que pode explicar este desinteresse dos jornalistas pela formação?

**BV:** Jornalismo é paixão. Eu sou editor já há quase dez anos e luto com os meus companheiros, a quem digo várias vezes que é preciso apostarem muito na leitura. O jornalista tem de ser o primeiro leitor do seu texto e leitor de tantos outros textos; tem de ter sempre um livro na cabeceira. O que estamos a constatar, ultimamente, é que os níveis de leitura tem baixado muito, o interesse pela leitura, nos últimos anos, tem decrescido, de forma vertiginosa. Não sei o que está a acontecer, mas mesmo em termos de tiragem do Jornal, vamos observar que baixaram muito porque há um desinteresse notório pela leitura de jornais, diferentemente dos primeiros anos da independência nacional, em que muitos jovens andavam atrás das livrarias e dos jornais.

O nosso jornalista é produto desta conjuntura, ele não tem o mesmo interesse pela leitura que os jornalistas mais velhos tiveram, então, com o tempo, a nossa qualidade vai baixando, e eu arrisco-me a dizer que se desaparecer esta geração média de jornalistas que nós temos, o país nos próximos dez ou quinze anos vai ressentir-se bastante porque os níveis de leitura baixarão com ela e o impacto será tremendo, do ponto de vista de qualidade. As pessoas não lêem, os jornalistas não lêem, não pesquisam e aí a qualidade da notícia não pode ser a melhor.

**P: Regra-geral, temos poucas histórias sobre a grande corrupção e, por outro lado, temos muitas opiniões, que, propriamente, factos. A quê isso se deve?**

**BV:** Como eu dizia, primeiro há falta de coragem para abordar as questões relacionadas à grande corrupção porque este trabalho envolve muitos riscos. Já no passado tivemos jornalistas que experimentaram enveredar pela investigação da grande corrupção e o desfecho não foi bom para eles, alguns morreram, outros foram intimidados e acabaram desistindo de investigar essas áreas. A segunda questão tem a ver com a complexidade que envolve o processo de investigação de casos relacionados com a corrupção e nem sempre temos profissionais preparados, especializados para a abordagem dessas questões, principalmente, corrupção que tem a ver com questões bancárias, aí o jornalista precisa ter um arcaboço intelectual.

**P: Praticamente, as nossas notícias sobre corrupção referem-se a fraudes...**

**BV:** São fraudes, sim, fraudes bancárias e por aí. Então, entramos no ramo de economia, que é um ramos que precisa de especialização dos nossos quadros nas redacções. Se formos a observar, não temos pessoas formadas nessas áreas capazes de interpretar com autoridade questões relacionadas a crimes ou fraudes bancárias e as fontes, também, não são, suficientemente, abertas, no sentido de esclarecer, o que acontece no circuito bancário.

Um exemplo concreto são as dívidas escondidas. Quem devia ter apresentado, em primeiro lugar, esse assunto, deviam ser os jornais moçambicanos, mas a informação veio de fora, não fomos nós que trouxemos este problema à superfície. Portanto, há um problema de conhecimento da área, por um lado e, por outro, as próprias fontes não são suficientemente abertas no sentido de dar a conhecer o que acontece lá dentro e elas próprias se interessarem em estabelecer uma relação forte com a imprensa. Quem forma os jornalistas, muitas vezes, são as redacções, mas as próprias organizações, directamente, relacionadas com a economia podem ajudar a formar o jornalista naquelas áreas. Há falta de aproximação, não há abertura de parte a parte, esse é que é meu sentimento.

**P: Eu estava a associar as duas perguntas: a predominância da grande corrupção e a questão de termos muitas opiniões e não factos. Como explicar, por um lado, esta tendência de se recorrer, simplesmente, àquilo que as pessoas vão dizendo e, por outro, nos**

**assegurarmos e reportar a corrupção apenas quando a Procuradoria diz que há um acto X e depois pára-se por aí?**

**BV:** Não, esta não é tarefa do jornalismo. O jornalismo não tem que ficar à espera que as instituições apareçam com os factos, o jornalista tem de ser proactivo, tem de ser capaz de trazer a notícia antes das próprias instituições pronunciarem-se e a regra básica é que até as instituições visadas são as últimas a pronunciarem-se. O jornalista tem de ter a informação antes e trazê-la à superfície e só mais tarde confronta com as instituições.

A minha experiencia nessa área é que vou atrás dos factos, procuro as provas porque não se pode trabalhar sem provar que determinadas instituições estão a praticar actos de corrupção e só mais tarde é que nós vamos atrás das pessoas ou das instituições visadas, esse é que é o exercício básico que um pesquisador tem de fazer nessa área de informação e fazer o segmento até ao final. Já ganhei vários prémios dentro e fora do país, seguindo esta metodologia, pelo menos eu tenho estado a seguir. Temos de ser várias pessoas a fazer a mesma coisa, mas o que acontece é que somos muito poucos que nos interessamos por esta área devido àquela complexidade atrás mencionada. Dizer que é suficiente que as vozes comentem pura e simplesmente, isso não basta porque o jornalista tem de ir aos factos, às provas e ao desfecho desses casos.

**P: Hoje, temos Leis que nos abrem a democracia, mas, efectivamente, temos uma cultura que é marcada pelo facto de termos o mesmo partido (Frelimo) que estava no Estado na era do mono partidarismo. O facto, por exemplo, de o “Domingo” ser um jornal que vem de um contexto mono partidário para o contexto multipartidário e, como tal, ter actores que vêm de lá para cá, não reduz o espaço das pessoas (jornalistas) de se sentirem livres de agendarem e fazerem trabalhos de investigação? Refiro-me à auto-censura como elemento que contribua para reduzir iniciativas de investigação. Ninguém diz, por exemplo: “Bento, tu não podes abordar isto”?**

**BV:** Eu sinto-me muito independente na abordagem das questões que tenho publicado aqui no Jornal. Em nenhum momento tenho sentido a pressão de alguém a dizer que esta história com a linha ou orientação do partido X ou Y pode parecer estranha. Muitos nos interpretam assim, pensam que o “Notícias” e o “Domingo” são jornais associados ao partido no poder, mas eu, pelo menos, não sinto isso e um exemplo claro foi aquela investigação da corrupção no próprio

aparelho estatal, que é comandado pelo governo: conseguimos convencer o próprio governo a corrigir os problemas que estava a fomentar dentro do património do Estado. Portanto, não sinto essa inibição, pode ser que alguém sinta, mas eu, particularmente, não. Tenho feito muitos trabalhos, há pouco publiquei um trabalho relacionado com corrupção no Hospital Central de Maputo, trouxe comprovativos e o hospital mandou lá uma equipa de inspecção e o assunto está a ser resolvido. Abordei a questão da perseguição aos nossos cidadãos albinos e acabei criticando a ineficiência das autoridades, quando falo das autoridades como a Polícia, a Procuradoria-geral da República e acabamos comprometendo essas instituições no sentido de elas próprias se empenharem em torno da causa e os resultados apareceram: foram presas muitas pessoas em Nampula, passaram por julgamento e outros julgamentos ainda estão por se realizar.

São três exemplos que mencionei, mas podia trazer tantos outros que comprovam que, se o jornalista se empenha, não há qualquer inibição que aparece para prejudicar o seu trabalho, é uma questão de interesse, de preparação, de especialização e de coragem.

O último estudo do MISA mostra que o “Domingo” está entre os jornais que mais histórias têm publicado em termos de investigação. Aparece como um dos jornais que mais apresenta temas de investigação, a par do Savana e não gosto de falar do “Canal de Moçambique”. Para dizer que não estamos mal na fotografia, sabemos que devíamos fazer mais, mas limitações em termos de recursos humanos fazem com que não consigamos, de forma constante, produzir trabalhos relacionados à grande corrupção, à grande criminalidade, por exemplo, mas sempre que possível, nós acompanhamos os casos mais candentes e outros que são feitos por nossa própria iniciativa.

**P: Os níveis de protecção que os jornais dão podem ou não criar falta de estímulo ao jornalista? E porque os jornais não privilegiam a investigação, não acabam não se dando conta de ter um sistema estruturado e outros mecanismos de protecção para os seus repórteres que fazem trabalhos de investigação?**

**BV:** Nós, por exemplo, temos, um gabinete jurídico que nos protege. Havendo situações por exemplo de se levar o jornalista ao Tribunal, o jornal é, por força da Lei de imprensa, solidariamente responsável, mas o primeiro responsável é o próprio autor do trabalho. Isso significa que, o jornalista que parte para uma investigação de um assunto de grande corrupção, tem de ir seguro de que seguiu todas as etapas da investigação e tem que ir lá sabendo que pode

ser confrontado com a justiça para provar a veracidade da história que ele está a publicar, daí que volto a insistir na questão da busca de provas. O jornalista tem que estar, suficientemente, convencido de que o seu trabalho está comprovado que a sua pesquisa é justa e ele tem dados comprovativos que sustentam a justeza do seu trabalho, e isso não é válido apenas em relação ao trabalho de investigação na área de corrupção, mas em todas as notícias.

Voltamos à questão da qualidade das nossas notícias: a mais pequena notícia carece de uma pesquisa de busca da verdade, jornalismo é verdade, o jornalista tem que ter provas, a segurança do jornalista é saber provar a veracidade da sua história, tendo isso não há nenhum Tribunal que o vai condenar.

Nem colegas que estão à volta poderão tirar a notícia para fora (...) o jornalista não pode divulgar a sua agenda, principalmente, quando se trata de questões mais delicadas como essa de corrupção, de grande criminalidade. Apenas ele e o seu chefe é que devem estar a par dessa investigação.

**P: E como vê a ética no jornalismo?**

**BV:** A dimensão ética do jornalismo passa por uma acção firme de fiscalização, prevenção e até de combate às acções anti-éticas, mas para isso tínhamos de ter uma instituição que tenha poder para fazer isso, e não me parece que, nos moldes actuais, o Conselho Superior da Comunicação Social (CSCS) tenha essas prerrogativas (...) não sei o que seria preciso fazer a nível da lei orgânica da instituição para ver se ela própria deixa apenas de chamar atenção e passe a agir. As deliberações daquele organismo devem deixar de ser apenas facultativas, tem de ser vinculativas, firmes e que produzam um efeito do ponto de vista legal.

**P: Está a falar de um CSCS como garante das liberdades, mas também regulador no sentido de a liberdade de imprensa ser usada de forma responsável?**

**BV:** É que estamos a ver situações, por exemplo, sem necessidade: não é preciso insultar, apresenta os factos. Diga que o presidente da República está envolvido neste ou naquele esquema e as provas são estas; agora insultar porque há uma insinuação nesse sentido, não acho que seja a atitude jornalística mais correcta. O papel do jornalismo não é insultar, é trazer a informação e comprová-la. Insultar está fora da ética jornalística.

Para mim, a grande lacuna que existe é que neste momento a nossa Lei de Imprensa, ela própria protege, demasiadamente, o jornalista e este acha que pode confundir dois conceitos que é a liberdade e a libertinagem. É o que está a acontecer. Aquela parte da Lei que diz que o jornalista não é obrigado a provar, não estou contra esse dispositivo, mas está a fazer do jornalista um elemento selvagem, ele acha que está em condições de insultar qualquer um e ninguém vai julgá-lo e nesse aspecto vamos para o órgão regulador. Não sei como podemos fazer para que, além de estar aí simplesmente a emitir comunicados, a criticar, a chamar atenção, o CSCS passe a ter uma acção concreta e responsabilizar as pessoas quando estão fora dos parâmetros legais que a profissão impõe. Não se pode insultar. Quando falamos da ética estamos a ir para aí: insultos e publicar notícias que a pessoa não é capaz de provar porque tem escudo da lei e diz “eu não sou obrigado a provar isto”. Temos que reflectir, não sei se seria a nível da revisão da Lei de Imprensa, mas tem de haver uma responsabilidade legal.

**P: Um dos grandes problemas que se coloca na regulação, nomeadamente, no contexto e ambiente que acabamos de falar, é o entendimento de que uma Lei tal seria para restringir as liberdades e controlar os jornalistas para não poderem se pronunciar de forma livre.**

**BV:** Não se trata de restrição da liberdade, mas procurar responsabilidade para o próprio jornalista, que tem de ser responsável porque trabalha com a verdade e a verdade exige muita responsabilidade. O que temos constatado, nos últimos tempos, é que aparecem sectores ligados à comunicação social que agem fora dos parâmetros estabelecidos para o exercício da profissão. Não se pode insultar, não pode haver excessos e todos os excessos têm de ser controlados e alguém tem de controlar isso, senão vamos entrar na selva.

**No nosso caso, para se completar o entendimento de uma matéria, muitas vezes, é preciso ler dois ou três jornais de perspectivas diferentes para não se ter uma única perspectiva. Não será isso um baixo nível de pluralismo, se entendermos o pluralismo como a possibilidade de alguém pegar num jornal e encontrar tudo que quiser?**

**BV:** Em relação à pluralidade, o “Domingo” é um Jornal generalista, por isso, procuramos, na medida do possível, fazer cobertura de quase tudo o que acontece na nossa sociedade, no nosso país. A nossa própria estrutura redactorial já nos mostra isso, temos páginas de nacional, política, economia, sociedade, cultura, desporto, então, isso tudo visa esse pluralismo. Tentamos, dentro

dessas secções, trazer um pouco de tudo, é verdade que não vamos conseguir esgotar a diversidade dos assuntos que ocorrem, ao longo de toda a semana, mas temo-nos esforçado a fazer isso. Não podemos responder pelos outros jornais, eles também têm a sua agenda e não sabemos como é que eles estão organizados, mas aqui nós procuramos responder a essa diversidade que mencionou.

### **Francisco Carmona, Repórter e Editor do Jornal Savana**

**Pergunta (P): O “Savana” tem feito seguimento aos casos de grande corrupção e achei esse elemento interessante. Na qualidade de editor executivo do Jornal, a cobertura da grande corrupção move-se, simplesmente, pela dimensão dos casos, ou há interesse em associar as figuras a algo que pode vender? Ou é pelo dever e responsabilidade do jornal? Qual é a perspectiva do agendamento?**

**Francisco Carmona (FC):** Praticamente mexe com todos esses ângulos que acabou de mencionar. A grande corrupção, muitas vezes, está ligada a figuras próximas do poder e isso tem grande interesse do público-leitor, mais também cobrimos os casos de pequena corrupção. Mas os casos que ocupam maior espaço e de relevância no Jornal “Savana” são casos de grande corrupção e já cobrimos muitos. Aqui temos muito exemplo destes casos, como aquele que culminou com a renúncia do antigo presidente do Conselho Constitucional, o juiz-conselheiro Modlane. Cobrimos também com muito interesse o caso do antigo ministro do Interior na administração de Joaquim Chissano; cobrimos também com muito interesse o caso do actual presidente do Tribunal Administrativo. São casos que tiveram grande impacto na nossa sociedade, e é a grande corrupção que tira muito dinheiro do Estado, que desvia muito dinheiro que devia ser usado para serviços sociais que este país precisa. Mas também a pequena corrupção que, muitas vezes, não é seguida na comunicação social, porque mexe muito com o cidadão. Um pequeno exemplo: há duas semanas eu ia tratar um NUIT (Número Único de Identificação Tributária), no primeiro bairro fiscal. Tratava-se de NUIT de uma pequena empresa e, logo em frente à instituição, há muitas pessoas, jovens que, aparentemente, estão ali sem fazer nada, mas vão abordando cada cidadão que entra à procura de NUIT e eles se propõem a facilitar o acesso. Mas o Estado é que devia ir atrás do cidadão, porque é para aumentar a tal taxa tributária para



aumento dos impostos. Mas como é que se cria essa pequena corrupção? Justamente quando se cria dificuldades lá dentro e são dificuldades organizadas. Então, aí há um grupo de abutres que ficam ali fora para buscarem 100 ou 200 meticais, que eles tiram a cada cidadão que vai à procura do NUIT, que é de carácter obrigatório para todo o cidadão. O mesmo acontece nos passaportes, B.I's (Bilhetes de Identidade), etc. Essa é a pequena corrupção. Isso tudo nos interessa associado à venda do Jornal porque o “Savana” não tem almofadas para dormir como o “Domingo” que tem o seu accionista, e quando precisa de dinheiro vai buscar no Banco de Moçambique.

**P: o A missão do Jornal, por marca é de advocacia, e matérias de corrupção diria que é o vosso estrume. Olhando para a vossa missão e o exemplo que dava da renúncia do juiz Mondlane, diria que é algo que vos orgulha? Do tipo “podemos não ganhar dinheiro, mas há um abutre que saiu”. Paralelamente a isso, olhando para o vosso trabalho, que outros marcos resultaram, efectivamente, da nossa pressão, tanto na cobertura sobre a corrupção como em outras temáticas?**

**FC:** A nossa missão como jornal é denunciar e expor casos, mas não é provocar assassinatos. Cada um faz o seu trabalho e o nosso é denunciar e fazer pressão. Um outro caso que cito é duma directora do INATTER (Instituto Nacional de Transportes Terrestres), que levava quase um milhão de meticais para casa, e nós denunciámos este caso aqui no Jornal “Savana” e culminou com o seu afastamento e nessa altura acabava de entrar um novo governo, com o ministro (Carlos) Mesquita que foi quem a exonerou. Uma das primeiras acções que o ministro tomou como exemplo no combate à corrupção na instituição que dirige foi afastar aquela senhora. A senhora depois foi colocada em Nacala. Mas muitas das vezes o que acontece, mesmo que denúncias esses casos de corrupção, é que na Frelimo há um corporativismo em que todos têm aquele tipo de problema. É do tipo se puxa uma corda, arrasta todo mundo, por isso que, por exemplo, há muitas dificuldades em se investigar as dívidas ocultas, porque estão todos lá ligados e uma das estratégias que eles usam é apanhar ar em outro sítio e meia volta não acontece nada. Por exemplo, no caso do juiz Mondlane, ele renunciou como presidente do Conselho Constitucional (CC) e voltou à casa e é juiz-conselheiro do Tribunal Supremo (TS). Iniciou-se o julgamento do senhor e quem conduzia todo processo era o vice-procurador e o processo, simplesmente, foi arquivado por erros processuais.

**P: Então, podemos dizer que o facto de a corrupção estar enraizada na nossa cultura política, até ao nível dos dirigentes, faz com que haja um sistema de autoprotecção? Do tipo mesmo que os jornais denunciem, a sua acção acaba sendo invisível.**

**FC:** Claramente acabam frustrando até os próprios profissionais de comunicação social, porque sabem o que denunciavam, depois há um simulacro qualquer dum julgamento, mas mais tarde aquilo não vai ao lado nenhum, porque estão todos na mesma panela. Por exemplo, há algum tempo, o julgamento do antigo PCA (Presidente do Conselho de Administração) dos Aeroportos de Moçambique, o Sr. Diodino Cambaza, que foi condenado em primeira instância para quase 24 anos de cadeia, foi resultado da denúncia dos jornais, e a pena veio a reduzir para 10 anos. O Cambaza saiu e agora está de regresso nos Aeroportos de Moçambique, trabalha lá com todas as regalias inerentes à função antiga, mas foi alguém condenado a pena de prisão maior. O que viemos a saber muito mais tarde é que o Diodino Cambaza foi usado como um exemplo da governação de Guebuza, na luta contra a corrupção. Se for a lembrar o presidente Guebuza, no seu primeiro mandato, quando fazia a sua campanha eleitoral, uma das bandeiras que mais agitou, foi o combate à corrupção e no primeiro ano dele, não teve grandes resultados e depois foi prender Almerino Manhendje e, logo a seguir, foi Diodino Cambaza. Aquilo era uma parte do sistema para mostrar à opinião pública que “está aqui, nós também trabalhamos”, mas volta e meia, as mesmas pessoas estão aí, continuam a gozar das mesmas regalias que gozavam antes, e é uma mensagem que eles mandam para a imprensa, do tipo “falem mais, mas isso não irá ao lado nenhum” e, quando queres frustrar alguém que denuncia, é só não dar andamento aquilo que ele está a denunciar.

**P: Essa “normalização” do conceito da corrupção, que passou a ser uma prática generalizada, não acaba diluindo um pouco os valores-notícia, dificultando a selecção noticiosa por já ser um acto normal?**

**FC:** A corrupção não tem de ser normal. É verdade que está para ser normal, nós o que temos de fazer é continuar a denunciar, por mais que aquele que tenha responsabilidade de fazer o seguimento, não faça o seu trabalho, pelo menos, ele não vai andar na rua com a cara levantada, vai ter alguma vergonha. Os que mencionei são casos que foram expostos nos jornais e continuaremos a denunciar. Só mais outro exemplo, eu conversava com um juiz do tribunal judicial da cidade de Maputo que me dizia que o crime de corrupção é muito sofisticado, e só

vem à tona quando uma das pessoas integrantes naquela rede foi aldrabada ou não está satisfeita com alguma coisa.

**P: Até porque antes, o Gabinete Central de Combate à Corrupção (GCCC) não investigava os denunciantes, por entender que são lesados, mas foi tarde se apercebendo que os denunciantes também são partes da rede...**

**FC:** Nos já fazíamos antes aqui. Recebíamos denúncias anónimas, de pessoas que vinham e pediam anonimato, mas ele trouxe um dossier com todos os documentos e nós até perguntávamos na conversa, qual é a sua participação nisto. Só o caso dos Aeroportos, o problema do caso dos Aeroportos foi entre a *gangs*. O Diodino Cambaza é nomeado PCA dos Aeroportos de Moçambique e tinha um amigo chamado Mavale, que cresceram juntos no Aeroporto, eles têm 20 anos no aeroporto. E o Mavale foi a garganta profunda de tudo quilo, ele é nomeado administrador financeiro no elenco do Cambaza e o Cambaza quando sobe a PCA, tornou-se arrogante, segundo eles contam. Torna-se arrogante e começa a dizer que aqueles tinham que fazer determinadas coisas e o administrador financeiro alertava que isto vai nos dar problema, mas ele dizia “não faça” e depois foi exonerado. Quando foi exonerado é quando colocaram Altinur Perreira, mas aquele Mavale, levou documentos e entrou em contacto com dois repórteres nossos aqui no “Savana” dizendo que quer denunciar um caso de grande corrupção nos Aeroportos de Moçambique. Os jovens trabalham no *dossier*, ouvem todas as fontes, verificam tudo aquilo que o bom jornalismo ensina. O PCA dos Aeroportos de Moçambique volta a entrar em contacto a dizer que ele pode voltar a dar mais explicações sobre o caso. Para nós como um Jornal independente, e primeiro neste país, um Jornal que segue o caminho de integridade, independência e liberdade, que antes de publicar uma coisa, procura ouvir várias fontes sobre aquela mesma matéria, achou prudente o editor Fernando Gonçalves ir ouvir o Cambaza para ele explicar. O Cambaza deu a explicação que deu, foi mostrar as casas. E havia um outro processo feito pela Inspeção-Geral das Finanças (IGF) que tínhamos que ir ouvir a IGF. Então, o Fernando Gonçalves diz aos repórteres para ouvirem também a inspeção, porque investigou também esse caso. Mas Mavale estava com muita pressa para que a história fosse publicada, não queria perder mais tempo, por isso, foi a um Jornal que não havia de fazer perguntas, que não ia dar mais tempo. Levou aquele *dossier* foi ao jornal “Zambeze”, na altura dirigido por Fernando Veloso. O “Zambeze” pegou naquele *dossier*, publicou tal e qual o Mavale escreveu, ali só

faltava assinatura de Mavale, mas eles assinaram aquilo que o Mavale escreveu e no ultimo paragrafo dizem que na próxima edição, vamos procurar ouvir o visado. Isso é jornalismo? E depois espalharam o boato de que o “Savana” recusou em publicar isso e depois o GCCC pegou aquilo que foi publicado pelo Jornal e começou a seguir o caso. Mas o Cambaza não fez nada de extraordinário, fez tudo o que outros também faziam, exactamente aquilo, tirar dinheiro patrocinar o partido, foram reabilitar aquela escola. A pergunta é porquê que foi Cambaza naquele momento? Porque Cambaza roubou fora do tempo, no momento exactamente em que aqueles precisavam de um exemplo. Mas se tivesse roubado num outro momento, não seria teria sido preso. Foi aí que o debate sobre a corrupção estava em alta, e aquele caso, antes de chegar aqui, foi remetido ao GCCC, só que Gabinete não prosseguiu com o caso. Muitos que vêm aqui ao “Savana” entregar *dossiers* sobre corrupção, dizem que primeiro foram ao GCCC e alguém de lá instruiu primeiro que venha tentar conseguir publicar isto num jornal para o Gabinete pegar via Jornal. Sabes é para quê? É para depois eles irem ter com a pessoa visada e dizerem: “camarada, já não podemos fazer nada, isto já é público, estamos a ser pressionados pela opinião pública a tratar este assunto”.

**P: Exploremos um pouco mais a relação entre os jornais e as fontes, sobretudo na fuga de informação. Não será pelo risco de perderem a investigação por estarem a ser pressionados que os procuradores vos dão certas informações?**

**FC:** Eu já tive muita experiência desse tipo. Já fui falar com um procurador, a mostrar-me e explicar-me e até ler os processos. Ele dizer esta aqui leia, mas não cita, dá a ideia mais ou menos do que está acontecer no processo. Eu cobri muito o “caso Manhendje”. Quando tudo começou, tive acesso a várias informações... porque era em torno de coisa pública, para que não fossem mais pressionados. Quando a coisa é só do conhecimento daquele procurador, o regime ou as pessoas envolvidas acham que podem controlar ou então pressionam aquela pessoa, mas aquele procurador que está interessado para que este caso vá em frente, ele recorre à comunicação social, e não qualquer jornal. Diz-se que “é melhor entregarmos naquele Jornal porque, quando sai naquele Jornal, as pessoas levam a sério, não vala pena entregar naquele Jornal”. Eles têm a noção e jogam muito com a credibilidade. Tem um jornal que colaborava connosco em trabalhos investigativos e depois trabalhamos em uma matéria e levou o tempo que levou. Levou por ai duas semanas a discutirmos e cada um apresentava as suas fontes, só que um ou dois meses

depois foram trabalhar com um outro jornal e depois nós procuramos saber a razão do abandono e eles nos responderam que nós fazíamos demasiadas perguntas, “querem perguntar mais, querem cruzar mais fontes, a nós não nos interessa, é lançar a bomba”.

**P: Visto que há muitos jogos de interesse, os jornais também podem ser usados para manipular a opinião pública, nesses casos. Quer comentar?**

**FC:** Cabe ao jornal e aos jornalistas fazerem o seu papel de não se deixarem manipular. Num processo, se um advogado achar que o seu cliente vai ser penalizado, pode condicionar a opinião pública, com outro tipo de elementos que não transpiraram dentro do julgamento. Então o juiz acaba também ficando condicionado. Mas também cabe aos jornais ver até que ponto, aquele advogado, aquele réu que vem ter comigo, não quer me manipular, não quer desviar o assunto, cabe ao jornal exercer também esse papel. Um exemplo deste caso, e que gosto de falar dele, é o julgamento de Manhendje. Aquilo começou com a detenção de Manhendje, foi detido Fideles e todos aqueles que estavam ali. O Fideles, mais um outro chamado Culete, pelo cruzamento de todas as fontes que tínhamos, não tinha muito a ver com aquele assunto. É o antigo PCA do INSS, que agora está a dirigir o Conselho do Centro de Conferências, Joaquim Chissano. Os procuradores começaram a tratar aquele processo. Mas os outros procuradores, tipo Paulino, mesmo na Presidência da República, não percebiam bem a final de contas o que estava a acontecer. Um dos advogados daquele caso trouxe elementos. Qual foi o papel dele a final das contas? No Ministério do Interior, foi criada uma coisa chamada “Chicamba Investimentos”, que, por sua vez, criou uma coisa chamada “Onipol”, que é uma fábrica para confeccionar fardamento da Polícia porque a visão de Manhendje, na altura, é que se tinha que produzir, internamente, aqueles fardamentos para polícias e criou-se essa empresa, mas cópia duma outra empresa criada no Ministério da Defesa, que produz aqueles fardamentos. A concepção daquela empresa no Ministério da Defesa foi essa, porque ele é militar, então criou o tal projecto para o Ministério da Defesa, e o Estado detinha 50% e os outros 50% era detido por antigos generais. Agora a empresa é 100% do estado. Quando Manhendje vira ministro daquilo, queria também uma empresa para fardamento da Polícia, e convida aquele ali, eu estou a pedir da mesma filosofia do que você fez lá, peço para criar também aqui e aquele fez esse papel, como uma espécie de um consultor. Fez isso e criou 50%, aquilo foi o Ministério do Interior, eram de 10 generais do Ministério do Interior, que incluíam Jorge Khalau e Armando Correia.

Ele fez isso e saiu. Mas nas investigações da Procuradoria, era que a tal de “Chicamba Investimentos” foi usada para drenar dinheiro do Ministério do Interior. “Quem criou a empresa é este aqui, anda cá” e foi à cadeia. Nós quando tivemos acesso a essas informações e se trabalhou no artigo que foi publicado no Jornal, os outros que não faziam parte daquele grupo, mas tomavam decisões a mais alto nível, tomaram conhecimento da verdadeira situação daquele processo. Mesmo no processo de Manhendje este não pode ser julgado pela lei 1/79.

**P: Essa questão de que “esses não são nossos”, acaba ajudando a eles próprios...**

**FC:** Então aquilo quando foi publicado foi lido na Presidência da República, foi lido pelo Paulino (Augusto Paulino, antigo procurador-geral da República), e àquele senhor depois não foi pronunciado, foi o pouco dos únicos que não foi pronunciado, mas aquilo estava lá. Nós como Jornal não compramos apenas a versão daquele advogado que veio nos mostrar, cruzamos várias fontes e mostramos que “não, isto aqui é isto” e avançamos por aí.

**P: Muitas das histórias sobre corrupção não são da iniciativa do próprio Jornal. Porquê esse défice de jornalismo investigativo?**

**FC:** O processo do jornalismo investigativo, sobretudo de investigar casos de grande corrupção da iniciativa do jornal, requer tempo, recursos e competência. E essas três coisas rareiam, não temos, por isso fazemos como podemos fazer. Nós podemos achar que estamos a desconfiar de um caso de tráfico, ou algo anormal em Vilaculos onde estão a surgir grandes mansões ou há muitos barquinhos que vão para o mar e não voltam, mas precisamos colocar um repórter, uma equipa inteira de investigação. Essa equipa deve ser colocada com meios, financeiros e materiais.

Esse repórter tem de penetrar naqueles bares, sentar, tomar um bom whisk, até andar com uma boa prostituta, ou levar a ele com a família dele, para não parecer que ele ali está a investigar. Enquanto a família nada, ele vai ao bar, ouvir pequenas conversas, falar com os pescadores e até se voluntariar a ir com eles ao mar. Isto tudo requer recursos financeiros e além de recursos financeiros, requer também perícia, astúcia e competência daquele repórter. Onde é que tu vais buscar isso? Há cerca de 10 anos, colocamos um repórter em Cabo Delgado para ir investigar tráfico de drogas; esse repórter ficou lá um mês; pediu reforço de dinheiro e voltou um pouco maluco, não houve texto, não houve nada e no dia seguinte já estava a pedir demissão. Foi

embora e voltou mais tarde, um pouco transtornado e nunca nos explicou até hoje, o que terá acontecido para ele voltar assim. Então precisa-se de todas essas componentes.

**P: A abundância da corrupção em Moçambique reflecte-se ou não num maior acesso à documentação?**

**FC:** A maioria dos casos de corrupção, que foram denunciados, resultou de denúncias, devido a conflito entre grupos que estavam a roubar.

**P: Está mais que claro que as notícias chegam a partir de conflitos, com denunciante que, em maior parte dos casos, são implicados...**

**FC:** Sim, mas depois que a denúncia chegar a partir de lá dentro, do denunciante, há um outro trabalho que o Jornal faz. Exemplo o denunciante mandou um e-mail e diz que há um problema na cidade da Beira. Nós não temos que nos fiar apenas àqueles papéis. E nem é apenas uma questão de depois se pegar no número de telefone e se ligar para Daviz Simango (edil da Beira) e acusar, do tipo os “denunciante são um grupo de frustrados, não levei nada”, e depois publicar. Não deve terminar por aí. Às vezes temos de colocar alguém lá, temos que pegar em cada papel, naquele calhamaço, seguir pistas, se ele diz que estão a depositar na conta X, ir procurar junto do banco de quem pertence essa conta.

**P: No “Savana”, os mecanismos de verificação funcionam? Do tipo se alguém achar que quer tirar um ministro, pode forjar documentos e o sucesso da publicação ser a 80%.**

**FC:** Nós não embarcamos nesse tipo de coisas. Isso é como alguém que abre jornal, como acontece muito neste país, como uma banca que se coloca na rua para vender doces, usando o Jornal para fazer expedientes políticos ou outro tipo de expedientes e extorquir fontes. Felizmente, nesta casa, isso ainda não chegou e temos nos aconselhado, no sentido de que aqui é para se fazer um bom jornalismo. É verdade que onde se trabalha comete-se erros e também há pessoas que vêm de onde vêm e não sabemos como foram educadas, e podem ser aliciadas. Mas quando nós descobrimos esse tipo de aliciamentos tomamos medidas duras. Houve um exemplo reportado, dum jornalista investigativo, aqui connosco, que embarcou para esse tipo de expedientes, tomamos medidas e já não está aqui. Mas as ferramentas que usamos, com todas essas dificuldades que eu estava a falar, como falta de recursos e de pessoas competentes para

seguirem esse tipo de casos, é no sentido de tentamos fazer o mínimo para que a história saia com credibilidade

**P: Porquê que as fontes, sobretudo as fontes no poder, se fecham ao “Savana”, mesmo quando que foi o “Savana” que iniciou caso e preferem recorrer a outros jornais. Um dos exemplos foi do juiz Mondlane que, mesmo o seu caso tendo começado no “Savana”, foi dar entrevista por completo ao “Domingo” a desmentir o “Savana”. Será que o “Savana” se fecha ou é a visão de que “não são nossos”?**

**FC:** É a visão, claramente, de que “não são nossos, estão ao serviço do imperialismo, estão ao serviço da mão externa”, que é a retórica que marca, sempre o governo da Frelimo, aquela ideia de que “vão falar e não vai dar em nada. Ladrem e depois a caravana passa”. É essa ideia que eles têm. E vão ao Jornal “Domingo” porque é um jornal governamental, é ali que vai ter um tapete vermelho, vai ser tratado sem ser questionado, vão entregar um gravador, até o repórter pode ir ali ao Djambo e tomar uma cerveja e dizer para o juiz “quando terminar de falar pode desligar aqui e depois me chama, não é questionado. É, exactamente, assim que acontece quando acham que estão a ser atacados.

**P: Podemos dizer que os conteúdos, por exemplo, de um Jornal como o “Domingo”, praticamente pertencem, por completo, às fontes? Do tipo são as fontes quase que os fazem?**

**FC:** É editado na Perreira de Lago (localização da sede da Frelimo, em Maputo). Ter aqueles a editar ou ter o Niquice (António Niquice, porta-voz da Frelimo) a editar é igual. É extensão do gabinete de propaganda do partido Frelimo.

**P: Explorando mais o ponto de corrupção, vocês escrevem para quem, para que tipo de leitores? Certamente que escrevem também para vender, e não apenas para cumprir com a vossa missão!**

**FC:** Quando escrevemos, a ideia é vender o Jornal. Escrever sobre corrupção com profissionalismo, com qualidade, sem sensacionalismo, esse é que é o nosso papel. Escrevemos para todos seguimentos. A questão do conflitual é quando somos sensacionalistas, quando vedemos coisas falsas, quando um senhor que vende banana diz que “o Guebuza é ladrão, é corrupto” e irmos colocar na capa essas palavras. Isso é sensacionalismo, é para arrastar massas,



e, quando tu exprimes, não sai sumo nenhum. Como havia dito, procuramos casos de grande corrupção, tratamos com profissionalismo, porque o nosso princípio é independência, é credibilidade e credibilidade vende, sustenta a longo prazo. A credibilidade fideliza. Começas a ter leitores fieis ao Jornal, que compram o Jornal não pela capa, mas porque o Jornal é credível e fiel. O sensacionalismo pode te dar dinheiro, numa semana, mas passado algum tempo, as pessoas pegam no jornal e ficam à espera da próxima edição para ver se há um desmentido ou não. Aqui não. Não temos processos judiciais. Desde que estou aqui ninguém foi levado ao Tribunal porque as matérias estão lá, sustentamos, temos factos e até temos documentos que comprovam.

**P: Há quem diga que há jornais que nascem no contexto da corrupção para alimentar mais práticas dos seus jornalistas, que não encontram espaços em jornais sérios, mancomunando-se, por assim dizer, com encomendas políticas.**

**FC:** O problema é que, em Moçambique, não há critérios é muito fácil abrir um jornal, qualquer um. Aquela senhora que vende massaroca pode ir ao GABINFO (Gabinete de Informação) cumprir com aquelas pequeninas regras, abre um jornal, vai buscar o filho, porque não estava a fazer nada e coloca como director. O jornal está circular na rua e a atacar pessoas e muitas das vezes vão à procura de alguma coisa sobre aquela pessoa, e depois chega e diz “meu amigo, eu tenho isto sobre ti” e, aquela pessoa, como não quer ver a sua imagem exposta no jornal, às vezes não fez nada, mas não quer porque sabe de que, independentemente, dele provar que não fez nada, ele será manchete naquele jornal e será manchado, então, paga algum dinheiro. Isto vai alimentando. Há muitos jornais, que não vou citar nomes, mas andando na rua pode-se ver, que nasceram para fazer isso, sem capacidade, competência, nem nada.

**P: Um dos problemas de liberalismo é que vem a servir a corrupção na dimensão interna.**

**FC:** Só que isso depois tem um problema. Se reforças os mecanismos e fechas mais o círculo na abertura dos jornais, vão te atacar de outra forma, vão aparecer outros a dizerem que não há liberdade. Mas a liberdade de imprensa não poder ter como indicador apenas a existência de muitos jornais, rádios, televisões, precisamos de avançar na qualidade

**P: Uma questão crítica da liberalização no sector é mesmo a falta de regulação.**

**FC:** Alguém abre um jornal, fica um mês no mercado e desaparece e não acontece nada. Já viste algum editor, ou proprietário de um jornal à barra do tribunal porque aldrabou um leitor porque o jornal dele não foi à rua. Ele basta dizer que não teve dinheiro para imprimir. O Jornal “O Público”, às vezes, não vai à rua porque não tem dinheiro para imprimir. Porque a SPI (braço empresarial da Frelimo), comprou 60% daquele Jornal, mas tinha um objectivo, que era copiar um modelo feito em Angola, de comprar para fechar. Primeiro tentaram fazer com o Jornal “Magazine” e, numa primeira fase, não conseguiram, mas depois conseguiu-se agora, até que, numa das primeiras reuniões do “Magazine”, foi recomendado para se tratar bem o presidente da República e a sua esposa.

### **Jaime Cumbana, Ex-Repórter do Jornal Domingo**

**Pergunta (P):** Como é que os assuntos sobre corrupção chegam ao Jornal (“Domingo”)? Por exemplo, quais os principais critérios, na altura em que era repórter, que eram usados para levar os assuntos à redacção?

**Jaime Cumbana (JC):** Não há um princípio a estabelecer que determinada equipa, pessoal ou editoria é que deve estar concentrada em assuntos de corrupção. O princípio é o seguinte: se a Procuradoria indiciou indivíduos da banca por corrupção, sendo a banca é um assunto de economia, o pessoal da editoria de economia é que vai cobrir. Se estão indiciados indivíduos do sector da Educação, Saúde ou Justiça, sendo estes assuntos que cabem na editoria do nacional, então alguém “do nacional” vai cobrir. No “nacional” estava Bento Venâncio, Jaime Cumbana, Salomão António, Abibo Selemane (...) e, normalmente, quando o assunto tivesse a ver com Justiça ou Educação, era: “Jaime, esse assunto é seu, vai cobrir”; se tivesse a ver com saúde: “Luísa Jorge vai cobrir”. Isto para dizer que o Jornal “Domingo”, por iniciativa própria, pelo menos nesses últimos anos em que passei por lá, não teve essa iniciativa de seguir assuntos de corrupção que fossem despoletados pelo próprio Jornal. O assunto tinha que ser despoletado de fora e nós, como jornal, fazer um acompanhamento do caso.

**P:** Mas existem assuntos, como foi o “caso Manhendje”, que até foi despoletado por entidades oficiais, mas que o Jornal só cobriu os últimos momentos, do julgamento até à

**sentença e, tal como este, pode haver muitos outros casos. O que é que explica esta situação?**

**JC:** Pode haver muitos outros casos. Aliás, mesmo aconteceu com o ministro Munguambe que também se seguiu, mas de uma forma assim muito *profile*, e até tentando dar corpo a uma ideia de que esses indivíduos não tinham culpa no cartório. O “caso do Manhendje”, como também do ministro Muguambe, aquilo enquadra-se numa questão de protecção. Um protecção editorial em função do status dos envolvidos. Os status dos envolvidos na esfera política é que não dava pujança ao próprio jornal para lhes julgar em praça pública.

**P: Diga uma coisa: nesses casos em que a cobertura é feita na tentativa de mostrar que o político X, que está a ser julgado, não tem culpa no cartório, mesmo quando as entidades judiciais, como a Procuradoria, já o dizem ou estão a seguir o caso, isso é negociado ou é iniciativa do próprio Jornal?**

**JC:** Há grupos de interesse, é por isso que, quando chega esta fase, o próprio repórter que vai fazer a cobertura desse assunto é indicado a dedo. Quando não é indicado a dedo, porque você já tomou a dianteira de cobrir o assunto, para não se deixar transparecer que o Jornal tem um interesse oculto, eles te deixam fazer a cobertura, mas fazem monitoria.

**P: Pode se dizer que há fontes de informação de fachada, cujos pronunciamentos são ensaiados para que saiam duma determinada maneira?**

**JC:** Eu não diria que sim ou não, mas que você vai ouvir aquilo, ouvia...

**P: Insistindo: para traduzir-se uma melhor imagem sobre o facto de fulano ser inocente, existiam ou não casos de se acordar com fulano para ser fonte de informação, com objectivo de cumprir o papel de dizer Y e Z?**

**JC:** Até isso poderia existir, mas quando já fosse um assunto que estivesse na esfera judicial, eu não me lembro de ter acontecido e também mesmo que existisse, não estou a ver um indivíduo a querer ser uma fonte a favor de alguém que já está a ser indiciado pela Procuradoria-geral da República. O que existia era: por cima daquilo que a Procuradoria-geral da Republica diz, fontes invisíveis que têm outros factos, fazerem chegar esses factos ao Jornal ou ao directório que, por sua vez, fazia chegar ao repórter e o repórter transportava isso para o texto. Então, no texto era

possível perceber que “daqui até aqui” é o pronunciamento da Procuradoria-geral da República, que está a indiciar este indivíduo, mas “daqui para aqui” são outros factos, neste caso, os trazidos por essas fontes invisíveis.

**P: Como quem diz, para além disso de mau que vocês vêem nesse indivíduo, existe também este lado bom, neste caso, usando o Jornal como um espaço alternativo para mostrar uma outra visão dos factos?**

**JC:** É justamente para contra balancear aquilo que a Procuradoria-geral da República traz para indiciar o indivíduo. Por exemplo, no “caso Diodino Cambasse”, o Jornal “Domingo” já havia escrito antes de ele falar, em sede de julgamento, que ele usou dinheiro para pintar a escola da Frelimo.

**P: Mas essas informações também são tramitadas com os advogados, que, eventualmente, antecipam-nas para os Jornais; ou não?**

**JC:** Nós, ao nível da redacção, não havemos de saber porque, havendo negociação, essa informação é trazida à pessoa do directório, então é o directório que chama o repórter que está com o caso, mas se por acaso ele perceber que esse repórter não é da sua confiança, ele nem se quer chama o repórter, chama, directamente, o chefe de redacção e diz: “olha, o Jaime está a cobrir um assunto X, ele hoje esteve no julgamento e falou-se isto, mas há uma outra informação, que é esta, que ele não tem. Esta informação deve constar do texto”. O chefe da redacção ou o editor, quando estiver a editar o texto, vai acrescentar esses dados, então, por aí não há negociação, esse é um dado que o editorou chefe de redacção tem com o seu superior hierárquico e, aí, ele impõem-se como *gatekeeper* para fazer isso passar.

**P: Falávamos das situações em que os jornais não completam as histórias, propositadamente, ou não. Uma história é iniciada por um jornal e completada por um outro jornal, em termos do contraditório. Como é que avalia isso? Há casos em que o “Savana”, por exemplo, acusa e sempre que há que responder, as respostas não estão no “Savana”, alegadamente, por inacessibilidade das fontes, mas em contrapartida, estão no “Domingo” a darem entrevistas por completo. Porquê? Será o nível de conforto? É a abordagem do Jornal?**

**JC:** As duas coisas. O conforto que ele tem com o Jornal “Domingo” no sentido de que aquilo que disser será, fielmente, redigido ou por ele saber que está a falar para um órgão que é do sistema, cuja abordagem não é incisiva, o que lhe deixa sossegado no sentido de que “se eu disser que não, que eu cheguei e combati a corrupção e hoje estou a ser acusado de ser o corrupto, então, o Jornal ‘Domingo’ vai escrever assim, enquanto o ‘Savana’ vai escrever assim e vai colocar mais: eventualmente que o próprio Mondlane acabou caindo nas malhas dessa própria corrupção”. Então, ele sabe que o Jornal “Domingo” vai só escrever o que ele disse e não vai colocar o mais.

**P:** Então, sentem essa ideia de que vocês têm acesso aos políticos devido à fidelidade que eles nutrem pelo “Domingo”? E sobre a corrupção, porquê o “Domingo” não investiga, por si, esses casos, e não esperar que eles venham de fontes oficiais como são os assuntos em andamento nos Tribunais. Serão limitações objectivas ou não há espaço no Jornal, a esse nível, mesmo que as pessoas tragam as histórias?

**JC:** São dois momentos. O primeiro - eu não estava lá, mas diz-se que no Jornal “Domingo” essas coisas eram feitas - na altura em que o chefe da redacção era Salomão Moyana e a redacção tinha como repórteres Bento Balói, Mabunda, Alar, que ainda hoje esta lá, Artur Saíde, Belmiro Adamugy, eram 8 pessoas, Salomão António (...) - nessa altura, mesmo eles tendo como director Matine, ele não passava pelo Salomão Moyana (...) o “Domingo” ia mais longe com a investigação. Segundo eles, nessa altura, buscavam histórias, mas, de um momento para o outro, deixaram de se reflectir no próprio Jornal, não sei quando e porquê. O que lhe posso garantir é que, durante os 8 anos que passei daquela redacção, vi apenas uma ou duas reportagens. Até coisas de desporto, que muitas vezes não têm muita relevância, são songadas. Sobre assuntos de política e economia, que mexessem com a alta estrutura do poder, eu não via serem investigados. Em nenhum dia vi o “Domingo” a abrir espaço para investigar homens da política ou negócios, exceptuando este caso que Bento Venâncio fez sobre a corrupção no património do Estado, na parte de viaturas. Mesmo aí senti e percebi que aquela reportagem passou no Jornal e não houve nenhum problema porque não envolvia ninguém da alta estrutura, nem política, muito menos económica, o único indivíduo que estava indiciado ali era um tal de Couto que, alegadamente, era sobrinho do ex-vice ministro das Finanças, Pedro Couto, mas o tal Couto não pertencia à alta estrutura política e pronto, este assunto passou. Mas um assunto que tivesse relevância e que

fosse da iniciativa do Jornal não vi, mas não posso dizer que não existisse, o ponto é que, mesmo existido, o próprio repórter já sabia que, ou vai gastar tempo dele perseguindo isso porque não seria publicado ou se perseguisse e chegasse a bom termo não teria a protecção e ajuda do Jornal.

**P: O que acha que fez com que houvesse essa tendência do Jornal perder a sua autonomia num contexto de mais liberdade como este?**

**JC:** É uma espécie de dever de gratidão. As pedras no jornal “Domingo” foram colocadas numa forma em que tudo girava em torno de um único eixo, chamado directório. Exceptuando (Belmiro) Adamugy, todos outros que, hoje, estão naquela redacção, vieram ou estão ali com beneplácito ou autorização “dos extras” e, quando é assim, não há poder de se dizer “não” porque depois há quem diz “eu te trouxe para aqui e hoje você me faz isso”.

**P: Em que momento Matine foi director e depois administrador?**

**JC:** Em 1989 que ele passou para chefe de redacção e Salomão Moyana era chefe de nacional. Em 1990, Matine passou para director-adjunto e Salomão Moyana passou para chefe de redacção. Depois, quando Mia Couto saiu para a AIM (Agência de Informação de Moçambique), ele assumiu a pasta de director. Então, desde o princípio dos anos 90 que ele se tornou o director do Jornal.

**P: Dum momento para o outro, o “Domingo” transformou-se de um Jornal de cultura para um Jornal, eminentemente, político, nos moldes em que ele está hoje? Até que ponto a estrutura de liderança do Jornal pode explicar essa transformação?**

**JC:** O próprio estatuto do Jornal “Domingo” está muito claro. É um Jornal para entreter e recriar, é um Jornal de natureza cultural, mas de repente se transformou naquilo que muita gente diz na rua e nós próprios de lá do Jornal não tínhamos como negar isso: que era um panfleto político. Na verdade, tornou-se num panfleto político e você não tinha como negar isso porque os factos diziam e você não podia negar algo que é visível. A saída de Salomão Moyana, Lourenço Jossias para irem criar a mediacoop, em 1991, a saída do Bento Balói para o Banco de Moçambique e do Mabunda para a redacção do “Notícias” como editor, contribuiu muito porque criou um vazio porque foi a classe que não tinha entrado ali pela mão de Matine. Só ficou Salomão António, os restantes, todos foram embora. E o Matine arranjou condições para expulsar o Salomão António,

que só voltou dois anos depois, porque o Albino Magaia, na altura director-geral do Jornal “Noticias” e o Rogério Siteo, conseguiram fazer um documento que deitou abaixo tudo sobre o que Matine acusava o Salomão António. Matine criou isto para que todos aqueles indivíduos que haviam entrado com ele, em pé de igualdade, não estivessem ali, e todos outros vieram ele estando lá, portanto, ele autorizou, puxou ou chamou e colocou ali. Portanto, logo à partida, todos estes indivíduos têm uma espécie de dívida que gratidão. Quando ele te chama, ele te pergunta “afinal porquê você está fazer isso afinal, eu te trouxe aqui para isso, você logo tem o seu sentimento de coração e começa a dizer que foi ele que me trouxe mesmo, agora eu estou a apunhalar-lhe pelas costas, será que eu devo fazer isso”? Então, você acaba perdendo a sua autonomia jornalística para seguir um assunto e aprofundar e ainda bater cara de frente com o director, apesar de você ter essa possibilidade e esse espaço, você acaba não fazendo porque você acaba desafiando alguém que te deu pão.

**P: Em 8 anos no jornalismo, certamente, que viveu muita coisa. Tomando como base as suas vivencias, podemos dar como um facto a ideia de que há alguns jornalistas que “matam” histórias de corrupção em troca de dinheiro, acabando por tornar o Jornal num espaço de crime organizado?**

**JC:** Isso é uma realidade que está presente, infelizmente. Mas eu nunca aceitei por causa de dinheiro “matar” uma história, mas é uma realidade. Transforma-se uma conversa de café em notícia por causa de dinheiro, uma coisa que não é nada, que nem dá para nota de rodapé.

**P: Está a dizer que, na cobertura sobre política, há muitas inverdades, do tipo uma história no “Savana” sobre roubo, enquanto na verdade é uma conversa de café e, no “Domingo”, que alguém fez uma coisa boa, enquanto é uma inverdade?**

**JC:** Infelizmente, temos grupos para tudo aqui. Por exemplo, há coisas que não podemos negar e sabemos que a TVM (Televisão de Moçambique), a Rádio Moçambique (RM) e a Sociedade do Notícias, estão controlados pela esfera política deste país, isto é um facto, não vale a pena nos desviarmos. Você, como jornalista, pode dizer que “hoje eu quero rebentar (...), mas nós vimos o programa “Quinta à Noite” da TVM, nós não notamos, mas o Jornalista tem dois microfones, um era para comunicar e outro que estava a receber orientações directas do chefe, a dizer “epá, não chega? Estás a fazer perguntas muito duras! Não faça mais perguntas a ele, agora pergunta isto!”.

Essas coisas são uma realidade e acontecem tanto para televisão, para rádio, como para a imprensa. Do tipo “entrevista essas pessoas aqui, então as pessoas aparecem ali e são entrevistadas”, então, o jornalista, também tenta meter um e outro. Ou seja, mandaram-lhe colocar essas três, mas ele vai ter com uma fonte e diz “sabes que o poder mandou entrevistar três pessoas, o presidente vai assistir, o primeiro-ministro vai assistir para ver como pensam essas pessoas. Para além dessas três pessoas, eu quero meter a si também e se você ‘bombar’ bem, o presidente irá ver que, afinal, temos um quadro ali, mas qual é a parte que vai pôr?” Essas coisas são uma realidade em redacções como da TVM, RM ou “Notícias”.

Mas também acontece nos chamados órgãos de comunicação independentes muito pela vertente económica. Por exemplo, há instituições e pessoas que a STV (Soico Televisão) não ataca em nenhuma hipótese, mas são pessoas da esfera económica. E porquê não ataca? Não ataca porque a primeira pessoa que entra na sala é o Daniel David (Presidente do Conselho de Administração do grupo Soico, proprietário da STV) a dizer “senhor, nem pensar, nem uma linha a atacar essa instituição, nem uma linha a atacar esse indivíduo, se você tentar fazer isso, amanhã você já não trabalha aqui”. Porque sabe que aquele indivíduo é quem põe dinheiro naquela instituição. Mesma coisa acontece no “Savana” ou no “Canal de Moçambique”, eles podem dizer que a TVM, a RM e o “Noticias” estão a reboque da Frelimo ou do governo, mas eles também estão a reboque de certas pessoas que nós, como jornalistas, conhecemos. Nós podemos até dar nomes e dar factos, isso para dizer que toda a comunicação social tem os seus patrões, tem o seu rabo preso em algum sítio.

**P: Falemos das histórias como um factor económico, histórias que “morrem” sem serem publicadas.**

**JC:** Isso existe. Lembro-me duma vez que fui aos Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM) ter com Libombo, eu estava de colete escrito “imprensa” e ele disse: “Cumbana, meu amigo, vai chegar uma altura que você não terá orgulho de andar com esse colete” e eu perguntei porquê e ele disse que “alguém veio ontem dizer-me assim: Libombo, eu tenho esta história aqui, com a qual estou para rebentar com os CFM, ponha dinheiro na mesa ou eu publico isso, então eu disse nem uma nem outra, não ponho dinheiro na mesa e nem pego esse texto, vai lá rebentar com os CFM. Caminhos de Ferro é Moçambique e você nunca vai rebentar com os Caminhos de Ferro, vai lá publicar isso para veres se Caminhos de Ferro não estará aqui onde está”. É uma história



que morreu, ou teria morrido se Libombo tivesse aceite dar dinheiro. E disse que isso só envergonha a nós como jornalistas, dando exemplo de cinzentinhos (como são vulgarmente conhecidos os agentes da Polícia de Protecção) que, quando saem do serviço ou de casa, não parecem cinzentinhos, porque metem uniforme na pasta, porque não têm orgulho da profissão deles; escondem-se da profissão deles, então o jornalista também vai fazer isso.

Portanto, há um indivíduo que pega num texto e vai chantagear uma instituição, há outros que primeiro publicam sem ouvir a fonte visada, para depois ligarem dizendo que ainda têm mais “bombas”, mas “se nós podermos conversar, podemos não continuar”. São realidades, não vala pena nós ocultarmos. Há outra realidade, estamos em um evento onde fala tanta gente, então ele diz “aqui falaram muitas pessoas, mas eu só quero três, então estou a pensar em pôr a ti, falaste umas boas coisas, tens boas ideias”, mas quando a fonte diz que “não dá para almoçarmos juntos”, aí o jornalista “mata” alguém que falou uma coisa muito importante, mas porque o jornalista tem benefícios dele, preferiu “matar” para dar espaço aos apetites estomacais dele.

**P: Na sua análise, quais são os grandes limites da agenda e da cobertura sobre a corrupção em Moçambique? Uma das questões de que antes falava era a protecção institucional. Queria explorar um pouco mais isso?**

**JC:** Tirando a falta de protecção institucional, temos muitos factores que nos repelem de fazer um jornalismo de investigação. Primeiro a nossa própria fragilidade. Hoje no nosso país só podemos talvez falar de três ou quatro pessoas que fizeram um jornalismo de investigação que tiveram sucesso e que foram nominados neste país. Falecido Carlos Cardoso, Marcelo Mosse e Salema, depois há uma segunda vaga de outros que foram tentando, Luís Nhanchote, Bento Venâncio, Lázaro Mabunda e hoje “aquele menino”, Matias Guente. Estão a tentar, mas investigação como tal (...) Carlos Cardoso para obter aquelas informações, ele tinha duas vantagens: um era a cor da pele e outra é porque ele pagava e sabia que para ter uma boa coisa e ser diferente dos outros, era preciso investir. Matias Guente hoje tem muitas informações, mas quem está trabalhar para ele é Veloso que está em Portugal, ele aqui só vai dar andamento, vai dando razão, outro só manda e-mail, aquele indivíduo tem sua agenda, está usar as suas instâncias turísticas, pessoas de fora deste país que tem suas agendas próprias e vão lhe dar dinheiro. Ele usa esse dinheiro e faz transparecer no jornal “Canal de Moçambique”. Um dos maiores

investigadores talvez seria o Nhanchote que tenta se dedicar a tempo inteiro para o jornalismo de investigação, mas não tem dinheiro.

**P: Onde está o Nhanchote?**

**JC:** Está ver...! O Nhanchote, na verdade, não está em sítio algum, é *freelancer*, mas é um jornalista investigativo e ele próprio é fundador e mentor da Associação dos Jornalistas Investigativos, mas ele não tem sucesso, justamente, porque tem essas barreiras. Primeira limitante é a nossa preparação técnica, como jornalistas, para fazer uma investigação. Não temos uma preparação técnica adequada. Segundo, a barreira económica, porque não temos meios para poder “furar”; terceiro, a protecção. Essa parte da protecção parece brincadeira, mas é muito importante. Eu vou dar um exemplo que vi no julgamento dos raptos, porque eu fiz uma cobertura de muitos julgamentos de raptos. Em plenas audiências de julgamento, os juízes chamavam o indivíduo que foi raptado e pedia aqueles raptos para baixarem, minimamente, a cabeça e perguntava ao indivíduo raptado se reconhecia alguns dos raptos. Eu não ouvi nem um a dizer que sim reconhecia, porque aqueles indivíduos antes de irem ao julgamento recebiam chamadas que diziam “senhor, se por acaso no Tribunal identificar, alguém da sua família já morreu” e aquele indivíduo, porque passou dias em cárcer privado, sabia de como são aqueles indivíduos e para sair teve que pagar dinheiro. E nunca havia de reconhecer porque a Polícia não tinha nenhuma capacidade de lhe proteger. É o mesmo no jornalismo.

**Raul Senda, Repórter do Jornal Savana**

**Pergunta (P): O que vos move, enquanto jornalistas do “Savana”, a seguirem casos de grande corrupção, que é aquela corrupção que, geralmente, envolve pessoas da elite?**

**Raul Senda (RS):** O próprio processo de elaboração de uma notícia é avaliado em função do interesse público da matéria em alusão e uma das coisas que o jornalista pretende transmitir ao seu leitor são acontecimentos do meio dele (o leitor) e que sejam do interesse público. Neste caso concreto, a grande corrupção é um grande mal que enferma a sociedade e, directa ou indirectamente, afecta o próprio cidadão que confiou num gestor que se aproveita do facto de estar em frente de bens e, ao invés de fazer aquilo que é o seu papel, que é gerir para o bem geral, apodera-se daquilo. Então, sempre que se constata uma situação dessas, o “Savana” tenta denunciar que há um gestor público que está a se aproveitar de bens públicos para ele e não para

o interesse público. E quem faz notícias são nomes e figuras ligadas a áreas que, muitas das vezes, deviam até velar pela transparência, integridade e serem exemplares. É mais ou menos nessa lógica.

**P: Está a dizer que, a proeminência, quando associada à corrupção, confere à matéria um valor social muito importante?**

**RS:** Para ser sincero, a questão comercial é importante.

**P: Então, vocês denunciam porque acham que expondo, o denunciado irá mudar de atitude, ou porque a história vai vender?**

**RS:** Primeiro objectivo, ao denunciarmos factos ilícito como a delapidação dos bens públicos, é que possa haver alguma medida das autoridades competentes. É uma espécie de alerta às autoridades competentes para tomem conta da situação. Só depois é que vem o objectivo de vender.

**P: E sentem que as vossas denúncias surtem efeitos? Alguém vos ouve e, em função disso, age?**

**RS:** Infelizmente, na maioria dos casos, não, porque, geralmente, são crimes de colarinho branco e, portanto, envolvem pessoas com altas influências, quer ao nível político, quer no judiciário.

**P: Os procuradores dizem que quando investigam os casos despoletados pela imprensa, muitas vezes, chegam à conclusão de que aquilo que saiu no Jornal não tem elementos suficientes para constituir ilícitos criminais. Isso não se deve a fragilidades dos mecanismos de investigação que são aplicados?**

**RS:** Infelizmente, nós também temos esse défice. A nossa capacidade técnica, profissional e material, no grosso das redacções, não permite que se faça uma investigação de fundo que consiga furar até aos esquemas e corredores mais fechados para se extrair a informação. No entanto, no seio das próprias instituições, há, também, um clientelismo fora do comum. Várias vezes os jornais divulgam assuntos com factos claros e provas. Vou dar um exemplo: o antigo procurador-geral da República, o juiz (Augusto) Paulino foi identificado num escândalo em que ele apoderou-se de um dinheiro do Tribunal para comprar uma propriedade privada e foi

denunciado e provado; a justiça anunciou a devida instrução, mas depois fechou e arquivou o processo. Mas as evidências estavam lá. Temos o caso do antigo presidente do Conselho Constitucional (Luís Mondlane), em que há documentos que provam tudo, mas até hoje nem o Tribunal Supremo, muito menos a Procuradoria-geral conseguem explicar o paradeiro desse processo.

**P: Algumas reportagens sobre a grande corrupção, mesmo havendo condições para serem continuadas, são descontinuadas. Isso não terá a ver com encomendas? Existe ou não um jornalismo de envelopes na cobertura de casos de corrupção?**

**RS:** Existe, mas há exceções. Claro que é do interesse da fonte não se ver exposta na praça pública e sempre que poder recorrer às vias ilícitas para poder controlar, recorre e depois encontra o jornalista numa situação frágil. Isso não é argumento para o jornalista deixar de fazer aquilo que é o seu dever, mas essa é a realidade.

**P: Confirma que há fortes pressões e vários mecanismos que se usam para travar histórias sobre corrupção?**

**RS:** Exactamente. Isso é comum. Há um sentido de preguiça da nossa parte e é comum, de facto, o repórter colectar os dados e depois não dar continuidade ao assunto. Do tipo, “despoletei esse assunto, os factos são esses e depois as autoridades judiciais disseram que estavam a abrir um inquérito, abriram o inquérito, como está, em que processo está, qual é o desfecho”, mas só ficamos por aí.

**P: Um dos argumentos comuns dos problemas éticos no jornalismo é a precariedade da profissão. Os jornalistas são acusados de se envolverem em práticas corruptas para ter dinheiro. Mas também há o argumento de que o mesmo jornalista está envolvido em muitas outras coisas que não lhe permitem ter tempo para dar continuidade às histórias. Acha que isso também influencia no jornalismo investigativo, nomeadamente, na qualidade e no segmento das histórias?**

**RS:** Eu acho que o jornalismo investigativo também exige uma mestria que, entretanto, falta em muitos de nós. Mas o jornalismo investigativo exige também comprometimento com a causa, tens que ter amor pela causa, então, aquele espírito de comprometimento é que falta em muitos de nós

jornalistas. Faz trabalho porque tem de dizer que esta semana produziu alguma coisa e prontos. Há bons jornalistas que fazem muita coisa, mas trabalham, portanto, é só uma questão de espírito de sacrifício e amor à profissão.

**P: Há muito que se diz que o jornalismo perdeu as suas referências. As pessoas quando chegam num determinado nível profissional, largam o jornalismo. O que se passa, afinal?**

**RS:** Acho que isso deriva do facto do próprio mercado do jornalismo não ter futuro, é um mercado que não é capaz de satisfazer as expectativas mínimas de um ser humano normal. Um jornalista também tem um certo tipo de necessidades. Portanto, apesar de amar a profissão, precisa de algum capital, pelo que, sempre que aparece uma oportunidade melhor, o jornalista não hesita. E temos aqui esse mercado das ONG's (Organizações não-governamentais) e o mercado das assessorias.

**P: Será que a Lei da Proibição Pública influenciou muito para a taxa dos abandonos, tendo em conta que antes da Lei as pessoas misturavam o jornalismo e a assessoria?**

**RS:** Quando uma pessoa está entre ter uma vaga no Ministério e tem uma vaga no jornalismo, não pensa muitas vezes e, como não pode fazer as duas coisas, vai optar por ir onde vai ter combustível, terá o décimo terceiro vencimento e viagens.

**P: Portanto, o jornalismo é usado como um espaço de passagem. E como é que interpreta o facto de fontes indiciadas de corrupção não aceitarem falar ao jornal que inicia o caso e preferirem responder num outro jornal, como fez o juiz Mondlane que negou falar ao “Savana” e foi responder ao “Domingo”?**

**RS:** O problema é que muitas fontes não estão preparadas a se confrontar com uma determinada realidade. São poucas as fontes que são confrontadas com uma determinada ilicitude que tenham cometido e que se abram para esclarecer, sobretudo, quando tem evidência de que esse jornalista tem provas. Então, ou a fonte procura uma forma de abafar a história ou, caso contrário, usa essa via de evitar o repórter. Mas no caso concreto do juiz Mondlane, o “Savana” até ouviu o visado porque teve o azar de, depois das nossas tentativas sem sucesso para falar com ele, interpelarmolo na abertura do ano judicial. O que aconteceu é que o “Domingo” apareceu com uma tentativa de lavagem de imagem do presidente do Conselho Constitucional, não no sentido esclarecer à

opinião pública sobre a veracidade dos factos. Contudo, a falta de contrariedade é muito comum no seio dos jornalistas, primeiro por causa da preguiça e, segundo, porque há situações em que o jornalista convence que tem uma história, mas depois de ouvir o contador, a história morre porque, nós jornalistas, muitas das vezes, quando vamos ter com a fonte e esclarece com A+B, dizemos que “vamos ignorar aquilo ou não fazer nenhum esforço para ouvir a outra parte”.

**P: Será uma forma de evitar que a outra parte saiba e pressione?**

**RS:** Não sei. Eu não sinto isso como forma de não pressionar, é mais no sentido da própria preguiça dos jornalistas.

### **Lázaro Mabunda, Jornalistas de Investigação**

**Pergunta (P): Como é que avalia o papel dos jornais em Moçambique na questão da corrupção, tendo como amostra o “Savana” e o “Domingo”?**

**Lázaro Mabunda (LM):** Tenho lido muito pouco o “Domingo”, nos últimos tempos, mas questões sobre corrupção são muito poucas no Jornal e isso se explica pelo facto de o “Domingo” pertencer à Sociedade do Notícias, detida em grande parte pelas instituições do Estado, portanto, instituições públicas e grande parte da corrupção, neste país, acontece, precisamente, nas instituições públicas que, logicamente, são controladas pelas mesmas pessoas que protagonizam esses casos de corrupção.

É só ver os casos ligados às dívidas públicas que, praticamente, passaram despercebidas nas reportagens do jornal “Domingo” e, se passaram, tratava-se da reacção do partido Frelimo, do Parlamento, entre outras alinhadas. Então, não se pode esperar muita coisa do jornal “Domingo” em relação a esta temática. Só se isso envolvesse os privados, mas, em Moçambique, a história da corrupção é mais no sector público. Havendo privados, esses privados vão buscar esses dinheiros no sector público.

Por sua vez, o “Savana” tem difundido casos de corrupção, mas tenho visto que maior parte desses casos é já despoletada e não são da iniciativa do próprio jornalista. São poucos os casos de

iniciativa do próprio jornalista. O grande problema é que na nossa imprensa não há jornalistas que estão especializados na área de investigação.

**P: Regra-geral, quando o “Domingo” aborda a corrupção, refere-se à pequena corrupção, e, quando trata da grande corrupção, é porque o caso já está num nível de tratamento pelas instituições judiciais.**

**LM:** É aquilo que eu estava a dizer, que os que protagonizam essa corrupção, essa grande corrupção, são pessoas que controlam os órgãos de Estado. Por isso que é mais fácil ir falar de pequena corrupção do funcionário público que foi detido porque estava a receber suborno.

**P: Há conflitos de interesse dentro do próprio poder político da Frelimo e, o Jornal, podia reflectir numa perspectiva de que são casos já públicos, mas o Jornal opta pelo silêncio. Veja, por exemplo, o caso Manhenje, que, praticamente, foi reportado no momento do julgamento. Como olha para isso?**

**LM:** Grande parte das acções do combate à corrupção do presidente (Armando) Guebuza, incidiram, sobretudo, sobre a grande corrupção e, a ideia que ficou, é de que aquilo reflectia, de facto, um conflito interno dentro do partido. Do tipo era uma tentativa de fragilizar uma ala que estava a emergir, que era a ala do antigo presidente da República, Joaquim Chissano. A única forma de atingir o presidente Joaquim Chissano era pegar as pessoas mais confiadas, os pilares da sua governação. Pegando essas pessoas, acusando-as, processando-as e julgando-as, se estaria a atingir a imagem dele e, de facto, quando Manhenje foi detido, o presidente Chissano saiu a dizer que não vê porque razão Manhenje estava a ser detido porque ele não é um criminoso perigoso ou nunca vai fugir do país. Aquela detenção de Manhenje era, justamente, para atingir Chissano e foi atingido, daí ter reagido. Não há como dissociar a prisão de Manhenje disso, tanto é que, de tantos crimes de que era acusado, foram provados dois, que eram crimes de dois anos de prisão e ele já tinha cumprido os dois anos de prisão. Claramente que aquilo era um conflito interno dentro do próprio partido Frelimo.

**P: Sendo algo que estava a acontecer dentro do partido Frelimo e que já era do conhecimento público, não acha que fosse tão natural que o jornal “Domingo” cobrisse o caso: Porquê o Jornal pautou pelo silêncio, se o caso já era público?**

**LM:** Justamente por causa dessas alas que existem dentro do partido, porque se o jornal falasse sobre Manhenje, estaria, de uma ou de outra forma, a fazer campanha de uma outra ala para atingir o Joaquim Chissano, e ele ainda tinha ou tem uma outra base muito forte que lhe defende dentro do partido e que controla ainda alguns órgãos de comunicação social. Entre o não fazer e o fazer, eles preferiram ficar no silêncio, não publicar para não fazer o papel dos outros e atingir os outros. Então, o silêncio, para mim, foi a melhor estratégia que eles encontraram.

**P: Mas não acha que uma actuação deste género, para um Jornal da dimensão do “Domingo”, com a história que tem, e sustentado com fundos públicos, o Jornal se esteja a demitir da sua responsabilidade na sociedade?**

**LM:** É preciso também perceber o nosso contexto político, que não permite que esses órgãos tenham a primazia de perseguir assuntos em que estão envolvidos os líderes ou lideranças do partido Frelimo. Uma tentativa de perseguir situações dessa natureza pode resultar ou na queda do próprio dirigente ou do director de informação. Há consequências. Tem que ser o partido a convidar esta imprensa para reagir, caso contrário, eles não tem como o fazer.

**P: Portanto, a compra de lealdade, que é um dos métodos usados para manter o partido Frelimo, ocorre também ao nível da imprensa?**

**LM:** Sim, essa lealdade viu-se no último ano do mandato do presidente Guebuza, quando introduziu nas redacções aquilo que nós chamamos de comissários políticos para serem directores de informação. Aquilo era uma forma de comprar lealdade, no sentido de colocar pessoas que não irão fazer nada contra quem lhes colocou lá. Algumas eram pessoas que não tinham salário, como o Jaime Langa, que era quase um desempregado que vivia só de consultoria e, de repente, foi para um Jornal como o “Notícias”, com uma série de regalias, uma viatura, então, isso tudo, claramente, era uma forma de comprar lealdade, se bem que as lealdades nesse Jornal não precisam de você dar muita coisa, basta você colocar um director de informação e o resto as pessoas vão seguir o que o director de informação vai dar.

**P: Acha que foi uma medida excessiva e desnecessária?**

**LM:** Claramente que, num contexto democrático, é desnecessária. Mas nós estamos num contexto democrático em que o comportamento das instituições reflecte aquilo que foi o sistema



do passado, o mono partidarismo, então, continuamos com instituições com muitas características ou quase todas do sistema mono partidário, embora estejamos na democracia. Conseguimos transitar para a democracia, mas transitamos com instituições mono partidárias, instituições comunistas, não fomos capazes de democratizar as instituições, por isso que somos democráticos, mas em termos institucionais não temos grandes mudanças.

**P: Dito por outras palavras, esses Jornais que vêm do contexto mono partidário, não conseguiram se aculturar para os processos democráticos?**

**LM:** Não conseguiram. Houve um tempo que tentaram emigrar para a democracia, mas depois tiveram de recuar, não sei porque motivos, mas talvez porque também com o presidente Guebuza, nós assistimos a reactivação das células do partido. Mesmo nessas instituições, sabemos, por exemplo, que o Felisberto Arnança (jornalista e editor da secção de Política, Opinião e Análise no “Notícias”), é membro do partido Frelimo, era líder da célula do partido ao nível da Sociedade do Notícias, não sei quem é o actual líder. Quer dizer, são jornalistas influentes seniores que lideram as células do partido ao nível dos tais órgãos de informação e isso sentiu-se muito na governação do presidente Guebuza e acho que foi por ai que tivemos grandes retrocessos. Os órgãos de informação públicos ou detidos pelas instituições do Estado tiveram de recuar do passo que estavam a dar no sentido de se tornarem um pouco mais liberais e mais agressivos. E o que se viu foi que toda a informação negativa que trouxessem era sobre a oposição. Andaram a perseguir a oposição e andaram a dar vivas ao partido no poder.

**P: Falando já sobre o “Savana”, que é um Jornal que faz cobertura sobre a corrupção, embora a qualidade seja ainda incipiente, quais são, na sua qualidade de repórter de investigação, os principais constrangimentos que estes Jornais, que se definem como de advocacia e, como tal, deviam ser, por excelência, núcleos de investigação, enfrentam?**

**LM:** O primeiro limite é a formação dos próprios jornalistas porque o jornalismo investigativo é diferente do jornalismo que se pratica no dia-a-dia. O jornalismo de investigação é muito mais complexo, trabalha muito com hipóteses e é preciso ter conhecimento sobre como “furar” alguns esquemas e obter informação (...) mapear as fontes de informação, definir o problema da investigação e esse é uma dos maiores problemas que os jornalistas enfrentam; não sabem como definir os problemas da investigação; não sabem como podem mapear as fontes de informação

porque fontes de informação não são todas. A primeira coisa é preciso mapear quais podem ser, porque nem todas podem dar informação, há fontes que se tu começares por elas, podem fechar ainda mais a informação. Então é um processo muito complexo que é preciso que o jornalista tenha esse conhecimento. Portanto, a parte de formação é muito fundamental.

O segundo aspecto é o interesse porque, quanto à formação, cada um pode fazer a sua formação, individualmente. Eu fiz a minha formação lendo os trabalhos feitos por outros jornalistas e inspirava-me nesses trabalhos e comunicava-me com alguns desses jornalistas; comprava livros; baixava arquivos sobre investigação e jornalismo investigativo e via, mais ou menos, as técnicas e as virtudes do jornalista de investigação. Eu lia tudo isso, fiz algumas formações, mas foi a posterior, pelo que, o interesse é um factor muito fundamental.

O outro aspecto é a falta de tempo porque as redacções não querem colocar um repórter a ficar tanto tempo a investigar o mesmo caso, ou a investigar mais de um caso, em simultâneo. O que eles querem é um trabalho imediato, para a próxima edição. “Nós queremos um assunto para a capa! Qual vai ser o assunto de capa da próxima semana?”, é isto que preocupa as redacções.

Outro factor não menos importante é o dinheiro porque, em algum momento, este tipo de jornalismo requer custos. Houve explosão de um camião cisterna (em Tete) e morreram quase cem pessoas, mas até aqui não houve nenhuma investigação sobre o que aconteceu, na verdade. O que existe são especulações, apareceu um vídeo com pessoas a tirarem combustível, mas depois ninguém sabe como o camião foi para ali; de onde é que vinha, saiu de onde, em que dia, como é que depois desvia-se e vai parar ali, qual é o contexto dali! Tudo isso até agora não existe.

**P: Não lhe parece que um dos problemas da inércia do jornalismo prende-se também com a qualidade da sociedade? Talvez as pessoas se satisfazem, simplesmente, em fazer circular vídeos e sentem-se informadas com vídeos daquela natureza.**

**LM:** Pode ser a sociedade, mas eu acho que a formação das pessoas conta muito, porque só aquela pessoa que teve uma formação muito boa é que faz questionamento sobre esse tipo de coisas: que o que interessa não são as pessoas que morreram ou o camião que explodiu, porque aquilo é o efeito, aquilo que é a parte visível da história, não interessa muito. O que interessa é a parte invisível da história: porquê aquele camião explodiu e porque que as pessoas morreram? É

esta a explicação que é preciso. A sociedade não tem muitos mecanismos de pressão, só vai consumir, e a sociedade quer aquilo que se chama de sociedade-espectáculo.

**P: O facto de grande parte de pessoas educadas e com poder de compra estarem ligadas à Frelimo, não mata o jornalismo de advocacia?**

**LM:** Mata, sim, porque o que as pessoas querem é a sobrevivência, não interessa fazer questionamento. Eu costumo dizer que o contexto actual é muito favorável ao jornalismo investigativo por uma razão muito simples: é que todas aquelas pessoas que viviam dessas compras de lealdade estão em crise e, mesmo aqueles que já não queriam falar, já conseguem falar e os que não conseguem falar, pelo menos tiram documentos e fotos, colocam no whatsapp. Aquilo tudo mostra, claramente, que há muita gente descontente que, neste momento, está disposta a passar informação, mas não encontra o jornalista que está interessado por esta informação. A compra de lealdade funciona num contexto de *boom* de recursos, mas quando há crise, esta relação de lealdade fica enfraquecida. É por isso que aparecem o Sérgio Vieira (um histórico membro da Frelimo e dos críticos do momento) a falarem daquela forma, aquilo é porque a crise está a apertar-lhes, então, já não lhes convém ficarem calados.

**P: A cultura de corrupção não é, em si mesma, uma limitação para um jornalismo investigativo, no sentido de, se o jornalista começa a investigar uma história sobre corrupção, é corrompido ele próprio para “matar” essa história?**

**LM:** Pode ser, mas isso depende muito do próprio jornalista, da qualidade do jornalista que temos e o nível da integridade do próprio jornalista, porque toda a investigação, toda a corrupção envolve dinheiro e muito dinheiro.

**P: Durante mais de dez anos, Mabunda fez parte da comunidade jornalística, pelo que, sabe muito bem os comportamentos e as fragilidades dessa classe. Por isso que queria que olhasse para a corrupção como algo que é controlado por grupos, extremamente, poderosos, que acabam fragilizando a classe jornalística.**

**LM:** É por isso que eu dizia que depende dos valores que o jornalista tem. No jornalismo investigativo há aquilo que chama-se de virtudes de um jornalista de investigação. As virtudes de um jornalista de investigação partem dos valores até à forma como ele é persistente, como ele vai

até aos detalhes, porque toda a investigação tem esses problemas, sobretudo, quando tu estás a fazer investigações relacionadas com a corrupção, porque tens de partir do princípio de que estás a investigar uma pessoa que roubou dinheiro e essa pessoa sabe que aquela investigação pode colocar a vida dela toda em risco. Então, a primeira coisa que ele vai fazer é como vai desenhar uma estratégia de como matar essa investigação, isso é infalível. É aí onde entram os valores do jornalista. Vou dar exemplo da caça furtiva, que envolvia agentes da Polícia, que alugavam armas para um caçador furtivo. Só um dia eram 200 mil meticais.

Se os caçadores furtivos vão à caça, ficam apenas três dias, aquele agente da Polícia, aquele comandante, tem 600 mil. Se são cinco dias, é um milhão. E tu estás a investigar esse agente da Polícia que aluga três a cinco armas, que tem uma receita diária de 400 a 500 mil meticais, ou até um milhão. Então, a primeira coisa é que, se ele não te ameaça, você tem de aceitar o suborno porque ele tem dinheiro. Além de ser ele a receber o dinheiro, ele tem as pessoas que são mandantes da caça furtiva, que são pessoas com muito mais dinheiro, são os patrões que movimentam milhões e milhões de dinheiro e eles não têm problema em dizer “chama esse jornalista, vamos dar-lhe o que ele quer que são 4 ou 5 milhões, leva e deixa a história”, mas aí está a questão dos valores do jornalista.

Vai perguntar-se: “eu aceito este dinheiro, mas se aceito morri como jornalista de investigação, sobretudo, nesta área não vou mais”.

**P: E porquê o jornalismo está a perder referências? Será porque os jornalistas cometeram várias falcatruas e, como tal, sentem-se, profissionalmente, “mortos”, ou porque estão conceituados para um mercado que é muito limitado?**

**LM:** A minha experiência mostra que, grande parte dos jornalistas que mataram histórias, mantêm-se no jornalismo porque é assim que eles vivem. A única coisa que acontece é que eles deixam de ser jornalistas e passam a ser donos ou directores dos jornais, alguns ficam PCA's (Presidentes dos Conselhos de Administração) desses jornais e vamos ver que, esses jornalistas, alguns quando são apertados num órgão de informação, preferem sair e fundarem os seus próprios órgãos de informação. Praticamente aquele é um processo que vicia, é um tipo de jornalismo que não se difere do tráfico de drogas.

**P: Podemos concluir que a ploriferação de jornais faz parte, em certa medida, de um contexto de corrupção?**

**LM:** Faz parte de um contexto de corrupção, mas faz parte também de um contexto político onde há vontade de se defender a imagem de um partido e de pessoas. Alguns desses jornais são desses políticos, funcionam como instrumentos de poder para esses políticos se auto-defenderem e também para ir ao ataque para fins políticos e, obviamente, se vai envolver questões de corrupção.

Em relação aos jornalistas que saem, na sua maioria, chegam à conclusão de “cresci e já não há espaço para mim”. Espaço há, mas o que acontece é que você vai crescer como jornalista, tem nome, tem tudo mas recebe mal e mantém os seus valores e está a ver o dinheiro a circular e vê que, amanhã, pode vir a cair nessas armadilhas, quando, na verdade, aparecem outros empregos que não estão nessa área de jornalismo a aliciar para ir ganhar muito melhor. Então, “porquê vou manter-me no jornalismo, manter-me com os meus valores e não sair para essas vagas?”

Para mim, é isto que acontece. Eu, por exemplo, já recebi vários casos de tentativas para “matar” histórias. Num desses, até foram colegas que intermediaram, era um caso que envolvia a Liga Muçulmana de Maputo, que comprou um jogador do Chinavane, para denunciar Arnaldo Salvado porque o Maxaquene estava para ser campeão. Levaram jornalistas do grupo Soico, da área desportiva, e, clandestinamente, foram à Chinavane com tudo pago pela Liga Muçulmana para irem fazer entrevista, clandestinamente, num final de semana e eu descobri.

Aliás, o primeiro a publicar aquele vídeo foi o Rui Lamarques, antes de saber o que havia. Eu disse para ele que estava a ver um vídeo e perguntei se era verdade, aquele jogador explicou isso, é um jogador Chamado Sidik ou Sadik, que depois a Liga Muçulmana mandou-lhe para Beira como forma de lhe tirar de Chinavane. Eu disse “não sei se é verdade ou não”, mas quando fui investigar fui aperceber-me que aquilo era um jogo, uma guerra entre a Liga Muçulmana e o próprio Arnaldo Salvado. A Liga Muçulmana tentou, usando o jogador, ter com Salvado no sentido de dizer que “nós podemos facilitar-te o jogo, basta dar-nos X”, o Arnaldo Salvado negou e o que aconteceu é que o Maxaquene perdeu num penalte assinalado num jogo muito sujo.

Mais tarde eu questionei como é que Salvado, depois daquele jogo, denunciou estas questões de corrupção e depois este jogador vai denunciar o próprio Salvado, que ele tentou corromper-lhe,

achei que qualquer coisa não estava bem e fui descobrir que os jornalistas foram pagos 4 mil meticais para irem à Chinavane. Quando eu soube, e eles disseram aos patrões da Liga Muçulmana que o Mabunda tem toda a história, e eu nem tinha toda a história, então, RafikSidat ficou em pânico. Ligou e falou com o falecido Alvarito de Carvalho (jornalista) e ele vem falar comigo a dizer que “aqueles da Liga Muçulmana sabem que você não tem carro e há-de ir a um *stand* buscar um carro Toyota Corrola, vais receber 150 mil meticais e vais ter senha de combustível para todo ano”. Eu disse que não tenho carro, mas não porque não posso comprar um carro, meu salário dá para ir ao banco e ir comprar o carro, só que eu não quero carro, neste momento, não estou interessado e nem faço isso por causa de dinheiro. Disseram-me para pensar e eu disse que não faço isso.

E essas coisas vão acontecer sempre e aí o jornalista começa a olhar nos 150 mil meticais e uma viatura que deixou e combustível, durante um ano, que não tem casa, não consigo construir, não consegue colocar os filhos nas escolas, tem de levá-los no chapa, então, um dia pode cair nessas armadilhas porque é ser humano. Melhor coisa é, havendo uma possibilidade de conseguir melhor emprego, sair e é isto que acontece.

**P: Uma das expectativas, no jornalismo de contrapoder, é que o jornalismo influencie em mudanças na sociedade. Olhando para aquilo que é a história do nosso jornalismo desde 92, 94 até hoje, vê alguns marcos em que o jornalista, no exercício da acção de contrapoder, conseguiu influenciar para determinadas mudanças de que nos podemos orgulhar?**

**LM:** São vários marcos. Na área da corrupção, por exemplo, houve vários casos julgados graças à denúncia do jornalista. O “caso Aeroporto de Moçambique” foi denunciado na imprensa e, a partir desse caso, foi iniciada uma investigação criminal que culminou com a condenação dos autores desses crimes. Há outros casos de resultaram na condenação de autores denunciados pelos órgãos de informação. Uma das coisas é o sentimento que as pessoas têm, o respeito que as autoridades têm sobre determinados jornais. Há jornais que são vistos como jornais que “não são nossos porque estão ao serviço de agenda externa” e isso é sinal de que eles estão a ter medo desses jornais. A questão da Lei de violência doméstica, nomeadamente, a forma como estava essa Lei, levou a que muitos jornais se posicionassem e defendessem que a Lei fosse para todos e não só para mulheres, alertando para a existência de provável, inconstitucionalidade, que a lei iria cometer.

## **Borges Nhamirre, Jornalistas de Investigação no CIP**

**Pergunta (P): Partindo da sua experiência como repórter, como é que avalia, de forma geral, a cobertura da corrupção? Acha que a cobertura que é feita é suficiente ou poderia se fazer mais?**

**Borges Nhamirre (BN):** Primeiro é preciso dizer que, infelizmente, a nossa imprensa não tem o hábito de agendar o que é que vai fazer, espera que sejam as fontes a trazer a informação. Geralmente é assim quando se acorda, olha-se para o e-mail, o que é que entrou no e-mail, olha-se para o que a fonte veio denunciar, olha-se para a agenda do Parlamento, olha-se para a agenda do Governo. Isso acontece em todos os lados. Dificilmente, um meio de comunicação social senta e planifica por iniciativa própria.

**P: Como se fosse uma Procuradoria; ler relatórios de Tribunal Administrativo; ler auditorias...**

**BN:** Relatórios do Tribunal Administrativo aparecem uma vez por ano e com dois anos de atraso, o que faz com que perca um pouco de interesse, mas mesmo assim é uma fonte externa, o que eu estou a dizer é que, por exemplo, aqui no Centro de Integridade Pública (CIP), talvez por natureza de trabalho ou outra orientação, os meios e o tempo que nós temos (...) não temos a pressão da periodicidade, nós sentamos e pensamos. Este ano (2016) está a construir-se a barragem Moamba/Major, então, por iniciativa nossa, vamos lá investigar a construção da barragem, nomeadamente, como foi o processo da concessão, da aquisição dos materiais, se esses materiais adquiridos beneficiaram de isenções ou não, nessa isenções que obtiveram meteram outros produtos.

Vai se instalar portagem na estrada (circular) de Maputo, vamos investigar para ver qual é o critério de fixação dos preços, se o custo muito elevado da estrada que parece estar acima do preço normal vai ter efeito no custo das portagens para poder recuperar aquele custo elevado que houve, que foi inflacionado. A iniciativa é nossa, ou seja, quem faz a agenda somos nós. É diferente no jornalismo, onde, infelizmente, depende-se dos envelopes que chegaram, depende-se

dos amigos que ligam para contar que há história ali e, muito poucas histórias são feitas por iniciativa própria do jornal. Não se agenda tendo como critério a investigação da corrupção.

**P: Na sua análise o que é que faz com que os jornais tenham essas limitações?**

**BN:** São duas coisas essenciais. Um são os recursos: os jornais não têm recursos, os jornalistas não têm recursos para viver com aquilo que ganham no jornalismo, então, têm que perder muito tempo a fazer outras coisas legais e ilegais para ganhar dinheiro qualquer. Aquilo que o jornalismo paga às pessoas, não é disso que elas vivem, uns fazem assessoria, outros fazem consultoria, outros praticam corrupção, mas sempre tem que fazer alguma coisa para se ter alguma vida digna, trabalhando como jornalista.

Por outro lado, é a capacidade técnica: os jornalistas não estão especializados em nada, é formado, se tem a sorte de ser formado, ou entra na redacção sem formação e começa a trabalhar um pouco em tudo. Para eu ter a capacidade de fazer agendamento de uma determinada matéria sobre uma determinada área, é que eu tenho que conhecer a área, teoricamente, para poder avaliar o que formalmente é e que é prática. Então, vou ver se há algum disfuncionamento e, a partir daí, dá-me indícios de que eu tenho de investigar. Mas os jornalistas não são especializados, infelizmente. A única especialidade que têm é saber redigir a notícia, mas não conhecem a área. Por exemplo, não temos nenhum jornalista que é especializado na área de indústria extractiva para poder investigar corrupção naquela área, não temos nenhum jornalista que é especialista na área financeira para poder investigar corrupção na área das Finanças.

Portanto, esses são os dois principais problemas que noto: falta de meios e de recursos para os jornalistas trabalharem e para viverem, por um lado e, por outro, falta de conhecimento e, infelizmente, nas nossas redacções, não sei porquê, cultiva-se que o jornalista não tem de se formar. Antes da ECA (Escola de Comunicação e Artes da Universidade Eduardo Mondlane) começar a graduar os seus primeiros formados, quase todos os jornalistas que estavam nas redacções tinham formação média, outros não tinham formação e, uma vez lá no jornalismo, o patronato desencoraja que a pessoa estude, mas a pessoas só pode se especializar, estudando.

As empresas jornalísticas nem estão interessadas em que o jornalista vá estudar, então, não sabem. Eu entrei no jornalismo também nesse contexto e, porque o patronato não me deixava



estudar, tive de mudar de empresa e fui trabalhar para outro sítio, reduzindo o meu salário para mais de metade porque é lá onde me deixavam estudar, mesmo assim a conta e risco próprio.

Então não temos jornalistas especializados e há uma teoria ali um pouco do tipo “se você deixa o jornalista estudar, ele vai saber mais e vai deixar o jornalismo”.

**P: O facto de termos jornalistas pouco formados distorce um pouco a noção do papel do jornalismo, neste caso concreto, em matérias envolvendo corrupção?**

**BN:** Definitivamente, as pessoas não sabem qual é o seu papel enquanto jornalistas. É que mesmo quando você é formado naquela formação de nível médio, você sai de lá sem saber muito bem o que é que você é. Há uma cadeira importante, no curso de jornalismo, chamada Teoria de Comunicação que, quando estudei, estava no primeiro ano. É nessa cadeira que se fala um pouco sobre o que é que você tem de fazer, porque é que você tem de ser jornalista e qual é o seu papel na sociedade. Mas você está a ter aquela cadeira no primeiro ano e ainda não compreende bem o que é que está a fazer, é um pouco difuso (...) e quando já vai ao terceiro ano, é a parte da especialização que tem jornalismo aplicado e marketing. Olhando para a formação e a prática, as pessoas são mais formadas para redigir e não para agir como jornalistas.

**P: Como é que olha, neste âmbito, para os jornais “Savana” e “Domingo”? Que dizer, por exemplo, da qualidade vs responsabilidade social?**

**BN:** Até uma dada altura eu assinava o “Domingo”, mas nos últimos tempos começou a baixar de qualidade, não na componente noticiosa, mas na componente de opinião, então isso me fez deixar de assinar. Assino o “Savana” para recebe-lo, online, em qualquer parte onde eu estiver.

Por ser é um Jornal, materialmente, publico e que satisfaz os interesses do poder político actual, o “Domingo” tem acesso a fontes oficiais a um nível que o “Savana” não tem.

**P: Podemos dizer que as fontes políticas se sentem seguras com o “Domingo” no sentido de traduzir, fielmente, a sua visão. Note que o “caso Mondlane” foi despoletado pelo “Savana”, mas o juiz Mondlane só deu contraditório no “Domingo”.**

**RN:** Exactamente porque o “Domingo” é mesmo um Jornal de *status quo*. Eu penso que, quando analisamos, temos de ver essa questão, o “Domingo” é um jornal de *establishment*, está dentro do

sistema, então, pode escolher descartar algumas informações. O primeiro compromisso do “Domingo” não é com o leitor, é com as suas fontes.

**P: Está a defender que a economia do “Domingo” não é, necessariamente, a sua venda, mas sim o compromisso com um grupo minoritário?**

**BN:** Era isso mesmo que eu dizia, o compromisso não é com o leitor. O “Domingo” não está muito interessado em como é que o seu trabalho será avaliado, está mais interessado em como é que as pessoas que lhe sustentam vão ficar satisfeitas com a informação que produz. É uma forma de fazer propaganda.

**P: Será que todo o leitor é capaz de identificar aquilo como propaganda?**

**BN:** O “Domingo” tem uma vantagem que é o facto de difundir pura informação. Se quero verificar quando é que o presidente tomou posse, e abro o “Domingo” e o “Savana”, acredito mais no “Domingo” porque é informação oficial que está lá. Isso dá uma grande vantagem ao “Domingo” ao nível do leitor ordinário, porque diz que a informação que está lá está sempre correcta, não é desmentida e tem sempre a fonte.

**P: Então, eles vão construindo uma certa credibilidade que lhes dá espaço de serem acreditados, mesmo quando mentem ou manipulam...**

**BN:** Eles manipulam porque se o “Domingo” sai a escrever que o presidente viajou e o “Savana” sai a escrever que não viajou, as pessoas vão tender a acreditar mais no “Domingo” porque é aquele jornal que está mais próximo das fontes oficiais. O “Domingo”, normalmente, vai escrever que o presidente viajou usando uma determinada fonte da presidência e o “Savana” não, vai dizer que o presidente não viajou, está internado “segundo as nossas fontes”. Um leitor ordinário vai acreditar mais no “Domingo”. A sua pergunta era se um leitor ordinário consegue entender isso, não consegue, vai continuar a pensar que o “Domingo” é que está a tirar a informação correcta e não vai acreditar no “Savana”, porque o Savana está a fazer um trabalho combativo.

**P: Até que ponto é que os jogos de interesses falam alto nas páginas dos jornais?**

**BN:** De onde a notícia vem, em Moçambique, até chegar ao público, só pode ser contado num trabalho académico porque dito para a televisão ou num debate público, as pessoas deixam de ler

o jornal. Aquilo que os jornais publicam nem é, muitas vezes, aquilo que eles próprios acreditam ou que eles próprios sabem. É muito aquilo que as pessoas querem que saia e eles têm o poder de fazer aquelas coisas saírem por alguma razão, seja por uma razão financeira, seja por uma razão de amizade.

**P: Parece haver, também, excesso de confiança. Por exemplo, o Borges dá-me sempre histórias e, se facilmente perceber que sou acrítico, o Borges pode passar a usar-me...**

**BN:** Não há perícia da parte do jornalista. Não testamos os documentos, mas se você já assinou uma carta e carimbou, eu posso *scanear* aquela carta e posso alterar o conteúdo por outro.

**P: E se eu quiser manchar um ministro e conseguir um carimbo do Ministério dele e a assinatura dele a 100%, o jornal também pode?**

**BN:** A 99% ou mesmo 100%, ainda o número de telefone que se diz ser do ministro seja falso, porque a maioria dos jornalistas não tem sequer número de um ministro. Então, se eu faço uma carta e escrevo que “eu o ministro ordeno que se transfira dinheiro da conta X e para a conta Y” e assino e ainda coloco meu número de telefone, com carimbo, tudo aparente, o jornalista pega no número e quando é “liga mais tarde”, publica a história, mas isso porque as pessoas não fazem teste. Aí entram também o papel do editor, só que muitas vezes, quem faz isso é o editor ou tem poderes de editor ou então o editor está ausente porque está a gerir outros problemas da vida.

**P: Esse é que é o grande problema contextual da permeabilidade editorial da profissão porque depois o editor está a gerir outras coisas, ou ele vem editar o texto com pressa.**

**BN:** Eu passei em muitas redacções de grande dimensão e, em todas elas, duas semanas ou três semanas depois, o meu editor não via mais a matéria porque está redactorialmente bem escrita e não ia para o conteúdo. Já colaborei com agências internacionais de notícias, eles querem fact check. Há uma coisa muito importante que se faz em jornalismo: por mais que ocultemos o nome da fonte, o editor tem de conhecer a fonte e se possível conversar com ela. Só os órgãos internacionais para os quais já escrevi é que fazem isso, os internos não, se o meu jornalista me traz e diz que a minha fonte deu-me, muitas vezes, o editor publica sem conhecer a fonte e se não tem uma relação com a pessoa que é citada, deixa passar assim mesmo.

**P: Como é que as histórias que nós temos nos jornais chegam a ser publicadas?**

**BN:** Se tivéssemos uma ou duas cópias de jornais aqui, eu como conheço muito bem e sei como é que funciona e os editores são todos meus amigos e os repórteres também, poderia explicar-lhe como é que cada notícia está ali e aquela outra é capa. Mas as notícias chegam lá porque a primeira coisa que o jornalista olha, principalmente, nos órgãos de comunicação privados, é o que é que ganha com a sua publicação, e não o que é que o público ganha.

Então, primeiro é o que se vai receber no final do mês, mas também o benefício material porque aquela empresa que convocou a conferência de imprensa depois vai dar cabaz ou porque o jornalista já recebeu um envelope de ajudas de custo ou porque as pessoas que lhe chamaram são seus amigos que depois lhe vão um copo ou porque daqui a duas semanas, porque há também esse tipo de corrupção, que não sei se é corrupção directa mas é gratificação, não se faz no momento da história. Liga-se duas semanas depois para a mesma pessoa que você colocou na capa e diz que tem o filho doente e ele vai ajudar-te a pagar a despesa do seu filho doente. Então, o primeiro critério de porquê as notícias chegam a ser publicadas não é o seu interesses público, é o que é que eu repórter que escrevo vou ganhar.

O editor quando pega na história, é a mesma pergunta: o que o meu jornal vai ganhar, e não o público. Se a história vai vender ou vai dar prestígio ao jornal para ser visto como aquele jornal de furos que as pessoas vão acreditar e que vai vender a médio e longo prazo (...) pode não vender esta semana com esta história, mas as pessoas vão acreditar em nós.

**P: Não interessa a qualidade do furo?**

**BN:** O que interessa é o que eu, como repórter, vou ganhar, em primeira instância e, em segunda, o que o órgão vai ganhar.

**P: Se conjugarmos o interesse em o repórter ganhar e o jornal também, mas com um nível baixo em termos de factualidade da história, e sendo um editor mediano, tu tiras a história ou a não?**

**BN:** Infelizmente, do ponto de vista prático, tu tiras a história. Por exemplo, imagine agora que estamos a falar da falência do Nosso Banco e, o meu repórter chega a correr porque alguém entregou-lhe uma informação que diz que o Gove (Ernesto Gove, antigo governador do Banco de Moçambique), quando saiu do Banco Central já tinha toda a informação de que o banco ia falir,

só não informou e não tomou decisão (...) o repórter recebeu algum benefício, alguém disse-lhe que “se você consegue meter essa história, você é homem”, então, o repórter vem e entrega a história ao editor e o editor diz: “se eu meto isto, amanhã o meu jornal acaba” e fica como o jornal que trouxe aquela informação em primeira mão. Não interessa muito ligar para o Gove, ou mesmo ligando para ele, ele diz que “não aceito prestar informação pelo telefone, só posso falar, presencialmente, amanhã” ou diz que “estou de viagem e só volto amanhã e só podemos falar depois do meu regresso”. Nós jornalistas não temos essa tolerância, queremos tirar na hora porque queremos olhar para os nossos ganhos.

**P: É correcto pensarmos assim: que as fontes do “Savana” e do “Domingo” são as mesmas, só que a diferença é que as mesmas fontes vão ter com o “Savana” quando querem prejudicar outrem e recorrem ao “Domingo” quando querem beneficiar-se elas próprias?**

**BN:** As fontes têm zona de confluência. Não são, necessariamente, as mesmas pessoas, mas têm uma zona de confluência, ou seja, nós teríamos três fontes, sendo que duas do “Savana” e do “Domingo”, sendo que essas duas fontes se comunicam no meio. Mas há fontes que só vão para o “Savana” e nunca ao Domingo.

**P: Mas, em termos de poder, elas têm o mesmo acesso? São pessoas que convivem no mesmo espaço de poder?**

**BN:** Pode ser que sim e pode ser não, porque nós temos público diverso. Por exemplo, acho que o que o Nhanale está a dizer faz sentido, mas é assim, uma das principais fontes que existiu e que continua a existir na imprensa moçambicana, principalmente, nos últimos dez anos, que foram de uma governação muito friccionada, eram as missões diplomáticas, eram fontes fantásticas de informação e continuam a ser porque têm acesso directo ao governo e têm acesso a documentos e eles querem ver aqueles documentos publicados, mas nunca vão dar ao “Domingo”, mas sim ao “Savana”. Acordos ou cartas que o ministro fez e mandou para os doadores, sempre vão dar ao “Savana”, mas quando é para cobrir uma reunião entre o governo e os doadores, estes vão dar aos dois (“Domingo” e “Savana”), e muitas vezes o “Savana” nem vai pôr aquilo na primeira página, vai colocar lá no cantinho e quem vai pôr numa grande página é o “Domingo” porque é uma notícia do *establishment* que diz que “vão dar dinheiro” ou “avaliaram positivamente (...)”, mas é a mesma fonte que serve nos dois.

**P: Há um pouco também da ideia de que, no partido Frelimo, por exemplo, os “camaradas” não se queimam na imprensa, eles conseguem gerir, internamente, as diferenças para que não vazem até jornais como o “Savana”. Quer comentar sobre isso?**

**BN:** Enquanto editor do “Canal de Moçambique”, eu recebi, muitas vezes, informação partindo de dentro do próprio sistema. Por exemplo, o caso do juiz Mondlane sai de dentro do Conselho Constitucional, então, neste espírito de camaradagem, um camarada é que tirou e entregou à casa militar, que é dos locais mais sensíveis. Eu publiquei muitas histórias sobre a casa militar, como desmandos que saem de lá de dentro. Agentes do Serviço de Informação e Segurança de Estado (SISE) metem trabalhos nos envelopes. Na altura que trabalhei como editor, havia um tipo de telefone celular chamado *onecell*, que tinha jovens a controlar as chamadas. Então, metia-se o trabalho e anexos no envelope e entregava-se a um jovem com *onecell*. Com o envelope contendo toda informação suficientemente arrumada, o jovem ligava: “bom dia Sr. Nhamirre, o Sr. editor do Canal, sim, vai à Av. Eduardo Mondlane, esquina com a Amílcar Cabral, vai encontrar um senhor do *onecell*, há também um sapateiro ali, melhor ir agora, antes de ele sair, vai levar um documento para si e nós deixamos ali e, por favor, pague a ele alguma coisa”. Você chega ali e diz que quer o documento e dá-lhe 20 meticais. Quando chega na redacção a abre o documento, encontra toda a informação detalhada como auditorias, relatórios de contas, valor que não foi pago, valor que foi divulgado, pessoas que estão na lista de pagamento da presidência, sem salário, etc., tudo detalhadamente, então, aí já depende do editor. Se eles mandarem para o “Domingo”, acredito que ele não publica, mas se mandam para o “Canal”, ele muda a história que tinha para escrever. A história da semana passa a ser aquela e a partir daí todo o esforço é no sentido de ligar para o assessor (...) e outra coisa tenta-se ligar para a pessoa mais distante possível para se dizer que “nós demos oportunidade e não falou”, é ligar para o assessor da presidência.

**P: Então muitas vezes que se diz que negou falar não é verdade?**

**BN:** Não se diz que negou falar, diz-se “tentativas de ouvir a reacção, redundaram em fracasso”, essa é a expressão mais usada. Mas é um fracasso montado. A ideia é que vamos escrever toda a história e terminar e só depois é que vamos ligar para ele para dizer que “estou a conduzir” e você escrever que ele disse que estava a conduzir, ou para ele dizer que “neste momento estou na igreja” e você escrever isso, ou dizer que “estou de viagem” e você escrever isso, ou

simplesmente, a chamada não entrar, mas já está marcado no telemóvel do repórter, ele pode provar, em qualquer parte, que “eu liguei para dar oportunidade contraditório” e publica-se.

**P: Não porque se queira dar contraditória, é apenas uma forma de se defender?**

**BN:** Mas porquê se faz isso? Não é por maldade, primeiro é porque a pessoa reconhece a sua própria vulnerabilidade e, como as fontes são manhosas, a partir do momento que eu ligo as 14h, podem te travar com a história, é uma forma de proteger a história, não é tudo de negativo. Uma das regras que quase sempre se faz, é que nunca se liga antes do dia em que se vai publicar a história. Se a história vai sair amanhã, então, ligo hoje, porque o jornal tem de fechar hoje porque amanhã vai à rua, porque se eu ligar com uma semana de antecedência, o risco de a história morrer é maior, tal como o risco de você que está a fazer a história ser coagido a não publicá-la.

**P: É uma técnica aplicada não maldosa, num contexto como o nosso em que há vários.**

**BN:** A história não é toda maldosa. Eu hoje com ex-editor do “Canal”, continuo a receber muitas chamadas, em média, uma por mês para eu encontrar formas de como parar uma história que está a correr no “Canal”, mas não só, como para uma história que está a acontecer no “Savana” e em outros jornais. Mas você conhece o Carmona (Francisco Carmona é editor executivo do (“Savana”), é teu amigo fala, com ele. Na verdade, o grande medo é que a forma de parar é sempre oferecer um benefício, mas se você recusar o benefício, então, você está contra as pessoas. Também, convenhamos: o benefício é muito grande para ser recusado. O salário médio de um jornalista são dez mil meticais e alguém quer oferecer cem mil.

**P: É uma profissão em que ser se ético é difícil?**

**BN:** É muito difícil porque hoje você está a entrevistar um empresário no Hotel Polana porque você marcou a entrevista e ele disse que você tinha que ir ao Polana, Mas primeiro não tens meios para chegar lá porque não passa chapa, então tens que descer e caminhar durante uns 30 minutos para chegar ao local. Chegado lá, mandam-te para uma sala que tem um pratinho com castanha: “vamos comer e conversar”. Você está a fazer uma entrevista, fazes todas as perguntas que, tecnicamente, são recomendáveis e a pessoa sente que você conhece o assunto e você termina e ele te deixa ir, dois minutos depois está a ligar-te um outro colega da profissão a perguntar onde estás e tu respondes que estás a sair do hotel e pede-te para se encontrarem e,

quando você vai ter com a pessoa, apresenta-te 500 mil meticais para você abortar a história e você diz que já não pode abortar porque o teu editor já conhece. Então “vamos maquiara a história e, se você consegue maquiara a história, já não vão ser 500, mas pelo menos vão ser 100 dos quais eu te adianto 50 agora”.

Você vai lá e tenta maquiara a história e se sair maquiada amanhã recebe o resto e você torna-se um grande amigo do homem, porque ele é uma boa pessoa, foi ele que construiu a casa para o Manuel, para o João, pagou lobolo do Fernando e esses são teus colegas e você vê que, efectivamente, têm as casas e tu sozinho continuas parado por causa dos valores. E a pessoa que está a dizer-te isso é um colega que te trata por tu e que você um dia já ligou-lhe para pedir 100 meticais porque você não tinha. Eu não sei quantos colegas da profissão eu já sentei com eles para tentarmos negociar para pararem as histórias que estão a investigar. É, completamente, difícil você sair disso e muitas vezes o que você acaba fazendo é: “aquele tipo é boa pessoa, mas quando você enfrenta-lhe ele também é mau”. Muitas vezes, a forma do jornalista ser íntegro nessas circunstâncias, principalmente, num contexto em que não há nenhuma protecção aos jornalistas, é abortar a história e rejeitar a oferta: “eu não vou levar os 500 mil, mas também não vou publicar a história, vamos ficar aqui, isso garante-te integridade no futuro, poder fazer a história amanhã sobre uma outra pessoa”.

É que, a partir do momento em que você recebe, fica escravo daquelas pessoas. Se hoje recebi dinheiro do Nhanale mas amanhã quero escrever sobre o Borges e como há um rede de comunicação eu vou comentar com o Nhanale que há um jornalista que está a atrapalhar-me, diz-lhe o nome e ele diz que conhece e liga para o jornalista a dizer que “o amigo Nhanale diz que andas atrás dele a querer escrever uma história. Como é que é? Não podemos resolver isso? É meu irmão, aquele”, então, praticamente, a história morre. Há muitos jornalistas que, profissionalmente, morreram por causa disso e isso é muito mau porque apanha, por exemplo, um jovem pobre e sem formação superior, um jovem que não tem perspectiva de onde quer ir.

Muitos que resistem não o fazem por que são íntegros, mas porque têm sonho de projecção, sabe que, amanhã, eu posso trabalhar no CIP, amanhã posso trabalhar numa embaixada, posso ser ministeriável, eu hei-de estar preso às minhas práticas profissionais. Olha para os jornalistas do final de década de 90 e início da década do século XXI, de 2000, 2002, 2003, quando a imprensa



privada começou a expandir, quase todos hoje já não fazem história, já não escrevem nada, estão presos e deve ser por isso que este país não tem jornalistas veteranos.

**P: Porque é que não temos referências?**

**BN:** Não temos referências porque as pessoas se promiscuam tanto durante um período que estão presas.

**P: Achas que algumas saídas para outros sectores, como assessoria no Governo, não são, necessariamente, porque as pessoas querem fazer um *trampolim* de outras coisas, em algum momento, é porque já não há espaço?**

**BN:** Há pessoas que têm conhecimento técnico, do contexto, enfim, são boas exercerem a profissão, mas já não podem ser jornalistas porque estão com nível de relações já minados. Se o repórter está a fazer uma história, normalmente, informa ao seu editor, e este, quando já vê chamadas de pessoas, possivelmente, daquele interesse, se quer salvar a história, a coisa que faz é não atender a chamada até a história ser publicada. As pessoas que eram jornalistas seniores há cinco anos não podem hoje mais sê-lo, nem editar jornais, porque se comprometeram tanto.

**P: Nós temos entidades como o CIP que fazem jornalismo de investigação e, certamente, que cumprem o mesmo interesse que aquele que é feito por todas as empresas de comunicação privada. Ora, quem dá apoio a estas organizações são os parceiros. E porquê estes parceiros não dão este apoio aos jornais privados? Devido à sua natureza jurídica ou porque haverá uma outra questão ligada as empresas privadas de jornalismo?**

**BN:** Há muitas questões. Primeiro a natureza jurídica já de princípio inibe uma relação. Não é por ser uma empresa privada como tal, mas é por causa da cláusula legal de que o financiamento dos jornais tem de ser, maioritariamente, da própria empresa nacional e que não pode ser acima de 20% do estrangeiro. Então, tinha que se fazer uma grande artimanha, e segundo, é que as empresas jornalísticas, sobretudo as provadas, não têm uma gestão organizada. Talvez com a excepção da Soico, são geridas por jornalistas. O jornalista não é gestor de empresas, mas ele pensa que sabe muito que pode escrever notícia, editar e ainda gerir a sua própria empresa.

O CIP, por exemplo, para poder fazer o trabalho que faz é que tem, claramente, separado a parte técnica e a parte da administração. Então, os jornais não estão organizados também para

beneficiar nem que seja de alguma forma que se encontre. Mas também estão satisfeitos assim mesmo e as organizações estão a substituir a imprensa. E divulgamos e isso satisfaz o doador, porque está interessado na construção do Estado moçambicano democrático, por isso, dá dinheiro ao Estado, mas quer monitorar.

O melhor monitor é a imprensa que é o whatch dog (cão de guarda), mas não estão a fazer a monitoria. Nós temos em Moçambique outra categoria de meios de comunicação social que são as ONG's, que foi a forma como a sociedade, os doadores e até os profissionais de comunicação encontraram. E há uma percentagem significativa de jornalistas a trabalharem nessas ONG's.